

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

**Marta Lúcia Lopes Fittipaldi**

**Silva Jardim e a República: a trajetória de um propagandista (1860-1891)**

Juiz de Fora

2020

**Marta Lúcia Lopes Fittipaldi**

**Silva Jardim e a República: a trajetória de um propagandista (1860-1891)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História. Área de Concentração: História, Cultura e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata

Juiz de Fora

2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Fittipaldi, Marta Lúcia Lopes .

Silva Jardim e a República : a trajetória de um propagandista (1860-1891) / Marta Lúcia Lopes Fittipaldi. -- 2020.  
385 f. : il.

Orientador: Alexandre Mansur Barata

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

1. Antônio da Silva Jardim. 2. Republicanismo. 3. Conflitos pós-Abolição. 4. Brasil (século XIX). I. Barata, Alexandre Mansur , orient. II. Título.

# MARTA LÚCIA LOPES FITTIPALDI

Silva Jardim e a República: a trajetória de um propagandista (1860-1891)

TESE apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História da Universidade Federal de Juiz de Fora  
como requisito parcial para obtenção do título de  
DOUTORA EM HISTÓRIA.

Juiz de Fora, 30/07/2020.

Banca Examinadora



---

Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata - Orientador



---

p/ Profa. Dra. Hebe Maria da Costa M. G. de Castro (UFJF)



---

p/ Profa. Dra. Silvana Mota Barbosa (UFJF)



---

p/ Prof. Dr. Rodrigo Camargo de Godoi (UNICAMP)



---

p/ Profa. Dra. Karoline Carula (UFF)



## AGRADECIMENTOS

Em primeiríssimo lugar, agradeço a meu marido, Ricardo Fittipaldi, pelo apoio cotidiano e paciente, nos dias intermináveis em que teve que dividir atenções com a presença ilustre de Antônio da Silva Jardim;

À minha querida irmã, Márcia, pela parceria na compreensão dos manuscritos, nas idas ao Rio de Janeiro e em outros tantos momentos;

Aos meus Joões, (irmão e sobrinho queridos, João Carlos e João Pedro) que me acompanharam pelos maus caminhos de terra vermelha a reconstituir os trajetos de Jardim pelas antigas fazendas cafeeiras da Mata mineira;

Aos sobrinhos Ivo e Ugo Lopes Azevedo, respectivamente, pelas horas dedicadas à reprodução de obras na biblioteca da UFJF e pelas incursões às sedes fazendárias e outros espaços, vencendo acessos difíceis sob sol abrasador;

Aos irmãos Guilherme Eugênio, pela prestimosa ajuda em momentos decisivos, e Luiz Roberto pelas vezes em que preteri a sua sempre preciosa companhia em função da pesquisa;

Às amigas Flávia Caetano de Melo, que dedicou seu valioso tempo ao meu auxílio; Eliane Resende Alves Pinto Felipe, pelo esforço em conseguir um texto que muito me interessava e Marília Rosestolato, sempre disposta a ajudar. Meu muito obrigada também a Rosângela Lameira, querida amiga dos tempos de infância em cuja companhia virtual encontrei muitas vezes conforto e coragem;

Ao parceiro Dievani Lopes Vital, pesquisador dedicado, pela presença sempre generosa desde o início do curso de doutorado. Ao lado de outros tantos familiares e amigos que acompanharam de formas diferentes essa etapa prazerosa, porém difícil, agradeço também, especialmente, ao professor Alexandre Mansur Barata, meu orientador, pela generosidade e compreensão, bem como pela notória capacidade e pelo comprometimento;

À professora Silvana Mota Barbosa, pelas dicas preciosas ainda no início do curso; à professora Karoline Carula, pelas precisas intervenções na fase da qualificação;

Por fim, agradeço, *in memoriam*, a meu saudoso pai, Darcy José Lopes, talentoso contador de histórias e, afinal, grande incentivador deste trabalho, que lhe é dedicado.

## RESUMO

A presente tese de doutorado analisa a trajetória de Antônio da Silva Jardim (1860-1891), advogado fluminense, natural de Capivari (atual município de Silva Jardim – Rio de Janeiro) que se notabilizou pela atuação na campanha propagandística em favor da República. Utilizando-se, sobretudo, da imprensa periódica, dos escritos políticos e memorialísticos de Silva Jardim, de documentos cartorários, a tese enfoca, principalmente, a sua atuação política nos anos de 1888 e 1889, quando percorreu as províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia. De modo específico, investiga sua passagem pela Zona da Mata mineira quando enfrentou forte oposição de numerosos grupos populares, em grande parte formados, conforme as narrativas da época, pela parcela egressa da escravidão. Além dos anos de tribuna do advogado fluminense, a tese também examina diferentes momentos da sua biografia: sua infância e juventude, no Rio de Janeiro; seus tempos de estudante de Direito em São Paulo, onde iniciou sua vida profissional; o período de autoexílio na Europa e as repercussões em torno de sua trágica morte em 1891.

Palavras-chave: Antônio da Silva Jardim. Republicanismo. Conflitos pós-Abolição. Brasil (século XIX).

## ABSTRACT

The current doctoral thesis analyses the trajectory of Antônio de Silva Jardim (1860-1891), fluminense lawyer, born in Capivari (current Silva Jardim county in Rio de Janeiro state) that became remarkable by the propaganda campaign in favor of the Republic. Using, mainly, of the periodic press, of the political and writings and memorialitics of Silva Jardim, of notary documents, the thesis focus, mostly, investigates his passage by Minas Gerais Forest Zone when faced strong opposition of numerous popular groups, largely formed, according to the narratives of the epoch, by the egress slave population. Beyond the years of tribune of the fluminense lawyer, the thesis also asses different moments of his biography: his childhood and youth, in Rio de Janeiro; his times of law student in São Paulo, where he started his professional life; the period of self exile in Europe and the repercussions around his tragic death in 1891.

Keywords: Antônio da Silva Jardim. Replucanism. Post Abolition Conflicts. Brazil (XIX century).

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Manoel Zeferino de Paula Lopes .....	10
Figura 2 – Indenização.....	138
Figura 3 – Cena representou os distúrbios do dia 30 de dezembro de 1888, na Travessa da Barreira.....	168
Figura 4 – O jornal <i>O Mequetrefe</i> abriu o ano de 1889 criticando a influência das autoridades imperiais e do jornalista José do Patrocínio na criação da Guarda Negra .....	169
Figura 5 – Monteiro Manso conduz a “liberdade de culto .....	201
Figura 6 – Monteiro Manso negando-se a prestar o juramento causa efeito bombástico na Câmara dos Deputados .....	202
Figura 7 – O médico e fazendeiro mineiro na primeira página de <i>O Mequetrefe</i> .....	203
Figura 8 – Homenagem ao propagandista fluminense .....	204
Figura 9 – Saldanha Marinho regando a “árvore” da República.....	205
Figura 10 – O convite para o banquete e baile oferecido a Silva Jardim em Angustura .....	232
Figura 11 – Homenagem da <i>Revista Ilustrada</i> ao 1º aniversário da lei de 13 de maio – 1ª parte .....	284
Figura 12 – O rompimento público de Silva Jardim com Quintino Bocaiuva.....	288
Figura 13– O estilo combativo de Silva Jardim satirizado pela <i>Revista Ilustrada</i> .....	288
Figura 14 – Boa sorte aos viajantes.....	294
Figura 15 – Votos de um encontro amigável .....	295
Figura 16 – A <i>Revista Ilustrada</i> satiriza a política ambígua de José Mariano .....	299
Figura 17 – Silva Jardim no enalço de Gastão de Orleans.....	301
Figura 18 – Proclamação da República Federal brasileira, 15 de novembro de 1889.....	312
Figura 19 – Isabel Senhorinha de Jesus, conforme a memória família, filha de alforriada .....	354

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>ANOS INICIAIS: DE ALVO DE PICHÇÕES NOS MUROS PAULISTANOS À TRIBUNA REPUBLICANA.....</b>	<b>27</b>
2.1	ANTONICO: DA INFÂNCIA AO CASAMENTO .....	30
2.2	TRANSITANDO PELOS VÁRIOS POSTITIVISMOS .....	40
2.3	A RUPTURA COM O APOSTOLADO E A ESTREIA COMO TRIBUNO NA ILHA PORCHAT: PONTO DE INFLEXÃO DAS TRAJETÓRIAS PESSOAL E POLÍTICA.....	54
2.4	AS RAZÕES DA MUDANÇA PARA SANTOS E O PRIMEIRO <i>MEETING</i> .....	60
2.5	A ESCALADA DE RADICALIZAÇÃO DISCURSIVA DE SILVA JARDIM: CAMPINAS, 1888.....	79
2.6	DO MANIFESTO REPUBLICANO À RETOMADA DA PROPAGANDA .....	89
<b>3</b>	<b>O RETORNO À CORTE: DO ENTUSIASMO DOS PRIMEIROS ENCONTROS AO ROMPIMENTO COM AS LIDERANÇAS DO PARTIDO REPUBLICANO NACIONAL.....</b>	<b>106</b>
3.1	A REAÇÃO DO CENTRO REPUBLICANO: “OS JARDINS PODEM ANIQUILAR-NOS” .....	107
3.2	NOVAS PLATEIAS, DIFERENTES DEMANDAS: O DEFENSOR DO “PROLETARIADO” E DA LAVOURA.....	122
3.3	A “QUESTÃO DO JURAMENTO” E A ESCALADA DOS EMBATES DISCURSIVOS.....	131
3.4	INDENIZAÇÃO: UMA QUESTÃO EM ABERTO NO PÓS-ABOLIÇÃO.....	144
3.5	OS ENFRENTAMENTOS COM JOSÉ DO PATROCÍNIO .....	147
3.6	OS CONFLITOS DA TRAVESSA DA BARREIRA: “NEGRO-REPUBLICANOS” CONTRA “HOMENS DE COR”.....	152
<b>4</b>	<b>OS “ISABELISTAS” CONTRA O “HOMEM DA LEI NOVA”: A PROPAGANDA DE SILVA JARDIM PELOS TRILHOS DA MATA MINEIRA.....</b>	<b>176</b>
4.1	A CAMINHO DE MINAS: RECUPERANDO-SE NA FAZENDA SANTA GENOVEVA.....	177
4.2	AS ESTAÇÕES DA PROPAGANDA: DE MAR DE ESPANHA A PATROCÍNIO DE MURIAÉ.....	179
4.3	ANGUSTURA: A COBIÇADA TERRA DO DEPUTADO QUE NÃO JUROU.....	195
4.4	OS CONFLITOS EM ANGUSTURA .....	208
4.5	SITIADO NO HOTEL ROMA .....	217
4.6	A MEMÓRIA E A HISTÓRIA.....	231
4.7	MÚSICOS PRETOS, CAIXEIROS, GENTE ESTRANGEIRA DO COMÉRCIO, LAVRADORES .....	237

4.8	O CLUB DA LAVOURA: ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DO TRABALHO.....	259
<b>5</b>	<b>NOVOS DESTINOS, DESAFIOS RECORRENTES: CONFLITOS EM VALENÇA, SÃO JOÃO DEL-REI E PERNAMBUCO .....</b>	<b>271</b>
5.1	SÃO JOÃO DEL-REI: “TERRA DE MUITOS PADRES E MUITOS SINOS”.....	276
5.2	O PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DA LEI ÁUREA.....	280
5.3	NO ENCALÇO DO CONDE D’EU .....	289
5.4	O RETORNO À CORTE: VÉSPERAS DA REPÚBLICA .....	304
5.5	AS DESILUSÕES DE “EU-SILVA” .....	308
5.6	A MORTE NO VESÚVIO .....	336
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>348</b>
<b>7</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>355</b>
	<b>ANEXO A – PERCURSO DE ANTÔNIO DA SILVA JARDIM: FEVEREIRO E MARÇO DE 1889 .....</b>	<b>365</b>
	<b>ANEXO B – DA ESTAÇÃO DE SÃO LUIZ A ANGUSTURA.....</b>	<b>366</b>
	<b>ANEXO C – FONTES MANUSCRITAS .....</b>	<b>367</b>
	<b>ANEXO D – FONTES IMPRESSAS.....</b>	<b>368</b>
	<b>ANEXO E – PERIÓDICOS.....</b>	<b>369</b>
	<b>ANEXO F – ENDEREÇOS DE INTERNET.....</b>	<b>385</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os casarões oitocentistas que ainda resistem ao tempo na pequena localidade rural de Angustura<sup>1</sup> não são capazes de revelar ao visitante incauto os pormenores da histórica local, fortemente relacionados à cafeicultura do século XIX. Mas basta rápido contato com antigos moradores do lugar para que essa percepção logo se transforme. Um episódio em especial é rememorado de forma recorrente: a nada tranquila estada de Silva Jardim, o propagandista da república, em março de 1889. Essa constatação veio ao encontro de uma difusa memória familiar preservada pela oralidade: meu avô paterno contava aos filhos que seu pai, Manoel Zeferino de Paula Lopes, testemunhara em Angustura ações de ex-escravizados contra o tribuno republicano. Pouco pude saber sobre o meu bisavô, a não ser que pertencia à Maçonaria, informação que inequivocamente nos legou o seu único retrato. Na imagem, sem datação, Manoel Zeferino, aparentando ter não mais que 40 anos, ostenta medalhas maçônicas em sua vestimenta. Nenhuma outra memória subsistiu sobre ele como origem, profissão, condição social. Há somente pistas deixadas pela história de sua descendência. Seus filhos não estudaram e lutaram sempre contra dificuldades financeiras. Ou seja, Zeferino foi ou tornou-se homem de poucas posses. Teria morrido em sua casa comercial na antiga estação de Simplício<sup>2</sup>, de um ataque cardíaco, ao ver se aproximar o irmão mais novo que há muitos anos desgarrar-se da família, tirando das cordas de um violão a sua melodia preferida. Encontrei-o sendo investido, em 1898, no cargo de delegado suplente da freguesia de Angustura.<sup>3</sup> Então, provavelmente ele muito frequentou a freguesia ou mesmo por ali viveu antes de se radicar na estação de Simplício, caso proceda a narrativa sobre o local do seu falecimento. A história que Zeferino talvez tenha repetidamente contado aos filhos atravessou gerações e acabou inspirando esta tese de doutorado, que tem como fio condutor as dificuldades enfrentadas por Silva Jardim no seu firme propósito de expandir a ideia republicana.

Depois de discursar, ele teria sido agredido por um dos libertos que, desde a véspera da data marcada para a conferência republicana – 13 de março de 1889 –, rondavam de forma ameaçadora o lugar preparado para receber o “ilustre visitante”. As versões da tradição oral sobre os conflitos são muitas, já as explicações são uníssonas: os libertos teriam sido manipulados para atender aos objetivos dos monarquistas da região. Tal afirmação expressa a memória histórica local<sup>4</sup> construída muito em função da

<sup>1</sup> Distrito de Além Paraíba, município com cerca de 36.000 habitantes pertencente à microrregião de Cataguases, na Zona da Mata mineira e localizado na divisa com o estado do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Originalmente estação da Conceição, construída entre as cidades de São José de Além Paraíba e Sapucaia.

<sup>3</sup> ATOS do Governo do Estado. **Minas Gerais: Órgão Oficial dos Poderes do Estado (MG)**, Ouro Preto. Noticiário, ano 7, n. 17, 18 jan. 1898. Noticiário, p. 4.

<sup>4</sup> A categoria memória histórica aqui utilizada aproxima-se em muitos aspectos da teorização de Maurice Halbwachs. Após ressaltar a inadequação da expressão, por associar dois termos opostos em mais de um ponto, o autor registra que os “acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que se impunham aos círculos de homens que deles guardaram por muito tempo a lembrança viva”. HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1990, p. 80.

“ilustre”, embora tumultuada, passagem de Silva Jardim. Essa memória foi utilizada na valorização do movimento republicano de Angustura, na época, próspera freguesia cafeeira, citada muitas vezes nos jornais da capital do Império. Outras narrativas que tenderiam mais a reconhecer o descontentamento dos antigos escravizados com a crescente ameaça à Casa Imperial brasileira ficaram restritas aos acalorados debates da época, que aqui serão analisados.

Figura 1 – Manoel Zeferino de Paula Lopes



Fonte: Acervo Familiar

A forma vivaz com que o entrevero entre Silva Jardim e os libertos de Angustura é até hoje lembrado pode ser um exemplo das vivências “por tabela” descritas por Michael Pollak (1989, pp. 3-15) e despertou minha curiosidade, que logo se transformou em grande interesse à medida que fui reunindo uma documentação histórica bastante promissora a respeito. Assim, um dia do recesso escolar de julho, dedicado à visita de antigas sedes cafeeiras da região, acabou se transformando em inspiração para o projeto de doutorado que já ocupava o plano das minhas muitas desistências, não por falta de entusiasmo pela pesquisa histórica, mas pela acomodação natural como professora da educação básica já próxima da aposentadoria.

Fica assim justificado o espaço reservado ao município que aqui será nomeado de acordo com sua denominação original: São José de Além Paraíba. Originalmente, a tese trataria principalmente dos conflitos lá ocorridos e que continuaram em destaque justamente por estarem relacionados ao estímulo



inicial para o projeto de doutorado. No entanto, como forma inclusive de reforçar a ocorrência das seguidas confusões que tumultuaram e muitas vezes obstaram a campanha republicana de Jardim, foi também considerada grande parte do trajeto por ele realizado entre os anos de 1888 e 1889. Fica assim justificado o espaço reservado ao município que aqui será nomeado de acordo com sua denominação original: São José de Além Paraíba. Originalmente, a tese trataria principalmente dos conflitos lá ocorridos e que continuaram em destaque justamente por estarem relacionados ao estímulo inicial para o projeto de doutorado. No entanto, como forma inclusive de reforçar a ocorrência das seguidas confusões que tumultuaram e muitas vezes obstaram a campanha republicana de Jardim, foi também considerada grande parte do trajeto por ele realizado entre os anos de 1888 e 1889. À medida que as fontes apontavam para a resiliência do jovem tribuno, enfrentando dificuldades constantes em suas andanças, correndo risco de morte, inclusive, foi preciso conhecer melhor o personagem, aprofundando na sua biografia. No entanto, desde já esclareço que não se trata de um estudo biográfico no sentido estrito da expressão. Isso exigiria aporte mais amplo da bibliografia a respeito e também outros tipos de fontes que abarcassem, com igual cuidado e detalhamento, as várias fases da breve existência de Jardim. Portanto, minhas incursões pelo campo biográfico foram quase uma imposição do viajante, quem seguiu por quase dois anos em suas andanças nada tranquilas em prol da ideia republicana.

É preciso que de pronto fique claro que, ao retomar as várias fases da vida do personagem, – antes de lhe permitir fazer as malas, iniciando a narrativa sobre os seus meses de propaganda – não o fiz com o intuito de determinar a constância de suas aptidões ou as características que, ao final, tê-lo-iam conduzido para o exercício do seu papel político no apagar das luzes do Império. Mas esse foi, como veremos, um elemento bastante presente nas biografias consultadas, sobretudo na obra de José Leão Ferreira Souto, uma das principais fontes em que se baseia esta tese. Leão, além de contemporâneo, amigo íntimo de Silva Jardim, foi o primeiro a publicar uma biografia póstuma do propagandista. Antes, Raimundo Sá Valle havia homenageado o correligionário político com uma obra ligeira,<sup>5</sup> cujos fragmentos publicados nos jornais da época apontam para uma narrativa elogiosa e que, ademais, não pôde ser conhecida na íntegra.<sup>6</sup> José Leão, ao contrário, produziu uma obra alentada e muito rica, sobretudo nos muitos trechos em que declaradamente fala de si próprio ao construir a narrativa sobre a vida do amigo precocemente desaparecido. Uso o termo declaradamente para lembrar quanto do biógrafo existe em sua obra biográfica, projeções por vezes não tão claras, mas comumente existentes.<sup>7</sup>

<sup>5</sup> Conforme parece ter sugerido José Leão. LEÃO, José. **Silva Jardim**: apontamentos para a biografia do ilustre propagandista, hauridos nas informações paternas e dados particulares e oficiais. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, p. 39.

<sup>6</sup> Consegui localizar apenas menções à publicação e alguns fragmentos, mas não a obra completa, que teria sido publicada na tipografia da Gazeta de Notícias. **GAZETA de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 244,1 set. 1889. Propaganda Republicana, p. 4.

<sup>7</sup> Ver: BORGES, Vavy Pacheco. O “eu” e o “outro” na relação biográfica: algumas reflexões. In: NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel Andrade; BREPOHL, Marion (org.). **Figurações do outro**. Uberlândia: EDUFU, 2009, p. 232.

Optei por utilizar largamente o livro de José Leão, em aparente preterimento de outras biografias, por ter encontrado muito dessa citada obra em publicações ulteriores. Dornas Filho (1936), o autor que resgatou o tema no século XX, parece ter feito uma compilação do livro do norte-rio-grandense pelo menos em relação aos aspectos pessoais do biografado. Os que se seguiram, em grande medida, também se basearam na publicação de 1895. Entre eles, Oilian José (1921) foi o mais considerado, por ter registrado informações e comentários a respeito da propaganda republicana em Minas Gerais, que muito me interessaram. Surpreendentes achados de última hora foram incorporados com gosto, como a publicação de Anacleto de Freitas, o “moço preto” que chegou a liderar o *Club Republicano dos Homens de Cor*, fundado em meados de 1889. Eu já havia desistido dessa fonte cuja referência fora fortuitamente encontrada em minhas pesquisas no site da *Hemeroteca Nacional*. Em novembro de 1892, o *Gazeta de Notícias* noticiava para breve o lançamento do folheto.<sup>8</sup> Em vão, tentei por muito tempo localizá-lo nas instituições cariocas, onde reuni grande parte da documentação utilizada. Na minha última visita à Biblioteca Nacional em busca do livro *Quando eu era vivo*, de Medeiros e Albuquerque, – fonte citada por muitos autores consultados e que, ao final, decidi conhecer na íntegra – tive a sorte de ser atendida por uma bibliotecária, nas suas próprias palavras, obcecada, que foi verificar nas referências ainda não constantes do acervo digital a publicação perdida de Anacleto de Freitas. Assim, tive contato com uma fonte que me parece inédita, cuja simples comprovada existência já ajuda a preencher as muitas lacunas sobre a mobilização dos “homens de cor” republicanos no Rio de Janeiro.

Retorno a José Leão para melhor apresentar a obra que se constituiu como uma das minhas principais fontes. O livro *Apontamentos para a biographia do ilustre propagandista*, cujo subtítulo – *hauridos nas informações paternas e dados particulares e officiaes* – já prenuncia o esforço do autor na realização de um trabalho amplo. Foi promovido pelo próprio pai do biografado, Gabriel da Silva Jardim, nos locais por onde anos antes andara o jovem tribuno a propagandear a república.<sup>9</sup> José Leão baseou-se nas próprias memórias do seu personagem<sup>10</sup> nos relatos familiares sobre a sua infância e adolescência e, para abordar os momentos posteriores – os tempos de estudante e, mais tarde, a vida adulta do advogado na capital paulista, já casado e com completa autonomia financeira – valeu-se das correspondências entre pai e filho. Conforme o autor, várias cartas foram publicadas na íntegra. São realmente extensas as missivas e constituem valorosa fonte, de onde foi possível extrair, por exemplo, impressões sobre a relação do advogado com a família, as discordâncias políticas com o pai e o seu pensamento com relação às mulheres.

<sup>8</sup> **GAZETA de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 18, n. 330, p. 3, 27 nov. 1892.

<sup>9</sup> Gabriel Jardim, pai do já falecido conferencista republicano, esteve na Zona da Mata mineira promovendo a venda do livro de José Leão, cujos resultados seriam empregados na construção da escola Silva Jardim, em homenagem ao “malgrado propagandista”. ESCOLA Silva Jardim. **O Leopoldinense**, Leopoldina, ano 16, n. 55, p. 2, 30 jun. 1895.

<sup>10</sup> Refiro-me ao livro JARDIM, Antônio da Silva. **Memórias e viagens**: campanha de um propagandista. Lisboa: Tip. da Cia Nacional Editora, 1891.

Por outro lado, nos dois últimos capítulos, o próprio autor insere-se como testemunho das situações narradas, uma vez que conviveu sistematicamente com o biografado. No decorrer do texto, essa relação ficará mais detalhadamente conhecida.

Ainda é necessário comentar o tipo de biografia realizada por Leão, que dividiu o seu livro em três capítulos: *O Homem*, *O Propagandista* e *O Político*. Essa divisão foi, no entanto, relativizada pelo comentário de que, embora separadas, essas instâncias da vida de Jardim sobrepuseram-se constantemente, sendo impossível isolar completamente o lado “pessoal e doméstico” do “público e geral” ou separar o homem do propagandista; ou desconsiderar as “manifestações intelectuais, morais e práticas” (LEÃO, 1895, p. 128) do filho, esposo, professor, pai, advogado e político. Arrisco dizer que essas considerações soam, à primeira vista, compatíveis com uma concepção não linear da existência humana e mais próximas da construção social tal qual proposta por Bourdieu, como uma rigorosa descrição da personalidade designada pelo nome próprio, “[...] o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agentes eficientes em diferentes campos.” (BOURDIEU, 1998, pp. 183-191).

Contudo, apesar da intervenção do autor, que se dá apenas quase na metade do livro, quando justamente se inicia a parte dedicada a cobrir o período da propaganda, a narrativa acaba apontando quase que exclusivamente para uma trajetória de vida pré-determinada pela vocação pedagógica do personagem desde a infância manifestada. Essa alegada predestinação de Jardim teria extrapolado o campo escolar e o seu temperamento original de “homem de ensino” havia favorecido o surgimento da alma “forte e evangelizadora”, que sabia interpretar “o espírito das massas” (LEÃO, 1895, pp. 121-122). Assim, a obra aproximar-se-ia das biografias de inspiração positivista, focadas em talentos pessoais, a despeito da negativa do voluntarismo individual em favor das leis da evolução social presentes no pensamento comtiano. Tenderia esse tipo de biografia a enaltecer os heróis da sociedade, dignos de servirem como exemplo aos seus contemporâneos. Dessa maneira, “os aspectos públicos e notáveis dos personagens enfocados, dispostos em uma narrativa cronológica e linear” (SCHMIDT, 1996, p. 11) apontariam para a evolução e para o progresso experimentados pelo biografado. No entanto, percebo a obra de Leão como mais complexa, inadequada a modelos rigidamente classificados. É bem verdade que se valeu largamente do “desde já, [...], desde então, desde pequeno” para organizar a vida como uma história: “[...] segundo uma ordem cronológica que também, é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo” (BOURDIEU, 1998, p. 184). Mas também reafirma o peso da individualidade de Jardim – com suas características pouco nobres, como a excessiva vaidade – como preponderante na sua escalada enquanto propagandista da república.

Essa valorização das singularidades do biografado, embora atrelada à missão política e social atribuída ao personagem muitas vezes idealizado, é um dos grandes méritos do livro. A expressividade dos gestos e das palavras agia como um elemento hipnotizador, características que, somadas à sua “necessidade de ser grande” (LEÃO, 1895, p. 119) teriam conferido ao jovem advogado as qualidades para rapidamente se afirmar como o mais importante propagandista da república. Parece aproximar-se Leão da fórmula do pequeno X,<sup>11</sup> cujo peso estaria ligado ao que é inato, singular, ao que deriva do talento pessoal, da livre vontade. De qualquer forma, não estabeleci como objetivo uma análise sobre *Apontamentos para a biografia do ilustre propagandista*. Trata-se de uma fonte instigante, que revela a própria insatisfação do autor com sua situação de alijamento do governo republicano em prol do qual também teria se esforçado. Ao escrever sobre a vida do amigo, fala de si próprio, embora não tenha se furtado a criticar o biografado, por sua excessiva vaidade e por sua adesão ao Governo Provisório. Tomou para si o encargo de complementar as memórias de Jardim, usando a sinceridade que, em sua opinião, havia lhe faltado: “Tenho dado bastantes provas de abnegação e no meu isolamento mostrado que sei suportar as consequências da minha intemperança de linguagem no tocante de dizer a verdade de toda inteira” (LEÃO, 1895, p. 128). Referia-se o biógrafo aos republicanos reconhecidos como históricos, que teriam tratado Jardim com inveja e deslealdade e, naquele momento, como governistas, mantinham “a política de mentira que seguia a monarquia” (LEÃO, 1895, p. 128). Na época da publicação do livro, Leão encontrava-se no Rio de Janeiro, para onde se mudara em 1887 após ter deixado a Fazenda Pública, segundo ele em decorrência de seu envolvimento no movimento abolicionista, que tinha lhe rendido, já em 1886, uma arbitrária transferência para o Ceará. Na capital do Império, instalou-se em Santa Teresa e lá abriu uma escola em endereço próximo ao de Silva Jardim, que havia também se transferido para a Corte. Novamente se acercava do amigo, tendo-lhe como vizinho e colaborador no estabelecimento de ensino.

Falta abordarmos o único livro escrito pelo nosso personagem, assim como a coleção de seus discursos, publicada em 1978. Além dessas duas obras, baseei-me em correspondências não constantes da obra de José Leão, tampouco da coletânea *Propaganda Republicana*, pequenos achados que tiveram muita utilidade. Trata-se de duas cartas enviadas a Clóvis Beviláqua; um bilhete enviado a Lopes Trovão; a missiva enviada ao cunhado Martin Francisco Bueno de Andrada; outra ao amigo Sampaio Ferraz, já durante sua estada na Europa, e ainda aquela que foi divulgada na imprensa do Rio de Janeiro como sendo

---

<sup>11</sup> Refiro-me à obra de Sabrina Loriga. A autora revisita pensadores oitocentistas que buscaram restituir a dimensão individual da história. A fórmula do pequeno X é do alemão Johann Gustav Droysen. “Para ele, a história só existe em presença do ser humano, que chega, através dos seus tormentos, a escolhas”. O x, embora pequeno, exerce papel fundamental, “já que é ele que dá à história seu movimento.” Segundo as metáforas criadas por Droysen, considerando-se A o gênio individual e sendo A a soma de a+x, onde o primeiro representa circunstâncias exteriores (época, tradições, ideias, lugar, condições materiais e técnicas) e x o valor único da pessoa humana, “o infinitamente pequeno x tem um valor desmesurado.” LORIGA, Sabrina. **O pequeno X: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011 (Coleção História e Historiografia.), pp. 96-98.

seu último contato com o Brasil. A primeira fonte, embora sucinta, foi fundamental para que eu conhecesse um pouco a alma do biografado por meio de suas confissões ao amigo nos tempos de preparatório na Corte. As três últimas forneceram-me impressões sobre o estado de espírito de Jardim nos seus dias de autoexílio, sobre seus planos e suas expectativas.

Antônio da Silva Jardim escolheu como ponto de partida de suas memórias o mês de janeiro de 1888, rememorando os preparativos e o sucesso de público que foi o seu grande primeiro *meeting*, realizado no Teatro Guarany, em Santos. Sua narrativa priorizou sempre os grandes momentos como propagandista, cuja estreia, no ano e local citados, parece ter representado uma inflexão na sua vida, conjunção de momento fortuito com oportunidade, que ele passou a avaliar como exitosa. As menções à infância e à juventude surgem na primeira parte do livro, – *Memórias* – porém de uma forma transversa ao passado mais próximo, ou seja, surgem como lembranças a partir do relato dos tempos da propaganda. Assim, quando narrou o seu retorno provisório a São Paulo, em meio aos perigos da campanha já iniciada na província fluminense, ele evocou os tempos iniciais na capital paulista. Escrito durante seu degredo voluntário na Europa, após uma série de desgostos enfrentados no primeiro ano do novo regime, o livro claramente valorizava os seus esforços em prol da campanha republicana, mantendo-a sempre em primeiro plano. Mas, por meio dele, Jardim quis apresentar uma proposta conciliatória, evitando reascender as escaramuças internas envolvendo lideranças dos partidos republicanos paulista e fluminense, o que vem ao encontro da crítica mais tarde feita pelo seu biógrafo e que foi acima comentada. O tempo dos combates ácidos, fossem orais ou travados nas páginas das imprensas, havia ficado para trás. Personagens antes atacados tinham agora suas qualidades reconhecidas. Algumas vezes se valeu da correspondência de terceiros para abordar uma determinada situação que claramente aludia às dissidências da época de propaganda. Terceirizado o relato, eximiu-se de lembrar, por exemplo, que foi impedido de falar em Leopoldina, na província de Minas Gerais, pelo próprio clube republicano local, pouco antes de romper publicamente com a direção oficial do Partido Republicano Nacional.

Os seus dois anos de propaganda ocuparam a segunda parte do livro, que ressalta sua coragem e persistência, mas que evita, como já mencionado, reascender disputas ainda latentes naquela fase de reorganização política nos tempos iniciais do novo regime. Logo, uma das impressões possíveis da leitura completa de *Memórias e Viagens* é que Jardim dedicou-se a afirmar sua importância e legitimidade política como propagandista, rerepresentando o seu modelo de república já em um momento em que se encontrava preterido pelo Governo Provisório instalado em 15 de novembro de 1889, tentando, assim, eximir-se de polêmicas anteriores e buscando reinterpretar o seu próprio posicionamento político durante os anos de propaganda, que determinara o seu isolamento dentro do Partido Republicano Nacional a partir de maio de 1888. José Leão foi taxativo a esse respeito: “Fez o que se chama de uma retirada falsa.” Isto é, pretendia somente refazer as forças para voltar ao cenário político visando à presidência da República

“n’um futuro pouco longe” (LEÃO, 1895, p. 272). Independentemente das intenções de Jardim na época da escrita de suas memórias, o que fica claro é que ele adotou um tom conciliador, como adiantou por carta a um amigo ao informá-lo sobre o estado adiantado de seus escritos. Todavia, para o propósito particular desta tese, importa mais esclarecer que a narrativa por ele construída por vezes se guiou pela sucessão das estações de trem, onde, entre embarques e desembarques, cumprira a missão a que tinha se proposto, enfrentando, como ressaltou, perigos e dificuldades de toda sorte.

Tornar inteligível as etapas reais do trajeto feito pelo então propagandista a partir das lembranças escolhidas dois anos depois pelo advogado sem mandato político e sem nenhum cargo no governo republicano depreendeu algum esforço. Jardim manteve a sua narrativa citando estações, fazendas, pequenos lugares e cidades, mas o caminho selecionado pela sua memória é obviamente tortuoso: alguns personagens mereceram destaque, muito provavelmente em função dos espaços que ocupavam naquele período, como Cesário Alvim, o primeiro presidente do estado de Minas Gerais, e o médico Nonimato Lima, nomeado Intendente de Patrimônio do Distrito Federal, fiel apoiador de seu nome para o cargo de deputado pelo 8º distrito mineiro, correspondente à região de Ubá, nas eleições de 1890. Mais de uma vez, Jardim pulou etapas da viagem, apenas as mencionando posteriormente por meio de conversas com tais personagens, de forma mais ligeira.

A cronologia apresentada em *Propaganda Republicana*, obra da qual falarei a seguir, acertou, em grande parte, o roteiro da viagem. No entanto, algumas imprecisões foram imediatamente notadas,<sup>12</sup> o que determinou pesquisas complementares nos jornais. Os rumos do propagandista foram sendo assim desvendados e foi possível traçar um roteiro bastante completo. Ficou explicado, por exemplo, que o sôfrego trajeto em estrada de chão entre o momento que deixou a linha férrea e a chegada em Mar de Espanha, Minas Gerais, deu-se a partir da estação de Santa Helena. Jardim descreveu as agruras do percurso, enfrentado em fase de convalescença, sem determinar, entretanto, o local preciso de desembarque. Santa Helena era o mais próximo terminal ferroviário daquela cidade, que, na época, não contava ainda com uma estação de trem. Reconstituir esses detalhes foi importante, pois, por meio deles, teremos noção dos esforços feitos por Jardim, algumas vezes se desviando da praticidade do conforto dos trilhos da linha férrea, o que aponta o peso de algumas visitas feitas com sacrifícios redobrados. Portanto, cruzando as informações de *Memórias e Viagens*, as publicações dos jornais e a cronologia constante em *Propaganda Republicana*, consegui um traçado bastante preciso dos rumos tomados pelo nosso personagem. Falemos a seguir dessa última obra, também muito utilizada.

---

<sup>12</sup> Consta, por exemplo, que a visita à freguesia de Angustura havia sido posterior à passagem pela cidade de São José de Além Paraíba, o que seguramente está incorreto. JARDIM, Antônio da Silva. **Propaganda Republicana – 1888-1889**: Discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978, p. 46.

Jardim chegou a anunciar que estava no prelo a edição de seus *Discursos, opúsculos e manifestos*. A iniciativa, no entanto, foi frustrada com a sua morte, por razões, segundo José Leão (1895, p. 160), injustificadas, já que o encargo já teria sido dado a Serafim José Alves. Na tentativa de extrair mais alguma outra informação a respeito, encontrei uma nota que confere plausibilidade à fala de José Leão: Serafim era do ramo. Tinha uma livraria no nº 83 da Rua Sete de Setembro.<sup>13</sup> Mas é o próprio autor que, em carta ao cunhado Martim Francisco, datada de 20 de dezembro de 1890, corrobora a boa memória de Leão: “Em Paris tenho muito que fazer. Continuo a correção dos meus trabalhos de propaganda para a casa Serafim José Alves, do Rio, em dois volumes, sendo que vai bem adiantado o primeiro, *Discursos*, devendo o segundo constar dos *Opúsculos e Manifestos*” (JARDIM, 1891a, p.2). O conteúdo da carta, que me parece de uso inédito, será retomado no quinto capítulo por estar relacionado ao período especialmente considerado naquela parte da tese: o exílio e a morte de Jardim. É necessário, nesse ponto, sabermos um pouco mais sobre a coletânea publicada na década de 1970.

Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho assinou o prefácio de *Propaganda Republicana* aludindo ao comentário de José Leão acima utilizado: “Foi essa a última notícia daquela publicação que, por isso mesmo, pode-se considerar extraviada” (LIMA SOBRINHO, 1878, p. 13). O autor pernambucano conferiu a Jardim um importante papel na disseminação da ideia republicana. Enquanto Rui Barbosa agia, “perigoso e eficaz”, nas páginas do *Diário de Notícias*, Jardim construía uma nova mentalidade, capaz de levar a êxito o movimento republicano. “Um queria demolir um Ministério, o outro, construir a República” (LIMA SOBRINHO, 1878, p. 13).

Vejo um entusiasmo justificável nessa análise, feita afinal pelo sobrinho de um militar pernambucano que, de perto, deve ter acompanhado as atuações de Jardim na capital do Império.<sup>14</sup> O mérito de seu esforço integrando o projeto de restauração do volume perdido é incontestável, embora tenham sido localizados, em jornais cariocas, alguns textos já produzidos no período republicano que não foram incluídos na coletânea, o que pode indicar que uma busca mais cuidadosa poderia recuperar ainda outros escritos. Trata-se de artigos utilizados na campanha eleitoral de 1890, uma entrevista dada dois dias antes daquele mesmo pleito, seu texto de despedida ao partir para a Europa e as já mencionadas cartas, que me parecem de uso inédito. Ainda assim, a coletânea publicada na década de 1970 aparenta ser bastante completa. Dispersos em várias bibliotecas e nas páginas dos jornais, os textos de Jardim foram sendo reunidos. Eram o produto de seus extensos discursos, publicados na imprensa ou transformados em impressos, muitas vezes em papel-jornal para diminuição de custos e facilidade de divulgação. Assim,

<sup>13</sup> NOVOS Livros. **O Tempo**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 47, 6 jul. 1891. Anúncios, p. 3.

<sup>14</sup> O nome do advogado Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho foi dado em homenagem a seu tio homônimo, nascido em Recife em 1862 e formado em 1884 na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Ele foi eleito deputado constituinte pelo Ceará no Governo Provisório. Em 1892, renunciou ao mandato, pois foi indicado pelo então presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, para o governo de Pernambuco.

como destacou Barbosa Lima, o avançado estado de deterioração dificultou o trabalho. Mas o resultado foi positivo, pois seus opúsculos e manifestos também foram recuperados. O trabalho de reunião dos artigos, publicados em vários jornais, completou a obra. Alguns discursos, cuja existência fora revelada nas capas dos folhetos existentes, nunca chegaram a aparecer. No entanto, as perdas lamentadas pelo advogado pernambucano foram pequenas, diante do grande material que, ao fim, foi coligido e que, seguramente, conforme o próprio autor ressaltou, dão uma ideia de sua campanha e de seu esforço. A empreitada, ressaltou Barbosa Lima, teria contado com o trabalho de taquígrafos. Sobre os textos taquígrafados, debruçava-se Jardim em um obstinado trabalho de revisão. “Poucos oradores se atreveram a esse trabalho, o da reconstituição dos textos, o da recriação de uma oratória sem público e sem aplausos ou sem auditório. Mas Silva Jardim tinha diante de si um programa e um ideal: a tarefa de um propagandista” (LIMA SOBRINHO, 1978, p. 41). O esforço de Jardim foi realmente enorme. Revisou seus extensos discursos, mantendo-lhes o conteúdo, até porque eram tempos em que seus adversários estavam atentos a qualquer deslize de uma edição desonesta, prontos a rebatê-lo publicamente nas páginas da imprensa. Em vários trechos, há registro de aplausos, mas também de interrupções, críticas, confusões imensas que interromperam sua fala.

Anos depois, o autor do prefácio de *Propaganda Republicana* voltou a iluminar o personagem Silva Jardim em data que, opinava, deveria ser emblemática para o regime republicano. O primeiro centenário da República brasileira coincidia então com o retorno das eleições diretas para presidente. Exatamente em 15 de novembro de 1989, os brasileiros voltavam finalmente às urnas depois da longa interrupção ditada pelo governo militar. Naturalmente, as comemorações, naquela conjuntura, não foram muito efusivas em torno de um marco histórico afinal protagonizado por militares. Barbosa Lima Sobrinho, em artigo assinado no *Jornal do Brasil*, no dia 12 de novembro de 1989, comentava e lamentava o quase esquecimento da data. Para ele, a ocasião deveria ser mais valorizada pela sociedade brasileira. Desdobrou-se em argumentos: a instauração do novo sistema de governo no fim do século XIX teria contado com uma “concordância tática” entre a sociedade brasileira e, apesar de ter partido de um golpe militar, não fora acompanhado por uma população “bestializada”, conforme relatou o jornalista Aristides Lobo em texto publicado no *Diário Popular* em 18 de novembro de 1889. “O sentimento republicano era espontâneo neste solo”, afirmava então Barbosa Lima (LIMA SOBRINHO, 1989). Para o autor, Silva Jardim tivera nisso grande participação. Concordo parcialmente com essa visão. Entre os “bestializados” de Aristides Lobo e a “concordância tática” de Barbosa Lima, escolho ressaltar a imensa repercussão que a propaganda republicana tomou, sobretudo a partir de meados do ano de 1888, levando ao interior das várias províncias a ideia de um novo regime. Ou seja, a república foi amplamente discutida não só nos meios intelectuais e urbanos, – na forma de publicações em jornais, conferências em teatro, conversações em confeitarias e cafés – mas também em comícios nos espaços públicos, atraindo multidões.



A propaganda republicana também chegou aos meios mais iletrados do interior, transportada em trens, cavalos e carroças, sendo recepcionada com jantares e bailes, mas sendo também achincalhada com pedras, tiros e amotinamentos. Um dos seus principais representantes foi, sem dúvida, Antônio da Silva Jardim, e é por meio dele que venho contrapor-me não só à “república dos bestializados” como também à república da “concordância tática”. Parte da população opôs-se à ideia da mudança do regime de forma muito contundente durante os dois últimos anos do Império, fase mais pronunciada da campanha republicana. Nessa perspectiva, este trabalho alinha-se mais à ideia de uma “república consentida,” (MELLO, 2007) embora não de forma consensual ou sem conflitos. Como demonstra Maria Tereza Chaves de Mello, as discussões políticas ganharam as ruas a partir do binômio afeição-desafeição em torno do regime monárquico. A autora ressalta que existia uma relação afetiva da população com os membros da realeza e, ao mesmo tempo, críticas ao regime monárquico. Silva Jardim vivenciou, sem dúvida, essa aparente incoerência de uma sociedade que esperava por mudanças e, ao mesmo tempo, apegava-se a valores e símbolos da tradição monárquica.

A inegável força da sua campanha encontrou no “monarquismo popular” (KRAAY, 2019, pp. 147-150), em grande parte representado pela população afrodescendente, seu principal obstáculo. O ativismo negro a favor da Monarquia foi deslegitimado pelos republicanos e por muito tempo confundido como ação inconsciente da “capangagem”, até porque, parte da historiografia teve dificuldades em categorizar como populares movimentos que mais pareciam reacionários, já que a favor da realeza.<sup>15</sup> Hoje, porém, trabalhos muito bem fundamentados – apoiados na memorialística, em publicações da imprensa, na análise da cultura africana e afrodescendente e na história da escravidão no Brasil sob novas perspectivas –, permitem que seja resgatada a legitimidade daquelas mobilizações que se avolumaram após maio de 1888.<sup>16</sup>

Outros autores, que abordaram mais especificamente os aspectos do pensamento e da ação política de Silva Jardim, foram utilizados no decorrer do texto, em diálogo com minha própria interpretação sobre as escolhas do advogado. Necessário, no entanto, caracterizar brevemente a obra de alguns deles. Maria Lúcia Ricci endossa grande parte das formulações de José Leão e Dornas Filho sobre a missão e as habilidades doutrinadoras do advogado. Na visão da autora, ele teria se preocupado em orientar a massa para a ideia da “coisa pública” (RICCI, 1987, p. 24). Por outro lado, a sua atitude revolucionária poderia

<sup>15</sup> Considerações baseadas em KRAAY, Hendrik. Reis negros, cabanos, e a Guarda Negra. Reflexões sobre o monarquismo popular no Brasil oitocentista. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 35, n. 67, pp. 141-175, jan. abr. 2019, p.167.

<sup>16</sup> Entre eles, ABREU, Martha. **O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999; ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; DOMINGUES, Petrônio. **Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 34 n. 67, pp. 251-281, jan. 2014; DAIBERT JUNIOR. Robert. **Isabel, a “Redentora” dos escravos**. Bauru: EDUSC, 2004.

ser explicada pelo seu “espírito irreconciliável com a injustiça” (RICCI, 1987, p. 98).

Já Ricardo Velez Rodrigues (1994) ressalta o caráter autoritário do pensamento de Jardim, que menosprezava a representação política, estando mais perto da visão estatizante e modernizadora de marquês de Pombal do que do modelo liberal e democrático do governo representativo. Maurício Vinhas de Queiroz, ao contrário, talvez tenha construído a mais idealizada narrativa sobre Silva Jardim, classificando-o como o precursor do socialismo no Brasil e destacando, exageradamente, os aspectos de sua origem humilde (QUEIROZ, M., 1947; QUEIROZ., M., 1967).

Heitor Ferreira Lima faz uma análise bastante ampla, esclarecendo na introdução que, como adepto do materialismo histórico, procurava explicar a ação de Jardim não isoladamente, mas como fruto da sua formação mental e cultural desde os bancos acadêmicos. Para o autor, o advogado fluminense “impregnou-se dos ideais mais avançados da sua época” (LIMA, 1987, p. 47). Maria Helena Guzzo (2003), como veremos, fez uma análise bastante equilibrada sobre a atuação política de Silva Jardim quanto ao seu apontado caráter revolucionário.

Por fim, Maria Fernanda Lombardi Fernandes nos apresenta uma obra bastante completa, onde são pormenorizadas as polêmicas travadas com Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Quintino Bocaiuva e Miguel Lemos. A autora difere-se pelo cuidado em apresentar os matizes positivistas que marcaram o projeto republicano esboçado por Silva Jardim, atentando para as contradições de sua militância tão bem exploradas por seus antagonistas. Ela chega até o “ocaso jacobino”, estendendo-se aos governos de Prudente de Moraes e Campos Sales, vislumbrando nas considerações finais “uma linha subterrânea” que vincula o pensamento e a ação política de Jardim ao “desencanto republicano”, presente desde o final do Oitocentos, porém mais disseminado a partir dos anos 20 do século passado, “palco da crise da Primeira República” (FERNANDES, 2008, p. 253).

Não posso deixar de citar o livro de Ângela Alonso (ALONSO, 2002) que embora apresente uma análise geral sobre o que ela chamou de movimento intelectual da geração de 1870, muito me auxiliou em termos metodológicos. Tentei me orientar pela visão adotada pela autora de que as ideias tomam corpo a partir de experiências compartilhadas. Portanto, preferi investigar as relações travadas por Jardim desde os tempos escolares do preparatório na Corte, atenta também às contingências que o levaram a se aproximar ou se afastar de determinado grupo e de que forma ele selecionou e utilizou as ideias para justificar determinadas posições. Assim sendo, optei por estender a análise sobre o “pensamento político” do personagem ao longo do texto (embora também o faça mais detidamente na próxima seção) por julgar que essa unidade não existiu de forma autônoma. Afinal, as ideias não têm vida própria, são instrumentalizadas por agentes sociais que as selecionam e as tomam como orientadoras de sua ação.

Voltemos à narrativa sobre a campanha republicana do personagem. Conforme as fontes utilizadas, centenas de “libertos,” além de trabalhadores “nacionais e estrangeiros” opuseram-se à presença

do conferencista nas províncias por ele visitadas. De forma contrária, sua presença foi solicitada mais de uma vez pelos comerciários da Corte que delegavam ao já famoso tribuno republicano a missão de defender seus interesses. Não se trata, porém, de uma diferenciação geográfica para o tratamento dado a Jardim, contrapondo o acolhimento que recebera na capital do Império ao das paragens interioranas que visitou. Em 1888, fora prestigiado e aplaudido na cidade do Rio de Janeiro, em seguidas conferências realizadas entre setembro e novembro, pelos trabalhadores do comércio, como há pouco mencionado, mas fora também atacado pela Guarda Negra. No ano seguinte, ao estender sua ação à província de Minas Gerais, Jardim continuou sendo alvo de grupos formados majoritariamente pela população não branca,<sup>17</sup> os quais, por vezes, foram igualmente identificados como ramificações daquela corporação criada na Corte sob os auspícios do jornalista José do Patrocínio. Surge daí outro ponto básico deste trabalho: a construção da memória republicana desqualificando o significado dos amotinamentos contra Jardim. Inicialmente, fizeram parte desse processo os republicanos do momento, ou seja, o próprio conferencista e seus correligionários políticos; observadores abalizados como Rui Barbosa e, no âmbito do recorte espacial do trabalho, – Zona da Mata mineira – personagens que, apesar do adesismo tardio, acomodaram-se na nova ordem política e passaram a ser vistos como grandes incentivadores do movimento republicano local, em detrimento de outros personagens que exerceram realmente grande protagonismo.

A fase inicial da pesquisa teve por base o arquivo digital da Hemeroteca Nacional. Associei o nome Silva Jardim à palavra Angustura e tive acesso aos primeiros registros nos jornais sobre os conflitos dos dias 13 e 14 de março de 1889. Entre essas primeiras fontes, havia apenas um jornal mineiro, dos sete periódicos que apresentaram alguma ocorrência. Tirando o *Arauto de Minas*, todos eram periódicos da Corte, sendo que o maior número de ocorrências surgiu no *Gazeta de Notícias* e no *Cidade do Rio*. O primeiro trouxe consecutivas publicações baseadas em relatos diversos sobre o ocorrido. Já o segundo insinuou o potencial polêmico das disputas das narrativas com José do Patrocínio. Continuei ampliando as fontes, utilizando combinações de palavras no site de busca da Hemeroteca, tendo sempre em vista o local e o período visados: São José de Além Paraíba, 1889. A partir da leitura de *Memórias e Viagens*, meu horizonte de interesses foi aumentando: quem eram os personagens locais citados nominalmente por Jardim? E os grupos que contra ele teriam se amotinado? Como traçar um perfil para esses manifestantes por ele e pelos jornais classificados, na maioria das vezes, por “libertos” ou “pretos”? O cruzamento entre os nomes, as datas e os locais, citados nas memórias do tribuno com as publicações da imprensa, sobretudo carioca e mineira, foi tornando possível a tessitura de um relato original sobre a visita de Jardim à Zona da Mata mineira, complementado por uma documentação obtida no Arquivo Público Mineiro e no Arquivo Central do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Trata-se, respectivamente, das atas do Clube Republicano

---

<sup>17</sup> Expressão que será utilizada sempre como referência à divisão inaugurada pelo censo de 1872, que incluía as categorias de pretos, pardos e caboclos entre aqueles não classificados como de “raça branca.”

e do Clube da Lavoura de Angustura; processos de liberdade e inventários *post mortem* de cafeicultores cujas terras localizavam-se naquela freguesia. Por meio de quatro inventários, que tramitaram entre as décadas de 1870 e 1880, tentei esboçar um quadro composto por prováveis projeções do que seriam os tais “pretos libertos” apontados por Jardim como seus principais oponentes nos conflitos locais. Aproximo-me assim da população egressa da escravidão, que teria levantado voz contra a república de Jardim, ao lado de outros “trabalhadores nacionais e estrangeiros”.

Ao decidir que a tese extrapolaria o recorte originalmente delimitado, continuei a utilizar combinações no *site* de busca da Hemeroteca, concentrando-me ora em locais, ora em personagens que apoiaram ou rechaçaram a propaganda e também em temas que naturalmente se impuseram: associativismo negro e indenização, bem como a “questão do juramento”, polêmico episódio protagonizado por um dos grandes apoiadores de Jardim em sua primeira viagem a Minas Gerais. Não limitei minha pesquisa a determinados periódicos ou locais de publicação. Fui selecionando as fontes de acordo com a riqueza de detalhes apresentados quando se tratava das narrativas dos conflitos, fossem elas feitas por colaboradores da campanha de Jardim ou por seus críticos. A priorização de alguns jornais foi, no entanto, impondo-se com o desenvolvimento natural da narrativa. À medida que já tinham sido comentadas as divergências entre Jardim e as lideranças do Partido Republicano Nacional, foi oportuno tentar mensurar a atenção dada pelo jornal *O Paiz* – então dirigido por Quintino Bocaiúva, eleito presidente do Partido em maio de 1889 – aos apuros enfrentados pelo propagandista. Pelas mesmas razões, jornais como *A Novidades* e *Cidade do Rio* foram consultados de forma mais detida sobre temas como Guarda Negra e indenização, já que o primeiro representava declaradamente o interesse dos senhores descontentes com o Império e o segundo defendia a mobilização dos “homens de cor” contra o denunciado conluio dos apoiadores da república contra os escravocratas.

Necessário já introduzir uma rápida discussão sobre o uso da imprensa como fonte. Na década de 1880, o telégrafo,<sup>18</sup> uma das grandes invenções da tecnologia das comunicações, aliado à rapidez do trem de ferro reconfiguraram o processo de repercussão das notícias e da própria distribuição dos jornais.<sup>19</sup> Veremos que muitos foram os telegramas enviados de várias estações ferroviárias, não só das capitais provinciais, mas também do interior, dando conta sobre a campanha republicana de Silva Jardim. Construía-se a imagem do jornalismo “[...] como conformador da realidade e da atualidade. Se o telégrafo torna os acontecimentos visíveis, há que se informar fatos que ocorreram próximos ao público” (BARBOSA, M., 2007, p. 24)

<sup>18</sup> Com o surgimento do telégrafo, em 1874, instala-se no Rio de Janeiro a primeira agência de notícias, Havas. BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil –1800-1900.** Ed. digital. Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2017, p. 117.

<sup>19</sup> Ver: SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: MAUAD Editora Ltda, 4 ed., 1999, pp. 208-209.

Essa dinâmica fez parte de todo um aparato de mudanças tecnológicas que, na penúltima década do século XIX, passou a impulsionar, sobretudo no Rio de Janeiro, um novo jornalismo com profundas repercussões na sociedade. Priorizando a notícia, a informação e a alegada neutralidade, folhas diárias de grande tiragem e circulação passaram a ter crescente influência sobre as camadas letradas e não letradas da população, inseridas em uma complexa rede formada pela tradição da oralidade e das diferentes formas de comunicação. Essa discussão será feita levando em conta a diferenciação entre alfabetização e letramento, conforme as análises de Marialva Barbosa (BARBOSA, M., 2017). Ainda que não alfabetizados, os indivíduos, inclusive escravizados, estiveram imersos em um mundo que oportunizava experiências de letramento, não só pela oralidade, mas pelo apelo visual e pela destreza de códigos escritos exigida por algumas profissões. Os impressos eram lidos em voz alta, circulavam em muitas mãos e passavam cada vez mais a apresentar-se pelo recurso visual das ilustrações.

Como já esclarecido, não me restrinjo à imprensa carioca e considero jornais de porte e propostas totalmente distintas, como o jornal *Gazeta de Notícias*, *Novidades* ou *O Apóstolo*. O primeiro foi bastante representativo das mudanças rumo à profissionalização jornalística. O segundo esteve ligado à oposição dos senhores de escravos ao governo e o último, a uma folha confessional – diferenças que serão frisadas no decorrer do texto à medida que as fontes forem sendo utilizadas. Por enquanto, é importante assinalar dois pontos: primeiro, no final dos anos 1880, houve a eclosão de uma nova cultura política<sup>20</sup> gestada desde a década anterior e estreitamente ligada ao fortalecimento do dialético papel da imprensa de se apresentar como instrumento imparcial e legítimo para encetar mudanças políticas e socioculturais, fortalecendo-se, ao mesmo tempo, como porta-voz de grupos dominantes, construindo uma unidade política em torno de um só projeto, processo cujo marco principal veio a ser a instalação da República. Segundo, as ideias abolicionistas e republicanas, embora não estivessem necessariamente ligadas, – pois havia republicanos não abolicionistas e *vice-versa* – foram alavancadas por meio da imprensa, que então adotava, em diferentes graus, os novos padrões de modernidade tanto materialmente, na forma de se produzir impressos, como no alinhamento com os pressupostos da “política científica” então proposta como a “ressignificação da tradição nacional” (ALONSO, 2002, p. 238). Somente no Rio de Janeiro, entre 1888 e 1889, período especialmente considerado nesta tese, há o ápice do processo de crescimento dos periódicos, notado desde o início da década.

Um terceiro ponto a ser ainda considerado está ligado à constatação de que a frenética modernização dos jornais não era unívoca. Mesmo nas capitais das províncias, havia periódicos feitos artesanalmente, seguindo moldes antigos de produção, cuja responsabilidade, por vezes, caía sobre uma

---

<sup>20</sup>Utilizo aqui o conceito de cultura política da forma como foi descrita por Serge Berstein. Segundo o autor, o fato novo no manuseio do conceito é que ele pode ser aplicado a uma cultura difusa que se exprime por meio de um conjunto de referências. BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 88.

única figura: o proprietário. Importante ressaltar essas diferenças, pois me baseio em registros produzidos inclusive pela imprensa interiorana. É bem verdade que, muitas vezes, as fontes foram utilizadas apenas para confirmar determinado trajeto ou determinada data; outras vezes, no entanto, repercutiram a fala de personagens de visibilidade nacional e ainda o protesto ou o agradecimento de um obscuro personagem do interior de Minas Gerais, por exemplo. Ou seja, a dificuldade foi potencializada, já que, ao se trabalhar com a imprensa como fonte, são muitos os elementos a serem considerados, como especificidades de produção, circulação e recepção. É necessário esclarecer, portanto, que não estendi a todos os jornais o tratamento devido, pois isso tomaria tempo e espaço por demais excessivos.

Alinhada com o pensamento de que “a tarefa da história não é, pois, recuperar o passado tal como ele se deu, mas interpretá-lo” (BARBOSA, M., p. 2007, p. 13) esforcei-me em compreender as publicações selecionadas “[...]dentro de suas próprias teias de significação,” tentando tornar “explícito o implícito”, e público o que se procurou manter em segredo, além de buscar coerência naquilo que hoje nos parece incoerente ou que já na época foi assim considerado pelos autores das narrativas utilizadas. Foi preciso “[...] perguntar pelos silêncios e identificar no que não foi dito uma razão de natureza muitas vezes política.” Não só as omissões, mas o laconismo, ou, inversamente, a prolixidade, foram tomados como elementos significativos em determinado contexto, assim como mudanças, tênues ou drásticas, no tratamento dado a determinada questão ou personalidade. Assim, evitando generalizações, atenta às particularidades dos vários espaços sociais considerados, tentei instrumentalizar as fontes na construção desta narrativa que espero ter se inserido de forma lúcida “no mundo das coisas contadas” (BARBOSA, M., p. 2007, pp. 13-15).

Expostos os pontos básicos sobre fontes e metodologia, devo reiterar que um dos principais objetivos deste trabalho é demonstrar que a campanha de Jardim enfrentou forte oposição de numerosos grupos de estratos populares, em grande parte formados pela parcela egressa da escravidão, de acordo com as narrativas da época, o que vem sendo considerado como um contraponto a visões que afirmam a apatia da sociedade frente à proclamação da República, como se os aspectos de surpresa e passividade – que, segundo observadores coevos, marcaram o Quinze de Novembro– fossem determinantes para apagar todas as manifestações anteriores a favor e contra o novo regime, que então largamente se apregoava como inevitável nos meios letrados.

A parte inicial apresenta ao leitor um breve resumo sobre a vida de Antônio da Silva Jardim: sua origem familiar, a infância na antiga Capivari, a adolescência entre Niterói e a Corte nos anos difíceis do preparatório e sua ida para São Paulo, onde se formou em Direito e entrou para tradicional família paulistana, casando-se com uma das filhas de Martin Francisco Ribeiro de Andrada. Estende-se do nascimento, em 1860, até a mudança para a Corte, em setembro de 1888. Tem como objetivo inicial destacar o caráter polêmico do personagem que angariou em São Paulo, já durante o bacharelado, muitas

inimizades.

O terceiro capítulo inicia-se com a mudança de Jardim para a Corte, em setembro de 1888, e tem como objetivo central demonstrar como seu entusiasmo inicial, inclusive compartilhado pelos seus correligionários, transformou-se em isolamento dos quadros oficiais do Partido Republicano Nacional. Aponto a adequação do aparato discursivo de Silva Jardim a públicos diversificados; analiso seus textos e opções políticas em diálogo com autores que abordaram o tema; destaco os conflitos entre os republicanos e a Guarda Negra, na conferência de 30 de dezembro de 1888, e o acirramento deles decorrentes da polêmica entre Jardim e José do Patrocínio; apresento o personagem Antônio Romualdo Monteiro Manso como o elo entre a propaganda republicana e a microrregião de Cataguases, na Mata mineira, resgatando a importância do episódio por ele protagonizado ao se negar a prestar juramento à Monarquia e à Igreja Católica ao tomar posse no Legislativo.

A chamada “questão do juramento”, protagonizada por Monteiro Manso, ancora na tese duas discussões importantes e entre si relacionadas: houve, a partir do polêmico episódio, um acirramento da disputa discursiva na imprensa entre a apregoada iminência da República e a severa crítica ao adesismo da lavoura, sobretudo de Minas Gerais, representada pelo deputado eleito pelo nono distrito. O principal ponto discutido nessa disputa era a ideia de indenização, que, conforme acusavam os monarquistas, movia os antigos donos de escravos para as hostes republicanas. Monteiro Manso foi um dos elos principais não só entre a propaganda de Jardim e a Mata mineira. Por meio de sua história particular, pude fazer a conexão contrária, necessária ao pesquisador que opta pelo microrrecorte.

O quarto capítulo inicia-se com a partida de Jardim para Minas Gerais, no início de 1889, em sua primeira etapa da viagem àquela província. Antes de seguir o relato, reconstituindo o percurso seguido pelo viajante, analiso de que forma a imprensa acompanhou a sua propaganda. Refaço seu trajeto, valendo-me do cruzamento entre seu próprio relato e o que se noticiava e comentava nos jornais da época. Destaco, conforme um dos objetivos centrais do trabalho, os conflitos enfrentados em várias localidades, com especial atenção aos tumultos ocorridos no município de São José de Além Paraíba, cuja realidade, nos anos finais da década de 1880, é rapidamente delineada em seus vários aspectos, inclusive pelo resgate de personagens que, de várias formas, foram relacionados à passagem de Jardim pelo município. Foi então necessário apresentar as peculiaridades daquela microrregião da Zona da Mata mineira, destacando a importância do café e da expansão da malha ferroviária. Por meio de quatro inventários *post mortem* e valendo-me dos censos de 1872 e 1890, procuro traçar um provável perfil para a população que tanto se opôs à visita do advogado.

Início o quinto capítulo com o retorno de Jardim à Corte. Vindo de Além Paraíba, ele deteve-se novamente em Valença, onde, há cerca de um mês, havia estado em convalescença, sendo festejado pelos “libertos”. No seu retorno àquela localidade, ocorreram, no entanto, sérios distúrbios que, certamente,

fugiram ao controle dos fazendeiros que, durante sua primeira estada na localidade, organizaram homenagens ordeiras ao visitante. Explora-se, nessa parte, as versões dadas pela imprensa sobre o ocorrido, com a intenção de marcar ora as tentativas de desqualificação ora de idealização da propaganda, conforme o viés político dos periódicos.

O objetivo central do último capítulo é, portanto, continuar marcando a ocorrência de oposições populares à propaganda de Jardim, com a apontada presença majoritária de “libertos”, muitos deles “13 de maio”, ou seja beneficiários da Lei Áurea. Acompanha os acontecimentos entre abril de 1889 até sua morte, em julho de 1891, reconstituindo seu percurso pelas províncias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, da Bahia e de Pernambuco. O texto é encerrado com os acontecimentos posteriores à proclamação: a surpresa e os seguidos desgostos de Silva Jardim com o seu alijamento da política no novo regime; sua oposição ao governo de Francisco Portela na direção do Partido Republicano Fluminense e suas derrotas nas urnas. O desaparecimento no Vulcão Vesúvio, em junho de 1891, foi abordado em seus aspectos menos explorados. Além da já conhecida tragicidade e precocidade de sua morte, conferindo-lhe posto perpétuo do revolucionário que propusera a República ideal, procurei investigar a situação de sua descendência. Finalmente, as homenagens póstumas dedicadas ao tribuno ganham destaque como forma de se investigar elementos da construção e consolidação da memória republicana.



## 2 ANOS INICIAIS: DE ALVO DE PICHACÕES NOS MUROS PAULISTANOS À TRIBUNA REPUBLICANA.

O que se passa comigo em São Paulo, agora, nem eu te poderia dizer. Imagina que duas palavras minhas n'um jornal qualquer são matéria para comentários de uma semana inteira: meus folhetins são lidos, todos eles insultados a mais não poder, apodados, descompostos por uns; elogiados apaixonadamente, exaltados por outros. Chamam-me cafussu, dizem eles, é piolho de galinha. É gaiato, não é? (JARDIM, 1936)

As novidades são relatadas a Clóvis Beviláqua<sup>1</sup>, em abril de 1880, por Antônio da Silva Jardim. Eram amigos desde os tempos dos estudos preparatórios na capital do Império, onde juntos fundaram o periódico estudantil *Labarum Literário*.<sup>2</sup> Longe iam aqueles tempos adolescentes, evocados em outros trechos da correspondência, mas a convivência entre os dois rapazes havia definido uma relação de intimidade e confiança, conforme demonstra a citação acima. Jardim, nascido em Capivari, na província do Rio de Janeiro, separou-se do cearense Beviláqua em 1878, após quase 3 anos de contínua convivência. Este foi cursar Direito em Recife e aquele partiu para o bacharelado na Faculdade de Direito de São Paulo. Na carta, Jardim cobrava do amigo a prometida visita: “Se tu soubesses a vontade que tenho de ver-te! Ver esse Clóvis shakespeariano, enigmático, difícil de ser compreendido, assombroso, e bom, e nobre; esse Clóvis da Rua da Constituição... O Clóvis do improviso, das discursseiras...” Além da saudade, ao antigo companheiro confessava ainda as satisfações e incertezas por estar precocemente angariando notoriedade, mas também muitos desafetos. Detalhando a oposição que vinha sofrendo, ele acrescentou:

Pensas que é tudo? Não é. Em todas as ruas, em todas as esquinas, em toda a parte, achase escrito pelas paredes um só nome: Silva Jardim – Cafussu - é o que fazem meus inimigos; são muitos! O povo vê aquilo, conhece-me, e por Deus! Tenho uma popularidade um pouco esquisita, é verdade, mas tenho. Tenho recebido ameaças anônimas, o diabo. Até recebi flores... Eis-me um conquistador subjetivamente passivo. Não há moça em São Paulo que não conheça o Jardim – Cafussu. Sou o assunto do dia. A Tribuna lucra porque vende-se. E eu? Dize-me tu que estás longe: eu lucro ou eu perco? Salvo-me ou naufrago? Vivo ou morro? (JARDIM, 1936)

<sup>1</sup> Cearense, nascido em 1850, portanto apenas um ano mais velho que Silva Jardim. Foi professor na Faculdade de Direito do Recife. Produziu uma série de obras jurídicas que o credenciariam para a missão que lhe seria atribuída anos mais tarde: elaborar o anteprojeto do Código Civil Brasileiro.

<sup>2</sup> Os jornais escolares, não só aqueles fundados nas faculdades, mas em cursos secundários, como é o caso, “tinham caráter contestatário tanto das instituições políticas quanto da tradição cultural do Segundo Reinado.” ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 281. Em torno do *Labarum*, que suponho tenha tido breve existência, criaram-se os primeiros círculos intelectuais frequentados por Jardim.

A resposta de seu interlocutor não pôde ser conhecida. Mas fica a impressão de que o Jardim estudante, jovem e pobre<sup>3</sup>, ainda em processo de adaptação à capital paulista, estava disposto a mostrar seus pretensos dotes intelectuais e literários, autoafirmados talvez pela avaliação de pessoas ligadas ao seu círculo familiar, como veremos ao tratar de sua infância e adolescência. Naquela nova fase, optou por enfrentar extremos – lucros ou perdas; vida ou morte – à medida que foi criando situações delicadas, envolvendo-se em polêmicas e, por meio delas, alcançando a desejada notoriedade, mesmo que de “uma forma esquisita”, como ter seu nome associado ao termo “cafussu” nos muros da capital paulista. Se levarmos em conta o sentido informado pelo próprio Jardim, – piolho de galinha – vislumbramos a intenção dos seus detratores: “cafussu” era algo insignificante, mas incômodo, chato, persistente. Esse episódio das pichações também aparece na obra de José Leão, que muito conviveu com Jardim, tendo sido muito provavelmente o primeiro autor a biografá-lo postumamente, legando-nos uma análise bastante completa. Ele não explicou que tipo de injúria foi registrado contra Jardim nos muros da cidade, mas classificou-as, genericamente, de obscenidades, o que pode significar que o termo, omitido, talvez contemplasse um sentido mais deletério<sup>4</sup> do que “piolho de galinha”

José Leão andava por volta dos trinta anos quando, no final da década de 1870, conhecera em São Paulo o jovem bacharelado Silva Jardim, dez anos mais moço. Vinha de uma família norte-rio-grandense que exercia importante papel na política conservadora do interior da província. Pode-se dizer que ele teve oportunidades mais generosas que seu biografado para ascender socialmente, mas optou por seguir a vida por caminhos mais tortuosos, longe da sua terra natal e dos negócios da família. Iniciou na Corte o curso de engenharia na Escola Central, mas nunca o concluiu. Ainda assim, permaneceu no Rio de Janeiro, participando de associações literárias e publicando alguns escritos. Atuou na redação de jornais acadêmicos ao lado de nomes que futuramente seriam bastante conhecidos, como o do então estudante Teixeira Mendes, mais tarde recebido em sua própria casa na capital paulista já como um dos líderes do Apostolado Positivista.

A transferência para São Paulo parece ter atendido suas necessidades financeiras. Lá, tornou-se escriturário da Fazenda Pública por concurso público e professor de matemática no Liceu de Artes e Ofícios. Foi dessa época o início da amizade com Silva Jardim, que conhecera no desempenho de sua função como colaborador do jornal *A Província de São Paulo*. O bacharelado fluminense fazia trabalho similar no *Tribuna Liberal*. A condição de redatores daqueles órgãos dava-lhes a oportunidade de

<sup>3</sup> Sobre uma discussão da importância de se considerar os vários estágios contidos na generalização de um nome próprio, Ver: BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janáina. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, pp. 183-191.

<sup>4</sup> Não encontrei o vocábulo em dicionários do século XIX. Hoje existe apenas a grafia *cafuçu* e tem vários significados como mal arrumado; atarracado, grosseiro, bronco (**DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1ª ed. 2009).

frequentarem os divertimentos e espetáculos públicos da capital paulista, encontrando-se com frequência nas mesmas livrarias e peças de teatro. A amizade logo se estreitou e compartilharam por anos suas experiências mais particulares.

Referindo-se ao dia em que os muros da cidade de São Paulo apareceram “encarvoados desde a Luz até o Largo do São Francisco” com ofensas a Silva Jardim, José Leão (1895, p. 39) explicou que o que detonara a reação de grande parte da academia contra o estudante fluminense fora a publicação de *Gente do Mosteiro*, cujo título já era uma ironia aos frequentadores da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, comparados então à criançada colegial dos tempos de curso preparatório na Corte. Os muros não foram os únicos meios utilizados para divulgar o apelido desabonador. Lia-se no *Jornal da Tarde*, em abril de 1880: “Antônio Cafussu, vulgo Silva Jardim, não passa de um menino presunçoso, tolo e idiota.” (JORNAL DA TARDE, 18 abr. 1880).

As páginas do opúsculo, publicado em 1879, realmente trazem críticas ácidas e nominais a muitos de seus colegas, inclusive a Valentim Magalhães, seu conterrâneo e amigo com quem, no ano anterior, escrevera *Ideias de Moço*, publicação do mesmo gênero, mas que trazia também poesias dos próprios autores. Insistia Jardim pelo campo da crítica literária, função que, de acordo com algumas opiniões, vinha exercendo com “ambição desmedida” frente ao seu próprio estilo, excessivamente conciso, que o tornava “frívolo” (REVISTA DA FRATERNIDADE LITERÁRIA, ago. 1878). Apesar dos comentários, o jovem bacharelado seguiu em produção solitária. *Gente do Mosteiro*, ao contrário da publicação anterior, foi escrito a uma só mão e negou o talento literário da grande maioria dos jovens acadêmicos. Condescendente com alguns poucos, *Gente do Mosteiro* foi em grande parte um revide contra a sonora vaia que sofrera quando da sua tentativa de estreia na tribuna acadêmica, em agosto de 1878: “Em mim não sobestes respeitar um estreante que pedia um lugar” (JARDIM, 1891b, p. 28).

Em suas memórias, Jardim também relembrou o ocorrido, sem, no entanto, mencionar a pichação dos muros narrada ao amigo Beviláqua há pouco mais de uma década, o que talvez seja um indício de que a agressão registrada publicamente pelas ruas paulistanas tenha se tornado uma lembrança muito negativa e, portanto, relegada ao esquecimento. “Aquele São José, onde calouro, tendo tido o arrojo de falar e, o que é mais, de pretender acalmar uma discussão [...] eu fora recebido com a vaia maior de que talvez haja memória os anais acadêmicos” (JARDIM, 1891b, p. 72). Como a compensar intimamente a humilhação sofrida, descreve a si próprio no dia da vaia memorável: “pequeno de estatura, mas muito teso, costume descuidado, cabeleira basta, conforme a elegância literária da época, capa atirada ao ombro, e a arremessar sistematicamente ao auditório a primeira frase apupada: - Mocidade acadêmica, aquietai-vos! Criançada dos dezoito anos...” (JARDIM, 1891b, p. 72).

A vaia monumental parece ter marcado profundamente o primeiro ano do fluminense de Capivari na academia paulista, assim como as manifestações ofensivas contra seus escritos, frustração que teria

tomado como desafio, passando então a reagir com redobrado esforço e muita aplicação nos estudos. Essa versão foi apresentada por José Leão e muitas vezes repetida por outros biógrafos, como Dornas Filho, que igualmente lhe ressaltaram a capacidade de resiliência, revelada desde a infância, como uma das suas principais características. O que o motivava era, inicialmente, o desejo de poder melhorar a situação financeira da sua família e, mais tarde, suas preocupações pátrias. Outras passagens do livro de Leão, contemporâneo de Jardim, seu amigo e principal biógrafo, não foram tão largamente apropriadas por autores posteriores: “É que a vaidade, o desejo de aparecer, de figurar, de causar ruído em torno do seu nome era uma faculdade predominante em seu coração [...] ia num crescendo assustador em demanda da celebridade, que era seu sonho dourado de moço” (LEÃO, 1895, p. 30). Na minha avaliação, aí está uma peça importante para montarmos um mosaico com possibilidades mais humanas e menos heroicas de nos aproximarmos do nosso personagem.

Este capítulo tem como principal objetivo apresentar Silva Jardim, destacando não somente suas filiações ideológicas e o teor de suas primeiras apresentações, mas também sua propensão para se envolver em situações polêmicas, seu desejo de notoriedade, seu imediatismo em alcançar resultados e sua ousadia em enfrentar situações perigosas já assim anunciadas. Dessa forma, retomo a narrativa sobre sua infância, adolescência e juventude, esclarecendo antes que muitas das citações que procuram enaltecer sua precocidade intelectual ou outras qualidades têm por finalidade sublinhar as estratégias do processo de idealização do personagem nas biografias consultadas.

## 2.1 ANTONICO: DA INFÂNCIA AO CASAMENTO

Silva Jardim foi uma criança pouco saudável, abalada aos dois anos pela febre palustre. Alfabetizou-se aos quatro anos de idade e, aos onze anos, já auxiliava o pai a ministrar as primeiras letras na escola particular que abrira para complementar a renda de pequeno agricultor. Entrando em 1870 para o magistério público, Gabriel Jardim, adoecido, foi substituído pelo filho com o consentimento do inspetor escolar do local. “Os que o viram neste mister saíram maravilhados, dizendo que aquele pequeno havia de ser um grande homem” (LEÃO, 1895, p. 12). Vários autores exploraram a antítese possível com o uso da expressão “grande homem”, levando em conta a baixa estatura de Silva Jardim. Sua precocidade, relacionada tanto aos estudos quanto ao alegado senso de responsabilidade, é igualmente sublinhada em muitos trabalhos, sobretudo na obra de Dornas Filho (1936). Aos 13 anos, recém-instalado na casa de amigos em Niterói para cumprir, na então capital da província, os estudos preparatórios, contraiu varíola, cujas marcas, conforme comentário de Leão (1895, p. 15), talvez procurasse encobrir com a espessa barba que passou a cultivar. Um ano depois, em 1874, matriculou-se no Mosteiro de São Bento. A travessia diária da Baía de Guanabara, expondo-o aos perigos das barcas-Ferry e avultando as despesas com o curso preparatório, levaram-no a pedir permissão ao pai para mudar-se para a capital do Império.

Morou inicialmente em Santa Teresa, com o primo Constant Jardim, quintanista de Medicina, e também em uma república, em companhia, entre outros, de Raymundo Correa.<sup>5</sup> Por essa época, passara a sentir a falta de recursos para uma vida mais folgada, o que o fez pedir permissão ao pai para abandonar os estudos e empregar-se no comércio. Seus biógrafos relacionam essa sua decisão à situação financeira do pai, que lutava com grande dificuldade para manter a numerosa família, o que parece contribuir para um perfil equilibrado, sensato e consciencioso do futuro conferencista, dado a sacrifícios pessoais desde a juventude. Porém, permitam-me aqui outra possível interpretação: Jardim tinha apenas dezesseis anos e frequentava a capital do Império, vivendo a poucos metros da Rua do Ouvidor e outros famosos endereços, na companhia de rapazes com recursos menos restritos como o já citado Raymundo Correa, pouco mais tarde reconhecido como poeta, e, como tal, provavelmente boêmio. Fácil imaginar que o estudante, por mais aplicado e esforçado nos tempos em que vivia na casa paterna, nas fases da infância e adolescência, tornava-se um jovem distante de seus familiares, tendo pela frente toda sorte de experiências que requeriam algum dinheiro disponível.

Dentre outras situações adversas, relembra a tarde em que se deparou com apenas um tostão no bolso: “Um tostão! Não dava para grande cousa! Comi uma empada e fui ler à Biblioteca Nacional” (JARDIM, 1891b, p. 173). Depois de rememorar outras passagens não menos problemáticas, ele justifica a tentativa fracassada de dar outro rumo à sua vida: “Um dia, desanimado, dera-me na cabeça fazer alto dos sacrifícios” (JARDIM, 1891b, p. 173). Entrou para uma casa comercial, como ajudante de guarda-livros. Ao sair, às 20 horas, dirigia-se à casa de uma família a que fora apresentado, onde lecionava as primeiras letras a um menino, a fim de ganhar mais alguns reis. A experiência no comércio durou apenas três meses e o principal motivo de desavença com o “sofrivelmente ignorante” patrão era o português das minutas das cartas a serem copiadas: “Certa vez, depois de insistir sem resultado a que consentisse na retirada de um cacófato indecente que ele escrevera, declarei-lhe terminantemente [...] que não copiaria aquilo” (JARDIM, 1891b, p. 174).

Depois da frustrada experiência como ajudante de guarda-livros, em carta ao pai, em outubro de 1877, Jardim contava que passara a morar em um bom e pequeno quarto alugado por um amigo na Rua da Quitanda. Além do novo endereço, o anúncio de mudanças no estilo de vida e nos métodos de estudo. O novo sistema adotado incluía, além de dormir o necessário, – seis horas – limitar as suas relações, de modo a ser encontrado em apenas dois lugares: em casa e nas aulas. Ao pai, dizia-se disposto a seguir os seus conselhos, esquivar-se das opiniões de falsos amigos e não aparecer em público senão em

---

<sup>5</sup> Filho do desembargador maranhense José da Mota de Azevedo Correia, nascido em 1859. Mais tarde tornar-se-ia um dos poetas de grande prestígio da década de 1880 que “usaram o timbre hugoano (de Vitor Hugo) para, sob o influxo do cientificismo, se jogarem contra a religião e o regime monárquico.” MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade Republicana. **Revista Tempo**. Niterói, RJ, v. 13, n. 26, pp. 15-31, set. 2008, p. 21.

determinadas ocasiões e sempre com um fim nobre e elevado. Leão, seguido dos demais biógrafos, toma a missiva como mais um exemplo da retidão de caráter de Silva Jardim: “Tem-se aí um verdadeiro programa de vida criteriosamente organizado e que denuncia um espírito preocupado com o seu destino social.” (LEÃO, 1895, p. 25). Ou, talvez, acrescento, um plano para recuperar a confiança paterna mediante um verdadeiro esforço de abandonar os prazeres dos programas entre amigos e retomar o seu objetivo na Corte, em estada subsidiada pelo sacrifício familiar – nada, afinal, que desabone a conduta do nosso personagem, mas que já ajuda a desmitificá-lo, compreendê-lo como homem, em vez de reiterar, como muitos outros trabalhos, o seu construído heroísmo. Certo é que Jardim esforçou-se em mostrar que tinha o pai em alta conta, apesar das divergências ideológicas, e tratou de valorizar o empenho para não o decepcionar. Destacou que dele recebeu uma rígida educação, que pregava o respeito à palavra dada e o cuidado de não fazer dívidas.

Saiu-se bem em sua retomada. Depois de ter desistido do patrão comerciante, Jardim foi acolhido no Externato Jasper, na residência do seu professor, o norte-americano Jasper Harben, que, além de abrigo, oferecera-lhe o lugar de seu secretário e de explicador, a troco das outras lições de que precisasse. Passou a dar um curso de Retórica a alguns rapazes e ali fundaram uma sociedade literária, onde exercitava a oratória, talento que mais tarde o distinguiu. O peso da expressão oral na formação dos futuros acadêmicos pode ser explicado com base na análise feita por José Murilo de Carvalho. A retórica, cujas origens históricas remontam à tradição escolástica portuguesa, ganhou importância na cultura nacional, pois foi difundido o gosto pela “palavra sonora, da frase bem feita” (CARVALHO, 2000, p. 129). Destacavam-se da época das aulas de retórica no externato e da associação literária as lembranças sobre Beviláqua, a quem enviara a correspondência que abre o presente capítulo: “Dentre nós, Clóvis Beviláqua, como mais experiente, guiava os nossos passos. Conhecia a literatura e a crítica literária, e escrevia bem. Era na sua companhia que eu passava horas nas bibliotecas a ler autores sobre autores” (JARDIM, 1891b, p. 176).

São daquela época também as lembranças de Araripe Júnior sobre os amigos que cumpriam juntos os compromissos estudantis. Em 1899, sócio da Academia Brasileira de Letras e candidato a escrever o Código Civil Brasileiro, Beviláqua teve seus tempos colegiais rememorados pelo antigo arguidor da Inspeção Geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro. As qualidades do rapaz “meigo, melancólico e tímido” (ARARIPE JUNIOR, 1936, p. 369) salientavam as diferenças de temperamento em relação a Silva Jardim, “outro menino” que depois haveria de encontrar no mundo político realizando “grandes proezas”. Araripe descreveu Jardim como “trêfego, petulante, de uma vivacidade irrequieta e com um brilho nos olhos que mo assinalou por uma vez.” (ARARIPE JUNIOR, 1936, p. 370). Jardim, ao contrário de Beviláqua, fora reprovado na ocasião. Coube-lhe o ponto de História. “Sentou ele à banca respectiva e, após um curto espaço, assinou a folha de papel em branco e veio apresentá-la à mesa”. Com isso, pretendia ser arguido oralmente, por já ter, naquela ocasião, muita confiança na sua “impetuosidade

tribunícia”. Diante da negativa da banca, “produziu novos argumentos e fez um barulho ensurdecedor”. Foi necessária a intervenção da Inspeção Geral para retirar o “aluno sedicioso”, que ameaçava levar o caso à imprensa (ARARIPE JUNIOR, 1936, p. 370).

Nas memórias de Jardim, o episódio ganhou versão totalmente diferente: um “examinador desonesto havia dado para a prova escrita um ponto diferente do que caria em sorte” (JARDIM, 1891b, p. 177). Havia na ocasião protestado e assim levantara uma celeuma que chegou à imprensa.<sup>6</sup> Apesar do atraso causado pela reprovação, em 1878 já estava pronto para prestar os exames restantes. Tinha-se já decidido pela carreira de bacharel em Direito.<sup>7</sup> Quis adiantar-se, indo prestar em São Paulo os exames, que, na Corte, àquela altura, aconteceriam só no próximo ano. Já apto a matricular-se na instituição paulistana, escreveu ao pai feliz por ter economizado um ano. Que ficasse tranquilo, pois os meios de garantir suas despesas com os estudos já estavam sendo providenciados – o Dr. Cesário Mota prometera-lhe trabalho como explicador de Português. Referia-se muito provavelmente a Cesário Nazianzeno de Azevedo Mota Magalhães Júnior, formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e que, justamente na época em que Jardim iniciava os estudos em São Paulo, era investido no cargo de deputado provincial, integrando, com Martinho Prado e Prudente de Morais, o chamado “triumvirato republicano”, empenhado na defesa da Federação e da autonomia das províncias. Mas o que Gabriel Jardim ignorava é que a promessa tardou muito a ser cumprida e muitos foram os apuros enfrentados pelo seu primogênito. Ele comparou a mesada recebida pelo amigo Raymundo, pouca, mas certa, com os diminutos e raros recursos enviados pelo pai. Sofreu com atrasos no aluguel e muitas necessidades, sobretudo quando chegou o inclemente inverno paulista, com o qual não estava acostumado. “O *Corpus Juris* era então travesseiro e as roupas de lã já usadas serviam de invólucro ao estudante que se obstinava em seguir uma carreira diplomada” (JARDIM, 1891b, p. 77). A atenção e preocupação com a família foi, de fato, uma constante nas correspondências de Silva Jardim. Empenhava-se, inclusive, em não preocupar o pai com problemas que ele não poderia solucionar. Mesmo enfrentando muitas dificuldades, escrevia-lhe convicto de que poderia cumprir sua vida acadêmica sem lhe ser penoso.

O momento é propício para falarmos de seus pais e irmãos. Gabriel Jardim tinha apenas 19 anos quando veio ao mundo o primeiro filho da sua união com Felismina Leopoldina de Mendonça Jardim.

<sup>6</sup> Não encontrei nada a respeito publicado nos jornais da época que demonstrem esse registro de Jardim.

<sup>7</sup> Ângela Alonso comenta que houve um aumento na procura por cursos de bacharelado em Direito não previsto pelas reformas educacionais implementadas pelo Gabinete Visconde do Rio Branco, na década de 1870 e que miraram, principalmente, a formação de profissionais técnicos para a modernização do País. As instituições de ensino passaram a oferecer custos mais baixos, moradia e salário para os alunos, além do rebaixamento das notas de acesso. A Escola Politécnica e Militar da Corte foi uma dessas instituições. No entanto, grande parte dos alunos que por essas razões a escolhiam, pediam depois transferência para os cursos de Direito. Dessa forma, o sistema de ascensão social controlado por meio das reformas educacionais foi em parte rompido por alguns alunos pobres que conseguiram conquistar o título de bacharel. Não foi o caso do nosso personagem, que, embora sem recursos, conseguiu entrar diretamente para a faculdade paulista. ALONSO, A. *Ideias em movimento...*, pp. 121-122.

Batizaram-no Antônio, chamado em casa de Antonico. Até 1865, dedicaram-se às atividades rurais, no sítio Sapucaia, localizado no município hoje denominado Silva Jardim, na região serrana do Rio de Janeiro, antigo Capivari. A partir daquele ano, Gabriel Jardim, aproveitando a infância do primogênito, fundou em suas terras uma escola particular, cujas lembranças foram mais tarde evocadas pelo filho: “ontem vi a vila [...] onde meu pai teve a segunda escola, porque a primeira foi ali, naquele pedaço de terra que já daqui diviso escuro, na casa da fazenda primitiva que foi destruída e que só mostra os tristes alicerces nu” (JARDIM, 1891b, p. 150).

Antonico não fora o único varão da casa. Gabriel Jardim e Felismina tiveram outros filhos, sendo que, entre os primeiros e os últimos, houve, segundo Leão, uma série de insucessos. O primeiro grupo era formado por Antônio, Carlos e Maria Amélia e o segundo por Pedro, Egydio, Cesar, Jayme, Hermesinda e Gabriel. Carlos era muito doente, e, por isso, merecia atenção especial nas correspondências de Jardim. Sobre Amaria Amélia, a irmã mais velha, teremos notícias mais à frente, quando for abordada a concepção de Jardim sobre o papel da mulher no lar e na sociedade.

Tendo já uma rápida visão sobre a família de Silva Jardim, voltemos aos tempos colegiais na Corte. Seus primeiros escritos não foram bem recebidos pelo pai. Em correspondência de 1876, responde às reprimendas paternas que tacharam seus artigos, publicados em “jornalinhos escolares”, de “exaltadinhos e acreançolados” (LEÃO, 1895, p. 22). O motivo da descompostura era o texto sobre Tiradentes no *Laborium Literário*. Jardim argumentou, inicialmente, a favor da liberdade de pensamento e de expressão. Depois considerou que as ideias apresentadas falavam “de relance” contra o absolutismo. “E quem o deseja?” defendia-se Jardim. Em um trecho que muito revela sobre a sua relação com o pai, – misto de contestação e respeito – confessou sua intenção de concluir os estudos sobre Tiradentes, com os quais pretendia inclusive ganhar algum dinheiro, mas, diante da proibição ditada por carta, abortaria o projeto. Aos 16 anos de idade, Silva Jardim curvava-se à vontade paterna, mas o que em seu livro de memórias ressaltou, anos depois, foi o trecho da missiva em que defendia o seu ponto de vista: “Não tenho receio de haver escrito cousa alguma que me possa comprometer. É verdade que quem me ler sabe logo quais são minhas crenças políticas, mas terei sempre muito prazer nisso, porque não necessito ocultá-las” (JARDIM, 1891b, p. 22).

Ele assim foi tecendo uma constância para a determinação e independência que teriam marcado seu posicionamento e suas escolhas. Dessa forma, conforme insinuado por sua narrativa, o mesmo ímpeto de não temer as represálias paternas por suas opiniões levou o futuro bacharel, já cursando Direito na capital paulista, ao confronto com seus primeiros desafetos. Retomemos o episódio da pichação dos muros com a associação Jardim-cafussu. Por conta das reações geradas pela publicação de *Gente do Mosteiro*, Jardim viu-se obrigado a afastar-se das aulas no Largo de São Francisco, tendo acompanhado “por fora a marcha dos estudos escolares” (LEÃO, 1895, p. 50). Foi dessa época o início do desentendimento com o



futuro concunhado, Teófilo Dias, “considerado o primeiro poeta acadêmico do tempo” e que, mesmo tendo sido assim reconhecido pela crítica literária de Jardim, “temia ser empanado pelo espírito opulento de seu confrade nas letras.” (LEÃO, 1895, p. 50). Tempos depois, Teófilo Dias teria agredido fisicamente Silva Jardim, que passava à noite pela Rua Sete de Setembro. Os motivos agora eram mais amplos e envolviam a disputa pela consideração do futuro sogro, Martim Francisco Ribeiro de Andrada,<sup>8</sup> ressentido pelo casamento, consumado à revelia, de sua filha mais velha com o sobrinho do consagrado poeta Gonçalves Dias.

Contrariamente, o conselheiro mostrava-se propenso a receber em casa, cada vez mais amistosamente, o estudante de Direito, nomeado professor da Escola Normal, Silva Jardim. Tal nomeação, influenciada pelo prestígio político de liberais ligados a Martim Francisco, teria agravado a inimizade entre ambos. Esse segundo motivo, alegado de forma mais ligeira por José Leão, talvez tenha tido um peso maior no desentendimento entre eles. Uma nota na imprensa paulista classificou a nomeação de Jardim como desleal, por preferir a nomeação de talentos sobejamente conhecidos<sup>9</sup> como Teófilo Dias, e também como ilegal, porque Jardim, aos 19 anos, não se enquadrava na maioria exigida pelo regulamento da escola. Nas palavras de José Leão, Dias teria se sentido humilhado e preterido, começando a “espalhar infâmias a respeito de Silva Jardim” (LEÃO, 1895, p. 52) que chegou a processar o futuro concunhado, tendo recebido a solidariedade do conselheiro, que, apesar de lamentar a necessidade do processo, assentia que Jardim tinha sido, de fato, ofendido.

O futuro sogro, àquela altura, talvez já soubesse das intenções do jovem bacharelando em desposar sua filha Margarida – e com muito gosto, se levarmos em conta a informação de que lhe fazia em público as melhores referências, prometendo-lhe, assim que se formasse, a mais decidida proteção. Tempos depois, o liberal paulista da tradicional família dos Andrada concedeu-lhe a mão da filha em casamento. Antes de detalharmos o namoro e casamento de Jardim com Ana Margarida Bueno de Andrada, é necessário frisar que a briga com Teófilo Dias rendeu-lhe novas críticas, agravando inimizades: “Ele era já bem conhecido em S. Paulo e a prova é que esse pequeno incidente havia repercutido por toda parte, mormente pela voz dos seus múltiplos inimigos que, até para a imprensa do Rio, fizeram expedir telegramas.” (LEÃO, 1895, p. 51). Depois do confronto físico com o futuro concunhado, mesmo tendo, mais tarde, com ele se reconciliado, chegando mesmo a paralisar o processo judicial, “Silva Jardim, que tão cedo já contava com tantos inimigos, adquirira o hábito de andar armado e acostumou-se cedo a afrontar a ira de seus adversários” (LEÃO, 1895, p. 53).

<sup>8</sup> Sobrinho de José Bonifácio, o “patriarca da Independência” e irmão de José Bonifácio, o Moço. Nascido na França, durante o exílio da família, seguiu carreira na magistratura e na política liberal; foi deputado geral por São Paulo de 1853 a 1856, de 1861 a 1868 e de 1878 a 1886, ministro dos Negócios Estrangeiros em 1866 e da Justiça de 1866 a 1868, além de conselheiro de Estado em 1879. Jardim referia-se ao sogro como “conselheiro”.

<sup>9</sup> NEGÓCIOS da Escola Normal. **Jornal da Tarde**. São Paulo, ano 2, n. 300, 5 set. 1880. Ineditoriais, p. 2.

Se angariou muitos inimigos, conquistou menor número de bons amigos e afeições. Uma dessas amizades travou com Inglês de Souza,<sup>10</sup> em cuja casa tinha oportunidade de conversar longamente com sua futura esposa, ainda no início do relacionamento amoroso. Hora propícia, já que falamos em afetos, para conhecermos, pelo ângulo das amizades mais estreitas, o nosso personagem: “Era um misto de gravidade e humorismo. Em público assumia um ar sério de representante da nação e na intimidade desabrochava em ditos cáusticos e tinha sempre uma graça hilariante” (LEÃO, 1895, p. 54). Afastado da academia pela repercussão de *Gente do Mosteiro*, decidiu-se a editar, junto com Valentim Magalhães, seu conterrâneo e amigo, o jornal *A Comédia*. Nele teria dado vazão ao seu lado mais descontraído, porém sem esquecer as ideias.

A iniciativa teve curta duração. Em carta enviada ao pai, em abril de 1881, Jardim ressentiu-se de que, pela segunda vez, fora censurado por atuar na imprensa. Anunciou a sua saída de *A Comédia*, dizendo-lhe que poderia, portanto, ficar satisfeito, não sem antes mostrar a sua contrariedade: “Quando comecei a escrever, Vm. censurou-me e se hoje alguma cousa valho devo-o a imprensa” (LEÃO, 1895, p. 54). O jornal era diário e teria se destacado pela originalidade das concepções e pelo bom humor com que tratava ainda das questões mais sérias.

O tribuno começou a frequentar a casa dos Andrada, tendo como motivação aparente as longas reuniões em que se discutia literatura e os postulados da doutrina positivista. Animava-o a expectativa de encontros com uma das filhas do conselheiro que lhe acendeu, imediatamente, a chama do “fogo sagrado” (LEÃO, 1895, p. 77). Decidiu aproximar-se da amada. Credenciava-lhe a amizade com o advogado Inglês de Souza, correligionário político do futuro sogro, que, em 1878, reassumira a chefia do Partido Liberal. Inglês de Souza parece ter tido um papel relevante na vida de Jardim. Influenciou a sua polêmica nomeação como professor da Escola Normal de São Paulo, em 1880, ano em que fora eleito deputado provincial. Como redator do jornal *Tribuna Liberal*, cedeu-lhe espaço na imprensa paulista, onde “pelejara letras e críticas” (JARDIM, 1891b, p. 22). Jardim, em vários momentos, lembraria o amigo em cuja residência, “uma vez por outra, lograva-se encontrar com a virgem de seus sonhos” (JARDIM, 1891b, p. 57). Tratava-se de Anna Margarida, segunda filha de Martin Francisco Ribeiro de Andrada e Anna Bemvinda Bueno de Andrade, a quem José Leão atribuiu grande cultura intelectual.

Ângela Alonso (2015) refere-se à sogra de Jardim, embora não nominalmente, ao analisar as formas de participação das mulheres na campanha abolicionista. Uma delas seria a filantropia, praticada pelas senhoras de estrato social elevado, liberadas do serviço doméstico pela lógica escravocrata. Mas a atuação da senhora Andrada nas causas filantrópicas, ligadas ou não à escravidão, pode ser mais adequadamente relacionada à valorização do projeto de instrução feminina, por sua vez ligado aos esforços

---

<sup>10</sup> Herculano Marcos Inglês de Souza, advogado, redator do *Tribuna Liberal*, eleito como deputado provincial em 1880. Quando conheceu Jardim, já havia publicado dois romances, sob o pseudônimo de Luíz Dolzani.

de modernização da nação brasileira. Falamos naturalmente das mulheres da elite, que passaram a receber uma educação voltada não só para o universo privado: “[...] a instrução aparecia não como algo útil a mulher em si, mas como o que ela poderia fazer para outras pessoas com seu conhecimento auferido” (CARULA, 2013, p. 91). Assim, a caridade passou a ser vista como uma função social da mulher de classe abastada, que deveria saber delegar a escravos ou a criados os trabalhos da casa, precavendo-se contra intromissões negativas daqueles serviçais no âmbito doméstico. Anna Benvinda teria fundado a Sociedade Redentora da Criança Escrava. Expressava grande simpatia pelo futuro genro e teria o incentivado a seguir os estudos. Nas cartas enviadas ao pai, Jardim elogiava a sogra, referindo-se à educação primorosa que sua pretendente, chamada de Nhanhã, havia recebido. Estava “satisfeitíssimo”, pois sua noiva era um tipo de “bondade, doçura, prudência, bom senso e beleza aliados a uma instrução pouco vulgar e a uma educação corretíssima” (LEÃO, 1895, p. 79). A recíproca relação de consideração e respeito entre Silva Jardim e a família de Anna Margarida foi destacada pelo próprio propagandista e por José Leão, que de perto acompanhou o estreitamento daquela relação.

Bacharelou-se em 1º de dezembro de 1882, já tendo recebido do futuro sogro a aprovação para o casamento. Três dias depois, a Vila de Capivary soube pelos jornais do acontecimento. À noite daquele mesmo 4 de dezembro, “bate ele à porta da casa paterna, surpreendendo e agradando alvoroçadamente toda a família” (LEÃO, 1895, p. 78) Ao retornar para São Paulo, começou a providenciar a sua nova vida. Teve condições de alugar e mobiliar uma casa, apesar dos pedidos da mãe da noiva para que habitassem a casa da família. Uma das razões alegadas por Jardim para não aceitar o convite foi a inimizade que ainda mantinha com outro morador da casa, o concunhado Theófilo Dias. Casara-se na tarde de 1º de maio de 1883, “modestamente,” tendo deixado a casa de José Leão, com quem morava já há algum tempo, para habitar a previamente preparada residência da Rua 25 de março, em frente à “célebre Ilha dos Amores” (LEÃO, 1895, p. 81).

Muitos outros detalhes legou-nos José Leão, interessantes, saborosos, como a descrição da capital paulista no final do século XIX; a intensidade do sentimento de Silva Jardim pela noiva e o seu relacionamento com cada membro da numerosa família. Leão não deixou também de analisar, no tocante à entrada de Jardim para a família Andrada, os aspectos políticos e sociais implícitos no enlace. Durante o tempo em que aguardou a resposta de Martim Francisco sobre o pedido de casamento, Jardim teve de “se por acima das intrigas que forjavam contra si” (LEÃO, 1895, p. 76). Depreende-se do comentário que a condição social deste atraía maledicências com relação à sua escolha amorosa. Em contrapartida, o autor defendeu o amigo, destacando-lhe a sinceridade dos sentimentos. Redobrou-se no trabalho, entre o exercício da advocacia e o magistério, até porque nenhum dote trouxera-lhe a moça e seria preciso esforçar-se para fugir a qualquer gênero de privação. As insinuações sobre os objetivos do ruidoso jovem fluminense incluíam ambições políticas e profissionais também refutadas. Baseada em trechos de

correspondências utilizados por Dornas Filho também constantes na obra de José Leão, Ângela Alonso (2002) afirma que Jardim ascendeu individualmente por meio do casamento e que a pobreza dos pais embaraçava o jovem advogado que, por esse motivo, não lhes convidou para as bodas. Não houve realmente convite. Jardim participou o enlace ao pai por carta, falando de seu contentamento com o novo estado civil e franqueando à sua família as portas de sua residência.

Naturalmente, não descarto a atração exercida por uma jovem pertencente à elite paulista sobre o ânimo do ambicioso bacharel. Da mesma forma, imagino que ele poderia ter algum pejo de apresentar, de forma presencial, a humildade de seus pais diante da aristocrática família de sua noiva. Afinal, era necessário usar de sinceridade com os sogros e cunhados para falar da simplicidade dos seus; mas excessivo submetê-los à rigorosa apreciação da sociedade paulistana. Escrevendo ao pai, em fins de 1890, enviara lembranças à saudosa mãe, de quem pouco falou em suas memórias, mas com quem muito se preocupava, descrevendo-a apenas como uma mulher de trabalho e sacrifícios<sup>11</sup>: “Um abraço e minha mãe, a quem beijo a mão, outro em Mariquinhas e nos meninos” (LEÃO, 1895, p. 285). Sendo assim, sugiro que talvez o jovem Jardim tenha se preocupado em também poupar de constrangimentos os seus próprios pais. Quanto ao cálculo da ascendência pela união matrimonial, certamente bastante comum naquele período, prefiro considerá-lo apenas como possível. O amor por Anna Margarida, mesmo facilitado por ser a moça pertencente a estratos sociais até então inacessíveis, pode ter sido, contudo, verdadeiro, como afirmou José Leão:

De família modesta, se bem que notável, pareceria que a aspiração à mão de uma filha de tão ilustre estirpe, era um cálculo burguesmente determinado por ambições menos justas; mas, em face do culto verdadeiro consagrado ao objeto do seu amor, ninguém poderia dizer que havia o menor vislumbre de interesse, quer acadêmico, por que o pai fosse catedrático, quer político, porque fosse chefe considerado de um dos partidos monárquicos do Brasil.” (LEÃO, 1895, p. 57)

Consideremos todas essas informações de quem, afinal, presenciou os dias de expectativas do enamorado amigo fluminense, acompanhando as tratativas entre ele e o futuro sogro. Levemos também em conta as declarações de Jardim sobre a forma amável e respeitosa com que foi recebido não somente pelo conselheiro e pela senhora, mas também pelos cunhados, especialmente Martim Francisco Ribeiro de Andrade Filho, por quem tinha grande apreço e amizade. Em tão amistoso contexto, seria, de fato, bem

---

<sup>11</sup> Jardim assume um tom nostálgico e mesmo lúgubre ao falar da mãe em suas memórias, levando o leitor a crer, inclusive, que recordava uma pessoa já falecida. Ao relembrar sua passagem, em agosto de 1888, pela casa onde morou na infância, ele escreveu: “Não entrei. Não tive ânimo. [...] ali, o quarto materno. Minha mãe! Sua figura alta, magra, morena, [...] seu aspecto bom e grave, cuidando de tudo, noites perdidas na dor dos filhos doentes ou moribundos [...] Tudo aqui fala dela, este regato em que a vi fazer o serviço da rouparia, este fogão de que a vi tanto se aproximar.” JARDIM, A. S. **Memórias e viagens**: campanha de um propagandista. Lisboa: Tip. da Cia Nacional Editora, 1891.

provável que a aproximação com os Andrada, desinteressada ou não, suscitasse possibilidades de entrada na vida pública ao jovem bacharel.

Passados os dissabores da via monumental na Academia, Jardim seguia angariando admiração e, por outro lado, mantendo antigas inimizades, no mínimo, oposições. Por volta de 1882, em vias de bacharelar-se e já na iminência de entrar para a família de um dos grandes nomes do Partido Liberal paulista, ele já despontava nas reuniões positivistas implicitamente ligadas ao ideário republicano, embora ainda não integrasse a legenda partidária. Não pude confirmar a informação de que Jardim teria entrado formalmente para o Partido Republicano em 1882<sup>12</sup>, tampouco encontrei artigos no jornal *Província de São Paulo* que demonstrassem a sua “assídua colaboração” (SANTOS FILHO, p. 141) fomentada por Rangel Pestana, diretor daquele órgão de imprensa e chefe do Partido Republicano Paulista. Localizei apenas alguns textos relacionados especificamente ao método de ensino de inspiração positivista desenvolvido por Jardim,<sup>13</sup> o que reforça a ideia de que, naqueles tempos, o advogado restringia-se às preleções positivistas, intimamente ligadas ao seu ofício pedagógico. Não que os líderes do Partido Republicano Paulista estivessem fora desse circuito. Ao contrário, sob a inspiração científica, positivista, o grupo gerou uma estrutura de propaganda que incluiu não só a abertura de vários jornais, mas também a criação e manutenção de escolas de orientação técnica, que incluía tanto cursos de excelência para os filhos dos cafeicultores paulistas, como de formação popular e profissionalizantes para trabalhadores agrícolas. Em foco, o saber científico e laico consoante com os princípios positivistas. Luiz Pereira Barreto, de abastada família de cafeicultores paulistas, havia sido um dos precursores na disseminação das ideias positivistas no Brasil. Voltara da Europa disposto não somente a escrever sobre o assunto, mas a investir recursos para a publicação de tais ideais em solo nacional. Depreendeu vultosas somas a favor dos projetos da Associação Positivista de São Paulo, ao lado de outros ativistas e injetores de capital, como Campos Sales.<sup>14</sup>

A aproximação de Jardim com os “federalistas paulistas”<sup>15</sup>, também inspirados por novas ideias como o positivismo, deu-se inicialmente em função de sua atuação no campo pedagógico. Como veremos, ele empenhou-se na consolidação de um novo método de ensino tributário do positivismo. Mas seu efetivo

<sup>12</sup> Tal informação encontra-se no livro de Angela Alonso. ALONSO, A. **Ideias em Movimento...**, p.144.

<sup>13</sup> Como, por exemplo, as conferências que repercutiram a atuação pedagógica de Jardim. QUARTA conferência do Sr. Silva Jardim na província do Espírito Santo. **A Província de São Paulo**. São Paulo, ano 8, n. 2.225, 17 ago. 1882. Seção Livre, p. 2.

<sup>14</sup> Ver: ALONSO, A. *Op. cit.*, p. 152.

<sup>15</sup> Vou utilizar, sempre entre aspas, as categorias sugeridas por Ângela Alonso. A autora fez a seguinte classificação dos grupos políticos contestadores do movimento intelectual da geração de 1870: “liberais republicanos” eram aqueles que primeiro levantaram a bandeira republicana e que tinham um elo com os partidos imperiais. Faziam parte dele figuras como Quintino Bocaiuva e Saldanha Marinho. Os “novos liberais” eram monarquistas que tinham na agenda de reformas prioridades como a abolição. Fazia parte deste grupo nomes como Joaquim Nabuco e André Rebouças. Os “positivistas abolicionistas”, como Silva Jardim e Aníbal Falcão, eram aqueles ligados ao Apostolado e que tinham orientação política diferente dos grupos paulista e gaúcho que também utilizaram o positivismo, embora tendo como principal bandeira o federalismo. Os primeiros foram chamados de “federalistas científicos” e os segundos “federalistas positivistas.” *Ibid.*, pp. 103-104.

pertencimento ao Partido Republicano veio somente a partir de 1887, ocasião do banquete da Ilha Porchat.<sup>16</sup> Esse inicial distanciamento pode ser explicado pela pluralidade dos movimentos positivistas. Ou seja, no Brasil, assim como na Europa, as ideias comtianas bifurcaram-se em vertentes que se afirmaram como distintas.

O positivismo exerceu lugar de destaque nas escolhas teóricas feitas por Silva Jardim e por muitos outros integrantes dos múltiplos espaços sociais por ele frequentados, o que nos aproxima da análise de Ângela Alonso: “formas de pensar estão imersas em práticas e redes sociais” (ALONSO, 2002, p. 38). Para a autora, as ideias não são entidades com vida própria, guiando produções intelectuais e ações delas derivadas. Tomam corpo a partir de textos e práticas, reapropriados pelos agentes políticos, ou seja, há critérios e intencionalidades, na seleção de um determinado conjunto teórico. Com Jardim não foi diferente. Opino que, inicialmente, sua estreita e duradoura ligação com o positivismo institucional seguiu também razões pessoais, já que, ao submeter-se às rígidas regras do Apostolado, – instituição criada no Rio de Janeiro e que reivindicava para si a ortodoxia, o purismo teórico – afastava-se, providencialmente, das lidas literárias acadêmicas, que, como vimos, renderam-lhe inconfessáveis desgostos. No entanto, ao iniciar sua atuação política de uma forma mais sistemática, esteve sempre a justificar-se de forma a relativizar ou valorizar elementos específicos daquele ideário sem nunca o renegar totalmente. É preciso, portanto, que o positivismo, ou melhor dizendo, os positivismos, sejam abordados de forma estanca para que se possa seguir com a narrativa. Aproveito o ensejo, já que trataremos especificamente de questões teóricas, para adiantar também informações sobre o projeto republicano de Silva Jardim.

## 2.2 TRANSITANDO PELOS VÁRIOS POSITIVISMOS

Jardim foi levado a conhecer mais profundamente as ideias de August Comte pelo amigo José Leão, em cuja residência foi criado, em 1881, o Centro Positivista de São Paulo, com as presenças de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, dupla que, no Rio de Janeiro, começava a atrair um público crescente. Vimos que as relações de José Leão com Teixeira Mendes vinham desde os seus tempos de estudante de engenharia na Corte. Separaram-se muito provavelmente quando o segundo foi expulso da Escola Politécnica em decorrência de um panfleto positivista, lançado em 1876. Mendes, acompanhado de Miguel Lemos, futuro grande líder da Igreja Positivista, que também havia sido banido, foi para a França. A dupla entrou em contato pessoal com Pierre Laffitte, cujo pensamento pressupunha a aceitação da obra completa do pensador francês August Comte, falecido na década de 1850. Dessa forma, os estudantes brasileiros passaram de um positivismo mais restrito, – baseado sobretudo na obra matemática do teórico

---

<sup>16</sup>Na parte inicial de *Memórias*, Jardim recorda sua entrada no Partido Republicano. JARDIM, A. S. *Memórias e viagens...*, p. 38.

francês –, a representantes do lafitismo, que incluía, inclusive, o chamado “catecismo”.<sup>17</sup>

Tratava-se da segunda fase do pensamento comtiano, que abarcava a “religião da Humanidade”<sup>18</sup> e a necessidade da ditadura positivista, pontos que representaram as principais discordâncias entre os seguidores do filósofo francês, resultando em dissidências que podem explicar a pluralidade do movimento não só no caso brasileiro.<sup>19</sup> Enquanto a dupla movimentava-se do Rio de Janeiro para a Europa, apropriando-se, nesse deslocamento, de uma interpretação específica das ideias de Comte, Luís Pereira Barreto, que estudara Medicina em Bruxelas, já processava, em solo nacional, as teorias defendidas por Laffitte. Na contramão do que havia ocorrido com Teixeira Mendes e Miguel Lemos, ele partira da “religião da humanidade” para somente mais tarde se aproximar das ideias científicas de Comte. Nas palavras de Ângelo Alonso, o positivismo ocupava “[...]um espaço mirrado na vida intelectual brasileira” até que, em 1874, ganha notoriedade com a publicação *As três filosofias: filosofia teológica*, de Pereira Barreto (ALONSO, 1996, p.113). Desse modo, quando “Antonico” afastara-se da casa paterna, chegando em São Paulo em fins dos anos 1870, as teorias positivas há muito circulavam nos jornais, nas associações, publicações e nos círculos de interação social, sendo reapropriadas de formas diversas.

Alguns anos mais tarde, certamente já familiarizado com a multiplicidade de ideias científicas, – darwinismo, spenciarismo, positivismo – deixou-se atrair pelos “positivistas abolicionistas” do Rio de Janeiro, representantes de uma instituição recém-criada, o Apostolado, cujo líder, Miguel Lemos, passou a reivindicar um protagonismo mais tarde endossado pela própria historiografia, o que eclipsou a precedência do movimento paulista liderado por Pereira Barreto.

Retornando à Corte, depois de uma temporada em contato direto com Laffitte, na capital francesa, Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes<sup>20</sup> criaram o Apostolado Positivista ou Igreja Positivista, cujo templo, fundado em 1881, no Bairro da Glória, abriga, ainda hoje, em condições precárias, grande quantidade de documentação produzida pela instituição, inclusive correspondências recebidas e enviadas pelos dirigentes do chamado Apostolado<sup>21</sup>. Fui impelida a verificar a existência de tal documentação a

<sup>17</sup> Posição contrária a Laffitte foi assumida por Émile Littré, que não reconhecia a última fase do pensamento de Comte. Os litreistas passaram a ser tachados de traidores pelos lafitistas.

<sup>18</sup> Riolando Azzi explica o positivismo doutrinário como uma reação à Revolução Francesa. Preocupados mais com a conservação do passado do que com a construção do futuro, o positivismo procurava extrair os seus princípios da própria natureza humana e da evolução do conhecimento científico em substituição dos valores divinos da filosofia medieval. Porém, “na elaboração ideal da nova sociedade, A. Comte chegou a um impasse dificilmente superável apenas pelo recurso a uma doutrina filosófica. Necessitou então apelar para uma fundamentação religiosa. [...] Não hesitou em transformar-se também em um líder religioso, e tornou-se o fundador da religião da Religião da Humanidade.” AZZI, Riolando. **A concepção da ordem social segundo o positivismo ortodoxo brasileiro**. São Paulo: Edições Loyola, 1980, p. 199. O modelo religioso positivista também esteve ligado à teoria do Grande Ser, do filósofo francês Condorcet que substituiu o divino pela “providência humana”. SOARES, Mozart Pereira. **O Positivismo no Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998, p. 78.

<sup>19</sup> Sobre essa pluralidade, ver: ALONSO, Ângela. **De positivismo e de positivistas**: interpretações do positivismo brasileiro. Boletim Informativo de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 42, pp. 109-134, 2º semestre 1996, pp. 110,111.

<sup>20</sup> O fluminense Miguel Lemos, nascido em Niterói no ano de 1854, e Raimundo Teixeira Mendes, um ano mais novo, maranhense de nascimento, mas criado na Corte desde o primeiro ano de vida.

<sup>21</sup> A direção da Igreja Positivista informou que cópias de todos os documentos produzidos pela instituição foram arquivadas ao

partir de uma passagem de *Memórias e Viagens*, em que Jardim recordou-se da intensa correspondência mantida com Miguel Lemos durante os seis anos em que pertenceu ao positivismo institucional<sup>22</sup>. Infelizmente, a documentação, em parte seriamente avariada, não se encontra organizada.

Na época da construção do templo positivista, Miguel Lemos, “sagrado por Lattiffe ‘aspirante ao sacerdócio’” (ALONSO, 1996, p. 114) visava à expansão do movimento, assim como sua homogeneização, o que pressupunha a neutralização de lideranças de gerações anteriores<sup>23</sup> “para tornar-se o porta-voz e o líder incontestado do positivismo brasileiro” (ALONSO, 1996, p. 115). Com esse intuito, no mesmo ano de fundação da Igreja, 1881, a dupla viajou a São Paulo. O bacharelado Silva Jardim tornar-se-ia então um fervoroso discípulo do positivismo propagandeado por ambos. Apesar de ter mais tarde se afastado, como veremos, dos quadros institucionais da Igreja Positivista, continuou afirmando seu pertencimento às teorias positivas por meio das correspondências trocadas com o pai, por seus próprios discursos e suas próprias declarações. Dizia-se influenciado pelas ideias “do mestre”, referindo-se, sem reservas, à obra total de August Comte que incluía a produção mais polêmica do autor. Refiro-me à *Política Positiva*, obra publicada em quatro volumes, entre os anos de 1851 1854 e que incluía o *Apelo aos Conservadores*, dedicado aos políticos, e o *Catecismo Positivista*, destinado às mulheres e aos proletários. Tais obras, que representam justamente a segunda fase do pensamento de Comte, constavam, como veremos em momento oportuno, na biblioteca de Jardim. “Foi nessa segunda fase da evolução de seu pensamento que Comte chegou à elaboração da religião da Humanidade” (AZZI, 1980, p. 9).

Ressalto, então, que Jardim rememorou a sua admiração pelo que passou a ser identificado como positivismo “puro” ou “ortodoxo” muito em função do que postulou o próprio “sacerdote” da Igreja Positivista do Brasil, Miguel Lemos<sup>24</sup>. Nessa perspectiva, muitos pontos presentes em seu discurso, inclusive destacados no âmbito particular das correspondências, aproximam-no também da instrumentalização do chamado “positivismo religioso,” do qual mais tarde se afastou institucionalmente

---

longo dos anos e que boa parte deste acervo encontra-se bastante deteriorado devido às fortes chuvas ocorridas em 2016 e que danificaram parte do telhado da histórica construção.

<sup>22</sup> Desde sua origem o positivismo foi marcado por uma tendência cismática, agravada à medida “[...] que sai da obra de Comte, à semelhança da de Marx, um tipo de filiação teórica, mas também um ‘movimento positivista’ que ambiciona universalizar-se e que se embrenha na política em todos os países onde chega.” Há então o seguimento e instrumentalização da ideia positivista na política e sua sedimentação em dogma e instituição. “No caso brasileiro tivemos ambas as ocorrências. Houve um grande movimento positivista não institucional, ao mesmo tempo em que a solidificação da Igreja Positivista no Rio de Janeiro tentou justamente submeter os positivistas fora de sua alçada e expandir a instituição.” ALONSO, A. **De Positivismo e de positivista...**, p. 111.

<sup>23</sup> Ângela Alonso cita Benjamim Constant e Luiz Pereira Barreto. Aquele teria sido o primeiro nome de peso a se interessar, a partir de 1857, pelo positivismo filósofo e matemático; o segundo teria sido, como vimos, um dos precursores na divulgação mais ampla do positivismo político via imprensa e por publicação de livros. Filho de cafeicultores paulistanos, ele teria imprimido na década de 1870 um dinamismo pioneiro do movimento positivista em São Paulo, o que contraria o esforço de Lemos para situar na Corte o início da militância. *Ibid.*, p. 113.

<sup>24</sup> Ângela Alonso faz um balanço historiográfico, confrontando as várias interpretações feitas do positivismo brasileiro, detectando a permanência de uma equivocada divisão entre ortodoxia e heterodoxia, construída por Miguel Lemos como forma de valorizar a sua própria corrente. *Ibid.*, p.123.



pelas perspectivas políticas que se abriram a partir da sua iniciação, quase fortuita, como tribuno republicano. Assim, considero que Jardim mostrou ter-se confrontado menos com o autor francês e sua doutrina completa e mais com o mestre do Apostolado, Miguel Lemos, que, a partir de 1883, imprimiu maior radicalização às suas próprias diretrizes, divorciando-se por isso do próprio Pierre Laffitte. O mentor chegou a sugerir ponderação a seu súdito brasileiro, que então tornou a sua sucursal independente e desferiu a pecha de “sofista” contra Laffitte. O motivo da nova dissidência girou em torno das exigências que Miguel Lemos passara a dirigir a seus discípulos e que o próprio August Comte restringia aos sacerdotes: que se abstivessem da política partidária e da prática jornalística, abdicassem da posse de escravizados<sup>25</sup> e mantivessem vida privada irrepreensível. “De fato, somente ele e Teixeira Mendes, seu fiel escudeiro, levaram à risca estas normas” (ALONSO, 1996, p. 115).

Ainda assim, Jardim permaneceu por muito tempo como membro do Centro Positivista de São Paulo, realizando preleções, escrevendo artigos para o jornal *Província de São Paulo*, cujos dirigentes eram também inspirados pelas ideias do filósofo francês. Opto por destacar a pluralidade do positivismo brasileiro, restringindo-me a personagens enfocadas nesta tese, como o do já mencionado amigo de adolescência de Jardim, Clóvis Beviláqua, um dos primeiros a escrever sobre o assunto. Ele enquadrou-se na vertente de Émile Littré, chegando a ressaltar a emergência do spencerianismo como um movimento capaz de substituir o positivismo, sem, no entanto, desmerecer a primeira fase da filosofia comtiana.<sup>26</sup> “Beviláqua estabelece uma das primeiras classificações do positivismo brasileiro, combinando aspectos doutrinários e geográficos. Haveria, então, no Recife, um ‘positivismo dissidente’ e, no Sul, um ‘positivismo ortodoxo’” (ALONSO, 1996, p. 116). O advogado nascido em Vitória do Ceará endossara dessa forma a versão que, segunda Ângela Alonso, foi com sucesso firmada pelo próprio Miguel Lemos no intuito de fixar como não positivistas todas as versões desviantes da sua própria corrente. O assunto é complexo e, dado o confesso entusiasmo de Jardim pela obra completa de Comte, é necessário um parêntese para que fique mais clara a sua inserção no debate a respeito das várias linhas de inspiração positivista que, em solo brasileiro, encontraram grande reverberação.

Apartado do Apostolado, por razões que mais detalhadamente veremos, Jardim continuou exercendo um tipo de positivismo prático, moldado às contingências, o que espero demonstrar de forma mais fluida ao longo do trabalho. Antes, é preciso apontar as características comuns entre as vertentes do

<sup>25</sup> Ângela Alonso afirma que tal comportamento de Miguel Lemos demonstrava que ele não soubera interpretar a obra de Comte. O autor francês claramente opunha-se à escravidão moderna como uma anomalia a ser corrigida. No entanto, “toda a sua argumentação é no sentido de reiterar a diferença entre a oportunidade e a ação política, de um lado, e os princípios do positivismo ‘ortodoxo’ de outro.” ALONSO, A. **De Positivismo e de positivista...**, p. 116. Ou seja, Comte abriu espaço para que a conjuntura fosse respeitada, mas Lemos decidiu-se pela observância exclusiva da religião da Humanidade.

<sup>26</sup> No “Norte”, para onde o cearense Beviláqua retornou em fins da década de 1870, cursando a Faculdade de Direito do Recife – prevaleceu a versão científica do positivismo, rechaçando o Comte da segunda fase como guia moral ou político, mas apenas considerando seu método científico. *Ibid.*, p.127.

positivismo brasileiro, de acordo com o balanço historiográfico formulado por Ângela Alonso. Salientando que o positivismo não pode ser tomado monoliticamente, a autora afirma que o mais relevante para se entender as divisões do caso brasileiro não é estabelecer graus de fidelidade à matriz europeia, até porque ela foi marcada por divisões na própria França. No entanto, uma série de características era comum às variantes decorrentes de imbricações entre opções doutrinárias, posições sociais e questões regionais. As principais ocorrências deram-se em outros dois principais *locus*, além da Corte: São Paulo e Rio Grande do Sul. Na capital do Império, fortaleceu-se o positivismo dogmático do Apostolado Positivista, mas também uma vertente, bastante anterior àquela marcadamente religiosa, que congregou a elite da Escola Militar.

Esse positivismo corporativo, liderado por Benjamim Constant, exerceu papel decisivo no golpe civil-militar que derrubou a Monarquia, “[...]configurando uma vertente modernizadora e jacobina, na qual se enfatizava a ditadura republicana comandada por um grupo de eleitos que os militares identificavam consigo mesmos” (ALONSO, 1996, p. 125). No Sul, a liderança de Júlio de Castilhos fez sobressair do positivismo “[...]a face política em sentido pleno, que objetivava o poder de Estado, a ditadura positiva e políticas públicas como meio mais eficaz de civilizar o País” (ALONSO, 1996, p. 125). Em São Paulo, haveria a sucursal paulista da Igreja, os bacharéis da Faculdade de Direito, e, ainda, como corrente predominante, a “via ‘sociológica’ de Pereira Barreto” (ALONSO, 1996, p. 125), anterior à fundação da Igreja, por isso a ela não subordinada, “que teve prática e obra positivistas e atuou doutrinariamente” (ALONSO, 1996, p. 125). Comuns a todos os grupos, o cientificismo e o republicanismo. Além disso, um “exacerbado senso de missão social” (ALONSO, 1996, p. 124) distinguia os positivistas dos demais teóricos cientificistas, assim como a fidelidade à teoria científica de Comte.

É necessária uma última observação com base no que foi acima exposto a respeito dos três principais *locus* do positivismo. Aluno da Faculdade de Direito paulista, Jardim certamente conheceu a produção intelectual de Pereira Barreto, embora nenhuma menção tenha feito ao médico, vinte anos mais velho, nascido em uma abastada família de fazendeiros. Na mesma condição, – bacharelado do buliçoso Largo de São Francisco – parece ter estado mais próximo do Apostolado do que da confluência mais matizada entre as inquietações acadêmicas e a cientificidade valorizada pela primeira fase do comtismo. O que quero dizer é que Jardim integrou-se em uma das vias fluminenses, a Religião da Humanidade, pelo menos entre 1881, ano em que passou a secretariar a sucursal paulista do Apostolado recentemente criada, e 1887, ano de sua estreia na tribuna republicana, quando se afastou publicamente da instituição. O que prevaleceu, portanto, não foram as inserções nos círculos de sociabilidade da faculdade de Direito, que o conduziriam às ideias cientificistas em maior sintonia com os “federalistas paulistas.” Ângela Alonso atribuiu esse fato à empatia de Jardim com os “positivistas abolicionistas”, aqueles subordinados à liderança do Apostolado, como denomina a autora.

Esse grupo reunia indivíduos que tinham posições sociais e econômicas mais próximas às suas do que os endinheirados cafeicultores paulistas.<sup>27</sup> Aliados das oportunidades de empregos dignos, em função da escassez de cargo e da prática da patronagem, e impedidos de galgar a carreira política, acessaram o movimento de contestação por meio das reformas educacionais da década passada, que lhes garantiam a frequência nas escolas profissionalizantes. Estas eram ligadas ao militarismo, e também à formação superior, que lhes preparavam para profissões liberais ou para o exercício do magistério. Sem desconsiderar totalmente as suposições da autora, creio que as contingências, mais uma vez, tiveram também grande peso nesse caso, para além da grande distância social, que, obviamente, separava o bacharel fluminense dos capitalistas paulistas. Suas relações com os estudantes de Direito, por sua vez inseridos em outras redes de sociabilidade, talvez tenham ficado seriamente comprometidas pelas confusões em que se envolvera a arvorar-se como crítico literário. Amigos não pertencentes àqueles círculos, como José Leão, o funcionário público anos mais velho, certamente exerceram maior influência na escolha de Jardim. Sua entrada para a sucursal paulista da Igreja Positivista teve grande importância inclusive nos rumos tomados posteriormente pela sua campanha republicana. Foi por meio daquela instituição que estreitou laços com quem seria seu futuro apoiador, Aníbal Falcão, advogado pernambucano que, em 1882, redigiu, com Teixeira Mendes, o primeiro manifesto abolicionista positivista. A relação entre Falcão e Jardim garantiria o vínculo entre as sociedades positivistas de São Paulo e do Recife. Essa aproximação talvez tenha sido também facilitada pela amizade de um amigo em comum de ambos: Clóvis Beviláqua. Ângela Alonso inclusive a utiliza como exemplo de que as faculdades podiam ou não originar mobilizações – elas funcionavam mais como *locus* onde determinadas relações eram ativadas. Aníbal Falcão e Jardim nunca estudaram juntos, lembrou a autora, mas mantiveram-se integrados durante toda a década de 1880, demonstrativo de que as mobilizações dos anos 1870 e 1880 surgiam em grande parte da “ambiência intelectual e seu entorno” (ALONSO, 2002, pp. 120-122), como redações de jornais, associações, maçonarias e clubes literários.

Veremos que, anos depois, já como conhecido tribuno republicano radicado no Rio de Janeiro, Jardim aproximou-se do positivismo militar corporativo à medida que pressentia o potencial daquele movimento a favor da ideia republicana, sobretudo da ditadura republicana, seguindo, nos últimos tempos de propaganda, uma linha propositiva bastante próxima à de Júlio de Castilhos.<sup>28</sup> Assim, o nosso personagem transitou pelos três grandes *locus*, mantendo uma singularidade desconcertante e que pode ilustrar as múltiplas apropriações existentes no interior da já apontada variedade das vertentes brasileiras

<sup>27</sup>A maioria estudantes da Escola Politécnica, ou egressos daquela instituição, já empregados públicos e professores. Um 1883, havia três médicos e um operário. ALONSO, A. **Ideias em Movimento...**, p. 130.

<sup>28</sup>Murilo de Carvalho inclui-os no grupo mais próximo ao positivismo comtiano, ao lado de Aníbal Falcão e Lauro Sodré. CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo. Brasil, 1870-1891. **Varia História**. Belo Horizonte, v. 27, n. 45, pp. 141-157, jan./jun. 2011, p. 154.

do positivismo.

Como vimos, Silva Jardim iniciou sua fase adulta em São Paulo, construindo sua vida pessoal, profissional e política. Frequentou, portanto, durante os anos de 1880, o círculo das elites paulistas, que em grande parte integravam o Partido Republicano Paulista desde a sua convenção fundadora, em Itu, na década de 1870. Seria, então, natural que sua ideia de república estivesse baseada no debate paulista, que, assim como o gaúcho, teve, no federalismo, um de seus pontos principais, embora não de forma exclusiva, uma vez que “[...] era demanda quase unânime dentro do republicanismo” (CARVALHO, 2011, p. 149). Ele a incorporou, porém de uma forma bastante distinta: pouco usou em seus discursos o verbo federar e suas derivações, contudo defendeu muito a necessidade de descentralização governamental, que, embora implícita no conceito histórico de federação, desde as revoluções pernambucanas da primeira metade do século, não pode ser tomada como sinônimo de um projeto federativo não explícito. O próprio Jardim admitiu, em suas memórias, que evitou detalhar o seu modelo republicano, talvez muito provavelmente porque não o quisesse definido, acrescento. Afinal, em uma fase crucial para o fortalecimento da campanha, era preciso conquistar convergências e evitar possíveis motivos de desavenças. Lembrou que era firme, no entanto, quanto à premência da descentralização e da separação da Igreja e do Estado, outro ponto do qual o positivismo não abria mão, em consonância com um dos principais pressupostos do pensamento ilustrado do século: a laicização do Estado.<sup>29</sup> Determinante para o estabelecimento de uma esfera civil pública, desvinculada dos poderes tradicionais, a secularização das instituições era ponto defendido por todos os grupos contestadores. Como lembra Alonso (2002), o fim do catolicismo como religião oficial de Estado alteraria drasticamente a lógica de poder do Segundo Reinado, pois, em grande parte, neutralizaria o controle moral, social e político que a Igreja Católica exercia sobre os homens livres pobres, retirando as eleições de dentro das paróquias e laicizando o ensino público.

A clareza empregada por Jardim na defesa de um Estado laico não podia ser notada em relação a outros pontos. A questão da descentralização surgia infalivelmente em seus discursos mais como forma de atacar o sistema monárquico, que seria incompatível com o projeto de autonomia provincial, pelo seu denunciado caráter despótico e ineficiente. Entretanto, mesmo nos primeiros tempos de tribuna, quando falava exclusivamente para plateias paulistas em cidades como Limeira e Campinas – redutos de lavradores e capitalistas que formavam forte base de apoio para o republicanismo classista da província – , parecia escamotear a questão, não a enfrentando de forma direta. No momento em que oficialmente

---

<sup>29</sup> Um dos pontos mais ambivalentes da última fase do pensamento de Comte diz respeito à questão religiosa, pois, baseado em princípios cientificistas passou a ser concebido como verdadeira seita. Em suas memórias, Jardim parece se identificar com a “nova Religião, científica e demonstrada, com o culto da Família, da Pátria e da Humanidade”. JARDIM, A. “**Memórias e viagens...** p. 192. É bem verdade que a religião positivista impunha-se como negativa ao culto do divino e, sobretudo, da relação entre Estado e religião. “Comte considerou a separação e a independência dos poderes temporal e espiritual, o principal capital da política moderna,” embora tenha desenvolvido a já comentada teoria do Grande Ser que substituiu a ideia do divino”. SOARES, M.P. **O Positivismo no Brasil**, pp. 78, 106.

entrou para os quadros partidários republicanos, na criação do Partido Republicano Santista, em 1887, declarou julgar o regime federal transitório “pela fatalidade do instituto patriótico, que levava o cidadão ao amor da pátria pequena” (JARDIM, 1891b, p. 328). Demonstrou assim estar mais inclinado, fundamentalmente, ao separatismo do que ao federalismo, embora defendesse o unitarismo provisório. O trecho a seguir pode confirmar tal interpretação: “Federar o que, se nada havia separado no Brasil?” O essencial seria “primeiro conservar a união, descentralizar serviços administrativos e financeiros para no futuro remoto consentir na separação.” Surgiriam então as “pequenas pátrias”, viabilizadas por um “conjunto de reformas gerais para toda a comunhão” (JARDIM, 1891b, p. 348).

Dentre essas reformas, estariam mudanças no campo educacional, submetidas à necessária separação do poder temporal e espiritual, a implantação dos registros civis, a liberdade de exposição e discussão garantida<sup>30</sup> e o progresso dos setores produtivos, incluindo o desenvolvimento da indústria. O tema é complexo<sup>31</sup> e as declarações de Jardim a respeito geraram muita polêmica. Em 1890, portanto em declarações anteriores àquelas registradas em *Memórias e Viagens*, esclareceu que aceitava completamente a federação, embora alguns o tachassem indevidamente de unitarista. Fora mal compreendido, lamentou-se: “o que desejava era que a ditadura, como tem feito, mantivesse a princípio, de qualquer modo, a unidade nacional. Reconhecida a autonomia de cada Estado, no momento revolucionário, podíamos ter o desmembramento” (CANDIDATOS, 1890).

Levando em consideração a expansão por ele empreendida, sobretudo a partir do segundo semestre de 1888, nas províncias fluminense e mineira, tendo a concordar com a análise de que “assim como em relação à questão da Abolição e da participação dos republicanos do 14 de maio no movimento republicano, Jardim encontra na questão separatista um terreno espinhoso.” Não seria possível, tampouco conveniente, “defender o ideal de maneira clara e contundente, já que a propaganda republicana pressupunha a união de diferentes correntes políticas e ideológicas” (FERNANDES, 2008, p. 169)

A defesa da liberdade esteve também muito atrelada às diretrizes que eram comuns aos vários grupos seguidores, em diferentes graus, da teoria de August Comte. Ou seja, os positivistas tenderiam a se declararem abertamente a favor da abolição, muito embora não se adequassem muitos deles à exigida coerência prática com tal determinação, postura que, a partir de 1883, como vimos, foi radicalizada pelo Apostolado<sup>32</sup>. No entanto, comentando o atraso do abolicionismo brasileiro em relação ao movimento

<sup>30</sup> Jardim foi por várias vezes contestado ao apontar a falta de liberdade de expressão durante o Império. Em Juiz de Fora, Minas Gerais, onde notou a majoritária presença de agricultores, foi interrompido por um dos presentes que intencionava mostrar a incoerência do argumento, dito, pública e livremente, em uma conferência republicana. Naturalmente o conferencista não admitiu que na Monarquia vigorasse a liberdade de expressão, apontando-a como falsa. Para o orador, o governo valia-se de práticas escusas para cercear as liberdades.

<sup>31</sup> Ver: COSER, Ivo. O debate entre centralizadores e federalistas no século XIX: a trama dos conceitos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 76, jun. 2011, pp. 191-227.

<sup>32</sup> O positivista Ribeiro de Mendonça foi advertido por Miguel Lemos, em 1883, pela publicação de um anúncio da fuga de um escravo. ALONSO, A. **De Positivismo e de positivistas...**, p. 116.

européu e estadunidense, Ângela Alonso frisa que tal movimento escorou-se nas novas ciências sociais, principalmente no “maremoto sociológico da segunda metade dos Oitocentos – Auguste Comte – e de seus parentes evolucionistas, como o spencerianismo”, todos defensores do progresso com o seu “movimento irrefreável de industrialização, urbanização e secularização, que arrasaria instituições tradicionais – catolicismo, agrarismo, monarquia, escravidão – para gerar a sociedade moderna, científica, industrial, republicana, de trabalho livre” (ALONSO, 2015, p. 98).

O conjunto discursivo de Jardim encaixar-se-ia perfeitamente nessa análise, sobretudo quando considerada sua crítica ao caráter incompleto da Abolição, deixando os ex-escravos desamparados e conseqüentemente despreparados para integrarem a força de trabalho em prol do desenvolvimento. Não fosse o grande espaço dedicado à valorização da lavoura no pós-Abolição – como forma de justificar sua aproximação dos cafeicultores do Vale do Paraíba e da Zona da Mata mineira – e seus contendores teriam mais dificuldade em desqualificar seu antigo abolicionismo. Até então categórico na defesa imediata da liberdade, passou a classificar a Lei Áurea de “traição” à lavoura, que não teria recebido do Estado o apoio necessário no tempo devido. Ainda assim, autores como José Murilo de Carvalho não hesitaram em classificá-lo como “republicano abolicionista” (CARVALHO, 2011, p. 144) ao lado de José do Patrocínio, no Rio de Janeiro, e de Rangel Pestana, Luís Gama, Bernardino e Américo de Campos, em São Paulo. A maioria deles teria, entretanto, cedido a pressões de grandes proprietários paulistas e de nomes a eles vinculados, como Campos Sales, Prudente de Moraes e Francisco Glicério. Luís Gama e José do Patrocínio foram exceções. O primeiro recusou-se a participar do Congresso de Itú, em 1873, pela hesitação do partido em tomar posição abolicionista. O segundo, como veremos, polemizou com Silva Jardim, contrário à aliança da propaganda republicana com a lavoura.

Ângela Alonso também situa Jardim entre os abolicionistas, mas entre os “positivistas abolicionistas”, que, no tema escravidão, estiveram bem mais próximos aos “novos liberais”, como Joaquim Nabuco, do que dos “liberais republicanos” da Corte e os “federalistas científicos” de São Paulo (ALONSO, 2002, pp. 201-211) que não tinham a abolição como prioridade e sim os projetos de mudança de regime e da federalização. Diziam defender a liberdade, até porque a escravidão era multiplicadora de “males sociais e morais” (ALONSO, 2002, p. 236), mas mantiveram uma postura de isenção frente ao cativo, aderindo a medidas gradualistas, sem defender claramente, como os primeiros, a liberdade imediata e sem compensações. Seguiam assim o “oportunismo”, conceito da “política científica” (ALONSO, 2002, p. 236), apresentado por teóricos como Campos Sales, e que pressupunha a ação alinhada com tendências indicadas pela opinião pública e que garantiriam mudanças pacíficas e regradas.

Endosso a classificação de Ângela Alonso mencionada no parágrafo anterior porque se baseia na observância da prática política dos agentes históricos que construíram suas justificativas teóricas enquanto compartilhavam experiências e, naturalmente, inspirações. Isto é, a autora não parte de modelos teóricos

para a identificação de seus “seguidores”. Tenta agrupá-los levando em conta elementos mais singulares em seus textos e práticas. Mesmo assim, como ela própria reconhece, existiram espaços para “desconfianças” (ALONSO, 2002, p. 103), que só podem ser enfrentadas, acrescento, levando-se em conta a trajetória individual. No decorrer da narrativa, veremos como Jardim se aproximou e por vezes se distanciou dos “positivistas abolicionistas”, revelando-se muitas vezes como “oportunista”, nos termos acima apresentados.

Falta destacar um terceiro ponto do republicanismo de Jardim claramente tributário da *Política Positiva*. Tratava-se da implantação da ditadura republicana como um estágio provisório imprescindível para o êxito do novo regime. Essa ideia, publicamente assumida somente em maio de 1889, por razões contingenciais, como veremos no próximo capítulo, acabou por lhe isolar definitivamente dos quadros intrapartidários, até porque pressupunha a extinção do Legislativo. A ação parlamentar foi sempre muito combatida pelo tribuno, que nela enxergava a perpetuação de práticas oligárquicas incompatíveis com o seu modelo de República. No entanto, concebia a luta política nos moldes institucionais então vigentes como válidas e necessárias por ser o caminho possível. Essa visão autoritária de Jardim baseava-se no princípio defendido por August Comte do regime ditatorial republicano “[...] como a forma ideal de governo para os tempos modernos” (AZZI, 1980, p. 150). Em última análise, “[...] somente mediante a implantação de regimes fortes e autoritários seria possível deter a avalanche de espírito revolucionário e democrático que se expandia pelo Ocidente” (AZZI, 1980, p. 150).

Não há como negar o viés autoritário do modelo republicano ao fim definido por Jardim, muito embora a “vontade popular” assumisse teórica e abstratamente um papel crucial na sua idealizada república. O ditador deveria ser, em caráter provisório, aclamado pela soberania do povo e por ele fiscalizado. A ideia era claramente tributária do contestado positivismo de segunda fase, porém proposta em termos significativamente diversos, uma vez que pressupunha a via revolucionária e a imprescindível queda da Monarquia. Contrariamente, os membros da Igreja, que se autointitulavam positivistas completos, representantes da ortodoxia, rechaçavam a ideia de ação revolucionária e chegaram a admitir uma espécie de acordo com a realeza, que deveria apontar um ministro capaz de repetir o papel exercido por marquês de Pombal e José Bonifácio. Tais explicações constaram de uma carta pública produzida pelo Apostolado em interlocução com Joaquim Nabuco. Datada de 1º de outubro de 1888, a carta declararia o desejo dos positivistas: que fosse instituída pelo imperador a ditadura republicana, com o apoio direto do povo e com a eliminação política da “burguesia escravista” (HOLANDA, 1972, p. 339), ou seja, com a eliminação do parlamentarismo.

Segundo Buarque de Holanda, no primeiro ponto, a negativa da ruptura revolucionária condizia mais com o evolucionismo de Quintino Bocaiuva, que nunca foi partidário do positivismo, do que com Silva Jardim, “[...] que se ligara estreitamente ao credo e nunca o abandonará completamente.” Isso porque

o primeiro dizia-se “evolucionista,” mantendo tal narrativa até “o último instante”, e o segundo propunha “[...] uma evolução que desaguasse na revolução” (HOLANDA, 1972, p. 337). O termo “evolucionista” é empregado por outros autores, como Heitor Ferreira Lima<sup>33</sup> (1987, p. 54) e Maria Helena Ricci (1987) para explicar a narrativa mantida por lideranças republicanas contra a proposta de ruptura precipitada, que não aguardasse o momento oportuno, quando, no dizer de Quintino Bocaiuva, estivessem conquistadas, por vias graduais, as consciências e os espíritos pela verdade dos princípios da doutrina republicana.<sup>34</sup> Em 1882, o jornalista havia sintetizado o seu ponto de vista a respeito: enquanto a revolução seria a “a imposição da reforma pela autoridade da força”, a evolução seria “saber acompanhar a marcha progressiva de uma ideia no ânimo dos povos” (SILVA, 1986, p. 59). O próprio Jardim muito utilizou o termo, afirmando que o grande erro daquela linha republicana era supor que a mudança política se faria sem o ataque à instituição da Monarquia ou às figuras imperiais, como ocorreu na abolição da escravidão. Mas, se o meio de conquistar o novo regime era um elemento que o afastava do grupo de Miguel Lemos por colidir com um dos principais eixos do pensamento comtiano que se apegava à conservação da ordem em oposição ao caos revolucionário, acabou sendo também um dos principais pretextos para que as lideranças históricas do movimento alijassem-no da preparação do golpe de 15 de novembro de 1889.

Nesse sentido, a última fase da sua propaganda foi determinante para o seu isolamento, imagino que não somente pela defesa da ditadura republicana e consequente supressão da democracia representativa como também pelo aparato simbólico que vinha mobilizando. A insistência em lembrar o centenário da Revolução Francesa como data limite para a mudança do regime, o chamamento à ação revolucionária em apelo direto ao povo, a proposta de organização de clubes populares e frequentes mobilizações formaram um conjunto discursivo que se sobressaiu pela ousadia. “Mais pela simbologia da ação do que pelas ideias, Silva Jardim introduzira uma concepção de cidadania que se aproximava do modelo rousseauiano: a visão do povo como entidade abstrata e homogênea, falando com uma só voz” (CARVALHO, 2004, p. 47). Teria sido então, conforme a classificação de José Murilo de Carvalho<sup>35</sup>, um dos “radicais da república, [...] que falavam em revolução (queriam mesmo que esta viesse no centenário da grande Revolução de 1789); falavam do povo nas ruas, pediam a morte do príncipe consorte da herdeira do trono, (era um nobre francês!), cantavam a Marselhesa pelas ruas” (CARVALHO, 2004, p. 94).

A revolução foi realmente evocada por Jardim, de forma declarada no início de sua atuação como propagandista e com maior comedimento, ou não – dependendo da plateia e do momento – à medida que

<sup>33</sup>LIMA, Heitor Ferreira. **Perfil político de Silva Jardim**. São Paulo: Editora Nacional, 1987, p. 54.

<sup>34</sup>Ver: SILVA, Eduardo. (Org.). **Ideias políticas de Quintino Bocaiuva**: cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados. Ministério da Cultura. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1986, v. 1, p. 611.

<sup>35</sup>O autor distinguiu três tipos de republicanos: os inspirados no modelo norte-americano, de inspiração liberal, grupo formado majoritariamente por proprietários rurais paulistas; os radicais ou jacobinos, que pregavam a revolução por meio da ação popular e, finalmente, os positivistas. CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, pp. 92-96.



certas reações foram sendo por ele observadas. A sua fama de “homem perigoso”, propagador da “ideia nova”<sup>36</sup>, o precedia. Mais de uma vez ele lembrou, divertido, a surpresa dos que o viam pela primeira vez e estranhavam a incompatibilidade da sua baixa estatura, do seu tipo franzino, com a sua fama de revolucionário. Todavia, estou de acordo com o que ponderam outros autores com relação ao seu pensamento reformista, “mas de modo algum radical ou de ruptura drástica com a ordem vigente” (GUZZO, 2003, p. 104). Maria Fernanda Lombardi Fernandes destaca a admiração de Jardim por *Condorcet*, autor que muito influenciou os ideais comtianos: “Chega a ser curiosa a atração promovida por este girondino sobre um rotulado jacobino brasileiro” (FERNANDES, 2008, p. 167). Era daquele autor francês que vinha “a ideia da evolução histórica rumo a um estado de progresso da humanidade” (FERNANDES, 2008, p. 165). Condenado à guilhotina na fase comandada por Robespierre, *Condorcet* apoiava, não sem reservas, o projeto girondino de construção republicana e criticava a centralização pretendida pelos jacobinos. Evaldo Cabral de Melo explica que *Condorcet* defendia uma monarquia reformada, baseada em um sistema racional de representação dos interesses sociais, fundado não na igualdade política, mas no modelo do cidadão proprietário-rural. (MELLO, E., 2004, p. 51). Talvez, ao aliar-se à lavoura, Jardim estivesse revelando as influências fisiocráticas tomadas de *Condorcet* e que, em processo inconsciente, encaixavam-se bastante à sua tradição rural familiar. Seu pai, Gabriel Jardim, lutava com dificuldades na prática agrícola, bastante modesta ao ponto de ter que complementar a renda com o ofício de professor primário, mas seus ascendentes talvez tenham tirado da terra significativos recursos e certo prestígio. Indício disso é que Antônio e Anacleto da Silva Jardim, muito provavelmente<sup>37</sup> avô e bisavô paternos, constaram, respectivamente, da lista de fazendeiros com fábrica de açúcar e cultivadores de café da freguesia de São Pedro da Aldeia entre os anos 1840 e 1860. (LAVRADORES e criadores, 1847, p. 29; FAZENDEIROS e lavradores de café e mantimentos, 1847, p. 294).

Muito conveniente dizer neste ponto que o ecletismo de Jardim quanto às suas filiações ideológicas, confessadas ou não, também marcou outros tantos nomes que participaram da mobilização coletiva na última década do Império, cujas dimensões foram múltiplas: manifestações, criações de clubes e de associações, bem como participações na imprensa. Eram indivíduos de classes sociais diversas que

---

<sup>36</sup> A expressão era corrente no período considerado, sendo utilizada pelo próprio José Leão ao comentar que nos tempos do bacharelado Jardim passou a compreendê-la e defendê-la: LEÃO, José. **Silva Jardim**: apontamentos para a biografia do ilustre propagandista, hauridos nas informações paternas e dados particulares e oficiais. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, p. 42. Nos jornais, o termo também era bastante utilizado como sinônimo de ideais republicanos e alinhados à laicização do Estado. OPRESSÃO – reação. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 7, 7 jan. 1889. Publicações a Pedido p. 2. A expressão também é discutida em *A República Consentida*. Ela intitulou um poema de Raymundo Correa, colega de Jardim dos tempos colegiais. Esteve ligada ao cientificismo, base para a compreensão positiva da sociedade e do Estado e contra as mistificações teológicas. MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida**: cultura democrática e científica no final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, pp. 99-100.

<sup>37</sup> Sabemos por José Leão que seu biografado era homônimo do avô paterno. O bisavô, natural do Rio Grande do Sul, era o major Anacleto da Silva Jardim que pode, no entanto ter dado a um de seus filhos o próprio nome. Neste caso, o Anacleto cafeicultor seria tio-avô de Jardim. LEÃO, J. **Silva Jardim**..., p. 4.

tinham em comum a experimentação da marginalização política a partir do retorno do controle conservador em 1868. Situam-se aí os primórdios do que foi denominado por Ângela Alonso como “movimento intelectual da geração de 1870,” resultante de uma crise política que começara a se configurar no centro do próprio regime imperial, à medida que crescia a tensão entre o ímpeto liberal por reformas e a inércia conservadora a obstar as mudanças. Formou-se, então, a equação possível de se formular em tempos de crise: a permeabilidade dos movimentos políticos aumenta enquanto declina a estabilidade das alianças, o que expõe a “vulnerabilidade do arranjo político principal”, criando oportunidades para atores políticos até então alijados (ALONSO, 2002, p. 97). Nesse contexto, surgiu, em 1870, o Partido Republicano, “que significou a primeira aliança fora da elite estabelecida nos partidos em toda a história do Segundo Reinado” (ALONSO, 2002, p. 97), tomando-se, assim, a primeira alternativa ao *status quo* imperial.

No período em que a possível, e, para muitos, esperada república era gestada por diferentes projetos, Silva Jardim – longe de apresentar um modelo definido – transitava entre os vieses do pensamento positivista, negando, no plano teórico, a importância do Parlamento, – ou seja, da democracia representativa – mas, ao mesmo tempo, concebendo-a como prática viável para as transformações necessárias, que não deveriam ser mais retardadas, pois a revolução brasileira não poderia ultrapassar o marco do centenário da Revolução Francesa. Esses vários aspectos discursivos foram sendo destacados ou escamoteados à medida que as contingências exigiam. Jardim atraiu muitas críticas pela sua barulhenta defesa da soberania popular no sentido de atendimento dos direitos e deveres, desejos e necessidades da população. Porém, na contundência dos seus discursos, esteve implícito outro elemento positivista: a sobreposição da classe proprietária sobre os trabalhadores do campo e da cidade, como espero demonstrar no próximo capítulo. A forma como defendeu a lavoura, sobretudo apontando-a como vítima de um verdadeiro golpe monárquico dado em 13 de maio de 1888 foi, certamente, uma das ambiguidades mais exploradas por seus detratores. Ele teria sustentado tal postura com base, novamente, na segunda etapa da obra de August Comte, cuja orientação era de que “a libertação dos cativos deveria ser bem orientada e prudente” (HOLANDA, 1972, p. 336).

Em *Pontos e Bordados*, Murilo de Carvalho explica que grande parte dos “radicais da república” (CARVALHO, 1999a, p. 95), categoria em que inclui Jardim, procurou a alternativa do positivismo pela própria impossibilidade da solução revolucionária, já que “[...] as classes perigosas do Rio de Janeiro estavam antes com a monarquia.” (CARVALHO, 1999a, p. 95). Segundo o autor, o pensamento de Comte exercia grande atração sobre o pequeno, porém agressivo grupo, sobretudo em dois principais pontos: o Executivo forte e intervencionista da ditadura republicana e a ideia da incorporação do proletariado à sociedade moderna. Contudo, pensei em uma análise inversa ao acompanhar as escolhas de Silva Jardim durante os dois anos de sua militância política em prol da república: tratou-se de um militante do chamado

“positivismo ortodoxo”, que surpreendeu a si próprio com o êxito alcançado na representação de radical republicano. Não quero dizer com isso que ele esteve durante dois anos fingindo, defendendo ideias das quais discordava de uma forma proposital apenas para atingir seus objetos políticos. Suponho simplesmente que ele passou a acreditar no potencial da sua imagem como revolucionário e nela investiu, construindo-a com gosto, selecionando um repertório<sup>38</sup> muito particular dentro das formas de mobilização já disponíveis. Sendo assim, não só realizou grandes *meetings* e conferências, como também o fez em campanha itinerante, por meio de um discurso invariavelmente inflamado, sempre evocando a simbologia da Revolução Francesa.

Apesar de sua fala estar então em vários aspectos bastante alinhada com o conservadorismo da Política Positiva, que claramente se contrapunha ao liberalismo democrático – inclusive negando claramente a delegação popular –, Jardim deslocou-se para um campo totalmente oposto ao sugerido pela Religião da Humanidade ao pregar a revolução. Veremos que a sua teoria de revolução foi sendo adaptada a diferentes fases. Nela chegou a caber a evolução, mas não a mesma evolução defendida pelos “liberais republicanos” como Quintino Bocaiuva. Em momento que já se distanciava da linha oficial do partido, ele teoriza sobre uma evolução propositiva que forçasse, por meio da opinião e da mobilização pública, uma revolução sem violência.<sup>39</sup>

Retomo, para concluir, a íntima conexão proposta por Ângela Alonso entre formas de pensar e de agir, afirmando que a grande questão a ser considerada é como a cultura se vincula à experiência. Dessa forma, o principal papel do movimento intelectual da geração de 1870 teria sido a intervenção política por meio da apropriação de opções teóricas, muitas vezes mescladas, formando uma frente de oposição ao *status quo* imperial. Esse sentido propositivo das filiações teóricas em Jardim é especialmente notório. No prefácio de *Memórias e Viagens*, publicado logo depois de seu trágico desaparecimento nas lavas do Vesúvio, em 1891, Oscar D’Araújo, um dos fundadores da biblioteca positivista na cidade do Rio de Janeiro, escreveu: “Com efeito, Silva Jardim soube tomar ao Positivismo mais do que as suas fórmulas, o seu espírito sociológico, para aplicá-lo à solução do caso concreto que tinha a considerar” (D’ARAÚJO, 1891, p. 2).

Os principais elementos do discurso político de Jardim, inclusive reiterados em sua obra memorialística, demonstram sua opção pelo positivismo de viés lafitista, embora de uma forma muito particular, que não lhe impediu de aliar-se aos “federalistas científicos” de São Paulo, sobre os quais teve

<sup>38</sup> Repertório pode ser definido como uma caixa de ferramentas usadas seletivamente. Inclui, as metáforas utilizadas, o próprio estilo, além das formas de apresentação escolhidas, como, acrescento, as próprias viagens de propaganda. ALONSO, A. **Ideias em movimento...**, pp. 39-40.

<sup>39</sup> Bom exemplo temos em *Pela república conta a monarquia*, disponível em JARDIM, Antônio da Silva. **Propaganda Republicana – 1888-1889: Discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978, p. 289.

grande impacto a teoria de Litreé, com a sua formulação “não-cesarista do positivismo” (ALONSO, 2002, p. 226), que rejeitava a ditadura republicana baseada na Antiguidade romana e incorporava o modelo de evolução histórica da “política científica.” O termo esteve ligado aos novos modelos construídos pelas ideias tributárias das várias teorias baseadas em princípios científicos. O darwinismo, por exemplo, serviu para justificar a ideia do mérito em detrimento da patronagem. Assim, importantes teóricos do grupo paulista, como Campos Sales, propunham que os princípios liberais fossem combinados à teoria evolutiva do positivismo, afirmando que, quanto maior o grau de desenvolvimento de uma sociedade, maior seria o seu afastamento da lógica dos privilégios.<sup>40</sup> Em outras palavras, Jardim instrumentalizou o pensamento comtiano em seus textos e práticas políticas, associando-se às diferentes vertentes do positivismo à brasileira.

### 2.3 A RUPTURA COM O APOSTOLADO E A ESTREIA COMO TRIBUNO REPUBLICANO NA ILHA PORCHAT: PONTO DE INFLEXÃO DAS TRAJETÓRIAS PESSOAL E POLÍTICA

Retomo o raciocínio já esboçado de que a permanência do impetuoso Jardim no Apostolado Positivista, submetendo-se por seis anos – 1881 a 1887 – às rígidas regras da instituição, esteve ligada também a razões pessoais. O seu insucesso como crítico literário, despertando inimizades dentro dos próprios círculos de sociabilidade que costumava frequentar, justificava o afastamento que, na verdade, estava sendo imposto por muitos de seus pares. Entre o caráter espontâneo da escolha, frisada em suas memórias, e o que sugeriu José Leão, fico com a segunda possibilidade: Jardim optou por um movimento de introspecção, devotado mais à pura reflexão filosófica, como recomendavam seus novos mentores intelectuais. No auge dos desentendimentos com seus pares na Academia, alguns lamentavam que tivesse se afastado da faina jornalística; outros pareciam comemorar. Um colunista do *Correio Paulistano* lamentava a acomodação de alguns homens de letras naquele começo de década, justificando, assim, o início de sua colaboração no jornal. Parecia o escritor fazer um exercício de modéstia, lembrando, na introdução do texto, figuras de maior talento que tinham se retirado do jornalismo, como José Leão e ainda Silva Jardim, que antes colaborava “brilhantemente” na *Tribuna Liberal*: “Sentou-se gravemente em uma das cadeiras do Normal e com displicente intenção depôs a pena” (RABISCOS, 1880, p. 1).

No mês seguinte, ao insistir em classificar como arbitrariedade a nomeação de Silva Jardim como professor da Escola Normal em decorrência do prestígio de seus amigos liberais junto à presidência da província, o *Jornal da Tarde* lamentava que talentos conhecidos tivessem sido preteridos por “[...]um estudante que por suas façanhas mereceu o estigma de uma Faculdade inteira!” (NEGÓCIOS da Escola Normal, 1888, p. 2). Temos aqui outras explicações para a retração de Jardim: as denúncias de que galgava

<sup>40</sup> Ver: ALONSO, A. *Ideias em movimento...*, p. 227.

cargos na docência pública por métodos antigos e ilegais e que, naqueles anos de contestação, eram apontados como privilégios decorrentes do sistema monárquico: o apadrinhamento político, a patronagem. Inglês de Souza e o futuro sogro foram certamente os responsáveis pela façanha que veio a acirrar os ânimos de alguns bacharelados contra o mancebo. No *Correio Paulistano*, o boato de que Jardim teria se filiado ao Partido Liberal transformou-se em um pedido anônimo de esclarecimento: “o silêncio seria tática e vergonhosa confissão” (AO acadêmico Silva Jardim, 1880, p. 2). Não encontrei a reivindicada resposta, mas o periódico parecia sugerir a indefinição política de Jardim, atribuindo-lhe o adjetivo “tático”. Ou seja, o jovem fluminense procurava manter-se desvinculado publicamente de pertencimentos partidários para continuar usufruindo das benesses do liberalismo monárquico. Todas essas pressões, derivadas de insinuação, procedentes ou não, encaminharam-no para o recolhimento facilitado pela prática do “positivismo ortodoxo”.

Segundo José Leão, aquela “[...]corrente de ideias, de sentimentos e atos, exerceu na vida do temerário propagandista grande influência”(LEÃO, 1895, p. 61). Passara a disciplinar a inteligência, subordinando-a ao sentimento e atuando de acordo com os princípios fundamentais da doutrina. Teria dispensado “os livros revolucionários” (LEÃO, 1895, p. 61), procurando adquirir os indicados na Biblioteca Positivista. Parte de tais livros está enumerada nas páginas 215 a 222 de *Memórias e Viagens*: nomes da Antiguidade Clássica, como Homero e Virgílio; da Renascença, como Dante Alighieri e Miguel de Cervantes, chegando ao realismo de Balzac e Zola. Dos autores nacionais, destaca José de Alencar, Machado de Assis, Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu e Castro Alves. Enumera também vários “homens de ciências”, como Condorcet, Darwin e Hufeland, além de vários títulos de História, destacando a História do Brasil com Varnhagen e Abreu Lima. Em relação a obras diretamente relacionados à política, citou *Política Experimental*, de Léon Donat; *Política Internacional*, de Novicot; *Política Republicana*, de Alberto Salles e *A República Federal*, de Assis Brasil. Mas os positivistas mereceram um lugar proeminente em sua estante, modesta, conforme ele próprio cuidou em ressaltar:

Logo abaixo do busto do mestre imortal, suas obras: os seis volumes da *Philosophia Positiva*, os quatro volumes da *Política*, seu *Apelo aos Conservadores*, seu *Catecismo*, sua *Correspondência*, e seu *Testamento*. Há nesses trabalhos, que são o produto do maior vigor do engenho humano, páginas sobre o passado que inspiram uma reflexão profunda, páginas sobre os contemporâneos, e especialmente sobre as classes operárias que fazem derramar lágrimas e que entre lágrimas foram escritas, e páginas sobre o futuro da Humanidade que produzem um consolo, uma fé quase absoluta no belo, no verdadeiro e no bom, combinando o dever e a felicidade no realizar as máximas viver para outrem e viver às claras (JARDIM, 1891b, p. 219).

Independentemente dos títulos mencionados por Jardim e a forma como ele efetivamente deles se

apropriou<sup>41</sup>, a entrada para os quadros positivistas modificou a sua vida. A iniciação no Apostolado parece ter-lhe auxiliado a abandonar persistentes dissabores. Seus membros presumiam-se autorizados a representar a genuína pregação comtista, mas desprezavam os elementos essenciais para o proselitismo. Entre eles, a colaboração em jornais, principalmente se os escritos envolvessem lucros pecuniários, conforme destacou Holanda (1972, p. 336). Como vimos, suas investidas como crítico literário tinham-lhe rendido sérios problemas. Referindo-se a *Gente do Mosteiro*, José Leão afirmou que “nenhuma recordação grata lhe ficara desses trabalhos” (LEÃO, 1895, p. 62). Assim, teria sido que “[...] de bom modo trocara os hábitos revolucionários de jornalista e literato pelas elucubrações sérias de filósofo e propagandista do ensino positivista” (LEÃO, 1895, p. 62).

Vimos que sua relação com o magistério era antiga, datada ainda da adolescência, quando auxiliava o pai, Gabriel Jardim, nas funções pedagógicas. Inicialmente nomeado, garantiu por concurso público, em 1882 – pouco antes da formatura e do casamento –, sua participação no corpo docente do Curso Anexo da Escola Normal de São Paulo, onde passou a aplicar a método de alfabetização criado pelo escrito português João de Deus, alinhado à chamada educação intuitiva, então defendida pelos positivistas.<sup>42</sup>

Chegou a difundir tal metodologia no Espírito Santo, a convite de Inglês de Souza, nomeado em 1882 como presidente daquela província. Karoline Siqueira salientou que o novo método de letramento e também as ideias do visitante passaram a ser replicados pelos professores capixabas, não ficando a sua influência restrita ao ensino: “[...]O legado positivista transmitido pelo professor republicano, subsidiado por Herculano Inglês de Souza foi sentido entre os intelectuais locais que agregaram a doutrina positivista ao projeto da geração que pedia por progresso e por melhorias na província do espírito Santo (SIQUEIRA, 2016, p. 134).

Entre os dias 18 e 28 de julho de 1882, Jardim permaneceu em Vitória, atendendo ao pedido do escritor paraense, que, ao se afastar da imprensa paulista para liderar a província capixaba, teria deixado o jovem amigo fluminense entregue às suas novas ideias, o que muito teria concorrido para “divorciá-lo completa e inteiramente de qualquer adesismo ao partido liberal.” José Leão (1895, p. 63), nesse ponto, reforçou a indefinição partidária de Jardim, que teria terminado somente em 1887, quando rompeu com o grupo filosófico de Miguel Lemos para assumir sua nova inclinação: propagador da ideia republicana.

<sup>41</sup> A condição de leitor dá-se de formas variadas, muitas vezes não significando o ato de leitura direta e completa de uma determinada obra, mesmo que seja assim afirmada ou insinuada. Afinal, o que um leitor nos diz sobre suas leituras? A leitura declarada pode servir a “vontade de construir uma identidade e uma história pessoal a partir de lembranças de leitura”. CHARTIER, Roger (Org.) **Práticas de leitura**. Tradução de Cristiane Nascimento. São Paulo: Ed. Liberdade, 1996, p. 235.

<sup>42</sup> Para saber mais: PASQUIM, Franciele Ruiz. Antônio da Silva Jardim (1860-1891) na história do ensino de leitura e escrita no Brasil. In: MORTATTI, M.R.L., *et al.*, (org.). **Sujeitos da história do ensino de leitura e escrita no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 35-58.

“Lemos não tolerava o envolvimento de seus asseclas na política partidária imperial. Diante da expulsão constrangedora do Apostolado, Jardim tentou se justificar, mas a verdade [...] é que ele havia se insurgido contra o jugo sacerdotal que o asfixiava” (LEÃO, 1895, p. 98).

Mas vejamos o que disse a respeito o próprio, já em data adiantada, quando, fora do Brasil, escrevia suas memórias de propagandista. Relembrou a presença de Quintino Bocaiuva, que chegara da Corte para participar da homenagem póstuma a José Bonifácio, o Moço, e também para prestigiar a criação do Partido Republicano Santista<sup>43</sup>, que, naquele momento, oportunizava-se. Repetia-se o que ocorrera no enterro do homenageado: a reunião de liberais e republicanos em torno do político que entrou para o panteão do movimento abolicionista “embora não tivesse sido em vida grande combatente” (ALONSO, 2015, p. 301). Bocaiuva havia também comparecido ao funeral de “o Moço” em outubro do ano anterior. Discursou, secundando Joaquim Nabuco entre banda de música e flores, em dia prestigiado por cerca de quatro mil pessoas na capital paulista.

Jardim também esteve presente no ato fúnebre, até porque era casado com Anna Margarida, que, no mesmo ano, perdera pai e tio. Como o funeral, a posterior homenagem em Santos acabou ganhando cores antimonárquicas. Destacou que fora especialmente convidado por ser positivista e, portanto, republicano. Naquele evento, maravilhado com as belezas da Ilha Porchat, onde um festivo banquete foi servido, levantou um brinde à delegação partidária, tomando a palavra para fazer sua adesão, sob a condição de que o partido adotasse uma cor acentuadamente abolicionista. O apelo foi dirigido especificamente a Campos Sales, que respondeu afirmativamente. A partir do episódio, Sales teria se sentido pressionado, pelo compromisso assumido publicamente, a libertar, inclusive, os seus próprios escravos, embora com a condição de que lhe servissem ainda por mais quatro anos.<sup>44</sup>

O ímpeto do jovem bacharel, talvez encorajado pelo conteúdo das taças que erguera, não foi bem visto aos olhos do dirigente do Apostolado Positivista, que há pouco mais de cinco anos havia impressionado o futuro conferencista:

Realmente, a palavra de Miguel Lemos afirmara em 1881 minhas opiniões republicanas, dando-lhes base inabalável pelo desenvolvimento científico e da filosofia da História, e assimilara um sistema de moral e de educação que deviam reagir beneficentemente sobre minha carreira, e que me reservei o direito de continuar teórica e praticamente como pudesse através da vida. (JARDIM, 1891b, p. 191).

Entre continuar dedicando-se ao estudo e à difusão da doutrina positivista e aventurar-se em

<sup>43</sup> A criação tardia do partido republicano de Santos com relação à agremiação da capital da província foi justificada. Não faltaria à cidade, “tradicional em princípios democráticos”, o entusiasmo pela ideia republicana, mas sim um “um centro que o disciplinasse”. MOVIMENTO em Santos. **A Província de São Paulo**. São Paulo, ano 13, n. 3577, 2mar. 1887, n. 3,577, ano XIII. Política Republicana, p. 1.

<sup>44</sup> Ver: MENEZES, Roni Cleber Dias de. **A Constituição de uma sociabilidade republicana paulista nos tempos da propaganda**. (1876-1885). São Paulo: FEUSP, 2018, p. 77.

outras experiências como a de Santos, onde praticava a oratória, treinada nas tardes cariocas das rememoradas “discurseiras”, Jardim optou pela segunda alternativa. Registrou sua escalada retórica a partir do banquete da Ilha Porchat. Explicou que o positivismo pesou também em sua decisão de abandonar a Maçonaria. Havia entrado, por intermédio de José Leão, para a Loja América, cujo venerável era o abolicionista Luís Gama. Resolveram, ambos, não frequentar mais as sessões por avaliarem que “como concepção não passava aquela de uma religião atrasada com pretensões de substituir o catolicismo, apesar das grandes qualidades morais que possuía e ser sob o ponto de vista da organização social inatacável” (LEÃO, 1895, p. 68).

Fato é que Jardim alegou ter deixado a Maçonaria por nela enxergar elementos metafísicos incompatíveis com os novos rumos abertos pela prevalência da ciência, rompendo logo depois com o Positivismo por tolher a sua liberdade de ideias e ações. O afastamento do Apostolado deu-lhe autonomia intelectual e abriu-lhe novos caminhos, a partir de 1887, quando já residia em Santos. Já vivia há quatro anos na companhia da esposa Anna Margarida quando, naquela cidade litorânea, despontou como tribuno republicano. Recuemos um pouco para conhecermos melhor as relações de Jardim com os familiares da esposa. Em várias outras passagens, José Leão afirmou não a rejeição do pretendente, mas sua aprovação, desde os tempos iniciais do namoro, quando, à casa dos Andrada, chegara o jovem promissor, polêmico, a difundir as ideias de August Comte, que eram debatidas com especial interesse pela dona da casa, como vimos, dedicada à abolição via filantropia. Por aqueles tempos, já sabemos, escrevia no jornal *Tribuna Liberal*, a convite Inglês de Souza. O jornal seria mais um espaço de convivência com a família Andrada, onde teve a oportunidade de se aproximar principalmente do cunhado Martin Francisco,<sup>45</sup> que, mais tarde, renunciaria seu destacado papel na legenda partidária liderada pelo pai, inclinando-se para a ideia republicana.

Jardim dedicou-lhe grande espaço, descrevendo-o fisicamente e destacando-lhe o vigor intelectual e o seu humor único, “caustico e surpreendente” (JARDIM, 1891b, p. 28), como principais características. Definiu-o não como republicano e sim como um liberal dissidente, desiludido com o governo imperial e, fundamentalmente, separatista, o que vem ao encontro da análise feita por Cássia Adduci (1999) das ideias republicanas. Jardim reiterou várias vezes em seu livro o caráter abolicionista e separatista do cunhado, que, para ele, era um exemplo de patriota, embora movido por interesses de uma causa especial.<sup>46</sup> Martin Francisco foi seguramente um dos principais representantes do separatismo

<sup>45</sup> O advogado Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior assumiu a presidência da província do Espírito Santo entre 1881 e 1882; foi deputado geral entre os anos de 1884 e 1885 e deputado federal de 1912 a 1914.

<sup>46</sup> Talvez Jardim estivesse se referindo ao seguinte: O separatismo paulista não se baseava apenas em motivos políticos – centralização e imposto provincial – mas envolvia outras questões, como a história. No caso de Martim Francisco, estiveram envolvidas propostas de redefinição da identidade e nacionalidade em função das especificidades da província paulista. Ver: BARBOSA, Silvana Mota. **República das letras: discursos republicanos na província de São Paulo (1870-1889)**. Dissertação (Mestrado em História). Campinas:



paulista, ao lado de Alberto Sales, um dos mais importantes ideólogos do Partido Republicano Paulista.<sup>47</sup> Seus artigos foram publicados no *Diário Popular* com o pseudônimo Nemo. Ele também escreveu um livro cujo título já denotava o seu conteúdo – a obra *Propaganda Separatista. S. Paulo Independente*, publicada em abril de 1887. O irmão de Anna Margarida teria se decepcionado definitivamente com a política imperial depois de injustiça sofrida por seu pai, cuja morte, em 1886, acabou determinando sua adesão ao Partido Republicano. O motivo que representou a “gota d’água” na revolta do cunhado contra a Monarquia, segundo Jardim (1891b, p.112), foi uma tardia cobrança de impostos acumulados e referentes a um escritório de advocacia que o sogro abrisse quando jovem.

Mas voltemos aos tempos em que a legenda partidária do conselheiro Andrada era ainda unanimidade entre seus filhos, aos tempos em que a colaboração no jornal *Tribuna Liberal* aproximava-os de Silva Jardim, jovem que demonstrava pendores para a arte da política. “Escreviam simultaneamente, e houve-se por tal modo que em uma organização de chapa liberal lamentou-se que não tivesse a idade precisa para ser incluído nela como candidato do partido” (LEÃO, 1895, p. 59). Nesse ponto, Leão lembra um detalhe importante: caminho contrário fizera seu antagonista daqueles dias, o concunhado Theóphilo Dias, que, pronunciando-se “francamente republicano, aceitou mais tarde o convite para a representação provincial, anulando todo um passado de propagandista emérito” (LEÃO, 1895, p. 59). O poeta faleceu também precocemente, no ano de 1889. Valentim Magalhães homenageou-lhe, citando alguns versos do seu livro *A lyra dos verdes anos*. Relembrou que com ele integrava o chamado Grupo dos Sete Poetas, assim batizado por Raymundo Correa e que reunia ainda Assis Brasil, Augusto de Lima, Luis Murat e Randolpho Fabrino. O concunhado do falecido fora também citado, mas de uma forma não muito positiva. Ao comentar os felizes tempos do bacharelado em São Paulo, Valentim Magalhães censurou a forma como “demagógica e desdenhosamente” (MAGALHÃES, V., 1889, p.1). Silva Jardim chamava a Academia. Segundo a nota do consternado amigo, o sobrinho do poeta Gonçalves Dias passou por grandes dificuldades para se formar em Direito. Era “paupérrimo”, mas sua condição social não o impediu de ser muito bem acolhido pelo sogro, patriarca da família Andrada. Magalhães apresenta-nos, portanto, uma narrativa distinta sobre as relações do poeta com o conselheiro Martim Francisco. Certo é que, no início da década de 1880, entre o namoro com Anna Margarida e os primeiros anos de matrimônio, Jardim, ao contrário de Theóphilo Dias – o genro inicialmente rejeitado, conforme a biografia de Leão –, não havia ainda se decidido por integrar o Partido Republicano.

Em outro trecho revelador, é acrescentado que a sua dedicação pelo conselheiro “emanava pois de um princípio estranho à política, mas teria sido irresistivelmente arrastado a ela, à política dos Andrada,

---

UNICAMP. 1995, p. 197.

<sup>47</sup> Ver: PRADO, Maria Emília. **Memorial das Desigualdades**: os impasses da cidadania no Brasil. (1870-1902). Rio de Janeiro: Revan – Faperj, 2005, pp. 157-162.

se um poder, por ventura mais forte, o não avassalasse de todo” (LEÃO, 1895, p. 59). Referia-se o autor ao Apostolado Positivista, que pregava a não militância política e ainda pressupunha a defesa do sistema republicano, embora os positivistas menos intransigentes entendessem que, caso um candidato político, filiado aos partidos monárquicos, “se comprometesse a propor e a executar as ideias principais do seu programa social e humanitário, como abolição, registros civis, liberdade religiosa, etc... poder-se-ia votar nele sem escrúpulos de trair as próprias convicções” (LEÃO, 1895, p. 82). Na eleição geral de 2 de janeiro de 1885, Martim Francisco de Andrada, liberal monarquista, seria também “francamente abolicionista” (LEÃO, 1895, p. 82), condição que, aliada aos motivos de parentesco, levou Silva Jardim a trabalhar para que fosse eleito. A esse respeito, escreveu ao pai que aderira formalmente à política liberal: “Eu não aderi a nenhuma, e quando voto, voto no partido que me parece estar aproximado das minhas ideias desde que se comprometa a pugnar por um certo número de medidas, que julgo necessárias à minha Pátria” (LEÃO, 1895, p. 83).

Se levarmos em conta o trecho da carta acima, podemos admitir que muito gradualmente desvinculou-se da difusa relação mantida com o liberalismo, por meio da sua ligação com a família Andrada, em direção à sigla republicana. A correspondência foi escrita em 1884, o que nos leva ao confronto da própria declaração de Jardim, quando, já em 1891, ano da sua trágica morte, empenhou-se em enfatizar o seu antigo republicanismo como um forte alicerce para a construção do seu passado propagandista.<sup>48</sup> Certo é que, entre o estreitamento das relações com a família Andrada, ainda nos tempos de solteiro, e a entrada para o Partido Republicano, em 1887, Silva Jardim recebeu a deferência do chefe liberal, cujo prestígio contou e muito para a sua entrada no corpo docente da Escola Normal e para expectativas de melhoria de vida de seus pais e irmãos, conforme veremos no próximo tópico.

#### 2.4 AS RAZÕES DA MUDANÇA PARA SANTOS E O PRIMEIRO *MEETING*

O banquete realizado em março de 1887, na Ilha Porchat, em Santos, abriu novas perspectivas para Antônio da Silva Jardim. Aos 27 anos, bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, atuava como professor, além de advogado, até então sem efetiva militância político-partidária. Naquele mesmo ano, discursou para comemorar o 21 de abril, o 14 de julho e ainda o 4 de setembro, que marcava o advento da Terceira República Francesa. Todavia, a sua estreia como conferencista foi também em Santos, em janeiro de 1888, no Ginásio Guarany, quando propôs moção de apoio à Câmara dos Vereadores de São Borja.<sup>49</sup> Seu discurso teve ampla repercussão. Da Corte, José do Patrocínio apoiava a iniciativa dos

<sup>48</sup> Em várias passagens, o autor demonstra esse empenho: JARDIM, A. S. *Memórias e viagens...*, p. 75.

<sup>49</sup> Os vereadores de São Borja (Rio Grande do Sul), enviaram ao governo da província, no início de 1888, uma petição contra a herdeira presuntiva do trono, princesa Isabel, e seu marido conde d’Eu. Sugeriu um plebiscito sobre a possibilidade do Terceiro Reinado.

gaúchos, defendendo uma Constituinte que discutisse as diretrizes legais sobre a sucessão do trono, fazendo votos para que a revisão constitucional resultasse na mudança de regime.

Antes, porém, de falarmos sobre a estreia de Jardim na tribuna republicana, temos que tratar dos possíveis motivos que o fizeram abandonar, na capital da província, a cadeira de professor vitalício para tentar, em Santos, o ensino particular e, mais tarde, uma sociedade advocatícia com o cunhado. José Leão falou, evasivamente, “em razões de mais de uma ordem” (LEÃO, 1895, p. 97). Investigando, encontrei notícias sobre um sério desentendimento, ocorrido no mesmo ano da mudança, 1886, entre Jardim e seu colega da Escola Normal, professor de francês, Carlos Marcondes de Toledo Lessa. Os dois chegaram à agressão física no pátio do colégio e Jardim, pela sua compleição física, muito baixo e franzino, saiu perdendo na luta corporal. Mais tarde, o seu desafeto perdeu a cadeira por mau procedimento moral, conforme publicação oficial da presidência da província de São Paulo publicada no *Correio Paulistano*<sup>50</sup> em novembro de 1888, entre outros motivos, por acusações posteriormente apuradas como falsas e que foram dirigidas ao diretor da instituição, Cônego Manoel Vicente.

O desacerto ocorrido há quase dois anos entre os dois professores foi lembrado no mesmo número do citado jornal pelo próprio cônego Vicente, que então ironizava o fato de os positivistas estarem, naquele momento, defendendo Carlos Lessa, inimigo de outro famoso seguidor das ideias comtianas, já àquela época alçado também a propagandista republicano: “Quando pensaria o Sr. Silva Jardim que seus correligionários haviam de patrocinar [...] com tanto entusiasmo, com verdadeiro frenesi, em termos de nunca excedida veemência, o homem que o esbofeteou, que deu-lhe muito murro, muito pescoção, no recinto da Escola!” (ESCOLA Normal, pp. 1-2). O religioso referia-se ao tratamento dado pelo jornal *A Província de São Paulo*<sup>51</sup> ao processo administrativo envolvendo o professor de francês. O veículo vinha sendo favorável ao professor e contrário ao cônego, diretor da instituição.

Carlos Lessa, assim como Jardim, o professor demissionário, e outros professores da Escola Normal, como Godofredo José Furtado e Cypriano José de Carvalho, representavam projetos de mudança educacional por meio de novos métodos, materiais didáticos e seleção de conteúdos, ancorados no positivismo e sua propagação, de modo que a educação se tornasse “o veículo necessário à reforma política e moral da sociedade” (MENEZES, 2018, p. 16). Os dois últimos eram engenheiros civis formados pela Escola Central do Rio de Janeiro e, ao lado de Jardim, formavam o notório trio de lentes assumidamente positivistas da Escola Normal contra o qual teria sido lançada verdadeira ofensiva por parte do governo e de membros da congregação religiosa ligada ao educandário. Muitos desses intelectuais estiveram à frente nas iniciativas da imprensa republicana, como redatores e colaboradores, apontando os problemas da instrução pública. Os principais elementos da pretendida reforma eram a defesa do método

<sup>50</sup> Órgão de orientação liberal pertencente a Joaquim Roberto de Azevedo Marques.

<sup>51</sup> Jornal republicano fundado em 1875, cuja direção foi exercida por Américo de Campos e Rangel Pestana.

intuitivo e do ensino laico. Nesse contexto, Jardim foi um pedagogo atuante, pois o método de ensino que fora multiplicar na província do Espírito Santo a convite de Inglês de Souza era de inspiração intuitiva e, portanto, opunha-se aos métodos tradicionais do setor católico.

A educação privada também se apropriou do novo método. Rangel Pestana, Américo de Campos, João Kopke podem ser citados como fundadores de escolas em que muitos dos materiais utilizados eram relacionados ao método intuitivo.<sup>52</sup> Jardim chegou a se associar a João Koepke na Escola Neutralidade, conciliando as aulas naquela unidade de ensino ao magistério público e à advocacia. Em um contra movimento, a assembleia provincial autorizou o presidente da província, Domingos Antônio Raiol, o barão de Guajará, “a fazer a reforma da Instrução Pública, pensada com o fim quase exclusivo de introduzir umas tantas inovações, a que os positivistas eram contrários, como ensino obrigatório de ginástica para as alunas, cadeira de religião e encaixe de candidatos amigos” (LEÃO, 1895, p. 85).

Tal ato da presidência da província teria sido provocado por uma atuação sistemática por parte do corpo docente da Escola Normal: “Três de seus membros eram ortodoxos em matéria de religião positiva e republicanos em matéria de política. Os alunos saíam dali eivados de ateísmo e república e forçosamente teriam de reger cadeiras em toda a província e educar a mocidade nas escolas” (LEÃO, 1895, p. 85). Nesse sentido, as apreensões do governo paulista com relação à multiplicação pedagógica dos ideais positivistas tinham fundamento. Segundo José Leão, atacava-se o governo, nas aulas e nas conversas extraclases, por meio de uma propaganda ardorosa e proficiente.

Ideias políticas e didáticas à parte, o entroveiro entre Jardim e Carlos Lessa parece ter sido motivado por razões mais particulares que o cônego, em sua nota provocativa, apenas sugeriu. Jardim teria estimulado a surra atacando o colega no terreno moral, fazendo acusações que muito exasperaram o professor de francês por aludirem ao tratamento que ele estaria dispensando a determinada aluna. Esse desentendimento – que não consta em nenhuma de suas biografias e nem em suas memórias – certamente se somou a outros dissabores. No mesmo ano, 1886, perdeu o sogro e também a filha de dois anos de idade, Clotilde Sofia.<sup>53</sup> Demitiu-se então da Escola Normal e mudou-se para Santos. No ano seguinte, mais um filho viria amenizar sua dor – Danton Condorcet faria companhia ao primogênito Antônio Alfredo. Sobre a escolha dos nomes de seus filhos, considera-se que “as opções da vida privada refletem de maneira inequívoca o perfil de Silva Jardim. [...] A admiração pelo jacobinismo à la Danton e à filosofia de Condorcet, bem como a filiação ao positivismo” (FERNANDES, 2008, p. 71).

No âmbito familiar, a morte de Martim Francisco Ribeiro de Andrada parece ter acirrado alguns

<sup>52</sup> Ver: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (org.). **História e memórias da educação no Brasil**. vol. III - século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.

<sup>53</sup> O nome foi dado em homenagem à Clotilde de Vaux, musa inspiradora da “religião positiva”, segunda fase da doutrina de August Comte.

desentendimentos que José Leão apenas sugeriu ao escrever sobre o ateísmo de Jardim. Para o autor, “a desigualdade de crenças” provocara determinados conflitos que foram sendo controlados pelo sogro. Mais adiante, o biógrafo insinua outras razões: de acordo com ele, os motivos para o afastamento estiveram “incontestavelmente” ligados “aos negócios de família da sua mulher” (LEÃO, 1895, p. 97). Fica, portanto, a impressão de que José Leão sabia mais do que detalhou. Maria Fernanda Fernandes (2008) afirmou que, aparentemente, ele ingressara na propaganda em momento de dificuldade financeira particularmente grave, pois malogravam-se as atividades advocatícias em Santos. Ângela Alonso (2002) também destacou tais insucessos, mas associando-os à escolha de Jardim pelo positivismo da Corte, que reunia membros de posição mais humilde, como a dele. São fases distintas. Sua entrada para o centro paulista, inaugurado na casa do amigo José Leão, dera-se, como vimos, no início da década, quando se abriam novas perspectivas para sua autonomia. Façamos, nos próximos parágrafos, um breve resumo acerca da questão econômica, que pode ter realmente pesado sobre as decisões tomadas pelo advogado.

Quando se casou, em 1883, logo depois de se formar, Jardim já atuava como professor de Português da Escola Normal de São Paulo, nomeado por concurso público. Lembremos que, muito antes, ele entrara para o ensino das primeiras letras naquela mesma instituição por meio do prestígio de valiosas amizades ligadas ao Partido Liberal. A mudança de nível e a estabilidade garantida pela aprovação no concurso público representaram melhorias pessoais e profissionais significativas em sua vida. O jovem bacharel obteve ganhos pecuniários importantes, conciliando a prática advocatícia ao magistério público e particular, passando inclusive a exercer a direção da escola primária Neutralidade. Os anos de sacrifício haviam ficado para trás: “Auferia um lucro que lhe dava folgadoamente para viver, já não direi com decência, mas em plena abastança” (LEÃO, 1895, p. 93).

No ano seguinte, a família aumentou – nasceu o primogênito, que logo ganhou a companhia da irmã. Por sua vez, a advocacia escasseava devido à grande concorrência, o que fez Jardim ampliar sua atuação como docente. Foi nessa época que ele tentou levar o pai, Gabriel Jardim, para São Paulo, com quem dividiria o acúmulo de trabalho no ensino particular. Já tinha tudo planejado: estava já em andamento a preparação de um novo concurso público para a Escola Normal, mas havia tempo necessário para que o pai se preparasse. A vaga era para professor de Pedagogia e o próprio filho dispunha-se a apresentar-lhe as novas metodologias de ensino. Enquanto não se realizasse o concurso, era certa a colocação de Gabriel Jardim, cuja nomeação interina vinha sendo garantida pelo próprio conselheiro Martim Francisco. O assunto foi tratado por carta: “Meu sogro afiançou-me todo o concurso possível. Sua nomeação interina por ser Vm. Meu Pai, isto é, Pai de um professor já da escola e pelas minhas relações de família aqui, afastará quaisquer candidatos” (LEÃO, 1895, p. 94).

Gabriel Jardim recusou o convite. Para explicar o motivo, José Leão apresentou textos de outras missivas, em que Jardim condiciona a ida do pai ao compromisso de que este não interferiria em suas

ideias e em seu modo de vida: “Meu pai, creio assim cumprir meu dever, fazendo-o melhorar de posição, tendo-o junto a mim.” Como favor, e não em troca, assegurava o filho, pedia que respeitasse as suas opiniões “políticas, religiosas, científicas e literárias” (LEÃO, 1895, p. 95), sobre as quais, adiantava, nunca estariam de acordo. Parece razoável que, ao oferecer ao pai tal auxílio, Jardim usufruía de uma situação confortável, mesmo não alcançando, com o exercício da advocacia, resultados suficientes para dela viver. Naquele período, cultivava tranquilamente os terrenos de sua residência, “visivelmente satisfeito com os acréscimos de honorários” (LEÃO, 1895, p. 88). Nessa parte, José Leão sugere novamente a proteção, que significava, para Jardim, a posição do sogro, cuja morte, em 1886, talvez tenha alterado e muito a sua situação com relação aos outros membros da família Andrada. É importante frisar que, em suas memórias, o advogado quase não se ocupou dos outros cunhados, restringindo-se a elogiar o sócio e amigo Martim Francisco Ribeiro de Andrada Filho e o próprio Conselheiro, como se referia ao pai de Anna Margarida.

Tendo todas essas perspectivas em vista, e mais o episódio omitido por José Leão sobre a briga física com um colega que também integrava o corpo docente da Escola Normal, desloquemo-nos para Santos junto com o professor demissionário. Lá ele passou a habitar uma “modesta casa, [...] térrea, pequena e simples; pouco papel na parede, bastante cal, tapeçaria resumida, livros em quantidade, ordem regular e algum conforto” (JARDIM, 1891b, p. 11). A nova residência localizava-se na praça Mauá, próxima ao escritório de advocacia que abriera com o cunhado, na Rua de São Bento, com quem compartilhava não só a vida profissional, mas também a pessoal. Conviviam intimamente, na mesma casa assobradada de duas salas e três dormitórios. Martim Francisco Filho ali se instalara com sua esposa e um cunhado ao lado da família do seu sócio: sua irmã Anna Margarida e os dois pequenos sobrinhos: Antônio Alfredo e Danton Condorcet, que chegara em 1887 para amenizar a dor da perda de Clotilde Sofia.

Ao lembrar os tempos financeiramente austeros, mas de feliz convivência com a família do cunhado, Jardim registrou: “Aquela vida era de advogados pobres, [...] era a vida dos que afrontando honesta e simplesmente a existência se limitavam à cerveja nacional ao jantar, salvo um ou outro excesso do ex-deputado e político mal acostumado” (JARDIM, 1891b, p. 13). Um ano depois de sua transferência para Santos, Jardim iniciaria sua atividade partidária. Não tardou a estreitar sua atuação como propagandista. Para tanto, em julho de 1888, fez um acerto de contas com o cunhado, obtendo a quantia de quinhentos mil réis que lhe coube na divisão dos honorários recebidos como advogado. A quantia, mesmo não sendo muito expressiva,<sup>54</sup> parece ter-lhe encorajado. José Leão destacou o entusiasmo do amigo: “Com este dinheiro, vou derrubar a monarquia!” (LEAO, 1895, p. 166). Jardim recordou-se do episódio, porém sem definir a soma que recebera. Insinuou apenas que dispunha de poucos recursos, mas, considerava, havia

<sup>54</sup> Só pela publicação de um único manifesto – Carta Política de 6 de janeiro de 1888 – Jardim pagou ao jornal *O País* a quantia de 200 mil réis. JARDIM, A.S. *Op. cit.*, p. 418.

passado o tempo em que as revoluções eram feitas somente “à força da espada ou à força do dinheiro”. Para ele, o essencial era preparar a opinião pública e, para tanto, bastavam-lhe “alguns níqueis no bolso para estrada de ferro e garganta para os discursos.” ( JARDIM, 1891b, pp. 92-93).

Levemos em conta os reveses financeiros relatados por Jardim, em contraposição ao período de prosperidade financeira anterior à sua mudança para Santos. Houve, claramente, uma alteração importante, talvez agravada pelo falecimento do sogro, já que aqui se se considera a possibilidade de haver discordâncias entre seus próprios herdeiros, inclusive com relação ao usufruto dos bens da família. Referindo-se aos tempos de prosperidade vividos pelo amigo fluminense, José Leão (1895, p. 83) escreveu que “na chacarita” do bairro de Santa Cecília, pertencente ao sogro, que residia em propriedade contígua, Jardim levava uma vida “patriarcal à sombra da política monárquica.” O comentário revela que pelo menos durante um período a família do bacharel ocupou, naturalmente sem qualquer ônus, um imóvel pertencente ao conselheiro Andrada. Mais tarde, ao decidir-se pela propaganda, o jovem advogado talvez tenha vislumbrado um futuro melhor. Seria uma verdadeira aposta, cujos resultados, como veremos, não foram exitosos. Ao contrário, a propaganda significou para ele instabilidade financeira já que se afastou do magistério e da advocacia. Apesar de ter contado com contribuições generosas, teve de ressarcir em um conto de réis a Sociedade Francesa de Ginástica pelos prejuízos decorrentes dos distúrbios ocorridos durante sua apresentação, em 30 de dezembro de 1888 e ainda fazer frente a muitas outras despesas relativas a publicações em jornais e à impressão de panfletos e opúsculos.<sup>55</sup> No entanto, no momento em que escrevia seu único livro, Jardim salientou que as portas de sua antiga vida, aquela anterior à propaganda, não estavam fechadas. Ao contrário, seu nome continuava sendo mantido na porta do escritório advocatício pelo cunhado Martim Francisco que há três anos prometera-lhe total solidariedade diante dos rumos imprevistos da sua nova empreitada.

Voltemos ao discurso santista, grande estreia do nosso personagem como tribuno republicano. Como registrou José Leão, havia um “rastilho de pólvora” por todo o Império e “a palavra ardente de Silva Jardim foi a fâsca elétrica que produziu a explosão (LEÃO, 1895, p. 100). Ele era um personagem recentemente projetado na luta política partidária, mas que, apesar disso, usufruía de certo prestígio: “Minha reputação republicana já estava aliás bem feita na cidade. Tomara a palavra no ano anterior, na sessão da fundação do Club republicano para fazer minha adesão, sob condição de que teríamos uma cor acentuadamente abolicionista” (JARDIM, 1891b, p. 38). Essa fala de Jardim já foi, em discurso indireto, incorporada ao texto na página 58, mas reitero-a propositalmente para indicar que, conforme suas próprias

---

<sup>55</sup> No final de seu livro, Jardim fez uma espécie de prestação de contas de sua campanha republicana. Recebeu dois contos de réis do Clube Republicano de Valença, mais um conto de reis do Clube Republicano de Angustura. Essas doações foram somadas a outras, de particulares, totalizando quatro contos e oitocentos e setenta mil réis, valor empregado inteiramente na campanha, conforme ele fez questão de detalhar. JARDIM, A.S. *Memórias e viagens...*, pp. 417-419.

lembranças, ele ingressou no Partido Republicano somente em 1887.<sup>56</sup>

O comício obteve sucesso de público e sua repercussão foi enorme, o que evidenciava ainda mais a atuação de Jardim naquele momento, uma vez que o evento foi realizado por sua conta e risco, como demonstra a seguinte resposta que teria ouvido de Rangel Pestana, uma das grandes lideranças do Partido Republicano paulista: “Não serei eu que diga a você que não o faça. Acho que presta um bom serviço, mas faça-o sob a sua responsabilidade” (JARDIM, 1891b, p. 36). Pestana justificou a falta de apoio advertindo que um homem, principalmente quando jovem, poderia tentar um caminho isoladamente, sem ter prejuízos ao não prosseguir; as consequências, porém, poderiam ser mais nefastas à coletividade de um partido. Jardim teria retrucado o argumento: “Mas a atitude de um homem pode comprometer um partido” (JARDIM, 1891b, p. 36). Como resposta, teria obtido apenas um sorriso do seu interlocutor.

Rangel Pestana era homem experiente na imprensa e na política, ligado à tradição republicana paulista da década anterior.<sup>57</sup> Exercia o habitual comedimento de uma parte considerável da ala republicana paulista, também representada por importantes nomes como Campos Sales e Prudente de Moraes. Redator político do jornal *Província de São Paulo*, Pestana há anos tornara conhecidas suas ideias sobre a via evolucionista em contraposição a propostas revolucionárias como a de Theófilo Braga.<sup>58</sup> As divergências sobre como se daria a mudança de regime e também sobre as questões abolicionista, federalista-separatista e sobre qual modelo adotar na projetada implantação do novo governo cindiam o Partido Republicano Paulista já há algum tempo. Silvana Mota Barbosa (1995) evidencia tais dissensões internas, que contrariam a tese de coesão do republicanismo paulista e que se desdobraram no campo da imprensa. Em 1884, um grupo dissidente, em contraposição aos criadores da sigla, que continuavam à frente do jornal *Província de São Paulo*, criou o *Diário Popular*.

Jardim apresentou-se a Rangel Pestana para propor sua apresentação no ginásio santista ao lado

<sup>56</sup> Ângela Alonso afirma que Antônio da Silva Jardim aderiu ao Partido Republicano de São Paulo em 1882, informação que não coincide com a citação da nota anterior. ALONSO, A. **Ideias em movimento...**, p. 144

<sup>57</sup> As adesões paulistas multiplicaram-se logo após o Manifesto de 1870, produzido e divulgado na Corte em 1870. Seguiu-se a fundação do Clube Republicano, cujos integrantes logo manifestaram intenções de manter relações com o clube carioca. Em janeiro de 1872, os republicanos paulistas realizaram uma reunião para incrementar e organizar o movimento, inclusive reunindo nomes do interior da província. O documento produzido pela comissão contestou a intenção do uso da ação violenta para a almejada mudança de governo. Contornava a ideia de abolição, não se opondo, mas também não se pronunciando a seu favor. Em 1873, foi realizada a famosa convenção de Itu, que manteve a indefinição sobre a questão da abolição, afirmando que se tratava antes de uma questão social e não política e que, portanto, deveria ser resolvida no âmbito de cada província e tendo em vista a necessidade da indenização dos antigos proprietários. Em 1876, a nova sigla elegeu seus primeiros representantes no pleito municipal, alcançando maior êxito na disputa eleitoral de 1877: foram eleitos três republicanos para a Assembleia Provincial. Em 1878, a subida dos liberais ao poder trouxe um dilema pra os paulistas. O novo gabinete incluía Lafayette Rodrigues Pereira, um dos signatários do Manifesto de 1870. Os republicanos tinham que decidir se por isso apoiariam o ministério ou marcariam a oposição a fim de acentuar as diferenças entre liberais e republicanos. Decidiram-se pela segunda opção. Tal atitude acabou fortalecendo ainda mais o partido. Os republicanos do Rio de Janeiro assumiram posição idêntica em relação ao ministério liberal, no entanto em São Paulo o movimento era mais importante, pois atingira organização, representação e força, enquanto, no Rio de Janeiro, ainda pequeno e impotente, continuava sendo um partido apenas no sentido mais estrito da palavra. BOEHRER, George. **Da Monarquia a República: história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1954, pp. 74-89.

<sup>58</sup> Ver: BARBOSA, S.M. **República das Letras...**, p. 185.



do “ardente republicano” Silveira Lobo, sobrinho de Aristides Lobo, que, da Corte, mantinha estreita relação com aquele jornal, comentando a atuação do partido nas eleições, tecendo “críticas ao encaminhamento da propaganda feita pelos paulistas” e “esclarecendo certas contradições e problemas internos do Partido” (BARBOSA, S., 1995, p. 10). Em outras palavras, Jardim, apesar do sucesso de sua potencialidade como propagandista, era recente membro de um partido eivado por divisões muitas sutis, principalmente acerca da escravidão, um assunto que, no plano pessoal, era mais fácil de resolver que no plano político. Assim que pôde dispor dos bens de sua herança paterna, ainda na década de 1870, Rangel Pestana libertou os escravos que lhe couberam em partilha, mas a política partidária exigia a observância de compromissos com os correligionários e suas bases. Campos Sales, no mesmo sentido, mantivera, desde a década anterior, por ocasião dos debates sobre a Lei do Ventre Livre, uma postura emancipacionista, atentando para a necessidade de substituição da mão de obra na lavoura, que deveria, no entanto, “se dar de uma maneira condizente com a ‘vontade nacional’, ou seja, a do Club da lavoura e do Comércio, ou, em outras palavras, dos fazendeiros de café” (BARBOSA, S., 1995, p. 131).

É bem verdade que Campos Sales, assim como Prudente de Moraes, havia votado a favor da combatida Reforma Dantas,<sup>59</sup> em 1885, angariando críticas ferrenhas dentro do próprio partido. Também é bem verdade que o ano de 1888 entrava exigindo a quebra de hesitações e moderações políticas. A campanha abolicionista ganhara os jornais, as ruas e até o espírito dos mais conservadores, rendidos pela instabilidade social das fugas em massa. Até mesmo renitentes escravocratas passaram a libertar seus escravos, em uma decisão política diante das ameaças da desorganização da produção e da ordem social, sendo recebidos sem “ingenuidade ou hipocrisia” (ALONSO, 2015, p. 338) pelos abolicionistas históricos.

Todavia, se, no terreno da libertação dos escravos, as mais resistentes oposições cediam, a imbricação entre república e abolição continuava conflitante. Essa dissonância ficaria bastante evidente na configuração do Gabinete João Alfredo, três meses depois da estreia de Jardim como tribuno republicano sem a solicitada anuência de Rangel Pestana. Refiro-me à divisão do movimento abolicionista em torno da candidatura de Quintino Bocaiuva. A Confederação Abolicionista, cujos membros em boa parte pertenciam também ao Partido Republicano, apoiou o conservador Ferreira Viana, ministro da justiça e

---

<sup>59</sup> Manoel Pinto de Souza Dantas, nomeado chefe de gabinete em 1884. Reformador sintonizado com o movimento abolicionista, mas comprometido com o processo gradualista em consonância com a defesa liberal do direito de propriedade. Proibiu o tráfico interprovincial; empenhou-se na aprovação da lei voltada à libertação dos sexagenários (Lei Saraiva Cotegipe). “A reforma Dantas, que se convencionou *ex post* chamar a dos sexagenários, apresentara para os cidadãos do século XIX feixe de medidas mais amplas e controversas que libertar idosos: cancelava títulos de propriedade de escravos de meia-idade registrados como mais velhos; intervinha no mercado, ao fixar preços, taxar a posse e proibir a venda de escravos entre províncias; instituiu plano-piloto de pequenas propriedades e salário mínimo para libertos, além de pôr prazo final à escravidão, sem indenização, para dali a dezesseis anos. O projeto 48 embutia modelo de nova sociedade pós-escravidão, baseada em assalariamento do ex-escravo, imigração e difusão da pequena propriedade.” ALONSO, Alonso. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 244.

abolicionista convicto, em detrimento de Bocaiuva. A citada confederação, dirigida por José do Patrocínio e João Clapp – ambos republicanos –, justificou a escolha afirmando que o Partido Republicano mantinha-se favorável aos interesses dos senhores de escravos. Como resultado, Quintino Bocaiuva não se elegeu, embora tenha reiterado o seu voto pela abolição imediata e incondicional.

Apesar de o tema escravidão não comportar mais tantas divergências frente à intensificação do movimento abolicionista em São Paulo e em todo o País, passando Campos Sales a defender também a liberdade imediata e incondicional dos escravos, não convinha ao Partido Republicano Paulista responsabilizar-se pela fala do impulsivo Jardim, até porque outros pontos polêmicos, como a república por via revolucionária, seriam fatalmente abordados. Ainda assim, como ficou claro conforme citação de Evaristo de Moraes, Rangel Pestana via em Jardim o homem que reunia as condições para ser o chefe do movimento republicano, embora não o fosse do partido. Atrás dele, deveriam estar os homens da organização, os espíritos diretores, capazes de mensurar os efeitos da sua ousadia, aproveitando-os em hora devida para “assentar em bases fortes os edifícios da República” (MORAES, E., 1989, p. 20).

Contudo, foi sem o respaldo do Partido Republicano que o marido de Anna Margarida Bueno de Andrada, preocupada desde a véspera com os riscos oferecidos pela ocasião, subiu à tribuna por sua conta e risco. Lembrou que, tímido a princípio, – pois nunca antes havia enfrentado tão numerosa e eclética plateia – foi animando-se à medida que sentia o olhar geral de aprovação. Falou por um tempo considerável para um estreante: duas horas! Apesar da ironia sobre a estreante prolixidade de Jardim, ouçamo-lo mais um pouco para que fique bem conhecida a sua satisfação e realização em falar. Falar e ser aceito, falar e ser aplaudido, admirado e respeitado. Lá se iam longe os tempos da grande vaia do Largo de São Francisco:

Segue-se o discurso durante duas horas, ora movimentado pela sátira, ora serenado pela demonstração, ora exaltado pela apostrofe; segue coberto de interrupções, de aplausos entusiásticos, de risos estrepitosos. [...] Aplausos prolongados tinham coberto a moção. A causa estava ganha, e o primeiro *meeting* republicano realizava-se sem que o trono se animasse à violência. Estava tirada a prova real. Os republicanos podiam animar-se a um combate mais efetivo (JARDIM, 1891b, p. 41).

Despontar como ativista político era incompatível com as exigências da doutrina positivista do Apostolado, cuja orientação republicana era toda moral, fora dos partidos e das agitações. Contudo, Jardim já não mais se contentava com o campo puramente filosófico: “Parecia-me que era tempo para algum de nós outros de fazer obra mais ativa, mais política. Porque, se a revolução não se podia fazer do alto, era forçoso fazê-la de baixo, e, pois, revolucionariamente, o que autorizava a agitação e até o exercício da tribuna” (JARDIM, 1891b, p. 192). Ao *meeting* republicano de Santos que alçou Silva Jardim como “propagandista da república” (BOEHRER, 1954, p. 113), teriam comparecido cerca de três mil pessoas. Sua fala teve ampla repercussão em várias outras províncias, inclusive na Corte imperial. Naquele discurso

inaugural, intitulado *A pátria em perigo*, publicado em folheto, com uma tiragem de 4.050 exemplares, e transcrito pelo jornal *O Paíz*, ele expôs os principais argumentos contra a Monarquia brasileira e que seriam repetidos, mesmo intensificados, durante os anos de 1888 e 1889.

Antes de verificarmos os principais pontos do discurso santista, é necessário rápida menção às palavras *meeting* e conferência, utilizadas pela imprensa da época para tipificar as apresentações de Jardim. O termo *meeting* foi discutido pelo médico Castro Lopes como um neologismo inapropriado, ligado à voga do estrangeirismo. Sugeriu o autor a adoção de *côncio*, termo romano mais adequado “porque por seu intermédio era que se convocava a assembleia popular a reunião do povo para a discussão de assuntos políticos e sociais” (LOPES, C., 1889, p. 2). Apesar das críticas ao estrangeirismo, o termo continuou sendo largamente utilizado. Fora apropriado do contexto setecentista britânico e representava um novo gênero de expressão que tanto se apropriava de novas formas de protesto e participação política surgidas em várias partes do Ocidente quanto ressignificava a tradição político-cultural brasileira, sobretudo a partir de estratégias já adotadas pelos chamados “liberais radicais” na década de 1860. Para exemplificar essa associação, Ângela Alonso lembra, entre outros eventos, a campanha de Léon Gambetta, que se notabilizara no século passado por percorrer toda a França e, no cenário nacional, a autora lembra o mineiro Teófilo Otoni, que havia levado, de cidade em cidade, a “campanha do lencinho branco”. Assim como os *meetings*, a criação de clubes e associações, passeatas e comícios faziam parte de um novo repertório de organizações e manifestações coletivas, que “[...]vocalizavam críticas e demandas em uma estratégia alternativas às instituições políticas.” (ALONSO, 2002, p. 284).

Ao noticiar o sucesso da discussão pública sobre a “questão das águas”, em novembro de 1888, o *Diário de Notícias* (A QUESTÃO das águas, 1888, p. 1) e o jornal *Novidades* (O MEETING de ontem., 1888, p. 1) referiram-se ao “concorrido *meeting*”. O evento, realizado no Teatro Politeama Fluminense, na Rua do Lavradio, em 30 de setembro de 1888, foi denominado “conferência” pelo jornal *Gazeta de Notícias* e “conferência científica e econômica” (JARDIM, 1878, p. 27) pela coluna do Partido Republicano publicada em *O País* e ainda de “*meeting* de indignação” pelo próprio Jardim (1891b, p. 201). Ou seja, os termos conferência e *meeting* pareciam ser utilizados de forma indistinta pela imprensa, mas uma consulta mais atenta às fontes pode esclarecer a confusão. O sucesso de público da apresentação do dia 30 havia sido tão estrondoso que Silva Jardim retornou à tribuna, no mesmo Teatro Politeama, convocando um *meeting* prestigiado por outros oradores, como Alcindo Guanabara e o médico Barata Ribeiro, este último levando maior credibilidade aos argumentos com sua “autoridade científica” (JARDIM, 1878, p. 27). Sendo assim, fica claro que os jornais citados referiam-se a dois eventos distintos, porém realizados seguidamente e no mesmo local.

Um comentário publicado no jornal *Novidades* talvez tenha marcado justamente uma das principais diferenças entre os significados de conferência e *meeting*. O periódico tratava da abertura da

primeira série de conferências programada pela comissão executiva do Partido Republicano do Município Neutro em 9 de dezembro de 1888. O orador, Lopes Trovão, acabara de retornar ao País e, na ocasião, foi ouvido entre manifestações do público, que agitava lenços e chapéus. O entusiasmo teria sido tanto que a conferência foi transformada em *meeting*, convocando Trovão à tribuna outros republicanos presentes e sendo depois acompanhado “até a ponte de bonde de Botafogo pela massa dos seus ouvintes” (CONTRA fatos não há argumentos, 1888, p. 1). Aqui temos então indícios de que, para ser considerado um *meeting*, o evento deveria acrescentar pelo menos três elementos a uma reunião de motivação política: a participação ativa da plateia, provocando a atuação de outros tribunos, e ainda o deslocamento do público, ou parte dele, seguindo o orador.

Acompanhando a definição de conferência desde meados do século XIX, Karoline Carula distingue conferência de preleção, sendo esta última atrelada a um propósito pedagógico. De acordo com a autora, uma conferência poderia conter uma preleção, porém de forma independente, sem fazer parte de um curso. O ponto comum entre os dois termos é que, em ambos, “a conversação deveria conter os seguintes elementos: um orador, uma plateia e um assunto que interessasse a ambos, em especial os literários e científicos” (CARULA, 2007, p. 88). O objeto do estudo citado refere-se, especificamente, às conferências da Glória, muitas vezes nomeadas pelos jornais de preleção, indicando que “a percepção que se tinha era de lições para serem expostas por um orador capaz, já reconhecido em certos círculos letrados e institucionais” (CARULA, 2007, p. 89).

As conferências e preleções da Glória ocorriam com distribuição de cartões de entrada, recebidos previamente e também antes de seu início. Depois de iniciadas, ninguém mais poderia entrar. Os jornais repercutiam as apresentações, resumindo-as e registrando detalhes, como reações do público, números da plateia e presenças ilustres. Em sua militância positivista, antes de entrar para os quadros partidários do republicanismo santista, Jardim havia conduzido várias conferências, com características de preleção, normalmente ligadas à educação e também a temas pátrios, como a realizada em setembro de 1883 no Salão Club Ginástico Português, em São Paulo, em nome do Centro Positivista local.<sup>60</sup>

Dentre os textos de Jardim que subsistiram e que estiveram ligados à campanha republicana, apenas um teria características estritas de uma preleção. Trata-se de *A República do Brasil*, compêndio de teorias e apreciações, destinado à propaganda política. Em linguagem simples e didática, o opúsculo, transcrito em vários jornais, sintetizava os “escritos históricos, filosóficos e políticos do autor” (JARDIM, 1878, p. 180). Parece, no entanto, ter ficado apenas no plano escrito, pois, ao contrário dos outros textos, transcrições de suas apresentações orais, nele não comenta as reações do público tampouco registra apartes, pausas, hilaridades e risos do falante. A campanha de Jardim foi feita em teatros, ginásios, salões

---

<sup>60</sup> As conferências eram anunciadas na imprensa paulista: **CORREIO Paulistano**. São Paulo, ano 30, n. 8118, p. 2, 7 set. 1883.

de instituições e de particulares, em palanques improvisados pelo interior, em estações ferroviárias. Muitas vezes as plateias somavam de duas a três mil pessoas; outras vezes, como veremos, aconteceram em meio a sérios conflitos e ameaças ou por eles chegaram mesmo a ser obstadas. Certo é que suas apresentações foram dirigidas a um público variado entre os anos de 1888 e 1889.

Assim sendo, resta-nos saber quais estratos da população eram atraídos pela palavra do propagandista. Karoline Carula discute o adjetivo popular dado às Conferências da Glória<sup>61</sup>, sugerindo que o sentido do termo não estava relacionado à camada social que prestigiava as famosas conferências, transformada em “notório espaço de sociabilidade”, mas sim à intenção de se “publicizar o conhecimento entre a camada letrada, ou seja, divulgar as ideias” (CARULA, 2007, p. 94). Se levarmos em conta tal argumento, as conferências e *meetings* de Jardim certamente eram populares. Sua preocupação em atingir a opinião pública era, inclusive, ressaltada em seus discursos. Incorporo também a concepção de Jurgen Habermas, “para quem a opinião pública é apoiada pelo bom senso, que permite o público julgar de forma positiva ou negativa as pessoas, os acontecimentos e as instituições, sendo, portanto, uma força capaz de pressionar as esferas públicas e privadas” (CARULA, 2007, p. 97). Tomando como referência a já citada análise sobre as conferências da Glória, foquemos agora o tipo de público atraído pelo propagandista. Era popular? Se afirmativo, esse popular dizia respeito à presença majoritária do povo? Quem era o povo? Como essa discussão desenrolava-se no contexto da propaganda? No fragmento a seguir, Jardim rebate as críticas de Joaquim Nabuco justamente a esse respeito, durante pública conferência realizada na Sociedade Francesa de Ginástica, no Rio de Janeiro, em dezembro de 1888:

Para o ex-deputado de Pernambuco a propaganda republicana constitui uma agitação sem povo: em que não se vê o homem de pé no chão, e sim apenas o chapéu alto. Lúgubre e figurativo, S. Ex.<sup>a</sup> até comparou as nossas procissões cívicas a enterros. Longe vá o agouro; tanto mais quanto não se baseia em verdade; porque nota-se na multidão que exige dos oradores republicanos o acompanhá-los ao sair dos comícios populares, um grande número de proletários, de gente de pé no chão. Já ouvi mesmo dizer certa vez que éramos acompanhados de populares dessa ordem: e o fato nos era referido como censura. Para o Sr. Dr. Joaquim Nabuco, porém, só as pessoas de chapéu alto nos acompanham. Em primeiro lugar eu perguntaria se essas pessoas não fazem também parte do povo. A palavra povo não significa hoje apenas o terceiro estado; desde que não há mais estados, que o clero e a nobreza não são mais classes distintas, todos nós somos povo (JARDIM, 1978, p. 300).

A seguir, apresentou uma contestação: se procedente, a hipótese sobre a pouca participação popular na agitação republicana demonstraria que em movimentos anteriores o povo havia sido,

---

<sup>61</sup> Assim denominadas por se realizarem em escolas públicas localizadas na Freguesia da Glória, no Município da Corte, iniciaram-se em 23 de novembro de 1873 sob a iniciativa e coordenação do conselheiro Manoel Francisco Correia, senador do Império e tinham como objetivo divulgar as ciências, a arte e a literatura.

igualmente, um mero instrumento. Contudo, continuou reiterando Jardim, “o proletário, principalmente de cor, o mulato, teve sempre simpatias pela República, na sua fase progressiva e principalmente revolucionária” (JARDIM, 1978, p. 300). Seguiu afirmando que tanto quanto a situação social permitia, o “proletariado” interagia com sua campanha republicana, mas, indagava onde estava ele na agitação abolicionista? Nela, haveria somente “padres, sábios doutores, engenheiros, médicos, militares graduados, agricultores, jornalistas, oradores”. Mesmo assim, a campanha abolicionista “não deixou de ser uma obra popular” (JARDIM, 1978, p. 300). Mais de uma vez, Jardim discutiu a qualidade de suas plateias com seus adversários políticos. Nesse contexto, a presença do “homem de cor” era sempre destacada como forma de se contrapor à alegada unanimidade dos homens pretos e pardos contra a república.

Veremos, no decorrer desta tese, que Jardim discursou para plateias específicas, entre elas a classe comerciária do Rio de Janeiro. A presença das mulheres, igualmente registrada nas conferências da Glória, foi também uma constante. Ângela Alonso aponta três formas de participação feminina no movimento abolicionista: a filantropia; a entrada no movimento pelos braços de uma figura masculina, como o próprio cônjuge, pai ou irmão, e também, em menor escala, por meio das artes. No caso da campanha republicana, a presença das mulheres foi significativa e, sobretudo no interior, parece-me que esteve ligada à necessidade de salvaguardar a integridade física dos participantes dos eventos pró-república. Elas aproximavam-se do segundo exemplo dado por Alonso ao analisar o movimento abolicionista, isto é, engajavam-se na campanha, levadas pelos varões.

No entanto, creio que seja aplicável também para as mulheres republicanas os mesmos argumentos da citada autora: as senhoras contribuíam para avolumar os eventos, servindo, ao mesmo tempo, de escudo para ameaças monarquistas, mas “indo às conferências-concerto como quem vai à ópera, muitas passaram de politicamente incapazes a cidadãs da política das ruas (ALONSO, 2015, p. 147). São muitas as referências a figuras femininas no livro de Jardim, mas de forma etérea, anônima. Uma das poucas mulheres nomeadas na obra foi Sylvia, “a graciosa e amável espoa de Sá Valle, receosa dos perigos da propaganda republicana e sempre nela interessada” (JARDIM, 1891b, p. 262). O público feminino, embora minoritário, foi sempre constante nas conferências públicas de temáticas variadas realizadas na Corte. Iniciada em meados da década de 1860, a prática das conferências estendeu-se pelas décadas seguintes, tornando-se frequente entre os anos de 1870 e 1880.<sup>62</sup> A participação da mulher como espectadoras naqueles eventos era por vezes incentivada pela escolha de temas que aludiam ao universo feminino, o que vinha ao encontro da mentalidade cientificista moderna, que lhes facultava a oportunidade de instrução e informação, vista como necessária para a formação das gestoras dos lares nacionais às quais

---

<sup>62</sup> Ver: CARULA, Karoline. **Darwinismo, raça e gênero**: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889). Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, pp. 9-10.

era ainda vedado o ingresso nos cursos regulares de educação superior.<sup>63</sup>

Em suas excursões pela província paulista, parece ter sido aclamado por um público variado. “Se em Santos me assistira o elemento liberto, aqui me aplaudiam os operários” (JARDIM, 1891b, p. 62). O jornal *A República* repercutiu as notícias publicadas no *Gazeta de Campinas* acerca do evento. Em destaque, o interesse de muitos fazendeiros que venceram léguas de distâncias para lhe assistir.<sup>64</sup> Veremos também a menção, feita por jornais da época, a milhares de trabalhadores, entre homens e mulheres, nacionais e estrangeiros, em sua viagem pelo interior de Minas Gerais, plateia que incluiria numerosa parcela da população negra e que teria comparecido não para prestigiá-lo, mas para rechaçá-lo. Assim, considerando a repercussão das conferências, realizadas ou não, creio que seja possível afirmar que Jardim foi extremamente popular em sua campanha, mesmo que, muitas vezes, tenha sido surpreendido por um público inesperado. Como veremos, foi à província mineira mobilizar adesões e recursos junto aos fazendeiros, mas acabou sendo acuado por milhares de pessoas, cuja maioria teria sido composta por “homens de cor,” conforme expressão por ele próprio utilizada para atestar a popularidade de suas aparições.

Usarei *meeting* e também conferência para nomear suas apresentações, tentando ser fiel às fontes, e, na insuficiência de informações de textos da época, à parte introdutória do livro *Propaganda Republicana*, que traz informações complementares sobre eles. O primeiro termo carrega, além da conotação política, a ideia de confluência e movimento, como um evento realizado nas ruas ou em torno de sua movimentação natural, embora muitas vezes tenha sido usado para designar discursos dirigidos a uma plateia reunida em um espaço definido, como um salão de teatro. A palavra conferência, por sua vez, foi bem mais utilizada e, no caso de Silva Jardim, – excetuando-se poucas apresentações, como aquelas em que versou sobre a reivindicada folga dos comerciários e o abastecimento d’água, e que, ao final, foram politizadas pelo orador – todas as outras tiveram notório cunho político partidário, até porque eram o principal instrumento da sua campanha republicana.

Retornemos à época em que ele iniciava sua trajetória como propagandista ainda afastado da Corte, levando em conta que os *meetings* paulistas atrelavam-se, da mesma forma, à crescente importância das ruas nos rumos da política imperial. Foi uma época de expansão de significados. Naqueles anos finais da década de 1880, “o vocábulo república expandiu seu campo semântico incorporando as ideias de liberdade, progresso, ciência, democracia, termos que apontavam, todos, para um futuro desejado” (MELLO, M., 2008, p. 16). A década havia iniciado com grandes manifestações, como a Revolta do Vintém, cujo palco foram as ruas, em seu sentido mais amplo. Conflitos ocorreram nas praças, trilhos e

<sup>63</sup> Ver: CARULA, Karoline. **Darwinismo, raça e gênero...**, p. 195.

<sup>64</sup> A descrição da cena está em: DR. Silva Jardim. **A República: pátria e democracia - órgão do Clube Republicano**, Curitiba, ano 3, n. 28, 30 jul. 1888. Movimento Republicano, p. 2.

calçadas, mas o movimento foi gestado nos cafés, nas várias outras instâncias de sociabilidade e nas redações dos jornais, tendência que perdurou por toda aquela última década do Império.

Na Corte, promoviam-se *meetings* de proporções variadas em favor da abolição, ao lado de outras estratégias, notadamente peças de teatro e espetáculos com renda destinada à causa. Maria Thereza Chaves de Mello (2008, p. 24) pontua que Jardim “apequenou” a propaganda republicana no Rio de Janeiro ao compará-la à paulista. Realmente, Jardim comentou que, em São Paulo, o centro da atividade mental e da troca de ideias estava nas livrarias e nos jornais, enquanto no Rio se dava nos cafés. No entanto, veremos, em momento oportuno, que o advogado enxergava a Corte como centro privilegiado de produção e repercussão política, sobretudo reconhecendo e desejando as oportunidades dos amplos círculos sociais ali estabelecidos. Sobre os motivos que o levaram a mudar-se para lá, em setembro de 1888, registrou: “[...] a possibilidade de abarcar a vida nacional n’um só golpe de vista! Poder conversar durante a manhã com um amigo do Rio Grande do Sul e jantar à tarde com um outro do Pará!” (JARDIM, 1891b, p. 160).

Em Santos, janeiro de 1888, na sua estreia como orador republicano, destacou que tomava para si, diante da perspectiva do Terceiro Reinado – para ele ameaça da tirania futura –, a missão de trabalhar para a elaboração de uma forte opinião salvacionista. Pediu a atenção dos presentes, revelando certa cautela na sua estreia como demolidor da Monarquia: “eu não venho amotinar a vossa consciência, não venho aterrorizar o vosso espírito, senão procurar convosco, numa convergência de esforços a luz que guie no dia de amanhã (JARDIM, 1978, p. 48). A cautela inicial, contudo, foi cedendo espaço a um discurso duro, no qual as figuras da casa monárquica brasileira, assim como seus ascendentes, não foram poupados. D. Pedro II estaria definitivamente inutilizado para o governo, não só pela idade, moléstia e desprestígio, mas pela incapacidade, que, no seu longo reinado, teria sido provada. Seus descendentes eram igualmente ineptos, fazendo da Casa de Bragança uma família decadente, “condenada pela fatalidade das leis naturais” (JARDIM, 1978, p. 49).

Jardim lembrou D. Maria I como nome odioso e relacionado pelos brasileiros ao martírio de Tiradentes, então considerado o primeiro mártir do anseio nacional por liberdade política. Falou também da alegada covardia de D. João VI, chegando ao “regime da tirania anterior” (JARDIM, 1978, p. 56), representada por D. Pedro I, classificado de “ignorante”, “devasso”, “imprevidente”, “irresoluto” e “déspota”, além de “pervertido mentalmente, sensual, fraco e voluntarioso, estroina.” (JARDIM, 1978, p. 58). Referiu-se então ao 7 de abril de 1831 como a grande glória do povo brasileiro.<sup>65</sup> A data, também elevada ao máximo pelos “federalistas científicos” (ALONSO, 2002, p. 292), seria reverenciada em todos

---

<sup>65</sup> As datas históricas foram reinterpretadas de formas diferentes pelos diversos grupos políticos. O 7 de abril de 1831, que marcou a abdicação de D. Pedro I, foi uma delas. Interessante confrontar a análise de Jardim, bastante parecida com a dos “liberais republicanos” e federalistas paulistas e gaúchos àquela desenvolvida por Joaquim Nabuco. MARSON, Izabel Andrada. **Política, história e método em Joaquim Nabuco**: tessituras da revolução e da escravidão. Uberlândia: EDUFU, 2008, pp. 50-66.



os seus outros discursos, sempre servindo de conclamação para um movimento que exigia a abdicação ou deposição de Pedro II e de seus prováveis sucessores. A figura do velho monarca continuou a ser torpedeada por Jardim, que não lhe atribuía qualquer qualidade. Afinal, seria uma nulidade política. Negou-lhe ironicamente o adjetivo de sábio, pondo em dúvida a condição de poliglota de sua majestade. Negou-lhe também as aptidões artísticas e políticas: “Que fale o ódio procurado entre o Brasil e nossos irmãos do Prata; que fale sua adesão à aniquilação da pátria paraguaia” (JARDIM, 1978, p. 53).

O imperador partira em junho do ano anterior, 1887, em sua terceira viagem ao exterior. Embarcara fragilizado por problemas de saúde a fim de se tratar na Europa. Além de doente, aparentava decadência física por muitos atribuída à avançada idade. “Com efeito, [...] aos 62 anos, D. Pedro parecia um velho consumido, marcado por rugas profundas, um olhar perdido e imensa barba branca.” (SCHWARCZ, 2002, p. 429). Vinha sendo representado, ao longo da década, pelas caricaturas que retratavam situações vexatórias, nas quais sua alienação e seu cansaço físico eram acentuados. Afastava-se, assim, da representação divina e das imagens, construídas em fases anteriores, de “monarca cidadão” (SCHWARCZ, 2002, p. 423) ou do imperador mecenas que até a década de 1870 prevaleceram. Entretanto, como veremos no decorrer do texto, apesar de fragilizada e muitas vezes ridicularizada, a figura de D. Pedro manteve-se ao final afastada da instituição monárquica. “Era o símbolo que resistia diante da realidade decadente” (SCHWARCZ, 2002, p. 450). Sem contar que a grande oposição sustentada contra a Monarquia nos meios letrados não encontrava correspondência nas hostes populares, cujo apoio tornou-se crescente a partir da Abolição.<sup>66</sup>

Fora, portanto, durante a ausência do imperador que Silva Jardim desferiu contra ele seus primeiros ataques. Como estadista, asseverou o orador, D. Pedro estaria igualmente liquidado. Importantes leis de seu reinado, como a proibição do tráfico, eram tributárias da atuação de homens valorosos como o “grande José Bonifácio, o Patriarca da Independência, o homem a quem devemos a Pátria” (JARDIM, 1978, p. 54). Contudo, nunca teria praticado por inteiro as ideias do tutor Bonifácio “que olhava para a raça infelicitada quanto à sua libertação, quanto às suas liberdades, quanto à sua moralização e quanto à sua indignidade” (JARDIM, 1978, p. 54).

José Bonifácio, ao lado de Tiradentes, foi uma das figuras históricas mais valorizadas por Jardim, cujo sogro era sobrinho, pelo lado paterno, e neto, pelo lado materno, do “patriarca da Independência”<sup>67</sup>, o que talvez tenha, em grande parte, contribuído para o lugar de destaque que aquele personagem histórico passou a ocupar em sua fala. Mais de uma vez, refere-se à memória familiar dos Andrada ao distinguir homens valorosos, especialmente quando comenta sua grande amizade e admiração pelo cunhado,

<sup>66</sup> Ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 448.

<sup>67</sup> O sogro de Jardim era filho de Martim Francisco Ribeiro de Andrada e de sua sobrinha Gabriela Frederica Ribeiro de Andrada.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada Filho mais tarde sócio em empresa advocatícia. Interessante notar, porém, que o culto ao mineralogista também fez parte da agenda positivista. Sua valorização pelos discípulos de August Comte foi interpretada como “[...] um exemplo típico de interpretação histórica a partir de uma concepção filosófica definida” (AZZI, 1980, p. 128). Os “ortodoxos” consideraram José Bonifácio o legítimo fundador da nacionalidade brasileira, enquanto as figuras de Tiradentes e D. Pedro I foram por eles rechaçadas: o primeiro não serviria por suas ideias revolucionárias e liberais e o segundo por seu despotismo monárquico retrógado. A prevalência da figura histórica de José Bonifácio firmou-se depois de longo debate entre os líderes Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Este último esforçou-se em defender o papel do alferes mineiro, vencido ao final pelo argumento de que ele não se enquadrava na proposta pacífica do Apostolado.

Jardim, no entanto, reservou um lugar de destaque aos dois em sua retórica, além do marquês de Pombal<sup>68</sup> que também foi por ele muito exaltado como outra grande capacidade a compensar a debilidade de governantes reais. Esses dois nomes foram as exceções ligadas à Monarquia. Os outros personagens glorificados pelo conferencista já integravam o panteão da alegada tradição republicana no Brasil, como frei Caneca e Felipe dos Santos, além do alferes José Joaquim da Silva Xavier, por quem nutria verdadeiro deslumbramento. É longa e cheia de metáforas de cunho patriótico a narrativa de sua passagem pela região da antiga Vila Rica, em sua segunda visita a Minas Gerais, em junho de 1889. Na posição oposta a todos esses heróis, estavam a herdeira presuntiva do trono, princesa Isabel, e seu marido conde *d’Eu*, que eram seus principais alvos. No discurso de Santos, começa a desqualificar a princesa pela sua condição feminina:

Meus senhores, no conjunto de uma sábia legislação, a Nação francesa tinha incluído a lei sálica, que impedia à mulher subir os degraus do trono. Bem avisada andou; pois a natureza, e depois a sociedade, por uma larga experiência sempre justificada, demarcaram a cada sexo suas funções na economia humana. [...] Desde que a mulher sai de seu papel – se há dito – deslustra seu sexo, e consegue apenas tornar-se um mau homem (JARDIM, 1978, p. 58).

Admitiu, adiante, que algumas exceções foram reveladas pela História. Citou Joana Dar’c e Catarina da Rússia, exemplos que não se adequavam à princesa, que não teria o vigor patriótico da primeira, tampouco a autonomia da segunda. Isabel seria fraca, inepta, dada a futilidades e à leitura de “gentis livrinhos de missa”; “carola de sacristia” a quem seria impróprio o qualitativo de fanática, pois o fanatismo, sendo uma “superexcitação das crenças” dependeria de “certa elevação”, de uma “certa energia” (JARDIM, 1978, p. 58), que o sangue “fraco e incapaz” da condessa *d’Eu* não possuía. Ela seria

---

<sup>68</sup> Lombardi ressalta que a figura do marquês de Pombal foi colocada em relevo pelos positivistas de maneira geral, já que seria responsável pela superação do estágio teológico. FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A esperança e o desencanto:** Silva Jardim e a República. São Paulo: Humanitas, 2008.p. 87.

uma carola de sacristia, pertencente ao clericalismo, não ao sacerdócio: “a esse catolicismo falso, convencional, bonito, perfumado, que se veste bem, bem corteja, sabe sorrir, elegante, carola, corruptor e corrupto” (JARDIM, 1978, p. 58).

A princesa, portanto, não teria força e nem preparo para enfrentar a “revolução latente” que se alastrava de Norte a Sul pelo Brasil. Entre os vários problemas elencados pelo orador como causadores da agitação surda que se estendia pelo País, estava o da escravidão. A menos de seis meses da Lei Áurea, Jardim desafiava o governo imperial, dizendo que “uma única lei, aquela que abolisse imediatamente a abolição, poderia honrar o estadista que se prezasse digno” Combatia a futura “Redentora” com a seguinte indagação: “Poderá ela solver a questão ainda não morta da escravidão, e a que lhe segue, do trabalho, do salário, das relações entre o trabalhador e o proprietário?” (JARDIM, 1978, p. 60).

Conforme Robert Daibert Júnior (2002) tanto a condição feminina quanto a extrema religiosidade da princesa foram fatores a serem contornados e mereceram a preocupação do próprio imperador. Ainda segundo o citado autor, no século XIX, a inferioridade da mulher era ainda ideia corrente, muito embora, acrescento, exceções já se alastrassem naqueles tempos ciosos de modernidade, quando, ao universo feminino, vinha sendo atribuído papel de importância crucial para o progresso de uma nação. O conteúdo de preleções, cursos e conferências era direcionado à mulher também por meio da imprensa.<sup>69</sup> Naturalmente, estamos falando da mulher das camadas superiores da sociedade, letrada, que deveria instruir-se para desempenhar adequadamente as competências dela esperadas na gestão do lar, função que extrapolaria o espaço privado da família, determinando a esfera pública, uma vez que a atuação feminina era vista como base para a formação de futuros cidadãos do País. Assim, mesmo em uma sociedade cujas heranças e permanências notadamente patriarcais tolhiam em diferentes formas e graus as mulheres pertencentes a distintas classes sociais, penso que Silva Jardim representava na questão de gênero um pensamento conservador, mesmo retrógrado, se o comparamos a outros nomes do seu círculo de sociabilidade. Ele próprio usou esse termo – conservador – para classificar o seu pensamento ao escrever ao pai sobre a irmã Maria Amélia, posicionamento que pode ser contraposto ao de seu amigo Clovis Beviláqua que teria sido entusiasmado apoiador da esposa poetisa, Amélia Carolina de Freitas Beviláqua um dos símbolos do feminismo precursor do século XIX.<sup>70</sup>

Os textos de Silva Jardim ressaltaram que a inferioridade e a devida submissão aos pais e maridos prevaleciam inclusive para aquelas detentoras de títulos reais. Além disso, a princesa era tomada como

<sup>69</sup> Ver: CARULA, Karoline. A educação feminina em A mãe de família. In: CARULA, Karoline; ENGEL, Magali Gouveia; CORRÊA, Maria Leticia. (Org.). **Os intelectuais e a nação: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

<sup>70</sup> Clóvis Beviláqua, teria nutrido verdadeira parceria intelectual com Amélia Carolina. Ver: SILVA, Wilton Carlos Lima da. Amélia Beviláqua que era mulher de verdade: a memória construída da esposa de Clóvis Beviláqua. **Revista Internacional Interdisciplinar**. v. 11, n. 2, 161, jul./dez. 2014.

incapaz de se impor, tolhida por um intelecto – por ser feminino – pouco privilegiado e ainda mais embotado pela carolice. Importante acrescentar que a religiosidade da potencial sucessora do trono brasileiro era vista como exacerbada pelo próprio pai. Isabel, conforme Daibert (2002), era considerada uma reacionária ultramontana e seu apego ao catolicismo ficou evidenciado por sua interferência na chamada “Questão Religiosa”, quando pleiteou anistia para os religiosos envolvidos a D. Pedro I. Ainda assim, considero que as críticas de Silva Jardim soaram mais alto pela contundência e ousadia, tornando-se logo conhecidas e discutidas.

Ele seguiu o seu discurso atacando o príncipe Gastão de Orleans, “conde sem condado”, descendente de uma família decaída na Europa que estaria disposto a tirar proveito da posição de esposo da princesa imperial brasileira para usurpar o poder. A possibilidade de Gastão assumir o governo brasileiro, fosse direta ou indiretamente, foi combatida ferozmente. Afinal, tratava-se de um “representante do tradicionalismo aristocrático papista, clerical, intolerante, belicoso e atrevido” (JARDIM, 1978, p. 64). Apelou à indústria, à lavoura, aos homens de ciências e de letras. O perigo do estado de guerra permanente, representado por uma figura desequilibrada no poder, seria inimigo da incipiente indústria, sufocando-a no berço; o trabalho seria desorganizado; a abolição, sofismada e o comércio, atrofiado. Então, dirigiu-se ao exército nacional, convocando-o à resistência, antes de ser convertido em instrumento de glórias pessoais, em máquina de conquista.

Jardim finalizou o discurso propondo moção de apoio aos vereadores de São Borja e conclamando a nação brasileira a protestar contra a sucessão que estava sendo preparada. Da Corte, José do Patrocínio incorporava a reivindicação de São Borja. Era preciso dizer à Regência o quanto ela era impopular e o quanto não inspirava a menor confiança “fora do mundo oficial e clerical”. (ALONSO, 2015, p. 339). Por outro lado, as reações começavam a surgir. Comparando-o a Danton, um jornal da capital paulista reprovou “as acusações violentas e exageradas” (CORREIO PAULISTANO, 22 abr. 1888, p. 2 ) ao imperador e à família real.

Importante aqui relacionarmos esta primeira fala de Jardim à já apontada expansão semântica provocada pela ideia republicana no período considerado. Maria Thereza Chaves de Mello utiliza Reinhart Koselleck para explicar a profusão de termos que passaram a estabelecer uma dicotomia entre o par antônimo assimétrico monarquia *versus* república: “Trata-se de um instrumento de argumentação, como esclarece o historiador alemão, que coloca em confrontação dois conceitos, sendo que um deles apresenta o outro de forma que este não se reconhece” (MELLO, M., 2008, p. 16). Assim, Jardim apresentava a Monarquia como tirânica, baseada em privilégio hereditário já não aceito e representante do atraso, da submissão à teologia. Em contraposição, “à república são associadas às ideias de liberdade, soberania popular, chefe eleito e responsável, talento ou mérito, cidadania, energia, progresso, federalismo, ciência. Enfim, de um lado, o passado; de outro, o futuro” (MELLO, M., 2008, p. 16). Conveniente sublinhar que,

no início de sua atuação tribunícia, ele evitou detalhar o seu apreço pela ditadura republicana, como mais tarde o fez. A grande maioria dos discursos de Silva Jardim foi marcada por ataques à Monarquia brasileira. Depois de lotar o Teatro Guarany, na região portuária da cidade santista, retornou muitas vezes a posição de orador. Em Campinas, realizou seu segundo grande *meeting*, sendo ainda mais contundente.

## 2.5 A ESCALADA DE RADICALIZAÇÃO DISCURSIVA DE SILVA JARDIM: CAMPINAS, 1888

As lembranças da visita a Campinas, em fevereiro de 1888, foram relacionadas a decisões importantes tomadas ainda no deslocamento pela linha férrea: “Cousa curiosa. Eu penso perfeitamente em caminho de ferro. Posso até dizer que importantes resoluções tenho tomado enquanto o trem roda” (JARDIM, 1891b, p. 53). Santos tinha sido uma surpreendente experiência para Jardim, que, em *Memórias e Viagens*, recordou o sucesso daquela primeira grande atuação como orador. No trem, a caminho de Campinas, pensava em seu discurso tomado da experiência anterior, com algumas adaptações, incluindo “alguns tópicos a mais de indignação que o ataque dos adversários autorizavam” (JARDIM, 1891b, p. 53).

Relembra que, àquela altura, “a mostrada” começava a subir-lhe “ao nariz” (JARDIM, 1891b, p. 53). Cerca de duas mil pessoas teriam comparecido ao evento, cujo público majoritário era formado pelos operários. Por outro lado, a expressiva presença de fazendeiros, que, como vimos, foi registrada pela imprensa republicana local, não foi lembrada pelo tribuno. Presente, o chefe de polícia, compadre do conde d’Eu, cuja autoridade e proximidade com o trono não o teria intimidado, ao contrário. Em suas memórias, parece relacionar a presença do delegado ao fato de ter sido ainda mais incisivo em suas palavras.

A oração segue mais completa, mais tribunícia e emocionada que a de Santos e o auditório acompanha com aplausos as mais ardentes demonstrações de indignação, como aquela em que peço para o príncipe estrangeiro e expatriado a pena última, se ele resistisse ao movimento libertador no dia de sua retirada (JARDIM, 1891b, p. 62).

Um “silêncio glacial”, verdadeiro medo da “corresponsabilidade de uma tal ousadia” (JARDIM, 1891b, p. 62), aumentou a expectativa do orador de uma possível manifestação contrária, que poderia levantar celeuma com resultados imprevistos. Nenhum protesto, no entanto, ocorrera, o que ele atribuiu aos seus recursos oratórios que bem expunham os perigos de um reinado indesejado. Havia repetido as teses do primeiro discurso, acrescentando os pontos a seguir: a princesa Isabel não estava apta a governar a própria casa, mais preocupada com festas e folguedos carnavalescos, onde se entregava às batalhas de flores. Chegou a advertir a princesa: “Cuidado, senhora! Que estas flores não se tornem demasiado encarnadas” (JARDIM, 1978, p. 82). Insistiu também na doença do imperador, sugerindo mesmo sua demência revelada por seu total desinteresse pelos rumos das principais questões do período, sintomas graves para quem antes “em tudo se metia”. A sucessora natural, além de inepta, seria antipática à nação

e deveria deixar o País no dia da abdicação do “Imperador moribundo” (JARDIM, 1978, p. 81). Se não abdicasse, a alternativa seria a deposição. Seu marido deveria exilar-se voluntariamente ou correria riscos maiores como a execução. Reiterou Jardim a ameaça, depois de justificar-se que se a prudência exigia reservas, o patriotismo não comportava silêncios: “Execução? Sim: execução. Matar? Sim! Que não derrame-se uma gota de sangue brasileiro, mas que o Expatriado não se oponha entre a Liberdade e a Pátria” (JARDIM, 1978, p. 85).

Ao narrar sua passagem por Campinas, Jardim confessou o receio do insucesso oratório – nunca esteve livre da emoção do estreante em todos os outros discursos que se seguiram. Mas se preparava para cada um deles. Em todas as suas excursões políticas, informava-se bem sobre as localidades, os seus partidos, “as suas lutas intestinas; visitava os edifícios; conhecia as curiosidades da terra, com o intuito de inspirar simpatia ao público pela sua causa” (JARDIM, 1891b, p. 59). Tal preocupação estava de acordo com seus estudos na época das aulas de retórica com os amigos da Corte. José Murilo de Carvalho comenta as recomendações da obra de Bento Soto-Maior e Menezes, publicado em 1794 e intitulado *Compêndio Rhetórico ou Arte Completa de Rhetórica*. Um dos pontos destacados pelo autor é o recomendado cuidado e atenção com a audiência, cujas variantes determinariam o estilo do orador e os argumentos a serem utilizados. Nesse sentido, Carvalho aponta a proximidade de sua análise com a temática moderna da leitura e da recepção, referindo-se precisamente à recuperação da dimensão retórica do discurso:

A natureza da retórica em si já exige, como vimos, que se leve em conta, além da linguagem e do texto, o autor e seu leitor, ou ouvinte. Uma abordagem via retórica estabeleceria, sem dúvida, contatos com a estética da recepção de Jauss, com a idéia de paradigmas científicos de Kuhn, e com os conceitos de linguagem política de Pocock e de práticas e protocolos de leitura de Chartier (CARVALHO, 2000, p. 136).

O autor aponta três gêneros retóricos clássicos: o deliberativo (político), que trata do útil e do honesto; o judicial, que trata do justo, e o laudatório, que acabou sendo tomado como mais representativo da retórica, emprestando-lhe “má fama por supostamente reduzir-se a espetáculo, à exibição inútil de talentos oratórios, ao puro ‘*delectare*’” (CARVALHO, 2000, p. 137). Interessa-me particularmente o último gênero por reconhecê-lo nas apresentações de Silva Jardim.

Baseado em Chaïm Perelman, Carvalho argumenta que o gênero retórico laudatório, assim como os demais, está dentro do domínio da lógica, extrapolando-a, já que recorre a argumentos que vão além da estrita racionalidade, devendo-se isso ao fato de que a maioria dos problemas enfrentados pelos seres humanos extrapolam o domínio da racionalidade estrita por envolverem juízos de valor. De acordo com os antigos compêndios, “a retórica não busca apenas convencer, operação que se faz mediante raciocínios lógicos. Ela pretende persuadir, mover a vontade, o que exige uma grande variedade de argumentos de natureza não-lógica” (CARVALHO, 2000, pp. 136-137). Não seria, portanto, uma ostentação vazia, pois

destina-se a confirmar os valores predominantes na sociedade e a responder a possíveis objeções futuras.

As apresentações de Jardim assemelhavam-se a espetáculos. O jornalista José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque, sobre o qual temos notícias mais detalhadas no último capítulo, deixou registradas as impressões causadas pelo homem de baixa estatura, “barbadinho”, sempre metido em sua “indefectível sobrecasaca preta.” Sua compleição física – assemelhava-se a um “gafanhotinho” – não adiantava, nos palcos, a grandiloquência dos seus discursos. Mas assim que começava a falar, havia um deslumbramento. Discutia e comovia. Era um homem instruído e argumentador poderoso. Seus discursos eram construídos por períodos de “légua e meia”, sustentados por um fôlego sobrenatural. Começava em surdina e, elevando aos poucos a voz, “deixava cair, como uma clava esmagadora, a conclusão” (Albuquerque, M., 1942, pp. 68-69).

A forma de vestir-se, a entonação da voz e a longa duração de suas falas pareciam ser então marcas que o próprio orador fez questão de imprimir aos seus discursos, os quais, porém, variavam seguindo as leis da retórica, como a observância do tipo de auditório. Em Campinas, por exemplo, preocupou-se em conhecer seus ouvintes, para escolher os argumentos, os estilos e a pronúncia adequada para movê-lo. Afinal, tinha planos para si que muito dependeriam da resposta do público àquele seu segundo grande *meeting*. A citação a seguir seja talvez demasiado longa, mas bastante elucidativa. Nela, nosso personagem justifica o novo rumo que, a partir dali, pretendia dar à sua vida, e quem sabe, à sua biografia.

Nesta cidade larga, regular, de vasto horizonte, começava a sentir essa necessidade assinalada por Descartes como agradável complemento de uma boa educação; viajar, receber impressões objetivas, corrigir os erros do cérebro. Havia tanto que eu passava a vida comigo mesmo! A infância nos estreitos limites da casa paterna e de uma aldeia; a juventude a acumular preparatórios sobre preparatórios ou em cima dos livros a ler o direito, a filosofia, a história, no ardor de instruir-me ou na luta com os rivais, com os invejosos, os inimigos – ou a escaldar-me no amor apaixonado – e mais tarde na luta pela família, no trabalho interrompido para outrem, que sei... Cansado talvez, somente alentado pela esperança da nova Pátria, sentia necessidade de vê-la, de ver, ver muito, ver tudo porventura... Porque eu nada havia visto até então (JARDIM, 1891b, p. 60).

A já citada transcrição do jornal *Gazeta de Campinas* no jornal paranaense *A República* confirma o número aproximado de ouvintes: cerca de duas mil pessoas. Foram registradas adesões de chefes de famílias influentes e foi descrita a seguinte cena, que teria marcado o início e o final da conferência: “a música percorreu as ruas, acompanhando com o povo o orador ao som da Marselhesa<sup>71</sup> e vivas à república” (DR. SILVA Jardim, 1888, p. 2). Jardim foi muito aplaudido e coberto de flores. Era a segunda

---

<sup>71</sup> José Murilo de Carvalho analisa as utilizações da simbologia da Revolução Francesa, sobretudo pelos chamados republicanos jacobinos e pelos positivistas. Assim, o hino revolucionário, a alegoria feminina representando a república e o barrete frígio foram ícones constantes e largamente utilizados pela propaganda, assim como o uso do termo cidadão e da expressão saúde e fraternidade. CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 12-13.

grande experiência dele na tribuna republicana e talvez a mais emblemática, por ter representado clara opção pelo método revolucionário. Pregara, pela primeira vez, a sentença de morte para Gastão de Orleans, a quem chamava de usurpador.

Desde a década anterior, a conotação de violência e anarquia inevitavelmente presente na instrumentalização da história francesa pelos republicanos paulistas era negada por explicações que “tentavam tranquilizar o público diante das ameaças que a vivência republicana pressupunha.” (BARBOSA, S. 1995, 129). Assim, a sugestão da pena capital para o francês deve ter sido considerada excessiva entre grande parte dos correligionários políticos do ousado tribuno, muito embora ele tenha mantido o tom e repetido, em outras ocasiões, a proposição que se tornou o símbolo do seu método revolucionário, utilizada, inclusive, como justificativa para que fosse alijado do Quinze de Novembro.

Em vários outros momentos, Jardim subiu à tribuna, como na sua volta a Santos, em março de 1888, para posicionar-se frente a mais um capítulo da chamada questão militar: o caso Leite Lobo, Capitão-Tenente da Marinha, preso e espancado por policiais sob a acusação de tentativa de homicídio. O caso ganhou as páginas dos jornais e a indignação da oficialidade da Armada. O *meeting*, na manhã de 5 de março de 1888, teria recebido grande apoio da população santista. Comentando o evento, Jardim compara-se ao personagem de *Coquète de Plassans*, de Émile Zolá, “que por força de habilidade domina uma povoação” (JARDIM, 1891b, p. 67). O advogado deixou registrado em sua obra: “Pois eu também conquistara a cidade de Santos [...] e sentia-me por ela impelido na certeza de marcha segura na via triunfal da propaganda republicana.” (JARDIM, 1891b, p. 67)

Durante a crise gerada pelo caso Leite Lobo, Jardim alvoraçava-se por uma visita ao Rio de Janeiro. Escreveu a Francisco Glicério, convidando-o para a empreitada. Os prenúncios eram favoráveis, afiançava, mas o rábula paulista, atuante homem de letras do seu tempo, dedicado há muito à causa abolicionista e republicana, respondeu que lá estava Quintino Bocaiuva, vigilante ao desenrolar da crise. Interessante aqui conhecermos o conteúdo da correspondência entre Francisco Glicério e Quintino Bocaiuva a respeito. O primeiro dizia, em missiva redigida no dia 5 de março, que o momento era oportuno para que seu interlocutor dirigisse “qualquer movimento militar” no intuito de “dar o golpe decisivo”. Incitava o correligionário fluminense à ação: “Vibre o golpe aí, que São Paulo e o Rio Grande respondem imediatamente” (SILVA, E., p. 597).

A carta foi escrita no mesmo dia em que, de Santos, Jardim realizava o inflamado *meeting* contra o tratamento dado pelas autoridades monárquicas à Armada.<sup>72</sup> O caráter entusiasmado de Francisco

<sup>72</sup> Leite Lobo era Capitão-Tenente da Marinha e apresentava problemas de saúde mental. Foi detido por tentativa de homicídio por ordem do Alferes José Rodrigues Batista, tendo sido severamente espancado pelos policiais. O caso mobilizou grande número de marinheiros de baixa patente, entre capoeiras e ex-escravos, e tem sido interpretado como movimento de grande relevância para a queda do Gabinete do barão de Cotegipe e conseqüentemente para a abolição da escravidão.



Glicério, apontado por Jardim ao relembrar suas iniciativas, talvez tenha contribuído para os termos da correspondência<sup>73</sup>, cuja resposta, ao contrário, amainava os ânimos. Quintino Bocaiuva assegurou-lhe que vinha aproveitando todas as circunstâncias e todos os elementos para o fim de tornar possível a república, mas o momento ainda não havia chegado. Previa-o para breve e aconselhava: “Saber esperá-lo é também dar provas de sagacidade política” (SILVA, E., p. 598).

Esperar não estava nos planos de Silva Jardim. Mostrava-se antes ansioso para seguir a propaganda julgando que os prenúncios eram favoráveis. Dizendo-se convicto positivista, embora já àquela data proscrito, o tribuno posicionava-se como antimilitarista. Para ele, o militarismo fazia parte de uma fase necessária, porém já superada da história humana, concordando, assim, com as teorias comtianas. A Idade Média teria sagrado o valor da cavalaria, pouco a pouco substituída pela evolução social em incessante progresso intelectual e moral. Emancipava-se a razão humana. A paz e outras forças, como a do operariado que fabricava a pólvora para uso bélico, substituiriam a militar. Contudo, apesar dessas considerações presentes em seu discurso, logo percebeu que o ideal republicano não poderia prescindir dos conflitos entre a caserna e a ordem monárquica. Tais conflitos acirraram-se nos anos finais do Império, embora remontasse à metade do século a insatisfação dos oficiais do Exército com relação ao que consideravam limitações dos seus direitos de cidadania.

José Murilo de Carvalho apresenta uma análise sobre a relação entre cidadão e soldado. No caso brasileiro, a criação da Guarda Nacional, em 1831, teve como inspiração o modelo da França revolucionária, que armou seus cidadãos contra o espectro do Absolutismo. Teria, em parte, cumprido a missão de transferir, para os cidadãos de posse, a responsabilidade de manutenção da ordem, com a peculiaridade, acrescento, de defender a ordem monárquica. Entretanto, “o problema do Exército no final do Império era o oposto: tratava-se de criar não o cidadão-soldado, mas o soldado-cidadão” (CARVALHO, 2004, p. 49). Nesse esforço, a entrada da filosofia positivista nas escolas militares teve grande participação. Por meio de influências como Benjamin Constant, os ideais da sociedade positiva, projetados sobre as bases da ciência, da ordem e do progresso, foram largamente difundidos nos meios castrenses. Quando a série de conflitos entre autoridades militares e governo começou a ganhar, de forma cada vez mais acentuada, a simpatia do público, os chamados republicanos históricos souberam incorporar aquela “novidade política” (MELLO, M., 2007, p. 40). Jardim, embora iniciante no ofício da propaganda, não fez diferente. É bem verdade que, em seu primeiro discurso, na cidade de Santos, o militarismo foi extremamente criticado por meio dos ataques ao conde d’Eu. Tempos depois, por ocasião do *meeting* a favor do capitão Leite Lobo, em 5 de março de 1888, revelou ainda certa timidez em francamente conclamar o apoio dos ouvintes. Esclareceu aos “dignos representantes do Exército e da Armada”

---

<sup>73</sup> O remetente da carta, o campista Francisco Glicério, organizara de forma entusiasmada o *meeting* em Campinas. JARDIM, A.S. *Memórias e viagens...*, p. 56.

(JARDIM, 1978, p. 90) que não estava ali a fazer proselitismo político. Sua missão era alertá-los contra os desmandos do verdadeiro responsável pelos desatinos contra a classe: Gastão de Orleans. Porém, em novembro do mesmo ano, Jardim publicou o artigo *Soldados em Guarda*, motivado pelo incidente ocorrido entre o Chefe de Polícia da Província de São Paulo e a oficialidade do 17º Batalhão do Exército. Nele, o tom foi totalmente diferente – conclamou o povo e a tropa para a revolução. A farda havia se tornado nobre, envergada por cidadãos ativos e dignos. A Monarquia oprimia o Exército, que iria confraternizar com o povo e não mais oprimi-lo, quebrando, assim, o efeito em cascata provocado pelo governo despótico. Elegeu novamente o 7 de abril de 1831 como símbolo do antimonarquismo, mas, daquela vez, a data tinha como principais promotoras as forças militares. Tal conteúdo muito provavelmente foi repetido em tom ainda mais contundente no folheto *O Exército e a Nação*, anunciado em junho de 1889 como em vias de entrar no prelo. Figura, no entanto, entre os textos dados como perdidos na coletânea prefaciada por Barbosa Lima Sobrinho. Em *Memórias e Viagens*, Jardim menciona, sem precisar data nem local, uma conferência homônima, assistida na Corte por muitos militares, “num momento em que o cheiro de pólvora revolucionária tomava todo o ar” (JARDIM, 1891b, p. 210).

Trata-se, certamente, da conferência organizada pelo Clube Republicano da Escola de Medicina, marcada para acontecer no dia 16 de dezembro de 1888, na Sociedade Francesa de Ginástica.<sup>74</sup> A incorporação da causa militar em seu repertório discursivo ganhou mais tarde uma versão, por meio das estratégias da memória, que procurou valorizar o seu propósito como propagandista frente ao golpe civil-militar que acabou acontecendo em 15 de novembro do ano seguinte, sem a sua participação. Vinha ganhando terreno entre os dirigidos, sempre com a preocupação de não os comprometer inutilmente, já que muitos entre os superiores continuam fiéis ao trono. Lembrou que a agitação consumia todo o seu tempo, impedindo-lhe de travar conhecimentos estratégicos com as lideranças militares, mas já àquela época tinha a consciência que desenvolvia a “sã política, que estudando todas as correntes sociais dirige-se habilmente para um bom fim” (JARDIM, 1891b, p. 66). A irritação militar poderia levar à queda da Monarquia, então era preciso que “sem sofismas e às claras, por um acordo explícito, ela fosse aproveitada para a instituição da República” (JARDIM, 1891b, p. 66). Veremos, em momento oportuno, que, justamente no período da conferência *O Exército e a Nação*, em meados de dezembro de 1888, Jardim tramaria com Sena Madureira – não às claras, como preconizou em suas memórias – um frustrado golpe militar. Antes, porém, retornemos à sequência dos fatos, ainda no ano de 1888, a fim de conhecermos o teor da sua propaganda.

No comício realizado no dia 7 de abril, no Clube Republicano em São Paulo, destacou sua crença, baseada no positivismo, na marcha da humanidade rumo ao sistema republicano. Evocou a antiga tradição

<sup>74</sup> A conferência foi anunciada na imprensa carioca: **GAZETA de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 349, p. 1, 15 dez. 1888.

republicana brasileira provada por rebeliões como as protagonizadas por Felipe dos Santos, Frei Caneca e Tiradentes. José Murilo de Carvalho (1999b) analisa o processo de disputa, em torno desses últimos, ao posto de heróis históricos republicanos. Para ele, um dos fatores que contribuiu para a vitória do mártir mineiro foi o geográfico. Isso porque Tiradentes representava uma área “que a partir da metade do século XIX, já podia ser considerada o centro político do País - Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, as três capitanias que ele buscou, num primeiro momento, tornar independentes” (CARVALHO, 1999b, p. 67). A outra vantagem com relação ao padre pernambucano é que o herói mineiro teria se immortalizado por um potencial revolucionário não exercido e, portanto, isento de violência. Teria feito o caminho inverso ao de frei Caneca, o religioso que morreu como líder cívico, “como herói desafiador, quase arrogante, num ritual seco de fuzilamento” (CARVALHO, 1999b, p. 67). O processo de construção dessas figuras heroicas candidatas a representar o novo sistema de governo começou ainda na propaganda republicana. Mas, na fala de Jardim, muito embora sua fascinação pela figura histórica de Tiradentes seja evidente, ambos são equiparados em glória e importância. Mais tarde, quando passou a contar com o apoio do correligionário pernambucano Aníbal Falcão e quando decidiu estender ao “Norte” a sua campanha republicana, essa equiparação ficou, oportunamente, ainda mais saliente.

A conferência do 7 de abril foi intitulada *Salvação da Pátria (Governo Republicano)* e reiterou as críticas e advertências contra a princesa Isabel e seu marido, o conde d’Eu. Ela, frágil, fútil, despreparada; ele, usurpador, belicoso e intolerante. Estendeu-se nas “tristes reminiscências históricas” provocadas pelo nome de Gastão de Orleans, pertencente a uma “família de príncipes candidatos a tronos, desalojados do poder pelo novo espírito do século” (JARDIM, 1978, p. 114).

O tribuno repetiu as alternativas que o povo brasileiro daria ao casal no dia em que o trono ficasse vago: abdicação, ou deposição e exílio. Reiterou a possibilidade da execução de Gastão Orleans caso oferecesse resistência. A vacância estaria próxima, pois o imperador encontrava-se demente, moribundo, mas, caso fosse preciso, sua abdicação seria exigida ou sua deposição seria decidida pelo clamor popular conforme havia acontecido com seu pai, D. Pedro I, na data ali celebrada. Finalizou, de forma clara e incisiva, com uma conclamação disruptiva: “Se para isso for mister a intimação popular, que venha a intimação popular” (JARDIM, 1978, p. 120).

No discurso do dia 21 de abril de 1888, novamente no Clube Republicano de Santos, em homenagem a seu grande ídolo, Tiradentes, Silva Jardim falou sobre a importância das iniciativas individuais. Utilizando-se de metáforas para descrever a quebra da tranquilidade social em tempos de crise e insatisfação, ele falou sobre o papel dos grandes homens nos rumos históricos de uma nação:

De tempo a tempo a evolução social de um país ou da Humanidade põe em face dos vivos um problema imposto pelos antecedentes e cuja solução urge imperiosa até a

realização. A grande massa, generosa, mas inexperiente, jamais o solverá de si: ficaria eterna na mais vã das agitações, sabendo a sua vontade, mas não o modo de fazê-la de fato. A crosta popular alteia-se convulsa então; eis um outeiro que surge: é agora vulcão; por ele respira o pulmão comum; a luz de sua palavra é o pensamento ardente de todos, a frieza de sua reflexão o bom senso geral, as chamas de sua ousadia e idealização comum (JARDIM, 1978, p. 124).

A leitura do texto completo corrobora a impressão de que Jardim lançava-se como líder da revolução, animado por uma determinação vulcânica, conforme as imagens que ele próprio construiu no fragmento acima e que seriam repetidas em outros vários discursos e mais tarde utilizadas nas homenagens publicadas por ocasião da sua prematura morte.<sup>75</sup> Todavia, seus planos foram impactados pela Lei Áurea. Detalhou os longos e ruidosos festejos da Abolição em Santos, cidade que fora de “longa data um foco abolicionista, sem distinção de partidos e de nacionalidades” (JARDIM, 1891b, p. 83). Ângela Alonso destaca que Santos concentrou realmente um grande ativismo na província paulista por sua característica de entreposto comercial e sua importância como rota marítima para libertados. O “verdadeiro delírio” (JARDIM, 1891b, p. 83) descrito por Jardim estendeu-se naquela cidade por todo o mês de maio. Sobre as manifestações em torno do Treze de Maio, convém, neste ponto, citar o trabalho de Renata Figueiredo Moraes (2015) que tanto aponta a extensão dos eventos adentrando pelo mês de junho, como revelam as tensões que ocorreram, sobretudo no interior, já nos dias que antecederam a assinatura da lei.

Silva Jardim confessou que dos tais festejos participou, não só por sinceridade e entusiasmo, mas por política, pois era preciso continuar a campanha pela república. A libertação não surpreendera os republicanos, que há muito contribuíam e clamavam pela libertação dos escravos. Em correspondência com Francisco Glicério, havia chegado à conclusão semelhante: a abolição estava a caminho, “mas o trono queimar-se-ia na lenha de Minas e do Rio” (JARDIM, 1891b, p. 84).

A preocupação com a estratégia sustentada pelo Partido Republicano em delegar ao governo a solução para o escravismo, mantendo uma postura bastante próxima da omissão – conforme acusavam muitos abolicionistas, como José do Patrocínio –, aparece muito claramente na fala de Silva Jardim: “Era preciso tornar bem claro o meu passado abolicionista para poder ficar puro da eiva do escravismo quando pregasse a República ao elemento agrícola e me visse coberto dos seus aplausos” (JARDIM, 1891b, p. 84). Era também preciso não consentir que a veneração pública, e especialmente dos libertos, se concentrasse toda na princesa Isabel. Ainda em meio aos festejos, sem ter espaço para conferências republicanas, Jardim compôs estrofes que, entoadas pela comoção popular, colocavam lado a lado a “redentora” e figuras como o líder abolicionista Quintino de Lacerda, que acolhia escravos fugitivos no Quilombo do Jabaquara. “A cousa segue com tino/ assim é/ Viva o Lacerda Quintino/Olaré” (JARDIM,

<sup>75</sup> Por exemplo, “Hoje o vulcão que lhe ardia no cérebro se extinguiu no seio inflamado daquele outro vulcão.” DE OURO Preto. **O Farol**. Juiz de Fora, ano 25, n. 163, p. 1, 9 jul. 1891.

1891b, p. 84).

São poucas as informações sobre a militância abolicionista de Jardim. José Leão mencionou que o levava às discussões sobre o tema na loja maçônica América, nos tempos em que viviam “muito conjuntamente” e que de outra coisa não se falava na capital paulista e no País. Aludia assim o autor à filiação de Jardim às sociedades secretas “onde mais se trabalhava a favor dos escravos” (LEÃO, 1895, p. 67). O emprego do plural nos remete ao comentário de Heitor Ferreira Lima (1987) sobre ter sido o advogado membro da Bucha,<sup>76</sup> organização secreta ligada à Maçonaria. Ao aventar a possibilidade, Ferreira Lima citou duas obras<sup>77</sup> que, no entanto, não nomeiam Antônio da Silva Jardim como membro da organização. Esses mesmos autores foram utilizados em uma dissertação de mestrado que reafirma a vinculação da Bucha à loja maçônica América e também à Faculdade de Direito de São Paulo,<sup>78</sup> mas que também não traz o nome do advogado fluminense como pertencente à sociedade secreta, que teria objetivos alinhados aos da campanha republicana e do movimento abolicionista.<sup>79</sup> Apesar da insuficiência de fontes para se reafirmar ou refutar o pertencimento de Jardim à Bucha, reitero o meu estranhamento sobre a alusão feita por José Leão a “associações secretas”, citando, no entanto, somente a Maçonaria.

De qualquer forma, foi por meio do próprio ressentimento sobre o não reconhecimento de seus préstimos às causas abolicionista e republicana que o autor José Leão registrou, de forma mais contundente, a participação de Jardim no movimento pela liberdade. Relembrando que fora orador da Loja Maçônica nos tempos da campanha abolicionista, dizia-se já acostumado a ver renegado o papel de abolicionistas e republicanos intransigentes, como ele e seu companheiro já falecido, que “[...] tanto na tribuna como na imprensa” serviram com a “maior abnegação à causa pública” (LEÃO, 1895, p. 67). Não se ativeram às palavras: “toda a atividade era consumida em roubar negros e refugiá-los, mandá-los para outras províncias, quando provindo diretamente da Corte ou de outras partes” (LEÃO, 1895, p. 67).

O próprio Jardim, embora tenha destacado a sua atuação como advogado em demandas favoráveis aos escravizados, sem, no entanto, detalhá-las, lamentou, como veremos no próximo capítulo, não ter tido o tempo necessário para se dedicar de maneira mais incisiva e frequente à luta direta contra a escravidão. Outras passagens de seu livro, no entanto, são construídas no intuito de afirmar a sua proximidade com líderes negros abolicionistas, como aquele homenageado por seus versos. Quintino de

<sup>76</sup> Abreviatura usada para designar a *Burschenschaft*, sociedade secreta alemã, muito difundida entre a juventude acadêmica, principalmente em São Paulo, cuja atividade, embora permanecesse nebulosa, teria fins políticos. LIMA, H.F. **Perfil político de Silva Jardim...**, p. 13.

<sup>77</sup> O autor citou BARROSO, Gustavo. **História Secreta do Brasil**. Porto Alegre: Revisão, 1990; BANDECCHI, Brasil. **A Bucha, a Maçonaria e o espírito liberal**. 3 ed. São Paulo: Parma, 1982.

<sup>78</sup> Refiro-me ao seguinte trabalho: RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. **Uma América em São Paulo: a maçonaria e o partido republicano paulista (1868-1889)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, São Paulo, 2011, p. 61.

<sup>79</sup> Contemporâneos de Jardim, ligados ao movimento republicano, como Campos Sales, Rangel Pestana e Francisco Glicério foram citados como elementos da Bucha.. *Ibid.*

Lacerda, que mais tarde, como veremos, teria percorrido as ruas de Santos ao lado do propagandista republicano então já radicado no Rio de Janeiro, foi descrito em *Memórias e Viagens* como “um preto inteligente e honrado”, “excelente negro”, que dava provas de que o mérito, “mesmo intelectual”, não estava só com os letrados. Lembrou o dia em que jantou em sua casa, no Quilombo Jabaquara, durante as comemorações do Treze de Maio. Mencionou também que ele era sergipano e fora libertado por Antônio Lacerda Franco, homem de suas relações. Quintino reuniria todas as “qualidades físicas do chefe”: um “enorme corpo”, um “olhar seguro”; era, porém, modesto e afetuoso no aperto forte de mão e nos abraços. Era a “demonstração palpável de que sua raça poderia produzir tipos dignos que recordassem a figura respeitável dos Henrique Dias, dos Bezerra Cavalcanti e dos Luiz Gama” (JARDIM, 1891b, p. 87-88).

Não foi suficiente, contudo, descrever as qualidades do seu anfitrião, que assim era apresentado como a se deslocar de um padrão de comportamento menos elogiável e que seria comum aos afrodescendentes. Jardim também convidou o leitor a conhecer o quilombo situado na Serra do Cubatão por meio daquelas recordações sobre os dias comemorativos da liberdade. Era protegido pela montanha, de onde se avistava do alto o mar e não mais se ouvia os ruídos da cidade: “Agora vejam esta série de casinhas, ligadas entre si, num grande barracão, precedido de um armazém, que serve de fornecimento a todos. Em frente ao terreiro, o pátio comum, e em uma banda um caramanchão para o descanso geral e para festa” (JARDIM, 1891b, p. 88). Curioso como foi elaborado o papel do líder negro mantenedor da ordem, dentro e fora do quilombo, a partir do trabalho oferecido aos companheiros fugitivos no espaço circunscrito ao refúgio na serra: “Era ali que [...] Quintino recolhia os companheiros fugitivos e dava-lhes trabalho. O bom preto tornava-se uma garantia de ordem para a cidade; exercia o cargo de inspetor de seu quarteirão e era como tal muito estimado” (JARDIM, 1891b, p. 88).

Jardim estabelecia, desse modo, uma conexão entre a liderança do Quilombo do Jabaquara e a vocação libertária da cidade santista, cuja população teria protegido o quilombo e cujos comerciantes teriam fornecido mantimentos justamente a pedido de Quintino de Lacerda. Apesar de ter explicado o mencionado apoio dos comerciantes como o estabelecimento de uma relação de reciprocidade coercitiva, Matheus Serva Pereira toma a narrativa de Jardim como uma mostra da credibilidade conquistada por Quintino de Lacerda entre o movimento organizado do abolicionismo paulistano e os escravos fugidos. Criando uma relação com esses dois extremos, ele havia conseguido ascender socialmente: “Por isso mesmo as descrições realizadas pelos memorialistas, ao mesmo tempo em que exaltam a atuação de Quintino de acordo com os desígnios que esperavam desta atuação, demonstram o preconceito vigente naquela sociedade contra a população de cor” (PEREIRA, 2011, p. 10).

Concordo com a análise e já adianto minha impressão sobre a supervalorização que Jardim deu à sua passagem pelo Jabaquara, ocorrida no imediato pós-Abolição, há que se ressaltar, e lembrada já como resposta às severas críticas que sofrera por ter se aliado à lavoura. A participação nos seguidos dias

de festa, fosse confraternizando com o líder dos quilombolas, fosse assistindo à “passeata dos pretos” com seus “grosseiros instrumentos e suas grosseiras roupas” (JARDIM, 1891b, p. 86), teve o seu significado prolongado e valorizado em sua narrativa. Depois da interrupção ditada pelas comemorações da liberdade, um compromisso que julgava ser de suma importância o aguardava: o Congresso do Partido Republicano Paulista.

## 2.6 DO MANIFESTO REPUBLICANO À RETOMADA DA PROPAGANDA

Ao Congresso do Partido Republicano Paulista, realizado na capital da província, em 24 de maio de 1888, Silva Jardim compareceu, representando o Clube Republicano de Santos, em substituição a Vicente de Carvalho, que se encontrava doente. Há pouco mais de um ano na militância republicana, passa a figurar ao lado dos velhos baluartes republicanos Rangel Pestana e Américo de Campos, integrando a comissão redatora do manifesto que definiria a linha de ação partidária a ser seguida. Não por acaso, o documento produzido na ocasião representou uma posição mais contundente na propaganda da ideia republicana, sugerindo meios não recomendados pela orientação moderada então defendida por líderes como Quintino Bocaiuva. Mas, curiosamente, o discurso do mesmo 24 de maio foi desenvolvido em tom até cauteloso, se comparado aos anteriores.

Bem ao seu estilo, transformando conceitos e situações sempre a favor da causa, Jardim incorporou um elemento novo: defendeu que a revolução, proposta nos seus discursos anteriores, poderia ser parte integrante de um processo pacífico e legalista a exemplo do ocorrido com a Abolição. Assim, as leis emancipacionistas como a do Ventre Livre e a decisiva Lei Áurea faziam parte de ações revolucionárias que aos poucos foram impondo tais reformas frente à omissão e à dissimulação do governo monárquico. O mérito da Abolição foi assim atribuído ao movimento abolicionista e relacionado à campanha republicana:

A opinião pública faz-se pelos seus órgãos cabeça da sociedade; conversa, discute, escreve, ora, reclama, exige, grita, impõe: o governo, aterrorizado, medroso da anarquia, do aniquilamento das instituições, ou cede, ou cai, realizando-se sempre o ideal desejado – ato revolucionário. [...] Foi o que se deu na questão servil é o que se dará na questão de forma de governo (JARDIM, 1978, p. 138).

Nota-se aqui uma intenção de mudança em seu aparato discursivo. Apegou-se mais ao apelo da revolução compatibilizada com a manutenção da ordem, preocupando-se em relativizar opiniões anteriores, àquela altura já demasiadamente conhecidas e, muito provavelmente, condenadas por seu aspecto violento. O *Correio Paulistano* certamente não foi o único órgão de imprensa a veicular contundentes críticas ao teor discursivo do bacharel, então comparado a Danton, a exigir, vociferando do

alto da tribuna, “a cabeça do Rei como penhor da fidelidade do povo” (CORREIO PAULISTANO, 22 abr. 1888, p. 2). Passou a aconselhar um movimento de opinião, uma agitação de propaganda com papel mais incisivo da imprensa e partindo do núcleo político do Rio de Janeiro, por sua importância central na constituição das forças imperiais. Apesar disso, deixou mais uma vez registrada a possibilidade de pena capital para o conde D’eu, mas amenizando sua fala, já tantas vezes reiterada, ao dizer que tinha convicção de que tal medida extrema não seria necessária, pois o príncipe aceitaria o exílio. Nesse contexto, fica a impressão de que Jardim atribuiu ao manifesto de maio uma importância não alcançada. Em sua ótica, a possibilidade dos meios revolucionários ficou garantida pelo documento. Inicialmente, descreveu a revolução a ser realizada, preferencialmente, por ideias e atos. Ao final, a ruptura, com o uso da violência, surgiu novamente como possibilidade, ainda que a ser evitada, pois estava convicto de que lutava por uma ideia já “alastrada no espírito anônimo nacional” (JARDIM, 1978, pp. 139-140).

Essa fala de Jardim vai ao encontro das opiniões emitidas por Barbosa Lima Sobrinho, já expostas na apresentação. Também, em parte, coincidem com a hipótese de Maria Tereza Chaves de Mello (2007) de que a ideia de crise e decadência da Monarquia havia sido introjetada pelo povo, levando desafeição ao regime e água para o moinho republicano. Certamente, as novas linguagens e semânticas criadas e difundidas pelos grupos contestadores foram muito exitosas no sentido de conquistar o consentimento para a ideia republicana. Já na apresentação, defendi que Jardim teve um importante papel nesse processo. No entanto, esse conquistado consentimento longe estava de ser unânime – não havia se alastrado no “espírito nacional”, como afiançava o propagandista. Sobretudo os estratos mais populares, como veremos, resistiram bastante aos anúncios da mudança.

As alterações observadas no plano discursivo estavam alinhadas ao novo propósito de Jardim de estender a sua atuação por outras províncias, principalmente Rio de Janeiro e Minas Gerais. Como pontua José Murilo de Carvalho ao analisar as leis da retórica, auditórios diferentes exigem argumentos e estilos diferentes: “Cada auditório terá seus valores, cada época terá seus auditórios. A variação de estilos e argumentos não pode, portanto, ser motivo de crítica ao orador. Ele não estará violando as regras do jogo retórico” (CARVALHO, 2000, P. 141). Àquela altura, a situação política havia se alterado bastante com o fim da escravidão; a própria posição de Jardim dentro do Partido Republicano Paulista vinha sendo moldada pela repercussão de seus discursos que, conseqüentemente, passaram a sinalizar as intenções de expansão do seu autor, cada vez mais voltadas para uma plateia eclética e geograficamente diversificada.

Diferentemente daquela ocasião em que lotara o Ginásio Guarany, Jardim passara a contar, depois do primeiro comício pós-Abolição, com o apoio de Rangel Pestana. Iniciou, em junho de 1888, uma excursão pela província de São Paulo, visitando, entre outras localidades, Limeira, novamente Campinas, Rio Claro e Guaratinguetá. Ao relatar sua estada nessa última localidade, falou em ameaças de distúrbios, mas de forma ligeira, apenas para ilustrar uma passagem recordada como cômica: um morador do lugar,



ao conhecê-lo pessoalmente, lamentou a sorte do visitante, de aspecto frágil, caso alguma reação violenta acontecesse.

Chegou à província fluminense, apresentando-se em Resende, Barra Mansa, Barra do Pirai, Vassouras, Valença e Paraíba do Sul. Nas duas primeiras cidades, a conferência teria sido apenas satisfatória sem registro de acolhidas mais calorosas por parte de Jardim. Ele registrou que, em Barra do Pirai, começaram as dificuldades. Na cidade, apenas um republicano declarado o aguardava. Tratava-se de um médico, identificado como Dr. Mesquita, a quem teria chegado a correspondência que, de Santos, Jardim enviara ao clube republicano local. Havia rumores de que sua apresentação seria perturbada. Falou no salão de uma casa assobradada, mal iluminado e quase vazio, não fosse “o grupo de pretos armados de cassetetes” (JARDIM, 1891b, p. 137) e alguns estrangeiros, quase todos portugueses, que se plantaram à porta. Jardim convidou-os a entrar e assistir à conferência. Apesar de desconcertados e protestando em voz baixa, aceitaram o convite.

O discurso da noite procurou elevar o espírito dos primeiros com elogios à Abolição e cantar as glórias portuguesas para agradar os segundos. Foi apenas o prenúncio do que ainda estava por acontecer e o viajante tinha consciência de que corria risco em sua empreitada, mas ficou aliviado ao perceber que a tempestade estava serenada: “Estava, mas nem por isso fora pequeno o risco” (JARDIM, 1891b, p. 137). Quando se retiraram, ouviram os gritos de “viva a monarquia, viva Isabel, a Redentora!” (JARDIM, 1891b, p. 137).

Em suas primeiras passagens por Vassouras e Valença, segundo o relato de Jardim, não chegaram a ocorrer perturbações, embora ele tenha registrado a postura nada amistosa de grupos de libertos que, nas proximidades, protestavam contra a realização dos eventos. Em Paraíba do Sul, porém, o embate foi incontrolável. Jardim recordou a chegada na cidade como “sofrível”, sem outros detalhes. Uma nota na imprensa fluminense esclarece-nos, no entanto, que o conferencista foi mesmo impedido de desembarcar na estação da cidade. A ação teria sido praticada pelo “povo livre” (O ILUSTRE escritor dos artigos republicanos, 1888, p. 2), conforme expressão utilizada pelo autor anônimo, rechaçando a versão de que a oposição a Jardim teria partido de agentes do governo.

Ele então foi recebido em Encruzilhada, um lugarejo próximo. A conferência estava marcada para acontecer mais tarde, em um sobrado da sociedade maçônica localizado na sede do município. Ali, não muito adiantado o discurso, o orador foi interrompido por pedradas. Um telegrama enviado à Corte pelo delegado de polícia Martinho Garcez registrou que os paralelepípedos da rua foram arrancados e arremessados por uma “multidão” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 22 JUN. 1888, P. 1). Jardim relatou que tentou desconcertar os agressores, abrindo de par em par as janelas e postando-se de costas, ao alcance das pedras, ao mesmo tempo em que bradava aos correligionários mais exaltados que permanecessem na residência e não aceitassem agressões. O grupo mais conciliador teria conseguido acalmar aqueles que já

se preparavam para o confronto externo, quando a casa começou a ser inteiramente atacada e destruída: “As pedras caíam-lhe sobre o telhado lançadas de um morro que lhe ficava a cavaleiro. As tábuas do teto começaram a ceder, pois parte da cobertura já fora quebrada” (JARDIM, 1891b, p. 143). Um monarquista que teria comparecido à conferência disposto a refutá-lo ofereceu-lhe, indignado e envergonhado, a sua residência.<sup>80</sup>

De lá seguiu para a casa do barão das Palmeiras, que, entre outros muitos senhores de terra fluminenses, passou a engrossar o Partido Republicano após o Treze de Maio. Seu nome figurou em uma nota, assinada por “muitos lavradores briosos” (REUNIÃO de lavradores, 1888, p. 2) que confirmavam publicamente a adesão à sigla. Tratava-se de João Quirino da Rocha Werneck, político, dono das fazendas Glória do Mundo e Bons Irmãos, segundo informação localizada no jornal mineiro que anos antes noticiara a iniciativa do barão em “colocar um fio telefônico entre as mencionadas propriedades” (O FAROL, 8 mar. 1883, p. 2). Jardim não mencionou que seu anfitrião era o pai de Antônio Luís Santos Werneck, deputado entre 1884 e 1885, e que, ao lado de José Tomás da Porciúncula, havia formado “a primeira oposição republicana na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro” (FERREIRA, 1989, p. 35). O filho do barão cafeicultor de Paraíba do Sul, tendo se eleito pelo Partido Conservador, acabou aderindo ao republicanismo do antigo colega da faculdade de Medicina.

Antes de deixar a província do Rio de Janeiro, em direção a Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira, Jardim passou pela Fazenda de Cebolas, onde as partes do corpo de Tiradentes teriam ficado expostas, como lembrou em seu livro, sempre valorizando a figura histórica do mártir mineiro. Naquele momento, ele ainda não tinha se decidido por uma entrada mais demorada em Minas, como revela seu primeiro plano de viagem: “20 de julho, Juiz de Fora (pois que fica próximo e far-me-á ver um pouco de Minas)” (JARDIM, 1891b, p. 98). Esse primeiro contato com os republicanos da Mata mineira parece ter sido um pouco frustrante, porém promissor. Nenhuma manifestação mais efusiva foi registrada, nem por Jardim nem pelos jornais pesquisados. O *Diário de Minas* apenas noticia a passagem do propagandista, em julho de 1888, alegando “falta de espaço” para a publicação do resumo da conferência realizada no Teatro Provisório. Nos números subsequentes, contudo, não foi localizada a prometida publicação.

Conforme relatou o próprio Jardim, aconteceram alguns embates restritos à conferência, prestigiada, majoritariamente, por muitos agricultores. Apesar de alguns apartes daqueles ainda relutantes à causa republicana, o evento transcorreu de forma tranquila. O *Pharol* dedicou também pouco espaço à passagem de Jardim pela cidade, destacando que o orador “foi vivamente interrompido por muitos apartes”. O visitante, que esteve hospedado no Hotel Rio de Janeiro, teria sido recebido por “muitas

---

<sup>80</sup> A informação é reiterada em matéria do *Jornal do Comércio* reproduzida pela imprensa campista. O conservador e monarquista era Jerônimo Macário que protegeu a integridade física de Jardim então ameaçado por cerca de quinhentas pessoas. CONFERÊNCIAS Republicanas. **Monitor Campista**. Campos, ano 51, n. 167, 24 jul. 1888. Noticiário, p. 1.

peessoas gradas” (REUNIÃO, 1888, p. 2), que permaneceram, no entanto, no anonimato. Foi identificado apenas aquele que presidiu a reunião: Salles Cardoso, médico da vizinha cidade de Paraíba do Sul, que, em 1886, transferiu-se para Juiz de Fora. É preciso observar que não foram usadas pelo periódico as usuais palavras *meeting* ou conferência para classificar a apresentação do tribuno, indicativo de que o evento ocorreu em menor proporção com relação às habituais apresentações do viajante, tratando-se apenas de uma reunião presidida por um nome aparentemente pouco significativo – o já mencionado Salles Cardoso – que também constava na lista de aspirantes ao cargo de vereadores preteridos pelo Congresso Republicano do 10º Distrito Eleitoral em favor de Hermes da Fonseca. (REUNIÃO, 1886, p. 2). Fábio Augusto Oliveira (2014) também notou o tratamento tívio dado pela imprensa republicana de Juiz de Fora a Silva Jardim. Ele o compara à repercussão sobre a visita de Quintino Bocaiuva à cidade, em 1882, quando teria sido bem mais prestigiado.

Jardim mencionou sua rápida estada em Juiz de Fora, destacando-lhe o desenvolvimento. Comentou que a cidade pretendia, com certa razão, obter os foros de verdadeira capital de Minas, porém, seu afastamento geográfico do centro da extensa província tornava improvável tal aspiração. Alguns anfitriões, talvez os mesmos que não foram publicamente veiculados ao visitante pela imprensa republicana local, foram mencionados nas recordações da sua primeira passagem por Juiz de Fora, entre os dias 20 e 21 de julho de 1888, como Fonseca Hermes e João Ribeiro. Esse último era advogado natural de Entre Rios de Minas, formado há apenas dois anos na capital da província paulista. Não muito tempo depois, o fundador do jornal *O Diário de Minas* migraria de forma exitosa para o setor financeiro. Esteve ligado à fundação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, chegando a gerenciá-lo de 1893 a 1906. Ascendeu à presidência do Banco do Brasil no governo Afonso Pena e a ministro da Fazenda, em 1919, no governo Delfim Moreira.

Fonseca Hermes, outro anfitrião citado por Jardim, era também bacharel em Direito, sobrinho de Deodoro da Fonseca – que, a pouco mais de um ano, ocuparia a chefia do governo provisório – e irmão de Hermes da Fonseca, presidente entre os anos 1910 e 1914. João Severiano da Fonseca Hermes viveu muitos anos em Juiz de Fora, onde chegou a fundar dois jornais republicanos: *O Eco do Povo*, em 1882, e *A Regeneração*, em 1889 (IMPrensa, 1889, p. 2). Na avaliação de Jardim, o talento oratório de Fonseca teria prestado grandes serviços à propaganda republicana, ao lado de nomes como o “jovem esperançoso” (JARDIM, 1891b, p. 146). Luis Detsi, petropolitano que, no ano de 1886, recém-graduado em Direito, deixou a Corte para se estabelecer em Juiz de Fora. Um antigo colega dos tempos do bacharelado em São Paulo também o recepcionara em Minas, o juiz-forano Constantino Paletta, que também atuou na imprensa, criando, em 1886, o órgão republicano *A Propaganda*.

Se, na narrativa de Jardim, todos os seus anfitriões republicanos pareciam estar igualados em um patamar prestimoso com relação à propaganda, no âmbito da política local a realidade era mais complexa.

Fonseca Hermes fora eleito no início daquele mesmo mês – julho de 1888 – como vereador pelo Partido Republicano, derrotando o correligionário Constantino Paletta, tanto no interior do partido, quando da escolha do candidato, como no pleito eleitoral. Fábio Augusto Oliveira credita sua ascensão política ligada às primeiras vitórias do Partido Republicano em Juiz de Fora à manutenção de seu apoio à lavoura, apoio esse que seria muito mais antigo e evidente que seu republicanismo, se levarmos em conta as considerações a seguir:

João Severiano da Fonseca Hermes, enquanto esteve à frente da redação principal do *Eco do Povo*, se mostrou solidário com os dilemas vivenciados pela lavoura brasileira, defendeu a abolição com indenização, se colocou a favor das ideais progressistas e das reformas, sempre com sua maneira de ver e abordar as questões, mas nunca se assumindo como um republicano publicamente, seja no *Eco do Povo* (1882 – 1883) ou no *Pharol* (entre os anos de 1882 e 1888) (OLIVEIRA, pp. 143-144).

Ainda segundo o autor, sua militância republicana foi tardia, iniciada somente após o Treze de Maio, embora elementos de identificação com os ideais republicanos, principalmente de matriz estadunidense, sejam perceptíveis na análise de sua trajetória pessoal, como o batismo dos filhos em homenagem a personalidades como Jorge Washington e Abraão Lincoln. Sua posição moderada com relação ao abolicionismo parece ter-lhe assegurado importante base eleitoral junto aos fazendeiros, cujos interesses foram defendidos com frequência nos editoriais do *Eco do Povo*. Importante observar que, ao estender a sua propaganda à Mata mineira, Jardim aproximou-se cada vez mais desses argumentos pró-lavoura, que, localmente, já angariavam louros políticos. A pouca atenção dada pela imprensa republicana local à presença do propagandista talvez tenha sido mais uma estratégia para preservar alianças ainda em consolidação do que um real preterimento do discurso político de Jardim, até porque, como há pouco observado, ele já sinalizava sua convergência com uma linha de grande aproximação à lavoura, assim como localmente faziam correligionários exitosos, como Fonseca Hermes.

A presença de João Penido, então deputado geral do Império, também foi registrada por Jardim, que o identificou como antigo liberal recém-filiado ao Partido Republicano. Talvez tenha sido a importância de Penido na política mineira a principal força que o atraía além do Rio Paraíba. Declarando-se republicano desde a década de 1840, João Nogueira Penido anunciara sua entrada para os quadros da legenda partidária em 13 de junho de 1888, pouco antes da passagem de Jardim por Juiz de Fora. Ao lado de Afonso Celso e Mata Machado, a situação de João Penido em 1888 foi comentada por George Boehrer: “Esses homens não podem ser considerados como republicanos, no sentido estreito do partido, nem eram considerados como tal pelos membros do Partido Republicano, que geralmente lhes mostrava desprezo” (BOEHRER, 1954, p. 113). Contudo, ressalta o autor, eles representavam um tipo particular de republicanismo que expressaria a majoritária corrente da crença republicana brasileira.

Seriam republicanos não afiliados que, nos últimos anos do Império, “tornaram-se adeptos declarados da causa e associaram-se ao Partido, trazendo para suas fileiras os seus seguidores” (BOEHRER, 1954, p. 113). Essa análise afirma o republicanismo de homens que somente assim declararam-se pública e oficialmente após o Treze de Maio. Eles agiriam no âmbito da legenda liberal, tendo a função de preparar, no Parlamento, o clima de opinião favorável à república.

Minha interpretação é que optaram mesmo por manter uma posição dúbia, aguardando os rumos dos acontecimentos, que nem sempre estiveram ligados à conjuntura política e sim a escolhas pessoais ditadas por oportunidades, por certas facilidades que se abriam inclusive em função da origem familiar. Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, cujo republicanismo de juventude é lembrado pelo autor de *Da Monarquia à República*, acabou aceitando as chances que lhe foram oferecidas pela política liberal ao retornar para Minas Gerais como bacharelado em Direito pela Faculdade de São Paulo. Ao assumir seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados, em 1881, o filho do visconde de Ouro Preto, futuro presidente do Conselho de Ministros do Império, não ocultara suas crenças republicanas.

Se levarmos em conta a análise de George Boehrer, podemos conjecturar que a província mineira atraía Jardim não somente pelas muitas adesões ao Partido Republicano ocorridas depois da Lei Áurea, mas por outras, potenciais, com as quais já contava em seus planos de expansão da propaganda republicana. Entre essas prováveis adesões estaria a de Cesário Alvim, com quem, veremos, o propagandista encontrou-se no ano seguinte, 1889, durante a primeira de outras duas viagens à província.

De Juiz de Fora, Jardim seguiu para a Corte já com planos de, sem demora, retomar suas excursões pela província. Alguns amigos preocupavam-se com o ritmo frenético da sua campanha. Em correspondência ao conterrâneo identificado como Francisco P., em julho de 1888, explica o porquê da vertiginosa empreitada: “Primeiro, isto de conferências é um luxo de patriotismo a que me entrego. Sabes que preciso trabalhar” (JARDIM, 1891b, p. 134). Jardim assim justificava o ritmo apressado da campanha: precisava obter logo os resultados almejados para retomar a normalidade da sua vida profissional, já que a propaganda não lhe rendia qualquer ganho pecuniário. A outra razão seria estratégica: “Depois, é de boa tática o que faço. Essa impressão que inspiro de pedra que rola da montanha. De raio que atravessa as povoações no meio dos gritos e aplausos ou mesmo protestos, impressão que os jornais aumentam” (JARDIM, 1891b, p. 134).

O organismo, no entanto, já dava sinais de esgotamento. Descansara na Corte por menos de dois dias e partiu para Petrópolis, com a garganta atacada e febril. Destacou, na passagem por Petrópolis – fria não só em relação ao clima, como anotou em suas memórias –, o prazer de ter conhecido Thomaz de Porciúncula,<sup>81</sup> médico que atuara como deputado provincial entre os anos de 1884 e 1887, descrito como

---

<sup>81</sup> O médico José Tomás da Porciúncula elegeu-se pela primeira vez como deputado republicano em 1884. Sua liderança no território fluminense foi neutralizada pelo Governo Provisório em favor de Francisco Portela. No entanto, em 1892, foi o

“antigo liberal e republicano de muito” (JARDIM, 1891b, p. 149) com grande influência sobre o eleitorado da região.

A excursão iniciada em 4 de julho, na cidade paulista de Rio Claro, entrava em sua fase final. Antes de visitar Capivari, sua terra natal, passou por Friburgo, onde a recepção, igualmente fria e reduzida, obrigou-lhe a improvisar o local do discurso, tendo que estar a cargo inclusive de conseguir cadeiras para os ouvintes. Da viagem a Cantagalo, deixou registrado o aparte do “talentoso Miguel Carvalho”, que pedia aos seus correligionários políticos presentes ao evento que não se manifestassem antes de ouvirem o chefe do partido conservador, Paulino José Soares de Sousa, o conselheiro Paulino. Apurei que se tratava de Miguel de Carvalho, um dos redatores do jornal *Correio de Cantagalo*. Ele, na ocasião, afirmou que “a monarquia de D. Pedro II era ainda muito bem acatada pela quase unanimidade dos cantagalenses” (O FAROL, 2 ago. 1888, p. 2).

Seguiu então para Pádua, São Fidelis, Campos, Macaé, Barra de São João e Rio Bonito. Jardim rememorou a passagem por essas localidades falando em “acolhimento sempre festivo, com as ligeiras alternativas de má vontade dos adversários compensadas pelo entusiasmo dos amigos” (JARDIM, 1891b, p. 150). Mencionou ameaças superadas em São Fidelis, onde corriam boatos que um grupo de libertos movimentava-se para matá-lo. A conferência, realizada no dia 29 de julho, não só ocorreu como foi bastante festiva, se consideramos as informações de que Jardim fora recepcionado com banda de música no salão do Clube dos Aventureiros, nome da agremiação republicana local. No dia seguinte, o clima festivo repetiu-se em Campos. Segundo o mesmo jornal que noticiava o sucesso da conferência anterior, o Teatro *Empyreo* “estava repleto de muitas senhoras e representantes de todas as classes e partidos políticos” (MONITOR CAMPISTA, 1 ago. 1888, p. 2).

Jardim confirmou a presença de numerosa plateia e descreveu uma recepção triunfal, estendida às ruas que ligavam o hotel onde se hospedara e o local da conferência. Ao longo do trajeto, “um novo Paraíba, agora humano, que viera de longe engrossando, e que aqui rebentava em vagas de aplausos às boas novas republicanas.” (JARDIM, 1891b, p. 152). Referia-se às impressões deixadas pelo trajeto feito, de São Fidelis a Campos, pelo caudaloso rio de águas escuras e belas margens, conforme suas descrições. Discursou por duas horas, sendo apresentado à plateia por Francisco Portela, que seria nomeado, já no Governo Provisório, como primeiro presidente do estado do Rio de Janeiro. Portela foi apontado como um dos primeiros republicanos influentes na província do Rio de Janeiro (FERREIRA, 1989, p. 41), apesar de sua relação ambígua com a legenda partidária, como lembra Boeher (1954, p. 68), pois a teria abandonado em 1878, quando da volta dos liberais ao poder.

Com relação à luta abolicionista, destacara-se o médico residente em Campos como “única

---

primeiro presidente eleito do estado do Rio de Janeiro.

exceção” (FERREIRA, 1989, p. 35) na Assembleia Provincial a defender o fim imediato da escravidão. Tal posição “refletia as características da luta antiescravista em Campos, onde o movimento abolicionista alcançou o mais alto nível de radicalização nos métodos de ação e organização (FERREIRA, 1989, p. 35). Apesar disso, atuantes abolicionistas da terra, como o jovem Nilo Peçanha, propagandista republicano e futuro presidente do Brasil, encontraram um alto grau de dificuldade no trabalho de divulgação da ideia republicana. Em abril de 1889, o clima tenso que rondava as conferências republicanas anunciadas pelo advogado campista irrompeu em um sério conflito na localidade de Lage do Muriaé, onde ele não se livrou das agressões físicas vindas de um “considerável” grupo de “libertos” (GRANDE conflito, 1889, p. 2). Dois dias antes, o diretório republicano de Pádua publicara uma nota na imprensa da Corte sobre os tumultos ocorridos na passagem de Nilo Peçanha por aquela cidade. Houve pânico, tendo os “libertos agredido o orador” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 16 abr. 1889, p. 2) entre outros participantes. Denunciou o jornal *Irradiação* que o atentado em Lage do Muriaé teria sido capitaneado pelo próprio delegado à frente de uma “grande massa de libertos, de cuja ignorância se aproveitou para dar mais essa prova do descrédito das instituições que só encontram para defensores braços assassinos” (OS DEFENSORES do trono, 1889, p. 2).

Em Campos, o tom ameno parece ter sido adotado por Jardim, talvez em função de boatos e movimentações suspeitas: “[...] soube com muito tato e finura insinuar-se aos ouvintes, tratando dos assuntos com delicadeza na forma e nos argumentos, falando ao povo em estilo adequado ao assunto e ao meio em que manifestava suas opiniões e conceitos” (CONFERÊNCIA, 1888, p. 2). Os comentários do jornal podem nos dizer algo sobre o clima de animosidade que, muito provavelmente, também era sentido no norte da província fluminense, apesar do grande apoio dos clubes republicanos locais e dos comentários de que, naquela localidade, uma “multidão proletária delirantemente aclamou a república” (JARDIM, 1978, p. 314).

A providencial carta de anônimo leitor publicada logo depois da passagem de Jardim pela cidade ajuda a reforçar essa suspeita, até porque foi precedida de seguinte comentário do redator: “[...]se não conquistou muitos adeptos para suas ideias não adquiriu, porém, um só desafeto, o que não é pouco” (TÓPICOS da Atualidade, 1888, p. 2). Teria tocado em assuntos bastantes “melindrosos” com “critério, delicadeza e apurado torneio das frases”. Sobre a já citada carta, vinha de encomenda – não só no sentido metafórico –, para aqueles que temiam a república por relacioná-la a questões ainda mal compreendidas. Para o autor do texto, uma espécie de preleção em forma de crônica, “o diabo não era tão feio quanto pintavam”. Justificou-se, dizendo que fora criado nos santos princípios da Monarquia e não podia falar em república sem benzer-se três vezes consecutivas. Foi ao *Empyreo* movido por uma “tentação irresistível” de assistir à conferência e, de início, lamentou que o tribuno tão jovem, que mais se assemelhava a um menino “já tivesse pacto com o diabo”. Mas, à medida que o discurso avançava, o entusiasmo do orador

entusiasrava a todos. A partir desse ponto, a carta elenca vários pontos elucidados pelo conferente: a república não pregava separação da Igreja e do Estado para perseguir padres protestantes nem para mandar prender bispos católicos, como acontecera a D. Antônio de Macedo e Frei Vidal de Oliveira, de saudosa memória, vítimas do governo monárquico. O autor do texto fazia assim referência nominal a personagens dos conflitos que, em seu conjunto, ficaram conhecidas como Questão Religiosa.<sup>82</sup> Continuou destacando os pontos que o convenceram: qualquer um daquela plateia poderia ser presidente; o orador defendeu suas crenças sem desrespeitar as alheias. A carta foi finalizada da seguinte forma: “Quando transpus as portas do Emyreio julgava-me tentado pelo diabo; mas não. Era a deusa da liberdade que iluminando as trevas da minha consciência mostrava-me que o único caminho capaz de conduzir a pátria à prosperidade, era esse do povo pelo povo” (TÓPICOS da Atualidade, 02 ago. 1888, p. 2)

Na mesma página em que fora publicado o curioso texto de cunho proselitista, podemos ler também os seguintes versos que também serviam, de uma forma bastante lúdica, à propaganda republicana:

Ontem fui a conferencia/ do Dr. Silva Jardim/ Eu quis por conveniência/ saber tim- tim  
por tim-tim  
Tudo que o homem dizia/ afim de me resolver/ se atido à monarquia/ eu deveria morrer.  
Ouvi com toda a atenção/o que nos disse o Jardim/ (revelou erudição de princípio até o fim)/  
República à monarquia/ uma a outra comparando/ provou ser anomalia/ um homem só governando/  
O império brasileiro/ o país da liberdade/ onde dura o cativo/ e só do rei a vontade  
Ora, pois, eu que me ufano/ de ser sebastianista/ não sei se republicano/ deva ser ou se resista. (MONITOR CAMPISTA., 02 ago. 1888, p. 2)

De Campos, Jardim visitou outras localidades, como Niterói e Barra de São João, passando, a caminho de Rio Bonito, na vila de Capivari, sua terra natal. Mesmo ali, sua campanha não foi totalmente tranquila: “No dia seguinte estava no Rio Bonito. Como a terra era próxima da minha e como ali os meus haviam também vivido, foram-me sensíveis às tentativas de perturbação do meu discurso.” (JARDIM,

---

<sup>82</sup> As relações entre Estado e Igreja tornaram-se tensas na década de 1870, em consequências de determinações eclesiásticas que desde a década de 1840 vinham sendo tomadas pelo Vaticano no sentido de reafirmar o predomínio espiritual da Igreja Católica contra as inovações da modernidade. No Brasil, um dos principais episódios da questão religiosa, na verdade uma série de conflitos envolvendo a Maçonaria, o clero, e a monarquia – que tinha por meio do padroado o direito constitucional de conceder ou negar validade aos decretos eclesiásticos – teve origem quando o bispo de Olinda, D. Maria Gonçalves de Oliveira Vital, em obediência à determinação do papa, decidiu proibir o ingresso de maçons nas irmandades religiosas. Foi preso e condenado. Membros do clero e fiéis católicos estavam proibidos de frequentar sociedades secretas como reafirmara o documento *Cartas pastorais ao clero e ao povo*, produzido em uma conferência do episcopado brasileiro na década de 1852. Ver: SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Ele está no meio de nós: a Santa Sé e sua tentativa de autoridade no Brasil Imperial. XVIII Encontro Regional (ANPUH MG) 24 a 27 jul. 2012, Mariana. **ANAIS DO XVIII ENCONTRO REGIONAL ANPUH-MG**. Disponível: [http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340203778\\_ARQUIVO\\_Elaestanomeiodenos.pdf](http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340203778_ARQUIVO_Elaestanomeiodenos.pdf). Acesso em: 20 fev. 2020.



1891b, p. 156). Citou então alguns velhos conhecidos que ficaram ao seu lado no incidente que ela classificou como sem importância.

Esteve também em Itaboraí, acompanhado de um dileto filho da terra, o jovem bacharel Alberto Torres. Era o dia 9 de agosto de 1888. O jornal *Gazeta de Notícias* publicou um telegrama de lá enviado e que informava sobre os dois lados da propaganda. Os republicanos foram recebidos ao som da *Marselhesa*, em uma “entrada triunfal” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 ago. 1888, p. 1). No entanto, ainda segundo o *Gazeta*, indignados com o “linguajar violento” de Silva Jardim, muitos monarquistas associaram-se à Princesa D. Isabel, banda de música da vila, e percorreram as ruas seguidos de grande multidão. A passeata estendeu-se até tarde da noite, com muitos “vivas à monarquia.”

Ao retornar à Corte pela segunda vez em sua excursão, os correligionários fluminenses, com quem Jardim tratava de estreitar relações em sua rápida estada na capital do Império, ofereceram-lhe um banquete no Hotel Globo. A ocasião, nas lembranças de Jardim, foi prestigiada por todos os “novos e velhos republicanos”, dentre os quais destacou Saldanha Marinho, com sua palavra simples e original, que o fez lembrar a “eloquência vibrante” do “combatente da Igreja e do Estado.” (JARDIM, 1891b, p. 166). Discutiu-se, na ocasião, seu retorno a Paraíba do Sul, em desagravo à péssima recepção que naquela cidade enfrentara. Foram muitos os protestos, pois o risco de morte parecia iminente, mas a determinação do propagandista acabou prevalecendo.

José Leão (1895) destaca que, até então, todos estavam de acordo com a propaganda, mesmo segundo o tom que lhe imprimiu Silva Jardim. Esse assentimento foi bastante destacado em *Memórias e Viagens*. Antes de retornar à cidade fluminense, Jardim foi a São Paulo ver a família, pois as ameaças que partiam de Paraíba do Sul eram muito sérias. Antes de partir, estreou na Corte como conferencista, realizando evento acertado durante o mencionado jantar no Hotel Globo, festivo encontro encerrado com a Marselhesa e renovado entusiasmo com a campanha republicana.

A conferência do dia 12 de agosto aconteceu no salão da Sociedade Francesa de Ginástica, localizada na antiga Rua da Barreira, atual Rua Silva Jardim, na Praça Tiradentes, no mesmo local que, em dezembro do ano em curso, 1888, ocorreria um grande conflito. Parece ter transcorrido o evento sem anormalidades. Por enquanto, importa destacar que Jardim expôs, na ocasião, argumentos que havia desenvolvido durante sua viagem ao interior das províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Interessante notar que a questão religiosa, muito enfatizada na repercussão sobre os discursos, sobretudo no norte da província fluminense, foi bastante destacada. Preocupou-se em esclarecer que não era “inimigo da religião” (JARDIM, 1978, p. 154), defendendo antes, com a inexistência de uma religião de Estado, evitar perseguições e promover verdadeira liberdade religiosa. Outros pontos frisados pelo orador, relacionados certamente aos interesses do público interiorano, foram a falta de ensino agrícola e a difícil situação da lavoura, que teria sido traída pela Lei Áurea, ato que, embora tardio, deixava os proprietários de terra

prejudicados pela falta de mão de obra preparada.

A recepção de que desfrutou na cidade de São Paulo levou Jardim a registrar o prazer de ser tão efusivamente recebido em local onde anos antes havia sido hostilizado: “No dia seguinte orava no vasto Teatro São José [...] mas agora no meio do entusiasmo do povo e da mocidade da Academia” (JARDIM, 1891b, p. 169). De Santos, vieram-lhe buscar em trem especial. O entusiasmo dos correligionários foi assim explicado por Jardim: além da província de São Paulo, tudo era trevas para o Partido Republicano e ele fizera a descoberta da audácia dos mineiros, do patriotismo do caráter fluminense, revelando, embora no meio de perigos, que “a aspiração republicana estava sazoadada no espírito nacional” (JARDIM, 1891b, p. 169).

Jardim sugeriu que a profusão das manifestações paulistana e santista em apoio à sua campanha despertou o processo de desconfiança por parte de alguns correligionários, o qual acabou resultando na posterior divisão do partido. Diante do comentário, feito em tom jocoso por um correligionário, sobre tornar-se perigoso pela força política que vinha demonstrando, Jardim registrou: “Eu entrevi n’um momento os obstáculos à minha carreira política oriundos de uma desconfiança natural, mas injusta [...]. Não se acreditava mais no exaltamento do patriotismo sem um fim egoísta.” (JARDIM, 1891b, p. 169).

Uma nota na imprensa carioca confirmou a grande recepção descrita por Jardim em suas memórias: na estação de São Paulo, foi recebido com música. Um dos muitos discursos foi proferido por Campos Sales. Seguiu em trem especial para Santos, onde cerca de três mil pessoas o esperaram em festa. Foi carregado pela multidão. Na Rua de São Bento, parou em frente ao Clube Republicano, onde fez um longo discurso. Durante todo o tempo em que caminhava pelas ruas, dava o braço a Quintino de Lacerda, que havia liderado o Quilombo do Jabaquara.<sup>83</sup>

Retornou à Paraíba no dia 18 de agosto, onde, na estação ferroviária, oferecia-lhe o braço a esposa de um correligionário político, estimado médico do lugar. A cena sugere a presença feminina como estratégia de proteção contra possíveis ataques. Os espíritos estavam agora preparados. A conferência transcorreu sem sobressaltos e Jardim, novamente, foi hospedado pelo barão das Palmeiras.

Percorreu, por duas vezes, em agosto de 1888, o trajeto entre a Corte e São Paulo, antes de mudar-se definitivamente para o Rio de Janeiro, por considerar que o retorno do imperador ao Brasil deveria ser marcado por um grande *meeting* republicano. Realizou-o no Teatro Lucinda, no dia 21 de agosto. As confusões do discurso proferido na véspera da chegada de D. Pedro II obrigaram-no a abreviar sua fala, contraposta por “gritos, injúrias, bravos, protestos e grosserias” (JARDIM, 1891b, p. 198). Lembrou-se de ter pedido o auxílio das muitas senhoras presentes contra os que genericamente chamou de desordeiros, só conseguindo subir ao palco sob a proteção da plateia feminina. A estratégia, todavia, não foi suficiente.

---

<sup>83</sup> Informações contidas em: SANTOS, 27. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 239, 27 ago. 1888, p. 2.

Seguiram-se “apupos e pedradas.” A confusão generalizou-se. Jardim descreveu uma cena em que Quintino Bocaiuva e o médico Barata Ribeiro socorreram um estudante da Escola Militar desacordado ao ser atingido por um banco.

Logo no dia seguinte, o *Gazeta de Notícias* noticiou o que teria sido grande desordem provocada por capoeiras, sob a tutela da própria força policial, que acabou resultando em muitos ferimentos. Cessadas as agressões, com a enérgica reação das pessoas presentes, Jardim foi “vitoriado” (CONFERÊNCIA republicana, 1888, p. 1) até o Hotel Globo, na rua direita, passando pela Rua do Ouvidor, seguido por “grande quantidade de povo”, com a notada presença de muitas senhoras. Outros jornais, como o *Novidades*<sup>84</sup>, noticiaram os conflitos, falando também na ação de capangagem em conluio com as autoridades imperiais. Não foram incomuns as associações da capangagem e também da capoeiragem à Guarda Negra nas narrativas contemporâneas. Sem negar a existência de capoeiras entre os grupos que se insurgiram contra os republicanos – o que seria um contrassenso, pois era modalidade corrente, sobretudo entre os afrodescendentes –, concordo que o que se convencionou chamar de Guarda Negra tratou-se de um movimento social heterogêneo, “[...] com alinhamentos e integrantes flexíveis e mutáveis, além de ser marcada por estratégias de mobilização situacionais, atuando conforme o jogo de poder em questão” (ANTUNES, 2019, p. 15). A agremiação surgida na Corte e suas possíveis ramificações pelo interior serão incluídas no conceito de associativismo negro como “uma noção dinâmica envolvendo um processo contraditório e conflitivo que combina resistência, assimilação e (re)apropriação de ações coletivas e formas organizativas para a defesa específicas do grupo” (DOMINGUES, 2014, pp. 253-254).

Ainda sobre os tumultos ocorridos na apresentação do Teatro Lucinda, O jornal *Eco das Damas* trouxe uma visão bastante, focando não no tipo de oposição sofrida por Jardim, mas no apoio que ele buscou entre a parcela feminina. O periódico foi fundado por Amélia Carolina da Silva Couto, que figura no cabeçalho como redatora, ao lado de outras onze mulheres então identificadas como colaboradoras.<sup>85</sup> Circulou entre abril de 1879 e 1888. Até o terceiro número, tinha como subtítulo “Órgão dedicado aos interesses da mulher - Crítico, recreativo, científico, literário e noticioso”, passando depois a constar apenas “Órgão dos interesses, da mulher, científico e literário”. A subtração atendeu ao “intuito de fornecer maior credibilidade ao jornal, sugerindo que os textos publicados não consistiam apenas em lazer ou distração, mas mereceriam atenção especial por sua importância” (CARULA, 2016, p. 266).

O texto sobre a conferência de Jardim foi, muito provavelmente, escrito por Amélia Carolina de Souza Couto, proprietária e diretora do jornal. Os seus esforços eram interpretados pelo jornal republicano *O País* como impulso da propaganda contra os “moldes da educação ferrenha” (O PAÍS, 23 dez. 1885, p.

<sup>84</sup> Ver: CONFERÊNCIA republicana. *Novidades*. Rio de Janeiro, ano 2, n. 181, 22 ago. 1888. Ecos e notícias, p. 1.

<sup>85</sup> Analia Franco, Emiliana de Moraes, Ignez Sabino, Maria Zelina Rolim, Adelia Barros, Mathilde de Macedo, Atilia Bastos, Emilia Cortez, Myrtis, Marie Vincent e Maria Amélia Marcondes.

2) ministrada à mulher brasileira. O *Eco* inicialmente sugeriu que o orador tinha escolhido momento inoportuno para sua atuação na Corte, onde “em todos os espíritos havia uma só impressão: o regresso do Imperador (ECO DAS DAMAS, 26 ago. 1888, p. 1). Porém, ao descrever a interferência feminina solicitada pelo orador, a redatora tornara-se mais condescendente com o tribuno, que acabou sendo elogiado pela escolha que fez ao precisar de garantias à sua segurança: “pediu auxílio às mulheres e foram elas que corajosamente o cercaram.” (ECO DAS DAMAS, 26 ago. 1888, p. 1).

Talvez a autora da publicação não tivesse o ímpeto de incluir Jardim em uma declaração de cunho ao final positivo caso conhecesse as suas concepções sobre o papel da mulher na sociedade oitocentista. Mesmo para os padrões da época, o pensamento do advogado era extremamente retrógrado. Já vimos suas declarações sobre a condição feminina e, portanto, inferior, da princesa Isabel. Leão justificou tal postura do amigo atribuindo-a a sua ortodoxia positivista, que reconhecia o papel da mulher à frente do lar e da educação dos filhos como fator preponderante para a evolução social. No entanto, em uma longa correspondência ao pai, datada de 1885, sobre o futuro da sua irmã, Maria Amélia, desenvolveu bem mais que uma “verdadeira tese sobre o destino social da mulher” (LEÃO, 1895, p. 134). Na carta, ele desejava a ida da irmã para São Paulo, onde cursaria a Escola Normal não com o intuito de exercer o magistério, mas sim de prepará-la para o matrimônio e o exercício da maternidade, o que vinha ao encontro do pensamento vigente, como já analisado com base em Karoline Carula, mas também revelava o quanto ele considerava inferiores as mulheres:

Não só o físico, mas ainda o moral e mesmo o intelectual das mulheres impede nelas um bom exercício das funções públicas. Quanto ao físico, sabe-se que sua organização delicada e sujeita a acidentes impede uma assiduidade exterior, uma pontualidade, uma constância, que todo ofício público exige; quanto ao moral, raro têm elas grande ardor social, patriotismo, a fim de dedicarem-se ao bom cumprimento dos deveres cívicos e o fazem apenas por prudência, ou melhor, medo de punição, pois que são submissas, quanto ao intelectual, sua inteligência é sagacíssima, porém, em regra, incapazes de grandes deduções. [...] Elas são, em suma, tão uteis no lar quão prejudiciais fora dele. (LEÃO, 1895, p. 134).

Baseado nesse pensamento, o primogênito de Gabriel Jardim dizia-se conservador e tradicional no tocante à questão de gênero: “Não desejo as reformas que já começam para as mulheres”, pois resultariam em “anarquia das bases da família” (LEÃO, 1895, p. 142). Essas declarações de Jardim, feitas em cartas ao pai, de certa forma eram condizentes com as diretrizes do Apostolado Positivista, por sua vez inspiradas em August Comte: a mulher deveria ser mantida afastada da vida pública e confirmada em sua posição de centro da vida familiar. Por outro lado, exerceria o importante papel como “[...] elo de continuidade da sociedade, evitando que predominem as aspirações de reformas e rupturas violentas” (AZZI, 1980, p. 174). Sendo assim, “sua cooperação deveria se estender não apenas às classes operárias,

mais injustiçadas, mas também à própria classe burguesa” (AZZI, 1980, p. 174).

É interessante contrapor as alegações de Jardim ao artigo escrito por Amélia Carolina da Silva Couto, prevenindo suas leitoras contra a influência do ultramontanismo religioso: “É evidente sabido que a mulher é a base primordial da família e conseqüentemente da sociedade. A ela é que está afeta a obrigação de preparar os cidadãos, por isso que é mãe e como tal educadora.” Era preciso, portanto, que as mulheres fossem preparadas pelo saber científico, longe de fanatismos e superstições, para que não fossem mais utilizadas como “instrumento passivo”. Que fossem católicas, mas não cedessem aos obscurantismos da Igreja ultramontana: “É necessário demonstrar que não somos essas estúpidas, essas fracalhonas, que como dizem os homens, deixam-se facilmente iludir, deixam-se escravizar. A mulher de hoje também estuda, também pensa, sabendo reconhecer o que é útil e o que não é para a família”(QUESTÃO religiosa, 3 ago. 1880, p. 1).

O texto da proprietária de o *Eco das Damas*, embora produzido anos antes e endereçado ao movimento ultramontano, poderia ter servido de resposta adequada ao obscuro pensamento do irmão mais velho da professora Maria Amélia da Silva Jardim, cujo destino era discutido de forma tão natural por aquele que tomara ares de responsável por toda a família. Não pude saber se ela acompanhou Silva Jardim em sua transferência para a Corte, em setembro de 1888. Muito provavelmente, sim, pois encontrei notícias suas, iniciando a sua vida profissional em Arrastão do Rio das Pedras, termo de Cabo Frio, em 1891, o que pode ter sido ditado, conforme detalhado no último capítulo, pelas necessidades econômicas da família, mas também pela própria determinação da moça em buscar sua autonomia a despeito das opiniões masculinas que a cerceavam.

Entretanto, não há mais menções em *Memórias e Viagens* sobre as presenças femininas da casa. Mariquinhas, como era chamada em família, muito figurou nas cartas entre seu pai e o irmão bacharel então radicado em São Paulo, mas como terceira pessoa, alheia a seu próprio destino. Teremos notícias de Anna Margarida no final do trabalho, quando se torna, nas narrativas das fontes consultadas, a infeliz viúva desamparada do famoso propagandista. Essas visões sobre a jovem senhora Bueno de Andrada Jardim certamente deixaram de fora os desafios que ela muito provavelmente se dispôs a enfrentar, ao se ver sozinha a liderar uma casa habitada por quatro filhos menores.

Fiquemos então no plano imaginário, já que Jardim não concedeu espaço em suas memórias à esposa e à irmã. Aqueles dias, entre a atribulada conferência em que teve de buscar refúgio entre as mulheres e o seu definitivo retorno à cidade do Rio de Janeiro, Jardim esteve entregue às providências femininas: embalagem de livros e outros pertences,<sup>86</sup> feitura das malas, ou seja, iniciativas práticas necessárias para que se realizasse aquele momento de grande mudança – literal e metafórica – na vida de

---

<sup>86</sup> Momento oportuno para a seguinte observação: No museu dedicado a Silva Jardim, em sua cidade natal, antiga Capivari, que hoje leva o seu nome, não há sequer um item que tenha lhe pertencido.

toda a família.

Este capítulo inicial apresenta ao leitor um breve resumo sobre a vida de Antônio da Silva Jardim. Tem como um de seus principais objetivos destacar o caráter polêmico do personagem que angariou já durante o bacharelado, na capital paulista, muitas inimizades, inicialmente por conta de suas publicações de crítica literária.

Argumento que Silva Jardim foi impelido definitivamente à militância republicana em função de contingências muito pessoais. Trazia consigo um desejo de visibilidade, de sucesso, até para superar os traumas dos anos iniciais de sua vida acadêmica. Em função de dissabores como o episódio das pichações, que associaram seu nome ao termo “cafussu”, ele teria deixado em segundo plano o universo das letras, aproximando-se da ideologia positivista que pressupunha, como ele próprio destacou, o republicanismo. Ainda assim, estivera hesitante em entrar para os quadros do Partido Republicano, talvez inibido pela forte presença do sogro, chefe político do Partido Liberal paulista, que lhe garantiu chances de acesso a cargo por nomeação.

Coincidência ou não, Jardim decidiu-se pela militância política um ano depois do falecimento de Martin Francisco Ribeiro de Andrada. O banquete da Ilha Porchat, em março de 1887, parece ter sido o ponto de inflexão na trajetória do jovem advogado. Na ocasião, talvez encorajado pelos brindes que erguera aos convivas, fez um discurso inesperado. O improvisado foi aplaudido e muito comentado. Logo a seguir, passou a integrar o Clube Republicano de Santos e iniciou sua meteórica escalada como um dos mais conhecidos tribunos republicanos, tanto pelo grande público que passou a atrair, como pela repercussão de suas conferências, muitas vezes tumultuadas por protestos violentos.

O banquete da Ilha Porchat, indicado na tese como o ponto de inflexão da sua trajetória política, coincidiu com seu afastamento dos quadros positivistas, embora tenha continuado a instrumentalizar os elementos daquela doutrina em sua ação política, o que continuará sendo demonstrado, de maneira fluida, à medida que a narrativa for avançando.

Tratamos até aqui de suas primeiras andanças, já não muito tranquilas, pela província fluminense, entre julho e agosto de 1888. Na Corte, uma de suas primeiras apresentações coincidiu, propositalmente, com o retorno do imperador, em agosto de 1888. Em meio a pedradas e muita confusão, conseguiu refúgio entre as mulheres que assistiam à conferência, conforme deixou registrado a redatora do jornal *Eco das Damas*, Amélia Carolina da Silva Couto. Naquela ocasião, já estava preparando sua mudança, com toda a família, para o Rio de Janeiro.

A seguir, veremos que, em um curto intervalo de tempo – entre setembro de 1888, quando da sua transferência para a capital do Império, e maio de 1889, quando rompeu publicamente com a direção nacional do Partido Republicano Nacional –, passou a impor a sua independência como propagandista republicano, desafiando não somente a resistência dos próprios correligionários, mas também enfrentando,

inicialmente na Corte, as manifestações atribuídas à Guarda Negra.

### 3 O RETORNO À CORTE: DO ENTUSIASMO DOS PRIMEIROS ENCONTROS AO ROMPIMENTO COM AS LIDERANÇAS DO PARTIDO REPUBLICANO NACIONAL

Uma pequena nota na primeira página do jornal *Gazeta de Notícias* (DR.SILVA Jardim, 6 set. 1888. p. 1) anunciou o desembarque de Silva Jardim no Rio de Janeiro. Chegara a bordo do Vapor Finance, com família e mudança, já com trabalho acertado no escritório de advocacia de Saldanha Marinho. Se a chegada foi alardeada em tom comemorativo, a partida do porto de Santos havia sido apoteótica. Amigos e correligionários compareceram ao seu “bota fora”. Rangel Pestana, Francisco Glicério e o futuro presidente do Brasil, Campos Sales, fizeram-se presentes entre outros muitos “agradecidos republicanos.” Tantos abraços e “vivas à República” levaram o jovem tribuno registrar a “[...] mais viva das comoções” (DR.SILVA Jardim, 6 set. 1888, p. 1). Em uma época em que os embarques e desembarques nos portos e nas plataformas férreas transformavam-se em verdadeiros eventos como indicativo do prestígio da personalidade que se deslocava, o nosso personagem mudava de endereço seguro de sua própria importância.

Radical-se na Corte significava principalmente o alargamento de perspectivas, conforme bem demonstra parte extraída de suas justificativas:

O ideal republicano excitado até quase o fanatismo determinaram-me em muito, [...] Mas acrescenta-se [...] o atrativo da grande cidade onde já me fizera conhecido. O desejo de habitar o foco da vida brasileira Ah, o futuro! A aspiração de um nome perdurável, de uma reputação solidamente estabelecida! (JARDIM,1891b, p. 160).

De volta a sua província de origem, logo travou conhecimentos importantes com nomes do republicanismo histórico e registrou isso com grande entusiasmo em suas memórias. Nelas, narrou o primeiro contato com Saldanha Marinho, recordando as expansões afetuosas do velho líder republicano: “– Tu que és Jardim? Tu és o diabo, menino! Abraça este velho caboclo, menino!” (JARDIM,1891b, p. 163). Outros muitos correligionários foram lembrados em *Memórias e Viagens*. Conheceu no Rio de Janeiro Raymundo Sá Valle, que se tornou seu amigo e admirador, tendo, inclusive, dedicado-lhe uma obra e se solidarizado com ele em momentos difíceis, como no retorno à cidade de Paraíba do Sul. Outros nomes como Cândido Barata Ribeiro e Aristides Lobo foram citados por Jardim como presenças importantes entre as novas relações travadas na Corte.

Logo se reencontrou com Quintino Bocaiuva,<sup>1</sup> que já havia conhecido no banquete da Ilha

---

<sup>1</sup> Em 1888, o homem propaganda republicanade letras de 53 anos há quase duas décadas havia já se tomado respeitado militante político republicano e jornalista. Nascera no Largo da Lampadosa, no Rio de Janeiro, no local hoje ocupado pelo Gabinete Português de Leitura. Batizado Quintino Ferreira de Souza, acrescentou o Bocaiuva durante o bacharelado em Direito na capital paulista, no início da década de 1850, quando iniciou suas atividades na imprensa. Ao incorporar o nome indígena à sua identidade, acompanhava a voga nacionalista entre os estudantes da época. Os motivos que o fizeram abandonar o curso de Direito não ficaram definidos. Foram atribuídos à falta de recursos e problemas de saúde. Mas ele jamais abandonou o trabalho



Porchat no ano anterior: “Você vem levantando uma poeira, disse ao abraçar-me!” (JARDIM, 1891, p. 163). Entretanto, não duraria muito o clima amistoso, pois as ambições do recém-chegado foram acirrando rivalidades entre ambos. Jardim aportara definitivamente no Rio de Janeiro ainda inebriado com a sensação de ser carregado pela multidão santista em verdadeira festa republicana. Preparava-se para estender sua propaganda ao interior da província fluminense, considerando-se amparado dentro do partido paulista pelo Manifesto de 24 de maio, redigido sob sua forte influência. A linha revolucionária era a sua marca já conhecida, comentada e admirada por muitos, temida por outros tantos. Continuava polêmico o bacharel fluminense, mas, como nos tempos da carta ao amigo Clóvis Beviláqua, uma coisa era certa: havia conquistado a notoriedade. As dúzias da canequinha a Silva Jardim eram anunciadas por mil réis por uma loja da Rua da Assembleia.<sup>2</sup> Tratava-se muito provavelmente de peças temáticas para uso diário e que traziam a imagem, o nome, ou alguma expressão que aludisse ao propagandista. A mudança para a Corte torná-lo-ia ainda mais popular, até porque Jardim havia tomado para si a discussão de duas questões, que, ligadas a interesses mais gerais da população do Rio de Janeiro e da classe comerciária, levaram seu nome e talento oratório a um público mais amplo: abastecimento d’água e “fechamento das portas.”

Neste capítulo, proponho demonstrar como o relacionamento inicialmente amistoso, mesmo entusiasmado, entre Jardim e as lideranças republicanas do Rio de Janeiro foi rapidamente se deteriorando, apesar do grande crescimento do Partido Republicano em nível provincial, ditado pela atuação e influência incontestáveis do recém-chegado. Nesse sentido, são analisados os motivos que emprestaram popularidade ao tribuno, ao mesmo tempo contribuindo para o seu isolamento no interior dos quadros oficiais da liderança nacional do Partido Republicano. Sendo assim, outras abordagens específicas ajudam a compor esse cenário, como a adequação de sua retórica a públicos diversificados, o acirramento das disputas discursivas acerca do projeto de indenização no pós-Abolição e seu enfrentamento com a Guarda Negra.

### 3.1 A REAÇÃO DO CENTRO REPUBLICANO: “OS JARDINS PODEM ANIQUILAR-NOS”

---

nos jornais. De volta à Corte, em 1854, passou a colaborar em vários deles; a escrever críticas literárias, peças teatrais; poesias. A partir de 1870, com a criação do Clube Republicano e da publicação de seu Manifesto, destacou-se politicamente, embora mais no plano extraparlamentar do que efetivamente assumindo um cargo político, pois sofreu várias derrotas eleitorais durante a década de 1880 que foram atribuídas à sua pouca inflexão na defesa clara e intransigente da causa abolicionista. No entanto, logo depois do lançamento do *Manifesto Republicano* intensifica sua atuação política e jornalística, assumindo a direção de *A Republica*, órgão oficial do partido recentemente criado na Corte com sua ativa participação. Passou mais tarde por outros vários órgãos da imprensa carioca, como em *O Globo*, *O Cruzeiro* e, finalmente, *O País*, cuja direção assumiu em 1884. Principal articulador civil do golpe militar de 15 de novembro de 1889, assume a Pasta das Relações Exteriores e da Agricultura no início do Governo Provisório (SILVA, Eduardo (Org.). **Ideias políticas de Quintino Bocaiuva**: cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados. Ministério da Cultura. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1986, vol. I, pp. 21-32)

<sup>2</sup> Conforme anúncios da Gazeta de Notícias: GRANDE queima sem igual. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 98, p. 4, 8 abr. 1889.

Joaquim Saldanha Marinho foi descrito por Jardim como um homem de forte compleição física, apesar de septuagenário, cujos modos eram expansivos e carinhosos. A mesa de sua casa sempre reunia, além da numerosa família, muitos amigos e correligionários. Foi lembrado também o papel desempenhado pelo liberal republicano por ocasião da “Questão Religiosa”, ainda nos anos 1870. Saldanha Marinho era então grão-mestre de uma das vertentes do Grande Oriente do Brasil, cujos membros estavam divididos em Vale dos Beneditinos, sob sua liderança, e Vale do Lavradio, comandada pelo visconde do Rio Branco. Esses dois círculos maçônicos foram definidos na década anterior em função de descontentamentos quanto ao processo eleitoral ocorrido para a direção do Grande Oriente do Brasil e também, em grande parte, em função do posicionamento do próprio grupo liderado por Marinho sob influência da corrente maçônica francesa, que não aceitava a ideia de Maçonaria relacionada exclusivamente à filantropia.

Se o círculo dos Beneditinos, chefiado por Saldanha Marinho, defendia uma atuação mais vigorosa e política na defesa do racionalismo, da liberdade de consciência, enfim, dos princípios caros à modernidade, o círculo do Lavradio assumia uma posição monarquista e regalista (BARATA, 1995, p. 131).

Essas divergências não impediram a união dos dois círculos, entre os meses de maio e setembro de 1872, por ocasião da grande agitação provocada pela chamada questão religiosa. Eram tempos em que a Igreja Católica do Brasil, seguindo uma orientação observada internacionalmente, empenhava-se em um processo de reorganização interna que ficou conhecido como romanização do clero católico. A romanização foi “[...] um movimento de condenação aos chamados ‘erros modernos’: o progresso, o racionalismo, o liberalismo, a liberdade religiosa.” (BARATA, 1995, p. 131). A Maçonaria, que até aquele momento poderia ser considerada como “[...] uma das instituições mais organizadas do País, passava a sofrer fortes ataques da Igreja Católica ultramontana/conservadora, que era a Igreja ‘oficial’ do Estado.” (BARATA, 1995, p. 131).

Foi breve a existência da Obediência única em função da união dos círculos maçônicos como resistência ao ultramontanismo. Descontentamentos relacionados à derrota do visconde do Rio Branco para a direção do órgão maçônico levaram novamente à divisão anterior, situação que foi remediada em 1882 pelo pedido de demissão de Saldanha Marinho do cargo de grão-mestre do círculo dos Beneditinos. Assim, quando Jardim o conheceu, em setembro de 1888, ele já não exercia um cargo de liderança na Maçonaria, mas era reconhecida sua importância como um dos grandes ícones da reivindicada secularização, sendo o anticlericalismo maçônico alinhado à defesa do ideário liberal e cientificista que, já na década passada, alcançara grande espaço.

Fora um dos sócios-fundadores do Clube Republicano, na década anterior, no Rio de Janeiro, e

um dos redatores e signatários do Manifesto de 1870, passando a presidir o Centro Republicano do Município Neutro, derivado daquela organização embrionária da nova legenda. Assumira desde 1887 a presidência do Partido Nacional com a autoridade naturalmente imposta pela sua histórica atuação política na organização do movimento republicano, tendo representado o principal vínculo entre os dissidentes do Partido Liberal, em grande parte ligados às profissões autônomas, e a lógica estamental. Essa ala majoritária era desvinculada do universo rural e formada por médicos, advogados e muitos profissionais da imprensa que “[...] movimentava-se num mundo de transações comerciais dependentes dos quadros partidários e ou sociedade de cortes” (ALONSO, 2002, p. 106).

Marinho teve condições de fazer a ponte entre os liberais em radicalização e o universo tradicional do império pela sua grande experiência política. Entrou na arena político-partidária em 1848, quando se elegeu como deputado geral. Não mais se desvinculou da Corte, para onde se transferiu no exercício do curto mandato interrompido pela dissolução da Câmara em decorrência da queda do Gabinete Liberal. Assumiu a redação do *Diário do Rio de Janeiro*, ao lado de seu futuro correligionário político, Quintino Bocaiuva, em 1860, década que também representou o seu retorno para a representação política. Foi novamente eleito como deputado geral, primeiro pelo Rio de Janeiro, em 1861, e depois por Pernambuco, em 1867. Entre as duas legislaturas, esteve na presidência da província de Minas Gerais e de São Paulo.

Ainda em 1868, nova queda dos liberais, desta vez dirigidos por Zacarias de Góis e Vasconcelos, provocou a cisão no Partido Liberal e a radicalização de parte da dissidência. A partir de então, Saldanha Marinho tornara-se um dos mais representativos membros do movimento intelectual contestador da geração de 1870, embora muito mais velho que a maioria de seus integrantes, como Quintino Bocaiuva, que ingressou na vida pública sob sua proteção. O advogado pernambucano foi citado por Ângela Alonso como exemplo de interação entre gerações. Nas palavras da autora, líderes políticos já consagrados como Saldanha Marinho, assim como professores como Benjamim Constant e Tobias Barreto, atuaram como “[...]mediadores na mobilização dos moços” (ALONSO, 2002, p. 46).

Por ocasião de sua morte, em maio de 1895, os principais jornais do Rio de Janeiro dedicaram-lhe homenagens que excederam as primeiras páginas. Fora velado em sua residência situada na Rua Conde de Bonfim, na Tijuca (JOAQUIM Saldanha Marinho, 1895, p. 1), espaço sempre aberto, conforme Jardim (1891b), a amigos e correligionários políticos, ambiente familiar a todos estendido. Aos 79 anos, o então senador pelo Distrito Federal fora lembrado como o “patriarca da República” (O GRANDE MORTO, 1895, p. 1), cuja morte fizera a cidade enlutar-se. Não só os edifícios públicos, mas também todas as redações da imprensa carioca, associações e grande número de casas particulares puseram a bandeira em funeral.

Os encontros e desacertos vividos por Jardim a partir de sua chegada à Corte serão analisados com base, principalmente, em suas próprias memórias e na correspondência de Saldanha Marinho. As percepções sobre os primeiros encontros foram registradas não de formas destoantes, mas reveladoras das

razões dos desencontros iniciais entre o recém-chegado e as lideranças partidárias do Rio de Janeiro. Como já salientado, Jardim destacou o entusiasmo com que fora recebido pelos modos generosos do velho Saldanha Marinho, cuja expansividade o retraíra no primeiro contato ocorrido no escritório de advocacia da Rua do Rosário, onde veio também a se estabelecer. Essa efusividade foi confirmada pelo chefe republicano, em carta ao correligionário mineiro João Pinheiro: “Recebi-o de braços abertos” (MARINHO, 1889).

Confessou, no entanto, o seu pronto estranhamento com a postura do recém-chegado que vinha de São Paulo “ostensivamente para fazer conferência” (MARINHO, 1889). Lembrou que lhe facultou inclusive as portas de seu escritório, cujo uso teria sido desvirtuado: “notei desde logo que ele procurava, não se limitando à sua missão, proselitismo.” Referia-se Saldanha Marinho, pelo conteúdo geral da carta, às investidas de Silva Jardim no sentido de reorganizar o partido no município neutro, ou “o Centro”, como se referia de forma abreviada o seu líder. Contaria, para tanto, “justamente” com a ajuda de Cândido Barata Ribeiro. O advérbio justamente nos revela uma crítica ao perfil político do médico baiano e, ao mesmo tempo, o receio de que, nele, Jardim encontraria grande apoio para suas ideias e ações.

Com efeito, Barata Ribeiro acompanhou o tribuno durante toda a sua trajetória política, auxiliando-o na expansão da propaganda pela província fluminense. Foi citado como um dos cerca de cinquenta correligionários no Rio de Janeiro que o apoiariam francamente e teria dito ao novo amigo: “Sem uma revolução nada podemos fazer. Estimo vê-lo pregar as ideias que alimento” (JARDIM., 1891b, p. 167). Jardim veio, portanto, acirrar, entre os republicanos do município neutro, “a falta de coesão e de unidade de vistas” (MARINHO, 1889) que o próprio Saldanha Marinho apontava em sua correspondência.

Em suas memórias, Jardim sugeriu que o “velho Saldanha” esteve sempre a evitar tomada de posições: “tinha grande tato no dizer as coisas, optando sempre pela atitude média, sem contradizer radicalmente a pessoa alguma” (JARDIM, 1891b, p. 179). Só na intimidade seria conhecida a sua opinião. George Boehrer corrobora as considerações de Jardim, mas de uma forma mais direta, destacando que Saldanha Marinho manteve uma posição indecisa contra a campanha do tribuno. Pessoalmente, era favorável à atuação do jovem bacharel; recusava-se, no entanto, a comprometer-se à medida que a campanha do correligionário, recém-transferido para a Corte, expandia-se. Além disso, era “amigo extremado” (BOEHRER, 1954, p. 199) e de longa data de Quintino Bocaiuva, vice-presidente do Partido Republicano Nacional, com quem logo Jardim entraria em atrito.

Opino, porém, e com base no próprio autor, que Saldanha Marinho procurava fazer frente às ambições de Jardim, reforçando, para tanto, uma reivindicada coerência com a linha política moderada. Era “[...] o chefe, nominal e por último, verdadeiro do Partido, que com sua presença deu-lhe estabilidade e um ponto de reunião” (BOEHRER, 1954, p. 66). Portanto, não houve indecisão de sua parte com relação

às propostas do jovem correligionário que chegava de São Paulo com grandes planos. Ele foi solícito a princípio, oferecendo-lhe lugar no escritório de advocacia e a direção da coluna republicana no jornal *O País*. No entanto, o bacharel pernambucano, assim como Quintino Bocaiuva, passou a se afirmar como um republicano de orientação moderada, de acordo com o documento fundador do partido, o Manifesto Republicano de 1870.<sup>3</sup>

Afora esses motivos, publicamente alegados, como veremos, pelas primeiras manifestações de descontentamento recíproco decorrentes do Congresso Nacional realizado em maio de 1889, a chegada de Jardim gerou desconfiança seguida de mal-estar entre lideranças fluminenses e paulistas. Na mencionada carta a João Pinheiro, Saldanha Marinho confessava seu profundo desgosto com o procedimento do jovem colega de profissão, que logo havia começado a demonstrar infidelidade e ingratidão. Teria chegado ao cúmulo, exclamava o advogado pernambucano, de tentar obstar o envio de recursos para o Centro Republicano na intenção de fazer caixa para o seu próprio grupo.

A troca de correspondência entre Saldanha Marinho e João Pinheiro aconteceu em fevereiro de 1889, a pouco mais de cinco meses da chegada de Jardim e, nesse curto intervalo, a sucessão de vários acontecimentos foi minando a relação do jovem advogado com as antigas lideranças do partido. Porém, inicialmente, seus feitos foram enaltecidos por parte da imprensa carioca e parecia haver, de forma geral, uma grande expectativa em torno do seu já conhecido ritmo de trabalho. Em 33 dias, realizara 30 conferências nas províncias paulista e fluminense.<sup>4</sup> Sua transferência definitiva para a Corte assegurava o passo acelerado da campanha, tendo em vista sua pretensão, já anunciada, de estender a propaganda a outras províncias, visando, de forma imediata, a Minas Gerais, onde os descontentamentos com a Abolição abriam chances de crescimento para a legenda republicana.

Começara na coluna *Partido Republicano de O País*, até então dirigida por Aristides Lobo, quem passou a substituir, logo depois de sua chegada à Corte, por determinação de Saldanha Marinho. Eram ainda tempos de prestígio para o tribuno que chegava de São Paulo emprestando ares de renovação às atividades partidárias. Mencionou seu antecessor naquele importante jornal de circulação diária, que, em 1889, atingiu uma tiragem de 26 mil exemplares com o “homem de maior atividade na direção do Partido.” Nas lembranças de Jardim, Aristides Lobo conservava o ar severo e rígido de um Robespierre, era “de poucas palavras”, mas, em compensação, escrevia continuamente para o *Diário do Povo*, em São Paulo (JARDIM, 1891b, p. 183).

<sup>3</sup> Panfletos de autoria de Saldanha Marinho, anteriores ao Manifesto de 1870, têm sido analisados para destacar que “a revolução no plano da retórica seguiu invicta apesar da escolha reformista”. VITAL, Dievani Lopes. A Retórica da Revolução para além do Manifesto do Centro e do programa do Clube Radical: Saldanha Marinho em o Rei e o Partido Liberal. (1869). **ANAIS da XIV Semana de História Política: Res-publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira/ XI Seminário Nacional de História Política, Cultural e Sociedade**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019, pp. 310-326.

<sup>4</sup> O feito foi divulgado pela imprensa: **GAZETA da Tarde**. Rio de Janeiro, ano 9, n. 184, 13 ago. 1888. Notas à margem, p. 2.

Sua atuação em *O País* foi muito curta, logo se desvincilhou da responsabilidade de direção da coluna republicana. Em suas memórias, Jardim atribuiu a desistência à moderação excessiva da linha editorial do jornal, então sob a direção de Quintino Bocaiuva, o que também teria determinado a sua demissão de todos os encargos partidários. Marinho lembrou, na missiva a João Pinheiro, esses episódios que, além de desagradáveis e surpreendentes, seriam também um indicativo do ensejo do propagandista em proclamar a “sua independência e assim angariar simpatias à sua desejada chefança” (MARINHO, 1889). Contou também que o interpelou sobre os reais motivos de seu procedimento, pedindo-lhe franqueza. A resposta, inesperada, foi classificada como ilícita, principalmente porque proferida ante correligionários políticos: “Permita-me que não seja franco.” (MARINHO, 1889).

No mesmo período, Jardim também deixou o escritório de Saldanha Marinho, onde até então vinha trabalhando, estabelecendo-se na Rua do Ouvidor em sociedade com Sá Valle. Entre os eufemismos que utilizou para não assumir, já em tempos republicanos, a gravidade dos desentendimentos com aquele que chamou de “bondoso chefe”, lembrou o que parece ter sido uma das principais causas de discordância. Recebera sugestões para dedicar-se ao movimento nas províncias, mas resistira: “Não, não se deve abandonar a propaganda nas províncias, porque elas incitam a capital; mas aqui é que é preciso combater até vencer. As revoluções feitas no interior do País abortaram todas. O Rio de Janeiro monopolizou a vida nacional” (JARDIM, 1891b, p. 183). Ou seja, ele vinha ganhando visibilidade como conferencista e julgava ser preciso ecoar, de modo ainda mais forte, o movimento desde a Corte. Seus métodos, contudo, eram por demais ousados. Sua contundência, e muito provavelmente a notoriedade que vinha alcançando, não agradavam ao grupo moderado, capitaneado por lideranças históricas como o presidente e o vice-presidente do Partido Republicano Nacional – Saldanha Marinho e Quintino Bocaiuva, respectivamente.

Jardim transferiu sua coluna para o jornal *Gazeta de Notícias*, passando também a publicar no jornal *Novidades*, órgão dirigido por Alcino Guanabara, que anunciou o novo colaborador, ressalvando, porém, a não completa concordância com as ideias por ele expressadas.<sup>5</sup> Tal anúncio foi feito em 2 de dezembro, mesmo dia do aniversário do monarca brasileiro, que, naquele ano de 1888, foi lembrado festivamente por uma turba imensa de populares – em sua grande maioria homens de cor –, que invadiu o Paço Imperial (SCHWARCZ, 2002, p. 448). Prolongadas homenagens já tinham ocorrido no retorno do monarca ao Brasil. Os africanos fizeram-se presentes. A Sociedade Vida Nova União da Nação Cabinda anunciou que iria em passeata ao palácio para demonstrar seu “profundo amor e reconhecimento ao pai da Augusta Redentora da raça negra” (KRAAY, 2019, p. 159).

Mesmo com tantas manifestações de apreço popular ao velho imperador, Jardim dedicou-se a

---

<sup>5</sup> O início da colaboração de Jardim no jornal de Alcindo Guanabara foi registrado em: O “NOVIDADES”. *Novidades*. Rio de Janeiro, ano 2, n. 264, p. 1, 2 dez. 1888.

atacá-lo diretamente nas páginas do *Novidades*. O proprietário do jornal fazia, como lembrou Evaristo de Moraes (1985), forte oposição ao gabinete João Alfredo, informação reiterada por Nelson Werneck Sodré (1999), que afirma ter sido o jornal fundado por um agrupamento de homens de fortuna com o objetivo de defender a manutenção do cativo. Em sua estreia nas páginas do periódico, Jardim deixou claro que iniciava uma nova fase movido pelo seu reiterado compromisso público de divulgar a ideia republicana: “Independo e concorro. Quer isto dizer que aqui escrevo subjetiva e objetivamente o globo dos meus correligionários do município neutro e das províncias [...] reservando-me embora certa liberdade exterior de movimentos.” (PROLÓQUIO, 1888, p. 2).

Foi curtíssima a duração de sua coluna naquele diário. Seu último texto assinado em *Novidades* foi no dia 14 de dezembro, isto é, cerca de duas semanas depois de anunciado o início da sua colaboração. Nele, Jardim ironizava o retorno de D. Pedro II como chefe de Estado. O “imperador moribundo” promovia, na verdade, a acefalia governamental, que dava espaço à “hidra de muitas cabeças”, o que vinha sendo desastroso para o Brasil. E se a “vida vegetativa” e “inútil” do monarca se prolongasse? A bondade e a caridade nacional continuariam a manter o *fetichismo* da monarquia? Jardim alertava que já era hora de se remover o grande empecilho para o progresso brasileiro: “o que faremos nós diante do obstáculo, do *fetichismo*: a piedade não se fará covardia: removeremos o obstáculo, abateremos o *fetichismo*.” (ACEFALIA, 1889, p. 2)

Três dias depois, talvez em função do ataque direto à figura fragilizada, porém prezada e popular, do monarca de longas barbas brancas,<sup>6</sup> o jornal informaria a suspensão da coluna *Pela República*, informando, sucintamente, que não havia, entre o colunista e a direção daquela folha, “solidariedade de parte a parte.” (NOVIDADES, 17 dez. 1889, p. 1). Àquela altura, início de dezembro, e, portanto, radicado há apenas três meses no Rio de Janeiro, o tribuno já havia organizado a fundação do Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro. Foi escolhido delegado da capital e presidente da comissão executiva, também integrada, entre outros, pelo já citado herdeiro do barão das Palmeiras, Antônio Santos Werneck, que, na criação do Partido Republicano de Paraíba do Sul, teria inserido o argumento de que as novas adesões vinham depois da Abolição e não por causa dela. Jardim teria se apropriado dessa fórmula apresentada, inserindo-a também no manifesto do Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro. Não à toa, incluiu, em sua fala de “independência e concurso”, o apoio dos correligionários provinciais, sobretudo aqueles que lhe proporcionavam “maiores contatos e simpatias” (JARDIM, 7 dez. 1888, p. 2).

---

<sup>6</sup> D. Pedro II, que já partira com a imagem combatida pelos problemas de saúde, voltara seriamente enfermo. A diabetes o afastava cada vez mais dos momentos fortes do seu longo reinado. “Visto desse ângulo, era quase um fantasma de si próprio, um fantasma da realeza.” No entanto, de forma paradoxal, pela simpatia que despertava, sua imagem mitificada era desvinculada da própria instituição que representava. Assim, ao mesmo tempo em que a Monarquia naufragava, o monarca atingia o mais alto grau de sua popularidade. SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 443-444.

Vinha mantendo uma rotina de compromissos. No final de outubro, falara aos comerciários nas dependências da Associação dos Empregados do Comércio, tendo, na ocasião, recebido o título de sócio honorário da entidade. A essa reunião, compareceram também muitos estudantes das escolas superiores. Tratou-se dos meios de ativar a propaganda republicana.<sup>7</sup> No início de novembro, estivera entre os integrantes das seis lanchas que foram buscar a bordo José Lopes da Silva Trovão, que retornava ao Brasil depois de uma longa temporada na Europa.<sup>8</sup> Mais tarde, a presença dele na tumultuada conferência que encerraria as atividades de Silva Jardim no movimentado ano de 1888 poderia atestar o seu apoio ao jovem tribuno já então em notório processo de divórcio com a direção partidária. No entanto, menos ruidosos que o dissídio com Bocaiuva, os rumores sobre a ruptura com Lopes Trovão seriam verdadeiros. A separação entre ambos se acentuou justamente em decorrências dos conflitos do dia 30 de dezembro, pois as versões sustentadas por ambos divergiam em alguns aspectos, como destacou Evaristo de Moraes (1989).

Trovão contava com grande prestígio angariado ainda no início da década por sua participação na Revolta do Vintém, mas seu retorno foi marcado por tímida atuação se comparado ao frenético ritmo adotado pelo jovem advogado fluminense, o que parece ter sido interpretado de diferentes formas. Evaristo de Moraes registrou que, de 1888 em diante, Jardim teria reproduzido com maior eficiência o papel representado anteriormente por Trovão: “Ambos agitaram-se sem determinação, nem delegação do Partido Republicano, o qual, numa e outra fase, se não os repudiou, pelo menos não lhes deu aprovação.” Uma disputa entre os dois logo surgiu, à medida que se erguia, junto ao mais jovem – seguindo-lhe o exemplo –, a “ala moça” do partido, formada, entre outros, por Alberto Torres e Nilo Peçanha. “Tudo isto despertava rivalidades, gerava despeitos, alimentavam intrigas”(MORAES, E. , 1989, p. 19-21).

Jardim não se furtou em apontar a tibieza do velho republicano nos tempos do seu festejado retorno ao Rio de Janeiro: A “alta figura de palmeira” (JARDIM., 1891b, p.184), com sua cabeleira vermelha e seu olhar brilhante através do monóculo tinha a mesma voz cantada e cheia do antigo tribuno revolucionário, no entanto, o contato com a civilização europeia “não lhe tinha amortecido a fibra patriótica, mas tinha-lhe ameigado o ardor revolucionário e abatido a saúde” (JARDIM., 1891b, p.184).

Já durante a sua segunda viagem a Minas Gerais, em abril de 1889, Jardim remeteu a Lopes Trovão um sucinto comunicado sobre a persistência de suas intenções quanto ao seu não nomeado correligionário referindo-se muito provavelmente a Quintino Bocaiuva, com quem logo depois romperia publicamente. Reiterava também ao destinatário do bilhete o convite para assumir a direção de um jornal republicano que ele naturalmente fundaria. Desculpou-se, em tom amistoso, por não ter tempo para uma carta, o que pode ser interpretado como a confirmação de um mal-estar entre ambos, que Jardim tentava

<sup>7</sup> Conforme notícia veiculada na Corte: **GAZETA de Notícias**. Rio de Janeiro, ano, 14, n. 303, p. 1, out. 1889.

<sup>8</sup> Os detalhes estão em: LOPES Trovão. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 308, p. 3, 4 nov. 1888.



aplaçar ao mesmo tempo em que, não muito incisivamente, chamava para seu lado um dos grandes nomes do republicanismo.<sup>9</sup>

Voltemos aos desdobramentos da ação política do advogado fluminense a partir do seu retorno à Corte, que foram certamente facilitados pela Abolição. O movimento republicano foi alavancado no Rio de Janeiro, assim como em outras províncias, depois da Lei Áurea: “O trabalho de agitação e propaganda, no qual se destacava Silva Jardim, que incansavelmente viajava pelo interior proferindo conferências, intensificou a exploração dos aspectos políticos dos desentendimentos entre os proprietários rurais e a Coroa” (FERREIRA, 1989, p. 36). O Partido Republicano Fluminense foi fundado durante o Congresso Republicano provincial, realizado na Corte em 13 de novembro de 1888, passando a congregar trinta clubes fundados entre junho e novembro de 1888. Importante notar que, de acordo com os princípios federalistas estabelecidos pelo Congresso Nacional, realizado no ano anterior, a autonomia dos partidos em níveis provincial e local estava garantida. Portanto, ao anunciar sua linha de ação independente, Jardim contava, ou pensava contar, com o apoio de grande parte das novas agremiações políticas criadas sob a sua forte influência.

Nesse ponto, é necessário um adendo para lembrarmos o Congresso Nacional, realizado no Rio de Janeiro, entre junho e julho de 1887, como a primeira tentativa de unificação do movimento republicano em nível nacional. Foi convocado pelo Partido Central, integrado pelos signatários do histórico Manifesto Republicano de 1870. Durante esses dias, os congressistas elegeram um Conselho Federal, redigiram sua lei orgânica e prepararam um manifesto. O Conselho era integrado majoritariamente por republicanos do Rio de Janeiro: Joaquim Saldanha Marinho, presidente; Quintino Bocaiuva, vice-presidente e Aristides da Silveira Lobo, secretário que dividia suas funções com dois representantes do partido paulista, Campos Sales e Ubaldino do Amaral.

Não é meu propósito detalhar os documentos resultantes do evento mais do que o necessário para embasar minha interpretação sobre o principal motivo das desavenças entre Jardim e a presidência do Partido. Sendo assim, acrescentam-se dois pontos principais: primeiro, o manifesto, assinado, entre outros, por Saldanha Marinho e Quintino Bocaiuva, fora tomado como inócuo por aqueles que nele enxergaram um excesso na diversidade de pontos de vista, gerando confusão de ideias. “Não era digno do Partido. O manifesto de 1870 mostrava mais resolução” (BOEHRER, 1954, p. 196). Segundo, o oitavo artigo da lei orgânica do Conselho reconhecia a autonomia e independência das organizações locais, que continuariam “a se desenvolver livremente em tudo o que não se opuser ao regime federal” (BOEHRER, 1954, p. 195). Outros dois congressos nacionais foram realizados ainda durante o Império. Um deles ocorreu em outubro

---

<sup>9</sup> As informações deste parágrafo foram extraídas da seguinte fonte: JARDIM, Antônio da Silva. [Bilhete a Lopes Trovão enviando notícias.] Destinatário: Lopes Trovão. Caxambu, 18 abr. 1889. Biblioteca Nacional. 1 bilhete manuscrito.

de 1888, no Rio de Janeiro,<sup>10</sup> e foi convocado por Saldanha Marinho justamente com o objetivo de alterar o regimento do Conselho Federal, segundo o que é possível depreender de sua carta a Francisco Glicério.

Detalhes relatados na correspondência tornam possível a suposição de que, ao comunicar sua independência, Jardim procurava se antecipar ao movimento centralizador ensaiado pelas lideranças fluminenses. Saldanha Marinho explicou a Francisco Glicério que propusera a reforma da “mesquinha lei orgânica”, que limitava o poder de decisão de quem estivesse assumindo a presidência: “A reforma consistia essencialmente em habilitar a quem quer que fosse que ficasse à frente do partido, com as necessárias faculdades de agir conforme a ocasião determinasse” A intenção seria “ampliar, clara e definitivamente, as funções do Executivo Nacional” (MARINHO, 1888). O então presidente do Partido Republicano Nacional ressentia-se de que, nomeada a comissão da reivindicada reforma, ele não fora consultado, embora sendo o mais habilitado, pela prática, a indicar as mudanças que seriam incorporadas: “Traduzi isso em falta de confiança. À última hora apareceu-me o Dr. Jardim que em breves palavras e com visível acanhamento me comunicou simples e peremptoriamente que a comissão não adotava, nem propunha reforma alguma! (MARINHO, 1888).

As palavras de descontentamento de Saldanha Marinho não foram dirigidas somente a Jardim. Dizia-se magoado com a postura omissa, no seu entender condescendente, dos correligionários paulistas presentes no evento. Ao destinatário, Francisco Glicério, confessava-se contrafeito, embora recordando que da fala dele saíram as únicas manifestações de amizade e alguns conceitos lisonjeiros que na ocasião ouvira. Todavia, a pouca sinceridade dos companheiros de seu interlocutor teria sido motivo de grande decepção: “O Pestana, que não é fácil de contentar, como V. sabe, esteve sempre silencioso. O próprio Campos Sales esteve retraído e nem uma vez tocamos palavra sobre coisas do partido. Isto demonstra desgosto. Se assim era por que não tiveram a franqueza de mo dizer em face? (MARINHO, 1888).

A carta é finalizada, em tom irônico, acerca do trabalho de espionagem que Jardim estaria fazendo em acordo com os republicanos paulistas. Saldanha Marinho teria prazer, diante do abatimento físico e emocional em que se encontrava, de ver destruída a opinião que até então faziam a seu respeito. Já pensava mesmo em abandonar o posto. Despediu-se com um último apelo à sinceridade, afirmando, de antemão, que com sua experiência “seria a mais crassa inaptidão não conhecer o terreno” em que pisava. Há tempos notava a frieza dos amigos de São Paulo (MARINHO, 1888).

Saldanha Marinho assim externou outras desconfianças e descontentamentos não só com relação à presença de Jardim, mas quanto à considerada indevida ingerência dos republicanos paulistas nos rumos do movimento. Nesse sentido, ele elogia o jovem advogado – “É hábil e trabalhador e como conferencista não conheço superior (MARINHO, 1888). – ao mesmo tempo em que afirma o seu propósito de não

---

<sup>10</sup> A realização do congresso foi noticiada na imprensa carioca: CONGRESSO Republicano. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 277, p. 2, 5 out, 1888.

retração diante do intuito de espionagem por parte dos seus emissários. Talvez isso não tenha ficado tão claro para Francisco Glicério, pois o que lhe chegou não foi a versão original da carta. Marinho havia inicialmente escrito “O Dr. Silva Jardim, que seguramente veio para inspecionar-me, e que se agita em serviços do partido...” (MARINHO, 1888). Essa frase, que certamente agravaria a situação, foi substituída por outra, ditada pela prudência e pela experiência do político pernambucano: “O Dr. Silva Jardim, que positivamente veio de acordo com os nossos correligionários de São Paulo trabalhar...” (MARINHO, 1888). De qualquer forma, em outros trechos da missiva, o velho republicano volta a se impor. Estava, de fato, alquebrado pelos anos e pela saúde abalada, mas sua posição era “por demais crítica” e mantinha-se no espinho cargo, embora com “repugnância” (MARINHO, 1888).

Temos, dessa maneira, indícios de que a ousadia de Jardim talvez não tenha partido de uma atitude tão isolada. Viera de São Paulo, com o apoio de figuras importantes do republicanismo provincial, como as citadas no parágrafo anterior, para alargar o movimento. Pontos de vistas diferentes não seriam, obviamente, uma particularidade apenas do movimento republicano fluminense: “Francisco Glicério, que atuava frequentemente como mentor do partido, naquela província, fora conquistado à ideia de revolução, ao passo que Campos Sales, igualmente poderoso e respeitado, acreditava na vitória por meio do processo eleitoral” (BOEHRER, 1954, p. 199). Por sua vez, Rangel Pestana via em Jardim o homem que reunia as condições para ser o chefe do movimento republicano, embora não o fosse do partido. Atrás dele, deveriam estar os homens da organização, os espíritos diretores, capazes de mensurar os efeitos da sua ousadia, aproveitando-os em hora devida para “assentar em bases fortes os edificios da República” (MORAES, E., 1989, p. 20).

Quando o rumo dos acontecimentos começou a apontar para a inevitabilidade de uma cisão partidária, Saldanha Marinho convocou novo Congresso Nacional já com a intenção de passar “o bastão” (MARINHO, 1889) a Quintino Bocaiuva, tanto que ao evento nem compareceu. Justificou-se da seguinte forma em carta a João Pinheiro: “Estou muito velho, e cansado, e já sem paciência para rapazes como ele, malcriados, grosseiros e, sobretudo desleais” (MARINHO, 1889). Marinho referia-se a Silva Jardim. Uma das razões que teriam azedado de vez a relação entre eles teria sido um grande evento realizado por esse último à revelia.

Estávamos concertando as coisas para uma conferência, e tomando as medidas cautelosas indispensáveis, quando soubemos que ele iria fazer a 30 de dezembro uma conferência republicana no Clube Ginástico Francês. Então já conhecíamos os planos da polícia, ou antes, do Ferreira Viana, o qual mandava vir de Santa Cruz cerca de 30 pretos (13 de maio) cujo comando aqui foi dado ao Patrocínio e no propósito de massacrar os republicanos (MARINHO, 1889).

Sem possibilidade de pronta reação, recordou-se, teria pedido a Jardim, por intermédio do médico

Cândido Barata Ribeiro, que desistisse da ideia, “ao que ele alteradamente respondeu que faria o que quisesse sem dar satisfação a ninguém, porquanto estávamos politicamente separados” (MARINHO, 1889).

Novas e definitivas rupturas viriam após o Congresso, realizado em São Paulo, em maio de 1889. Ao responder as inquietações de João Pinheiro, Saldanha Marinho ainda não podia imaginar quais seriam os resultados do programado encontro. Finalizou com respostas categóricas e negativas, às sondagens feitas pelo correligionário mineiro a respeito da possibilidade de uma revolução armada: “Nosso caminho não pode deixar de ser muito refletido e calmo. Apenas com as provocações os Jardins todos podem somente atrasar-nos por muitos anos senão aniquilar-nos” (MARINHO, 1889). Nesses pontos, ambos concordavam.

Na carta endereçada ao velho líder republicano, João Pinheiro externava sua crença na moderação, mas, ao mesmo tempo, informava ao interlocutor que muitos de seus correligionários criticavam a calma do movimento. Correspondiam-se em fevereiro de 1889, quando Jardim já estava por chegar a Minas Gerais, cumprindo, assim, a projetada expansão da sua propaganda pela província. Pinheiro conhecera o visitante durante o curso de Direito, em São Paulo, e muito provavelmente também se comunicavam. Entre a imprudência e a precaução, o advogado mineiro nascido na cidade do Serro dizia optar pela segunda, assegurando sua fidelidade à liderança central do partido. Queria, portanto, estar ciente do que se passava. Se considerarmos o conteúdo da missiva já detalhadamente apresentado, João Pinheiro havia, em poucos meses, inclinado-se à chamada solução evolucionista, pois, no Congresso Republicano de Ouro Preto, em novembro de 1888, alardeara, em seu discurso, que a República deveria ser saudada pela evolução ou pela revolução.<sup>11</sup>

O Congresso Nacional, inicialmente marcado para março de 1889, aconteceu somente em maio daquele ano. A eleição de Quintino Bocaiuva foi rechaçada publicamente por Jardim, que denunciou a ilegitimidade da escolha, uma vez que considerava limitada, pelo próprio local de realização do evento, a presença de representantes dos clubes republicanos de outras províncias. O Congresso, retrucava, deveria ter sido realizado no Rio de Janeiro, centro da vida política do País. Baseando-me nesse argumento, tendo a reforçar a interpretação de que o advogado esperava ser eleito chefe do Partido Republicano Nacional, colhendo, assim, os louros de sua atuação na província fluminense. Outro ponto, por ele ressaltado, vem ao encontro dessa hipótese: o caráter ditatorial da nova investidura, que reivindicava a centralização de decisões na presidência nacional da sigla. Com efeito, Quintino Bocaiuva, respeitado pela autoridade exercida com moderação, obteve o que seu antecessor não conseguira: reformou a lei orgânica do partido,

---

<sup>11</sup>Ver: PIRES. Antônio Olinto dos Santos. A ideia republicana em Minas Gerais: sua evolução, organização definitiva do partido republicano. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 21, f. 1, 1927, p. 39.

alterando a forma da composição da sua autoridade central, sendo transferidas, a um só cidadão, eleito pelo Congresso Federal republicano, as funções que até então eram exercidas pelos membros que compunham aquele órgão.<sup>12</sup>

Em manifesto publicado em 28 de maio, Jardim ressentia-se também com o que classificava de rendição do partido paulista, afirmando que descobrira, por parte de um grupo minoritário com tendências ditatoriais, uma conspiração disposta a barrar os rumos da agitação republicana. Aqui temos outro indício de que o advogado fiava-se no apoio de alguns nomes do republicanismo paulista, como Rangel Pestana, que parece ter realmente exercido o papel de grande incentivador de suas conquistas em território fluminense. Ele teria, inclusive, externado sua disposição, conforme recordou o próprio Jardim (1891b, p. 617), em viajar posteriormente ao Rio de Janeiro para fazer um reconhecimento das condições locais do Partido.

Na prática, a eleição de Quintino Bocaiuva representou a derrota da vertente minoritária, liderada por Silva Jardim, que claramente aspirava à direção Nacional do Partido Republicano. Ele foi então impelido a tomar uma posição mais drástica. Como vimos, sua concepção de república, fortemente operacionalizada pelo pensamento comtiano, compreendia a implantação de uma ditadura, ideia que ficou muito clara e destacada no manifesto redigido pelo pernambucano Aníbal Falcão, um de seus principais apoiadores. Em momento já considerado como inoportuno pelo bom senso tardio da memória, Jardim aderiu publicamente ao documento de seus correligionários do Recife. Ou seja, mais tarde, o advogado fluminense passou a considerar que antes deveriam ser “melhor elucidadas perante a opinião pública algumas das concepções mais adiantadas da política positivista” (JARDIM, 1891b, p. 329). Referia-se, especificamente, à solução ditatorial, já que os outros pontos, como a proposta de federação, da separação da Igreja e do Estado e da limitação das “forças anárquicas do parlamentarismo” (JARDIM, 1891b, p. 330) já constavam nos seus primeiros pronunciamentos públicos. Mas a iniciativa do correligionário pernambucano, com quem inclusive se encontrou para conversar sobre os fundamentos que seriam elencados no manifesto,<sup>13</sup> parecia-lhe, já nos tempos de autoexílio na Europa – aproveitado para a escrita de suas memórias –, um tanto quanto precipitado: “A ditadura é coisa que existe fatalmente, desde que existe governo; mas muitos não entendem que ela não é tirania por que a representação nacional e a opinião pública a fiscalizam e equilibram” (JARDIM, 1891b, p. 363).

Nesse sentido, podemos admitir alguma hesitação quanto à incorporação da ditadura positivista em seu repertório público discursivo. Na *Carta ao País*, em que eleva o 30 de dezembro de 1888 – data do primeiro grande confronto entre a propaganda republicana e a Guarda Negra – ao marco inicial da sua

---

<sup>12</sup> Ver: SILVA, E. *Ideias políticas de Quintino Bocaiuva...*, p. 617.

<sup>13</sup> Informação constante em: LEÃO, José. *Silva Jardim*: apontamentos para a biografia do ilustre propagandista, hauridos nas informações paternas e dados particulares e oficiais. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, p. 362.

revolução republicana, considerou que a República brasileira seria estabelecida conforme a explanação do Manifesto Pernambucano, sem, no entanto, sugerir a solução ditatorial como alternativa ao sistema parlamentarista, que desde sempre condenou. Só o fez diretamente em maio de 1889, depois da sua ruptura pública com a chefia do Partido Republicano, dizendo-se solidário a todos que repeliam, “por motivo de desejo e ação, ou por uma questão de princípios” a chefia de Quintino Bocaiuva, e motivado pelo grande apoio dos correligionários pernambucanos na organização de um “Partido Republicano construtor, preliminarmente revolucionário, em que realmente se deseje para a Pátria uma Presidência poderosa, instituída pela vontade popular, a princípio por aclamação, sujeita em seguida ao sufrágio universal.” O aclamado deveria ser capaz de ter autoridade máxima, na qual seria depositada uma “cautelosa confiança, inteiramente fiscalizada pela Assembleia Nacional, Câmara Financeira e Opinião Pública, [...] tornada Governo, na combinação feliz dos dois elementos que esta palavra resume: Povo e Poder” (JARDIM, 1978, p. 357).

Raul Pompeia foi um dos que condenaram a decisão do tribuno, criticado por afirmar “a superioridade incomparável do seu comando”. Para o escritor, o jovem propagandista não reparava que a supremacia, fora de imposições oficiais, não se fazia por investidas e muito menos por disputas. O que ficava provado naquela situação é que ninguém tinha condições de chefiar o partido, que estava acéfalo. (POMPEIA, 2 jun. 1889, p. 2). Por outro lado, uma nota publicada na sessão *A Pedidos* do *Gazeta de Notícias* comentava a ruptura de Jardim com Bocaiuva nos seguintes termos: “Eles lá que se entendam. Quanto a nós só teremos como chefe aquele que no momento dado se colocar à frente da revolução armada no País.[...]Mais tarde conheceremos então entre os patriotas e os convictos quem nos deve comandar” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 8 jun. 1889, p. 2). A nota, anônima, foi enviada dos correios de Salto, na província paulista.

Conjectura-se que declarações como essa última, sobre a expectativa de uma revolução armada, encorajavam espíritos já predispostos à solução golpista com base em uma potencial ação civil-militar. Nessa perspectiva, Jardim relatou, em suas memórias, que, naqueles dias de dissensão partidária, foi procurado por Antônio de Sena Madureira. Aos 47 anos, o tenente-coronel, descrito como alto e robusto, de “olhar rasgado, grande e brilhante” (JARDIM, 1891b, p. 257), confidenciou-lhe uma estratégia para depor o governo imperial. Entraram em combinação. Jardim partiria para Minas Gerais não só com o objetivo de angariar adesões, mas de levantar recursos para comprar armas, enquanto Sena Madureira estaria a cargo de organizar a ação militar, que deveria ser provocada da seguinte forma: retornando de Minas, ele faria um discurso em tom ainda mais inflamado. Em seguida, ocorreriam reações e, então, o golpe seria posto em prática sob o pretexto de garantir o direito de reunião. O diálogo que se seguiu ensaiava o que seria feito depois. Entretanto, uma ditadura militar foi logo descartada pelo interlocutor de Jardim, que teria prontamente replicado que uma comissão militar deveria ser forçosamente instituída por

ser indispensável no momento da revolução. Os titulares do Ministério da Guerra e da Marinha seriam militares para garantirem “a unidade da força e se responsabilizassem pela ordem” (JARDIM, 1891b, p. 257).

Senna Madureira vinha, há anos, protagonizando parte dos embates travados entre os militares e o governo, chamados genericamente de questão militar.<sup>14</sup> Há cinco anos, havia sido transferido punitivamente para o Rio Grande do Sul. Retornara à Corte no ano anterior, 1887, ao lado de Deodoro da Fonseca, destituído de seu cargo na província gaúcha por João Maurício Wanderley Cotegipe, o barão de Cotegipe. Apresentara-se a Jardim, muito provavelmente entre dezembro e janeiro de 1889, por intermédio do sobrinho Alfredo Madureira, advogado que formava a ala jovem da célula partidária fluminense. O acordo com o prestigiado militar – que, na Guerra da Tríplice Aliança, destacara-se também como engenheiro – havia ocorrido no mais absoluto segredo, apenas presenciado por Aníbal Falcão, o representante do partido pernambucano, que já publicamente apoiava a linha dissidente liderada pelo correligionário fluminense. Mas os planos de Jardim não se concretizaram, pois a febre amarela impôs-lhe uma pausa em seu ritmo frenético de trabalho pelo ideário republicano.

No final de janeiro, enquanto se restabelecia no Hotel Paineiras, no Morro do Corcovado – onde conviveu com notórias figuras, como o barão de Cotegipe, que, assim como muitos outros nomes conhecidos da política imperial, costumava veranejar no aprazível estabelecimento hoteleiro –, foi surpreendido com a notícia da abrupta morte de Sena Madureira. Não fosse isso e o golpe civil-militar que instituiu a República talvez tivesse ocorrido ainda no primeiro semestre de 1889 e teria tido Silva Jardim como o seu principal articulador, ao lado de um militar quinze anos mais moço que o alquebrado Deodoro da Fonseca. Mais moço e mais atuante, pois havia estendido sua liderança à juventude castrense, alinhado ao positivismo, sendo também considerado um dos grandes construtores da união da corporação militar a partir da oposição à ordem escravista.<sup>15</sup>

Com o desaparecimento de Sena Madureira, o propagandista desistiu ou adiou os planos de arrecadar dinheiro para a compra de armas, mas continuava com o firme propósito de angariar novas adesões e, muito provavelmente, de firmar novas alianças com a força militar assim que surgisse outra oportunidade. Paralelamente, Quintino Bocaiuva, que na ocasião discordava do “companheiro que muito

<sup>14</sup> Uma série de conflitos motivados pela insatisfação dos militares, cujas origens remontavam à diminuição de suas funções, ainda na década de 1830, após a presença das tropas nas agitações populares após a Independência. A Guerra do Paraguai, na década de 1860, demonstrou as contradições existentes entre o cerceamento do Estado sobre as forças militares e o papel fundamental por elas exercido em sua manutenção. As décadas seguintes foram palco de muitos episódios conflitantes entre o oficialato, que se ressentia por ser proibido de se manifestar publicamente, por exemplo, e o governo imperial. Sena Madureira foi repreendido por permitir homenagens à liderança do abolicionismo cearense nas dependências que comandava. Foi punido, ao lado de outros militares, ao manifestar-se publicamente a respeito. O episódio iniciou a mais rumorosa fase da Questão Militar que se inclinou mais especificamente para a da defesa da livre manifestação de ideias de oficiais militares. COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles**. O Exército, a guerra do Paraguai e a crise do império. São Paulo: HUVITEC, Ed. da UNICAMP, 1996, pp. 265-305.

<sup>15</sup> Ver: COSTA, W. P. **A espada de Dâmocles...**, p. 300.

prezava” por querer “fazer a república por uma série de tumultos na rua, levantando o povo contra a monarquia”, vinha aguardando o momento certo para impor a mudança do regime: “Procurando imprimir aos nossos trabalhos caráter prático, declarei sempre e categoricamente que não iria para a rua, quero dizer, para o ato de rebelião, sem o botão amarelo” (SILVA, E. p. 643).

Levando em conta as memórias de Jardim e as declarações de Bocaiuva, pode-se dizer que ambos tinham planos bastante semelhantes, mas certamente não compartilhados. Havia uma exclusão recíproca entre os dois líderes republicanos, por conta de disputas políticas intrapartidárias que, publicamente, foram explicadas como divergências relacionadas ao modelo republicano a ser adotado e ao caráter inflamado e polêmico de Jardim, revelado e tornado público desde os tempos do bacharelado em São Paulo. Muito pesou a retórica mantida pelo tribuno e a forma como foi ou convinha ser interpretada pelas lideranças republicanas, que claramente se sentiam ameaçadas pelas suas ambições de liderar o movimento. Para George Boehrer (1954) Jardim queria a revolução popular, tendo demonstrado, de acordo com os seus princípios positivistas, restrições ao papel dos militares. Ao contrário, Quintino Bocaiuva, que evitava fomentar uma revolução civil, consentia em receber o apoio dos militares.

Rápida foi a deterioração do relacionamento entre Jardim e algumas das lideranças políticas que tão efusivamente o acolheram na Corte. Rompera pública e definitivamente com a direção oficial do Partido Republicano Nacional e, portanto, com a chamada linha evolucionista, depois de uma série de acontecimentos que lhe renderam grande publicidade. Subira aos palcos por várias vezes no exercício da oratória, dirigindo-se a públicos distintos, defendendo demandas múltiplas. O período em que passou na cidade do Rio de Janeiro foi, sem dúvida, de esforço. Afinal, era preciso adequar o discurso aos diferentes públicos, rebater as críticas de prestigiados adversários políticos e, principalmente, continuar a propaganda.

### 3.2 NOVAS PLATEIAS, DIFERENTES DEMANDAS: O DEFENSOR DO “PROLETARIADO” E DA LAVOURA

Logo depois de sua transferência para a cidade do Rio de Janeiro, Silva Jardim engajou-se em uma campanha iniciada pelos proprietários de prédios domiciliares e comerciais, que se levantavam contra um projeto do governo que oneraria a distribuição de água, “ônus que recairia diretamente sobre eles e indiretamente sobre o povo” (JARDIM, 1891b, p. 201). O projeto de colocação de hidrômetro para a cobrança da água não passou na Câmara dos Deputados, tendo os argumentos de Jardim muito contribuído para isso. Ele mostrou os perigos para a saúde, pois a pretendida medida afetaria os hábitos de asseio da população. Alertava para o sofrimento dos proletários, dependentes das lavanderias dos cortiços, e repelia a pretensão de se sujeitar o povo à sede e à falta de asseio para fazer dinheiro.

A “conferências das águas” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 30 set. 1888, p. 1) que estava marcada para a tarde de dia 30 de setembro, um domingo, no Teatro Politeama. O convite dirija-se a todos os



cidadãos, independentemente de orientação política ou classe social ou nacionalidade. O mesmo jornal comentou que o talento do orador e o grande interesse suscitado pelo assunto, que afetava toda coletividade, tinham atraído para o teatro cerca de duas mil pessoas. Jardim quis capitalizar politicamente o tema e convocou um *meeting* para o dia seguinte, no mesmo Politeama, onde, por uma hora e meia, havia falado a milhares de pessoas. Como já comentado no segundo capítulo, ele contou então com a intermediação de outros oradores, entre eles, Cândido Barata Ribeiro, médico que agregou argumentos científicos às suas explanações, o que pode novamente apontar a imbricação dos significados entre as palavras conferência e *meeting*, tão usadas nas décadas finais do Império.

A questão do “fechamento das portas” também recebeu a atenção de Jardim, que foi convocado pela Associação dos Empregados no Comércio para defender a reivindicação da categoria em prol do descanso aos domingos e feriados. A conferência pública<sup>16</sup> aconteceu no Imperial Teatro São Pedro d’Alcântara, na noite de 27 de outubro de 1888, um sábado.<sup>17</sup> Interessante destacar dessa conferência alguns pontos. Jardim procurou logo identificar-se com a plateia, majoritariamente composta por comerciários. Dizia-se um homem do povo e para o povo. Lembrou sua origem humilde e seus tempos como secretário comercial na capital do Império, o que pode ser relacionado à teoria da “autoridade do falante” (BORDIEU, 1996, p. 87) como elemento importante de convicção, segundo Murilo de Carvalho (2000), já sublinhado nos fundamentos da Retórica. Ou seja, os ensinamentos das tardes das discursivas,<sup>18</sup> ainda nos tempos do preparatório, eram ali praticados pelo orador, que buscava uma aproximação estreita entre seus argumentos e sua própria história. Apresentando-se como pertencente à própria plateia, Jardim defendeu seus pontos de vista.

Várias vezes utilizou-se do termo “proletário”, preocupando-se mesmo em desenvolver o conceito em uma longa explanação sob a ótica da filosofia positivista. Voltemos à sua fala na questão do “fechamento das portas”. A igualdade absoluta não existiria, como provado pela filosofia natural e social. A primeira mostraria as distinções físicas, intelectuais e morais entre os homens, e a segunda demonstraria a necessidade de uma ação livre. Assim sendo, a igualdade absoluta impediria a liberdade. Havia, portanto, a fatalidade das classes, que, no entanto, não era um impedimento para a solidariedade por meio da harmonia entre proprietários e trabalhadores: “[...] harmonia belíssima, senhores, que a humanidade estabeleceu entre o capital e o trabalho, entre o forte e o fraco! Harmonia belíssima que é proteção ao fraco,

<sup>16</sup> Especificação contida na introdução do livro *Propaganda Republicana*. Embora a apresentação das águas não tenha recebido qualquer classificação neste sentido, tudo indica que aquele evento realizado no Teatro Politeama tenha sido igualmente público. JARDIM, Antônio da Silva. **Propaganda Republicana** – 1888-1889: Discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978, p. 30.

<sup>17</sup> Conforme outro comunicado publicado na imprensa: ASSOCIAÇÃO dos empregados no comércio do Rio de Janeiro. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 300, p. 3, 26 out. 1888.

<sup>18</sup> Assim se referiu Jardim às aulas de retórica, entre amigos, nos tempos do curso preparatório, ainda na década de 1870, no Rio de Janeiro. JARDIM, A.S. **Memórias e viagens...**, p.172.

ao pobre, ao proletário, e vantagem ao forte, ao proprietário das riquezas, ao patriarcado!” (JARDIM, 1978, p. 218). Defendeu a dignidade da pobreza, pois, atrelada à necessidade do trabalho, contribuía para o desenvolvimento de novas forças sociais: “[...] desde então reconheceu-se de todo o valor do proletariado, essa massa tornada poderosa pelo número, em cujas mãos está afinal a sociedade moderna” (JARDIM, 1978, p. 218). Pela primeira e única vez em seus discursos hoje disponibilizados, Jardim abordou diretamente a ideologia marxista,<sup>19</sup> atribuindo-lhe um caráter anacrônico:

Há ainda hoje uma escola, que não compreende a ligação simpática entre o capital e o trabalho, entre o pobre e o rico. Partindo, é verdade, de um ponto exato – que toda a riqueza é social em seu destino e em sua origem, - o comunismo quer a divisão da propriedade, que deve ter uma apropriação individual (JARDIM, 1978, p. 221).

Alongou-se em explicar por que a riqueza pode ser considerada social em sua origem e em seu destino, apresentando situações relacionadas principalmente ao comércio. Muito aplaudido, seguiu contrapondo outros argumentos. Por exemplo, para que a propriedade tivesse um fim social, deveria receber uma apropriação individual. Defendeu os grandes capitais, contra o que chamou de condenação da grande propriedade, a exposição do rico ao “ódio público, considerado incapaz de inteligência e bons sentimentos” (JARDIM, 1978, p. 221). Dessa forma, reconhecia que a concentração da riqueza, quando bem administrada e aplicada, produziria melhoramentos e resultados maiores. Ao contrário, a lei contra a propriedade seria um atentado à liberdade de grandes inconvenientes sociais, pois era inerente aos ricos a “generosidade eficaz”:

Temos exemplos dessa generosidade [...]. Que os ricos, os fortes, protejam aos pobres e que os pobres, sentindo-se fracos, procurem apoio em outros fracos, auxiliem aos companheiros, a todos que lutam quase vencidos na carreira da existência. De uma tal arte ricos e pobres, fortes e fracos, unem-se e combinam-se, fundam associações de mútua beneficência, desenvolvem a fortuna comum, marchando à felicidade geral (JARDIM, 1978, p. 222).

Defendeu que o reivindicado direito ao descanso fosse regulado por postura municipal derivada da alteração dos costumes. Com isso, contrapunha-se à votação da questão pelo Parlamento, pois não teria o governo o direito de intervir no assunto, que deveria ser solucionado com acordos entre empregadores e empregados. E se uma determinada casa trabalhasse bem apenas aos domingos? indagava. Tratava-se de uma arbitragem social, como vinha defendendo o correligionário Quintino Bocaiuva.

---

<sup>19</sup> Alonso explica a pouca penetração de autores socialistas no Brasil oitocentista: “Esquemas mentais absolutamente estranhos à tradição imperial não teriam gerado uma crítica suficientemente inteligível dela. [...] As obras da geração de 1870 partem dos temas e dilemas do publicismo radical da década anterior e buscam na política novas respostas.” ALONSO, A. **Ideias em Movimento...**, p. 177

Depois de ressaltar o mérito dos comerciantes e também dos empregados do setor, Jardim dedicou-se em mostrar as vantagens do trabalho moderado em benefício de todos que integravam o setor. Frisando que suas ideias estavam ligadas à escola positiva de August Comte, classificou como mais produtivo o trabalho moderado, uma vez que poderia ser contínuo, prazeroso, salutar, ordeiro e, portanto, promotor do progresso. Assim, Jardim se inseria no amplo debate intelectual que buscava conformar os novos tempos da almejada modernidade. Naqueles anos de 1880, sobretudo no período pós-Abolição, alguns temas tornaram-se obrigatórios, como o lugar e o papel dos trabalhadores negros em novas projeções sociais. Naquela ebulição de ideias, o termo república, conforme pontua Maria Tereza Chaves de Mello (2011) tornou-se autônomo nas disputas discursivas como sinônimo de outro conceito amplamente difundido: a democracia. A autora atribui aos “republicanos radicais” ligados ao positivismo – vertente em que ela inclui Silva Jardim como principal representante – uma formulação mais ampla de povo e igualdade social com relação ao que fora formulado por Assis Brasil, um dos principais teóricos do federalismo republicano.<sup>20</sup>

Embora a autora tenha localizado, nos “niveladores” de extração socialista – um grupo diminuto integrado por Evaristo de Moraes e Lúcio de Mendonça –, a mais extremada concepção de igualdade, ela também destacou a fala de Jardim, que evocava o povo não como a entidade abstrata saída da revolução francesa, conforme já apontado largamente pela historiografia, mas como grupos definidos. A autora então transcreve a parte final do seguinte trecho do discurso realizado em 7 de abril de 1889, na Associação Comercial de São Paulo: “[...] somos em nossa origem a burguesocracia de que, como republicanos, procuramos fugir, desejosos convosco de uma sociocracia, em que seja feita a vontade de todos, a vontade de Povo, isto é do pobre, isto é, do fraco, isto é do proletariado; - democracia afinal! (JARDIM, 1978, p. 340).

Além da fala de Jardim, tomado como representante do positivismo, Mello (2001) lembra ainda as leis trabalhistas entregues pelo Apostolado ao Governo Provisório e que foram consideradas avançadas para a época, conforme análise de Murilo de Carvalho. Explica que August Comte via a evolução científica e industrial como meios para o surgimento de uma nova camada social: o proletariado. Esse último pressuposto fica bastante claro na fala do propagandista, que, mais de uma vez, dirigiu-se à plateia formada por trabalhadores urbanos, empenhado em demonstrar o potencial que tinham como agentes de mudança pela sua força numérica: “[...] e desde então reconheceu-se de todo o valor do proletariado, essa massa tornada poderosa pelo número, em cujas mãos está afinal a sociedade moderna” (JARDIM, 1978, p. 218). Contudo, as diferenças sociais foram de certa forma naturalizadas em sua fala e a democracia relegada a um modelo ideal de governo republicano que, no entanto, seria adiado para um momento

---

<sup>20</sup>Ver: MELLO, Maria Tereza Chaves de. A República e o sonho. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 27, n. 45, pp.121-139, jan./jun. 2011, pp. 126-127.

oportuno, quando o povo brasileiro estivesse para ele preparado.

Lembremos que, no início de 1889, quando rompeu publicamente com a direção partidária, Jardim alinhou-se à ideia, também positivista, da ditadura republicana. José Murilo de Carvalho (2011) ressalta que a república só foi separada da democracia por positivistas como Aníbal de Carvalho, Júlio de Castilhos e Silva Jardim. A democracia representativa, nos moldes liberais, seria, de acordo com a concepção comtiana, característica do estado metafísico da humanidade que sucedeu ao estado teológico e que deveria ser substituída pelo estado positivo, cujo governo adequado seria exercido pela ditadura republicana, em benefício do bem coletivo, na qual o Parlamento cumpriria somente função orçamentária.

Moldando o seu discurso à plateia, Jardim afirmou que a classe que mais trabalhava no Brasil era a dos empregados no comércio, comparando-a ao “proletariado agrícola”. Há pouco formado pelo escravo, que trabalhara sob pressão material e sem estímulo, e que mostrara muitas vezes tendência natural para a revolta contra o jugo injusto e contínuo. Além disso, desprovido dos estímulos “da inteligência e da independência”, o trabalho escravo tinha sido por séculos caracterizado “pelo vagar, pela fuga demorada, ou pela moléstia”. Obteve, portanto, um resultado menor que o do “nobre proletariado comercial.” Deveu-se em explicar o significado do termo: proletário era todo aquele que, não tendo fortuna, “vivia do trabalhado diário ou mensal.” O proletariado do setor terciário brasileiro pertenceria à “raça caucásia” (JARDIM, 1978, pp. 223- 224), formadora da nação brasileira e que, ao contrário da raça negra, caracterizava-se pelo desenvolvimento da inteligência. Declarações como essas, que poderiam ser classificadas de preconceituosas, não foram exceções no conjunto discursivo de Sila Jardim. Elas serão analisadas no próximo capítulo.

Na conferência sobre o fechamento das portas, o advogado tentou cooptar a simpatia da plateia, formada por comerciantes e, majoritariamente, por comerciários, primeiro questionando a aventada indiferença do comércio em alguns movimentos sociais. Seria injusta essa afirmação. Na luta abolicionista, teria presenciado, em Santos, a atuação de comerciantes, auxiliando, inclusive com o emprego de grandes capitais, o acoitamento dos fugitivos. Segue justificando, por outro lado, a tendência do conservadorismo da classe, cuja preocupação com a vida prática “imprimi-lhe um espírito de ordem.” Defende-se, então, da pecha de agitador, qualidade que passou a relativizar de forma mais ou menos aguda, dependendo da audiência.

É um agitador, é um revolucionário, segundo se pensa, quem vos fala. Mas jamais, senhores, eu quereria para a obra política que empreendo, o concurso de uma classe, quando esse concurso não fosse consciente e refletido; jamais enquanto ela não tivesse compreendido que transformação não é revolução armada, e que a revolução não era anarquia. (JARDIM, 1978, p. 223).

Procurando amainar algumas desconfianças, Jardim partiu para o ataque frontal à Monarquia.

Vale aqui destacar a crítica ao sistema eleitoral e às discriminações nele contidas, conforme objetivou demonstrar. Recorreu, como muitas outras vezes, à ironia, afirmando que a Monarquia prezava muito pelo comércio, que só serviria para fornecer-lhe capitais em ocasiões perigosas. Tanto isso era certo, asseverou, que a Constituição excluía do grupo de não votantes, por pertencer à classe de servir, os guarda-livros e os primeiros caixeiros das casas de comércio. Indignado, segundo as observações do taquígrafo, o conferencista denunciava o descaso do governo com a classe comercial: “Quer dizer que a Constituição de nosso País admite a hipótese de se considerar criado de servir o guarda-livros e o primeiro caixeiro! Quanto ao 2º, 3º e 4º caixeiros, estes, pela Constituição, são criados de servir, são assim considerados” (JARDIM, 1978, p. 229). Jardim demonstrava estar atento a uma forte demanda da plateia referindo-se, na verdade, ao 2º artigo da legislação eleitoral vigente – a Lei Saraiva – que reiterava os dispositivos do inciso III do artigo 92 da Constituição de 1824 sobre o exercício da cidadania: estavam excluídos os criados de servir, grupo em que não deveriam ser incluídos os guarda-livros e os primeiros caixeiros das casas comerciais, os criados da Casa Imperial que não fossem de “galão branco” e os administradores de fazendas rurais e fábricas.<sup>21</sup>

Lembremos que o Decreto nº 3.029 de 1881 inaugurou o sufrágio direto no Brasil, mas manteve exigências censitárias para a qualificação do eleitor e proibiu o voto dos analfabetos, o que deixava de fora grande parte da população, pobre e iletrada.<sup>22</sup> Praticamente, anulavam-se assim os efeitos permitidos pela letra fria da lei que facultava aos ex-escravizados nascidos no Brasil a condição de elegíveis e eleitores.<sup>23</sup> Mas o que Jardim destacava em sua fala, essencialmente corporativa, é que parte considerável dos comerciários continuava excluída do exercício da cidadania por fazer parte da categoria “criados de servir.” Não encontrei, no entanto, nenhuma crítica do conferencista ao fato de que a categoria “criados de servir” certamente abarcava, de forma generalizada, as muitas ocupações exercidas, no pós-Abolição,

<sup>21</sup> Ver: CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824).

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm). Acesso em: 12 ago. 2020.

<sup>22</sup> Comentando a exigência da alfabetização pela Lei Saraiva, Chalhoub destaca que, no Brasil oitocentista, negro na escola era caso de polícia. O autor cita ofício reservado, de 1835, do então chefe de polícia da Corte, Eusébio de Queiróz, ordenando que se investigasse as denúncias sobre reuniões de pretos Minas a título de escola de ensinar a ler e escrever”, muito embora ressaltando que tal providência fora tomada quando na própria cidade do Rio havia certo sobressalto com a possível rebeldia dos negros devido aos acontecimentos recentes em Salvador. “O fato de haver africanos reunidos pode ter sido mais relevante no caso do que o motivo escolar mencionado.” CHALHOUB, S. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*, n. 19, 2º semestre, pp. 33-62, 2010, p. 42. Abordando um outro período, Schwarcz aponta a ligação entre a lei do Ventre Livre, em 1871, e a criação de estabelecimentos para a educação de ingênuos e libertos. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, pp. 38-39.

<sup>23</sup> Lembremos que a Constituição de 1824, embora reconhecendo os direitos civis de todos os cidadãos brasileiro a partir da revogação do dispositivo colonial da “mancha de sangue,” manteve a diferenciação dos direitos políticos com bases em critérios censitários, cujos limites, já bastante restritivos, não valiam para aquele que não tivesse nascido ingênuo, ou seja, livre. Assim, a manutenção da escravidão e o impedimento legal de direitos políticos plenos aos libertos “tornaram o que hoje identificamos como ‘discriminação racial’ uma questão crucial na vida de amplas camadas das populações rurais e urbanas do período”. MATTOS, Hebe. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2 ed., 2000, pp. 20-21.

pelos egressos do cativeiro, fossem bom senso eles “13 de maio” ou portadores de precária liberdade mais antiga.

Ao fim do discurso, em que, como vimos, a luta de classes do marxismo era refutada e substituída pela propostas positivistas de relações harmoniosas entre o pobre, o fraco e a benevolente classe proprietária, Jardim novamente apontou a força do proletariado, termo que, por várias vezes, ele apresentou, inclusive explicando o seu significado, em um claro esforço de introduzir o conceito na cena política do País:

À classe operária que é o vasto corpo social, cabe produzir o trabalho e também a regeneração social, pela educação de seus membros e a proteção mútua; também a colaboração em negócios públicos, ou interesse pelas questões sociais, por uma justa apreciação, auxiliando a formação da opinião pública, a maior força humana, pois tem pela sua força numérica a serena persuasão de um conselho e a opressora imposição de uma ordem. (JARDIM, 1978, p. 230).

Necessário um parênteses para que se relativize a interpretação acima. Maria Auxiliadora Dias Guzzo (2003) lembra que não há evidências de que o advogado fluminense tenha lido Karl Marx.<sup>24</sup> Não há, em seus escritos, a menor referência ao teórico alemão. Apenas a palavra comunismo é usada de forma vaga. Em contrapartida, argumentações, principalmente baseadas no caráter determinístico da história, eram próprias da época, apresentando o próprio positivismo uma visão teleológica dos rumos da humanidade, também presente no marxismo. Além disso, no que diz respeito à defesa do proletariado, Jardim não se baseia no ideário marxista, pois nomeia como proletários os ex-escravos e seus descendentes, bem como imigrantes e homens livres pobres em geral. A autora, com tais argumentos, nega afirmações, como a de Maurício Vinhas de Queiroz, de que Jardim teria defendido um governo socialista. Certamente que não, acrescento: ele propunha uma sociedade que funcionasse harmonicamente como uma grande engrenagem azeitada pelo progresso e pela ordem.

Certo é, que sendo ou não um leitor direto de Karl Marx, Jardim apropriou-se das ideias marxistas para refutá-las, inclusive ressignificando a categoria proletário para delinear o Brasil republicano de seus sonhos.<sup>25</sup> Mais de uma vez, defendeu que os trabalhadores egressos da escravidão deveriam incorporar-se ao proletariado e, para tanto, era indispensável a valorização da lavoura, que necessariamente passaria pela modernização. Por ocasião do primeiro aniversário da Lei Áurea, afirmou que o movimento abolicionista visava não ao que vinha ocorrendo, mas à “completa incorporação do proletariado à sociedade moderna” (JARDIM, 1978, p. 354). Fazia, com isso, uma de suas mais claras adesões à parte

<sup>24</sup> Leão registrou que Jardim havia deixado de lado “leituras revolucionárias” para se dedicar aos autores ligados ao positivismo, o que indica um escopo de leitura maior, embora não definido, do nosso personagem. LEÃO, J. *Silva Jardim...*, p. 61.

<sup>25</sup> Baseio-me no conceito de apropriação que refuta a passividade do receptor, atribuindo-lhe a capacidade de variação, de desvio, de reinterpretação. CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

final do pensamento comtiano. Nos textos dedicados ao proletariado, Comte propôs dignificar pobres e ricos, preparando os primeiros para o trabalho e limitando as ambições exacerbadas dos segundos, evitando, assim, o agravamento das injustiças sociais, que poderia alavancar novos processos revolucionários, como os ocorridos na França no século anterior. Opunha-se com tal expediente à ideia de lutas de classes.<sup>26</sup>

O seu discurso, a despeito das considerações destacadas sobre a fraqueza do pobre a depender da atestada benevolência dos ricos proprietários, teria “causado uma bela impressão na classe caixeiral” (LEÃO, 1895, p. 188) que passou a prestigiar suas conferências. Por outro lado, sua participação na companhia contra a cobrança no abastecimento de água havia agradado a proprietários e capitalistas. Seu objetivo era conquistar apoio para a causa republicana em todos os segmentos: “Entendia que era preciso mover a onda, ou melhor, mover esta *besta* (grifo do autor) que chamavam de povo e que só existe como figura de retórica” (LEÃO, 1895, p. 188). Não fica muito claro se José Leão expôs neste trecho exclusivamente a sua própria opinião ou a ideia compartilhada com seu íntimo amigo. Outras partes de seu livro apontam para a segunda possibilidade: Jardim preocupava-se em preparar o povo inculto para o sistema republicano e democrático.<sup>27</sup> Fazia isso de forma original, como “homem de ensino e de combate” (LEÃO, 1895, p. 121). Conhecedor do “espírito das massas”, sabia influenciar uma plateia. Acreditava o tribuno que a linguagem deveria ter um “destino social” (LEÃO, 1895, p. 145).

Segundo Antônio Evaristo de Moraes (1989, p. 20), Jardim conquistou seus “fervorosos seguidores” no seio do operariado com a sua palavra fácil e hipnotizadora. Evaristo foi apresentado a Silva Jardim em 1888, aos 17 anos, já engajado na campanha republicana. Nutriu grande admiração por aquele que considerava o seu chefe político na propaganda. Curioso como Jardim atraía a simpatia de espíritos revolucionários como o jovem rábula, mais tarde engajado no Partido Socialista do Brasil, surgido em 1º de maio de 1917. Sua fala mesclava elementos bastante contraditórios, mas sua contundência, seu ânimo em estender a propaganda aos rincões mais distantes talvez tenha prevalecido não só na construção de sua imagem histórica como republicano revolucionário, mas também na concepção de grande parte dos seus contemporâneos. Prefaciando a segunda edição de *Reminiscências de um rábula criminalista*, Evaristo de

<sup>26</sup> Ver: AZZI, Riolando. **A concepção da ordem social segundo o positivismo ortodoxo brasileiro**. São Paulo: Edições Loyola, 1980, p. 201.

<sup>27</sup> Evidenciando as fraturas internas dentro do republicanismo paulista, Silvana Mota Barbosa destaca, como um dos pontos em comum entre eles, o chamamento da categoria povo como uma espécie de monopólio da causa republicana. “Povo” era principalmente a antítese da realeza. No entanto, o conceito teve variações importantes em diferentes discursos e períodos o que refletia a apontada pluralidade dos projetos políticos nos quadros do Partido Republicano, não só paulista, pois as ideias não respeitavam limites provinciais. Havia clara interseção entre ativistas paulistas e as lideranças históricas fluminenses, por exemplo. Sujeito indefinido e homogêneo ou novo ator da cena política e eleitoral, o “povo” era, porém, comumente objeto da tutela dos teóricos republicanos: deveria ser educado politicamente. BARBOSA, Silvana Mota República das letras: discursos republicanos na província de São Paulo (1870-1889). Dissertação (Mestrado em História). Campinas: UNICAMP. 1995, pp. 91-109.

Morais Filho, referindo-se aos documentos reunidos sobre a vida de seu pai, destaca que nenhum dos achados havia causado tanta emoção quanto à referência a seu nome nas páginas de *Memórias e Viagens*. Trata-se da passagem em que Jardim recorda-se de ter ouvido, na criação do clube republicano batizado com o seu nome, “belo discurso de um rapazinho Evaristo de Moraes, muito hábil” (JARDIM, 1891b, p. 263).

Fica clara, portanto, a atração exercida pelos talentos oratórios do tribuno. Posto de lado o caráter performático – que parece ter inebriado parte de seus contemporâneos – e analisado apenas o teor discursivo de Jardim, salta aos olhos o caráter conciliador de suas ideias, em parte bastante assemelhadas, e por vezes menos ousadas em relação àquelas defendidas por “novos liberais”, como Joaquim Nabuco e André Rebouças. Refiro-me à recusa de qualquer indenização atrelada à concessão de liberdade e às propostas de distribuição fundiária.<sup>28</sup> Em campanha eleitoral no Recife, no ano de 1884, Nabuco também se referiu aos “proletários” do campo, acenando aos lavradores e rendeiros com a possibilidade de pequenas propriedades, ideia que Jardim nem sempre defendeu diretamente em suas longas apresentações, só o fazendo no artigo escrito por ocasião do primeiro aniversário da Lei Áurea, como veremos no último capítulo.

Mesmo destacando o conservadorismo demonstrado por Jardim nos fragmentos há pouco analisados, consideremos como plausíveis as declarações de José Leão e Evaristo Moraes de que ele conquistara grande apoio entre os trabalhadores urbanos. Uma otimista previsão a respeito de sua candidatura à Constituinte, já no Governo Provisório, atribuía a sua vitória, dada como certa, ao reconhecimento dos comerciários: “Sabemos mais que a classe caixeiral vai sufragá-lo com entusiasmo, mostrando deste modo a sua gratidão pela propaganda que em outros tempos fez a favor do fechamento das portas” (CAPITAL Federal, 1890, p. 2). Mas nosso personagem esteve disposto a conquistar adesões em todos os grupos. Aproximou-se também, sobretudo a partir de setembro de 1888, da causa da lavoura, não só acolhendo, mas defendendo a adesão de grande parte dos antigos senhores de escravos ao Partido Republicano.

Ao contrário de outras aproximações, como a relatada com o setor comercial, a aliança com os antigos escravocratas rendeu-lhe ácidas críticas de alguns homens de bastante prestígio na sociedade imperial, como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. Não era novidade aquele acercamento – já demonstrado na sua excursão pelo Vale do Paraíba a visitar sedes fazendárias e cooptar barões cafeicultores na criação dos clubes republicanos –, mas os ataques contra a associação entre propaganda e lavoura ecoaram mais fortes a partir da eleição de um fazendeiro da região de Leopoldina, na Zona da Mata mineira, como deputado republicano. Jardim tornou-se defensor desse personagem, que causou dias

<sup>28</sup> Ver: MARSON, Izabel Andrada. **Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão**. Uberlândia: EDUFU, 2008, pp. 117-135.



de estupefação e expectativa na Corte, logo depois se transformando em objeto de chacota.

### 3.3 A “QUESTÃO DO JURAMENTO” E A ESCALADA DOS EMBATES DISCURSIVOS.

Quase ao mesmo tempo em que Silva Jardim, chegara à Corte, em setembro de 1888, o recém-eleito deputado mineiro Antônio Romualdo Monteiro Manso. Foram apresentados e estreitaram conhecimento durante a recepção oferecida a ambos por Saldanha Marinho. O novo parlamentar era aguardado com ansiedade, pois sua posse representava o retorno da representatividade do Partido Republicano na Assembleia Geral, já que os deputados anteriores, Prudente de Morais, Campos Sales e Álvaro Botelho, tinham sido derrotados no pleito de 1886. O médico e cafeicultor foi eleito em junho de 1888 para ocupar a vacância deixada na representação de Minas Gerais por José de Resende Monteiro, o barão de Leopoldina, que passava ao Senado do Império.

Por ocasião da dupla homenagem realizada em um banquete dominical na residência de Saldanha Marinho, Monteiro Manso já tinha se transformado em alvo de grandes expectativas por parte dos correligionários políticos reunidos em festa. Em seis de setembro, três dias antes, negara-se a jurar fidelidade ao Império e à Igreja Católica, passando a protagonizar a chamada “questão do juramento.”<sup>29</sup> O episódio acabou abrindo uma grande crise institucional, solucionada com a alteração do regulamento interno da Câmara. A partir da recusa, o juramento de posse na Câmara dos Deputados tornou-se facultativo, o que foi tomado, até mesmo por monarquistas, como inequívoco avanço do movimento republicano, provocando o acirramento dos debates discursivos na imprensa da época sobre a aproximação da propaganda republicana com a lavoura. Afinal, Monteiro Manso era representante da cafeicultura da Zona da mata mineira – assomada como um dos grandes redutos escravocratas do País – e sua aproximação de Silva Jardim, evidenciada naqueles dias pelo arrojo com que o advogado saiu a defendê-lo na imprensa, sinalizava o início de uma perigosa parceria.

Em torno da “questão do juramento” e dos desdobramentos a ela vinculados, em especial a expectativa da lavoura em torno da indenização, um duro debate passou a se intensificar entre Jardim, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco.

A quem elegeu? O Sr. Monteiro Manso, um homem de bem, um bom caráter, mas não basta o silêncio da pedra, taciturna, imóvel, para assinalar o movimento das ideias de um povo. Sua Excelência é um coração puro e leal, mas não passa de uma esfinge, é menos que uma esfinge, porque essa no seu silêncio, conforme a tradição, repetia a sonoridade dos ventos do deserto (PATROCÍNIO, 1888a, p. 2)

O fragmento acima fez parte da conferência realizada em 23 de setembro, no Teatro Lucinda.

<sup>29</sup> A “questão do juramento” será detalhada no quarto capítulo quando mais detidamente será apresentado o personagem Monteiro Manso.

Nesta fala, José do Patrocínio frisou sua opinião sobre o despreparo do novo parlamentar republicano, cujo acanhamento para tomar a palavra começou a ser logo percebido e ironizado por seus adversários políticos. A criticada ausência de pronunciamentos por parte do deputado mineiro, comparado a uma esfinge nas páginas da imprensa carioca, foi compensada pela oratória daquele que se tornou o seu combativo defensor: o advogado Silva Jardim. Ele rebateu as críticas de outros políticos e homens de letras do seu tempo, defendendo o valor do correligionário político. Além de José do Patrocínio, o seu maior interlocutor na “questão do juramento” foi Joaquim Nabuco, que, no dia seguinte ao episódio, elogiava o texto proposto para a votação da emenda do regulamento, logo se tornando, no entanto, opositor da solução encontrada, mudança talvez ditada pela grande repercussão que o caso tomara, sendo alardeado, não só pelos republicanos, como um forte indício da iminente derrocada da monarquia.

Joaquim Nabuco inicialmente elogiou o “louvável” procedimento do “Parlamento que votou o 13 de maio”, que vinha discutindo a questão com base na reforma eleitoral de 1881, interpretada como um precedente jurídico adequável à situação, já que previa a elegibilidade dos acatólicos. Opunha-se assim ao comentário de “muitos colegas de que havia nisso um grande perigo para a monarquia.” Nesse ponto, desenvolveu e concluiu o que, na introdução, já esboçara ao comentar que o incidente parlamentar “há de ser mui diversamente comentado, conforme o ponto de vista de cada partido.” Considerava “altamente honrosa” para um parlamento a “homenagem rendida aos dois grandes princípios da liberdade de pensamento e da soberania nacional”, não receando “que do bem possa resultar o mal.” Em mensagem indireta aos propagandistas republicanos, que, àquela altura, associavam-se largamente à lavoura, preconizava “um perigo muito diverso.” Dizia-se receoso “que no dia em que o governo quisesse recuar, em vez de avançar, [...] dado esse temperamento radicar da presente legislatura ela votasse n’uma assentada só a indenização”. (NABUCO, 7 set. 1888a, p. 1)

O posicionamento de Joaquim Nabuco sobre a “questão do juramento”, atacado como incoerente e incompreensível por Jardim, pode ser melhor elucidado se levarmos em conta as reformas por ele defendidas. Elas incluíam, entre outros pontos, a federação, a liberdade religiosa e a emancipação dos escravos sem indenização e fariam parte de um princípio comum às convicções liberais aristocráticas: “reforma e contrarrevolução” (MARSON, 2010). Ou seja, os aspectos de defesa da liberdade política e religiosa implícita na questão do juramento – já que Monteiro Manso rebelava-se também contra a Igreja Católica – foram acolhidos por Nabuco como prova de que o Parlamento procurava, assim, respeitar uma das leis básicas do liberalismo. Na contramão dos “novos republicanos” aos quais a propaganda associava-se, ele via como mais prejudicial a possibilidade de ser aprovado o projeto indenizatório do que as alterações meramente formais no Parlamento, até porque elas iam ao encontro das orientações reformistas.

Inicialmente, embora outros conhecidos personagens da época tenham também escrito sobre a “questão do juramento”, a polêmica, conforme já ressaltado, foi mais fortemente sustentada entre Silva

Jardim e Joaquim Nabuco. As disputas discursivas já existentes entre eles foram acirradas pelo episódio. A conferência do dia 30 de dezembro de 1888, realizada por Jardim na Sociedade Francesa de Ginástica, no Rio de Janeiro, parece ter sido o ápice desse duelo retórico. Na ocasião, muitas das suas alegações contra as ideias de Nabuco foram reiteradas, tendo o conferencista novamente valorizado a mudança protocolar forçada pelo posicionamento do correligionário, que se contrapôs à cerimônia do juramento.

É preciso lembrar que a origem e os modos aristocratas de Nabuco serviram à estratégia dos contatos internacionais, da produção intelectual por meio de publicações e da representação parlamentar. O exercício da escrita e da reflexão históricas em suas obras mais conhecidas teriam sido um recurso de atuação política, pois “[...]se constituíram no debate político contemporâneo e propuseram encaminhamentos de matiz liberal aristocrático para questões prementes como a abolição do cativo e a defesa da causa monárquica” (MARSON, 2010, p. 1). Assim, manteve laços intrínsecos entre a prática política e a escrita, sendo classificado por Izabel Marson como “político-escritor abolicionista” (MARSON, 2008, pp. 13-14) que atuou também como historiador, reinterpretando as especificidades brasileiras como forma de construir argumentos e projetos políticos.

Sobre a atuação de Nabuco no movimento abolicionista, Jardim ironizou: “Não manchou-se lhe a tez ao calor do sol que abrasava as fazendas”. Com “ares de diplomata, foi à Europa abolir a escravidão no Brasil” (JARDIM, 1978, p. 257). Referia-se ao tempo em que o advogado pernambucano passou na Inglaterra, após ser derrotado nas eleições para a Câmara de deputados em 1881, e durante o qual escreveu e publicou *O Abolicionismo*, defendendo a liberdade para os escravizados sem o ressarcimento dos proprietários. Defrontava-se Jardim com um opositor renomado que, já no pós-Abolição, mobilizava todo o seu capital político a favor da complementação da Lei Áurea por meio da implantação de medidas há muito discutidas pela Confederação Abolicionista e contra o fortalecimento do Partido Republicano, que se expandia com a adesão dos fazendeiros descontentes com a falta de braços para o trabalho rural.

Por representar a lavoura da Mata mineira, o novo deputado Antônio Romualdo Monteiro Manso foi tomado como símbolo da considerada espúria associação entre fazendeiros e o movimento republicano. Veremos, no quarto capítulo, que o seu republicanismo, bastante anterior à Lei Áurea, tornava passível de maior cautela a sua classificação como adeso do 14 de maio, para citar a forma como eram chamados os novos republicanos por observadores como Patrocínio. Apesar disso, a pena mordaz daquele homem de letras que se afirmara no ofício da imprensa carioca não exagerava em suas ácidas críticas. O Treze de Maio engrossara a fileira das adesões. Uma das razões para isso – mitigada pela campanha republicana à medida que aumentavam as críticas contra o seu conluio com os proprietários de terra – era a perspectiva da indenização, uma questão que, naquele período pós-abolicionista, continuava em aberto.

Lembremos que, enquanto a lista de novos republicanos revoltados com a Lei Áurea crescia,<sup>30</sup> tramitava, nas câmaras alta e baixa, um projeto de indenização. Onze dias depois da Abolição, a legião liderada por Paulino de Souza protocolou pedido de indenização aos senhores expropriados de seus escravos na Câmara dos Deputados e João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe, encaminhou projeto similar ao Senado. Tais iniciativas, naquele primeiro momento, não vingaram, mas as reivindicações naquele sentido não tiveram fim. Uma nota publicada na sessão *A Pedidos* do *Diário de Minas* lamentava, em tintas carregadas, a rejeição do dispositivo legal.<sup>31</sup> Na mesma nota, os fazendeiros ressentiam-se da alcunha dada à iniciativa apresentada por João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe. Chamavam-no Bendengó, muito provavelmente por seu potencial de impacto, seja qual fosse o resultado, na sociedade da época. Era uma alusão ao meteorito que atingira o solo baiano há mais de um século e que, naquele mês de julho de 1888, era recebido no Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, nas presenças da Regente e seu esposo.<sup>32</sup> Se aprovado, o “Bendengó” descontentaria os setores francamente abolicionistas que, em função da Lei Áurea, continuavam empenhando grande apoio à Casa Imperial. Se rejeitado, como acabou acontecendo, aguçaria a grande fenda já aberta no até então compacto apoio representado pela classe agrícola.

A pedra negra de cinco toneladas e meia – o maior meteorito que já atingiu o solo brasileiro<sup>33</sup> – tornou-se logo a grande sensação na Corte, sendo a novidade rapidamente integrada à vida cultural da cidade, tornando-se tema de versos, batizando peças teatrais. A peça Bendengó, encenada no Teatro Recreio, parece ter alcançado grande sucesso: “Não se pergunta mais onde vai hoje à noite o público que se diverte, quando se sabe que o Recreio continua a levar o endiabrado Bendengó.” (BENDENGÓ, 1889, p. 2). Tratava-se de uma revista cômica, que reunia elenco bastante conhecido e apreciado. Entre as atrizes, Hermínia Adelaide e a italiana Rosina Bellegrandi. Outra produção teatral trazia de forma leve e divertida os principais acontecimentos que haviam marcado o movimentado ano de 1888. Lá estava novamente o Bendengó na parte final da prolongada justaposição ABOLINDEMREPCOTCHIMDENGÓ<sup>34</sup>. Tratava-se da junção de abolição, indenização, república e Cotegipe, em alusão à queda do ministério anterior, à imigração chinesa e ao Bendengó.

A peça teatral que mais polêmica causou no pós-Abolição tinha, no entanto, um título mais sóbrio e direto, embora também se tratasse de uma comédia: *Indenização ou República*. Os ensaios foram

<sup>30</sup> A já citada listagem assinada pelo barão das Palmeiras, que na oportunidade recusava a graça do título nobiliárquico, reunia mais 49 lavradores que anunciavam uma “nova era “aberta pela “transformação do sistema de trabalho” e reivindicavam um governo integrado por “mandatários responsáveis e demissíveis”. REUNIÃO de lavradores de Juiz de Fora. **O Farol**. Juiz de Fora, ano 22, n. 126, p. 2, Publicações a Pedido. 3 jun. 1888.

<sup>31</sup> O GRANDE projeto. **Diário de Minas**. Juiz de Fora, ano 1, n. 20, 20 jul. 1888, Publicações a pedido. p. 2.

<sup>32</sup> **JORNAL do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 66, n. 177, p. 2, 14 jul. 1888.

<sup>33</sup> O Bendengó foi um dos poucos itens a se salvar intacto do lamentável incêndio do Museu Nacional do Rio de Janeiro, ocorrido em 2018.

<sup>34</sup> PALCOS e salões. **Diário do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 51, p. 2, 23 jan. 1889.

iniciados no dia 7 de julho de 1888, conforme o jornal *Cidade do Rio*<sup>35</sup>, que anunciava dois de seus colaboradores, Emílio Rouède e Coelho Neto, como autores da peça. O jornal *Novidades* logo se voltou contra o projeto artístico, que representaria “séria ofensa a muitas susceptibilidades” (TELHA, 1888, p. 1) ponderando que certos fatos, pela seriedade e imprevisibilidade, não deveriam ser levados à cena, pois, da combinação entre o título da nova peça e os fatos políticos do momento, deduzia-se que aqueles dois escritores pretendiam “meter à bulha uma fase da nova evolução importantíssima pelos futuros resultados que ninguém pode por enquanto prever” (TELHA, 1888, p. 1). O *Gazeta de Notícias*, por sua vez, transcreveu a crítica do concorrente – que representava então o novo republicanismo da antiga lavoura – justamente para replicá-la.

De forma irônica, o autor da coluna *Macaquinhos no Sótão* dizia até compreender que o jornal achasse feio o Sr. João Alfredo e bonito o barão de Cotegipe, mas surpreendia-se que um órgão de imprensa da Corte intrigasse dois escritores simpáticos e talentosos como Emílio Rouède e Coelho Neto. Falou das dificuldades enfrentadas pelo teatro brasileiro e, de forma provocativa, aconselhou que deixassem os autores livres em sua função literária ou não estaria o *Novidades* ganhando “honrosamente a sua vida, adquirindo as simpatias da principal fonte de riqueza pública com os seus brilhantes artigos – tão mal empregados! – em favor de uma causa perdida?” (TELHA, 1888, p. 1). Os próprios autores de *Indenização ou República*, na edição seguinte, pronunciaram-se: “Estamos certos de que todos os atos, quer políticos, quer sociais, públicos ou privados, podem ser levados à cena, desde que tenham a aprovação da censura, porque acreditamos que o ridículo é a arma mais própria para matar os abusos da sociedade.” (ROUÈDE; COELHO NETO, 1888, p. 4).

Outra extensa matéria do jornal *Novidades*, desta vez diretamente ligada a não aprovação do “projeto Bendengó”, bem ilustra a inconformidade da lavoura com a lei que, em 13 de maio de 1888, aboliu a escravidão no Brasil de forma sucinta, sem brechas para reivindicações indenizatórias. Era condenado o comportamento da Regência, que, chamada pelo Senado a pronunciar-se sobre o assunto, manteve-se em “assombroso silêncio”, o que vinha sendo interpretado como o “falecimento do sistema representativo” (A AÇÃO do governo, 1888, p. 1). Além disso, era preciso que o governo se convencesse de que não iria pelo “silêncio covarde e acintoso” conseguir “estrangular a ideia da indenização”. Isso porque o projeto teria “o cunho da justiça” e representaria a maior parte da nação que não permitiria o “precedente pernicioso” (A AÇÃO do governo, 1888, p. 1), verdadeiro atentado do governo contra a propriedade.

A discussão, segundo a manifestação da lavoura, não estava, portanto, encerrada. À expectativa dos fazendeiros, a classe artística e parte da imprensa – notadamente o jornal *Cidade do Rio*, de José do

---

<sup>35</sup> CIDADE do Rio. Rio de Janeiro, ano 2, n. 149, 6 jul. 1888, Proscenios e salões, p. 2.

Patrocínio, e o *Gazeta de Notícias* – respondia com indignação, frequentemente se valendo de mordazes ironias. O interesse recíproco entre os adesistas da lavoura e a propaganda republicana extrapolava o campo da política partidária. Encenava-se nos palcos cariocas a corrida dos senhores de escravos, destituídos de parte expressiva de seu patrimônio pela pena da princesa Isabel, para o Partido Republicano.

A *Revista Ilustrada* representou a seguinte cena, utilizando-se, como de costume, do traço de Ângelo Agostini combinado a rápidas legendas escritas em letra cursiva, justamente para marcar que faziam parte do humor produzido pelo caricaturista.<sup>36</sup> Cotegipe, pensativo, buscava um plano para perturbar o Gabinete João Alfredo. Visitando o Bendengó, no Arsenal da Marinha, teve a brilhante ideia de apresentar o projeto de indenização contando com o esforço de alguns senadores, que, juntos e ofegantes, empurravam a grande pedra para obstar trilhos onde passaria “o trem do Estado.” (REVISTA ILUSTRADA, 21 jul. 1888, pp. 3-4). Descarrilado o trem, Cotegipe se apossaria então do tesouro nacional, distribuindo-o aos “lavradores despeitados”. Logo após, desfraldaria a bandeira com os dizeres *República e Escravidão*, sendo proclamado Presidente da República. No entanto, a tentativa, vista pela maioria dos senadores como uma selvageria, acabou sendo trucidada pela força da “locomotiva 13 de maio”, lançando longe os nove senadores – caracterizados como indígenas – que haviam seguido às ordens do “Cacique Cotegipe” (REVISTA ILUSTRADA, 21 jul. 1888, pp. 3-4).

A locomotiva desenhada por Ângelo Agostini encarnou, muito provavelmente, a força do movimento abolicionista há pouco mais de dois meses vitorioso. O estandarte associando o regime republicano ao retorno da escravidão certamente ganhou significados muito mais amplos do que os intencionados pelo desenhista, que talvez apontasse apenas a expectativa de antigos escravocratas que, tardiamente, aderiam ao Partido Republicano e não um compromisso por parte da sigla partidária.

Resta-nos conjecturar de que forma foi apropriada a mensagem pela majoritária população iletrada da época, grande parte fixada nas vilas do interior, e nas muitas fazendas que as circundavam. A questão é crucial e vem ao encontro de um dos principais objetivos deste trabalho: abordar os amotinamentos contra Silva Jardim. Nesse sentido, é válido lembrar a frase de Joaquim Nabuco em homenagem ao ilustrador italiano durante uma das várias cerimônias que comemoraram a Abolição.

Nabuco afirmou que “a sua Revista foi a bíblia abolicionista do povo, o qual não sabe ler” (BALABAN, 2009, p. 87). A frase, muitas vezes repetida, acabou sendo adulterada, sobretudo pela supressão da vírgula: “A sua revista foi a bíblia abolicionista do povo que não sabe ler” (BALABAN, 2009, p. 87). A construção original esteve de acordo com a oposição do então parlamentar à lei de 1881, que facultava aos libertos e ingênuos o direito de serem eleitores e elegíveis, desde que alfabetizados. A frase de Nabuco, com a vírgula, demonstrava que, para ele, “todo cidadão que se enquadrava na categoria

---

<sup>36</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p., 22.

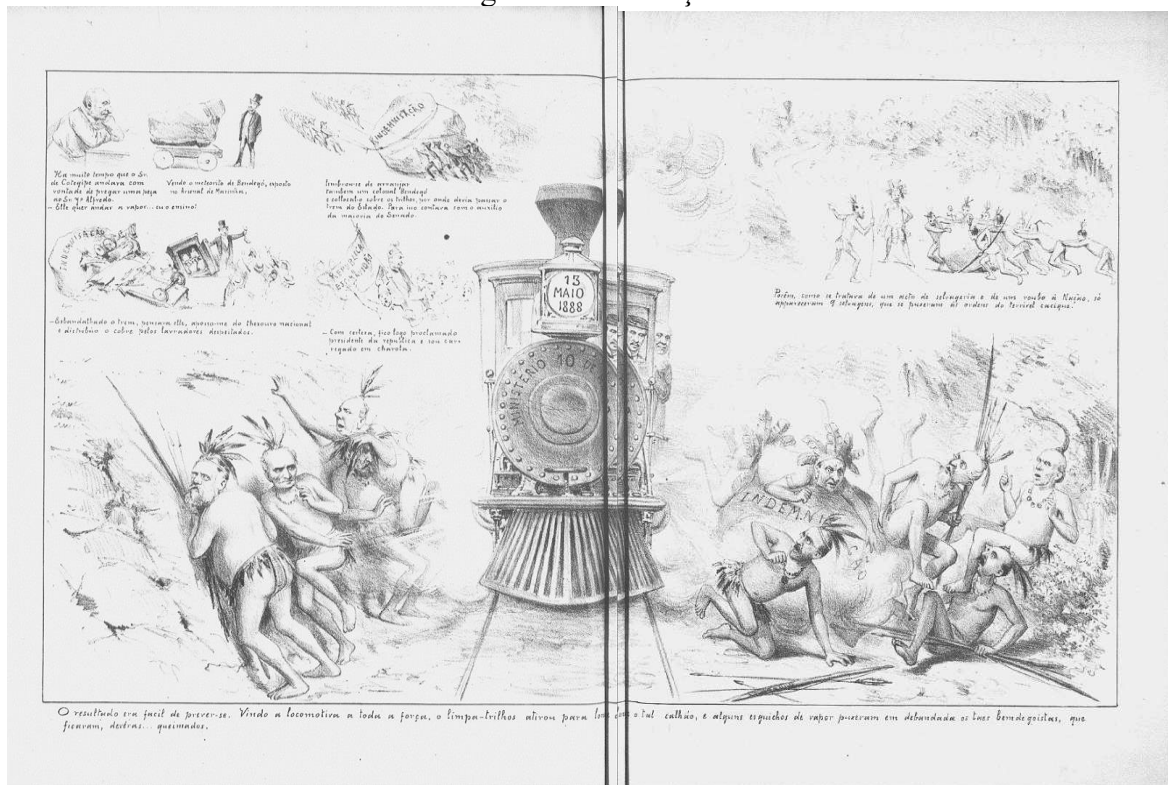
de povo era analfabeto” (BALABAN, 2009, p. 87) e, portanto, a legislação eleitoral excluiria muitos cidadãos da vida política.

Na visão do deputado, a *Revista Ilustrada* teria assumido uma “[...] função pragmática, ajudando a difundir o abolicionismo pela sociedade iletrada, o povo” (BALABAN, 2009, p. 88). O periódico teria sido “um instrumento de cidadania” para “[...] os leitores que precisavam da tradução imagética das ideias e dos ideais abolicionistas” (BALABAN, 2009, p. 87). Naturalmente, sobretudo em se tratando do espaço rural, caracterizado pelo isolamento das populações egressas do cativeiro – em grande parte mantidas nas fazendas –, o sentido da fala de Joaquim Nabuco suscita hoje muitas dúvidas, como ressalta Marcelo Balaban em obra há pouco citada. A quem afinal se referia Nabuco? Nesse ponto, proponho uma adaptação dos questionamentos apresentados em *Poeta do Lápis* à conjuntura analisada nesta tese. Os desenhos de Agostini chegavam aos escravizados e, no pós-Abolição, à parcela negra e pobre do interior? Eles teriam sido “evangelizados” pela obra do artista italiano? Ou esta era lida somente pelos cidadãos ativos [...] que teriam adquirido consciência e passado a comungar da mesma causa?” (BALABAN, 2009, p. 89). Para o autor, a ausência de dados sobre, por exemplo, o perfil dos leitores da *Revista Ilustrada* dificulta argumentações que endossem o caráter evangelizador do jornal como importante agente difusor do abolicionismo.

Por outro lado, a análise de Maria Tereza Chaves de Mello sinaliza a possibilidade de afirmações a respeito da grande influência da *Revista Ilustrada* entre os iletrados das zonas da lavoura:

Registrar a popularidade, a importância social e a penetração da *Revista Ilustrada* é tarefa de monta. O semanário era vendido a 500 réis o exemplar avulso e a 12\$000 e 20\$000 a assinatura anual, na Corte e nas províncias, respectivamente. Cobria todo o território nacional e chegou a ter uma tiragem de quatro mil exemplares, fato inédito para uma publicação ilustrada naquela época em toda a América Latina. Considerando-se que seus exemplares eram, devido à sua popularidade, várias vezes emprestados, pode-se avaliar, graças também a sua imagem gráfica, sua capacidade de penetração nas camadas não-letradas da população. Dela dizia Monteiro Lobato: “Não havia casa em que não penetrasse a *Revista*, e tanto deliciava as cidades como as fazendas.” (MELLO, 2007, p. 80.)

Figura 2 – Indenização



Fonte: *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, ano 13, n. 506, pp. 3-4, 21 jul. 1888.

Legenda: “Há muito tempo que o Sr. Cotegipe andava com vontade de pregar uma peça no sr. João Alfredo: – Ele quer andar a vapor... eu o ensino! Vendo o meteorito de Bendengó, exposto no Arsenal da Marinha, lembrou de arranjar também um colossal Bendengó e colocá-lo sobre os trilhos, por onde devia passar o trem do estado. Para isso continua com a maioria do Senado. Esbandalhado o trem, pensava ele, aposso-me do tesouro nacional e distribuo o cobre pelos lavradores despeitados. Com certeza sou proclamado presidente da república e sou carregado em charola.”

“Porém, como se trata de um ato de selvageria, e de um roubo à nação, só apareceram nove selvagens que se puseram às ordens do terrível cacique. O resultado era fácil de prever-se. Vindo a locomotiva a toda força, o limpa-trilhos atirou para longe o tal calhao e alguns esguichos de vapor puseram em debandada os bendeçoístas que ficaram deveras queimados.”



Os jornais impressos na Corte chegavam sistematicamente às vilas da Zona da Mata mineira pelos trilhos da linha férrea. Ao revisitar os conflitos que marcaram a propaganda republicana na região, é válido considerar as informações acima de que a *Revista Ilustrada* chegava aos redutos fazendários, embora não tenhamos condições de precisar sua penetração entre grande parte da população interiorana. Nelson Werneck também utilizou a mesma fala de Monteiro Lobato sobre a circulação do periódico, mas de uma forma mais ampla, cuja leitura completa sinaliza mais o monopólio da leitura entre as classes abastadas: “Quadro típico de cor local era o do fazendeiro que chegava cansado da roça, apeava o cavalo a um negro, entrava, sentava-se na rede, pedia café à mulatinha e abria a Revista” (SODRÉ, 1999, p. 217).

Marialva Barbosa (2017, pp. 96-102) chama a atenção para a contradição presente entre os comentários sobre a grande penetração da revista nos meios urbano e rural e os de Joaquim Nabuco, que classificou o periódico como um jornal caro que havia caído no gosto das classes elevadas. Como uma das mais caras publicações da Corte poderia ter tanta circulação? A chave pode estar na cena acima descrita do fazendeiro abrindo-a enquanto era atendido pela criadagem. Assim como as outras folhas, a *Revista Ilustrada* passava de mãos em mãos, de forma consentida, fortuita ou em oportunidades não raras como a sugerida pela cena. Imaginemos que o fazendeiro tenha se levantado, deixando esquecida a publicação por tempo suficiente para ser “lida” pelo serviçal de dentro. Aquelas informações eram então reproduzidas nos terreiros, nas senzalas e em espaços de sociabilidade diversos. Outra possibilidade seria o eco encontrado pelo comentário dos senhores acerca da leitura que, não raramente, era feita em voz alta quando da reunião de um grupo maior de pessoas. Certamente, aquelas “imagens sínteses e textos diversos” (BARBOSA, M., 2017, pp. 96-102) transportavam-se também pela força do comentário.

Fato é que a associação entre indenização e república circulava em ambientes múltiplos. Silva Jardim esteve, muitas vezes, no cerne das discussões. Por seu firme propósito de implantar a República, contando com todo e qualquer apoio possível, ele foi largamente censurado por seus contemporâneos. Maurício Vinhas de Queiroz (1947) avalia que a aproximação com os antigos senhores das senzalas foi a sua grande falha: Em outra obra, o autor considera a aproximação com os proprietários o “erro fundamental de toda a sua atuação” (QUEIROZ, M., 1967, p. 100). O autor explica, então, por que Jardim “incidiu no erro palmar ao invés de abrir luta decidida contra os proprietários rurais, levantando a ideia da Reforma Agrária” (QUEIROZ, M. 1967, p. 100). A resposta estaria em sua argúcia política. Ele teria consciência de que o Império apenas explorava a ideia de uma reorganização fundiária com intuítos demagógicos. A Monarquia não se lançaria a aplicar um projeto que viesse de encontro aos interesses agrários dos seus “homens-de-proa.” Por outro lado, os “republicanos evolucionistas” também não fariam a reforma, ligados também aos proprietários rurais. “Eram Silva Jardim e a sua corrente os que socialmente estavam mais próximos de levantar com sinceridade e firmeza o programa antilatifundiário” (QUEIROZ,

M. 1967, p. 100). Só não o fez por não poder o “pequeno-burguês” fugir às contingências da época que não contava com um “operariado forte e consciente” (QUEIROZ, M. 1967, pp. 100-101).

Maurício Vinhas de Queiroz talvez tenha construído a mais idealizada narrativa sobre Silva Jardim, classificando-o como o “precursor do socialismo no Brasil” (QUEIROZ, M., 1947, p. 78; 1967, p. 21) e destacando, exageradamente, os aspectos de sua origem humilde. Heitor Ferreira Lima, por sua vez, faz uma análise bastante ampla, esclarecendo, na introdução, que, como adepto do materialismo histórico, procurava explicar a ação de Jardim como fruto da sua formação mental e cultural desde os bancos acadêmicos, quando, segundo o autor, teria participado de “organizações subversivas” como a Maçonaria e a Bucha.<sup>37</sup> Esse autor, a despeito de sugerir a aproximação de Jardim com ideias socialistas, parece compreender melhor o esforço do propagandista na aliança tática com a lavoura. Ele teria pleiteado a adesão dos agricultores à causa republicana pela importância e força que representavam em um país essencialmente agrícola, “não se podendo, sem eles, formar um partido nacional” (LIMA, H., 1987, p. 53).

Partindo dessa interpretação, considero que, na conferência do dia 22 de setembro de 1888, realizada no Teatro Lucinda, respondendo inicial e nominalmente as críticas de Joaquim Nabuco com relação à rumorosa posse do fazendeiro mineiro, ele passou a construir argumentos para justificar a sua aproximação com os fazendeiros. Empenhava-se em demonstrar que os setores produtivos eram normalmente retardatários na adesão de reformas sociais, o que não consistia em um erro e sim em uma necessidade. Assim, a classe intelectual e os profissionais liberais estavam à frente dos agricultores, dos comerciantes, fabricantes e banqueiros. Esses, envolvidos em suas funções diárias, “precisavam ver o desenvolvimento das ideias, na sua propaganda, em sua constituição como escola, como partido, [...] para então decidir-se por elas” (JARDIM, 1978, p. 201). Ademais, para que os homens se movessem “em massa”, era necessário um fato que servisse de pretexto, um sinal comum que despertasse toda a coletividade. Assim, mesmo “despertando o egoísmo”, uma reforma social “poderia produzir numa nobre emulação outra reforma social” (JARDIM, 1978, p. 201).

As distinções entre velhos e novos republicanos eram descabidas. A ideia republicana vinha sendo aos poucos elaborada pelo “cérebro nacional” (JARDIM, 1978, p. 202) à medida em que os erros da Monarquia se repetiam e agravavam. Além disso, as leis da hereditariedade certamente contribuíam para o rápido progredir do republicanismo. Haveria na plateia alguém que pudesse, com sinceridade, “afirmar ser novo o republicanismo mineiro”? (JARDIM, 1978, p. 203). A obra comum da reorganização social e política era herdada dos antepassados históricos que morreram pela causa da liberdade pátria. Jardim

---

<sup>37</sup> Abreviatura usada para designar a *Burschenschaft*, sociedade secreta alemã, muito difundida entre a juventude acadêmica, principalmente em São Paulo, cuja atividade, embora permanecesse nebulosa, teria fins políticos. Ver: LIMA, Heitor Ferreira. **Perfil político de Silva Jardim**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1987, p. 13.

evocou Tiradentes e disse que, ao tempo do alferes mineiro, já podiam ser pressentidos outros movimentos, como o de 1817, 1822, 1824 e mesmo 1831 e 1848. Assim, o alegado atavismo revolucionário mineiro justificaria a não distinção entre novos e velhos republicanos. Seriam “todos irmãos na obra comum da nossa reorganização social e política, herdeiros daqueles antepassados, que morreram pela causa da liberdade da nossa pátria! (JARDIM, 1978, p. 201). Jardim valorizou a lavoura, destacando-a como a base da economia nacional, mas dirigia-se em especial à lavoura mineira. Em vários outros pontos, destacou o que seriam “as tradições libertárias” da província:

A lavoura não fez mais do que, especialmente em Minas, retomar as suas tradições de independência: porque só o malogro da tentativa de uma pátria emancipada da metrópole, sob o governo republicano, é que fez retardar naquela terra, de quase um século, os meios de realizar uma tal aspiração; retardar sim, porque no fundo do coração mineiro essa aspiração existe sempre, a par do sentimento de uma forte dignidade, de um grande patriotismo, e de muito valor, como ainda a revolução de 42 veio demonstrar! (JARDIM, 1978, p. 205).

Em sua argumentação, ressaltava o fato de que “a maior massa de republicanos composta dos elementos agrícolas em nada viciava a agitação política do momento.” Ao contrário, argumentava, se a nação brasileira era essencialmente agrícola, se a agricultura era a sua principal fonte de riqueza, porque abdicar de um “partido grande e forte que não se compusesse destes elementos?” (JARDIM, 1978, p. 203). No discurso em que objetivava defender-se dos ataques de Nabuco contra a entrada ruidosa de Monteiro Manso no Parlamento, Jardim, pela primeira vez, incisivamente acusou a Monarquia de ter traído a classe agrícola. Em uma argumentação dúbia, em que deixava margens para ser interpretado como defensor da ideia indenizatória, lembrou que o trono havia lançado mão de uma política enganosa, mandando dizer ao País que a escravidão se sustentaria até o fim do século. “E assim, se teve intenções libertadoras, jamais delas avisou à lavoura” (JARDIM, 1978, p. 204). Referia-se Jardim à subscrição, em 1887, de quatorze senadores, sob a liderança do antigo chefe de gabinete Souza Dantas, prevendo o fim da escravidão para 31 de dezembro de 1889. O trono teria cometido, com tal política, grande injustiça contra os agricultores, que teriam então recebido o Treze de Maio dignamente, não com armas na mão, mas resignados. Tal resignação teria sido “erguida apenas de uma nobre atividade mental, que deu em resultado uma renovação de suas ideais, um renascimento de suas convicções de homens livres, e agora ainda mais livres” (JARDIM, 1978, p. 204), por isso mesmo não possuidores de escravos.

A ideia indenizatória, se bem que obstada no Parlamento, persistia ainda entre a intenção dos novos republicanos, questão que Jardim abordou de forma oblíqua no discurso do dia 12 de setembro de 1888. A Abolição, ato que não condenava, ao contrário, qualificava como “o mais glorioso de nossa pátria” (JARDIM, 1978, p. 206), foi tardia, mas violenta. Uma sucessão de ministérios realmente abolicionistas, “em vez de um ministério reacionário ao golpe abolidor”, teria predisposto a mentalidade dos agricultores

a uma “libertação completa, sem despertar, por espírito de oposição, essa intriga de uma indenização impossível” (JARDIM, 1978, p. 206).

Explicou-se, afirmando que não era “nem retrógado, nem anárquico e longe de ser inspirado por um sentimento de abolicionismo que tem ódio à lavoura é levado pelo interesse da própria lavoura” (JARDIM, 1978, p. 297), classe pela qual muito prezava. Reiterava, então, um elemento muito presente em seus discursos: a preocupação com a economia do País, visando, conforme sempre frisava, ao bem da coletividade: “O que eu quero é a harmonia e o bem-estar do agricultor, - e neste ponto sou da lavoura; - bem como dos ex-escravizados, e neste ponto sou do proletariado, dos libertos” (JARDIM, 1978, p. 298).

Quando Joaquim Nabuco, logo depois de aprovada a emenda ao regimento da Câmara, mudou totalmente o tom sobre a questão do juramento, Jardim voltou-se contra ele com fôlego redobrado, rebatendo-o de forma direta e sistemática. Aquele, ao contrário, quase nunca o citava, embora seus textos publicados entre meados de 1888 até novembro de 1889 fizessem sempre referência à agitação republicana, da qual Jardim despontava como o principal expoente. Para Barbosa Lima Sobrinho, Joaquim Nabuco percebeu que só os republicanos ostensivos apareciam no trabalho da propaganda do partido<sup>38</sup>, sendo isso também exato no campo adversário. Teria, então, resolvido criar um espaço específico para defender a Monarquia, mas tudo o que obteve foi a criação de uma coluna batizada de *Campo Neutro*, em *O País*, nome escolhido “para afastar, de todo, qualquer responsabilidade” do jornal (LIMA SOBRINHO, 1978, p. 19).

A questão do juramento extravasou, no entanto, o espaço da coluna *Campo Neutro*. O jornal *Diário de Minas* também publicou a nova visão do deputado pernambucano depois de tornado facultativo o juramento. Nabuco criticou a condução dada ao caso pela Assembleia Geral, que haveria de “avultar no futuro como o primeiro passo para a república.” (NABUCO, 188b, p. 2) Estendeu-se dizendo que a questão política estava sendo afastada para o segundo plano, enquanto, no primeiro, prezava-se a questão religiosa. Para ele, o aspecto político estava sendo escamoteado e negligenciado: “O Sr. Monteiro Manso não foi eleito deputado como livre-pensador, e sim como republicano” (NABUCO, 1888b, p. 2). Alertou então para o crescente “perigo republicano”, no qual o governo parecia não acreditar como imediato. Apontou o falso paralelismo histórico com relação à década passada, ressaltando que não era possível comparações com o malgrado renascimento republicano após a Lei do Ventre Livre, também animado pelo descontentamento dos escravocratas: “É fácil dizer que não há futuro no movimento republicano e que por meio de títulos e patentes, de favores particulares e melhoramentos materiais, ter-se-á dissipado muito breve esse fogo-fatuo dos campos da indenização” (NABUCO, 1888b, p. 2). Em sua conclusão, Joaquim Nabuco sugeriu que, ao abolir a obrigatoriedade do juramento, a Câmara havia destruído “o laço

<sup>38</sup> LIMA SOBRINHO, A.J.B. Prefácio. In: JARDIM, A. S. **Propaganda Republicana – 1888-1889...**, p. 19.

que prendia a representação nacional à Constituição do Império” (NABUCO, 1888b, p. 2).

A resposta de Jardim ao segundo pronunciamento de Joaquim Nabuco sobre a questão do juramento foi ainda mais enfática. Os argumentos contra o suposto propósito indenizatório do Partido Republicano foram reiterados e mais longamente explorados. Alegava que indenizar significaria reconhecer o direito do antigo senhor, não o restabelecendo. Portanto, não seria “uma ideia escravocrata”, já que “em política, o problema não é a mera teoria, e sim o fato, e o fato é que a indenização não faria ninguém escravo” (JARDIM, 1978, p. 299). Por outro lado, reportando-se aos fatos, lembrou governos republicanos que, sem pensar em restabelecer a escravidão, viram-se na necessidade de indenizar aos ex-senhores. O exemplo dado foi a República Francesa, que tomou a decisão, em 1848, mesmo não enfrentando a escravidão como “um fato intestino”, como era o caso do Brasil.

Ou seja, Jardim ressaltava que a França havia indenizado os proprietários de gente, mesmo estando o problema localizado apenas no âmbito colonial, mas dizia não pretender, contudo, fornecer argumentos para aspirações naquele sentido. Reiterava que, em suas viagens como propagandista pelo interior de várias províncias, vinha apresentando à classe agrícola as desvantagens de uma ação indenizatória, pois o tesouro público não a comportaria. Dizia ser, portanto, “em bem da lavoura, do proletário e do País, contra uma tal medida”. Denunciava a “intriga vil” do trono e seus defensores, cuja disseminação poderia impedir a república, por ser a ideia da indenização “extremamente antipática” a outras “classes poderosas”, como “a mocidade, os pensadores, o comércio, o Exército.” (JARDIM, 1978, p. 299).

Conclui-se que Jardim manteve postura inicialmente plástica em relação à ideia indenizatória, sendo levado a se posicionar mais claramente sobre o assunto à medida que se acirravam as críticas, como vimos, amplamente repercutidas pela imprensa e pelo teatro. Chegou a relativizar a ausência de indenização no caso brasileiro, comparando-o ao exemplo francês. Essa foi uma atuação diametralmente oposta à de Joaquim Nabuco, que, ao recusar a medida, ia contra os próprios princípios do liberalismo, assentindo “no confisco da propriedade privada, procedimento inédito na questão da resolução servil, pois a Inglaterra, a França e mesmo Cuba compensaram os proprietários de alguma forma.” (MARSON, 2010, p. 13).

Ângela Alonso identificou Jardim como um “positivista abolicionista”. Creio que nosso personagem sentir-se-ia bastante confortável nessa categoria, porque é condizente com a projeção que fez de si próprio em *Memórias e Viagens*. No livro, ele reafirma, em vários momentos, seu pertencimento ao positivismo, acredito que, em grande parte, para justificar dois posicionamentos: primeiro, a sua derradeira escolha teórica que aguçou o seu isolamento dentro do partido – a adesão ao projeto de ditadura republicana; segundo, o seu alegado e sempre valorizado abolicionismo, a despeito da aliança com a lavoura, que claramente reivindicava o ressarcimento dos prejuízos causados pela Abolição. Proponho

um adendo para que seja apresentada historicamente a ideia do ressarcimento público aos possuidores de escravos no avançar do movimento abolicionista antes de seguirmos com a polêmica travada entre Silva Jardim e José do Patrocínio.

#### 3.4 INDENIZAÇÃO: UMA QUESTÃO EM ABERTO NO PÓS-ABOLIÇÃO

Foi ainda na década de 1870 que a demanda indenizatória começou a surgir mais intensamente no cenário político, mesmo que de forma oblíqua, por meio das propostas inspiradas no modelo espanhol de emancipação gradualista e com ressarcimento ao proprietário por meio do prolongamento do trabalho escravo justificado, eufemisticamente, pela tutela senhorial. Foi dessa época a dissidência conservadora em apoio ao Gabinete São Vicente contra os “emperrados de Itaboraí,” expressão que aludia à posição intransigente do ministério conservador liderado por Joaquim José Rodrigues Torres, apoiado na irredutibilidade de outros senhores de terra e de gente, cujo mais aguerrido representante era Paulino de Souza, conselheiro do Império, cafeicultor e senhor de muitos escravos no município fluminense de Cantagalo. Na Câmara, a ala modernizadora do Partido Conservador posicionava-se a favor da liberdade do ventre, defendendo a criação de uma comissão para discuti-la. A ideia indenizatória, fosse em cifras pré-estabelecidas, fosse em procrastinação da liberdade dos ingênuos, acalorou o debate e dificultou a tramitação da lei finalmente promulgada em 28 de setembro de 1871.

A retórica da discórdia foi bastante explorada pelos escravocratas resistentes que apelaram para os perigos de guerra civil, a exemplo do ocorrido nos Estados Unidos da América. No entanto, a solução emancipacionista, inspirada no modelo espanhol, aos poucos ia rompendo os entraves políticos, à medida que o movimento abolicionista, tal como descreve Ângela Alonso, baseada na conceituação de Carlos Tilly, vai ganhando forças no cenário nacional. Referindo-se aos critérios elencados por Tilly para se caracterizar como movimento social determinada demanda, a autora afirma que a “mobilização brasileira pela abolição da escravidão preenche os critérios à sobeja” (ALONSO, 2015, p. 352). Ou seja, o movimento, de forma contínua, durante duas décadas<sup>39</sup>, combinou campanha de pressão sobre autoridades à formação de associações, publicações e eventos que seguiam padrões bastante similares. Firmou-se um modo de luta extraparlamentar da qual participaram “grupos sem acesso ou capacidade de impactar a política institucional” (ALONSO, 2015, p. 352).

Grande parte dos atores políticos dobrou-se à necessidade de reformas para evitar, ou pelo menos adiar, a liberdade definitiva. André Rebouças, com sua fácil tramitação entre as altas rodas sociais e

---

<sup>39</sup> O movimento teve início em 1860, em uma conjuntura política propícia: Abolição nos EUA e em Cuba, o que aguçava o isolamento do único império escravocrata da América; a aceleração da urbanização, propiciando discussões sobre a modernização do País, obstaculizada pelos atrasos da escravidão, segundo a retórica modernizadora da época. Finalmente, a mudança na conjuntura política a partir da queda do gabinete liberal em 1868, que representou uma crise política intralite e a entrada de novos contendores na arena política.

políticas do Império, não desistia de apresentar seus projetos de liberdade sem qualquer tipo de indenização, contemplando ainda o modelo de democracia rural, com distribuição de terras e educação técnica para os libertos.<sup>40</sup> Os futuros principais contendores de Silva Jardim, Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, dedicavam-se também, cada um a seu modo, à causa abolicionista. Como destaca Humberto Machado (2014, p. 64) eles não faziam parte da mesma “igreja”, mas suas atuações foram vistas como complementares, tendo o próprio Joaquim Nabuco creditado a vitória do abolicionismo à atuação de indivíduos do quilate do jornalista, que não esmoreceram diante dos obstáculos da luta abolicionista.

A ideia de indenização esteve também em pauta durante o gabinete de Manoel de Souza Dantas, que chegou ao governo em 1884. Conciliador e reformista, ele representava “o meio-termo entre as demandas do movimento que se dividia entre a ideia da imediata e sem indenização do Manifesto da Confederação Abolicionista e as medidas gradualistas negociáveis nas instituições políticas” (ALONSO, 2015, p. 352).

Ainda em 1883, a recém-criada Confederação Abolicionista lançara o seu manifesto, redigido por André Rebouças e José do Patrocínio. Ao mesmo tempo, Joaquim Nabuco publicava o seu trabalho produzido em Londres, *O Abolicionismo*<sup>41</sup>, no qual defendia a “[...]extinção rápida do cativo sem ressarcimento aos proprietários e ônus aos cofres públicos, além do incentivo aos investimentos estrangeiros e à imigração europeia” (MARSON, 2010, p.3)

Joaquim Nabuco passou a alegar que, diferentemente do caso estadunidense, em que o país se livrara da escravidão a partir de uma guerra, e, portanto, sem ressarcimentos aos antigos senhores – que só ficaram com terras e dívidas –, o Brasil vinha passando por um paulatino processo de emancipação que atendia aos interesses da lavoura. O argumento dos proprietários de escravos era que não podiam ficar no prejuízo pela perda de um bem que tinham adquirido legalmente. Nabuco dizia admitir o raciocínio, pois “[...] desde que uma geração consentiu ou tolerou um crime qualquer, seja a pirataria, seja a escravidão, outra geração não pode suprimir esse crime, sem indenizar os que cessarem de ganhar por ele” (NABUCO, 2010, p. 185). Dizia adotar esse ponto de vista para simplificar a questão “e conceder o princípio que o Estado deva entrar em acordo para indenizar a propriedade escrava, legalmente possuída” (NABUCO, 2010, p. 187).

Entretanto, o autor apresentou um contraponto ao seu próprio argumento inicial: a nação brasileira vinha há mais de dez anos mostrando-se vexada e indignada com a escravidão. Referiu-se, com isso, à Lei do Ventre Livre, elevando-a a uma espécie de marco da não concordância da sociedade brasileira com o

<sup>40</sup> Sobre as similitudes e diferenças entre os planos de Joaquim Nabuco e André Rebouças para as pequenas propriedades, ver: MARSON, I.A. **Política, história e método...**, pp. 126-127.

<sup>41</sup> Para uma análise mais completa e pormenorizada da obra de Joaquim Nabuco, ver: MARSON, I.A. **Política, história e método...**, pp. 117-135.

cativo. Quem, a partir daquela data, adquirisse escravos não podia se queixar de que não tinha sido avisado sobre os rumos que tomava o movimento abolicionista. Esse histórico foi somado a uma cálculos da exploração lícita e ilícita dos escravizados, baseados, respectivamente, em projeções sobre os altos ganhos entre o preço de compra e venda e o acréscimo representado pelos africanos obtidos após a inócua proibição do tráfico, em 1831.

Pelos motivos alegados, o autor passava a defender uma nova posição: a indenização pública seria um verdadeiro ultraje. O Brasil, “depois de grandes e solenes avisos para que descontinuassem essa indústria cruel”, tinha o direito de extingui-la, “de chofre” (NABUCO, 2010, p. 187), sem ser acusado de sacrificar a lavoura. Em outras palavras, o escritor pernambucano inicialmente incorporou como procedentes os argumentos liberais sobre os direitos de propriedade para depois desconstruí-los com base na legislação que vinha sendo aprovada.

De qualquer forma, Jardim não levou em conta essas nuances e baseou-se apenas no histórico anterior à obra *O Abolicionismo* para se defender das acusações de Joaquim Nabuco. Para tanto, lembrou que, em 1880, no Clube da Lavoura de Campinas, Campo Sales propusera a libertação dos escravos maiores de 50 anos e Pereira Barreto pedira o prazo de 10 anos para a emancipação dos cativos – na prática, a mesma solução gradual que, durante muito tempo, teria sido aceita, conforme sua interpretação, pelo político e escritor pernambucano.

Com tais argumentos, Jardim manteve-se em constante ambivalência com relação à perspectiva de indenização, pois afirmava que o lento processo emancipacionista admitido por lideranças como Joaquim Nabuco funcionou, na prática, como método indenizatório, ideia que, naquele momento, era rechaçada pelos monarquistas simplesmente como forma de atribuir aos republicanos um projeto que estes não nutriam como bandeira partidária. Ao mesmo tempo, ao justificar o seu apoio à lavoura, apresentava como um de seus principais argumentos o fato de que a Monarquia não havia dado tempo nem meios para que os fazendeiros se preparassem para a falta de braços no campo.

Somente bem próximo à Abolição Joaquim Nabuco rendeu-se à estratégia das ruas e dos salões de teatro,<sup>42</sup> esfera amplamente frequentada, mesmo fomentada por José do Patrocínio, que retirava seu prestígio de outra fonte: a facilidade para construir boas amizades em rodas distintas de sociabilidade. Falta-nos detalhar justamente a postura de Patrocínio, que, ao contrário de Joaquim Nabuco, nomeava várias vezes Silva Jardim em seus discursos, marcados pela ácida crítica aos republicanos, não só aqueles por ele identificados como “republicanos do 14 de maio”, mas também a velha guarda do Partido, acusada de transigir com escravocratas desde sempre.

---

<sup>42</sup> Em *O abolicionismo* escreve: “A emancipação há de ser feita, entre nós, por uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras. É assim, no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade.” NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.



Nascido em Campos, o jovem que queria ser médico, mas acabou farmacêutico, passou grande parte de sua vida profissional ao largo das ciências biológicas.<sup>43</sup> Cedo ensaiou “participações nas letras poéticas, no jornalismo e na política da Corte” (PINTO, 2014, p. 91). Já em 1881, assumiu a direção da *Gazeta da Tarde*, depois do falecimento de Ferreira de Menezes, companheiro de cor e de letras que há quase uma década se juntara às fileiras republicanas (PINTO, 2014, p. 53).

Em setembro de 1888, ainda no calor da “questão do juramento”, Patrocínio desencadeou forte oposição à campanha republicana nas páginas do jornal *Cidade do Rio*, veículo que fundou em setembro de 1887, depois de desvencilhar-se de problemas financeiros como sócio do já citado empreendimento anterior. O novo diário manteve a marca de seu criador, um dos homens de imprensa que mais incisivamente responsabilizou as autoridades governamentais pela manutenção do cativo.<sup>44</sup> No pós-Abolição, já alinhado ao gabinete João Alfredo, o jornalista passou a se contrapor à campanha republicana, defendendo a permanência da Monarquia. Vinha de uma luta iniciada ainda nas páginas do jornal *Gazeta da Tarde*, em torno do qual fora fundada a Confederação Abolicionista.

A princípio, o “tigre da Abolição” mesclava críticas a elogios, atribuindo a Jardim muitas qualidades, mas foi acentuando as tintas do seu combate à medida que o antigo correligionário, a despeito dos desafios que lhe eram impostos, adentrava pela província mineira sustentando a extensão da propaganda republicana. Da mesma forma, aprofundou sua crítica a quem elegeu símbolo da aliança entre o Partido Republicano e os escravocratas recém-destituídos de seus direitos de propriedade sobre a parcela ainda cativa: o dono da Fazenda Albion, deputado Monteiro Manso, eleito pela sigla.

### 3.5 OS ENFRENTAMENTOS COM JOSÉ DO PATROCÍNIO

O *Cidade* autodefinia-se como jornal abolicionista.<sup>45</sup> Impresso em tamanho menor, compunha-se de apenas quatro páginas e era vendido a 40 réis, preço também estipulado por jornais de tiragem superior, como o *Gazeta de Notícias*. Além de postular o fim da escravidão, por meio de textos sempre veiculados na primeira página, o jornal promovia uma série de manifestações públicas naquele mesmo sentido. Provavelmente exerceu forte influência sobre a população mais humilde<sup>46</sup>, que se identificava mais com a Monarquia do que com as ideias republicanas. Até porque, naquele momento, o *Cidade*

<sup>43</sup> A atuação na imprensa era então sinônimo de *status* e significava largas perspectivas de ascensão social e acesso à política. Por isso o abandono do curso de formação em favor das redações dos jornais era muito comum. BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2017, p. 159.

<sup>44</sup> Ver: MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e Brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 2014, pp. 35-36.

<sup>45</sup> Marialva Barbosa analisa a ausência do escravo nas páginas dos jornais abolicionistas, que lhes representava de uma forma bastante similar à imagem projetada pelos anúncios de fugas. BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**, pp. 105-108.

<sup>46</sup> Expressão utilizada por Humberto Machado para designar “libertos, mulatos e brancos pobres”, que viam na princesa Isabel a “heroína e defensora dos oprimidos.” MACHADO, H. **Palavras e brados...**, p. 49.

representava todo o capital político acumulado até então pelo jornalista Patrocínio como intelectual da imprensa alinhado com o fim da escravidão.

Para corroborar essa apontada influência considero análises que apontam o acesso das camadas mais populares ao letramento, levando em conta não apenas os altos índices de analfabetismo da população – que, entre os egressos da escravidão, ficavam ainda muito acima da população livre – mas também as diversas formas possíveis de leitura. Elas incluíam não só a variante ativa, ou primeira leitura – competência por vezes destacada nos anúncios de compra e venda de escravizados, como a valorizá-los – mas ainda aquelas possíveis por meio da oralidade e da observação de imagens.<sup>47</sup> O tema é de importância crucial para esta tese e, portanto, devo dizer que endosso as várias possibilidades de assimilação do mundo letrado pelos egressos da escravidão. Os escravizados não estiveram totalmente imersos na sombra da não codificação dos signos linguísticos, até porque existiam entre aquela população pessoas que de várias formas decifravam-nos, como veremos no capítulo seguinte. Sendo assim, por meio do compartilhamento de informações, em que a oralidade tinha papel essencial, os “iletrados” eram capazes de conhecer os rumos políticos do País, fosse a partir de diferentes leituras possíveis dos impressos ou do que se comentava com base em suas publicações.<sup>48</sup>

O jornal de José do Patrocínio destacou, inicialmente, o bom caráter do novo deputado republicano Antônio Romualdo Monteiro Manso, que, no entanto, careceria das “condições mentais indispensáveis para representar intelectualmente as aspirações do seu partido” (CIDADE DO RIO, 21 set. 1888, p. 1). Um nome que bem representaria esse papel seria, justamente, o de Silva Jardim, mas, à medida que Jardim esmerava-se na defesa da lavoura, respondendo especificamente aos ataques de outro adversário de peso, Joaquim Nabuco, o proprietário do *Cidade do Rio* recrudescer o seu discurso, não sem antes exaltar as qualidades do “moço de talentos extraordinários” (PATROCÍNIO, 1888b, p. 4) que vinha honrando, com maior atividade, a tribuna republicana.

Entre muitos apoiados registrados pelo taquígrafo, Patrocínio se disse obrigado a render homenagem pública ao orador de “excelente caráter”, de “alma larga e generosa” que dava a “esmola do seu talento” (PATROCÍNIO, 1888b, p. 4) à campanha republicana, que muito necessitava de uma direção moralizadora e científica. As falas dirigidas ao popular tribuno que rapidamente conquistara grande popularidade eram até então bastante amenas. Foram, no entanto, ganhando tons virulentos, até que o primeiro grande enfrentamento com a Guarda Negra levou o polemista a eleger José do Patrocínio como

<sup>47</sup> Ver: BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa:** Brasil, 1800-1900, pp. 83-96.

<sup>48</sup> Chalhoub afirma que as discussões em torno do sigilo ou não das sessões parlamentares que discutiram projeto de revogação da lei de 1831 e ainda daquelas conduzidas para a votação da Lei Euzébio de Queiroz, em 1850, foram indicativas de que “parlamentares e ministros supunham que o que se dizia na tribuna e o que aparecia publicado na imprensa podia se tornar logo de conhecimento geral – até mesmo dos escravos.” CHALHOUB, Sidney. **A Força da escravidão:** ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 151.

outro adversário a ser contestado. Nas disputas discursivas, mantiveram-se em evidência os temas abolição, indenização e república.

Em conferência no dia 23 de setembro de 1888, no Teatro Lucinda, Patrocínio rebatia a fala de Silva Jardim, que, na véspera, apresentara-se no mesmo local. Ocupou-se largamente do histórico republicano com relação à luta abolicionista, destacando a omissão do Manifesto de 1870 a respeito. O motivo foi mais uma vez explicitado: “[...] a república desses senhores não é senão o consórcio da escravidão com o despeito” (PATROCÍNIO, 1888b, p. 4). Ou seja, era antiga a tendência do Partido Republicano em apoiar-se no descontentamento crescente da lavoura com o trono. Àquele grupo social, Patrocínio não concedia nenhum mérito. Refutava a fala de Jardim sobre o papel dos agricultores nos movimentos republicanos de outrora. Para ele, a lavoura seria a única responsável pelos males sociais, origem de todas as desgraças que atrofiavam um país que lhe devia somente a harmonia entre duas instituições condenadas: a escravidão e a Monarquia.

Nos trechos seguintes, as menções de Jardim à Inconfidência Mineira no desenvolvimento de sua tese sobre a herança genética do republicanismo mineiro são combatidas. Para Patrocínio, a sedição de Vila Rica teria sido “um produto do escravismo que foi o resultado da implantação do imposto de capitação sobre os escravos empregados nas minas, e que o pobre, o bom, o santo Tiradentes tinha sido nisso o simples instrumento dos interesses da pirataria” (PATROCÍNIO, 1888b, p. 4). O comentário, que, já em outras ocasiões, havia lhe causado muitos insultos, conforme lembrou, estava apoiado nas memórias de monsenhor Pizarro, leitura que sugeria a seus detratores por saber que “bravatas da tribuna” não bastariam para “arrancar as páginas da história” (PATROCÍNIO, 1888b, p. 4). Referia-se Patrocínio a José de Souza Azevedo Pizarro, cuja fama derivava da obra *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, publicada em fins do século XVIII.<sup>49</sup>

Outras tradições republicanas evocadas por Silva Jardim teriam, ao contrário, sido sufocadas pelo egoísmo dos latifundiários. Em 1817, elas se impuseram em Pernambuco, mas a lavoura, “achando boa a liberdade, contanto que não chegasse aos negros, entregou à metrópole a República de 1817, quando soube que esta não poupava sacrifícios da fortuna particular de cada um dos seus adeptos” (PATROCÍNIO, 1888b, p. 4). O mesmo havia ocorrido no movimento sulista de 1835, versão ausente das análises brasileiras, mas contada incidentalmente por um estrangeiro ao escrever a biografia de José Garibaldi. O líder carbonário “se queixava na Europa de que se havia afastado dos republicanos rio-grandenses [...] pelo receio de que a última hora os interesses da escravidão fizessem muito mais que os interesses da república (PATROCÍNIO, 1888b, p. 4).

*A Nova República* era o título da conferência e traduzia o combate ao movimento republicano do

---

<sup>49</sup> Ver: GALDAMES, Francisco Javier Muller. Entre a cruz e a Coroa: a trajetória de Mons. Pizarro (1753-1830). Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2007.

pós-Abolição, que seria inferior ao da década passada, igualmente criticado por submeter-se aos interesses oligárquicos. Ilustrou sua crítica à velha guarda do partido, contando, em tom pilhérico, uma experiência pessoal. Em certa ocasião, ainda muito moço, tentou assistir a uma conferência republicana e foi impedido de assinar o livro de presenças do evento, sob a alegação de que “não podia tomar a responsabilidade do que dizia, acrescentando que não sabiam de quem era filho” (PATROCÍNIO, 1888b, p. 4). Teria, então, respondido que ignorava que “para ser republicano era necessário tirar certidão de idade o que para ele era difícil, quase impossível, por ser exposto da Santa Casa.” Referia-se Patrocínio ao fato de ter sido, a princípio, registrado como exposto, ou seja, filho de pais desconhecidos. A informação foi mais tarde retificada com a anotação do nome da mãe na certidão de batismo: era filho da escravizada Maria Justina do Espírito Santo, que, aos 13 anos, engravidara do vigário João Carlos Monteiro, quarenta anos mais velho. “De tal sorte, como um segredo do cônego Monteiro sabido por todos, Patrocínio cresceu na condição de pessoa livre desde a infância, entre a casa do Largo da Matriz e as propriedades rurais de seu pai, e ainda sob os cuidados da mãe” (PINTO, 2014, pp. 85-86).

A ironia sobre os motivos que obstaram sua participação na referida conferência republicana, que arrancou risos da plateia, era lançada contra a prática preconceituosa ali denunciada, embora de forma jocosa, como se fosse mais um recurso para prender a atenção dos ouvintes. Talvez um exemplo de “registros ocultos”, presentes nas práticas discursivas “[...]de franca perspectiva contra-hegemônica, correspondentes ao que não se fala em face do poder, mas que, ao mesmo tempo, pode ser identificada em gestos banais, piadas e rumores” (PINTO, 2014, pp. 85-86). A acusação de que o Partido Republicano recusara a assinatura de um filho de escravizada sem paternidade reconhecida foi seguida por sua confissão ideológica. Continuara, no entanto, a ser republicano, “apesar d’eles não quererem por forma alguma que o fosse sem nome de pai.” Apesar disso, não admitia “conciliação possível entre os republicanos abolicionistas e os republicanos do 14 de maio” (PATROCÍNIO, 1888b, p. 4).

Estava empenhado em pôr o seu “passado de miséria e vergonhas”<sup>50</sup> ao encaixo da propaganda republicana, que pregava uma revolução, porém “revolução da oligarquia, revolução do dinheiro, [...] revolução dos exploradores da pátria.” (PATROCÍNIO, 1888b, p. 4). A partir de uma perspectiva pessoal, Patrocínio combateu a lavoura. Novamente aludiu ao seu passado, tomando como vergonhoso não o fato de sua ascendência negra, mas as circunstâncias em que se deram a sua concepção, resultado do subjugo permitido pelo sistema escravista. Seu pai, falecido na década de 1870, chegou a figurar como destacado escravista de Campos dos Goytacazes, e conciliava as atribuições de sacerdote aos ofícios de fazendeiro.

Em tempo nenhum a lavoura havia contribuído para o serviço da liberdade ou da república. “Em

---

<sup>50</sup> Esse trecho, à primeira vista, pode denotar um sentimento de humilhação por parte do jornalista, mas a leitura de uma de suas biografias pode esclarecer que também se referia o autor à indignidade dos atos praticados pelo próprio pai, contra quem nutria grande ressentimento. MACHADO, H. F. **Palavras e brados...**, pp. 23-24.

nome da escravidão, o partido republicano cometeu em três de setembro de 1870 o grande crime, que não tem perdão ante a história, de haver abandonado a causa dos cativos na ocasião em que formulava o manifesto” (PATROCÍNIO, 1888b, p. 4). A república do pós-Abolição não seria igual nem superior à república “de ontem”, que ao menos contara com talentos políticos do quilate do Lafayette<sup>51</sup>, homem de talento, embora comprado pela Monarquia. A afirmação aludia, como destacou o próprio orador, ao comentário de Silva Jardim, dias antes, naquela mesma tribuna, que não se podia demonstrar que “a princesa imperial” fosse “igual nem superior a D. Pedro II”. Patrocínio respondia-lhe combatendo a nova representação republicana que tanto estardalhaço fizera a não se submeter ao juramento na sessão de posse. A quem havia elegido a nova república? Uma “esfinge” a representar “os fazendeiros despeitados<sup>52</sup> de Minas. (PATROCÍNIO, 1888b, p. 4).

Eram tempos de inflamados debates. Viam-se os contendores obrigados a se defender enquanto lançavam novos ataques ao campo adversário. Respondendo às acusações de que era um vendido à Monarquia, Patrocínio admitiu que, sim, era um vendido, “vendido ao ministério que salvou a sua raça contra a opinião daqueles que a espoliavam”, vendido à mulher “sagrada e meiga, boa e santa que enquanto a república se agachava miseravelmente diante da lavoura para apanhar-lhes voto ela expunha sua coroa aos tufões desconhecidos da falsidade republicana”. A princesa mereceria do povo brasileiro tanto quanto Abraão Lincoln do povo americano, sendo “uma infâmia da parte daqueles que dizem servir a liberdade caluniar, infamar, aturdir, atirar lama contra essa senhora” (JARDIM, 1978, p. 209).

Ângela Alonso descreve o dilema de Patrocínio ao romper com os republicanos após a Lei Áurea em apoio ao gabinete João Alfredo. A maioria dos abolicionistas não aceitava um terceiro reinado, tendo essa ala majoritária lançado Quintino Bocaiuva como candidato a deputado: “Na dividida do movimento, Patrocínio, cérebro republicano e coração abolicionista, sofreu” (ALONSO, 2015, p. 345). Ao fazer frente às críticas lançadas nas páginas do *Cidade do Rio* contra Quintino Bocaiúva, Joaquim Nabuco passou a merecer a ira do jornalista. Pressionado, este último rompeu também com o velho líder republicano: “Os abolicionistas brigaram entre si acerca da republicanização ou não do movimento” (ALONSO, 2015, p. 345).

Em nova conferência realizada no dia 30 de setembro, no mesmo Teatro Lucinda, Patrocínio ocupou-se novamente de Silva Jardim, contrapondo-se à sua defesa da lavoura. Refutou sua alegação de

<sup>51</sup> Referia-se Patrocínio a Lafaiete Rodrigues Pereira, chefe do gabinete que durou um ano e três meses a partir de maio de 1883. Aderiu ao Partido republicano em 1870, retomando aos quadros liberais a seguir.

<sup>52</sup> O despeito dos fazendeiros foi largamente apontado, também por Joaquim Nabuco, como a motivação que arrastava levas inteiras para o Partido Republicano. Respondendo especificamente à recorrente acusação, Jardim valeu-se de Voltaire: “as revoluções vêm da barriga”, isto é, a sociedade não abalaria a sua ordem fundamental, “senão quando vê justamente em risco os seus interesses básicos, os seus interesses de conservação, os que se referem principalmente à propriedade.” As revoluções teriam sempre sua origem em algum fato econômico. Assim, o despeito seria o “gerador de todas as revoluções políticas, isto é, de todos os movimentos que chegam à massa e a convulsionam. JARDIM, A.S. **Propaganda republicana...**, p. 209.

que se fazia necessária uma urgente revolução política no País, pois eram oligárquicas as bases da Monarquia e também seriam a de uma futura república. O sistema eleitoral então vigente, este sim, necessitando de reforma, permitiria que os “donos das urnas” dos tempos pós-Abolição fizessem maioria suficiente para “causar perturbação” (PATROCÍNIO, 1888c, p. 1). O Partido Republicano, em seus congressos e comitês locais, seguia a mesma lógica: “Eis o que é a oligarquia. Ela tem alguns nomes no partido liberal, outros no conservador e também na república.” Lembrou, então, que o barão de Leopoldina, um Monteiro de Barros, pertencia ao partido conservador e fora substituído no Legislativo por Monteiro Manso, que pertencia à mesma família: “A República continua a tradição da monarquia: aquele Monteiro de Barros que morreu sem nunca ter produzido uma ideia, foi substituído por esse Monteiro Manso incapaz de produzir meia ideia no Parlamento” (PATROCÍNIO, 1888c, p. 1). Muito ainda se falou, em 1888, do lacônico deputado mineiro, sendo também lembrado na famosa conferência do dia 30 de dezembro, realizada na Travessa da Barreira.

### 3.6 OS CONFLITOS DA TRAVESSA DA BARREIRA: “NEGRO-REPUBLICANOS” CONTRA “HOMENS DE COR

O salão da Sociedade Francesa de Ginástica, localizado na Travessa da Barreira, nas imediações da atual Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro, não reuniria, naquela ocasião, a multidão que costumeiramente o advogado de Capivari costumava arrastar. Fortes rumores sobre a interferência da Guarda Negra afugentaram parte do público que pressentia e temia o perigo. No entanto, mesmo advertido por seus correligionários que tentaram impedir a apresentação, Jardim desafiou os riscos iminentes. Portanto, não foi desprevenido que ele subiu à tribuna arriscando-se ao enfrentamento com os protetores da “Redentora.” Conforme informado pelo *Cidade do Rio*, a associação teria sido criada a 9 de julho por um grupo de “pretos libertos” que se reuniu, para tanto, em casa de Emílio Rouède, colaborador daquele jornal e autor da já mencionada peça teatral *Indenização ou República*.<sup>53</sup>

A liderança do grupo foi assumida por Clarindo Almeida, chefe de polícia da Corte, “que também parecia possuir grande visibilidade entre os associados” (ANTUNES, 2019, p. 15) uma vez que passara a assinar alguns artigos como “chefe-geral” e porta-voz da Guarda Negra na imprensa. José do Patrocínio não figurou como participante ativo, apesar de citado, por muitas vezes, inclusive pelo próprio Jardim, como o criador da Guarda Negra, mas a inequívoca vinculação do seu nome à organização foi sem dúvida determinante. O jornalista que em novembro de 1888 fora diplomado como presidente de honra da Guarda Negra tinha lá o seu prestígio entre parte da população carioca, sendo visto “como uma referência para muitos negros da Corte”. Assim, seria “razoável acreditar que uma ordem de Patrocínio pudesse

<sup>53</sup> As informações sobre a criação da Guarda Negra estão em: CRONICA de ontem. *Cidade do Rio*. Rio de Janeiro, ano 2, n. 152, p. 2, 10 jul. 1888.

desencadear uma ostensiva reação negra naquele momento” (PINTO, 2014, pp. 290).

As especulações em torno da Guarda Negra cresceram após os conflitos da Travessa da Barreira. Foram poucas as notícias sobre o funcionamento daquela “sociedade secreta” (JARDIM, 1891b, p. 227), conforme a rotulava Silva Jardim. Em tom misterioso e alarmista, o jornal *Diário de Notícias* revelou, inicialmente, dois possíveis pontos de reuniões na Corte: um na Rua da Carioca, na Casa da Lua, provável referência à Sociedade Recreativa Habitantes da Lua, instalada no mesmo local, e outra no Catete, em uma chácara na Rua barão de Guaratiba.<sup>54</sup>

Apresentar as ações atribuídas à Guarda Negra é de importância fulcral para esta tese que, no entanto, não está delimitada à cidade do Rio de Janeiro, palco de ação da unidade originária dos conflitos protagonizados pelos “homens de cor” contra e a favor dos republicanos. Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que me alinho à percepção de que a pluralidade das manifestações, “como formas de ação pouco padronizadas e dispersas” (ANTUNES, 2019, p. 15) requer uma análise que considere múltiplos significados. No mesmo sentido, concordo que a tarefa de examinar a organização “[...] implica trazer à luz questões para além do fenômeno da sua existência” (MIRANDA, 2015, pp. 382-383). Tais questões dizem respeito às discussões historiográficas<sup>55</sup>, por sua vez informadas por “[...] pressupostos conceituais e teóricos, e por que não dizer ideológicos” (MIRANDA, 2015, p. 383). Por outro lado, é preciso considerar o peso das narrativas, produzidas principalmente por autores republicanos, sobre as discussões historiográficas a respeito. Fundamentalmente em função desse importante elemento – as narrativas coevas –, prefiro voltar ao tema em momentos distintos do texto, à medida em que o leitor for sendo informado pela análise de uma série de relatos sobre quais teriam sido os significados e as repercussões das movimentações praticadas em nome da Guarda Negra ou a ela atribuídas.

Voltemos ao 30 de dezembro de 1888. Aquele último domingo do ano ficou certamente marcado na memória da população carioca, até porque a imprensa repercutiu largamente o conflito, levando à cena aqueles que não viveram os perigos relatados. Silva Jardim teve que interromper o discurso logo na primeira meia hora. Portava a arma que, na manhã daquele dia, andou testando em seu jardim da casa de Santa Teresa. O seu relato sobre o episódio é dramático. Entre o numeroso grupo do lado externo, que forçava a porta contra o esforço conjunto de quem ocupava o salão, houve troca de tiros, pedradas e projéteis improvisados. Seus companheiros usavam as janelas laterais para responder à agressão: “Houve um momento em que a todos pareceu que íamos ser esmagados porque as portas começaram a ceder”

<sup>54</sup> Ver: DOMINGUES, Petrônio. Cidadania levada a sério: os republicanos de cor no Brasil. In: **Políticas da Raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. (Org.). São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, p. 124.

<sup>55</sup> Para uma inteiração dos principais trabalhos sobre o tema, ver: MIRANDA, Clícea Maria Augusto de. Memórias e histórias da Guarda negra: verso e reverso de uma combativa organização de libertos. In: MACHADO, Maria Helena P. T.; CASTILHO, Celso Thomas. (Org.). *Tomando-se Livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição*. São Paulo: Edusp, 2015, pp. 13-15.

(JARDIM, 1891b, p. 229).

Conforme noticiou o *Jornal do Comércio*, a força policial esteve presente desde o início, mas foi insuficiente para o pronto restabelecimento da ordem. Foi então requisitado do quartel de polícia forças de cavalaria e infantaria, compostas de setenta praças, que enfim puseram termo à confusão. Foram presos dez homens, entre eles Anacleto de Freitas, a quem se referiu Jardim ao lembrar o conflito: “Havia um rapaz preto a quem eu vigiava com o olhar desconfiado e que exclamou: - Canalhas! Pode estar certo, doutor, que eu estou consigo! Era Anacleto, o ‘moço preto’, epíteto com que tanto se honrou” (JARDIM, 1891b, p. 232).

São muitas as lacunas sobre esse personagem que, no último capítulo, será novamente retomado. A forma como Jardim narrou a sua aparição no palco dos conflitos deixa a impressão de que pela primeira vez o havia visto. Também parece revelar que a presença de um homem negro a defendê-lo gerava desconfianças. Essa impressão, contudo, não se sustenta se considerarmos o que escreveu José do Patrocínio a respeito. Como veremos adiante, o jornalista destacava a presença de muitos republicanos negros ao lado do conferencista no fatídico 30 de dezembro. Naquela tarde, vinte e cinco feridos, dois deles policiais, submeteram-se a atendimento farmacêutico e hospitalar, fora os que, em menor gravidade, trataram-se em casa. Duarte de Oliveira, residente na Rua Santa Luzia, morreu na Santa Casa de Misericórdia no dia 31 de dezembro.<sup>56</sup>

O jornal *O País*, por sua vez, divulgou um número maior de feridos: cerca de cinquenta ou mais, pois muitas pessoas teriam ido para casa sem atendimento. Sua versão foi mais próxima à sustentada pelos republicanos: a autoridade policial tardou muito a aparecer, apesar do caos instalado e que já era previsto, em função dos boatos que há dias circulavam pela cidade. Só depois de várias horas de confrontos chegou uma diminuta força policial. O que não foi ressaltado pelas publicações consideradas é que as vítimas eram, em sua maioria, integrantes da Guarda Negra. Segundo o ofício do delegado de polícia Francisco de Paula Valladares, os mais de 30 feridos eram “homens de cor” (GOMES, 1991, p. 77) feridos por armas de fogo.

A esse respeito, também escreveu Medeiros de Albuquerque, correligionário e admirador de Jardim, porém revelando um saldo mais desastroso. Tomo esse relato como um dos mais impressionantes sobre o dia 30 de dezembro. Nenhum constrangimento teve o escritor em detalhar décadas mais tarde o ocorrido: “Carregávamos o revólver, entreabríamos uma fresta na janela e pondo apenas o braço de fora descarregávamos os cinco tiros do barrilete. Feito isso, nova carregação, nova descarga. Descarga ao acaso, contra a multidão compacta e cada vez mais furiosa.” Felizmente, conforme registrou o escritor pernambucano, a polícia não ousou em armar os pretos com armas de fogo. Deram-lhes apenas cacetes e

---

<sup>56</sup> Tais informações foram extraídas da seguinte fonte: CONFLITO muito grave. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 66, n. 364, 31 dez. 1888, Gazetilha, p. 1.



navalhas. No entanto, ele e seus correligionários, a exemplo do próprio conferencista, estavam todos armados e a regularidade de suas funções – carregar e descarregar os revólveres sobre a turba “sanguinária e ululante” – matou muitas pessoas, “cujos cadáveres a polícia escondeu” (ALBUQUERQUE, M., 1942, pp. 70-72).

A surpresa da reação republicana havia, segundo aquele testemunho, atrapalhado os planos das autoridades policiais, que pretendiam uma “rápida e triunfante” vitória dos negros. Ao final, a força pública não pôde fingir que ignorava a violência e a mortandade que se estenderia pela continuidade do confronto. O memorialista destaca, ainda, a surpresa dos amotinados ao perceber que estavam sendo reprimidos pelos agentes que teriam lhes incentivado à ação. Ou seja, na narrativa de Medeiros de Albuquerque, os “negros recrutados e incitados” para “dar cabo de Silva Jardim” (ALBUQUERQUE, M., 1942, p. 71) haviam sido traídos pela própria força recrutadora, a polícia, que, de forma hipócrita, chegou mais tarde a oferecer proteção aos republicanos, aconselhados por ela a tomarem a direção da Rua do Lavradio.

Amedrontado, Lopes Trovão aceitou prontamente o apoio recusado por Jardim. Este, dispensando a proteção, optou por fazer o percurso de sempre, descendo a pé a Rua do Ouvidor. Ali, depois de passar pelo Café de Londres, tradicional ponto de encontro que havia se tornado o “quartel general da propaganda” (ALBUQUERQUE, M., 1942, p. 71), ele recusou polida, mas firmemente, a sugestão de que deveria tomar um carro para retornar à casa com segurança. Não haveria de mudar de procedimento naquele dia. Morador de Santa Teresa, ele costumeiramente usava a Rua Monte Alegre<sup>57</sup> entre sua residência e o centro da cidade, conforme trajeto lembrado por José Leão (1891, p. 217) Apesar de sua postura descrita como imperturbável frente aos acontecimentos do dia 30 de dezembro, eles tiveram consequências para o tribuno, que foi responsabilizado judicialmente e condenado a ressarcir o Salão de Ginástica Francesa dos prejuízos ocorridos.

Jardim também deixou registrado o momento em que repeliu a ajuda dos policiais. Estava ao lado de Medeiros de Albuquerque que em um gesto de solidariedade e talvez de proteção, deu-lhe o braço. O apoio do escritor e correligionário foi também rechaçado:

Deixe-me, disse-lhe. Quero ir só. Quero ver quem tem mais coragem: se eu para morrer, se essa gente para me matar. Segurava o meu revólver dentro do bolso de modo bem evidente. Todos os olhares dos pretos convergiam sobre mim. Eram olhares furiosos. Eu fitava-os sereno e continuava o meu caminho (JARDIM, 1891b, p. 233).

Mais do que as reiteradas declarações de Jardim buscando reforçar sua fama de ousadia e bravura é importante destacar, novamente, o testemunho de Medeiros e Albuquerque com relação à ocultação do

---

<sup>57</sup> A rua, cuja denominação continua a mesma, liga a Rua Riachuelo, no cento do Rio, ao local que corresponde à antiga Rua Augusta, onde residia Silva Jardim.

número real de mortos no conflito. Ele vai ao encontro do que também relatou o Presidente da Legação Francesa no Brasil naquele período, Amellot de Chailou, ao Ministro dos Negócios Estrangeiro da Terceira República em Paris, René Goblet. Segundo o Conde Chaillou, as “desordens” (CHAILLOU, 1889) do dia 30 de dezembro deixaram um saldo trágico: oito mortes e cerca de trinta feridos! A correspondência nos fornece outros detalhes não ligados à violência cometida contra os manifestantes, mas que lamentavam os estragos materiais em prejuízo da instituição: a bandeira francesa pertencente ao clube alugado pelos republicanos foi dilacerada, assim como a mobília do recinto foi depredada em grande parte pela ação dos próprios locatários do recinto, que, sitiados pela ação dos “monarquistas” (CHAILLOU, 1889), usavam o que tinham a disposição como projéteis.

O testemunho de Medeiros e Albuquerque aliado ao do adido francês permite uma aproximação aos relatos contidos em *Massacre dos Libertos* (GATO, 2020). Tratando da repressão às manifestações contrárias à República, ocorridas em 17 de novembro de 1889, em São Luís do Maranhão, Matheus Gato recupera as dimensões violentas do evento. Contra a multidão de pessoas, descritas como “libertos”, “homens de cor,” “cidadãos do 13 de maio” e “ex-escravos” (GATO, 2020, p. 31) foram descarregados os fuzis de uma tropa de elite composta por doze soldados, deixando vários feridos e, em números oficiais, o registro de quatro mortes, soma que excedeu a duas dezenas em memórias reveladoras da tragédia. Fontes utilizadas pelo autor inserem o conflito do Maranhão no conjunto das resistências à República. Jardim está no centro de duas delas: além do famoso confronto no Rio de Janeiro, do qual continuaremos a tratar, as confusões instauradas em Salvador, em junho de 1889, matéria do último capítulo.

Continuemos a tratar das repercussões do evento em pauta. Até o comício da Travessa da Barreira, raras eram as menções, nunca nominais, feitas por Jardim a José do Patrocínio. Ao contrário, dirigia-se sempre a Joaquim Nabuco, recordado como único “adversário a temer [...] aureolado pela vitória da Abolição, [...] pelo seu renome de orador e parlamentar, pelo seu passado de escritor [...] pelos seus antecedentes de família e pela sua reconhecida honestidade” (JARDIM, 1891b, p. 223). O ataque de 30 de dezembro, atribuído à Guarda Negra, porém, fez as baterias do advogado voltarem-se contra o jornalista, muito embora não o nominasse:

Este homem, de cor, mas até então tolerado por todos os brancos, que jamais lhe haviam feito questão de raça, muito amado mesmo pela mocidade e pelo público generoso, em vista de uma suposta dedicação à causa dos escravos, - converteu-se em órgão da dinastia, principalmente da Princesa D. Isabel, e do ministério, que apenas presidira ao ato parlamentar da abolição; - e daí começou de sustentá-los, traidor então à sua raça, que por proletária no Brasil carece claramente, para o seu desenvolvimento, de um regime republicano, traidor ao partido a que dissera pertencer, não como renegado confesso, mas como Judas consciente, e reputado tal, pelo continuar a se dizer dele sectário, iludindo apenas a um e outro inexperiente, e traidor à sua pátria, composta de

brancos e pretos, para todos os quais uma sagacidade, desgraçadamente perdida e perversa, lhe podia fazer claramente entrever que a República seria a felicidade (JARDIM, 1978, p. 312).

Essa fala de Jardim, apesar de negar a discriminação racial, revelava, ao contrário, como destaca Humberto Fernandes Machado, “um forte preconceito contra o negro Patrocínio” (MACHADO, 2014, p. 49). O jornalista enfrentou outras ostensivas manifestações de preconceito racial, quando de seu enlace com Maria Henriqueta, a Bibi, moça branca, filha do casal que lhe empregara como professor nos tempos iniciais da sua vida na Corte<sup>58</sup> ou por ocasião de sua candidatura ao Parlamento em 1884.<sup>59</sup> A forma com que o jornalista processava essas manifestações de intolerância foi analisada de maneiras diferentes. Humberto Fernandes Machado encontrou, na carta injuriosa que lhe fora enviada por ocasião da sua campanha a deputado, não o repúdio ao preconceito racial, mas a sua própria confirmação.

Na resposta à ofensa, Patrocínio destacou que “[...] embora fosse preto, não era escravo.” (MACHADO, 2014, p. 33). Considerado então um dos mais aguerridos abolicionistas do Rio de Janeiro, ele “[...]demonstrou uma visão preconceituosa na medida em que negou, com veemência, quaisquer laços com a escravidão. Não era preto qualquer muito menos escravo” (MACHADO, 2014, p. 33). Retornando às fontes<sup>60</sup>, pude verificar, assim como Ana Flávia Magalhães, que o texto completo revela-nos que o jornalista, no seu estilo mordaz, intencionou apontar “o quão patética era a mania de se agredir gente negra livre com o pretense xingamento de ‘escravo’” (PINTO, 2014, p. 203). Parece-me bastante claro que, naquele episódio, o jornalista não negou sua cor e nem se mostrou diminuído por ser negro. Ele pretendeu evidenciar que o fato de ser um homem de cor não o qualificava como escravo, como subserviente ao seu interlocutor, que queria desqualificá-lo como candidato a um cargo político. Essa sua reafirmação como homem livre permite a associação com a tese de Hebe Mattos sobre a estratégia da negação de cor, não como simples recurso ao branqueamento, mas como a definição de “lugares sociais”, como o “signo de cidadania na sociedade imperial, para a qual apenas a liberdade era precondição” (MATTOS, 2013, p.106).

Ao responder a carta desabonadora, em 1884, reafirmando-se como intelectual, situou-se ao lado de outros afrodescendentes, como o falecido médico Dias da Cruz, exemplo da raça “impetuosa e inteligente” que a “fecundidade do ventre africano” havia criado em terras brasileiras: o “crioulo mulato” (PATROCÍNIO, 27 set. 1884, p. 1). Esse aspecto me parece o mais relevante do texto, pois é a tese da miscigenação a aproximar os egressos da escravidão à conformação da projetada sociedade a ser

<sup>58</sup> Ver: PINTO, Ana Flávia Magalhães. Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX. 2014. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2014, p. 94.

<sup>59</sup> Ver: MACHADO, H. F. **Palavras e brados...**, pp. 33.

<sup>60</sup> A resposta de Patrocínio pode ser encontrada em: PATROCÍNIO, J. **Gazeta da Tarde**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 226, 27 set. 1884, Semana Política, p. 1.

construída em um tempo livre dos atrasos do cativo. Conforme destacou Humberto Fernandes Machado, Patrocínio sempre se utilizou de argumentos que respaldavam a miscigenação como forma de aprimoramento racial. Para ele, “as raças humanas modificavam-se radicalmente, conforme o lugar em que habitam e adquirem por hereditariedade as qualidades daqueles com que estão em contato” (MACHADO, 2014, p. 79).

O que eu pretendo ainda ressaltar é que o jornalista talvez tenha se inspirado na tese positivista que negava as diferenças raciais biológicas e, em seu lugar, promovia a teoria “sociológica das raças” (ALONSO, 2002, pp. 214-220). Segundo essa teoria, a hierarquia racial seria definida e redefinida ao longo do seu desenvolvimento histórico. Arrisco apontar essa tendência em Patrocínio com base em outros textos, inclusive produzidos durante os embates com Silva Jardim sobre a Guarda Negra. Neles, o jornalista parece concordar com a tripartição que hierarquizava os grupos étnicos de acordo com suas funções sociais. Assim, a raça branca seria intelectual; a amarela, ativa e a preta, afetiva. A nacionalidade brasileira estaria entregue, sobretudo às duas primeiras, que conjugariam a impetuosidade – categorial emocional associada à raça negra –, à inteligência dos colonizados brancos.

Voltemos ao longo fragmento destacado acima, parte da *Carta política ao País e ao Partido Republicano*, publicada em janeiro de 1889. Nele, Jardim explicita suas diferenças com Patrocínio a partir de sua relação com a Guarda Negra, o equivalente a dizer que, dali para frente, o jornalista sentiria enfim o peso que sua cor e origem teriam na sociedade oitocentista – peso esse que, segundo algumas interpretações, era negado pelas próprias vítimas do preconceito. Ana Flávia Magalhães entende que a negação pública do preconceito de cor sustentada por homens negros como José do Patrocínio e o engenheiro André Rebouças revelava muito da apreensão diante dos prejuízos que poderiam ser acarretados com a explicitação do “ódio de raça” (PINTO, 2014, p. 207).

Para a autora, “o preconceito de cor ou o estigma da raça era visto como um grande entrave para a democracia brasileira, e homens como Patrocínio manifestavam certeza a esse respeito” (PINTO, 2014, p. 207). Tendo, em primeiro lugar, a isolar as falas de Patrocínio relacionadas à emergência da participação dos “homens de cor” como contestadores e apoiadores da ideia republicana. Elas foram enunciadas no contexto específico da atuação da Guarda Negra no imediato pós-Abolição com a intenção de negar o caráter racial dos conflitos entre republicanos e monarquistas. Assim sendo, o jornalista tentou evidenciar o caráter político da corporação, formada por “uma raça que pelos seus sentimentos generosos conseguiu fazer-se amar ao ponto de sermos um povo quase sem preconceito de cor.” Há que se sublinhar a parte ‘sentimentos generosos’ e associá-la ao que há pouco foi exposto: a teoria sociológica das raças, também amplamente utilizada por Jardim, que a todo instante contrapunha o desenvolvimento intelectual dos brancos à “afetuosidade da raça negra” (JARDIM, 1978, p. 224).

Outros textos do jornalista, produzidos não com a intencionalidade de contestar o elemento racial

como explicativo da atuação da Guarda Negra, ocuparam-se justamente de mostrar esse preconceito, embora de uma forma muito peculiar, que deixa visível constante esforço para defender o seu próprio espaço no mundo dos homens livres e, portanto, dos brancos. Aceitar essa contra-argumentação, bastante próxima da análise sustentada por Ana Flávia Magalhães, não torna excludente os aspectos ressaltados pelos outros autores incluídos neste debate. *Proudhon*, pseudônimo que então adotara, já escrevendo como proprietário do jornal *Gazeta da Tarde*<sup>61</sup>, envolvia-se cada vez na arena política, tendo como principal bandeira o antiescravismo. Embora tenha valorizado, no texto de setembro de 1884, o papel das mulheres e homens pretos na formação econômica e sociocultural do Brasil, referindo-se ao ventre africano, aos braços da mineração e da lavoura, apresentava-se como preto qualificado não só pela condição legal de homem livre, mas também por representar a mestiçagem e pelo acesso à instrução. Essa interpretação aproxima-se da ideia de construção social do termo pardo apresentada por Hebe Mattos.

Para a autora, o qualitativo pardo sintetizava, como nenhum outro, a conjunção entre classificação racial e social no mundo escravista. Fossem ou não efetivamente mestiços, os pardos dependiam do reconhecimento social para sua inserção no mundo dos livres por meio das relações pessoais e comunitárias que estabeleciam.<sup>62</sup> Proponho um deslocamento dessa argumentação, originalmente utilizada para apontar “os significados da liberdade” (MATTOS, 2013, p. 27) nos últimos anos da escravidão no Brasil. Deslocamento porque estamos tratando de um homem livre, de grande prestígio intelectual, com boas relações sociais e reconhecido pela sua luta contra a escravidão já no pós-Abolição. No entanto, como demonstrado anos antes, com o episódio da carta anônima, ele se via frequentemente obrigado a confirmar seu direito ao mundo dos livres por meio de alegações que comprovassem a sua inserção naquele espaço social.

Ele era um homem de letras, frequentador dos círculos intelectuais da Corte, imbricados com os espaços de sociabilidade diversos. Creio que afirmar simplesmente o preconceito do jornalista contra os homens de cor é tão demasiado quanto acreditar na completa aceitação da sua origem – uma equação aparentemente ilógica, mas que talvez traduza os sentimentos, por vezes contraditórios, que embalavam suas expectativas e mesmo necessidades. Para manter o seu posto naquela sociedade, ele precisava não apenas se sentir, mas parecer diferente da massa escravizada. Era necessário defender o direito à posição que ocupava. Ele próprio era fruto do “sangue branco” com o “ventre fecundo do africano”, combinação que havia resultado na raça impetuosa e inteligente do “crioulo mulato”, qualitativos que não foram

<sup>61</sup> Humberto Machado baseia-se na própria autobiografia de José do Patrocínio para considerar três fases da sua vida: da infância até os primeiros contatos com o Clube Republicano, em 1874, onde travou conhecimentos que o influenciaram em termos profissionais e políticos; o início da prática jornalística e da militância nos clubes republicanos e abolicionista, em 1877; a aquisição do jornal *Gazeta da Tarde*, em 1881 e seu maior envolvimento na luta política. O autor acrescentou uma quarta fase em sua biografia: a análise do período posterior à Abolição, até a morte de Patrocínio, em 1905. MACHADO, H. F. **Palavras e Brados...**, p. 26.

<sup>62</sup> Ver: MATTOS, H., **Das cores do silêncio...**

atribuídos à raça negra, embora ele tenha nela também se incluído: “têm sido grandes os sofrimentos da minha raça” (PATROCÍNIO, 27 set. 1884, p. 1). A questão é por demais complexa para ser resolvida com a simples decretação de preconceito racial por parte de Patrocínio, que certamente lutou por um projeto de construção nacional com base no enfrentamento do estigma da escravidão.

Flávio Gomes considera que as contestações de preconceito racial feitas por José do Patrocínio e também por Luís Gama levaram o racismo à campanha abolicionista, mas de uma forma restrita às acusações pessoais, que, ao estilo da época, incendiavam as disputas políticas, principalmente nos debates travados pelas páginas dos jornais. Essa troca de acusações, todavia, ressaltava “[...] muito mais o absurdo que seriam tais discriminações numa sociedade racialmente miscigenada, como Patrocínio acreditava ser a do Brasil, do que a perspectiva de denunciar um racismo estrutural por parte das elites que tratavam da questão da emancipação dos escravos” (GOMES, 1991, p. 80). Já Hebe Mattos considera que a “crescente hegemonia dos paradigmas naturalistas e do darwinismo social, especialmente após 1888” (MATTOS, 2000, p. 60) acabaria por relegar ao esquecimento a luta contra a discriminação racial presente durante o período monárquico, caracterizada, em grande parte, pela recusa da racialização da escravidão. Para a autora, atuações passadas como as de Antônio Rebouças e Luiz Gama, que cada qual a seu modo enfrentaram a questão racial, passaram a ser mais difíceis diante da progressiva aceitação do conceito de raça e das teorias de superioridade e inferioridade raciais. Essas ideias, correntes no pensamento social brasileiro no final da década de 1880, tornaram mais complicada a militância antirracista de homens como Patrocínio e André Rebouças.

Levando em conta o contexto dos anos finais da década de 1880, quando a moderna noção de raça era discutida em espaços públicos em direta conexão com os rumos econômicos e sociais do País, é preciso abordar, mesmo que de uma forma inicial, as falas de Jardim já apresentadas e que expressam considerações raciais bastante preconceituosas. Outras virão, por isso retomaremos o assunto no último capítulo. Por ora, é preciso situarmos historicamente o termo racismo. Em uma bem fundamentada discussão sobre qual seria o lugar do racismo – produtor ou produto da escravidão negra nas Américas –, Celia Maria Marinho Azevedo defende e explica a segunda alternativa. Considerando que o tráfico e a subsequente escravização em terras americanas abriram, paulatinamente, caminho para a invenção da ideia de raça, a autora ressalta a emergência histórica do racismo “como uma prática discursiva que se desenvolveu em termos mais sistemáticos, já dentro do campo das ciências biológicas e humanas, ao longo do século XIX e primeira metade do século XX” (AZEVEDO, 2007, p. 113). Esclarece a pesquisadora que, por práticas discursivas, compreende o “processo de racialização dos escravos africanos e seus descendentes na América no plano da linguagem do cotidiano e das ciências” (AZEVEDO, 2007, p. 113).

Voltemos ao interesse específico desta tese: os registros reveladores de preconceito racial deixados por Silva Jardim. A construção da noção de hierarquização racial apoiou-se em termos cientificistas e o

amplo debate, acirrado na década de 1880 pelo crescimento do movimento abolicionista, foi travado por homens que não raramente revelaram inconsistência em seus argumentos, que, em grande parte, foram construídos para fundamentar ou justificar diferentes graus de racismo, que era dirigido não somente aos afrodescendentes. Tomemos a temática da imigração, então amplamente discutida como uma das faces da solução abolicionista.

Ângela Alonso considerou a “dilatação da cidadania civil” (ALONSO, 2002, p. 249), incluindo tanto estrangeiros como escravos, como um dos pontos de convergência entre os grupos contestadores do final da década de 1880. Para a autora, a variação principal entre eles ficou por conta dos “positivistas abolicionistas”, que recusavam qualquer solução rural para a problemática contemporânea. A esperada mudança deveria adaptar a sociedade aos novos padrões urbanos e industriais. Criticavam, por isso, não só a imigração oriental, mas o modelo de reforma agrária dos “novos liberais”. A “questão dos chins” ganhou corpo durante o gabinete liberal visconde de Sinibu, entre fins dos anos 1870 e início da década 1880, sendo a principal estratégia pensada para a solução da substituição de mão de obra. No esforço de se modernizar a nação, “o discurso científico/cientificista” serviu ao estabelecimento da hierarquia racial, que definiria e justificaria “os lugares sociais” dos indivíduos (ALONSO, 2002, p. 225).

Assim, a imigração, principalmente a chinesa, foi também tratada sob a lógica racializada. A questão foi discutida em espaços distintos, por meio de cursos e preleções, nos quais os conferencistas apresentavam argumentos favoráveis e contrários ao projeto imigracionista.<sup>63</sup> Grande parte dos grupos contestadores opuseram-se à importação dos orientais, à exceção dos “liberais republicanos.” Homens como Quintino Bocaiuva postaram-se na contramão da enxurrada de críticas publicadas nos jornais da Corte ou verbalizadas em eventos públicos, como as conferências de Jardim. Este instrumentalizou, em seus discursos, elementos consoantes e discordantes com a argumentação dos “abolicionistas positivistas”.

Suas declarações não rechaçavam, como a tese positivista, a economia rural, ao contrário, valorizavam-na, até porque, convenhamos, havia conquistado muitas adesões naquele setor. Por outro lado, os positivistas contrapunham-se inclusive à imigração europeia, por julgar que ela desfiguraria a identidade nacional e que a mão de obra estrangeira competiria com o ex-escravo nacional. Já esse pendor nacionalista e protecionista do Apostolado pode ser percebido nas memórias do propagandista, como quando aconselha os “pretos” (JARDIM, 1891b, p. 274) de Guarany, em Minas Gerais, a trabalharem muito mais que os colonos italianos os quais chegavam em levadas cada vez maiores para roubar-lhes oportunidades de trabalho. Não parece, contudo, ter sido esse o argumento principal usado por Silva Jardim contra o proposto alargamento da imigração dos chineses.

---

<sup>63</sup> Ver: CARULA, Karoline. **Darwinismo, raça e gênero**: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889). 2012. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. pp. 171-190.

O tribuno assegurou que não os julgava inferiores, até porque, conforme frisou, nenhuma raça deveria receber esse qualitativo. Entretanto, não foi o que acabou sugerindo ao complementar sua argumentação, naquele exato ponto interrompida por projéteis e tiros lançados contra a frente do edifício, conforme registrou o taquígrafo que o acompanhara na fatídica conferência do dia 30 de dezembro de 1888:

Eu vos ia dizendo que a raça branca distinguia-se pela inteligência; mas que nem por isso lhe era inferior à raça preta, cujo desenvolvimento de afetos é mui grande, nem a raça amarela, a raça ativa por excelência.<sup>64</sup> Mas ia eu afirmar-vos que, embora julgue a nação chinesa [...] uma das mais adiantadas das nações asiáticas, contudo aconselho aos lavradores que evitem quanto possam uma tal imigração. A razão que tenho é a da diversidade completa de nossa civilização, dos nossos hábitos, das nossas tendências para a civilização, tendências e hábitos dos chins, o que viria perturbar a unidade moral de nossa pátria, donde, em futuro, a sua unidade política (JARDIM, 1978, p. 305).

O “novo liberal” Joaquim Nabuco, que há muito defendia a imigração europeia, armou-se também contra a proposta de imigração chinesa, tornando-se célebre sua fala em que parece comparar os possíveis efeitos da incorporação de trabalhadores orientais na sociedade brasileira àqueles que já eram visíveis com relação à raça negra: “O principal efeito da escravidão sobre a nossa população foi assim africanizá-la, saturá-la de sangue preto, como o principal efeito de qualquer grande empresa de imigração da China seria mongolizá-la, saturá-la de sangue amarelo” (NABUCO, 2010, pp. 122-123). Celia Maria Marinho de Azevedo destacou esses e outros argumentos de Nabuco como provas de que o político pernambucano apoiava-se na “raciologia”, a despeito de sua glorificação pela historiografia conforme aponta o texto *Quem precisa de São Nabuco?* (AZEVEDO, 2007, pp. pp. 95-106). Em contrapartida, Izabel Marson preferiu demonstrar que Joaquim Nabuco rebateu a tese de que o Brasil necessitava de uma imigração subsidiada, principalmente de chineses, por considerar que havia um continente de trabalhadores nacionais capazes de preencher a lacuna deixada pela Abolição. A solução seria não a imigração, mas, prioritariamente, a vinculação de toda a população nacional ao trabalho.<sup>65</sup>

No final do século XIX, a “questão racial” era relacionada à solução imigratória em amplo debate entre políticos e homens de letras da época. Celia Maria Marinho de Azevedo ressaltou que, mesmo abolicionistas descendentes de africanos, como André Rebouças e José do Patrocínio, “não escapavam da intensa propaganda imigrantista, baseada em teorias científicas raciais” (AZEVEDO, 1987, p. 102). Este último chegou a discursar no pós-Abolição no Teatro Recreio Dramático, no Rio de Janeiro, afirmando que a imigração chinesa era incompatível com a nacionalidade, “por motivos étnicos e biológicos” e também por representar um fator negativo para a economia. Referia-se certamente o jornalista à

<sup>64</sup> Esta tripartição tornou-se um clássico da teoria científicista e era comumente reiterada nos discursos daquele período.

<sup>65</sup> Ver: MARSON, I.A. *Política, história e método...* pp. 114-115.



concorrência que os braços orientais representariam para os trabalhadores brasileiros, sobretudo aqueles egressos da escravidão.

Da mesma forma, Jardim também se contrapôs, baseado em teorias racialistas,<sup>66</sup> afirmando, no entanto, que julgava os chineses como os mais adiantados do Oriente. Ele, assim, afastava-se também do tema das lideranças históricas do Rio de Janeiro. Ao refutar a imigração chinesa, defendia ponto de vista semelhante aos de seus principais adversários políticos: Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. Este último mantinha igualmente mais um ponto de divergência com os “liberais republicanos”, dos quais se afastara no pós-Abolição. Mais importante do que evidenciar aproximações e rupturas que, comumente, não respeitaram os frágeis limites dos rótulos, é constatar que todos esses agentes históricos utilizaram, com maior ou menor veemência, os argumentos que então se pretendiam científicos, recorrendo à teoria da racialização.

Não encontrei uma resposta direta de José do Patrocínio sobre as injúrias que lhe foram dirigidas por Jardim no manifesto do dia 6 de janeiro de 1889 há pouco citado, mas, a partir delas, o tratamento dado ao tribuno nas páginas do seu jornal piorou bastante. Eram dois contendores bastante parecidos na disposição para o ataque. Veremos, ao longo do texto, que o *Cidade do Rio* se destacou na intenção de trucidar a imagem de Silva Jardim, que, inicialmente, passou a ter, nas páginas do periódico, sua capacidade intelectual diminuída. Era um “leitor medíocre” e “doutrinador vulgar” (O FETO barbado, 1889, p. 1) que vinha sendo sustentado pela lavoura e que queria apenas um cargo na república que apregoava. Repetia um palavreado decorado, não tendo respostas para os problemas que apontava. O que faria com relação às finanças, que meios empregaria para melhorar ou suprimir o parlamentarismo, que meios empregaria para levar o proletariado do salário à propriedade? Depois, o propagandista passou a ser chamado de “ambicioso e vulgar, sem talento e sem prestígio” (CIDADE DO RIO, 2 mar. 1889, p. 1)

Por sua vez, ao reagir ao ataque do dia 30 de dezembro, Jardim procurou ressignificar a data como o primeiro conflito direto entre a repressão da Monarquia e a propaganda. O governo mostrara-se “contra o artigo, contra o panfleto; o livro, o discurso, a argumentação.” Opunha-se “clara e positivamente”, valendo-se do projétil, do bacamarte, do revólver (JARDIM, 1978, p. 320). Ele criticou a versão divulgada pelos jornais sobre o episódio, citando, em especial, *O País*, que havia destacado a evocação “MATA O SILVA JARDIM” como o grito de guerra do conflito. Teria ficado de fora a explicação de que havia contra si a articulação das autoridades monárquicas, associadas à Guarda Negra, por sua vez composta por uma minoria de “homens pretos” que por ele nutriam ódios incentivados por mentiras e manipulações. Esteve ausente também a sua conduta pública e doméstica contra a escravidão, o seu auxílio, “como

---

<sup>66</sup> O racialismo, segundo Tzvetan Todorov, esteve ligado ao cientificismo nascido na Europa ocidental, ou seja, à utilização da ciências para criar uma ideologia; já o racismo era comportamental, bem mais antigo e de extensão provavelmente universal. CARULA, K. *Darwinismo, raça e gênero...*, p. 125.

advogado e como particular, sempre contínuo, a todo proletário preto” (JARDIM, 1978, p. 313).

Estendeu-se em refutar as acusações sobre ter atuado como “sustentador da indenização.” Citou, então, compromissos públicos e solenes assumidos em acordo com o Partido Republicano. Referia-se ao que fora discutido durante o Conselho Federal reunido em 10 de outubro de 1888, cuja ata ele registrara sucintamente em *O País* e no *Gazeta de Notícias*. A busca pelos registros mencionados por Jardim localizaram no *Gazeta de Notícias* a referida publicação: “[...] raramente as manifestações republicanas posteriores a 13 de maio falam em indenização, mas o Conselho nada tem com este sentimento egoístico e julga que tal ideia não pode ser inscrita no programa do partido” ( CONGRESSO Federal, 11 out. 1888, p. 1).

Seus opositores certamente arrazoaram que a ideia indenizatória, refutada na nota acima, mereceria, pela repercussão que causava não só no meio parlamentar e entre os círculos intelectuais, uma resposta mais contundente e clara do Partido Republicano. Até porque, já àquela época, a sigla cindia-se e Jardim era não só visto, como também assim já se fazia representar, como um militante cada vez mais independente da direção partidária. Ou seja, o tema merecia uma posição mais definida e firme, principalmente porque a demanda indenizatória havia sido registrada como um dos pontos defendidos por republicanos. O grupo paulista, ainda em 1873, aprovou, durante o seu primeiro Congresso, um manifesto que assegurava “[...] a indenização e o resgate” “[...] em respeito aos direitos adquiridos e para conciliar a propriedade de fato com o direito de liberdade” ( MACHADO, 2014, p. 40).

Em *Memórias e Viagens*, Jardim esclareceu que os positivistas eram-lhe “pouco simpáticos,” embora vissem “republicanismo na lavoura” (JARDIM, 1891b, p. 190), isto é, o Apostolado não apoiava a sua campanha, mas não pelas mesmas razões que os “liberais abolicionistas” e dissidentes republicanos, como José do Patrocínio. Conforme Jardim, a oposição do Apostolado seria ao protagonismo que vinha exercendo e não ao apoio obtido por ele entre os proprietários de terra, que, na visão de seus críticos, aderiram ao Partido Republicano tendo em vista a esperança de ressarcimento pela perda dos escravizados.

A questão da indenização acirrou o debate político, surgindo transversa nos confrontos entre os próprios republicanos e entre republicanos e monarquistas. Entre esses últimos, a parcela afrodescendente era vista como “homens de cor” manipulados, que, na retórica republicana, perdiam a conotação política. Ou, nas palavras de Flávio Gomes, a questão da indenização esteve submersa nas ““águas turvas”” do período pós-emancipatório (GOMES, 1991, p. 80).

Talvez ainda impactado pelo grande susto do dia 30, um Jardim menos calculista e bem mais emocional apresentou-se em janeiro de 1889, por meio da já mencionada *Carta Política*. Formava-se, contra si, o conluio da aliança entre o ministério “pseudolibertador” (JARDIM, 1978, p. 313) e a Guarda Negra. Os efeitos do que considerava verdadeira guerrilha de traição à propaganda republicana chegavam ao interior:

[...] O primeiro-ministro<sup>67</sup> fomentava-a nas províncias, inspirando uma série de intrigas, “muito estúpidas”, mas capazes de “produzir impressões em cérebros quase incultos”. Que os fazendeiros republicanos queriam reescravizar os libertos; que quem trabalhasse para lavrador republicano a Sra. D. Isabel reescravizaria por sete anos; que os libertos não deviam trabalhar, porque as terras dos fazendeiros iam ser divididas por eles, e a Princesa ia mandar-lhes duzentos mil réis a cada um; e em alguns lugares por onde andei diziam que o Jardim queria matar a Princesa (JARDIM, 1978, p. 314).

O que os percalços da sua última conferência na Corte demonstrariam é que a exploração do negro não havia cessado. Quem agora o fazia, enquanto o agricultor os protegia – como em várias outras ocasiões ressaltara<sup>68</sup> – era o ministério e a dinastia monárquica, pondo-se “em campo um ou outro negro ou mulato mais sagaz, mais intrigante, mais palrador” (JARDIM, 1978, p. 319). Advertiu que os verdadeiros republicanos deveriam “ter civismo para não odiar a pobres pretos quase irresponsáveis”, mas também para não ser condescendentes com “pretos, verdadeiros ou falsificados, que, com mesquinhos interesses de brancos, mas de branco servil, exploram seus irmãos de raça.” Esses seriam merecedores de todo “ressentimento e punição”. Foi além, acusando os manifestantes do dia 30 de “pretos desocupados” e, caso não o fossem, “pela subordinação do proletário para com o amo”, era justo que perdessem seus empregos por terem entrado em “tais selvagerias.” Não, os melhores representantes da “raça preta no Brasil” não participaram dos embates (JARDIM, 1978, p. 319).

Não é o que afirmara o *Cidade do Rio*, propriedade do seu mais combativo adversário daqueles dias tumultuados. De acordo com jornal, a Guarda Negra estava sendo agredida e desrespeitada porque “os republicanos não davam aos homens de cor o direito de discordarem de suas opiniões” (O DIA de ontem, 1888, p. 1). A corporação seria um “verdadeiro partido político, tão respeitável como qualquer outro.” O conflito do 30 de dezembro teria sido provocado pela iniciativa dos republicanos, que alvejaram, em posição vantajosa, das janelas do andar superior do edifício, vários manifestantes. Eles afluíram ao local da conferência para protestar contra a forma como estava sendo conduzida a propaganda republicana: “O ódio não mede os golpes a desfechar, principalmente contra a princesa, que teve a honra de sancionar a lei de reabilitação moral e política da nossa nacionalidade” (O DIA de ontem, 1888, p. 1).

Ao contrário, a corporação havia tentado abster-se de manifestações agressivas, mas foi impossível conter o ódio da “cólera popular” contra aqueles que insultavam “uma raça que pelos seus sentimentos generosos conseguiu fazer-se amar ao ponto de sermos um povo quase sem preconceito de cor” (O DIA de ontem, 1888, p. 1). Flávio Gomes chama a atenção para a diferença entre essa narrativa e

<sup>67</sup> Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira. Pela ocasião de seu aniversário, o presidente do Conselho teria recebido os cumprimentos da recém-criada Guarda Negra.

<sup>68</sup> Jardim destacava um tipo de assistencialismo rural praticado pelos senhores de terra a favor dos ex-cativos. Dava-lhes alimentação; moradia, remédios, enquanto a Monarquia os havia lançado à própria sorte. JARDIM, A.S. **Propaganda republicana...**, pp. 206-207.

a posição tomada pelo jornal *O País*. Este se preocupava em apontar a provocação da Guarda Negra como determinante para o conflito, enquanto o *Cidade do Rio* não apontou responsabilidades desse ou daquele grupo, mas sim “[...]um movimento de aspiração popular em curso, difícil de conter” (GOMES, 1991, pp. 79-80).

Discordo em parte dessa interpretação. Houve, de fato, por parte de José do Patrocínio, a intenção de ressaltar a força das ruas, talvez até recorrendo à lembrança de episódios passados, como a Revolta do Vintém, da qual participara ativamente, e a própria campanha abolicionista, cujo vigor o jornalista sabia muito bem aquilatar pela sua experiência como reconhecida liderança do movimento a favor da liberdade. No entanto, ficava evidente também que o jornal responsabilizava os republicanos por terem iniciado, com arma de fogo, as cenas de violência.

Vamos aos detalhes da narrativa. A multidão aguardava em frente ao prédio o momento em que o orador, “como de costume” (*O DIA de ontem*, 1888, p. 1) saísse às ruas acompanhado pelo auditório. Seria o momento oportuno para uma contramanifestação. Todavia, no momento em que o orador “perorava”, ou seja, pronunciava os momentos finais de sua fala, um republicano saiu à sacada dando “vivas à República”. Agitada, pensando que saía o “préstito”, procurando “por sua vez organizar o seu”, a multidão começou a bradar “viva a monarquia, viva Isabel, a Redentora!” (*O DIA de ontem*, 1888, p. 1). Logo se abriram as janelas e alguns “imprudentes” dispararam tiros de revólver.

Mais interessante que assinalar a já esperada defesa da Guarda Negra pelo jornal *Cidade do Rio* é transcrever o termo utilizado para denominar os eventos da propaganda: conferências negro-republicanas. Ou seja, o jornal registrava a presença de grupos negros atuando a favor de Silva Jardim, conforme ele próprio ressaltou em suas memórias, como contraponto às agressões sofridas durante a sua campanha, mas se referindo somente ao movimento paulista: Os “próprios libertos de Santos” (JARDIM, 1891b, p. 368) teriam enviado um protesto aos jornais, condenando os ataques do dia 30 de dezembro.

A expressão “negro-republicanos” já havia sido utilizada por Clarindo de Almeida na manhã do dia 30, portanto em momento anterior à tumultuada conferência, iniciada à tarde. Ele protestava contra as injúrias lançadas contra os “homens de cor” da Guarda Negra, referindo-se muito provavelmente ao alerta publicado no jornal *Novidades* sobre fortes boatos que chegavam a alardear planos para o assassinato de Silva Jardim. A nota refutou a ideia de que a Guarda Negra fora criada para promover a anarquia, atestando, ao mesmo tempo, “força de sobra para desafrontar o seu nome a sua raça” (ALMEIDA, 1888, p. 2).

Uma principal intenção pode ter motivado o emprego da expressão “negro-republicana”: a demonstração de que, embora motivados por um sentimento de reconhecimento e gratidão à regente, os membros da Guarda Negra não eram movidos por ressentimentos raciais; formavam uma organização política, tanto que os conflitos envolveram, em lados contrários, pessoas da mesma etnia. A manifestação

de Clarindo de Almeida foi criticada pela coluna *Macaquinhos do Sótão*. Afirmou o jornalista que todos sabiam da existência da organização protetora da princesa, mas, a partir do momento que o seu chefe “deitou falação” (TELHA, 1889, p.1) na imprensa, todos começaram a encará-la como um perigo.

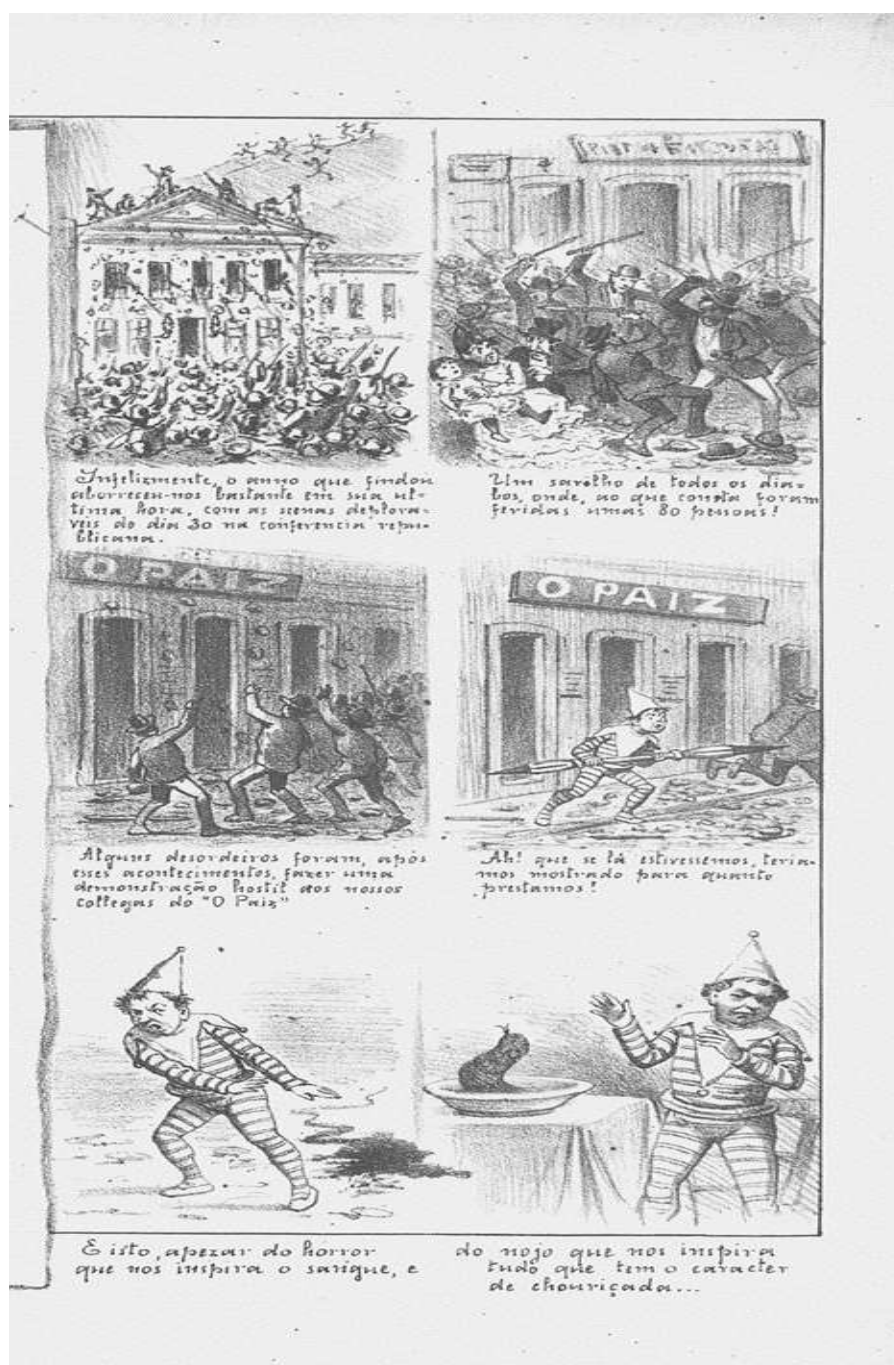
O jornal *Cidade do Rio* pediu tolerância aos que se sentiam aviltados com a agressiva propaganda republicana que desferia, principalmente contra a princesa, palavras de ódio e injustiça. Advertiu para o risco de, futuramente, a responsabilidade sobre novos conflitos recair sobre cidadãos que estavam apenas exercendo o seu direito à opinião política. Mais prudência se fazia então necessária, apesar das provas que isentavam de culpa aqueles que saíram a protestar contra os “neorrepublicanos.” Os indícios de que a agressão partira da “assembleia dos negros-republicanos” seriam os próprios ferimentos das vítimas, que evidenciavam a trajetória dos projéteis: de cima para baixo. Os tiros, arremessos, telhas e outros materiais teriam sido desferidos pela “assembleia dos negro-republicanos”: (O DIA de ontem, 1888, p.1), postados na parte superior do prédio. A *Revista Ilustrada* endossou essa versão no seu primeiro número de 1889 ao representar a cena.

As legendas, que, comumente, complementavam o humor das situações representadas, daquela vez serviram para lamentar o quadro de horror. Chamou-me a atenção a presença de uma mulher negra, com uma criança ao colo, acuada pela luta corporal entre homens brancos e negros. Na legenda dessa cena, o número de feridos subiu para oitenta pessoas. Além disso, os dois desenhos do plano inferior merecem um comentário à parte: eles registravam a depredação sofrida pela redação do jornal republicano *O País* como prolongamento dos distúrbios ocorridos na Rua da Barreira.

Com relação a esse ataque, o desenhista foi implacável. Postou os seus “mariolas” (BALABAN, 2009, p. 17), personagens que simbolizavam o próprio jornal, a afugentar, com lanças, os agressores: “Ah! Se lá estivéssemos teríamos mostrado para quanto prestamos” (REVISTA ILUSTRADA, jan. 1889, pp. 4-5). Naturalmente, a *Revista Ilustrada* assim representava o repúdio dos homens de imprensa contra a violência cometida contra as dependências de um jornal carioca, que, ao contrário dos republicanos postados nas janelas superiores do prédio – conforme cena apresentada nos primeiros desenhos –, nenhuma provocação ou agressão havia oferecido aos grupos isabelistas.

Por sua vez, o periódico *O Mequetrefe* optou por representar mais claramente o surgimento da Guarda Negra, inclusive lembrando a atuação de José do Patrocínio no processo de fortalecimento da entidade. Utilizou linguagem e imagens que sugeriam a ação manipuladora das autoridades monárquicas e do proprietário do *Cidade do Rio* sobre os grupos de libertos, assim como a omissão da polícia.

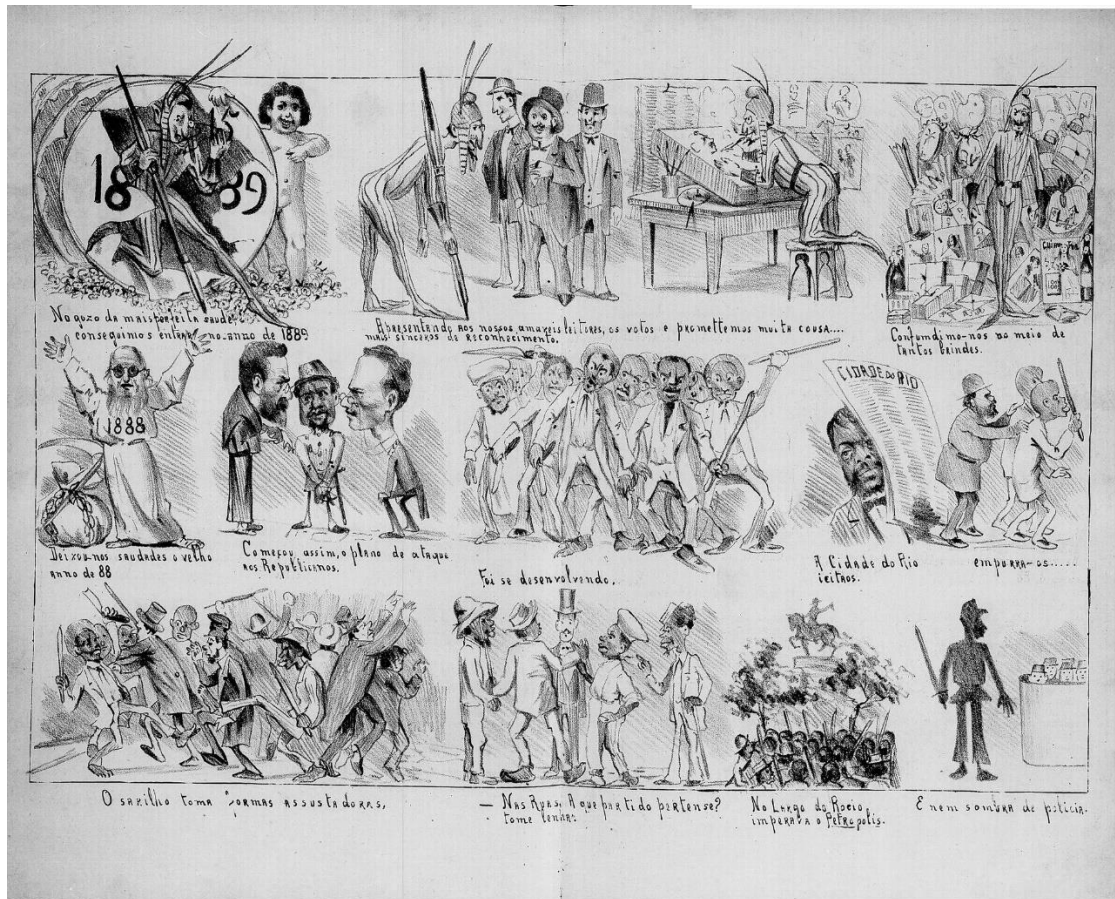
Figura 3 – Cena representou os distúrbios do dia 30 de dezembro de 1888, na Travessa da Barreira.



Fonte: *Revista Illustrada*. Rio de Janeiro, ano 14, n. 530, p. 5, 5 jan. 1889.

“Infelizmente, o ano que findou aborreceu-nos bastante em sua última hora, com as cenas deploráveis do dia 30 na conferencia republicana. Um sarvilho de todos os diabos, onde, ao que consta foram feridos mais de 80 pessoas! Alguns desordeiros foram, após esses acontecimentos, fazer uma demonstração hostil aos nossos collegas de O País. Ah! Que se lá estivéssemos teríamos mostrado quanto prestamos!”

Figura 4 – O jornal *O Mequetrefe* abriu o ano de 1889 criticando a influência das autoridades imperiais e do jornalista José do Patrocínio na criação da Guarda Negra.



Fonte: *O Mequetrefe*. Rio de Janeiro, ano 15, n. 468, p. 4, jan. 1889.

Legenda: “No gozo da mais perfeita saúde conseguimos entrar no de 1889. Apresentamos aos nossos amáveis leitores os votos de prometemos muita coisa, mais sinceros de reconhecimento... Confundimo-nos diante de tantos brindes. Deixo-nos saudades o velho ano de 88. Começou assim o plano de ataque dos republicanos. Foi se desenvolvendo. A Cidade do Rio incita-os, empurrou-os. O sarilho tomou formas assustadoras. Nas ruas, a que partido pertence? Toma lenha! No Largo do Rocio, imperava e Petrópolis. E nem sonha da polícia.”

É necessário neste ponto um parênteses para que seja colocada a questão da cidadania no pós-Abolição. Recordemos a fala de Jardim ao reprovar a mobilização da Guarda Negra contra si: “Os bons cidadãos pretos” estariam no trabalho em vez de se engalfinharem pelas ruas com os republicanos. Ela claramente reduz direitos e deveres dos “cidadãos pretos” ao ordeiro labor, único meio de defini-los como “bons cidadãos.” O qualitativo “bons” parece ter a função de restringir a condição da cidadania apenas

àqueles que permanecessem no exercício da sua antiga função naquela sociedade que acabava de livrar-se, legalmente, da escravidão, mas que continuava a lhes negar influência na cena política. Naquela conjuntura, em que as expectativas e temores acerca de uma nova configuração social ou de retrocessos como a reescravização mobilizavam milhares de homens e mulheres “de cor,” o tema cidadania, imbricado à noção de raça,<sup>69</sup> ressurgia com força e ganhava as ruas. Embora se considere que a consolidação do moderno conceito de raça acabou por reduzir ao esquecimento a luta anterior contra a discriminação racial, levando abolicionistas como José do Patrocínio a utilizar em seus aparatos discursivos as teorias raciais que permitiriam novamente naturalizar algumas das desigualdades sociais, é preciso marcar o retorno do tema cidadania no momento em que a propaganda republicana enfrentava a oposição da população afrodescendente, cujo protagonismo na cena política foi sendo valorizado, mas também negado.

Já conhecendo o teor das disputas discursivas a respeito dos conflitos ocorridos no final de 1888, na Travessa da Barreira, voltemos às memórias de Jardim sobre o seu primeiro grande confronto com a Guarda Negra. Devo, novamente, considerar que a sua frase sobre a movimentação de Anacleto de Freitas na tumultuada tarde deixa dúvidas sobre a significativa presença de republicanos negros no evento, conforme sugere o jornal *Cidade do Rio*. Jardim o vigiava com o olhar pelo fato de ser negro, obviamente desconfiado das intenções do rapaz. Além disso, seria o primeiro a ressaltar a ocorrência de ouvintes negros à conferência, a exemplo do que deixou registrado com relação à ação dos homens de cor republicanos da província de São Paulo.

Anacleto de Freitas foi uma das principais figuras relacionadas ao Club Republicano dos Homens de Cor. Começou como primeiro secretário da instituição, criada em julho de 1889, no Rio de Janeiro, logo se tornando sua principal liderança.<sup>70</sup> Na ocasião da conferência em questão, dezembro de 1888 – portanto em data anterior à criação do Clube –, Jardim talvez estivesse menos informado a respeito de tal organização do que os dirigentes da Guarda Negra. Ou seja, desconhecia ainda o esforço de homens como Anacleto para se organizarem e, ao escrever suas memórias, dois anos depois, decidira-se por não explorar

---

<sup>69</sup> Conforme Mattos, são aparentemente antagônicos os termos cidadania e escravidão, mas desde 1822, ano que inaugurou, com a independência, o tema cidadania brasileira e as demandas a ela vinculadas, o Brasil não só comportava uma das maiores populações escravizadas, mas a maior população afrodescendente livre do continente americano. O pressuposto liberal que teoricamente transformava todos os homens em cidadãos livres e iguais foi sendo instrumentalizado pela parcela oriunda da escravidão em uma luta que incluiu um processo inverso ao do verificado no final da década de 1880: o da desracialização. Isso porque a categoria raça era recusada como explicativa da legitimidade da escravidão que deslocou-se para o *status* alcançado a partir do distanciamento da condição de escravo. MATTOS, H. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico...**, pp.18-20.

<sup>70</sup> Ver: PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Clube Republicano dos homens de cor: uma face da participação política negra no pós-abolição (1889-1893)**. In: Simpósio Nacional de História, 2013, Natal, **Anais...** 2013.

Disponível em:

<[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364834113\\_ARQUIVO\\_Anpuh2013-Artigo\\_Versaopreliminar\\_.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364834113_ARQUIVO_Anpuh2013-Artigo_Versaopreliminar_.pdf)>. Acesso em 15 jul. 2019. Acesso em: 12 jul. 2019.



melhor a questão, o que vem ao encontro de outra possível interpretação decorrente de um olhar invertido.

Ao não registrar o apoio de um grupo numeroso de homens negros por ocasião da conferência, Jardim tinha o propósito de não dar credibilidade aos argumentos apresentados pelo *Cidade do Rio* de que a conferência “negro-republicana” se dera contra o direito de exercício da cidadania por parte dos “homens de cor”. Na prática, o que o jornal de Patrocínio afirmava era que somente era válido o posicionamento dos negros a favor da República. Dessa forma, manifestações contrárias seriam sempre tachadas de arruaças praticadas por pessoas incapazes, manipuláveis e vadias.

Uma passagem em *Memórias e Viagens* – narrada de maneira descomprometida, com o intuito de apresentar ao leitor um divertido personagem – pode ser um indício de que Jardim preferiu omitir a parcela negra de seus seguidores pelas ruas do Rio de Janeiro. Nela, ele relembrou o “moleque Samuel”, descrito como preto, esperto e pândego, que soube driblar a investigação policial com uma desenvoltura inacreditável. Samuel foi ferido durante os conflitos e, ao ser chamado para depor, foi alertado por Jardim para dizer ao delegado que não o conhecia, caso contrário seria implicado desnecessariamente no processo. Samuel cumpriu o acordado e mostrou-se surpreso ao ser acareado a Silva Jardim, confessando sua satisfação em conhecer ali naquela sala policial uma pessoa tão importante. Temos, portanto, mais um personagem negro ao lado de Anacleto de Freitas. Não é possível afirmar se fizeram parte de um grupo suficientemente numeroso já no dia 30 de dezembro que se fizesse notar como formador de uma conferência “negro-republicana” ou de uma minoria que ganhou importância no discurso construído pelo redator do jornal *Cidade do Rio*.

De qualquer forma, endosso as análises que ressaltam a participação de indivíduos e grupos negros que alcançaram “relativa visibilidade no cenário antimonarquista” (PINTO, 2013, p. 292) a partir de uma reação organizada contra a Guarda Negra.<sup>71</sup> Liderando o movimento precursor paulista, estava Quintino de Lacerda, que, como vimos, foi homenageado em versos compostos por Jardim durante os festejos da Abolição. Jornais cariocas, como a *Gazeta da Tarde* e a *Tribuna Liberal*, passaram a repercutir as notícias publicadas pela imprensa paulista sobre as manifestações negras a favor da República e em repúdio à iniciativa carioca, enquanto o *Cidade do Rio* não se furtou em combater a reação paulista. Afirmava que “para uma centena de negros que proclamavam o senhor Silva Jardim como o grande libertador da raça, havia centenas de milhares, quase a unanimidade dos negros brasileiros” (A INTRIGA. 16 jan. 1889, p. 1).

Tomo como acertadas as duas perspectivas. Assim como a organização paulista e, posteriormente, a carioca de Anacleto de Freitas posicionaram-se a favor da propaganda republicana, a relatada presença majoritária de negros nos conflitos ocorridos contra Silva Jardim – tanto na Corte, como no interior da

---

<sup>71</sup> Além das organizações paulistas e cariocas, ocorreram movimentos de “homens de cor” contra a Guarda Negra nas cidades fluminense de Campos e Resende. DOMINGUES, P. Cidadania levada a sério..., p. 134.

província do Rio de Janeiro, em Minas, Bahia e Pernambuco –, foi um sinal do posicionamento político pró-monarquia. Sendo assim, apresento um contraponto à afirmação de que o conflito da Travessa da Barreira serviu de impulso para a “propaganda republicana de modo geral” (PINTO, 2014 p. 292). Ele teve, de fato, o efeito de propagar a propaganda, afinal, Jardim tornou-se ainda mais conhecido a partir do entreviro de graves consequências e, com ele, a ideia republicana.

Por outro lado, a grande repercussão da tumultuada conferência potencializou a ocorrência de conflitos semelhantes. Talvez isso tenha contribuído para que José do Patrocínio viesse recusar a própria cria ao percebê-la sem controle, como veremos adiante. Porém, é preciso esclarecer que, ao salientar como procedentes as afirmações do jornal *Cidade do Rio* sobre o caráter isabelista da Guarda Negra, não pretendo escamotear outros aspectos que, sem dúvida, motivaram suas ações. “Havia uma população negra que procurava constantemente redefinir os contornos do controle e da dominação contra ela exercida. No caso da Corte [...] partindo de suas tradições de luta e experiências da escravidão” (GOMES, 1991, p. 77) homens e mulheres de cor procuravam forjar novas experiências de liberdade.

No entanto, voltando mais uma vez especificamente ao enfrentamento do dia 30 de dezembro, creio que, ao afirmar a presença de pessoas negras nos dois lados do conflito, o periódico quis imprimir ao movimento as características para ele pensadas e que acabaram não se firmando, pois a Guarda Negra extrapolou sua idealizada missão de “organização política”. Tanto foi assim que a ocorrência de novos conflitos, como os que marcaram as comemorações do primeiro Centenário da Revolução Francesa, teria levado Patrocínio a declinar da defesa da Guarda Negra.<sup>72</sup> A exacerbação dos embates teria pesado na decisão do jornalista tanto quanto a mudança do gabinete imperial, conforme será mais detalhadamente abordado no capítulo seguinte.

Após a nomeação de Afonso Celso de Assis Figueiredo, em junho de 1889, José do Patrocínio se reaproximou dos abolicionistas republicanos, a exemplo de outros membros da Confederação Abolicionista descontentes com a oscilação do governo em implementar as reformas que defendiam como parte complementar, mas não menos importante, da Abolição.<sup>73</sup> De qualquer forma, foi contra os “excessos” e “desmandos” atribuídos à associação que outrora defendera que o jornalista, ativista político experiente, reivindicava a paz e o comedimento. Afinal, “[...] uma agitação popular antirrepublicana permeada por um conflito racial seria inadmissível” (GOMES, 1991, p. 88). A iminência desse conflito fora de certa forma insuflada por comparações entre os números de homens pretos a favor e contra a Monarquia, como vimos há pouco.<sup>74</sup> Considero, portanto, que, a despeito das motivações ligadas ao

<sup>72</sup> PATROCÍNIO, José do. Aos homens de cor. **Cidade do Rio**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 156, p. 1, 15 jul. 1889a.

<sup>73</sup> Ver: SANTOS, C.R.A. Na rua, nos jornais e na tribuna: a confederação abolicionista do Rio de Janeiro, antes e depois da abolição. In: MACHADO, Maria Helena P. T; CASTILHO, Celso Thomas. (Org.). **Tornando-se Livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição**. São Paulo: Edusp, 2015, pp. 335-368.

<sup>74</sup> Refiro-me à comparação numérica feita por Patrocínio entre os que defendiam e recusavam a Monarquia: A

exercício da liberdade – a pauta da população afrodescendente por espaço e direitos –, crescia o enfrentamento protagonizado pelos grupos que levantaram a bandeira do Terceiro Reinado.

Entre o conflito da Travessa da Barreira e as declarações de Patrocínio que jogavam água fria sobre a ebulição dos conflitos de rua, muitos foram os momentos em que Silva Jardim teria se enfrentado com amotinamentos majoritariamente compostos por negros. Antes de seguirmos o personagem por sua viagem à Zona da Mata mineira, faz-se necessária uma recapitulação dos principais pontos abordados neste capítulo.

Tinham sido breves as manifestações de entusiasmo das lideranças republicanas fluminenses com a sua chegada. Os principais motivos do distanciamento estiveram ligados à ingerência do recém-chegado sobre os rumos do movimento no município neutro e na província. Apesar disso, a tumultuada conferência da Travessa da Barreira, que deixou oficialmente um saldo de muitos feridos e uma morte, acabou por ser tomada por parte de Saldanha Marinho como a causa da ruptura.

Logo depois dos embates ocorridos nas imediações da antiga Praça da Constituição, hoje Praça Tiradentes, Jardim escreveu o seu primeiro texto, em 6 de janeiro de 1889, ano por ele anunciado como propício e inadiável para a implantação da República brasileira em homenagem ao centenário da Revolução Francesa. Lançava-se como alternativa na luta revolucionária republicana. Sem citar nomes, referiu-se à falta de vigor de lideranças históricas como Saldanha Marinho e Quintino Bocaiuva e declarou seu decidido ânimo de continuar a propaganda revolucionária, já que os líderes do partido estariam impossibilitados de se colocar à frente do “movimento urgente” (JARDIM, 1978, p. 329). Terminou a carta pedindo o apoio, inclusive prático, dos correligionários de todas as províncias, pois não queria deixar morrer o “belo movimento” (JARDIM, 1978, p. 329) cuja iniciativa em parte lhe caberia.

A insistência de Jardim em realizar o evento de 30 de dezembro à revelia da chefia republicana explicava-se pelo seu intuito de encerrar o ano de 1888 com uma grande conferência que respondesse principalmente às críticas de Joaquim Nabuco sobre a aproximação da propaganda com a lavoura. Nabuco baseava-se no argumento de que os “neorrepublicanos” estavam sendo movidos pela expectativa da indenização. O embate discursivo entre ambos foi acirrado com a “questão do juramento”, protagonizada por um fazendeiro da Zona da Mata mineira que, em setembro de 1888, passou a ocupar o vácuo existente, desde o pleito de 1886, na representação republicana da Assembleia Geral.

José do Patrocínio também aumentou o tom do combate aos chamados “republicanos do 14 de maio” por ocasião da chegada de Monteiro Manso ao Parlamento, mas o confronto declarado entre ele e Silva Jardim começou a partir da conferência da Travessa da Barreira, quando houve o primeiro grande embate entre a propaganda republicana e a Guarda Negra, cujas lideranças esforçaram-se para tornar

explícito o caráter político da associação. Para tanto, identificavam a conferência do dia 30 de dezembro como “negro-republicana,” como forma de sinalizar que, se a cidadania dos homens de cor podia ser exercida pelo viés do antimonarquismo, o contrário também era possível.

A narrativa centra-se, a partir desse ponto, na expansão da propaganda de Jardim por Minas Gerais. Os movimentos ocorridos no interior das províncias contra a ideia republicana logo foram associados à Guarda Negra. Embora não haja fontes que comprovem um planejamento prévio dos amotinamentos a partir de uma coordenação semelhante, podemos considerar como indício o quarto dos seis itens constantes do regulamento daquela associação: “Pedir à Confederação Abolicionista o seu apoio para que essa sociedade se ramifique por todo o Império” (CRONICA de ontem, 1888, p. 2). A nota trazia ainda um apelo dirigido aos libertos do mundo rural: que se recusassem a trabalhar nas fazendas daqueles que não tivessem jurado combater o Terceiro Reinado.

Diretamente tributárias, ou não, da organização surgida na Corte, mobilizações de homens de cor monarquistas foram registradas em várias partes dos locais mais particularmente considerados nesta tese. Elas podem ser todas relacionadas às tumultuadas excursões de Silva Jardim, cujo organismo, conforme ironia da imprensa carioca, revelava-se como ideal para as melhores culturas do “micróbio da Guarda Negra.” (REVISTA ILUSTRADA, 27 abr. 1889, p. 3). Por onde passava o tribuno, as populações, até então tranquilas, eram contaminadas pelo mal.

Lívia Laura Antunes (2019) rastreou os indícios de ações atribuídas à Guarda Negra de maneira não restrita ao Período Imperial, o que me parece um dos pontos que mais distingue o seu trabalho. Além dos conflitos que localizei em minha pesquisa, cujo interesse restringiu-se aos locais aonde Jardim levou a sua palavra republicana, a autora localizou uma série de informações e indícios que foram associados a agrupamentos inspirados na Guarda Negra não só em Minas Gerais, mas em São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Norte, Pará, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Pela convergência do tema, muitas foram as coincidências de fontes, embora apresentadas de uma forma bastante distinta.

O resultado obtido com respeito ao termo Guarda Negra foi consequência de etapas gradativas seguidas com o objetivo, já explicitado, de seguir Silva Jardim por suas andanças como propagandista. Retomo a pesquisa de Lívia Antunes nos próximos capítulos, relacionando algumas de suas considerações ao desenvolvimento da narrativa sobre os caminhos reais e metafóricos da campanha republicana de Jardim. Por enquanto, é necessário reafirmar, com base na autora, que as contendas relativas àquela associação figuraram na maior parte das manchetes jornalísticas entre os anos de 1888 e 1889. Em meio à crescente polarização da opinião pública entre republicanos e monarquistas, “[...]os embates e cisões da Guarda Negra fizeram emanar questões e experiências inéditas que passaram a lidar com a população negra nas novas arenas da política, enquanto sujeitos juridicamente livres” (ANTUNES, 2019, p. 11).

Antes da ruptura pública com o centro partidário, mas em plena campanha já divulgada e realizada de forma independente, Jardim partiu, em fevereiro de 1889, para sua primeira visita a Minas Gerais.<sup>75</sup> Iria enfrentar-se com a sua autoimagem de abolicionista, que descobriu restrita à sua atuação na cidade de Santos. A viagem à província mineira parece ter contribuído para que o seu passado como defensor da liberdade, que, durante toda a sua campanha, tentou em vão valorizar, fosse cada vez mais negligenciado. Acusavam-no de viver à custa de escravocratas que bancavam suas andanças com esperanças de serem indenizados por um novo sistema de governo.

Nas vilas, arraiais e muitas fazendas da Mata mineira, era muito improvável que a parcela egressa do cativo tivesse conhecimento sobre de que forma pequenas participações, como a de Silva Jardim, fortaleceram o grande movimento a favor da liberdade. Até porque se tratava de uma realidade bastante distinta de centros urbanos como a Corte. O estatuto do Clube de Lavradores de São José de Além Paraíba, uma das cidades visitadas por Jardim, foi mencionado na Assembleia Geral, conforme destacou o jornal gaúcho *A Federação*,<sup>76</sup> em maio de 1884, como exemplo da “intolerância crescentes dos escravocratas” (SESSAO de 16, 1884, p. 3) com relação ao processo emancipacionista.

---

<sup>75</sup> No ano anterior havia visitado somente Juiz de Fora, de onde retornou para o Rio de Janeiro.

<sup>76</sup> Em maio de 1884, Júlio de Castilhos assumiu a direção do jornal, desencadeando “forte campanha abolicionista”. No entanto, o momento culminante de sua atividade jornalística foi em torno da Questão Militar, atraindo os militares a favor do pleito republicano. ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Esboço biográfico de Júlio de Castilhos. In: AXT, Gunter. et.al. **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005, p. 24

#### 4 OS “ISABELISTAS” CONTRA O “HOMEM DA LEI NOVA”: A PROPAGANDA DE SILVA JARDIM PELOS TRILHOS DA MATA MINEIRA.

Ao voltar aos trilhos da propaganda, visando particularmente à província de Minas Gerais, Jardim estendeu a forçosa pausa iniciada no hotel do Morro do Corcovado. A febre amarela o havia combalido gravemente. A doença, que assolou o Rio de Janeiro pela primeira vez na década de 1850, passou a ressurgir em ondas esporádicas de maior gravidade a partir do verão de 1868.<sup>1</sup> Era inclemente com os imigrantes e, inversamente, poupava ou manifestava-se de forma amena nos organismos dos escravizados, o que teria obstado os planos de importação de braços europeus para a substituição do trabalho escravo esboçados já a partir da Lei do Ventre Livre, em 1871, “sinal inequívoco de que a escravidão um dia chegaria ao fim, até mesmo no Brasil”(CHALHOUB, 1996, pp. 72-73). A estiagem<sup>2</sup> dos últimos meses de 1888 prolongou-se com rigor em janeiro e fevereiro de 1889,<sup>3</sup> mantendo a temperatura elevadíssima, agravada pela falta d’água e a conseqüente ausência de gelo na única fábrica do tipo que vinha ainda funcionando na capital do Império, situada na Rua Sete de Setembro, onde pessoas se acotovelavam a disputar o produto em escassez.<sup>4</sup> Os surtos de febre amarela ajudavam a subir também a temperatura das críticas sociais. Ela acometia mais os pobres, denunciava o *Revista Ilustrada*, obrigados a tolerar o verão inclemente carioca, enquanto as classes aristocráticas refugiavam-se no ameno clima da serra, dirigindo-se, geralmente, para Petrópolis. Jardim, como vimos, não saiu da capital, mas foi enfrentar o mal acomodado nas terras altas do Corcovado.

Para não prolongar a interrupção de sua campanha, buscou os bons ares do campo para finalizar sua recuperação. Desembarcou em 12 de fevereiro na estação de Rio das Flores, então pertencente a Valença, e por lá permaneceu por três dias antes de seguir viagem para a vizinha província mineira. Antes de seguirmos o percurso feito pelo propagandista, é necessário que sejam brevemente apresentadas as distinções entre as sub-regiões da Mata mineira, cujos processos de ocupação territorial e movimentos populacionais distintos “determinaram a variada participação dos escravos no conjunto da população total de cada um dos municípios da região” (FREIRE, 2009, p. 25).

Convencionou-se considerar a seguinte divisão, estabelecida com base no censo de 1940: Zona da Mata Norte, Central e Sul. Interessam-nos mais especificamente as duas últimas por corresponderem, em grande parte, aos municípios visitados por Silva Jardim no século XIX. Na Mata Sul, foram reunidos

<sup>1</sup> O aumento dos surtos de febre amarela teria influenciado a paralisação do tráfico negreiro transatlântico, em 1850, pois o mal foi sendo associado às chegadas dos navios vindos da África, embora fosse completamente desconhecida a relação entre o mercado escravista e o vetor da doença, os insetos de origem africana. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 4ª reimpressão, 1996, pp. 72-73.

<sup>2</sup> Embora não se associasse a verdadeira causa à doença, os infeccionistas da época aproximavam-se do perigo ao considerar as chuvas como purificadora dos ares, que limpava os pântanos e fazia circular as águas estagnadas. *Ibid.* p. 69.

<sup>3</sup> O calor e a falta d’água eram comentados pela imprensa carioca: VERIM, Júlio. Carnaval e cinzas. *Revista Ilustrada*. Rio de Janeiro, ano 14, n. 539, p. 2, 9 mar. 1889.

<sup>4</sup> Informações extraídas de: REVISTA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro, ano 14, n. 533, pp. 3-4, 26 jan. 1889.

os municípios de Leopoldina, Volta Grande, Além Paraíba, Mar de Espanha, São João Nepomuceno, Rio Novo, Bicas, Matias Barbosa, Juiz de Fora e Santos Dumont. Na Mata Central, passaram a figurar, entre outros, os municípios de visconde do Rio Branco, Ubá e Rio Pomba. Em estudo comparativo entre as três sub-regiões, a primeira concentrava a maior parte das grandes propriedades, com área superior a 79 hectares, onde mais largamente se praticava a agricultura.<sup>5</sup>

A expansão cafeeira ao longo do Oitocentos foi determinante, portanto, para a configuração social das várias microrregiões da Mata mineira. A densa mata atlântica foi sendo substituída pelos cafezais, que tornaram a região a mais economicamente dinâmica da província mineira. O recorte temporal desta tese – últimos anos do século XIX – torna obrigatórias também informações sobre a expansão da malha ferroviária. Esta rápida abordagem sobre o espaço considerado será complementada ao longo do texto com notas explicativas. Iniciemos, portanto, a narrativa sobre a viagem realizada por Jardim.

Atenho-me, neste capítulo, à visita de Silva Jardim à Zona da Mata mineira, entre fevereiro e março de 1889, interessada, sobretudo, em apontar os possíveis fatores que influenciaram a forma como ele foi recebido. Proponho desenvolver uma análise que aponte o tratamento dado pela imprensa à excursão de Jardim, que aborde o papel de alguns personagens de várias formas ligados à sua passagem pela região e que preze pelas múltiplas facetas do universo político da temporalidade e do *locus* analisado. Na parte final, trato especialmente dos conflitos ocorridos no município de São José de Além Paraíba, apontando para o processo de construção da memória histórica local, ancorada na propaganda republicana de Jardim.

À medida que avançava no planejado percurso previamente divulgado nas páginas de vários periódicos, ele foi sendo acompanhado por reportagens publicadas na imprensa carioca e também em jornais de cidades mineiras, notadamente, Juiz de Fora e São João del-Rei. Os telegramas enviados das estações ferroviárias por parte de aliados e adversários do propagandista ganhavam credibilidade ou eram rechaçados e ridicularizados, a depender da linha política de cada veículo.

#### 4.1 A CAMINHO DE MINAS: RECUPERANDO-SE NA FAZENDA SANTA GENOVEVA

Sabia-se, pelo juiz-forano *Diário de Minas*, que “todos os fazendeiros republicanos de Santa Tereza de Valença” estiveram presentes naquele início de ano à “estrandosa manifestação” (DR. Silva Jardim, 17 fev. 1889, p. 1) em homenagem ao convalescente.<sup>6</sup> Uma grande festa teria tido a participação

<sup>5</sup> Informações com base em: FREIRE, J. **Escravidão e família escrava na zona da mata mineira oitocentista**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009, pp. 24-25.

<sup>6</sup> Novamente em Valença, em março de 1889, quando retornava de sua conturbada visita a Minas, Jardim enfrentara recepção bastante diversa daquela noticiada pelo diário de João Ribeiro. No lugar da banda de música e dos festejos, os libertos integravam, naquela feita, uma enorme reação. Além de incêndio, houve tiros, pedradas e muitos feridos, conforme será detalhado no início do quarto capítulo.

de quase quinhentos libertos reunidos por Domingos Theodoro de Azevedo Júnior, em cuja fazenda, a Santa Genoveva, hospedara-se Jardim.

A estada nas terras do cafeicultor e capitalista, que inclusive participou da construção da Estrada de Ferro Rio das Flores, ocupando por vários anos a presidência da empresa, foi lembrada de forma muito prazerosa. As plantações cuidadosamente tratadas revelavam o espírito de ordem do fazendeiro que habitava um palacete cuja “brancura senhorial era realçada pela verdura” (JARDIM, 1891b, 267) que o cercava. Comodidade, gosto e arte reuniam-se na construção. Suas impressões foram ainda melhores quando conheceu a família do barão. Confessou-se encantado, principalmente, com as moças da casa, excelentes amazonas, mas também prendadas nas artes da música e literatura. Isso tudo revelaria ao propagandista como estava “adiantado no interior da província fluminense o gosto pela vida verdadeiramente elegante, nobre e sã” (JARDIM, 1891b, 267) Passou então a compreender o “ar jovial de um homem satisfeito de sua saúde, de sua posição e de sua consciência”. O dono da Santa Genoveva impressionou Jardim “com seu aspecto seguro de chefe de família estimado” (JARDIM, 1891b, 267). Talvez tenha lhe causado menos impressão a acolhida representada pelos “pretos” da fazenda, reunidos a outros que vinham das propriedades vizinhas. Foi sucinto ao descrever a cena. Fizeram-lhes cumprimentos, entoando canções e dançando à sombra das folhagens. Dirigiu-lhes um breve discurso em “linguagem apropriada.” Já no salão da casa grande, aos vários correligionários presentes, ponderou: “Realmente, são grandes os nossos compromissos para com essa gente” (JARDIM, 1891b, 268). Para Jardim, os ex-escravizados precisavam ser tutelados pelo Estado, além de receberem instrução elementar e preparação técnica para o trabalho, conforme se manifestou várias vezes, inclusive no texto Treze de Maio, publicado no primeiro aniversário da Lei Áurea.

O empenho do propagandista, ainda alquebrado pela enfermidade, foi desmerecido em um longo artigo do jornal *Cidade do Rio*, que lamentou o espaço conquistado por ele frente à acomodação de outros velhos republicanos, como Lopes Trovão. Enquanto o primeiro “aproveita-se até de sua convalescença para ir levar ao interior a doutrina oficial do partido, incorpora-o a si e fala em nome da coletividade militante”, o segundo, aquele em que “todos depositavam mais fé e mais avivadas esperanças, passeia apenas pela rua do Ouvidor e não faz sentir a ação de sua palavra no atual movimento republicano” (CIDADE DO RIO, 28 fev. 1889, p. 1).

Outra opinião, desta vez publicada no *Diário de Notícias*, apontava as divisões que, naquele início de ano, se aguçavam em decorrência do manifesto lançado por Jardim em resposta aos conflitos do dia 30 de dezembro. A *Carta Política ao País e ao Partido Republicano*, publicada em 6 de janeiro, foi classificada como incendiária por ameaçar não só as instituições monárquicas, mas a própria tranquilidade social. Seu “republicanismo de estação,” cujos propósitos seriam a anarquia e a demolição da ordem, distanciava-se dos “republicanos sinceros, que se batem por amor a suas convicções, esperando em terreno



condigno propício ensejo de pôr em prática suas ideias” (A MONARQUIA e a República, 1889, p.1). São nomeados os integrantes deste segundo grupo e Lopes Trovão estava entre eles, ao lado de Quintino Bocaiuva, Rangel Pestana, Campos Sales e Aristides Lobo.

Órgãos de imprensa com vieses políticos diferentes apontavam igualmente para o que vinha sendo cada vez mais percebido: a discordância entre os vários projetos republicanos que à época ainda se delineavam na nova conjuntura política do pós-Abolição. O jornal *Cidade do Rio* tentava aproximar o “grande” republicanismo de Trovão – contraposto à propaganda “mediocre” do “deusinho pequenino”, em alusão à estatura de Jardim – à atuação de José do Patrocínio não só como abolicionista, mas como republicano dissidente: “Nesse combate que teve de travar, incorporou em si o espírito do proletariado, sempre capaz de encontrar um perdão e um carinho para os seus opressores de ontem, mas indomável e intransigente na hora tempestuosa da luta” (CIDADE DO RIO, 28 fev. 1889, p. 1).

Já o *Diário de Minas* procurou escamotear as divergências partidárias e ainda os conflitos latentes em torno da passagem de Jardim por diversas localidades. Necessário se faz aqui um pequeno parêntese para o tratamento das fontes. O *Diário* foi fundado em julho de 1888, por João Ribeiro, na mesma época em que ele desdobrava-se em dar atenção a Silva Jardim, em sua primeira visita a Juiz de Fora. Foi o primeiro jornal em Minas Gerais a ter serviço telegráfico. Durou pouco mais de um ano, já que, em setembro de 1889, fundiu-se ao Farol.<sup>7</sup> Por sua vez, o órgão conservador *Arauto de Minas*, naqueles tempos em que os senhores da lavoura engrossavam a lista de novos republicanos, parecia também reconhecer como mais apropriada a solução evolucionista representada pela ala majoritária do partido então presidido por Quintino Bocaiuva.<sup>8</sup> Para os observadores mais atentos, a ruptura pública de Silva Jardim com os republicanos da velha guarda, já parcialmente antecipada por sua carta-manifesto de 6 de janeiro, seria, como foi, questão de tempo. Ao seguirmos o tribuno pela sua primeira viagem a Minas, veremos que em Leopoldina foi impedido de falar pelo próprio diretório local do Partido Republicano, que alegava não estar Jardim a serviço oficial da agremiação.

#### 4.2 AS ESTAÇÕES DA PROPAGANDA: DE MAR DE ESPANHA A PATROCÍNIO DE MURIAÉ

As lembranças de Jardim, apesar de ressaltarem sempre as facilidades proporcionadas pela linha férrea à propaganda, não seguiram obviamente o rigor das consecutivas estações ferroviárias nas quais ele embarcou e desembarcou. As bifurcações registradas pela sua memória podem, muitas vezes, desviar o leitor do caminho que ele efetivamente percorreu, isso porque o nosso personagem privilegiou algumas paradas em detrimento de outras, que por vezes citou rapidamente em retrospectiva e, comumente, pela

<sup>7</sup> EVOLUÇÃO da imprensa em Minas. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 ago.1957, 3º Caderno, p. 16.

<sup>8</sup> O jornal repercutiu o artigo *A monarquia e a república* originalmente publicado no *Diário de Minas*. *Arauto de Minas*. São João del-Rei, ano 13, n. 31, p. 1, 31 jan. 1889.

citação da narrativa de terceiros.

Ainda alquebrado pelo recente contágio de febre amarela, Jardim voltou ao caminho de ferro, desembarcando em Minas, mais especificamente na estação de Santa Helena, de onde ele segue o seu percurso pela Mata mineira, conforme o mapa do Anexo A. Santa Helena era a plataforma mais próxima à cidade de Mar de Espanha, que foi dotada de um terminal ferroviário apenas em 1911.<sup>9</sup> A mensagem enviada daquela estação deixa-nos entrever que providências foram tomadas no sentido de garantir a tranquilidade da conferência republicana. “[...] o delegado de polícia aumentou a força que guarnece a cidade, munindo-a de armas e pronta à primeira ordem” (SANTA Helena, 1889, p. 2). Quem assinou a nota foi o diretor do Clube Republicano local, identificado apenas como Ramos. Naturalmente tratava-se da pessoa mencionada no seguinte trecho: “Esperava-me na estação o Dr. Gonçalves Ramos, que me convidara a falar ali e seguiremos até a povoação em trolley, que atravessa as plantações, pela estrada de barro vermelho, pelo meio do morro” (JARDIM, 1891b, p. 270).

Ele se sentia exausto. Os efeitos da febre amarela ainda o enfraqueciam. Falou sentado, assistido sempre por muitos dos “filhos de Hipócrates” que o acompanhavam. Alongou-se falando sobre a grande presença de médicos na campanha, constatação assinalada como recorrente em Minas Gerais, enquanto os advogados, como em toda parte, ressaltou, conservam-se na expectativa, fato que atribuía ao “espírito metafísico dos nossos cursos jurídicos, à organização escolástica das academias e à obediência cega às instituições juradas,” além da existência de uma “perspectiva corruptora” (JARDIM, 1891b, p. 271) de uma cadeira de juiz ou cargo de deputado.

A despeito desse comentário de Jardim, ele foi acompanhado a Mar de Espanha por um bacharel que, desde a fase mais crítica de sua enfermidade, vinha lhe prestando importante apoio. Esse personagem foi identificado por Jardim como “meu amigo Nonimato Lima” (JARDIM, 1891b, p. 261). Tratava-se de Nonimato José de Souza Lima, dez anos mais velho que o propagandista, mineiro nascido na Mata, em Rio Espera. Entre as décadas de 1860 e 1870, havia sido vereador e juiz de paz em Leopoldina. Foi nomeado no Governo Provisório como Intendente de Patrimônio do Distrito Federal. Transferiu-se em 1896 para Juiz de Fora, onde atuou como fiscal do 2º Distrito de Imigração. Também atuou, a partir de 1897, como Secretário Interventor em Questão de Limites Minas-Rio, chegando a publicar uma obra a respeito.<sup>10</sup>

Antes de seguirmos viagem, é necessário relacionar os comentários de Jardim acerca dos

<sup>9</sup> A estação de Santa Helena foi inaugurada em 1879 pela Cia. União Mineira, e incorporada, com a linha, pela E. F. Leopoldina em 1884. Ela fazia parte, originalmente, do ramal de Serraria, desativado em 1904, e com esse trecho da linha incorporado à linha Três Rios-Ubá. Essa estação, infelizmente, foi demolida. GIESBRECHT, R.M. **Estações Ferroviárias do Brasil**, 2001-2020.

Disponível em: <[http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl\\_mg\\_tresrios\\_caratinga/stahelena.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_mg_tresrios_caratinga/stahelena.htm)> Acesso em: 9 jun. 2019.

<sup>10</sup> Trata-se de LIMA, Nominato José de Souza. Questão de limites entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. In: **RAPM: Imprensa oficial de Minas Gerais**: Belo Horizonte, v. 8, f. 1,2, , jan./jun. 1903.

bacharéis à análise de Ângela Alonso sobre uma das peculiaridades do positivismo brasileiro, o antibacharelismo:

No Brasil, [...] o positivismo foi marcadamente um discurso antiliberal, no sentido que o liberalismo tinha aqui, a esse tempo, associado ao bacharelismo. A adoção política do positivismo serviu, pois, como um contra discurso e foi como molde deste antibacharelismo que a sua contra elite imperial o tomou. Portanto, diversamente do que ocorria na América latina, o positivismo brasileiro teve a sua especificidade de apresentar-se como legitimador de uma camada em ascensão, opositora justamente do grupo bacharelesco e aristocrático. Lá, o positivismo foi adotado pela tradição; aqui ele se constituiu justamente como uma via antitradicional (ALONSO, 1996, p. 127).

Como vimos, o bacharel positivista, filho de professor primário e pequeno agricultor que, com muito sacrifício e esforço, conseguiu se graduar pode ser aqui identificado como uma das muitas variantes do positivismo também no aspecto social. Ângela Alonso endossa Murilo de Carvalho com respeito ao grupo positivista carioca formado, majoritariamente, pela “contra elite imperial” por muitos médicos e engenheiros, embora houvesse, como pontua a autora, o positivismo de corporação, entre os militares, e dos abastados, filhos das grandes lavouras, e dos que nada tinham, ascendendo socialmente por meio da educação. Jardim pode ser melhor entendido como parte do último grupo, conforme ele próprio ressaltou em algumas oportunidades, como no discurso a favor do não funcionamento das casas comerciais nos domingos e feriados, questão que ficou conhecida como “fechamento das portas”.

Voltando ao curso da propaganda, é necessário dizer que em nenhum momento Jardim comentou sobre o aparato policial descrito pelo seu anfitrião no telegrama à Corte. A conferência em Mar de Espanha parece ter sido, no entanto, rápida e não muito concorrida, conforme deixa transparecer nas lacunas do seu relato. Jardim seguiu para Guarani, lugarejo rural então pertencente à Vila do Pomba, onde foi recebido na fazenda de Martinho Rocha, apresentado simplesmente como genro de Nominato. Muito provavelmente tratava-se do médico, além de fazendeiro, Martinho Daniel da Rocha Ferreira, dirigente do clube republicano local.

Deteve-se em Guarani tempo suficiente para desfrutar dos prazeres da boa mesa mineira. Relembrou o angu de boa farinha de milho, servido com guisado de carne apimentado. Não haveria rivais para os fornos da terra, de onde saíam leitões bem temperados e tostados. Falar no queijo de minas, registrou com humor, seria um pleonasmo culinário. Os exageros inevitáveis diante dos sabores mineiros foram compensados por caminhadas onde pôde observar o sistema de trabalho.

No campo, observavam – ele e seu anfitrião – “um grupo de pretos” e outro grupo de italianos recém-introduzidos no sistema de colonato. O fazendeiro então lhe disse que esperava mais forte auxílio do segundo grupo, pois o primeiro tinha poucas aspirações. O pouco que ganhavam iam logo gastar na venda. Jardim, então, classificando a escravidão de “instituição maldita” que havia “estragado os pretos” ponderou que “era preciso também ter paciência e ir aproveitando os libertos” (JARDIM, 1891b, pp. 273-

274). Aproximou-se deles e aconselhou que fossem amigos dos italianos, mas procurando trabalhar muito mais, pois corriam o risco de ficar sem trabalho com a concorrência estrangeira que já ia caindo na preferência de seus antigos senhores. Destacou que um deles “mais inteligente, levantou o olhar e indagou: isso é verdade, sinhô?” (JARDIM, 1891b, p. 274).

Guarani foi um ponto de apoio para outras duas visitas naquela microrregião: Rio Novo e Pomba, atualmente Rio Pomba. Jardim nada detalhou sobre o ocorrido nessas localidades, mencionando-as quase que exclusivamente por meio da reprodução de um diálogo com um de seus anfitriões, o “Dr. Camilo”, que, ao contrário, mereceu grande espaço nas páginas do seu livro. Tratava-se do médico Camilo de Moura Estevam, descrito como homem simples, cuja baixa estatura era compensada por uma “musculatura de ferro.” Era um “revolucionário, temperado pelo desejo da vitória e pela vida dura do interior” (JARDIM, 1891b, p. 276). Impressionaram-lhe a disposição, a espontaneidade e a franqueza do correligionário que logo retornou para Ubá, onde organizava os preparativos para a chegada do conferencista.

Jardim comentou o ritmo dinâmico que alcançara a propaganda republicana nos trilhos da Mata mineira: “Nossa agitação estabelecia um sentimento de comunicabilidade excepcional destas povoações ligadas pela estrada de ferro. Eu era sempre acompanhado por cinco ou seis correligionários, alguns dos quais tornava a ver depois, de surpresa, n’outra estação” (JARDIM, 1891b, p. 275). Essa circularidade via linha férrea fora, nas impressões do visitante, fomentada pelo próprio temperamento do tipo mineiro encontrado naquela região: “Estávamos ademais, na região da Mata em que o clima é mais úmido e mais quente, a vegetação mais exuberante e os homens mais ardentes” (JARDIM, 1891b, p. 275).

As notas do *Gazeta de Notícias* são também sucintas a respeito de Rio Novo e Pomba, porém acabam por fornecer informações sobre o que não foi dito de forma direta: “O ilustre propagandista no seu discurso aconselhou prudência até onde ela for possível, repelindo entretanto o povo a violência com violência, morrendo com honra e matando se for preciso, para a salvação da pátria que é republicana” (RIO Novo, 1889, p. 2). Sobre a conferência em Pomba, no dia seguinte, o destaque não foi o tom do discurso a respeito da violência que, muito provavelmente, rondava as apresentações de Jardim, mas sim a presença de “muitos correligionários libertos” (POMBA, 26 fev. 1889, p. 2). O destaque talvez tenha se dado pela intenção de compensar a possível oposição da véspera, não noticiada claramente. Seja como for, uma nota do jornal local *O Pombense*, sobre o grande público e as muitas adesões que teriam marcado a conferência de Jardim, foi refutada nas páginas do *Gazeta de Notícias* por uma publicação reivindicada por gente da terra. O público não teria passado de poucos indivíduos, cuja indefinição política foi apontada com a seguinte expressão: “vivem na terra e na água” (POMBA, 13 mar. 1889, p. 2). Ou seja, as fontes apontam que o clima de relativo sucesso, tranquilidade e confraternização descrito por Jardim em referência às primeiras apresentações foi objeto de contestações.

As veiculações feitas pelo *Gazeta de Notícias*, que deve ser tomado como colaborador da

propaganda, não contêm alarmes diretos sobre possíveis conflitos, mas deixam entrever a possibilidade da eclosão de confusões, cuja potencialidade era melhor não alardear. Talvez fosse necessário filtrar as informações para que notícias que exprimissem o estado de possível conflagração contra a propaganda não encorajasse distúrbios pelas outras tantas localidades onde teria que passar o tribuno. Ao escrever suas memórias, dois anos depois, Jardim talvez tenha mantido a discrição sobre o grau de dificuldades enfrentado na fase inicial da sua viagem. Afinal, havia muito a ser cumprido e a divulgação de ameaças e perigos talvez fosse contraproducente à medida que poderia estimular o fortalecimento de movimentos contrários à sua passagem. Se realmente existiu, essa estratégia aqui aventada não surtiu efeito, como ainda veremos.

Seguiu para Ubá e lá foi recebido na residência do médico de modos simples que, dias antes, se deslocou até a estação de Guarani para conhecer-lhe pessoalmente. Camilo de Moura residia naquela cidade, exercendo, segundo o próprio Jardim (1891b) importante influência política nas localidades circunvizinhas. Com efeito, o tom sobre a campanha de Jardim na Mata mineira torna-se, pela primeira vez, mais positivo nas páginas do jornal carioca. Fora recebido o visitante, no dia 26 de fevereiro, com banda de música na estação de Piranha. Não só o diretório republicano, mas “o povo” (UBÁ, 1889, p. 2) o acompanhou de forma entusiasmada até a casa do Dr. Camilo. Manteve-se a música durante todo o trajeto, acrescida de estampidos dos foguetes de boas-vindas.

Ainda em Ubá, encontrou-se com Cesário Alvim, deputado provincial de sólida carreira política, cujos desgostos com a política imperial e tendências oposicionistas o teriam levado a inclinar-se ao Partido Republicano. “Não obstante, dizia ainda naquela oportunidade (março de 1889) confiar ainda no Senhor D. Pedro II” (JARDIM, 1891b, p. 279). Jardim, portanto, registrou o encontro com Alvim, destacando sua resistência em aderir efetivamente à sigla. Antes, porém, já o havia mencionado, deixando claro que a oposição ao Império mantida pelo importante liberal mineiro, sobretudo como defensor da causa federalista, era uma das razões que o faziam acreditar na potencialidade republicana de Minas Gerais.

José Cesário de Faria Alvim tinha exatos 50 anos em 1889. Filho de outro Cesário, coronel de milícias, por sua vez primogênito do português Alvim, desbravador, sesmeiro e proprietário de jazidas mineiras no arraial de Pinheiros, pertencente ao tronco de uma das mais antigas famílias brasileiras. Também bisneto do capitão-mor fundador de Ubá, o português Francisco Xavier de Barros Souza e Alvim. Bacharelou-se em São Paulo, em 1862. Em Ouro Preto, passou a exercer a advocacia e foi secretário da Repartição de Polícia. Filiado ao Partido Liberal, foi eleito deputado à Assembleia Provincial mineira nos biênios 1864-1865 e 1866- 1867. Eleito em seguida deputado à Câmara Geral do Império para a legislatura 1867-1868, voltou à Câmara Geral em 1877 e, reeleito, nela permaneceu até 1880. Em agosto de 1884, foi nomeado presidente da província do Rio de Janeiro. Sua entrada na vida política parece ter sido, assim, bastante próxima ao descrito por Maria Fernanda Martins ao analisar, especificamente, as

trajetórias profissionais dos conselheiros de Estado, que normalmente evidenciavam um trânsito inicial na esfera jurídica, aliado, no caso de cargos eletivos, a uma base eleitoral local quase sempre representada em suas próprias províncias ou províncias de atuação. “Assim, através de suas trajetórias, seguindo conjunturas específicas, alimentavam e refaziam as complexas redes de relacionamentos parentais, sociais e clientelares que mantinham e reproduziam o poderio de suas famílias” (MARTINS, 2007, p. 128).

Chegou a ser um dos homens de maior prestígio popular na política mineira da segunda metade do século XIX, conforme avaliação de Afonso Arinos de Melo Franco (1995). Elegeu-se novamente deputado provincial para a legislatura 1886-1889. Foi neste ponto de sua trajetória política que o encontrou Jardim: um importante nome do liberalismo mineiro ainda ligado à tradição imperial. No entanto, de acordo com George Boehrer (1954), as tentativas frustradas dos dois partidos monárquicos em deter a crescente maré republicana no avançar do segundo semestre do século XIX, levaram muitos políticos de peso a abandonarem a lealdade à Monarquia. Exemplo clássico disso teria sido o caso de Cesário Alvim. Era inimigo pessoal de Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto, em decorrência do “caso das popelines”, uma denúncia de corrupção envolvendo o Ministro da Fazenda, barão de Cotegipe. O caso fora denunciado pelo deputado Alvim, seguindo estratégia combinada com Afonso Celso para desmoralizar o gabinete conservador. Mais tarde, esse último atribuiu a responsabilidade da denúncia ao correligionário político que havia em plenário denunciado o ilícito. Cesário Alvim protestou, insinuando que Afonso Celso tentava desvincular-se por estar pleiteando apoio de Cotegipe junto ao imperador na expectativa de ser nomeado para o Conselho de Ministros.<sup>11</sup> Quando, em junho de 1889, seu antigo desafeto tornou-se primeiro ministro liberal, Alvim aderiu ao partido dos republicanos.

De qualquer forma, penso que a hesitação de Cesário Alvim em tomar tal atitude deveu-se, em grande parte, à sua fidelidade pessoal ao imperador, a quem chegou a hospedar no ano de 1881. Naquela ocasião, a casa grande da Fazenda Liberdade - propriedade fundada pelo pai do anfitrião, ainda na década de 1820, no então Arraial de São Januário do Ubá - estava toda iluminada e uma banda de música tocava para recepcionar o monarca, que assistira a uma procissão de colonos italianos que viviam na fazenda, tocando gaita de fole e dançando.<sup>12</sup> Embora atuando no campo da oposição ao Gabinete João Alfredo, o deputado se manteve ligado à Monarquia até que a chegada do visconde do Rio Preto ao poder o fez tomar outro caminho. Em junho de 1889, o jornal republicano *Irradiação*, criado no ano anterior em Leopoldina, noticiou as homenagens recebidas pelo “eminente republicano Dr. Cesário Alvim em sua passagem pela terra” (CESÁRIO Alvim, 1889, p. 2). Seu prestígio político entre os cafeicultores da região era grande a

---

<sup>11</sup> Ver: MELO FRANCO, A.A. **Um estadista da República**: Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955. (Coleção Documentos Brasileiros, v. 1).

<sup>12</sup> PIRES, João Ricardo Ferreira. **Notas de um Diário de Viagem a Minas Gerais**: política e ciência na escrita viajante do Imperador D. Pedro II (1881). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

julgar pelos comentários do *Jornal do Comércio*, que enaltecia seus esforços em expandir a malha ferroviária ao interior da província.<sup>13</sup>

Voltemos ao percurso cumprido pelo propagandista. De Ubá, com um saldo de largas homenagens e o encontro com Cesário Alvim, ele seguiu viagem acompanhado por Veríssimo Lage, jovem farmacêutico classificado de ultrarrevolucionário e com quem compartilhara planos para a confecção da nova bandeira republicana. Veríssimo o levou a Rio Branco, atual visconde do Rio Branco, onde o aguardava o advogado Benvenuto Lobo Vieira, sobrinho de Aristides Lobo. Neste ponto do seu relato, Jardim comentou os encontros da seguinte forma: “Como sempre tudo ocorreu entre aplausos, flores, festas e adesões” (JARDIM, 1891b, p. 282). A regra, no entanto, não vinha sendo essa pela região do Rio Pomba. A nota publicada na Corte não descreveu desta vez o clima festivo, mas afirmou que “as autoridades portaram-se dignamente e reinou completa ordem.” (RIO BRANCO, 1891, p. 2). Sintoma de que os ânimos estavam alterados.

O fato de o jornal não ter explicitado a iminência dos conflitos não significava que havia completa tranquilidade. Dias antes, um grande protesto, iniciado em São Miguel do Anta e que levou à queima de registros civis em praça pública, espalhou-se por pequenas localidades adjacentes. Em Jequeri, “os libertos [...] revoltaram-se, sendo disparados tiros contra o Dr. Benvenuto” ( JORNAL DO COMÉRCIO, 7 de jul. 1881, p. 1). o mesmo mencionado acima e que havia recepcionado Jardim no caminho de ferro. Os distúrbios, que teriam ocorrido contra a instalação do registro civil pelo governo monárquico, serão oportunamente comentados. Por enquanto, pretende-se ressaltar que havia, apesar do clima amistoso e festivo ressaltado pelo visitante, uma tensão latente encoberta ou destacada pelos jornais provinciais e da Corte, segundo o viés político de cada um deles.

O *Cidade do Rio* manteve, desde o início, marcação cerrada. Indagava quem assumiria a responsabilidade sobre o que andava fazendo Jardim “abaixo e acima do Rio Pomba” ( O FETO barbado, 1889, p. 1). Revelando falta de escrúpulos, ele um dia cobria de injúrias “os novos cidadãos a quem continuava a chamar, como um “vilão negreiro”, de libertos; no outro, “servia-se da opinião dos menos adiantados, dos sertanejos” (O FETO barbado, 1889, p. 1), cuja maioria desconhecia o que estava acontecendo na política.

José do Patrocínio provocava, assim, uma discussão que, encaminhada pela crítica à forma de tratamento dada aos ex-escravos, inseria na cena política a população afrodescendente. Flávio Gomes apresenta uma visão crítica sobre esse tipo de fala do jornalista: “Nem o abolicionista mais cínico ou ingênuo acreditava que os libertos passariam de escravos a cidadãos com a abolição” (GOMES, 1991, p.81). Não compartilho dessa interpretação. Tomo o pronunciamento como bastante coerente com o

---

<sup>13</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 60, n. 187, 7 de jul. 1881, Publicações a pedido, p. 1.

modelo de nacionalidade defendido por José do Patrocínio, que buscava atingir níveis possíveis de nivelamento em uma sociedade livre do cativo.

Naturalmente, ele tinha noção do quanto seria difícil conquistar a transformação esperada, mas manter uma retórica afirmativa a respeito da cidadania dos negros era parte importante da sua luta. De forma contrária, atribuía aos sertanejos – provavelmente homens brancos e pardos, ligados ao universo rural, mas não fazendeiros, caso contrário seriam assim nomeados – completa ignorância e inoperância política. Certamente não se referia aos que publicaram uma nota, sob a anonimidade de “muitos monarquistas” na coluna *A pedidos* do *Gazeta de Notícias*, contrariando os números divulgados pelos republicanos sobre as conferências realizadas por Jardim. Não estiveram assim tão prestigiadas, prova de que o “espírito monárquico” não sofria abalos “naquela boa terra” (POMBA, 13 mar. 1889, p. 2).

De Rio Branco, Jardim seguiu para Ponte Nova. As notícias sobre a passagem do propagandista naquele local, hoje visconde do Rio Branco, voltaram a ser mais detalhadas. Teria havido grande recepção e a presença de muitas pessoas, entre elas um grande público feminino e também “muitos libertos” (PONTE Nova, 1889, p. 2). Nota-se mais uma vez a valorização da presença de ex-escravizados como apoiadores da propaganda. Mais importante do que apontar as presenças gradas da terra era marcar o apoio de afrodescendentes, indício de que a onda de protestos por eles protagonizada vinham alterando a tranquilidade das cidades mineiras.

De qualquer forma, para aliviar as tensões que estariam sendo já amenizadas nas notas enviadas à imprensa da Corte, Jardim valia-se sempre das sensações rurais proporcionadas pela forma de vida dos homens da Mata mineira. Retornou de Ponte Nova novamente a Rio Branco, mas fez questão de abandonar o trem de ferro. Registrou que se integrou a um grupo numeroso de cavaleiros:

Havia no meu espírito um certo encanto de galopar pelos campos, assim à fresca do crepúsculo, aspirando largamente um ar puro, ou seguir ao passo do animal, conversando política [...], naquele sossego da roça, vendo ao longe um animal que tresmalhava, aqui um trabalhador que voltava à casa com a enxada no ombro e além as últimas nuvens de fumo da queimada que se extinguiu (JARDIM, 1891b, p. 282).

Seguiu-se veemente reprovação sobre o costume de se pôr fogo à mata, lembrando, que já em 1823, José Bonifácio predizia grandes secas provenientes das devastações das florestas. Minas precisava de uma escola agrícola, sugeria, que ensinasse aos moços os novos processos daquela arte e as noções, indispensáveis, de ciências naturais.

Em Cataguases, o viajante teve uma das mais organizadas recepções, pois ali o Partido Republicano contava, segundo Oilian José (1960), com dedicada atuação de Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira. Então com 47 anos, pertencia à família originária de São João del-Rei, cujos membros foram bastante atuantes na política imperial. Francisco Januário da Gama Cerqueira, seu irmão mais velho,



presidiu a província de Goiás entre 1857 e 1860 e foi ministro dos Negócios da Justiça entre 1877 e 1878. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo, atuou como advogado inicialmente nas cidades de Paraíba do Sul e Sapucaia, transferindo-se depois para Minas, a exemplo do há pouco mencionado irmão Francisco, que instalou banca de advogados em São José de Além Paraíba. Eduardo iniciou a vida política na Câmara Municipal de Cataguases, eleito pelo Partido Conservador. Quando Jardim por lá chegou, em março de 1889, exercia coadjuvação ao lado de Joaquim Lobo Leite Pereira.<sup>14</sup> na liderança do Partido Republicano local, criado logo após a sua participação no Congresso Republicano, em Ouro Preto, em 15 de novembro de 1888.<sup>15</sup> Foi nomeado presidente da intendência municipal de Cataguases, em 1890, pelo recém-instalado governo republicano. Eleito senador constituinte estadual, chegou a ocupar a primeira vice-presidência da mesa. Ainda em 1891, foi eleito vice-presidente de Minas pelo Congresso mineiro. Esteve à frente do governo do estado, interinamente, em dois momentos: de 16 a 18 de junho de 1891, antes da posse do presidente eleito Cesário Alvim, e novamente de 9 de fevereiro a 13 de julho de 1892, em decorrência da renúncia de Alvim, até a posse de Afonso Pena.

Segundo telegrama enviado à Corte, à conferência, realizada a três de março, compareceu um numeroso grupo que se avolumou durante um passeio pelas ruas centrais da cidade, quando vivas à república eram a palavra de ordem. Cerca de mil pessoas teriam participado do cortejo com Silva Jardim à frente. Seguindo a descrição da festiva passeata, o parágrafo final: “Os libertos estão satisfeitos e saúdam a República. O delegado de polícia do termo está ausente” (CATAGUASES, 1889). Ou seja, mesmo sem o apoio da autoridade máxima policial, houve festa, um grande público e a não mobilização dos libertos que, ao contrário, saudaram a propaganda. Esse foi o recado que o clube republicano de Cataguases quis passar.

Surpreendeu-me o fato de Silva Jardim ter se eximido de recordar as cenas acima descritas. Preferiu publicar as missivas de terceiros, que resumiram sua estada em Cataguases, falando que por lá os companheiros republicanos prepararam-lhe uma grande manifestação digna do poderio do partido local

<sup>14</sup> Irmão de Américo e Fernando Lobo, organizadores dos partidos republicanos de Leopoldina e Juiz de Fora, respectivamente.

<sup>15</sup> Em Minas Gerais, província de antiga tradição liberal, o Manifesto de 1870 fora muito bem recebido. No entanto, apesar de algumas iniciativas isoladas, ligadas ao surgimento de novos clubes e novos órgãos de imprensa, os mineiros só formaram um partido próprio, unificando as forças provinciais, em novembro de 1888. Naqueles anos de formação, o partido havia se dividido em três núcleos importantes: Diamantina, Juiz de Fora e Campanha. O primeiro, particularmente forte, havia tomado a iniciativa (havia uma década) de aderir ao grupo paulista; o terceiro tivera na figura de Lúcio de Mendonça e no jornal por ele criado, *O Colombo*, um dos seus mais importantes elementos. O segundo grupo viria a ser fortalecido por liberais. Como João Penido e Cesário Alvim, que nos últimos meses da monarquia passaram à sigla republicana. Mesmo tendo tardiamente se organizado em um partido central, os republicanos daquela província puderam, em retrospectiva, considerar o ano de 1888 como muito positivo. De simples grupo político desarticulado, passara a ser um sério competidor na luta pelo poder. Tinham apresentado candidatos ao senado, que embora não vitoriosos, alcançaram bons resultados. Além disso, elegeu-se Antônio Romualdo Monteiro Manso para a Câmara de Deputados, vitória seguida pela entrada de mais dois representantes da terra: Lamounier Godofredo e Aristides Caldeira. No fim daquele ano, havia 51 clubes republicanos na província, assim como muitos jornais republicanos. Entre os novos títulos estava o *Irradiação*, da cidade de Leopoldina (BOEHRER, G. **Da Monarquia à República...**, pp. 122-173).

(JARDIM, 1891b, p. 284). É que a troca de cartas também tratava da nada exitosa passagem do tribuno pela vizinha cidade de Leopoldina.

Se em Cataguases, no reduto eleitoral de Gama Cerqueira, Jardim fora tão bem recepcionado, em Leopoldina as dificuldades foram impostas pelos próprios correligionários. Talvez por aludir a um tema controverso e ainda mais delicado à data em que fora lembrado,<sup>16</sup> ele não relatou diretamente o episódio, delegou a tarefa a anônimos correligionários, identificados apenas por suas iniciais, em troca de correspondências. A direção do Partido Republicano de Leopoldina tentou impedir a conferência, alegando que não tinha caráter oficial, ao que Jardim teria respondido não depender a sua campanha da aprovação de ninguém. Sem muito entusiasmo, a julgar pelas informações da carta, a conferência em Leopoldina acabou acontecendo, embora com ausências significativas. Segundo o teor das cartas, faltou ao evento o líder dos republicanos locais, Gabriel de Paula Almeida Guimarães. Américo Lobo, irmão do já citado Joaquim, atuante em Cataguases, e apontado como um dos organizadores da sigla partidária local, também não foi citado como presente à conferência, embora o tenha encontrado no ano anterior, em franco trabalho de ampliação partidária na região, participando, como ainda veremos, do Clube Republicano do município vizinho de São José de Além Paraíba.

Em contraposição, foi mencionado o advogado cearense Teóphilo Ribeiro<sup>17</sup>, que não só esteve presente como também o convidou para conhecer a redação do *Irradiação*.<sup>18</sup> O jornal, criado em fevereiro de 1888, estendeu-se até 1890 e foi declaradamente republicano. Uma singularidade a respeito daquele órgão de imprensa é que as filhas de Theóphilo trabalhavam na redação do jornal, fato que teria encantado o visitante.<sup>19</sup> As razões por não estar Américo Lobo em evento apoiado pelo dono do *Irradiação* talvez sinalizassem para uma divisão do partido republicano local preexistente e que na ocasião foi justificada pela divergência que já se adiantava também nos quadros partidários superiores, a partir das discordâncias entre Silva Jardim e Quintino Bocaiuva. Em 1886, Teóphilo Ribeiro havia criticado a candidatura de Américo Labo ao cargo de deputado provincial, alertando que “o candidato liberal eleito pelo concurso dos republicanos não contrai compromissos com estes” (LOBO, 1937, p. 16).

Resta-nos conferir o que foi publicado pelo *Gazeta* a respeito. As notícias sobre a visita em Leopoldina partiram do telégrafo da estação de Vista Alegre e informavam sobre o grande sucesso da

<sup>16</sup> Jardim escreve em 1891, portanto, já no regime republicano pelo qual tanto lutara e do qual esteve totalmente alijado. Uma das razões desse alijamento foi, sem dúvida, a posição que tomou em assumir uma direção não oficial, paralela à tomada por Quintino Bocaiuva, então dirigente do Partido Republicano Nacional.

<sup>17</sup> Teófilo Domingues Alves Ribeiro, advogado natural de Aracati, no Ceará, foi sócio da Cia Engenho Central Aracati, localizada nas proximidades da Estação de Vista Alegre, no município de Leopoldina, onde se beneficiava a cana-de-açúcar.

<sup>18</sup> O jornal estendeu-se de fevereiro de 1888 até 1890 e tinha claro viés republicano e abolicionista. Pertencia a Teófilo Ribeiro.

<sup>19</sup> A reação de Jardim ficou registrada em *Memórias e Viagens*, pela mencionada correspondência entre seus correligionários locais, embora sua sinceridade possa ser colocada à prova se levarmos em consideração o seu já comentado posicionamento sobre o papel da mulher na sociedade.

conferência que se estendera além do previsto, pois o expresso que retornara àquela estação<sup>20</sup> com o visitante foi pequeno para o número de pessoas que o seguiam. A mensagem enviada à Corte terminou da seguinte forma: “Muitos libertos aderiram à causa republicana, fazendo ao Dr. Jardim ruidosa manifestação” (VISTA Alegre, 1889, p. 2). No dia anterior, outro telegrama, partindo da “redação do *Irradiação*”, noticiava “esplêndida recepção por parte do povo” que ouvira do tribuno que era preciso “reivindicar o direito do povo pelo povo”. A mensagem afirmava ainda que “o chefe da guarda negra neste município vitoriou o ilustre tribuno” (LEOPOLDINA, 1889, p. 2).

Cabe aqui retomar a discussão já abordada no capítulo anterior sobre as dimensões de possíveis ramificações da Guarda Negra, especialmente em Minas Gerais. Dias antes da passagem de Jardim por Leopoldina, o jornal *O País* publicou, em sua primeira página, telegramas emitidos de Ouro Preto com teores diferentes sobre os distúrbios que vinham ocorrendo em algumas localidades da província mineira. O primeiro, incluído na sessão *Centro Telegráfico da Imprensa*, foi inclusive repercutido pelo jornal *Cidade do Rio* de forma a destacar o conteúdo que negava o pacto entre as autoridades policiais e os amotinados. Sem em nenhum momento utilizar a expressão Guarda Negra, a mensagem desmentia as ocorrências de mortes e ferimentos graves e afirmava que as autoridades locais jamais incitaram agressões contra os republicanos, que ao contrário, tinham sua segurança garantida pela força policial. A queima dos livros dos registros civis seria um dos distúrbios movidos pela “ignorância da massa popular e nos manejos e sugestões dos que especulam com a política” (OURO Preto, 1889, p. 1). Logo abaixo, no entanto, no espaço dedicado aos telegramas “avulsos”, o jornal veiculou outro telegrama, igualmente enviado de Ouro Preto, e que trazia afirmações contrárias a respeito de conflitos ocorridos em Paulo Moreira e Joanésia, além de Conceição da Boa Vista. Sobre essa última localidade, que mais de perto nos interessa, a mensagem dizia exatamente: “Confirmam de Conceição da Boa Vista ser o subdelegado”<sup>21</sup> quem capitaneou os libertos. “Houve 20 feridos” (OURO Preto, 1889, p. 1).

Nossa Senhora da Conceição da Boa Vista era um distrito cafeeiro de Leopoldina, município que, no censo de 1872, figurou em primeiro lugar na alta concentração da população escrava da Mata Sul: cerca de 15.260 escravos, a maioria do sexo masculino.<sup>22</sup> Reunia 2611 almas escravas e 1396 almas livres não brancas, correspondendo os primeiros a cerca de 46% e os segundos a 24% da população total do distrito.<sup>23</sup>

<sup>20</sup> Conforme o projeto inicial, a estação de Leopoldina faria parte da linha-tronco do trecho que partiria de Porto Novo do Cunha. No entanto, dificuldades na construção levaram o terminal para Santa Rita de Meia Pataca, atual Cataguases. Diante disso, os cafeicultores locais, sentindo-se prejudicados, conseguiram do governo provincial uma autorização para que fosse construído um ramal ferroviário ligando a cidade à linha central em Vista Alegre. O ramal tinha 12 km de extensão e foi inaugurado em 1877, juntamente com a estação de Cataguases. SILVEIRA, José Mauro Pires. **História e memória no sul da Mata mineira: 1872-1898**. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2005, pp. 117-118.

<sup>21</sup> Tratava-se de Francisco Augusto de Freitas, que foi exonerado no dia 27 de abril de 1889. AUTORIDADES policiais. **A Província de Minas: Órgão do partido conservador**. Ouro Preto, ano 9, n. 582, 8 maio 1889, Gazetilha, p. 2.

<sup>22</sup> FREIRE, J. **Escravidão e família escrava...**, p. 2009, p. 35.

<sup>23</sup> RECENSEAMENTO do Brasil em 1872: Minas Gerais, 1874, *Tip. Leuzinger*, Rio de Janeiro, p. 763. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em 13 jul. 2017.

Era fronteiroço a Angustura, antiga freguesia de Leopoldina que, no ano em questão, já pertencia a São José de Além Paraíba e onde Jardim enfrentou muitas dificuldades, como ainda veremos. Ou seja, não é despropositado propor uma similitude entre as ocorrências das duas localidades, muito próximas geográfica, social e culturalmente. A alusão ao não nomeado chefe da Guarda Negra de Leopoldina, em data tão próxima aos conflitos de Conceição da Boa Vista, pode indicar, por parte dos republicanos locais, o esforço de relacionar os recentes conflitos à ingerência de um movimento único, planejado, de viés monarquista e situacional e, ao mesmo tempo, demonstrar que era possível catalisar a força daquele movimento a favor da propaganda republicana, o que, na prática, afirmava o protagonismo político da população egressa da escravidão reiteradamente negado em narrativas como a de Rui Barbosa, que lhe imputava apenas ignorância e fanatismo.<sup>24</sup> No entanto, os acontecimentos seguintes, nos municípios vizinhos, dificultaram e muito a retórica da adesão dos ex-escravizados. Antes de apresentá-los, é necessário um adendo para que sejam conhecidos os episódios envolvendo a queima dos registros civis, que certamente estiveram ligados à instabilidade vivida pelos homens e mulheres de cor em suas precárias experiências de liberdade.

Para analisá-los, o mais adequado é o recurso à longa duração, como fez Sidney Chalhoub, detalhando o verdadeiro “pandemônio” (CHALHOUB, 2012, p.19) instalado em várias províncias pelos decretos de junho de 1851 que instituía em todo o País o registro obrigatório de nascimentos e óbitos e determinavam a realização de um recenseamento geral do Império. Até então a carga da Igreja, os registros passariam para a responsabilidade dos escrivães, obedecendo regras que previam, em caso de crianças escravas, além das informações exigidas para as de condição livre, o lançamento do nome do proprietário, a cor e ainda a declaração de liberdade, caso o rebento fosse receber a alforria na pia batismal. As reações foram tamanhas que adiaram novas tentativas semelhantes por duas décadas. O que provocou os protestos foi o medo da reescravização, pois os amotinados acreditavam existir uma relação entre a proibição do tráfico, por meio da então recente lei de 1850, e a nova disposição legal. Há muito que a afirmação da igualdade entre os cidadãos livres vinha negando o diferencial da cor, que a nova lei incluía como informação a ser registrada.

Esta igualdade entre os cidadãos livres reivindicada pelas populações livres “de cor” implicava, portanto, e antes de mais nada, o silenciamento sobre a própria cor, que permanecia como marca de discriminação herdada do Império Português. Uma reivindicação de silenciamento que se fazia, entretanto, de forma politizada e muitas vezes ameaçadora. Dessa maneira, do ponto de vista dos interesses escravistas, a construção de qualquer justificativa “racializada” da permanência da instituição da

<sup>24</sup>Como destaca Kraay, o monarquismo era um fio importante da política popular. Integrantes das classes populares agiam politicamente empregando a linguagem monárquica que lhes possibilitou fazer reivindicações ao Estado imperial. Muitas delas “foram além do aceitável aos detentores do poder ou, no caso do apoio popular à monarquia em 1888-1889, aos republicanos que pouco depois tomaram o poder.” KRAAY, Hendrik. Reis negros, cabanos, e a Guarda Negra. Reflexões sobre o monarquismo popular no Brasil oitocentista. **Varia Historia**, Belo Horizonte, pp 141-175, vol. 35, n. 67, p.145.

escravidão mostrava-se simplesmente explosiva. A simples introdução da categoria “cor” nas primeiras experiências de recenseamento da população imperial gerou protestos generalizados (MATTOS, 2000, pp. 22-23).

Outros motivos juntaram-se ao medo da reescravização. A exigência de que os recém-nascidos só fossem batizados mediante a apresentação das certidões civis e que os enterros só fossem permitidos com a apresentação da certidão de óbitos, além do custo que passou a representar o acesso a tais documentos, enraiveceu a população, cujas moradias ficavam muitas vezes a distâncias consideráveis do registro civil mais próximo. Cadáveres insepultos a espera de um documento; crianças doentes perigando voltar ao reino dos anjos sem o sacramento do batismo eram possibilidades que sem dúvida pesaram para a deflagração da ira popular.

Em províncias do Norte, como Pernambuco e Paraíba, as confusões foram especialmente violentas e prolongadas. Armado, o “povo” exigia o fim dos decretos, chegando a arrebatá-los das mãos de autoridades os “papéis” suspeitos que eram logo depois queimados (CHALHOUB, 2012, pp.19-28). Em Minas Gerais, protestos da mesma natureza ocorreram, porém mais controlados, se levamos em conta o teor do jornal de Ouro Preto. Naquela província, os “inconvenientes práticos” dos decretos imperiais foram sentidos, mas não com a força observada em algumas comarcas de Pernambuco, cujos “proveitadores da ignorância alheia” convenceram muitas pessoas de que o “alistamento dos cidadãos tinham por fim escravizar os pais e os filhos”. O redator de *O Bom Senso* bendizia a sensatez de seus comprovincianos que se opuseram a “intrigas tão grosseiras” (RELATÓRIO, 1852, p. 1). Uma pesquisa mais detida talvez nos fornecesse detalhes oportunos sobre as revoltas em Minas contra aquela que chegou a receber a alcunha de “Lei do Cativo” no início da década de 1850. Por ora, importa relacioná-las, assim como as mais conhecidas, das províncias do Norte, ao que novamente ocorreu na década de 1880, levando-se em consideração o recorte espacial aqui considerado. Para tanto é necessário recapitularmos as novas iniciativas ocorridas na década de 1870 com vistas à implantação do registro civil.

A lei 1.829, de 9 de setembro de 1870, veio novamente determinar não só o recenseamento da população do Império, mas a criação de uma Diretoria Geral de Estatística para organizar os quadros anuais de nascimentos, casamentos e óbitos. O que parecia ser mais uma determinação de coleta de dados, meramente para fins estatísticos, tornou-se, quatro anos depois, a criação do registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos, abrangendo todos os cidadãos brasileiros católicos e não católicos. Contudo, a legislação não entrou imediatamente em vigor, pois não definia uma data para tanto. Somente em março de 1888, um novo decreto determinava a execução do que já tinha sido definido. O Decreto nº 10.040, de 22 de setembro de 1888, finalmente definiu a data para que a lei entrasse em vigor: 1º de janeiro de 1889. No contexto da pós-Abolição, quando expectativas de indenização por parte dos neorrepublicanos, muitos deles ex-senhores de gente, eram associadas a alertas acerca da reescravização, sem dúvida um artifício

usado pelos monarquistas a fim de movimentar a camada egressa do cativo contra o republicanismo, a instalação do registro civil veio despertar novos protestos.

Julgar como prováveis a influências de monarquistas sobre os movimentos contrários à mudança do regime, como se alardeou largamente, como veremos, não significa negar ou minimizar o grande medo da reescravização, factível, em função das conhecidas artimanhas ilegais<sup>25</sup> que tornavam precárias a liberdade dos africanos e seus descendentes, pois se tratava de condição instável e por isso mesmo arriscada no Brasil oitocentista, sendo a existência dos negros “pautada pela escravidão, pela necessidade de lidar amiúde com o perigo de cair nela, ou voltar para ela” (CHALHOUB, 2012, p.29). A lei inócua de 1831, flagrantemente desrespeitada por comerciantes e compradores de escravos e pelo governo imperial, agudizou, para os africanos e seus descendentes, a fragilidade do ser e permanecer livre em terras brasileiras. Afinal, nas duas décadas seguintes à proibição, mais de 750 mil negros foram introduzidos no território nacional por contrabando, permanecendo ilegalmente escravizados. Esse desrespeito às leis do País que configurou crime contra a própria humanidade, originou, como lembra Sidney Chalhoub (2012), a expansão da cultura cafeeira na atual região Sudeste. Retornemos a Minas Gerais em fins da década de 1880, às vésperas da visita de Silva Jardim à Mata mineira, região cafeeira e escravocrata. Na imprensa, as repercussões dos protestos contra a instalação do registro civil.

O jornal *Novidades* classificou de precipitado o regulamento cujas omissões eram muitas. Não dizia, por exemplo, qual seria o tratamento dado aos nascidos em 1888, ou em anos anteriores, que não tivessem sido ainda batizados. Os pais deveriam levar aquelas crianças à Igreja ou ao escrivão de paz? As imprecisões da lei levavam à verdadeira “balbúrdia civil” (NOVIDADES, 11 fev. 1889, p. 1). Na mesma página da crítica ao regulamento dos registros civis, o jornal repercutia um telegrama enviado de Ouro Preto:

Em Anta, Araponga, Bagres e Pedra Bonita deram-se desordens de que resultou a destruição de livros e editais do registro civil. Em Jequery, os libertos [...] revoltaram-se, sendo disparados tiros sobre o conferencista republicano Dr. Benvenuto. Na Conceição de Boa Vista a conferência republicana<sup>26</sup> foi perturbada por libertos, travando-se luta, de que saíram 24 pessoas feridas. Em Joanésia um grupo de mais de 300 desordeiros rasgou livros de registro civil ameaçando autoridades e insultando a população. Em Paulo Moreia deram-se também conflitos. De Itabira pedem forças. Os desordeiros dirigiram-se de Joanésia a Ferros. A polícia enviou a força disponível. (OS CONFLITOS em Minas, 1889, p. 1).

<sup>25</sup>Práticas de reescravização variadas que caracterizaram a chamada “precariedade estrutural da liberdade” no Brasil do século XIX: o costume de conceder liberdades condicionais, a possibilidade de serem revogadas as alforrias, escravização ilegal de pessoas livres de cor, a detenção de negros livres sob a alegação de suspeição de que fossem escravizados em fuga, tráfico interno de livres ou libertos, sobretudo da região nordeste para o sudeste, após a lei de 1850. Ver: CHALHOUB, S. **A força da escravidão...**

<sup>26</sup>O jornal não nomeou os oradores. No mês seguinte, o próprio Silva Jardim visitaria aquela região, o que pode reforçar que mesmo nas localidades em que não aconteceram grandes conflitos, como em Leopoldina, o clima era tenso e exigia precaução.

O conferencista alvejado, Benvenuto Lobo, foi um dos que receberam Jardim em Ponte Nova. Seu tio, Aristides Lobo, comentou os conflitos em Minas, associando-os “à feição irremediavelmente anárquica da política que seguiu-se ao acontecimento de 13 de maio e das ambições desordenadas de que o poder se apoderou” (LOBO, Aristides, 1889, p. 3). O jurista paraibano comentava que os telegramas que chegavam às redações dos jornais da Corte sobre os conflitos em série ocorridos em Minas Gerais não explicavam claramente o que vinha acontecendo, com exceção daqueles enviados das localidades de Ponte Nova e Conceição da Boa Vista, termo de Leopoldina. “Nessas duas localidades, evidentemente, o novo mecanismo político que vai passar à miserável história da monarquia com o nome de guarda negra, isso é, a capangagem organizada, foi lançada contra os republicanos”.

Mesmo admitindo a falta de informações precisas a respeito de grande parte das revoltas, Lobo dizia-se inclinado a acreditar que as desordens tinham sido urdidas pelo próprio governo, por meio da exploração de “todas as paixões condenáveis” (LOBO, Aristides, 1889, p. 3), como o fanatismo religioso, que vinha sendo instigado pelo próprio clero. Ou seja, na interpretação do advogado paraibano, a regulamentação do registro civil, uma das grandes bandeiras do projeto republicano, havia sido propositalmente levada a cabo em setembro de 1888 pela Monarquia, justamente na conjuntura de crescimento da propaganda republicana.

A conjectura de Aristides Lobo não me parece despropositada, até porque o potencial das revoltas contra iniciativas naquele sentido já eram bastante conhecidas, como vimos a respeito dos motins de 1851. Na Mata mineira, outros conflitos, não nomeados por ele, ocorreram no Arraial do Glória, pertencente a São Paulo de Muriaé. Os cabeças da revolta foram presos e corriam boatos de que seriam soltos por um grupo numeroso que pra lá se dirigia.<sup>27</sup> No mês seguinte, Jardim esteve enfrentando, naquela mesma região, graves e recorrentes conflitos. A reescravização seguida da morte à princesa e a proibição do culto católico eram, segundo suas próprias reminiscências, os principais temores dos amotinados. O primeiro certamente esteve ligado à instalação dos registros civis, então interpretada com um controle prévio para se instituir o retorno do cativo. O segundo seria ainda resultado das sugestões, por várias vezes reiteradas por Jardim, em seus muitos discursos. Falou sempre em banimento e nunca em pena capital para a princesa, mas sim para o seu esposo, conde d’Eu, o que, para efeitos da reapropriação da causa adversária, tanto fazia. O terceiro era o resultado da distorção feita de uma das principais bandeiras do Partido Republicano pelos seus adversários: a separação do Estado e da Igreja, que certamente foi interpretada de forma bastante equivocada pela população dos lugares visitados pelo conferencista. Contudo, volto a ponderar que essas e outras artimanhas não encontrariam ressonância entre pessoas que não tivessem um profundo apreço pela instituição da Monarquia, naqueles tempos representada pela figura beatificada da

---

<sup>27</sup> **CIDADE do Rio.** Rio de Janeiro, ano 3, n. 35, p. 1, p. 2, 12 fev. 1889.

“redentora.” Retornemos aos trilhos da Mata mineira.

De Leopoldina, Jardim seguiu para Capivara, atual cidade de Pádua, detendo-se antes na estação vizinha de Tapirusu. As menções à sua passagem por Capivara em *Memórias e Viagens* foram feitas por meio da já referida troca de correspondências, cujos detalhes coincidem com o que foi publicado no jornal *Gazeta de Notícias*<sup>28</sup>: as ruas estavam iluminadas e enfeitadas com flores, foi-lhe oferecido um banquete, quando proferiu novo discurso, dirigindo-se especialmente ao padre e aos presentes em geral, em sua maioria católicos. Ambas as fontes ressaltaram a concordância geral dos convivas com a fala do conferencista. Ele teria sido convincente ao dizer que a religião se desenvolveria mais sem o auxílio do Estado do que a ele sujeita. Teria também despertado admiração e simpatia obtendo a reciprocidade do pároco ao brindar “À Igreja livre no Estado livre” (JARDIM, 1891b, p. 287). Veremos, no entanto, que no próximo destino a situação piorou, e muito, para o visitante.

Tombos de Carangola, 11 de março de 1889. Agora é o próprio Jardim quem volta a lembrar em uma espécie de diário de viagem reproduzido em seu livro, sem ser, no entanto, muito claro sobre o resultado de sua conferência. Naquele tradicional e escravocrata reduto mineiro, “a curiosidade, o hábito de ouvir em silêncio impede a exuberância de aplausos” (JARDIM, 1891b, p. 288). A recepção parece ter sido amistosa, porém, tímida. O principal agente da propaganda republicana local, um médico, foi identificado laconicamente como o “distinto Dr. Modesto” (JARDIM, 1891b, p. 288). Rememorou a grandiosidade do Salto de Carangola e contou que foi fotografado com o grupo de correligionários que o acompanhava por um retratista local. A imagem parece não ter sido preservada, pois não consta das pouquíssimas fotografias conhecidas de Silva Jardim. No dia seguinte, dirigiu-se a Santa Luzia de Carangola. A conferência, se realizada, foi breve e nada tranquila, isso porque, ao comentar suas acomodações noturnas em um hotel, sentia-se aliviado com o fim das perturbações. Mais tarde, no entanto, elas recomeçaram. Ouviu o povo que vociferava. Chamou o episódio de “necessária provação” e deu a ideia do quantitativo ao completar: “ver a massa revoltada contra mim” (JARDIM, 1891b, p. 288). Oilian José (1921) confirma a impressão passada pelos comentários não muito detalhados de Jardim. Em Santa Luzia do Carangola, ele teria enfrentado o primeiro incidente grave de sua estada em Minas.

À noite, ouviam-se injúrias e gritos. Mesmo com tanta confusão, o visitante resolveu interpelar dois manifestantes que pareciam insuflar o movimento: “um mulato e um português” (JARDIM, 1891b, p. 289). O último aproximou-se, descobrindo-se. Jardim pediu-lhe que ficasse à vontade, ouvindo então do português que era hábito retirar o chapéu para pessoa de respeito. Retrucou, então providencialmente: – “Mas você não me respeita, porque está aí a gritar, amotinando o povo contra mim. Que mal lhe fiz eu? Ouvira que mal nenhum; o motim resultava da sua fama. O português tentava ainda explicar-se, quando

<sup>28</sup> CAPIVARA, 7. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, ano 15, n. 66, 8 mar. 1889. Telegramas, p. 2.



foi puxado brutalmente pelo outro: “Saia daqui; não fale com ele, com o falso profeta, gritou o mulato” Jardim comentou o diálogo da seguinte forma: “O Falso profeta! Era bem uma frase de gente carola” (JARDIM, 1891b, p. 290).

A crítica à religiosidade dos mineiros restringiu-se, no entanto, às suas memórias, se levarmos em conta o comentário de que à medida que adentrava pelo interior da província, passou a evitar discutir a orientação que defendia em matéria religiosa para um futuro governo republicano. Isso porque passara a comprovar que “os mineiros eram extremamente católicos em sua grande maioria” (JOSÉ, 1960, pp. 122-123). Conjectura-se que os brindes levantados em Capivara ao Estado laico tenham recrudescido resistências contra a sua propaganda, até porque aquela parte do discurso, dirigido a um representante do próprio clero e assistido por muitos católicos, havia recebido destaque até na imprensa da Corte. Tomou novamente o trem com destino à estação de Patrocínio de Muriaé, então pertencente a São Paulo de Muriaé, onde os correligionários ofereceram-lhe grande banquete no Hotel Nascimento. Na ocasião, teria saudado “a lavoura e o clero” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 mar. 1889, p. 2). Talvez tenha exposto mais restrita e cautelosamente suas críticas à instituição do padroado, já alertado pela própria experiência sobre os efeitos indesejáveis de interpretações equivocadas. Jardim registrou que se limitou a poucas palavras na conferência, estendendo-se mais no banquete, cujo clima festivo fora perturbado pela notícia de que em seu próximo destino, Angustura, armavam-se grandes perturbações.

Em 13 de março de 1889, chegou à estação São Luiz, hoje localidade conhecida por Trimonte, pertencente a Volta Grande, próximo ao limite com o atual município de Além Paraíba que, na época, abrangia todas aquelas localidades com a denominação de São José de Além Paraíba. Foi recebido por Monteiro Manso, o deputado que seis meses antes alcançara na Corte efêmera celebridade por conta da “questão do juramento” e que, não muito distante dali, mantinha a sua fazenda de café, a Albion. A tarde teria se prolongado entre conversas e descanso, tranquilidade quebrada à noitinha, com a chegada de um aviso do subdelegado de polícia de Angustura, Francisco Martins Ferreira. Deveriam abortar os planos do desvio até a freguesia, pois lá “grandes confusões se armavam.” Jardim insistiu em ignorar o perigo. Os percalços enfrentados pelo visitante foram previstos pelas autoridades locais, que o alertaram e tentaram dissuadi-lo da visita. Mas o jovem advogado àquela altura tinha já aceitado do clube republicano local não só o convite formal de seus integrantes, mas também a expressiva quantia de um Conto de Réis. Os conterrâneos de Monteiro Manso haviam sido generosos na contribuição. Antes de detalharmos os enfrentamentos ocorridos na pequena Angustura, é necessário conhecermos melhor o anfitrião de Jardim e seu lugar.

#### 4.3 ANGUSTURA: A COBIÇADA TERRA DO DEPUTADO QUE NÃO JUROU

Antônio Romualdo Monteiro Manso nasceu na Fazenda Morro Alto, cuja sede, ainda hoje

bastante preservada, foi erguida entre a serra de Leopoldina e as terras da antiga Paróquia de Madre de Dios do Rio Angu,<sup>29</sup> denominação originária da freguesia de onde partiram os expressivos recursos em apoio à campanha de Jardim. Tratava-se de um lugar especial daquela região, cuja riqueza devia-se, provavelmente, a um conjunto de fatores: relevo mais favorável, com morros menos íngremes e várzeas mais generosas, clima mais ameno, solo mais fértil e muitas nascentes. Em 1880, Angustura foi alvo central das negociações abertas em torno da emancipação de São José de Além Paraíba. A pretendida anexação da mais rica freguesia de Leopoldina pelo novo município ocorreu apenas em 1884 e parece ter dividido opiniões entre os habitantes do lugar.

As negociações foram longas<sup>30</sup>, principalmente porque havia uma clara divisão de interesses entre os fazendeiros, de acordo com a localização de suas terras e com o grau de ligação que mantinham com os poderes políticos tradicionalmente exercidos por potentados da vizinha Leopoldina, que em 1881, com a reforma eleitoral, teve confirmada a permanência da sua antiga condição de sede de distrito eleitoral.<sup>31</sup> Uma nota localizada na imprensa conservadora mineira ilustra bastante bem as diferenças e os citados graus de pertencimento a uma ou outra localidade. Em 1880, quando estavam em curso as discussões para a promulgação da Lei Eleitoral de 1881, as mudanças previstas já eram combatidas por uma representação enviada à presidência da Assembleia Provincial de Minas por dezoito signatários, entre eles, Antônio Romualdo Monteiro Manso. A queixa antecipada dos fazendeiros era contra a indicação, dada como certa, embora ainda não apresentada na Câmara, sugerindo a transferência das fazendas daquele perímetro para o distrito de Madre de Deus do Angu. Eles se diziam contrariados, pois todos tinham em Leopoldina suas “relações civis, criminais e eclesiásticas” (A PROVÍNCIA de Minas, 9 out. 1880, pp. 1-2). As facilidades de transporte representadas pela Estrada de Ferro Leopoldina, que com raras exceções atravessava suas fazendas, foram também ressaltadas.

Ao final, a passagem de Madre de Deus para a jovem vila de São José, em 1884, talvez tenha sido ditada pelo somatório entre os interesses políticos denunciados pela petição acima citada e pela necessidade de outros tantos proprietários de terra ou mesmo simples habitantes daquela microrregião que, ao contrário dos fazendeiros queixosos instalados para as bandas da serra de Leopoldina, encontravam-se melhor servidos pelas vantagens oferecidas pelo novo município, dotado, desde o início da década de 1870, da estação de Porto Novo do Cunha, terminal da antiga Estrada de Ferro D. Pedro II. Logo foi

<sup>29</sup> Segundo Vidal, o povoado surgiu por volta de 1815 com esta denominação em função da grande influência da colonização espanhola. Era pouso para tropeiros que vinham da região de Ubá em direção a Porto Velho do Cunha, onde se cruzava o Rio Paraíba com destino a Cantagalo. Com o passar do tempo, tomou-se Madre de Deus do Angu, Madre de Deus de Angustura e, depois, somente Angustura. VIDAL, João Baptista Vieira. **Madre de Dios** – 100 anos. Juiz de Fora: Esdeva, 1986, p. 9. Por ocasião da visita de Silva Jardim, os dois últimos nomes eram indistintamente utilizados.

<sup>30</sup> **A PROVÍNCIA de Minas**. Ouro Preto, ano 1, n. 15, 9 out. 1880. Crônica Política, p 1-2; CONCLUSÃO da Sessão de 13 de novembro de 1880. **A Atualidade**. Ouro Preto, ano 4, n. 11, 1 fev. 1881. Assembleia Legislativa Provincial, pp. 1-2; **Liberal Mineiro**. Ouro Preto, ano 6, n. 60, 04 dez. 1883. Seção Oficial, p. 2.

<sup>31</sup> DIVISÃO eleitoral de Minas. **A Província de Minas**. Ouro Preto, ano 1, n. 51, pp. 1-2, 5 jul. 1881.

provida com outro ramal que, em sentido contrário, avançava pelo interior da província mineira, cujos trabalhos completos, estendidos até Cataguases, foram entregues em 1877, pela Estrada de Ferro Leopoldina.

Em 1889, cinco anos depois de sua anexação por São José, os habitantes daquelas cobiçadas terras receberiam com alarde a visita de Antônio da Silva Jardim. Conhecida rapidamente a importância do lugar, falta apresentarmos mais detalhadamente o anfitrião do propagandista. Romualdo era filho do Tenente Coronel José Maria Manso da Costa Reis e Francisca de Assis Monteiro de Barros Galvão de São Martinho. Na redivisão das vastas terras da família, coube-lhe uma área contígua à Morro Alto. A propriedade foi batizada de Fazenda Albion, muito provavelmente em alusão à Inglaterra, o que pode reforçar a veracidade do que muito se afirmou, inclusive na imprensa da Corte, sobre o protestantismo do deputado. O acesso às terras de Monteiro Manso dava-se entre as estações ferroviárias de Providência e São Luiz, onde ele fora esperar o correligionário que há cerca de seis meses conhecera em casa de Saldanha Marinho.

Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1873, pertencia à linhagem de Romualdo José Monteiro de Barros, seu bisavô materno, o barão de Paraopeba, cuja descendência fez-se fortemente presente na cafeicultura da freguesia. Muitos dos Monteiro de Barros teriam se deslocado para a Zona da Mata mineira, seguindo o pioneirismo de Manoel José Monteiro de Barros que, no final da primeira metade do século XIX, deixou Congonhas do Campo, trocando a exploração das minas pela cultura do café na região genericamente conhecida como Sertões do Leste.

Os pioneiros da Zona da Mata pertenciam a prestigiadas famílias, ligadas porém à decadente ação mineradora e às atividades mercantis dela derivadas.<sup>32</sup> Decorrente do sistema de sesmaria, a ocupação da Mata estendeu-se na consolidação da propriedade latifundiária, tendo as primeiras fazendas se formado ainda no século XVIII, nas proximidades do Rio Paraíba do Sul e seus afluentes, ou seja, no limite entre os atuais estados fluminense e mineiro. Assim, muitos chegavam da região mineradora; outros, que vieram de Portugal acompanhando a família real, do Rio de Janeiro. Os morros e vales da região começaram a perder parte significativa de sua mata nativa, enquanto curatos, freguesias, vilas e cidades foram surgindo. O plantio do café em larga escala foi iniciado a partir de 1850, facilitado pelas condições físicas favoráveis àquela atividade agrícola, também desenvolvida muito em função da proximidade com o Rio de Janeiro, principal centro comercial e financeiro do Império. Três décadas depois, o produto representava 90% da produção agrícola mineira. A Mata consolidava-se como a mais rica região da província, embora ocupando apenas 5% do seu território. Riqueza, acréscimo, que passou a circular mais amplamente com a expansão da malha ferroviária, a partir de 1870. Naquele período, a Mata passou a ser responsável por

---

<sup>32</sup> As informações deste parágrafo sobre o processo de ocupação e economia cafeeira na Zona da Mata mineira estão presentes em: FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava...*, pp. 24- 31.

60% das importações e exportações da província, números que só cresceram, atingindo as exportações quase 80% nos anos 1920.

Casado, pai de três filhas, Antônio Romualdo já passava dos quarenta e poucos anos de idade<sup>33</sup> quando foi eleito pelo 9º distrito mineiro<sup>34</sup> para ocupar a vacância deixada na representação de Minas Gerais por José de Resende Monteiro, seu tio, o barão de Leopoldina, que passava ao Senado do Império. Pertinente neste ponto a observação, com base em Luiz Fernando Saraiva (2008) de que os deputados gerais eram importantes para a vida pública, ficando diversos deles restritos à liderança local e regional. Diferentemente dos senadores, escolhidos pelo próprio imperador a partir de uma lista tríplice, os deputados expressavam mais uma relação local do que uma relação externa à província como poder imperial. Neste caso, chama-se a atenção para a escolha de D. Pedro II no período em que a considerada microrregião da Mata mineira mostrava um protagonismo importante na reação antimonárquica no pós-Abolição. Em 1888, o Manifesto do Clube Republicano de Leopoldina, sede do nono distrito eleitoral, foi publicado no *Jornal do Comércio*, tendo a nova agremiação sido ironicamente batizada de “República de Leopoldina” pelos monarquistas (JOSÉ, 1960). Apesar das críticas, a iniciativa teria exercido grande influência em toda a região. A escolha do conservador barão de Leopoldina, que faleceu no exercício do cargo, logo em seguida à indicação, acabou possibilitando a entrada de um republicano no Parlamento. Seu sobrinho Antônio Romualdo foi eleito em segundo escrutínio, obtendo 782 dos 1712 votos do corpo eleitoral de todo o distrito. A demora do processo eleitoral vigente, demandando dois pleitos, deixou por vários meses a cadeira vazia. Quando finalmente foi diplomado, havia já perdido a ocasião de participar dos debates em torno da lei que extinguiu a escravidão no Brasil. Importante ressaltar que procedia o deputado “da zona em que era mais ferrenho o escravagismo em Minas Gerais, elevando-se o número de cativos, naquele distrito, a quase 8.000 indivíduos” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, p. 267).

Ao partir para a Corte, em setembro de 1888, para assumir seu mandato político, o fazendeiro talvez já estivesse decidido a não prestar o juramento. Tempo teve para ponderar a respeito. Venceu, provavelmente a cavalo, a distância entre a sua fazenda, localizada no mais próspero distrito cafeeiro de São José de Além Paraíba, e a estação de São Luiz, de onde seguiu para a estação de Porto Novo do Cunha. Dali para a Corte, mais “ligeiras” seis horas sacolejando os pensamentos pelos trilhos. Chegou no dia 5 de setembro, véspera da posse.<sup>35</sup> Planejada ou não, a negativa de Manso causou enorme reboleço. Respondeu, sucintamente, ao convite protocolar do presidente da Câmara dos Deputados, barão de

<sup>33</sup> Não pude confirmar a data de nascimento de Romualdo, mas levando em conta a data da sua formatura e, mesmo supondo que ele talvez tenha se formado tardiamente, chegamos a uma conta bem inferior aos 50 anos.

<sup>34</sup> O nono distrito, cuja sede era Leopoldina, reunia, entre outras, as localidades de Pirapetinga, Cataguases, Mar de Espanha, São José de Além Paraíba e São Paulo de Muriaé. DIVISÃO eleitoral de Minas. **A Província de Minas**. Ouro Preto, ano 1, n. 51, pp. 1-2, 5 jul. 1881.

<sup>35</sup> **GAZETA da Tarde**. Rio de Janeiro, ano 9, n. 203, p. 1, 6 set. 1888.

Lucena, com as seguintes palavras: “Não posso prestar juramento porque é contra as minhas convicções” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, p. 267).

Como já mencionado no capítulo anterior, a imprevisibilidade do episódio levou à imediata paralisação da sessão, retomada a seguir, sem a presença de Manso, com um acalorado debate entre os parlamentares. No dia 11 de setembro, foi posta em votação e aprovada a emenda do regimento interno tornando o juramento facultativo. Fora da Câmara, a questão passou a ser também debatida. Monteiro Manso transformou-se em alvo das atenções e das mais entusiasmadas expectativas por parte dos correligionários políticos e por parte da imprensa. Assim, foram registrados telegramas enviando congratulações ao chefe republicano Saldanha Marinho, provenientes de localidades como Leopoldina, Cataguases, Paraíba do Sul, Barra Mansa, Capivara, atualmente Palmas, e São José de Além Paraíba.<sup>36</sup> Também ficou registrado o apoio da comissão executiva do Partido Republicano Nacional dirigido ao deputado<sup>37</sup>. Jornais de várias províncias noticiaram o impasse criado pelo fazendeiro.

Em publicação imediatamente posterior ao fato, a *Revista Ilustrada* publicou a representação da chegada de Monteiro Manso à Câmara, levando pela mão uma figura feminina<sup>38</sup> portando uma tocha, cuja fumaça formava a elocução “liberdade de culto”. Mas aquele periódico logo mudou o tom ao acompanhar o desdobramento da “questão do juramento.” Dedicou-lhe folha dupla, apresentando aos leitores a seguinte cena: enormes bombas no plenário e o deputado, de pernas cruzadas, impassível e resoluto diante da conturbação que se instalara na Câmara. Ao fundo, à sua esquerda, parlamentares tramando para que os efeitos da “bomba” fossem potencializados e jogassem “pelos ares” o governo imperial. O principal argumento, sustentado pelos “reverendos deputados”, que aparecem representados no plano superior, ao centro, foi de que a negativa afrontava a religião do Estado. No entanto, a lei de 1881 foi evocada como a garantir o direito de não católicos ao exercício de mandato eleitoral. Conjectura-se, com base não só na comparação das caricaturas com fotografias dos políticos em questão, mas também em textos que comentaram o episódio, que os retratados como “conspiradores” eram os deputados Afonso Celso, “então uma espécie de ‘linha auxiliar do Partido Republicano, embora militando nas hostes liberais” (BOEHER, 1954, p. 268); João Nogueira Penido, que seria “amigo pessoal e protetor político do novo deputado” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, p. 267) e ainda Augusto Olímpio Gomes de Castro, que teria armado verdadeira “tempestade parlamentar” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 15 set. 1888, p. 3), cujos efeitos tinham sido neutralizados pela concordância, por parte do governo, em se alterar o regimento. No primeiro plano, à direita, os mesmos personagens deixam a cena, cabisbaixos e frustrados com a solução

<sup>36</sup> MONTEIRO Manso. **A República**: Pátria e Democracia, órgão do Clube Republicano. Curitiba, ano 3, n. 35, p. 2, 24 set. 1888.

<sup>37</sup> MENSAGEM. **Diário de Minas**. Juiz de Fora, ano 1, n. 60, p. 2, 15 de set. de 1888.

<sup>38</sup> José Murilo de Carvalho discute o uso da alegoria feminina relacionada à República. Ver: CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da república do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 78 – 93.

apresentada pela Câmara, que acabou impedindo a anulação do mandato de Manso, o que colocaria o seu distrito eleitoral em alarme e o tornaria um revolucionário perigoso.

O jornal fez um trocadilho com o sobrenome do deputado mineiro para destacar a posição do governo ao responder a consulta feita pelo presidente da Câmara, barão de Lucena: que mal poderia fazer à Monarquia um deputado Manso? Ou seja, na ótica daquele periódico, os louros afinal ficaram com o Parlamento que havia agido corretamente, mostrando-se coerente com votações anteriores, como a ocorrida em 13 de maio. No comentário de Júlio Verim, pseudônimo do pernambucano Luís de Andrade na *Revista Ilustrada*, “é favorecendo a liberdade que se desarmam as revoluções” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, p. 270).

Muito provavelmente, as cenas representando a bombástica decisão do fazendeiro mineiro foram criadas por Ângelo Agostini, que já havia atuado na imprensa paulista e em outros órgãos da imprensa carioca. No entanto, foi trabalhando na *Revista Ilustrada*, por ele fundada em 1876, que o imigrante italiano, misto de artista e militante político, conforme definição construída posteriormente, passou a ser reconhecido como pai da caricatura brasileira. A folha de circulação semanal também teria lhe conferido o reconhecimento como “aboliconista dedicado e republicano incansável” (BALABAN, 2009, p. 28). No entanto, é importante frisar que o jornal mudou o tratamento dispensado a Silva Jardim e seus aliados à medida que a questão da indenização passava a acentuar divergências entre eles e os aboliconistas dissidentes do Partido Republicano. Ele chegou a nomeá-lo como um dos órgãos que lhe fizeram oposição.<sup>39</sup>

Postura diferente manteve *O Mequetrefe*, que também dedicou grande espaço ao deputado mineiro Antônio Romualdo Monteiro Manso, mesmo mais tarde, quando então a expectativa criada por ele já se transformava em críticas mordazes ao seu pífio desempenho como parlamentar. O primeiro número de 1889 do semanário estampou, em primeira página, o retrato do “ilustre democrata” (DR. MONTEIRO Manso, 1889, p. 3). Seguiu o periódico mensal sua linha editorial de apoio à ideia republicana, que desde o ano anterior claramente substituíra a neutralidade anunciada nos primeiros números do jornal. *O Mequetrefe* surgiu em março de 1875, afirmando não ser republicano, tampouco monarquista. Apesar disso, foi sendo relacionado à propaganda republicana, “[...] possivelmente por causa das ilustrações que publicava, o que apresentava uma posição ambígua: se declarava não republicano na parte textual e utilizava a simbologia republicana em suas ilustrações.”<sup>40</sup> A partir de 1888, opta por demonstrar franco apoio à causa. Naquele mês de setembro de 1888, dera as boas-vindas a Silva Jardim,

<sup>39</sup> JARDIM, Antônio da Silva. **Memórias e viagens**: campanha de um propagandista. Lisboa: Tip. da Cia Nacional Editora, 1891, p. 188.

<sup>40</sup> LOPES, Aristeu Elisandro Machado. **O dia de amanhã**: a República nas páginas do periódico ilustrado *O Mequetrefe*, 1875-1889 *Revista de História*, São Paulo, v.30, n.2, pp. 239-265, ago./dez 2011, p. 244.

saudando-o com um retrato de primeira página, que abria a galeria dos republicanos. No mesmo número, Saldanha Marinho é representado em mangas de camisa regando, satisfeito, uma frondosa árvore em cujas folhas se liam os nomes de vários republicanos, entre eles, Silva Jardim. Ao fundo da cena, D. Pedro II censurava o ministro João Alfredo, que desafiando a onda crescente da ideia republicana no pós-Abolição teria exclamado, entre a fumaça de seu “inseparável charuto”<sup>41</sup>: Cresçam e apareçam!

Figura 5 – Monteiro Manso conduz a “liberdade de culto”.

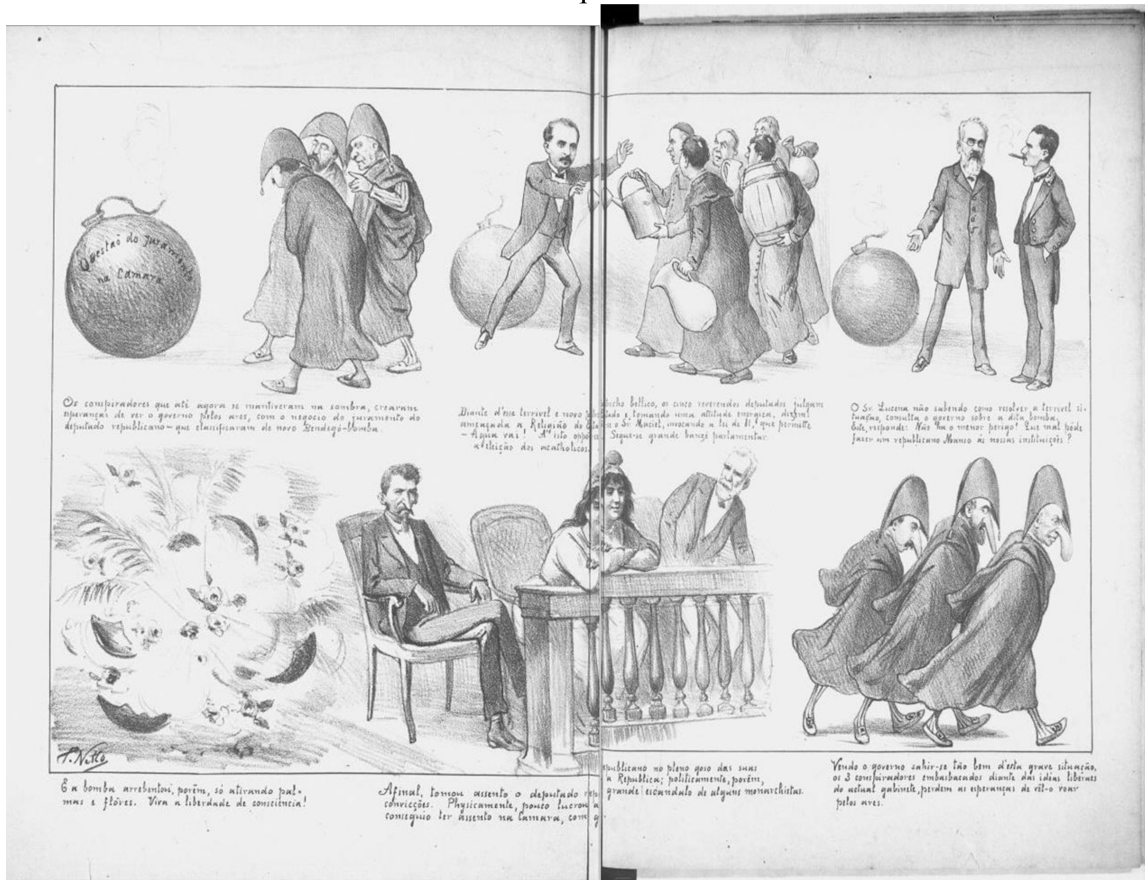


Fonte: JURAMENTO Parlamentar. *Revista Ilustrada*. Rio de Janeiro, ano 13, n. 513, p. 8, 08 set. 1888.

Legenda: “Recusando-se a prestar juramento e sendo este abolido, o deputado republicano Dr. Monteiro Manso entra na Câmara abrindo caminho à liberdade de culto.”

<sup>41</sup> CASTRO, Sertório de. *A República que a revolução destruiu*. Rio de Janeiro: E. Freitas Bastos, 1932, p. 38.

Figura 6 – Monteiro Manso negando-se a prestar o juramento causa efeito bombástico na Câmara dos Deputados.



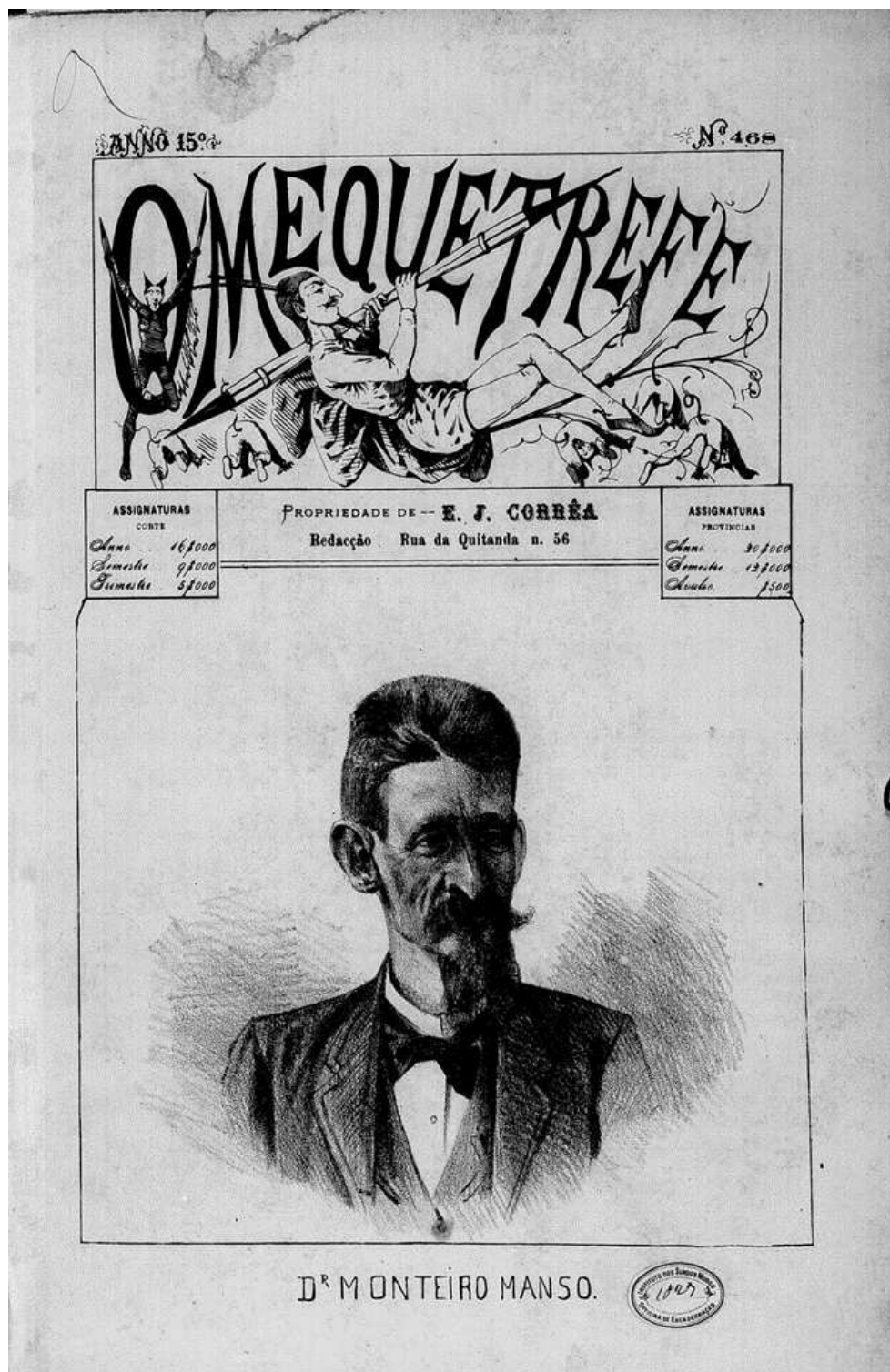
Fonte: *Revista Ilustrada*. Rio de Janeiro, ano 13, n. 514, pp. 4-5, 15 set. 1888.

Legenda: “Os conspiradores que até agora se mantiveram na sombra, criaram esperanças de ver o governo pelos ares, com o negócio do juramento do deputado republicano – que classificaram de novo Bendegó-bomba. Diante desse terrível e novo petrecho bélico, os cinco reverendos deputados julgaram ameaçada a religião do Estado e tomando uma atitude enérgica dizem:

- Água vai! A isto opõe-se o Sr. Maciel, invocando A Lei de 1881, que permite a eleição dos acatólicos. Segue-se grande banzé parlamentar. O Sr. Lucena, não sabendo como resolver a terrível situação, consulta o governo sobre a dita bomba. Este, responde: Não há o menor perigo! Que mal pode fazer um republicano Manso às nossas instituições? E a bomba arrebentou, porém só atirando palmas e flores. Viva a liberdade de consciência. Afinal, tomou assento o deputado republicano no pleno gozo das suas convicções. Fisicamente, pouco lucrou com a República, politicamente, porém, conseguiu ter assento na Câmara, com grande escândalo de alguns monarquistas. Vendo o governo sair-se tão bem desta grave situação, os três conspiradores embasbacados diante das ideais liberais do atual gabinete, perdem as esperanças de vê-lo pelos ares”.

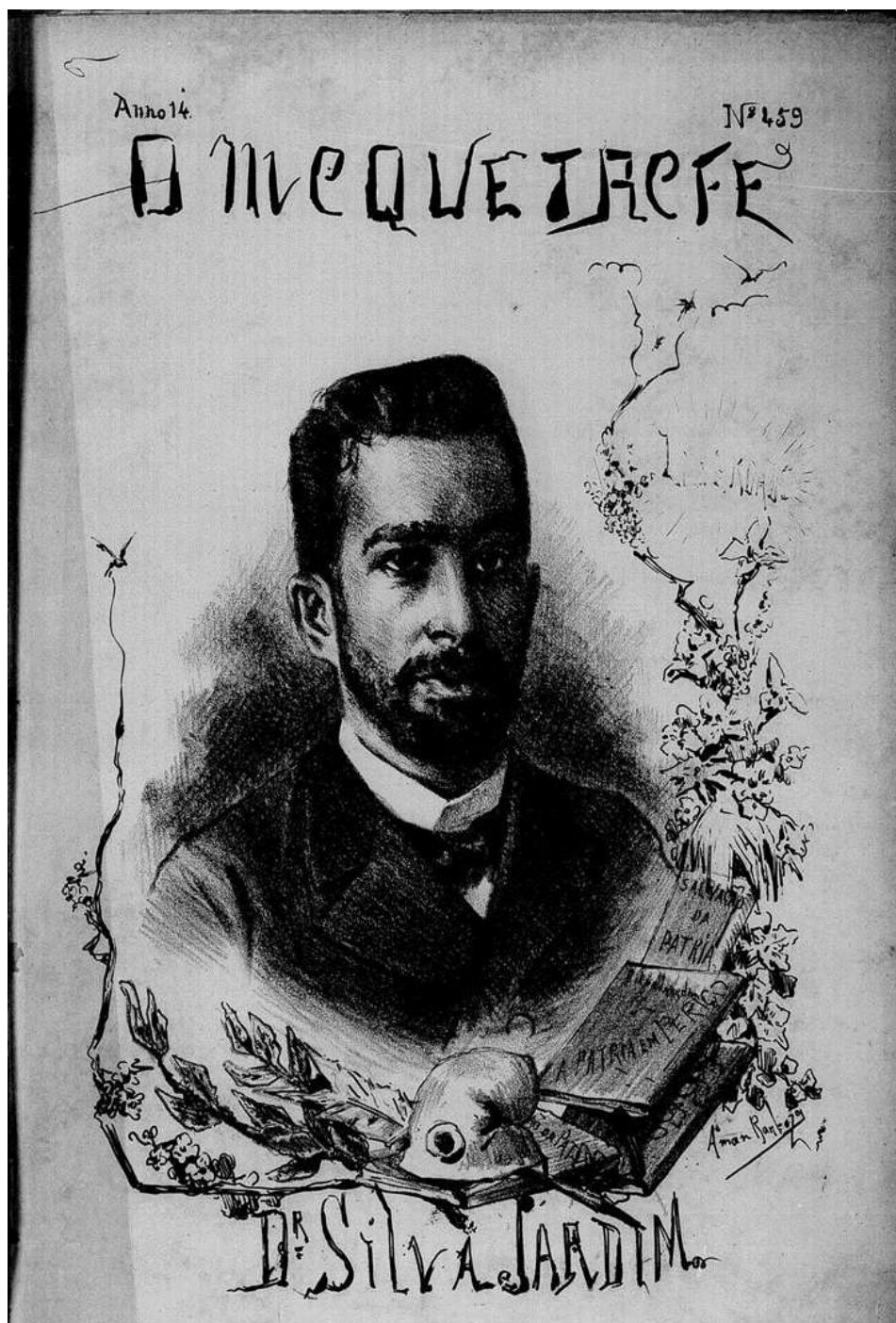


Figura 7 – O médico e fazendeiro mineiro na primeira página de *O Mequetrefe*.



Fonte: Dr. MONTEIRO Manso, *O Mequetrefe*. Rio de Janeiro, p. 1, ano 15, n. 468, jan. 1889.

Figura 8 – Homenagem ao propagandista fluminense.



Fonte: Dr. SILVA Jardim. *O Mequetrefe*. Rio de Janeiro, ano 14, n. 459, p.1, set. 1889.

Figura 9 – Saldanha Marinho regando a “árvore” da República.



Fonte: *O Mequetrefe*. Rio de Janeiro, ano 14, n. 459, p.5, set. 1889.

“A árvore que o venerando chefe plantou e regou cresceu e apareceu agradecida pelos raios de sol da Liberdade.

— Então não mandaste ela crescer e aparecer? Achas que eu agora é quem deve pagar as favas?  
— É verdade, Imperial Senhor, disse-o ingenuamente.”

Ao contrário de *O Mequetrefe*, outros órgãos de imprensa, notadamente o jornal *Cidade do Rio* e *O Apóstolo*, abertamente criticavam e ironizavam o deputado já então identificado na Corte como o “D. Quixote mineiro” e “conselheiro Acácio caipira” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, p. 269). Como já ressaltado, o apoio por parte dos proprietários rurais da Mata mineira à propaganda republicana de Jardim encontrou a oposição ferrenha de abolicionistas como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. O jornal desse último, ao comentar a tumultuada campanha do advogado fluminense em Minas Gerais, alardeava que seu conluio com os “abolicionistas do 14 de maio” (EM QUE ficamos?, 1889, p.1) descontentava a população negra da província, que em grande número fazia-lhe frente em várias localidades.

Monteiro Manso talvez não se adequasse às acusações de José do Patrocínio. Ao noticiar seu falecimento, em 1907, o jornal curitibano *A República* classificava-o como “velho abolicionista e republicano” (INTERIOR, 1907, p. 2). Foi igualmente homenageado pelo jornal *A Federação*<sup>42</sup>, que também o lembrava como republicano histórico, atributo que provavelmente esteve mais associado à sua estada na Corte, nos anos 1870, quando frequentara a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro do que sua condição de fazendeiro descontente com a Abolição. Eleito e empossado apesar da polêmica “questão do juramento”, manteve-se em evidência não por novas palavras ou posições polêmicas, mas pela completa ausência delas, frustrando a grande expectativa formada em torno do seu hipotético potencial de oposição à ordem monárquica. Tornou-se alvo de duras críticas pelo silêncio em que se manteve durante as sessões da Câmara. Teria proferido apenas 70 palavras em quase um ano de legislatura. Mas se faltaram palavras, coerência e determinação, conforme na época destacavam seus correligionários, foram talvez suas principais características políticas. Embora do meio rural, filho de cafeicultor, se não dos mais abastados, senhor de riquezas não desprezíveis, Antônio Romualdo pode ser considerado um representante da famosa geração de 1870, que via nos pressupostos científicos, certamente valorizados na faculdade de Medicina, as bases para a contestação da lógica imperial.

Comentando rapidamente a questão do juramento, Ângela Alonso (2002) afirmou que o médico mineiro era positivista. Não localizei fontes que confirmassem tal informação, que me parece sim bastante provável. Sobre o caráter religioso do recusado juramento, algumas fontes apontam para o provável acatolicismo por parte do fazendeiro de Angustura. Um exemplo seria o fragmento a seguir: “Esse deputado Monteiro Manso, não só não é católico como também não é monarquista, dois requisitos que a antiga fórmula regimental consagrava” (O JURAMENTO Regimental, 1888, p. 1). O jornal *O Apóstolo*<sup>43</sup> afirmava o protestantismo do fazendeiro. Da mesma forma, sua “admirável firmeza” como “calvinista e republicano” foi lembrada já no Governo Provisório, na luta de afirmação entre “adesistas” e “históricos”

<sup>42</sup> **A FEDERAÇÃO**. Porto Alegre, ano 24, n. 176, 27 de jul. 1907, Registro Mortuário, p. 2.

<sup>43</sup> **UM VERDADEIRO Logro. O Apóstolo**. Rio de Janeiro, ANO 24, N. 112, 28 set. 1888, Seção Noticiosa, p. 2.

pelo cronista José Avelino Gurgel do Amaral, cujo pseudônimo era João Horácio. (HORÁCIO, 1890).

Ao recordar, três anos depois, no seu livro *Memórias e Viagens*, episódios e personagens que marcaram o período da sua campanha pela República, Jardim cedeu a Antônio Romualdo Monteiro Manso rápidas palavras que quase nada nos revelam sobre o médico mineiro que afinal o acompanhara, sob o risco de morte, à freguesia de Angustura e à Vila de São José de Além Paraíba. Como toda obra do gênero, o livro evidencia lacunas; outras vezes a preferência pela valorização de personagens e episódios convenientes na construção do próprio passado. Sobre a casa onde esteve hospedado em março de 1889, não teceu comentários, assim como em nenhum momento estendeu-se sobre a família ou modo de vida do fazendeiro mineiro, a exemplo do que deixou registrado sobre outros personagens relacionados às suas viagens pela campanha republicana.

De acordo com as fontes apresentadas, teria sido republicano de primeira hora, além de abolicionista<sup>44</sup> e se não acatólico, pois são conflitantes as informações a respeito, defendia como “velho republicano” uma das principais propostas de sua sigla partidária: a separação entre o Estado e a Igreja. O episódio protagonizado pelo obscuro personagem obteve grande repercussão, mobilizando a atenção de atores políticos atuantes, como Joaquim Nabuco, Silva Jardim, José do Patrocínio e Lopes Trovão. Esse último, já em maio de 1889, lembrou a importância da “questão do juramento” ao comentar a entrada de novo membro republicano no Parlamento, Lamounier Godofredo, que igualmente recusou-se à hipocrisia do protocolo de posse, exatamente como tinha feito o “corajoso” fazendeiro de Minas “munido de suas crenças científicas” (TROVÃO, 1889a, p. 3).

A “questão do juramento” merece, portanto, uma releitura que destaque sua importância, sobretudo no campo simbólico, para o fortalecimento da ideia republicana que era então propagandeada de forma mais extensa e contundente.<sup>45</sup> Em pauta, os dois principais temas dos anos finais do Império Brasileiro: abolição e república. Aquela já efetivada, mas ainda questionada, tanto pelos defensores de uma possível indenização como pelos críticos da ausência de programas voltados para a população negra. João Horácio lembrou o verdadeiro terror provocado por Manso na ocasião da posse: “A Câmara pareceu nesse dia um navio que bateu sobre um banco. [...] Desde aqueles dias os muros chineses que resguardavam os rabichos do Império foram lançados por terra” (HORÁCIO, 1890). Resguardado o exagero da declaração, mas apropriando-me da figura de imagem criada pelo autor, arrisco a dizer que,

<sup>44</sup> Veremos mais adiante que o deputado publicou no início um anúncio de fuga de escravos da sua fazenda. Portanto, mesmo que mais tarde tenha se acerdado ao movimento emancipatório, como sugerem algumas fontes (“não tem escravos”), não se pode desvincular essa mudança do processo forçado pelo avanço do “medo branco”, não só em relação às revoltas escravas, mas também em relação à falta de braços para o trabalho no campo.

<sup>45</sup> Outras narrativas a respeito da “questão do juramento”, assim como outras informações sobre o personagem que o protagonizou, foram incluídas em FITTIPALDI, Marta Lúcia Lopes. O deputado “sem juramento”: a efêmera celebridade de Monteiro Manso e sua participação na propaganda republicana – 1888-1889 Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos. *Anais...* Volume 2, 2018, II Encontro de Pós-Graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos, Juiz de Fora. [https://www.seo.org.br/download/download?ID\\_DOWNLOAD=93](https://www.seo.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=93). Acesso em: 12 set. 2019.

independentemente de sua ruidosa entrada no Parlamento, o fazendeiro continuou a contribuir para a demolição da muralha imperial ao se associar a Silva Jardim, cuja campanha vinha movimentando os lugarejos da Mata mineira.

#### 4.4 OS CONFLITOS EM ANGUSTURA

Em março de 1889, os habitantes do arraial de Angustura e das muitas fazendas que o circundavam viveram dias de expectativa que, com certeza, quebraram o clima contrito adequado àquele período do ano. A Quaresma entrava em sua segunda semana e já os ânimos se acirravam com a notícia de que o dono da Fazenda Albion, aquele que não havia prestado juramento à Igreja Católica e ao Império, vinha trazendo para o arraial o propagador da “lei nova” (AS CONFERÊNCIAS do mascate, 1889, p. 2) expressão que talvez aludisse, no caso específico, às propostas do estado laico, provavelmente muitas vezes reapropriadas e permitindo interpretações diversas, e também ao decreto que retirava da esfera eclesiástica os registros de nascimentos, casamentos e óbitos.

A noite foi intranquila, sobretudo para a dona da casa, a senhora Monteiro Manso que teria ficado impressionada com a calma de Jardim diante das ameaças. No dia seguinte, durante o trajeto até Angustura, alguns outros cavaleiros juntavam-se ao conferencista, oferecendo-lhe, a certa altura, um carro, recusado por ele, que no entanto determinou que a condução, mesmo vazia, fosse guardada por pelos menos dois integrantes da cavalgada. Jardim bendiz em seu livro a artimanha que teria poupado a sua vida, pois quase chegando a seu destino, a condução foi interceptada por “pretos armados de foices” (JARDIM, 1891b, 296). Quem procuravam estava, no entanto, na dianteira do grupo, a cavalo, ao lado de Monteiro Manso. Ainda a caminho, um portador havia alcançado o grupo de cavaleiros trazendo novo recado. A conferência deveria ser realizada somente após a chegada de reforços solicitados pelo delegado de São José de Além Paraíba a Leopoldina, cujas autoridades teriam se reportado à capital, Ouro Preto. Isso porque, durante a madrugada, a residência do presidente do Clube Republicano de Angustura, Militão Ameno, por pouco não fora atacada por “cerca de trezentos libertos”, grupo que vinha sendo engrossado pela chegada, a “cada instante” de “novos contingentes” (JARDIM, 1891b, 296). Àquela altura, pelas contas de Jardim, eram mais ou menos cinquenta cavaleiros que prometeram seguir as suas instruções. Não adiariam a entrada no arraial, mas chegariam com toda a tranquilidade e prudência, sem aceitar provocações. Estavam, no entanto, preparados para revidar em caso de ataque. Todos portavam armas, que deveriam, pelas recomendações reiteradas do próprio visitante, estarem muito bem ocultas.

Enquanto atônitos interceptadores da caravana perguntavam “que é do homem” ao cocheiro que conduzia o carro usado como despiste, ele entrava incólume na freguesia: “Ao entrar na praça, a um sinal meu, lançamos os animais a galope, espalhando um ajuntamento que nos impedia a marcha e eu apeava-me em casa do correigionário Militão” (JARDIM, 1891b, p. 297). Logo conseguiu trocar algumas

palavras, por uma das janelas da residência, com um dos que do lado de fora protestavam, tentando extrair o motivo das hostilidades. Perguntado sobre o que queriam os libertos ali reunidos, seu interlocutor teria respondido: “Nada, senhor. Mas dizem que esse discurso é para nos escravizar outra vez e que vosmecê quer matar a Princesa” (JARDIM, 1891b, p. 297).

Silva Jardim deu pormenores de outros sobressaltos que passou em Angustura, versão que vai de encontro a muitas outras publicadas à época. Em *Memórias e Viagens*, ele enfatiza a própria coragem, determinação e o sucesso da conferência que, embora em condições adversas, teria sido realizada em um salão com a presença de muitas senhoras de coragem. “Admirei nesse dia o heroísmo das mulheres mineiras. Os pretos estavam do lado de fora, deitados na relva, recostados, a ouvir. Eu falava numa tribuna alta, próxima à janela, de modo a acompanhá-los com o olhar” (JARDIM, 1891b, p. 298). Outras narrativas, no entanto, afiançaram o contrário. Um habitante da região teve seu texto publicado pelo *Cidade do Rio*, afirmando que o conferencista saiu de Angustura acuado por cerca de 2000 pessoas, “entre libertos de ambos os sexos, trabalhadores nacionais e estrangeiros, artistas e fazendeiros.” Segundo o relato, a turba só poupou a integridade física do orador porque ele concordou em se retirar, dando antes “vivas à monarquia” (AS CONFERÊNCIAS do mascate, 1889, p. 2).

As notícias sobre os episódios ganharam, assim, versões contraditórias e os eleitores da terra alongaram-se em confrontos públicos, troca de acusações, ironias e desmentidos por meio da imprensa, até que a abalizada pena de Rui Barbosa veio pesar a favor dos apoiadores do tribuno republicano:

As primeiras escaramuças da luta agitada sob o orago da herdeira presuntiva se amiúdam em Anta, Angustura, Valença, Campos, Laje de Muriaé e Santo Antônio de Pádua. Em todas essas sedições cruentas que revivem entre nós a estupidez e fereza dos terrenos d’África há uma nota comum: a ingerência conivente das autoridades e o uso do nome da princesa imperial, repercutido, como grito de morticínio, assim pelos libertos, como pela polícia, desfaçadamente associada a eles ( BARBOSA, R., 24 abr. 1889, p. 1).

O artigo criticava a onda de “reação isabelista” contra a campanha republicana e denunciava a omissão das autoridades imperiais diante da sequência de graves conflitos. O fragmento acima é parte de *A coroa e a guerra de raças*, publicado no jornal *Diário de Notícias*, cuja direção acabara de ser assumida por Rui Barbosa. Criado em 1885, o jornal passaria por verdadeira guinada sob a liderança do advogado baiano, tornando-se então um dos mais importantes órgãos de imprensa da Corte. Creio que podemos relacionar essa inflexão à análise de Marialva Barbosa sobre o capital simbólico dos bacharéis em Direito no exercício do jornalismo.<sup>46</sup> A condição de advogado aferia distinção à maioria dos proprietários de jornais e entre grande parte dos homens de imprensa. Ora, Rui Barbosa havia alcançado reconhecida

---

<sup>46</sup>BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e público: História cultural da imprensa. Brasil –1800-1900.** Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2017, pp. 153-155.

projeção entre seus próprios pares. Natural que tenha levado ao *Diário* o potencial do seu próprio nome, que sustentou firme posição a favor da legitimidade da campanha republicana. Em seus primeiros escritos como novo diretor do *Diário*, garantia que ainda não havia se bandeado para o lado republicano, mas exigia que a monarquia prezasse pela liberdade e pela implantação da democracia.<sup>47</sup>

Referia-se Barbosa, no fragmento acima utilizado, respectivamente, à já mencionada queima dos registros civis em São Miguel do Anta; aos ataques à campanha republicana de Silva Jardim, em Valença e Angustura; e ainda contra Nilo Peçanha, nas localidades de Laje de Muriaé e Santo Antônio de Pádua. Sessenta e três signatários, grande parte senhores de terra, sendo alguns também detentores de cargos públicos,<sup>48</sup> enviaram um agradecimento ao jornal então dirigido pelo jurista baiano. A iniciativa tinha o intuito de contribuir para a circulação e valorização do texto que afinal mencionava, entre outras localidades, o arraial cafeeiro da Mata mineira, como palco de reprováveis agressões à propaganda republicana. O manifesto dos eleitores de Angustura foi publicado em 30 de maio, depois de uma verdadeira guerra de narrativas travada na imprensa da Corte.

As intermináveis contendas discursivas não deixavam o episódio cair no esquecimento. Dentre os vários jornais que repercutiram notícias a respeito, destacaram-se o *Gazeta de Notícias* e o *Cidade do Rio*. Fundado pelo médico José Ferreira de Araújo, em 1874, o primeiro posicionava-se a favor da República, apesar da alegada neutralidade. Relembremos, neste ponto, que Jardim o citou como o órgão que mais sistematicamente lhe ofereceu disponibilidade. Surgiu entre outros vários títulos, como o *Gazeta da Tarde* e o paulistano *A Província de São Paulo* durante o Gabinete do Visconde do Rio Branco, governo que implantou várias medidas de cunho modernizador. Dentre elas, a expansão das comunicações, com a implantação do telégrafo, que acelerou o ritmo de trabalho nas redações.

O *Gazeta* deu ampla cobertura à campanha de Jardim pela Mata mineira, mas de uma forma que aparentava bastante equilíbrio, reproduzindo as notícias enviadas pelo conferencista e seus correligionários, mas também publicando material produzido por seus adversários políticos. Inovador pelo uso de novas tecnologias de impressão, linguagem simplificada, pelo uso de ilustrações e pela publicação dos folhetins literários, o *Gazeta* foi pioneiro no processo de fazer jornal barato e popular. Custava 40 réis o exemplar. Tornou-se um dos jornais mais lidos na capital do Império, situado entre os principais matutinos do Rio de Janeiro, como *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *O País*. Em 16 de março, surgiram em suas páginas as primeiras notícias sobre uma contornada ameaça de distúrbios em Angustura,

<sup>47</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida**: cultura democrática e científica no final do Império. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, pp. 78, 177.

<sup>48</sup> Encabeçava a lista o fazendeiro Gabriel Martins Ferreira, 1º Juiz de Paz da freguesia de Angustura. Os segundo, terceiro e quarto juizes, todos fazendeiros, também integravam a listagem, além dos personagens diretamente envolvidos no conflito e que, a seguir, serão citados, como o Militão Ameno. MANIFESTAÇÃO Honrosa. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 1446, p. 1, 30 de maio, 1889.



mas a conferência tinha sido realizada, entre festa e adesões, tendo mesmo o “chefe dos libertos” (SÃO Luiz, 1889, p. 2) saudado o orador. No dia seguinte, nova nota sobre os conflitos detalhava o banquete servido aos convivas e referia-se, de forma ligeira, aos acontecimentos da antevéspera: “o liberto que apontara a arma contra ele foi pedir-lhe desculpas. O Dr. Jardim deu-lhe conselhos” (PROVIDENCIA, 1889, p. 2).

Dias depois, o assunto volta à tona nas páginas daquele diário carioca em uma extensa reportagem que exaltava o brilho da festa republicana em Angustura, mas também admitia a proporção maior e mais grave dos conflitos lá ocorridos. O texto, que ocupava um quarto de página, fora extraído do jornal republicano *Irradiação*, fundado no ano anterior na cidade de Leopoldina, e retratava os acontecimentos vivenciados pelo próprio redator, o já citado Teóphilo Ribeiro, proprietário daquele jornal, que teria tomado a iniciativa de pedir a intercessão do vigário local diante da “iminência de um morticínio certo de parte a parte”. Era então uma hora da madrugada do dia 14 e os amotinados reuniram-se em frente à casa do capitão Militão Ameno,<sup>49</sup> dando morras ao fazendeiro que presidia o Clube Republicano local. Notava-se, desde cedo, a afluência dos revoltosos que teriam sido insuflados por boatos: “Espalhou-se [...] o pensamento de ataque à pessoa do vigário, o monsenhor Victorino, e sua expulsão daquela igreja”. No entanto, não se apontavam o responsável por tal movimento. Cerca de quinhentos libertos estiveram armados de espingardas, garruchas, chuços, foices e cacetes. “Corriam boatos de que o Dr. Jardim seria impedido de entrar em Angustura.” (A FESTA Republicana em Angustura, 23 mar. 1889, p. 2)

À medida que anoitecia, se avolumava a ameaça. A população do lugar entrara em pânico:

Aquele desfilas era um modo contínuo. O grupo desaparecia do largo da Matriz para reaparecer nas ruas do lado baixo do arraial – aos gritos repetidos de viva à rainha, viva o bom senhor, morra o seu Militão, ao som de frequentes tiros e dos ataques à foice dos bambus que no largo formavam arcos triunfais, armados para a recepção do conferente no dia seguinte (A FESTA Republicana em Angustura, 23 mar. 1889, p. 2).

Eram duas horas da madrugada quando, pela intermediação do vigário, os amotinados começaram a se dispersar. O autor da matéria novamente entra em cena. Antes da missa matinal, tinha recorrido novamente ao vigário. Que fosse até a casa do capitão Militão Ameno, o que acabaria com qualquer desconfiança de ofensa à sua pessoa por aquele cavaleiro. Novamente acedeu o vigário. Demorou-se na casa do presidente do clube republicano local. Durante e após a missa, o religioso “falou aos libertos que enchiam então a igreja, sempre armados”, esclarecendo que os boatos não passavam de calúnias. O autor da narrativa novamente descreve a sua própria atuação: “Dirigiu-se a eles quem escreve, fazendo-lhes ver [...] a injustiça de prevenções contra republicanos que só trabalhavam pela liberdade de

---

<sup>49</sup> As patentes militares estariam ligadas à posição econômica de seu detentor, indicando também poder político e *status* social. FREIRE, J. *Escravidão e família escrava na zona da mata mineira oitocentista...*, p. 50.

todos [...]. Nesta ocasião, ao som de muitos vivas à liberdade e à lei de 13 de maio, dispararam os libertos as suas armas em sinal de regozijo” (A FESTA Republicana em Angustura, 1889, p. 2). Antes assim, pois, segundo o narrador, a quantidade de tiros denunciava pelo menos sessenta pessoas armadas com arma de fogo já no horário da missa matutina.

A chegada do forasteiro republicano teria, no entanto, recrudescido os protestos. Jardim chegou por volta de treze horas, à frente de quase cem cavaleiros que o esperavam pelo caminho. A conferência ocorreu por volta das dezesseis horas, tendo como tema principal a “ação dos republicanos a favor da classe escrava na obra meritória da sua redenção”. Da mesma forma, teria demonstrado “por modo irresponsável o abandono em que os poderes públicos deixaram os libertos e ao lado dele os esforços incessantes dos republicanos para melhorarem a sorte desses abandonados do governo” (A FESTA Republicana em Angustura, 1889, p. 2).

Por sua vez, o próprio conferencista lembrou ter iniciado o seu discurso depois de confessadas dificuldades. Descreveu a tensão que lhe embotou o pensamento ao perceber, entre a multidão que se aglomerava do lado de fora, a mira de uma espingarda em sua direção.

Naquele momento falava só para ele [...]. O infeliz, subjugado, fitava-me também; não conseguia desprezar o seu olhar do meu e a arma tremia-lhe na mão. Um companheiro, atrás dele, estimulava-o, mas a certeza de que era visto dominava-o... E ali ficou, meia hora ainda, com a arma ao lado, temendo já o castigo. Assim era, porque, no dia seguinte pela manhã, veio pedir-me perdão (JARDIM, 1891b, p. 298).

Apesar do conteúdo do discurso, propositalmente destacado também pelo *Gazeta de Notícias*, o conferencista continuou sofrendo ameaças, o que teria enfrentado com muita calma. A narrativa do *Gazeta* cedeu importante espaço aos detalhes da festa que se seguiu: grande banquete, como corroborou Jardim, “vindo todo, especialmente, da Casa Paschoal, no Rio de Janeiro, com serviço de quinze garçons, menu impresso, tudo elegante, n’uma simples freguesia do interior de Minas” (JARDIM, 1891b, p. 298). Houve também baile até o amanhecer, mas não na total tranquilidade informada nas páginas do jornal carioca. No meio da noite, novas ameaças amainadas, segundo Jardim, pela prudência dos convivas que já tinham cooptado parte dos que mais cedo se insurgiam contra a conferência. “O chefe da música fizera um discurso muito aplaudido pelos de sua raça, aos quais havíamos convidado a entrar e a comer” (JARDIM, 1891b, p. 298). Ao comentário do *maitre* de que os convidados de última hora tinham já se alimentado, pois na véspera roubaram-lhe dois perus, Jardim respondeu com o que teria se convertido na “nota cômica do incidente”: “ora, aí está porque Patrocínio funda a guarda negra, disse eu a rir da pilhéria” (JARDIM, 1891b, p. 298).

A publicação do *Gazeta de Notícias* tão rica em detalhes, cujo título era *A festa republicana em*

*Angustura*, foi provocada por uma matéria que se assemelhava em pormenores e veiculada pelo *Jornal do Comércio*<sup>50</sup> poucos dias antes. Aquele periódico, fundado ainda em 1827, era o jornal dos aquinhoados, dos grandes capitalistas e proprietários. Tradicional, aliou modernização à diversificação, visando a atender o seu público cativo com informações sobre política e economia, incluindo temas com viés utilitário.<sup>51</sup> Representava como nenhum outro o papel da imprensa como instituição de controle social, servindo, prioritariamente, à própria estrutura de poder e agindo como veículo de manutenção da ordem vigente. Jardim o citou como único órgão ao qual jamais teve acesso. Polêmicas como as que vinham sendo travadas em torno da extensão da campanha republicana em Minas Gerais não costumavam ser veiculadas em suas páginas. Ainda em 1829, destacara o diário que não publicaria mais injúrias, atendo-se à política informacional. Tentou assim se desvincular das memoráveis polêmicas que, desde o Primeiro Reinado, eram incorporadas pela imprensa em estreita veiculação com o antigo universo da oralidade, cuja permanência era largamente notada na verdadeira guerra entre os jornais, que então se valiam de insultos e desqualificações. Ao largo das polêmicas, enfatizava seu caráter informativo, comercial e mercantil. É preciso, portanto, enfatizar que as notícias sobre Angustura ocuparam no *Jornal do Comércio* a sessão *A Pedidos*, cujas publicações eram feitas mediante pagamento, procedimento diverso ao mantido por outros jornais, como o *Gazeta de Notícias*, que estabeleciam uma relação direta com o leitor por meio de espaços dedicados a manifestações diversas.

Começava ferrenha disputa por meio das narrativas. Os relatos coincidiam nos seguintes pontos: a confusão se armara desde a véspera e o vigário foi chamado a aplacar os ânimos dos amotinados. Mas a citada publicação anterior do *Jornal do Comércio* trazia um número maior de manifestantes: cerca de 1.500. O evento teria então se transformado em uma grande festa monárquica, pois os republicanos foram obrigados pelos libertos a dar vivas à rainha por quem empenhavam a última gota de suas veias. A força do clube republicano teria “desmaiado” diante da força dos “libertos,” a ponto do seu não nomeado secretário ter ido de madrugada e “tiritando de medo (de frio não)” (CONFERENCIA em Angustura, 1889, p. 2) pedir a ajuda ao vigário. De acordo com a ata de criação do Clube Republicano de Angustura,<sup>52</sup> foi escolhido como secretário da agremiação Cornélio Goulart Villela Bueno.<sup>53</sup> A conferência, devidamente acompanhada pelo delegado de polícia, só aconteceria diante das condições impostas pelo vigário: teria de ser em casa particular; não ofender a religião e as leis do Estado; não desfraldar bandeiras, a não ser a brasileira. Quando chegou o titular da delegacia do município, Maurício Bernardo Francisco

<sup>50</sup>CONFERENCIA em Angustura. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 67, n. 77, 18 de mar. 1889, Publicações a pedido, p. 2.

<sup>51</sup>As informações sobre o *Jornal do Comércio* contidas neste parágrafo foram retiradas da seguinte fonte: BARBOSA, M. *Imprensa, poder e público...*, pp. 50, 71, 124-126.

<sup>52</sup>CLUBE REPUBLICANO DE ANGUSTURA. *Atas*. Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte. CO L. AP M 004, 1888 - 1889.

<sup>53</sup>Médico formado pela Faculdade da Corte: *O LUTADOR*. Pirapitinga, no 3, n. 126, p. 5, 6 mar. 1887.

de Souza, a situação já estava parcialmente resolvida. O delegado foi acolhido com sua força pelo vigário que, da janela de sua morada, apresentou a autoridade aos libertos que se aglomeravam em grande número no arraial, apesar dos pedidos feitos, por parte do padre e do delegado, para que se retirassem. Que não manchassem com sangue um dia tão solene para todos os brasileiros: o aniversário de S.M. a Imperatriz Teresa Cristina. Já era, portanto, madrugada do dia 14 de março.

O papel do padre Victorino, sendo solicitado pelos próprios republicanos como única pessoa capaz de conter os ânimos, na madrugada do dia 14 de março em Angustura, foi largamente elogiado pelo jornal *O Apóstolo*. Em destaque, a influência do pároco entre os “libertos” amotinados, cerca de 1.500, e a covardia dos fazendeiros que tinham abraçado a bandeira republicana após o Treze de Maio e que, na ocasião, teriam se escondido bastante assustados diante dos “vivas à monarquia, ao Imperador, à Princesa, à Família Imperial” (O REPUBLICANISMO no Centro, 20 mar. 1889, p. 3).

Dias depois, a polêmica foi reavivada por outra detalhada narrativa, desta vez no jornal *Cidade do Rio*. Ao contrário do jornal católico, a ênfase deslocava-se da atuação do padre para o número e qualidade dos manifestantes. Ocupava-se também o narrador, testemunha ocular dos fatos, segundo ressaltou, dos conflitos ocorridos na vila de São José de Além Paraíba, dos quais trataremos em hora oportuna. Por enquanto fiquemos com a multidão que teria se revoltado na freguesia cafeeira. As somas aumentavam. “À conferência de Angustura, acorreram mais de 2000 pessoas”, mas um número superior a esse era “contra a república e disposto estava a fazer correr sangue, como realmente correu” (AS CONFERÊNCIAS do mascate, 1889, p. 2). A confusão havia se instalado no arraial. Muitas pessoas fugiram, até que os “anti-republicanos que mais não eram do que fazendeiros, artistas e trabalhadores nacionais e estrangeiros, e libertos de ambos os sexos” (AS CONFERÊNCIAS do mascate, 1889, p. 2) impuseram a saída de Jardim que deveria antes dar vivas à monarquia. O anônimo testemunho descreveu então a cena:

E acredita, Sr. Redator, que efetivamente tal acontecesse? Pois é real. Silva Jardim, no ato em que se retirava num carro, acompanhado de alguns correligionários seus, foi intimado por um grupo a dar vivas à monarquia e... *pro pudor!* Deu-os, quase a desmaiar de medo, dentro do carro que ia (AS CONFERÊNCIAS do mascate, 1889, p. 2).

As publicações feitas pelo jornal de propriedade de José do Patrocínio foram as que mais se empenharam em desqualificar e ironizar a conferência do dia 14 de março: “Veja se consegue que o Silva Jardim dê um pulo até casa, durante as férias da Semana Santa, porque estamos sem ter que fazer e precisamos nos distrair” (INTERIOR, 1889, p. 2). A nota teria sido enviada no dia anterior por cidadãos do lugarejo mineiro.

Em maio, a celeuma sobre as ocorrências em Angustura ainda ocupava as páginas dos jornais. Da

Fazenda Morro Alto, Bernardo Manso Monteiro da Costa Reis<sup>54</sup> enviara, em abril de 1889, uma carta<sup>55</sup> ao vigário da freguesia de Angustura, interpelando-o a respeito dos conflitos. Em novembro de 1888, esteve em Ouro Preto participando do congresso que bem alto levantou a “bandeira da República” (BARBOSA, F., 1966, p. 64). A missiva, bem como a sua resposta, foi publicada no *Gazeta de Notícias* no dia 5 de maio, precedida de uma nota do cafeicultor que dizia estar submetendo o caso ao juízo da opinião pública. Bernardo pedia ao padre que confirmasse o diálogo mantido dias antes da visita de Jardim, tendo por testemunha Adriano Pereira de Azevedo.<sup>56</sup> Na ocasião, o vigário contou que havia dispensado “pessoal preciso para sua salvaguarda,” que lhe fora oferecido em função dos fortes boatos sobre as ameaças que lhe eram dirigidas, alegando que “se necessário fosse teria muita gente a teu lado e não tinha nada a recear.” (COSTA e SILVA, 1889, p. 3). Monsenhor Victorino não confirmou a conversa, que teria sim acontecido, mas em outros termos. O fazendeiro da Morro Alto e seu amigo músico dirigiram-lhe uma solicitação. Poderia o padre explicar na missa que a reunião do Centro Republicano nada tinha com libertos nem com a sua liberdade? O religioso afirmou ter respondido que muito se admirava de semelhante pedido de proteção pela seguinte razão: dois dias antes, Militão Ameno, presidente do Clube Republicano local, andava empenhado em dizer que a conferência republicana estava sendo promovida com o fim de fazer-lhe uma desfeita, forçando-lhe a retirada do arraial.

Não demorou muito e o próprio Ameno, acusado das ditas ameaças contra o vigário, considerou-se chamado nominalmente à discussão. Em 11 de maio de 1889, assinou uma nota contradizendo a carta do padre Victorino, então reproduzida não só pelo *Gazeta de Notícias*, mas pelo *Jornal do Comércio* e pelo *Diário de Notícias*, nas edições dos dias 3 e 4 de maio, respectivamente. Classificou como “falsa e caluniosa” a narrativa do vigário. Apresentou, então, a sua versão, depois de ter salientado que era “assaz conhecido” na freguesia onde residia há 43 anos, sendo notória a sua qualidade de não voltar atrás em suas afirmações. Apresentou, então, a sua narrativa. Dias antes da conferência, teria considerado muito natural que o vigário estivesse agastado porque o clube republicano local havia aprovado a destinação de “6.000\$ para as despesas de recepção e festejos” em homenagem a Silva Jardim. A quantia fora obtida com a mobilização de apenas dezessete membros, “quando ele, com a subscrição para o cemitério não tirou vintém” (AMENO, 1889, p. 3). O tom de intriga que marcou todas as publicações comentadas acima foi quebrado pela fala final de Militão. Estando ou não provada a veracidade dos fatos, restava-lhe um consolo:

<sup>54</sup> Bernardo era quase 10 anos mais velho que seu irmão Romualdo, o médico que, como deputado eleito pelo Partido Republicano, protagonizara na Corte a questão do juramento. Dedicava-se exclusivamente ao plantio e comércio de café. A Fazenda Morro Alto, cuja sede encontra-se ainda bastante preservada, foi fundada pelo patriarca José Maria Manso da Costa Reis.

<sup>55</sup> Oportuno aludir à abordagem sobre as cartas dos leitores, apropriando-se do texto e produzindo outros textos que, por sua vez, poderia gerar novas publicações. BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e público...**, p. 202.

<sup>56</sup> Identificado em publicação local como professor de música. PROFESSOR de Música. **Almanaque do Município para o Ano de 1889**. São José de Além Paraíba, suplemento especial, 1888. Freguesia de Angustura, p. 99.

Ninguém, absolutamente ninguém queria chamar a si a glória e a responsabilidade dos acontecimentos do 13 e 14 de março, quando se me intimava, voz em grita, em pleno arraial a sentença de morte, tal é a condenação desses acontecimentos nas consciências dos seus próprios autores, tal a sua abominável consequência (AMENO, 1889, p. 3).

Sempre identificado nos relatos da época como capitão, José Militão de Souza Ameno parece ter exercido certo protagonismo político ao lado de outros nomes da terra. Encontrei-o em destaque já em 1884, encabeçando a lista de criadores do Clube da Lavoura de Angustura,<sup>57</sup> secundado apenas pelo primeiro nome da ata: O barão de São Geraldo, um dos grandes cafeicultores da região mais adiante apresentado. Foi escolhido para a presidência do Clube Republicano de Angustura na sessão de instalação do órgão, realizada em 25 de setembro de 1888, exatamente nos dias em que outro fazendeiro da terra entrava para a representação provincial, gerando, na Corte, muita polêmica em torno da “questão do juramento”. Era proprietário de terras e também sócio do Engenho Central de Aracaty, conforme anúncio publicado em 1883 no *Jornal do Comércio*.<sup>58</sup> Mesmo pertencendo a uma área secundária da produção açucareira, o Aracaty, que funcionou em Leopoldina como engenho central até o ano de 1888, teria alcançado certo dinamismo, por estar voltado para o consumo regional.

“MORRA O CAPITÃO MILITÃO” teria sido um dos gritos de ordem vindos do numeroso grupo composto em sua maioria por “libertos”. No esforço em conhecer melhor o personagem, encontrei, os seguintes versos publicados por Francisco Soares Alvim Neto. O octogenário poeta e ex-diplomata mineiro talvez tenha incorporado em sua produção literária as memórias familiares que apontavam para a fama de enérgico do personagem: “Capitão Militão José de Souza Ameno / Era danado de mau / Rapava a cabeça dos pretos / Passava piche” (ALVIM, F., 2004, p. 39).

Ângela Alonso (2015) comenta a reação contra o movimento abolicionista, acirrada a partir de 1884, sob as ordens de Cotegipe. Uma das técnicas do chefe de polícia da Corte, João Coelho Bastos, para humilhar escravos fugitivos era raspar-lhes a cabeça. Ficou conhecido por isso como “rapa-cocos”. Levando em conta os versos acima, pode-se conjecturar que a prática fora disseminada pelo interior.

Os confrontos em Angustura deram-se, sem dúvida, de forma acirrada. Jardim, comentando o “quanto nas aldeias é pessoal a política”, sugeriu que os conflitos podiam ser explicados por escaramuças pessoais. Lamentou então que os homens da terra usassem a ingenuidade dos afrodescendentes em seus litígios particulares: [...] Infelizmente, havia almas assaz pervertidas pra fazerem do preto o instrumento das suas vinganças políticas. Pobre raça! A exploração dos seus filhos não tinha ainda acabado! (JARDIM, 1891b, p. 293).

<sup>57</sup> REUNIÃO DE LAVRADORES DA FREGUESIA D' ANGUSTURA. *Ata*. 1887. Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte.

<sup>58</sup> ENGENHO Central Aracati. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 62, n. 106, 17 abr. 1883, Gazetilha, p. 1.

Não explicou como saiu de Angustura, mas alongou-se na descrição da hospitalidade mineira, registrando que esteve dois dias na fazenda de certo “Coronel Baptista” antes de seguir para a sede do município: “Um moleque tira-vos as botas; a crioula traz-vos uma xícara de bom café.” Os deleites continuam em “jantar abundante [...] n’um serviço de pratos succulentos. À noite, uma “palestra tranquila” e lençóis de linho muito alvos, carcados de rendas custosas.” As atenções eram intermináveis: “Algumas vezes as criadas vêm ainda lavar-vos os pés, n’uma vasilha especial, em água tépida, tendo n’um dos braços seminus as ricas toalhas em que as moças da casa, as sinhás, têm bordado o nome do chefe da família em letras caprichosas” (JARDIM, 1891b, p. 300). Mais de uma vez ele demonstrou em suas memórias um grande encantamento pelo conforto das casas fazendárias, pelo modo de vida ostentado pelos senhores de terra que, muito tempo depois da Abolição, continuariam a dispor de criadagem a tirar as botas e lavar os pés da casa grande. Partiu da fazenda, depois de uma interrupção, na minha interpretação, forçada, para que se amainassem os ânimos.

Esse necessário intervalo talvez tenha ocorrido na Fazenda Bom Destino, se levarmos em conta a informação encontrada de que o conferencista seguiu para a fazenda “de D. Maria do Carmo e filhos” (PROVIDÊNCIA 17, 1889, p. 2). Tratava-se da viúva de João Baptista Monteiro de Barros, com quem teve três filhas e um varão, o major Romualdo Baptista Monteiro Nogueira da Gama. Creio que chegamos ao “Coronel Baptista” mencionado em *Memórias e Viagens*. O autor trocou a patente, mas nos deixou a pista do segundo nome com certeza esquecido em sua completude.

Chegou a São José de Além Paraíba acompanhado pela família do seu anfitrião, como sucintamente contou, o que parece ser outro indício de que talvez a sua estada na fazenda e seu deslocamento até aquela cidade tenha ocorrido de forma discreta ou, se não, teria ocorrido em caravana de cavaleiros republicanos e não na companhia de senhoras. Antes de nos inteirarmos sobre os detalhes da estada de Jardim naquela cidade, é necessário que conheçamos o local e alguns personagens que, direta ou indiretamente, estiveram ligados à forma como o tribuno republicano foi acolhido ou rechaçado na localidade.

#### 4.5 SITIADO NO HOTEL ROMA

Jardim visitou São José de Além Paraíba em meados de março, época em que se preparava o polvilho, iniciava-se a colheita do café nas regiões de serra acima, conforme o calendário agrícola publicado em fins do ano anterior.<sup>59</sup> Naturalmente não teve a tranquilidade necessária para conhecer as características do lugar e sua gente, como habitualmente se preocupava em fazer. A vila, cuja origem histórica esteve ligada à abertura do Caminho Novo, entre a Corte e a região mineradora, passou de lugar

---

<sup>59</sup> ALMANAQUE DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 1889. São José de Além Paraíba, suplemento especial, pp. 57, 99.

de pouso e abastecimentos de tropeiros a cidade e sede de um novo município criado em 1884. Dividia-se em cinco bairros, entre eles, São José, com uma estação ferroviária homônima, sendo o centro do foro e de toda a administração municipal, onde se localizava o Hotel Roma, em cujo entorno se deram os conflitos que acuaram Jardim e seus correligionários.

Quando dos debates parlamentares em torno da criação do município, no início da década, sua destacada produção cafeeira foi apresentada, assim como seu crescimento urbano acelerado em função do transporte férreo. A freguesia exportava quatrocentas mil arrobas de café. Ao lado das cifras, foram citados os nomes dos seus principais cafeicultores: Simplício Ferreira da Fonseca, Luís de Souza Breves (que naquele mesmo ano receberia o título de barão de Guararema), Joaquim Luiz de Souza Breves, ainda os Teixeira Leite e Monteiro de Barros. Ainda no início da década, reunia a movimentação de estações ferroviárias no embricamento de três estradas de ferro; seis armazéns de café; trinta e três casas de negócio; uma fábrica de cerveja; quatro padarias; fabricantes de cigarros e calçados e nove hotéis.<sup>60</sup>

Talvez já estejam suficientemente demonstrados os ares de progresso que os habitantes do lugar alardearam e usufruíram, sobretudo a partir da década de 1870. Ali se dera o que na Mata mineira ocorreu largamente: a cultura cafeeira contribuindo para acelerar o povoamento, fazendo crescer as atividades socioeconômicas. Esse processo foi expandido com a chegada dos trilhos. As ferrovias, que uniam os pontos isolados da economia regional, integrando pessoas e levando mercadorias diversas, alavancaram o progresso da Mata. Isso ocorreu de forma acentuada e precursora em São José de Além Paraíba com a inauguração do trecho inicial da Estrada de Ferro D. Pedro II, no ano de 1871. A partir de outubro de 1874, com as seguidas inaugurações das estações de São José, Pântano e Volta Grande, iniciava-se a operação a Estrada de Ferro Leopoldina – a pioneira na província de Minas Gerais. A extensão da linha férrea entrou pela década de 1880. Paulo de Melo Barreto, o engenheiro responsável pela ampliação da malha ferroviária no sul da Mata mineira, foi homenageado com a inauguração, em 20 de abril de 1887, da estação batizada com o seu nome e que representou a ligação da linha central da Leopoldina ao ramal de Sumidouro, no estado fluminense.

Silva Jardim registrou que fora recebido na cidade de São José de Além Paraíba por “Gama Cerqueira Sobrinho e outros” (JARDIM, 1891b, p. 300). Tratava-se de Luís Barbosa da Gama Cerqueira, advogado que três anos antes chegara de São Paulo, recém-formado pela mesma instituição em que também se graduara o ilustre visitante, para integrar a banca de advogados do pai, Francisco Januário da Gama Cerqueira. Foi provavelmente identificado por Jardim como “Gama Cerqueira Sobrinho”, em alusão ao seu tio paterno, Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, do Partido Republicano de Leopoldina.

Entre “os outros” certamente estava Pedro Manuel de Toledo. O jovem bacharel, ao lado de Gama

---

<sup>60</sup> CONCLUSÃO da Sessão de 13 de novembro de 1880. *A Atualidade*. Ouro Preto, ano 4, n. 11, fev. 1881, Minas Gerais: Assembleia Legislativa Provincial, pp. 2-3.



Cerqueira e de outros correligionários, parece ter exercido papel importante no movimento republicano local. Ele havia cursado os anos iniciais da faculdade de Direito em São Paulo, transferindo-se para Recife, onde se formou, em 1884. Logo depois fixou residência em São José de Além Paraíba, talvez por sua ligação familiar com os Barbosa Cerqueira, já que sua mãe chamava-se Ana Barbosa Toledo e, muito certamente, em função do relacionamento com Francisca Barbosa da Gama Cerqueira, provavelmente filha do advogado Francisco Januário, com quem veio a se casar em data não localizada. Jardim não o citou, talvez porque, em função das atribuições que marcaram sua passagem pela terra, não teve a necessária tranquilidade para apresentações.

Pedro Manuel de Toledo nascera em solo paulistano em 1860, contando, portanto, a mesma idade de Silva Jardim, mas ao contrário do conferencista, teve uma vida longa, chegando a ser encarcerado no governo Getúlio Vargas como um dos líderes da Revolução Constitucionalista, em 1932. Quando era um jovem bacharel vivendo em São José de Além Paraíba, ainda nos tempos imperiais, promovera uma reunião para a criação do Clube Republicano local com a presença de correligionários de outras localidades, como Leal da Cunha, de Sapucaia, além de Eduardo da Gama Cerqueira e Américo Lobo, de Cataguases. Entre os tópicos discutidos no referido encontro, interessou-me especialmente o seguinte:

Devem os lavradores dirigir à representação nacional pedido de indenização pela libertação dos escravos, após os insultos de quem têm sido alvo os seus ex-possuidores? Pela negativa foi unanimemente respondida, sustentando ainda alguns dos oradores a legitimidade desse direito – de que o partido republicano não convinha usar (MINAS, 1888, p. 4).

Ou seja, alguns dos presentes votaram pelo pedido de indenização, mas o que prevaleceu foi a sucinta negativa registrada no documento fundador do Clube Republicano, cujo manifesto, datado de 1º de agosto de 1888, foi referendado por oitenta assinaturas. A maioria delas, no total de quarenta e seis, era de fazendeiros, o que talvez tenha tornado as discussões a respeito da pretendida indenização muito mais acaloradas e prolongadas do que as letras frias do documento final demonstravam.

Entre os muitos representantes da lavoura estavam os irmãos Souza Breves, sobre os quais teremos informações mais detalhadas adiante. Três assinaram como médicos e fazendeiros; quatro apenas como médicos; mais quatro como farmacêuticos; e outros tantos como negociantes. Outros profissionais liberais, como dentistas e advogados, integraram a minoria, ao lado de escriturários, professores e negociantes. Encabeçava a listagem um eclesiástico: Joaquim Camillo de Brito, investido como o presidente da agremiação. Apurei que o cônego era também proprietário de terras que se localizavam em área afetada por um desmembramento autorizado por lei nos antigos limites da freguesia de São José de Além Paraíba com Mar de Espanha.<sup>61</sup> Havia, por muitos anos, atuado como vigário de Barbacena. Um

<sup>61</sup> EMENDAS. *A Atualidade*: Órgão do partido Liberal. Ouro Preto, ano 4, n. 11, 1 fev. 1881, Minas Gerais: Assembleia

comentário, datado de 1881, revelava o antigo antimonarquismo do padre que em 1886 viria a se candidatar a deputado provincial pelo Partido Liberal. O autor da Crônica Semanal *Microcosmo*, do *Jornal do Comércio*, fez questão de comentar o protesto inusitado contra a prática das baronias e condecorações feito pelo vigário: “Constando a este respeitável sacerdote que fora ultimamente agraciado um secular homônimo, apressou-se a declarar [...] que para evitar futuros equívocos ia até o excesso de uma letra dobrada, passando a assinar-se Britto, com dois tt” (MICROCOSMO, 26 jun. 1881, p. 1).

Jardim registrou em seu livro que conhecera o padre Camilo de Britto no anto anterior, em Sapucaia, localidade que visitara a convite do médico Leal da Cunha que, como veremos, sofreu sérios riscos ao recepcioná-lo também no vizinho município de São José de Além Paraíba. Nenhum pormenor foi registrado sobre a visita a Sapucaia<sup>62</sup> nas obras consultadas, tampouco Jardim a detalhou em seu livro. Uma nota no jornal *A República* apresenta-nos uma versão bastante positiva a respeito: “Em Sapucaia [...] grande número de libertos levantaram em um banquete brindes entusiásticos a Silva Jardim e à República. O povo percorre as ruas cantando a Marselhesa” (A REPÚBLICA, 25 out. 1888, p. 2). No entanto, encontrei também indícios de que Silva Jardim e Leal da Cunha não foram recebidos de forma amistosa durante todo o percurso que juntos cumpriram. A dupla republicana foi alvo de manifestantes ao passar pela estação ferroviária de Bicas, a caminho de São João<sup>63</sup>, provavelmente São João Nepomuceno. Naquela localidade limítrofe com Juiz de Fora, teria sido realizada uma conferência em 29 de setembro de 1888, conforme cronologia apresentada em *Propaganda Republicana*<sup>64</sup> embora não tenha sido encontrada nenhuma informação a respeito.

Voltemos à conformação da diretoria do Clube Republicano de São José de Além Paraíba. Todos os demais membros eram profissionais liberais: o já citado bacharel paulistano Pedro de Toledo como 1º secretário; o médico José Leite de Abreu, o 2º secretário; o farmacêutico Alfredo Renault, o tesoureiro; e o orador, o médico Francisco de Assis Pereira de Andrade. O vice-presidente era o advogado Demosthenes da Silveira Lobo, que logo depois da criação do Clube, no mês de setembro, seria homenageado com um sarau no pátio da Câmara. Atuara como juiz de direito da Comarca de Mar de Espanha durante muitos anos e estava sendo transferido para a Comarca de Leopoldina. As qualidades do magistrado, mais tarde rejeitado pelo Senado no governo de presidente Floriano Peixoto para compor o Supremo Tribunal Federal, foram amplamente descritas, assim como as etapas da cerimônia, prestigiada pelo deputado geral Cesário Alvim, com direito à entrega de um anel de rubi ao homenageado e à execução

---

Legislativa provincial, p. 4.

<sup>62</sup>Muito provavelmente se tratou da conferência do dia 8 de outubro de 1888, que no livro *Propaganda Republicana*, está relacionada, equivocadamente, à localidade de “Sapucaí”. JARDIM, Antônio da Silva. **Propaganda Republicana** – 1888-1889: Discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978, p. 45.

<sup>63</sup> ESTAÇÃO de Bicas. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 272, 29 set. 1888, Telegramas, p. 2.

<sup>64</sup> JARDIM, A.S. *Op. cit.*, p. 45.

do hino de Minas Gerais. Na ocasião, *O Município* dedicou-lhe página inteira. Felipe de Bacelar Fontenelle, proprietário daquele jornal, também figurava entre os signatários do Manifesto Republicano, o que pode explicar a retaliação contra a redação do periódico no dia 17 de março, “quando quase voou pelos ares” (AS CONFERÊNCIAS do mascate, 1889, p. 2) em função dos protestos contra Silva Jardim.

Nenhum desses personagens foi citado em *Memórias e Viagens*. As contingências que marcaram a programada conferência, ao fim não realizada, deram destaque a outro personagem: Francisco Carlos Brício, advogado, residente já há vários anos na localidade, onde em segundo mandato exercia a vereança pelo Partido Liberal, do qual era secretário. Na década anterior, residira na Corte, chegando a constar como um dos signatários do Manifesto de 1870.<sup>65</sup> Quase vinte anos depois, colocava-se contrário ao movimento republicano, segundo Jardim (1891) porque passou a achar que o País ainda não estava preparado para a República. Se novas conexões políticas, aliadas talvez à ponderação decorrente da maturidade, fizeram-no recusar a ideia republicana, o contato mais direto com a ordem escravocrata rural possivelmente o impulsionou à militância abolicionista exercida nos limites impostos pelo contexto do lugar onde vivia. As fontes apontam nessa direção, conforme será demonstrado no decorrer do trabalho. Em primeiro lugar, Brício foi a pessoa evocada para aplacar a ira dos “libertos” amotinados, identificado pelos correligionários de Jardim como antigo chefe abolicionista local. Voltemos ao relato dos fatos ocorridos entre os dias 16 e 17 de março de 1889, em São José de Além Paraíba.

Silva Jardim deixou registrado que discursava à mesa quando entrou, esbaforido, o delegado de polícia, dizendo que “os pretos” (JARDIM, 1891b, p. 298) pretendiam invadir a casa em que estavam se não consentissem em retirar a iluminação que exteriormente a ornava. O orador teria resolvido o impasse com a sua melhor arma: um discurso, firme, porém conciliatório. Empenhado novamente em mostrar sua cautela durante a campanha para não acirrar os ânimos ou provocar um conflito de maiores proporções, recusou-se a atender o pedido dos amotinados, dizendo que a ação deveria ser feita pelo próprio delegado de polícia, se assim achasse conveniente, objetivando com isso demonstrar a fraqueza, proposital e conveniente, na sua interpretação, da autoridade local para conter os distúrbios. A iluminação foi retirada, mas às 2 horas da madrugada, novas exigências. Queriam que os republicanos lhes entregassem “os pretos que compunham a orquestra” (JARDIM, 1891b, p. 298). A negativa de Jardim a tal pedido teria sido então categórica. Perguntou por alguém influente junto aos libertos. Chamaram “o Dr. Brício, que saiu para acalmar o seu povo” (JARDIM, 1891b, p. 299). Ele teria protestado contra o papel que lhe atribuía o conferencista, mas acabou indo falar ao grupo, enquanto “um correligionário ardentíssimo” (JARDIM, 1891b, p. 300) ia quase perdendo a vida, porque saiu à praça pública, tendo o arrojo de repelir as injúrias vindas do exterior. Tratava-se de Alfredo Alberto Leal da Cunha, médico, residente em Sapucaia e um

---

<sup>65</sup> Boehrer reproduziu a lista de signatários do Manifesto, em assinaturas coletadas entre 8 de novembro e 02 de dezembro de 1870. BOEHRER, G. *Da Monarquia a República...*, p. 36.

dos personagens mais destacados por Jardim na passagem pela zona da Mata mineira.

Retomemos, mais uma vez, a sucessão dos fatos: Brício conseguiu acalmar os ânimos, mas os republicanos não estavam de todo seguros. Uns dormitavam sobre as cadeiras, outros tentavam sondar o ambiente externo. O burburinho era de que no dia seguinte seriam atacados. A “concentração dos pretos aumentava e muitos deles continuavam a chegar de Angustura” (JARDIM, 1891b, p. 301). Jardim estava decidido a partir no trem das seis horas da manhã, embora tenha ouvido de um correligionário: “É quase impossível, porque eles guardam a cidade. Também não querem deixá-lo sair” (JARDIM, 1891b, p. 301). A situação era “desesperadora.” Brício foi novamente convocado. Sua tarefa agora era acompanhar Jardim até a estação de Porto Novo do Cunha. Houve hesitação por parte do advogado, que duvidava se seria capaz de conter os manifestantes. A caminho da estação, em condução que também levava o seu protetor, além de mais dois correligionários e um soldado, Jardim conseguiu tomar o trem. Um grupo numeroso atirou contra o tropel dos cavalos na penumbra da madrugada, mas sem nenhum êxito. Assim terminou sua primeira excursão à província de Minas.

Confrontemos novamente o relato de Jardim com as publicações da época. A extensa reportagem do *Cidade do Rio*, cuja primeira parte a respeito dos conflitos em Angustura já foi aqui apresentada, também detalhava como ocorreu, ou melhor, como foi obstada, a segunda conferência de Jardim no município. Somos informados pelo anônimo narrador que, desde as 10 horas do dia 16 de março, “grupos de fora” reuniam-se aos da cidade. “À tarde era uma enorme multidão de libertos, nacionais, portugueses, italianos, espanhóis, armados de foices, espingardas, cacetes, revólveres, pistolas, facas, punhais, armas de repetição, enxadas, sachos, picaretas” (AS CONFERÊNCIAS do mascate, 28 mar. 1889, p. 2). A intenção seria atacar o Hotel Roma e fazer debandar a pequena reunião que lá havia. O autor justifica o uso do adjetivo pequeno: talvez não chegassem a quarenta as pessoas que lá estavam. Foi assim, carregando na intencionalidade de tornar insignificante a presença dos republicanos diante da onda vultosa dos amotinados, que o narrador anônimo confirmou muitas das informações dadas por Jardim. Leal da Cunha quis desafiar a malta e “a onda popular cresceu para vitimar o atrevido”, que acabou sendo salvo por Carlos Brício, que a muito custo foi conseguindo acalmar os revoltosos, “abrindo os braços e protegendo com o seu corpo o imprudente” (AS CONFERÊNCIAS do mascate, 28 mar. 1889, p. 2).

A exigência dos manifestantes a respeito da iluminação que ornava a fachada do Hotel Roma para a especial ocasião também foi comentada. A força policial, a mando do delegado, satisfaz a exigência do povo. As lanternas apagaram-se e, juntamente com as bandeiras e galhardetes que enfeitavam o exterior da casa, foram recolhidas. Os dias 16 e 17 de março de 1889 foram classificados como infernais: “O comércio foi fechado, as famílias sobressaltaram-se [...] muitas dúzias de foguetes se queimaram ao som do hino nacional e vivas à monarquia” (AS CONFERÊNCIAS do mascate, 28 mar. 1889, p. 2). Os relatos coincidem também sobre a nova intervenção de Brício, desta vez no alvorecer do dia 17 e novamente

atendendo à solicitação dos assustados republicanos, para salvaguardar a retirada do indesejado visitante. A narrativa publicada no *Cidade do Rio* é, no entanto, mais detalhada do que a de *Memórias e Viagens*, até porque se esmerava em evidenciar a humilhação que teria sofrido os republicanos: a meio caminho, um grupo de cerca de quinze homens armados quis agredir o carro. “Brício, apeiando-se, declarou que estavam ali aguardando a passagem de Silva Jardim, o homem da lei nova, como o denominavam, podiam se retirar porque ele ali não ia” (AS CONFERÊNCIAS do mascate, 1889, p. 2). O advogado postou-se então diante do grupo ameaçador e ordenou a passagem do carro que mais adiante, no entanto, fora alvo de tiros, felizmente, não certos, para a sorte dos republicanos em retirada.

Dois telegramas foram publicados no mesmo número do jornal *Gazeta de Notícias* a respeito. Um deles, expedido da estação ferroviária de Entre-Rios, de responsabilidade atribuída ao Clube Republicano de Além Paraíba, consegue transmitir, mesmo na econômica linguagem do gênero, a tensão vivida por Jardim e seus correligionários na visita à cidade.

A noite passou-se cheia de perigos. Em S. José d’Além Paraíba os libertos faziam correrias ameaçadoras. Silva Jardim responsabilizou os chefes monárquicos pelas consequências. O chefe liberal abolicionista ficou garantindo a ordem. Silva Jardim contava ser atacado no embarque pelos libertos até Porto Novo. O sargento de polícia e abolicionistas acompanharam-no. Os libertos dispararam alguns tiros. Silva Jardim e outros companheiros salvos (ENTRE-RIOS, 1889, p. 2).

Outro telegrama, no mesmo número, desta vez assinado por Jardim e Monteiro Manso, mencionava a retirada da iluminação do Hotel Roma por exigência dos manifestantes e responsabilizava o delegado local pela insegurança do programado evento. Segundo a mensagem, a “fraqueza da autoridade monárquica” (SÃO José d’ Além Paraíba, 1889, p. 2) permitiu que se apagassem as luzes, ficando a ordem pública e a vida das senhoras presentes nas mãos dos republicanos dispostos à resistência.

Os liberais monarquistas que estiveram direta ou indiretamente ligados aos fatos decidiram contestar, publicamente, as informações publicadas a respeito. A imprensa da Corte continuou sendo palco de disputas partidárias locais acirradas por meio dos episódios dos dias 16 e 17 de março. Quase dez dias depois, nova publicação, desta vez veiculada pelo *Jornal do Comércio* (COM A Gazeta, 1889, p. 3), protestava contra a inexatidão dos fatos narrados nos telegramas acima reproduzidos. Tratava-se de um abaixo-assinado que afirmava contar o município com grande maioria monarquista, o que facilitaria muito a oposição à propaganda republicana da forma como foi narrada. No entanto, preferiram os monarquistas auxiliar o delegado de polícia na manutenção da ordem, evitando perturbações graves que, afirmavam, não tinham ocorrido. Encabeçavam o manifesto Francisco de Paula Tavares e Francisco Carlos Brício. Sobre o segundo já foram apresentadas algumas informações, falta conhecermos o primeiro.

Francisco de Paula Tavares era médico de formação, mas foi sucessivamente nomeado para

cargos ligados à segurança e à justiça do termo de São José de Além Paraíba, então subordinado à Comarca de Mar de Espanha. Em 1884, Paula Tavares ocupava o cargo de 1º suplente de juiz municipal e de órfãos de São José de Além Paraíba, tendo sido sua atuação atacada na imprensa da Corte. Uma das acusações, em apelo anônimo dirigido ao governo imperial para que o substituísse por um juiz togado, dizia respeito justamente à sua íntima amizade com o advogado Brício, ao qual se associava para promover a “anarquia, a desordem, a imoralidade” (PROVINCIA de Minas, 11 nov. 1884, p. 3). O ataque foi publicado no *Brazil*, órgão do Partido Conservador cujos exemplares disponíveis são de 1883 a 1885 e vinha imediatamente depois da derrota do barão de Guararema à deputação provincial.<sup>66</sup> Ao se aproximar o pleito, o jornal publicou várias vezes uma nota do barão afirmando que não desistiria de sua candidatura. Quando da derrota para o conservador Manoel Menelito Pinto, de Mar de Espanha, o barão foi cumprimentado pelo jornal que o classificou de liberal moderado. Temos aqui indícios de divergências intrapartidárias entre os integrantes do Partido Liberal de São José. Paula Tavares e Brício eram também membros da sigla e talvez se opuseram à candidatura do barão, identificado poucos anos antes como chefe local da legenda.<sup>67</sup> Em 1889, ano dos motins contra Jardim, Paula Tavares era o presidente do partido e Brício seu primeiro secretário.

Levando em conta, então, a possibilidade de rixas políticas e as informações dadas pelo próprio Jardim sobre a liderança abolicionista de Francisco Brício, podemos entrever as razões dos contundentes ataques publicados nas páginas do *Brasil*. Evidências sobre a atuação do advogado na defesa dos escravizados foram encontradas nas raríssimas páginas subsistentes da imprensa local. Em janeiro de 1888, ele representou judicialmente três libertos que foram castigados pela ex-senhora, a viúva Assumpção.<sup>68</sup> Eles integravam um grupo de quinze alforriados por ocasião da morte do senhor, sob a condição de servirem à viúva durante cinco anos. Tais informações foram publicadas por um jornal local, que denunciou a “tirania” noticiando em seguida as providências tomadas: os libertos apresentavam as “carnes retalhadas” (TIRANIA contra libertos, 1886, pp. 1-2) e o curador os encaminhara para o corpo de delito.

A participação de Francisco Carlos Brício em ações de liberdade pôde também ser constatada na documentação preservada pelo Arquivo Público Mineiro. Entre uma série de processos, consegui identificar a sua atuação em sete ações de liberdade, entre os anos de 1885 e 1887, a maioria baseada em formação de pecúlio, que a partir da Lei da Ventre Livre passou a ser um direito do escravizado. A obrigatoriedade da alforria por meio do pecúlio encontrava seu maior entrave na prática comum entre os senhores de definirem uma quantia muitas vezes inacessível como preço da liberdade. Se não houvesse

<sup>66</sup> NONO distrito de Minas. **Brasil**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 135, 20 dez. 1883, A Eleição Provincial, p. 1.

<sup>67</sup> OS NOSSOS Titulares. **A Atualidade**. Órgão do Partido Liberal. Ouro Preto, ano 4, n. 63, 28 jun. 1881, Noticiário, p. 2.

<sup>68</sup> CASTIGOS Bárbaros. **O Além Paraíba**. São José de Além Paraíba, 24 jan. 1886, Gazetilha, p. 2.

um acordo entre as partes, a própria justiça arbitraria um preço. Em *Visões da Liberdade*, o autor comenta a frase de Joaquim Nabuco, diante da análise que as mudanças legais gradativas no sistema da escravidão dependiam, em grande parte, de o próprio escravizado saber reivindicar a legislação. Sobre o pecúlio, Nabuco afirmou que “estava em uso nas cidades, não nas fazendas” (CHALHOUB, 1989, p. 229)

As dificuldades realmente eram muitas na região considerada. A crioula Maria Rita, ou Rita Formiga, como aparece nos autos, tinha 28 anos em 1884. Era propriedade do cafeicultor Simplicio José Ferreira da Fonseca, assim como seu marido Philomeno, descrito por ela como um bom homem, porém “um pouco fraco da cabeça.” Rita apresentava um pecúlio de 800 mil réis pela sua liberdade. A primeira discussão estabelecida não foi acerca deste valor, mais tarde elevado à impraticável quantia de 1 conto e 250 mil réis. O que prolongou a ação, adiando por mais de um ano a sua conclusão, foram as especulações sobre a origem do dinheiro, pois daquela informação dependia a legalidade ou não do pedido, conforme argumentou o advogado do proprietário. Concluiu-se, pelas declarações de Rita, que o dinheiro lhe fora dado pelo antigo patrão, o Jacyntho Português. Foi o que bastou para o que o advogado Benício Fontenelle alegasse a imoralidade e, portanto, a ilegalidade do ato. Valia-se a cativa da sedução para praticar a infidelidade. Infelizmente, a conclusão do processo não pode ser conhecida em razão do estado de deterioração da parte final do documento.

Brício e Paula Tavares estiveram juntos na entrega de 84 cartas de alforria que libertaram os escravos da fazenda Mont’Alverne, de acordo com a vontade de Custódio Teixeira Leite, acometido por um ataque cardíaco em solo francês, aos 63 anos,<sup>69</sup> sem ter deixado herdeiros necessários. Seu corpo retornara à Corte no vapor *Poitou*, seguindo da alfândega para o cemitério de São Francisco de Paula.<sup>70</sup> No final da década de 1840, foi designado como adido diplomático na França.<sup>71</sup> Na década de 1850, constava como capitalista estabelecido na Corte, à rua das Laranjeiras.<sup>72</sup> Na década de 1860, já o encontramos em Além Paraíba, como subdelegado local e também integrando a listagem de cafeicultores que possuíam engenho de café.<sup>73</sup>

O desejo do falecido, comunicado e sustentado por uma de suas irmãs, Anna Jesuína, teria sido externado apenas verbalmente, o que parece ter provocado uma rápida demanda judicial. As delongas do inventário adiaram somente por dois anos a cerimônia das alforrias. Segundo nota publicada na imprensa mineira, Carlos Brício fora nomeado curador dos 19 ingênuos que constavam da relação de beneficiados,

<sup>69</sup> EXTERIOR. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 62, n. 64, p. 4, 5 mar. 1883.

<sup>70</sup> **JORNAL DO COMÉRCIO**. Rio de Janeiro, ano 62, n. 99, p. 4, 10 abr. 1883.

<sup>71</sup> FRANÇA. **Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, ano 6, 1849. Corpo Diplomático e Consular Brasileiro, p. 101.

<sup>72</sup> CAPITALISTAS. **Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, ano 22, 1865. Capitalistas e Proprietários de Prédios, p. 460.

<sup>73</sup> FREGUEISA de José d’Além Paraíba. **Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, ano 17, p. 343, 1860.

também composta por 84 cativos.<sup>74</sup> À entrega dos documentos compareceu também o inventariante, barão de São Geraldo, proprietário da vizinha fazenda do Pântano, herdada de seu falecido sogro, Antônio Carlos Teixeira Leite, irmão do inventariado. Os alforriados ouviram na ocasião “conselhos” do barão que lhes comunicou que “além da liberdade, os herdeiros faziam mais”. Tinham resolvido vender a fazenda a Custódio Alberto Teixeira Leite, sobrinho do falecido. O novo proprietário “consentia que eles continuassem na fazenda, a que eles já estavam acostumados, pagando seus salários ou como melhor lhes conviesse” (OITENTA e oito escravos libertos, 1884, p. 2).

Tudo leva a crer, portanto, que Paulo Tavares e Brício estiveram unidos não só pela amizade, mas pelos ideais comuns a favor da liberdade dos escravos, o que descontentava os grandes fazendeiros do lugar.<sup>75</sup> Um protesto, referendado por quase trezentas assinaturas, pedia o afastamento de Paula Tavares do cargo, que deveria ser exercido por um juiz com atribuições mais amplas do que aquelas, mais restritas, que a lei concedia a um suplente de termo anexo.<sup>76</sup> Encabeçavam a listagem o Coronel Joaquim Luiz de Souza Breves, comandante superior da Guarda Nacional da Comarca de Mar de Espanha,<sup>77</sup> e seu irmão, Luiz de Souza Breves, o barão de Guararema, ambos descendentes do patriarca açoriano, traficante de escravos, Antônio de Souza Breves.

Eram representantes do ramo familiar conhecido, apesar de abastados, grandes proprietários rurais, como Breves Miúdos, em contraposição à descendência de um de seus tios paternos e que formavam o clã dos Breves Graúdos, integrados por nomes como o barão de Pirai.<sup>78</sup> Serão aqui mais largamente mencionados. Por enquanto, é oportuno mencionar que o poder dos Breves, donos de vastas terras e muitos escravos, era por ali fato incontestável se levarmos em consideração nota sobre as dificuldades de distribuição de uma folha maçônica no ano de 1881: “Em S. José de Além Paraíba mais de uma pessoa recusou receber o nosso jornal, dizendo que a terra era dos Breves e que eles não toleravam ali semelhante folha. É onde pode chegar o jesuitismo!” (PARA que fique registrado, 30 out. 1881, p. 2).

Retornemos ao médico que encabeçou a nota que classificava de inexatas as notícias das agressões sofridas por Jardim em São José. Levando em conta a data de exoneração de Paula Tavares do cargo de

<sup>74</sup>Embora a Lei do Ventre Livre garantisse às mães o direito de se fazer acompanhar pelos filhos, elementos da legislação anterior, que negava o pátrio poder às mulheres, considerava órfãos os filhos de pais incógnitos. Valendo-se desse artifício, muitos foram os ingênuos que continuaram sob o domínio de seus senhores. A tutela poderia ser requerida pelo próprio senhor, por qualquer pessoa que se inteirasse da situação ou pela própria mãe, que solicitava a nomeação de um tutor. Ver: GUIMARAES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação**: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora-MG 1828-1928). São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006, pp. 112-113.

<sup>75</sup>O papel dos atores jurídicos, seus relacionamentos e competências a influir nos resultados finais dos processos, é discutido em *Múltiplos Viveres*. GUIMARÃES, E.S. *Op. cit.*, p. 122.

<sup>76</sup>AO GOVERNO Imperial. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 63, n. 83, 23 mar. 1884. Publicações a pedido, p. 3.

<sup>77</sup>REQUERIMENTOS. **A União**. Ouro Preto, ano 1, n. 75, 21 maio 1887. Parte Oficial, p. 1.

<sup>78</sup>LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. **O império dos Souza Breves nos oitocentos**: política e escravidão nas trajetórias dos comendadores José e Joaquim de Souza Breves. 2010. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.



juiz, ocorrida a seu próprio pedido, somente em 1887, para assumir mandato de vereador, pode-se presumir a boa relação do médico mineiro com as lideranças em nível provincial, naturalmente apoiadas em fortes bases políticas locais antagônicas ao poderio dos Breves. Até porque, como constataremos adiante, o médico havia se tornado inimigo dos irmãos cafeicultores, muito provavelmente por conta de sua já aventada luta abolicionista ao lado de Francisco Brício. Ambos estiveram juntos em outras várias situações. Fundaram juntos o Club Progressista, uma sociedade beneficente que, por mensalidades anunciadas como bastante módicas – 1\$ por mês –, garantiria atendimento médico e botica, em caso de doenças, acesso a livros, aprendizado de música e, ainda uma pensão às viúvas necessitadas dos sócios falecidos que se “portassem bem” (SÃO José d’Além Paraíba, 1887, p. 3). Talvez por iniciativas como essa, o retrato de Paula Tavares tenha ocupado a primeira página de *O Mequetrefe*, que o qualificava como “cidadão mais popular” da localidade, conhecido como “médico dos pobres” (O DR. Francisco de Paula Tavares, 1884, p. 2).

Na época da passagem de Jardim, ano de 1889, Paula Tavares exercia a vereança e a presidência do Partido Liberal, secretariado pelo amigo Brício. Ambos, como vimos, assinaram o protesto contra a alegada inexatidão sobre os tumultos causados pela visita do propagandista. Referendaram também a publicação, além de Francisco Cesário de Figueiredo, que tomara o lugar de Paula Tavares como 1º suplente de juiz municipal, o coletor da Fazenda, Manoel José da Silva Guimarães; o próprio delegado de polícia, Maurício Bernardo Francisco de Souza; seu suplente, Antônio Joaquim Barbosa da Silva; dois escreventes; integrantes do corpo policial, como o sargento Emydio Antônio Casimiro, além de vários advogados, alguns deles identificados como membros do Partido Liberal. O coletor de impostos e o delegado figuravam na diretoria do Partido Conservador. Havia também entre eles um alfaiate, o italiano Giovanni Petrocelli.<sup>79</sup>

Os irmãos Breves não se pronunciaram publicamente sobre os distúrbios dos dias 17 e 18 de março, embora constassem na lista de adesão ao Club Republicano local. Muito provavelmente nem estiveram presentes à tumultuada recepção a Jardim, caso contrário ele teria relatado o encontro com fazendeiros de tamanha influência política na região, a exemplo do que fez com figuras rurais influentes de outros locais visitados. Possivelmente suas adesões tenham ficado em plano menos atuante, até por conta de suas atividades. Joaquim talvez fosse mais presente, pois era presidente da Câmara de Vereadores do município, mas Luís Breves ausentava-se muito. Era proprietário das fazendas Guararema e Aventureiro – desmembrada posteriormente em cinco fazendas, entre elas a atual Fazenda do Castelo.<sup>80</sup>

<sup>79</sup>Tais informações complementares sobre os signatários da nota contradizendo a versão dos republicanos foram extraídas da seguinte fonte: **ALMANAQUE DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 1889**. São José de Além Paraíba, suplemento especial, 1888.

<sup>80</sup> OS NOSSOS Titulares. **A Atualidade**. Órgão do Partido Liberal. Ouro Preto, ano 4, n. 63, 28 jun. 1881. Noticiário, p. 2.

Além de cafeicultor, comerciante de renome, atuando na praça do Rio de Janeiro com a firma Souza Breves e Josué, em sociedade com Josué Corrêa de Melo. Há menos de dois anos, em seu escritório, na Rua dos Beneditinos, o barão fora alvejado por um imigrante. As notícias sobre o atentado tiveram grande repercussão. Constataram nos vários jornais do Rio de Janeiro e de províncias longínquas, como Pernambuco. Interessou-me o achado principalmente por que o episódio parece ter sido apagado pela seletividade da memória histórica.

O barão de Guararema faz parte do panteão dos grandes homens ligados ao município de Além Paraíba, lembrado como figura nobre e proba, patrono de uma das principais ruas da cidade. Sem pretender refutar tais qualidades, devo sugerir que houve um esforço da memória histórica para que o fato fosse esquecido. A alegada motivação do atentado, a absolvição do réu, em primeira e segunda instâncias, e ainda o grande apoio demonstrado pela sociedade carioca à família do réu, durante o período em que permaneceu detido, certamente foram interpretados como bastante deletérios para a imagem do cafeicultor. O episódio foi completamente apagado de sua biografia. Opto por contar rapidamente essa história, aparentemente deslocada da tese, mas que se relaciona com importantes personagens do ambiente oitocentista do recorte espacial considerado. Ademais, conjectura-se que, da banda musical que esteve no centro das divergências que a seguir serão narradas, talvez tenha saído parte dos músicos negros que tinham a missão de alegrar as apresentações de Jardim em 1889 e contra os quais seus amotinados “companheiros de cor” teriam se revoltado.

Conforme os relatos publicados na imprensa da Corte, entre junho e julho de 1887, há cerca de dez anos, Vicente Amabile, professor de piano, canto e orquestra, fora convidado a assumir a direção de uma banda e orquestra na Fazenda de São Luiz do Aventureiro, de propriedade do barão de Guararema. Com esse intuito, duas vezes por mês faria a viagem de seis horas entre a Corte e a estação de Porto Novo do Cunha, seguindo para as terras de Souza Breves. Muito provavelmente tratava-se de *A Rapioca*, que seria formada por escravos alforriados, conforme publicações dedicadas à genealogia local.

*A Rapioca* teria encantado D. Pedro II em apresentação no Teatro São Pedro. Ao fim da audição, o governante teria manifestado o desejo de incorporar a banda ao Exército imperial.<sup>81</sup> Não localizei fontes que confirmassem a composição da banda por libertos, tampouco o interesse do imperador por ela. Porém, um cronista não identificado, fez na imprensa de Leopoldina rápida menção à benevolência do barão que, mesmo antes da vigência do *Ventre Livre*, teria passado a alforriar os filhos de suas escravas.<sup>82</sup> Quanto ao sucesso alcançado na Corte pela *A Rapioca* parece bastante verossímil em função da tradição mantida pela família imperial de manter bandas formadas pelos músicos escravizados ou libertos. Eles eram preparados

<sup>81</sup> FERNANDES, Mauro Luiz Senra. **Quem não conhece a História, corre o risco de repeti-la:** um blog, Além Paraíba – Mauro Senra. Juiz de Fora: Gráfica Real, 2012, pp. 35-36.

<sup>82</sup> NA PROVÍNCIA. **O Lepoldinense.** Leopoldina, ano 2, n. 55, 28 jul. maio 1881. Colaboração, página 1.

na fazenda de Santa Cruz, tanto é que a agremiação, originalmente criada em 1818, foi batizada de Banda de Música da Imperial Fazenda. Faziam boa figura não só nos acordes, mas na aparência. Vestidos com esmero, eles apresentavam-se em ocasiões de gala, como nos bailes do Paço Imperial. Em 1887, a banda imperial reunia 31 integrantes.<sup>83</sup>

Certo é que o barão de Guararema também valorizava bastante a manutenção da banda, pois convocou o maestro Amabile a se transferir, com a esposa e quatro filhos, para a cidade de São José de Além Paraíba. Tempos depois, descontente com as condições de moradia impostas pelos parques honorários recebidos, Amabile comunicou ao fazendeiro a sua decisão de retornar à cidade do Rio de Janeiro.

Habitava uma casa pouco confortável, construída à beira do Rio Paraíba, em cujas águas quase desaparecera seu filho de cinco anos de idade. Houve um novo acordo. Breves lhe propôs a venda de uma pequena chácara que seria quitada com seus honorários já vencidos e por vencer. Mas, tempos depois, “por questões políticas, desejou o barão que seu amigo cortasse relações com as pessoas que o havia apresentado. Não sendo atendido em seu desejo, negou-se a passar a escritura da venda que fizera, bem como indenizá-lo das benfeitorias que havia feito na mesma”. (DESGRAÇA, 23 jun. 1887, p. 2). Os tais desafetos de Guararema, cujas presenças foram denunciadas pelos respectivos animais amarrados na entrada da chácara, eram Francisco Carlos Brício e Francisco de Paula Tavares.<sup>84</sup> Como advogados, os dois estariam ali para orientar o italiano no encaminhamento de providências judiciais contra o barão.

Depois de algumas tentativas de legalizar a prometida propriedade ou então receber o que tinha direito, Amabile procurou Guararema em seu escritório no Rio de Janeiro, na tarde do dia 22 de junho de 1887, e contra ele teria disparado quatro tiros de revólver. Atingiu-o no braço direito, ferimento que teria afetado os movimentos do membro. O número de disparos e as circunstâncias em que ocorreu o crime foram refutados pela defesa do italiano que alegou a proximidade e mesmo a subserviência das testemunhas arroladas com relação à vítima.

Na época do julgamento, novembro de 1887, Amabile tinha 45 anos. Foi descrito como um siciliano alto, de bigode espesso e bastante grisalho. Confirmou que a arma utilizada para ferir o barão era sua, mas sustentou que não se lembrava de como ocorreram os fatos na tarde fatídica, pois se encontrava em grande perturbação emocional. Muitos jornais afirmaram que o réu ganhara mesmo a simpatia popular pela sua situação de desamparo e infelicidade. A acusação ressentiu-se desse fenômeno. Começou recordando que as declarações iniciais do réu circundaram-no de uma onda de simpatias natural naqueles tempos em que se buscava “uma espécie de nivelamento geral”. Tratava-se de um simples professor de

---

<sup>83</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 225-226.

<sup>84</sup> TENTATIVA de Assassinato. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 65, n. 204, 23 jul. 1887. Gazetilha, p. 2.

piano, sem recursos, ao lado de “um titular bem colocado, quer como negociante, quer como fazendeiro” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1887, p. 1).

No entanto, Souza Breves comparecia ao juízo mais pelos danos morais. Fossem só os ferimentos no braço, que lhe ocasionaram imobilidade parcial, talvez ali nem comparecesse. Sentia-se mais afetado “como homem zeloso de sua probidade, ferida pelas declarações do acusado” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1887, p. 1), de modo que a posição do autor seria menos de acusação do que de defesa. O italiano foi absolvido, unanimemente, sob a alegação de que cometeu o crime “violentado por força irresistível” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1887, p. 1). Ou seja, o não cumprimento do acordo por parte do seu empregador o teria levado a uma situação de desespero. O seu crédito com o contratante foi considerado certo, pois nenhum recibo apresentou-se provando o contrário.

Durante os meses em que o músico esteve preso, vários eventos em prol da sua família foram realizados na Corte, como o concerto anunciado “sob a proteção da S.A. Princesa Imperial Regente” (AMABILE, 1887, p. 4) no Teatro São Pedro de Alcântara. O debate jurídico acerca do episódio é bastante interessante. Ao ressaltar que a vítima tornara-se réu por sua condição social em tempos de “nivelamento geral”, o advogado de defesa nos remete à efervescência política da década, quando além do movimento abolicionista, crescia a ideia republicana, aliada ao conceito de democracia, que já grassava de forma autônoma pelas páginas da imprensa brasileira. Mas para efeitos deste capítulo, a rápida menção ao caso Amabile serviu para reforçar as hipóteses sobre as divergências entre a dupla liberal Brício e Paula Tavares e os poderosos cafeicultores da terra. Como vimos, ambos assinaram uma nota refutando as notícias sobre a passagem de Jardim pela cidade. O clube republicano havia exagerado ao relatar os amotinamentos. Monteiro Manso, o deputado que recepcionara em sua própria fazenda o propagandista, retrucou a publicação, apontando a tentativa vã dos monarquistas em amenizar “os vozerios e ameaças” que abalaram a tranquilidade da cidade às vésperas da grande festa de seu padroeiro. Na ocasião, reiterava o médico, “horda de selvagens” (MANSO, 1889, p. 2) cercou o prédio onde se daria a conferência republicana.

As escaramuças da terra reproduzidas pela imprensa do Rio de Janeiro sobre os conflitos em Além Paraíba já foram por demais exploradas. Cabe agora acrescentarmos algumas informações sobre um personagem que, embora não nomeado em *Memórias e Viagens* e em nenhuma outra fonte relacionada à criação dos clubes republicanos locais ou aos conflitos ocorridos entre 13 e 17 de março de 1889, acabou sendo apontado, equivocadamente, como o principal incentivador da visita de Jardim ao município.

Tratava-se de José Joaquim Álvares dos Santos Silva, médico, cafeicultor e diretor da Estrada de Ferro Leopoldina. Em 1881, logo depois de receber o imperador na sede da sua propriedade, fora

agraciado com o título de barão de São Geraldo.<sup>85</sup> Santos Silva herdara do sogro, o comendador Antônio Carlos Teixeira Leite, a Fazenda do Pântano, 308 alqueires, maior parte em cafezais formados pelo trabalho de 216 escravos.<sup>86</sup> Criara, em 1884, o Clube da Lavoura da Freguesia de Angustura, junto com outros personagens já citados, como Militão Ameno e Bernardo Manso Monteiro da Costa Reis. Era o contramovimento escravista gestando muitas organizações daquele mesmo tipo que se avolumavam na Mata mineira.

#### 4.6 A MEMÓRIA E A HISTÓRIA

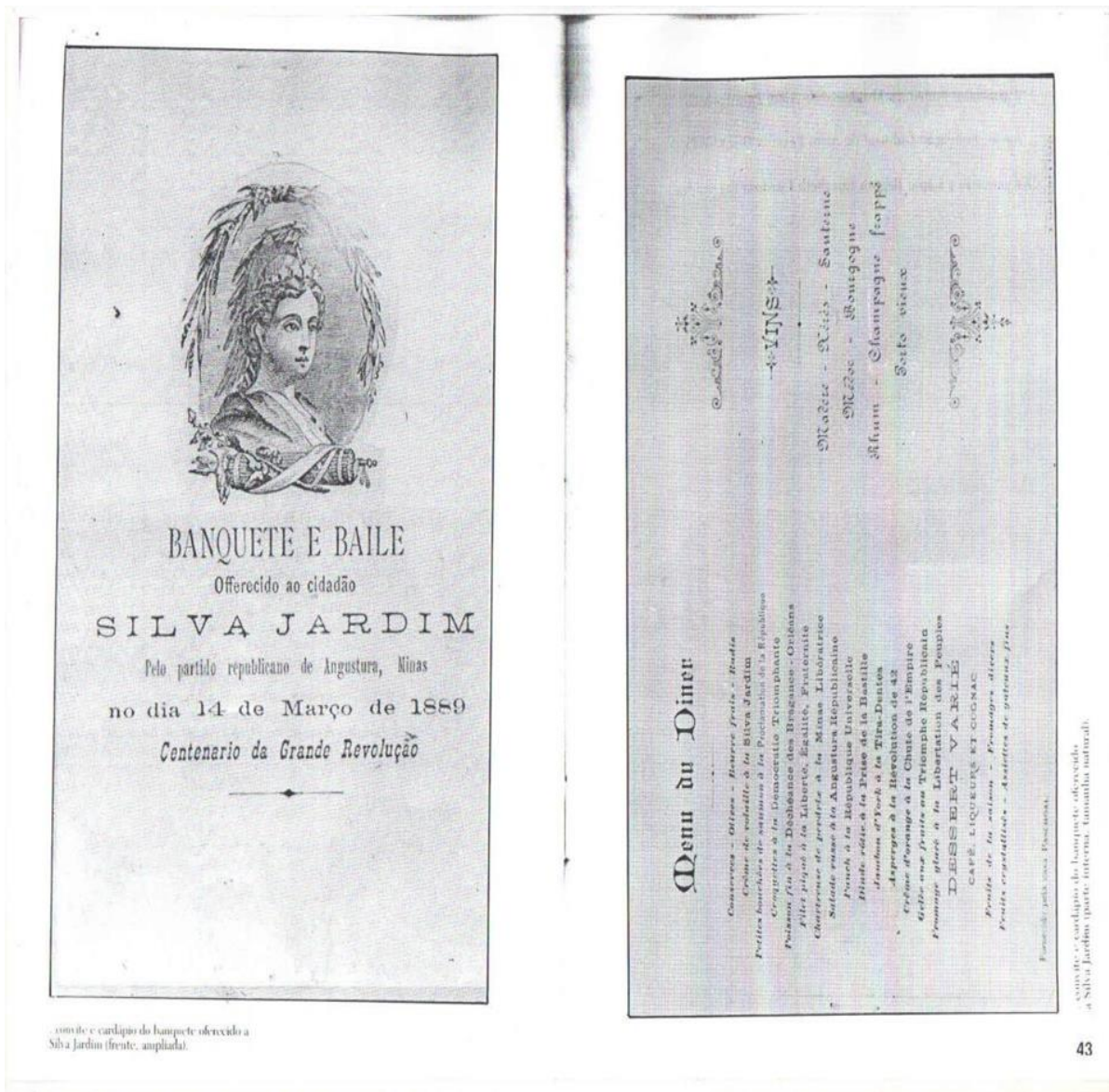
A publicação de um memorialista da terra apresenta o primoroso convite para a conferência com o cardápio que, em 14 de março de 1889, foi oferecido a Silva Jardim na freguesia de Angustura. Em francês, o *menu*, aberto pelo *crème de voluille à la Silva Jardim*, relacionava, além de vinhos e sobremesas, outros quinze pratos, entre eles, *filé piquet a liberté egalité, fraternité; chartreuse de perdrix a la Minas Liberatrice; Aspargues à la Revolution de 42*. O convite foi oferecido pela Casa Pascoal, responsável por todo o serviço. Antecede ao convite a seguinte afirmação:

Em 14 de março de 1889, o líder republicano Antônio da Silva Jardim visitou o Arraial da Mãe de Deus de Angustura a convite do Dr. Joaquim José Alves Santos, Barão de São Geraldo e fundador do Partido Republicano Mineiro, desembarcando na estação ferroviária de Pantanal, hoje Fernando Lobo, e seguindo a cavalo pela estrada de 13 quilômetros que liga aquela estação a Angustura, com grande acompanhamento. Consta-se que os monarquistas espalharam um boato de que Silva Jardim viria acabar com a Abolição, tornando o negro outra vez escravo. Estes, revoltados, esperaram-no armados de foices e fâcoes, dispostos a defender a sua liberdade a qualquer preço. Ao saber desse boato, o líder, corajoso, desceu do palanque e foi discursar no meio dos negros, levando depois seis deles para tomarem parte no banquete que lhe foi oferecido (VIDAL, 1986, p. 41).

<sup>85</sup> VIAGEM Imperial. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 60, n. 121. A Gazetilha, 28 de junho de 1881.

<sup>86</sup> **BRASIL. MINISTÉRIO DO IMPÉRIO**: Relatório da Repartição dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, p. 10, março de 1881.

Figura 10 – O convite para o banquete e baile oferecido a Silva Jardim em Angustura.



Fonte: VIDAL, J.B.V. **Madre de Dios de Angustura** – 100 anos. Juiz de Fora: Esdeva, 1986, pp. 42-43.

Joaquim dos Santos Silva ocupava o cargo de senador pelo Partido Republicano Mineiro quando faleceu, em janeiro de 1902. A imprensa de Ouro Preto informou que “desde 1896 era senador estadual<sup>87</sup> e gozava entre seus pares da mais elevada estima pela distinção que soube honrar o mandato” (BOLETIM

<sup>87</sup> O Senado Estadual era uma das casas legislativas em alguns dos estados durante a República Velha, pois cabia aos entes federativos definir como seria organizado o seu Poder Legislativo, ou seja, unicameral (como atualmente, apenas a Assembleia Legislativa) ou bicameral (reproduzindo o modelo da União, com Câmara e Senado).

Eleitoral, 1902, p. 1). Confirmamos assim a participação política do barão da Fazenda do Pântano nos quadros do Partido Republicano Mineiro. No entanto, sua adesão foi muito provavelmente posterior à passagem de Silva Jardim por Além Paraíba, caso contrário seu nome constaria ao lado dos grandes cafeicultores da terra que se reuniram para criar os clubes republicanos de Angustura e São José de Além Paraíba.

O Partido Republicano Mineiro foi fundado em junho de 1888, antes, portanto, da inauguração do novo regime, e representou, sob a liderança de João Pinheiro, bacharel nascido no Serro mineiro e graduado na Faculdade de Direito de São Paulo, o fortalecimento da campanha republicana na província de Minas Gerais. Em sua primeira fase, compreendida entre 1888 e 1890, o partido foi marcado por disputas internas, que se acirraram a partir da Proclamação da República, em 1889. Tais disputas se davam justamente em torno do grau de engajamento na causa republicana. A participação na propaganda tornou-se, ao lado de outros símbolos, como a adesão ao Manifesto de 1870, verdadeiro atestado de classificação para os “republicanos históricos” ou “genuínos” (BARBOSA, F., p. 338), como em carta expressou-se João Pinheiro ao explicar os motivos de sua política conciliatória, sustentando a presença de ex-monarquistas na composição partidária para a Assembleia Nacional Constituinte, em setembro de 1890.

Ao se aproximarem as eleições, foi tentado um acordo entre as diferentes correntes, incluindo os antigos monarquistas. Entretanto, a formação resultante teve pouca duração, limitando-se apenas à necessidade de se apresentar uma chapa mineira à Constituinte. Quando novamente se impôs, em 1891, a definição de uma chapa para a Constituinte estadual, as diferenças tornaram-se mais agudas. Os republicanos “históricos”, liderados por Antônio Olinto, recusaram a chapa governista em reunião realizada em Juiz de Fora, no final de 1890. Não sendo estabelecido novo acordo entre os diferentes grupos, o Partido Republicano Mineiro dissolveu-se naquela ocasião. A breve abordagem sobre a disputa política entre “adesistas” e “históricos”, que mobilizou elementos simbólicos e discursivos, talvez reforce a hipótese de que o afirmado protagonismo do barão de São Geraldo frente à propaganda republicana de Silva Jardim em Angustura tenha servido ao processo de valorização do movimento republicano local.

Há outras imprecisões nas informações correntes sobre a passagem de Jardim por Angustura. Se considerarmos o que ele deixou registrado em *Memórias e Viagens* e ainda o que publicaram os jornais, temos o seguinte percurso: voltando de Santa Luzia, hoje Carangola, passou pelas estações de Patrocínio, desembarcando na estação anterior à do Pântano: estação de São Luiz, atualmente Trimonte, no município de Volta Grande. Em nenhum momento Jardim citou o barão de São Geraldo em suas memórias, tampouco mencionou a sede de suas terras, a Fazenda do Pântano, que distava poucos quilômetros da estação ferroviária homônima, pequeno percurso que poderia ainda ser evitado, pois bem em frente à inclinada alameda de acesso à casa principal, havia uma plataforma especial para os proprietários da

fazenda e seus convidados, onde o imperador fora recebido pela banda dos músicos negros em 1881.<sup>88</sup>

Esse privilegiado ponto, que funcionava como uma estação particular, ficava no exato lugar conhecido até hoje pelos moradores locais como “paradinha”. Lá é possível perceber os vestígios da antiga plataforma. Apesar de tantas facilidades, Jardim seguramente não foi acolhido pelo barão. Quem o recepcionou, e na estação São Luiz, foi o médico, então deputado, Monteiro Manso, em cuja casa passou a noite depois de um provável desvio de muitos quilômetros, vencidos a cavalo. Jardim registrou o seu pernoite no lar do fazendeiro, sem, no entanto, especificar se fazia referência à casa fazendária ou à residência que, possivelmente, o deputado mantinha na própria localidade de São Luiz, que se desenvolvia em torno da estação férrea. Levanto esta dúvida com base na observação dos possíveis trajetos feitos, a cavalo, até Angustura (Anexo B).

Da estação de São Luiz, o caminho seria mais direto e próximo: cerca de quinze quilômetros, ao passo que a ida até a Fazenda Albion para tão pouco tempo de estada delongaria e dificultaria muito mais o caminho. Certo é que a família do fazendeiro o acolheu. De toda forma, no dia seguinte ao seu desembarque, já avisado de que em Angustura armava-se um verdadeiro motim contra a sua presença, percorreu mais alguns quilômetros até o arraial, cavalgando em direção Oeste. Desvencilhando-se das confusões ocorridas em Angustura, fora acolhido, naquela mesma tarde, na Fazenda Bom Destino. Ali pernoitou por duas noites.

No dia 16 de março, pôs-se novamente a caminho, segundo suas próprias lembranças, acompanhado pela família anfitriã, o que já foi comentado como indício de que o viajante precisava da proteção discreta das senhoras da terra. O viajante não especificou a forma de transporte, mas eram duas as alternativas possíveis para vencer a distância entre a sede da Bom Destino e a Vila de São José de Além Paraíba: por estrada de rodagem, exclusivamente a cavalo ou carruagem, em sentido sudoeste, ou, da mesma forma, em direção contrária até a estação de Providência. De lá, tomaria o trem até à Estação de São José, onde era esperado para o próximo compromisso. A Estação do Pântano, onde definitivamente em nenhum momento desembarcou, seria acessada também pela linha férrea, em sentido sudeste, na direção de Volta Grande. Era a próxima estação depois da São Luiz, conforme informa o segundo mapa (Anexo B).

Nos espaços virtuais dedicados à genealogia das principais famílias do vilarejo de Angustura, cujo passado de opulência cafeeira é reverenciado em publicações de memorialistas locais, há rápidos comentários a respeito daquele que, na verdade, recebeu, acompanhou e apoiou o visitante durante sua tumultuada passagem por Além Paraíba. A “questão do juramento” é abordada, mas muito superficialmente e não de forma a mensurar a influência que exerceu sobre as disputas discursivas em

---

<sup>88</sup> VIAGEM a Minas. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 60, nº 123, p. 3, 4 maio 1881.



torno do projeto republicano. O intuito aqui não é desmerecer a publicação utilizada, ao contrário, não fosse o interesse de pessoas como João Baptista Vidal e fontes históricas importantes, estariam para sempre perdidas. Evidencio as contradições, com base nos vários documentos apresentados, exclusivamente para apontar o trabalho de construção da memória histórica local no sentido de compor um passado republicano para personagens em evidência política quando já instituída a nova forma de governo. Ou seja, muito provavelmente, ao longo dos anos foi sendo criada a versão de que o barão de São Geraldo, senador estadual na primeira década do Governo Republicano, esteve à frente dos descontentes com a Monarquia em fins de 1880. Vidal muito naturalmente apropriou-se dessa memória, então reproduzida como história.

De forma contrária, o papel de Monteiro Manso no impulso da ideia republicana não recebeu um tratamento justo pela seletividade da memória. Logo depois do Quinze de Novembro, foi nomeado como 5º delegado de polícia, no Distrito Federal.<sup>89</sup> Parece, a partir daí, ter feito sua vida no Rio de Janeiro, onde também atendia como médico. Teria vivido obscuramente, “sem meter-se mais em política e sem querer renovar o grande equívoco de sua vida” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, p. 271). Não foi bem assim. Tentou, em 1890, candidatar-se à Constituinte mineira, mas a comissão executiva do Partido Republicano, em Ouro Preto, excluiu o seu nome do escrutínio prévio. Ressentido, porém pedindo aos amigos que, por disciplina partidária, sustentassem a chapa recomendada pelo centro partidário, dizia-se motivado pelo dever de prestar bons serviços à pátria, embora lhe faltasse os dotes intelectuais e oratórios. Não enveredou diretamente pela disputa discursiva entre adesistas e históricos, mas mandou aos primeiros um claro recado:

Aos novos correligionários incluídos na chapa pelo centro republicano de Ouro Preto compete um dos mais importantes papéis no cenário político que lhes abre novos e vastos horizontes. É preciso, pois, que sejam francos ou disponham-se a sacrificar o seu amor próprio em benefício da liberdade e da pátria, que a amaldiçoá-los-á se entrarem para o aprisco como lobos com capas de cordeiro (MANSO, 1890, p. 2).

Por ocasião de sua morte, o Centro Republicano Radical lembrou a sua polêmica posse como deputado, tendo aquela agremiação, por determinação de Lopes Trovão, mandado depositar em seu túmulo uma coroa em forma de barrete frígio.<sup>90</sup> José do Patrocínio acusou Silva Jardim de se associar a escravocratas, “republicanos do 14 de maio,” na escalada de sua campanha nos anos de 1888 e 1889. O abolicionista referia-se, indistintamente, a cafeicultores, sobretudo da Mata mineira e do Vale do Paraíba, que realmente empreenderam verdadeira revoadas para os campos republicanos, visando, em grande parte, à possibilidade de indenização. Tal generalização talvez tenha sido promovida, com intuito contrário, após o Quinze de Novembro, pela memória dos movimentos republicanos em diferentes localidades, a exemplo

<sup>89</sup> **DIÁRIO de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 6, n. 623. Rio de Janeiro, p. 1, 24 nov. 1889.

<sup>90</sup> JUSTA homenagem. **O País**. Rio de Janeiro, ano 23, n. 8335, p. 3, 30 jul. 1907.

do ocorrido em torno do personagem José Joaquim dos Santos Silva, o barão de São Geraldo.

Ele recebeu mais de uma vez o imperador e sua comitiva em sua fazenda. Além da já comentada acolhida em 1881, quando D. Pedro II retornava da capital mineira, recepcionou a comitiva real novamente em 1886, por ocasião da inauguração do Ramal da Serraria, entre São Geraldo e Piranga. O desconforto causado durante a viagem por um sol “ardentíssimo” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 3 jul. 1886, p.2) em pleno mês de julho foi amenizado na Estação de Porto Novo do Cunha, em São José de Além Paraíba, onde o imperador foi calorosamente recebido pela população do lugar, tendo à sua frente duas bandas de música. Transferiram-se os passageiros para um trem, especialmente ornamentado, da Leopoldina que se deteve na plataforma da Fazenda do Pântano, cujo proprietário, o barão de São Geraldo, recebeu os ilustres visitantes, “formando no terreiro toda a escravatura” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 3 jul. 1886, p.2), em recepção semelhante à anterior. A família Santos Silva ofereceu a suas Majestades e demais passageiros um *lunch*. O barão, como diretor da Estrada de Ferro Leopoldina, passou a integrar a comitiva real. Na cidade do Rio Branco, ele acompanhou o imperador em rápida excursão pelos arredores. Durante o almoço, agradeceu-lhe a honra de ter tomado a seu lado lugar na locomotiva que inaugurava o novo trecho. D. Pedro respondeu, externando sua satisfação em alcançar as margens do Rio Doce, onde há 30 anos estivera, desta vez pelos trilhos do progresso da malha férrea.

Considera-se, com base nas fontes reunidas, que o barão de São Geraldo aderiu ao Partido Republicano Mineiro após o Quinze de Novembro ou, pelo menos, em meses adiantados de 1889, seguindo talvez os passos de Cesário Alvim, cuja presença no município de Além Paraíba não era incomum. Conforme noticiou *O Município*<sup>91</sup>, ele chegou a presidir uma reunião de lavradores realizada na tarde de 11 de março de 1888, no Hotel Roma, mesmo local onde, um ano depois, Silva Jardim seria acuado pelos monarquistas. Alvim, que em 1881 também recebeu a comitiva imperial em sua Fazenda Liberdade, declarou-se republicano, não sem hesitações, de acordo com o próprio Silva Jardim, somente em 1889. Como ele, o barão de São Geraldo, cujo nome não figurou entre os membros dos clubes e manifestos republicanos locais, também teria abandonado a Monarquia quando o século já findava e, com ele, as perspectivas de uma solução satisfatória, sob o ponto de vista dos senhores, para a problemática do “elemento servil.”

Esses são dois exemplos que podem ser tomados para a relativização do papel dos republicanos de “última hora” na tumultuada campanha da Silva Jardim na Zona da Mata mineira. Inegável que muitos cafeicultores inflaram os quadros do Partido Republicano no imediato pós-Abolição. Outros, no entanto, mantiveram-se fiéis à Monarquia, ainda que contrariados desde a década de 1870 com as leis emancipacionistas, ainda que se declarassem aviltados com a liberdade sem ressarcimentos, ainda que

---

<sup>91</sup> REUNIÃO de lavradores. *O Município*. São José d'Além Paraíba, ano 2, n. 93, 18 mar. 1888. Noticiário, p. 2.

críticos sistemáticos do governo imperial, sobretudo no tocante à centralização do governo. Veremos no tópico seguinte que o barão de São Geraldo foi sim muito atuante, mas na organização do Clube da Lavoura, movimento que visava à regulamentação do trabalho rural naqueles tempos de movimento abolicionista ascendente em relação direta com o aumento da resistência por parte dos escravizados.

#### 4.7 MÚSICOS PRETOS, CAIXEIROS, GENTE ESTRANGEIRA DO COMÉRCIO, LAVRADORES

Voltemos aos amotinamentos enfrentados por Jardim em São José de Além Paraíba. O lugar e algumas de suas personagens já foram apresentados. Falta agora nos aproximarmos de sua demografia. O número de antigos escravizados e seus descendentes era expressivo no município. As fontes apontam para importante participação dessa parcela nos episódios ocorridos entre os dias 13 a 17 de março de 1889, assim como também destacam a presença de trabalhadores brancos, entre homens e mulheres, nacionais e estrangeiros.

Em 1889, o município compreendia as freguesias da cidade, ou de São José de Além Paraíba; Madre de Deus de Angustura; Sant'Anna de Pirapetinga e São Sebastião da Estrela. Para traçar um provável perfil para os grupos que se amotinaram contra o propagandista, vou considerar especialmente as duas primeiras localidades. Isso porque as duas últimas estiveram mais afastadas do palco dos acontecimentos narrados. Pirapetinga era uma freguesia próspera, cuja sede, embora dotada de comunicação férrea, ficava a mais de 50 quilômetros de São José. São Sebastião da Estrela, que não constou do censo de 1872, por ter sido criada posteriormente, nasceu do antigo Arraial dos Maia. Era um reduto eminentemente agrícola, mais próximo da sede do município, porém dele separado por 32 quilômetros.

Ademais, as narrativas sobre os conflitos em nenhum momento referem-se à participação dos habitantes desses distritos. Portanto, eles serão levados em conta para fins comparativos e também para que se conheçam os números totais do município com base no censo de 1890. Como forma de responder a uma das mais importantes questões desta tese – quem eram as pessoas que se opuseram à visita de Jardim? – vou utilizar os censos de 1872, de 1890 e também quatro inventários *post mortem*: o de Umbelina Cândida Teixeira Leite, de 1874; o de seu marido, Antônio Carlos Teixeira Leite, de 1877; o de Custódio Teixeira Leite, irmão de Antônio Carlos, falecido em 1883; e o de José Maria Manso do Couto Reis, pai do deputado que não jurou, Antônio Romualdo, também de 1883. Os dois primeiros inventários correspondem à Fazenda do Pântano; o terceiro ao da Fazenda Mont'Alverne, e o quarto à Fazenda Morro Alto.

A primeira fonte, censo de 1872, traz informações sobre o número de escravizados em cada freguesia, assim como oferece indicativos sobre práticas de alforria por meio dos números da população livre não branca e especifica a origem de imigrantes, assim como a ocupação por eles exercida, informação

também presente para homens e mulheres livres nacionais. A segunda fonte, censo de 1890, apresenta dados colhidos um ano depois dos episódios considerados e, por isso, é considerada como importante sinalizador para os movimentos de crescimento da população e para se construir hipóteses em um estudo comparativo com o censo anterior, embora não informe sobre profissões e nem sobre a nacionalidade dos imigrantes. Os inventários, mesmo em número reduzido, permitiram, como veremos, o acesso a informações bastante reveladoras sobre os antigos escravizados do município.

Se considerarmos as informações do recenseamento de 1872, temos o seguinte quadro demográfico de São José de Além Paraíba: contava aquela paróquia, elevada à vila somente em 1881, com 4.407 almas, sendo 1997 escravas, dentre elas, 98 africanos. A população não branca e livre chegava a 936 pessoas, que se dividiam entre 755 pardos, 161 pretos e 20 caboclos.<sup>92</sup> Anos depois, ao se tornar município, incorporou gradativamente as paróquias já mencionadas anteriormente, antes pertencentes a Leopoldina. Passou a contar então com uma população que passava dos 14.000 habitantes, sendo 40% deles escravizados, a maioria do sexo masculino.

A demografia da freguesia de Angustura tinha uma população maior que a da vila de São José de Além Paraíba: 5507 pessoas, sendo 2656, 48%, escravas. Foram registrados 210 africanos, dos quais apenas 3 eram livres. A população apontada como não branca era de 1.112 pessoas: 674 pardos, 412 pretos e 26 caboclos. Os números não me surpreenderam.<sup>93</sup> Madre de Deus de Angustura era um importante polo cafeeiro, o que ficou evidenciado nas discussões parlamentares em torno da disputa entre Leopoldina e São José de Além Paraíba por sua anexação. Dezesete anos depois, muita coisa havia mudado. O progresso representado pela chegada dos trilhos, em 1871, atraiu capitalistas e trabalhadores para o novo município, cuja população havia quase dobrado, tendo incorporado também o distrito de São Sebastião da Estrela. Contabilizaram-se, no censo de 1890, 26820 almas, dentre elas, 15791 identificadas como não brancas, ou seja, um percentual de cerca de 58% da população, parcela que foi classificada como preta, majoritariamente, mestiça e cabocla.<sup>94</sup> Comparando os resultados dos dois recenseamentos, faço notar que as tendências apontadas na década de 1870 foram confirmadas pelo levantamento posterior.

A freguesia de Angustura, que em 1872 reunia o maior índice de escravizados e de população livre não branca em comparação com as outras localidades, que mais tarde integraram o município de São José de Além Paraíba, continuou concentrando o maior número de habitantes afrodescendentes: quase 65% dos seus 8316 habitantes foram classificados como não brancos. A única inversão revelada pelos números diz respeito aos imigrantes e também indica que Angustura não perdera ao longo dos anos sua

<sup>92</sup> RECENSEAMENTO do Brasil em 1872: Minas Gerais, 1874, Tip. Leuzinger, Rio de Janeiro, p. 772.

<sup>93</sup> *Ibid.*, p. 748.

<sup>94</sup> SINOPSE DO RECENSEAMENTO DE 31 DE DEZEMBRO DE 1890 / Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898. IBGE: Recenseamento 1890, Minas Gerais. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2019, p. 76.

posição de importante polo cafeeiro. Em 1872, a cidade de São José de Além Paraíba tinha o maior número de imigrantes: 238 contra apenas 121 da freguesia de Angustura. No final da década seguinte, esses números cresceram para 416 e 493, respectivamente.<sup>95</sup> Projeteamos alguns detalhes sobre aquelas populações para o final da década de 1880, com base nas informações de 1872, como forma de esboçar as relações que cotidianamente foram sendo estabelecidas entre estrangeiros, nacionais livres, libertos e aqueles que no pós-Abolição foram chamados de “13 de maio”, ou seja, que tinham conquistado a liberdade somente a partir da Lei Áurea.

Em São José de Além Paraíba, os homens estrangeiros foram registrados, em sua maioria, como comerciantes, guarda-livros e caixeiros. Entre a parcela majoritária estavam os portugueses, seguidos de alguns representantes da nação italiana e muito poucos alemães. Uma faixa intermediária trabalhava com madeira e edificações. Um número menor trabalhava na confecção de sapatos e vestimentas.<sup>96</sup> As mulheres se ocupavam de atividades domésticas, generalização que não nos permite entrever a provável multiplicidade de trabalhos exercidos pelas mulheres imigrantes, até porque houve proporcionalmente maior elevação da parcela feminina: no censo de 1872, eram apenas 10 e, no levantamento seguinte, passaram a ser 139.<sup>97</sup>

Seguia São José, embora privilegiada pelo crescimento da praça comercial, certamente atrelada às facilidades de transporte de pessoas e cargas, a tendência das outras três localidades: a maioria dos homens nacionais tirava seu sustento da lavoura, sendo parte considerável também contabilizada como criadores e jornaleiros. Algumas especificações do censo, que seguramente não expressavam toda a diversidade do universo de trabalho local, como veremos por meio dos inventários, nos auxiliam, ainda assim, na compreensão daquela população. Nove trabalhadores livres, dentre eles 8 estrangeiros, trabalhavam com metais. Entre os especialistas em madeira, havia 5 brasileiros, 29 estrangeiros e 4 escravizados. No ramo de vestíário, trabalhavam 1 escravizado e 4 estrangeiros. O ramo de calçados era monopolizado pelos imigrantes: cinco exerciam a profissão de sapateiros. Havia muitas costureiras em São José de Além Paraíba: 162, soma que incluiu 43 escravizadas. As demais eram todas nacionais livres, a maioria solteira.<sup>98</sup>

De acordo com os dados coletados na década de 1870, os homens estrangeiros que se radicaram em Angustura foram relacionados, em grande parte, como criados e jornaleiros, sendo lavradores a segunda ocupação apontada. As mulheres continuaram sendo contabilizadas majoritariamente como domésticas, sendo algumas poucas, quatro delas, entre casadas e viúvas, identificadas como lavradoras.

---

<sup>95</sup> SINOPSE DO RECENSEAMENTO DE 31 DE DEZEMBRO DE 1890, p. 183.

<sup>96</sup> RECENSEAMENTO do Brasil em 1872: Minas Gerais, 1874, Tip. Leuzinger, Rio de Janeiro, p. 774.

<sup>97</sup> SINOPSE DO RECENSEAMENTO DE 31 DE DEZEMBRO DE 1890, p. 183.

<sup>98</sup> RECENSEAMENTO do Brasil em 1872..., p. 774.

Entre as nacionais livres, essa ocupação crescia significativamente naquela freguesia: 75 mulheres foram contabilizadas como lavradoras, sendo em maioria decrescente as casadas e viúvas, respectivamente. Havia apenas uma lavradora solteira na freguesia. Dentre os escravos, assim como em São José, a maioria dos homens e mulheres foi identificada como lavradores e, em menor número, criados e jornaleiros. Quatro deles eram especializados em metais, profissão também exercida por vinte nacionais livres; havia oito escravizados trabalhando com madeiras, ofício também exercido por dez trabalhadores brasileiros; um escravizado dividia com três nacionais livres o trabalho de curtição de couros e peles; e outros três trabalhavam com edificações, talvez ao lado de três operários livres, brasileiros, que atuavam no mesmo ramo.<sup>99</sup>

Registrou-se um acréscimo significativo de imigrantes em Angustura: 323 homens e 170 mulheres.<sup>100</sup> De acordo com o censo anterior, a maioria era formada também por portugueses, mas, como veremos, as fontes indicam a chegada de muitos italianos e espanhóis. A mudança indica que, na tradicional freguesia, houve um esforço mais concentrado para a atração de novos braços para a cafeicultura. Considerando-se os números apresentados no parágrafo anterior, é possível afirmar que, no intervalo temporal entre os dois censos aqui considerados – 1872 e 1889 –, ela recebeu um total de imigrantes ainda maior do que o centro urbano que crescia em torno da movimentação ferroviária. A população estrangeira fora recebida como solução para a substituição do trabalho agrícola, tentativa cujos resultados podem ser mensurados como expressivos se comparados, por exemplo, à média dos imigrantes recebidos entre os vários distritos do município de Juiz de Fora: 545 pessoas.<sup>101</sup> Em Guarani, onde Jardim teria alertado os libertos contra a concorrência da mão de obra italiana que, segundo suas observações, crescia rapidamente, havia 242 estrangeiros em 1890.<sup>102</sup> Em Leopoldina, a média foi de 176 imigrantes distribuídos por cinco distritos, sendo que a sede, São Sebastião da Leopoldina, recebera 431 imigrantes.<sup>103</sup>

Lamentável que o censo de 1890 não tenha contemplado a categoria profissão. Considera-se, ainda assim, que muito provavelmente houve maior diversificação das atividades exercidas na sede do município, onde o crescimento da vida urbana certamente empregou cada vez mais braços nacionais e estrangeiros nas fábricas, bares, padarias, hotéis e no varejo comercial de todo tipo. Em Angustura, o afluxo de imigrantes esteve, ao contrário, mais ligado ao trabalho rural. Um fazendeiro da terra, Joaquim Dias Ferraz, deu seu testemunho favorável sobre os 24 italianos que fora buscar em Juiz de Fora no ano de 1884. Dizia-se surpreso pela capacidade de trabalho dos imigrantes, que, segundo ele, contentavam-se com pouco, inclusive com respeito à alimentação: “É tal o meu entusiasmo pelos serviços desses homens

---

<sup>99</sup> RECENSEAMENTO do Brasil em 1872..., p. 750.

<sup>100</sup> SINOPSE DO RECENSEAMENTO DE 31 DE DEZEMBRO DE 1890..., p. 183.

<sup>101</sup> SINOPSE DO RECENSEAMENTO DE 31 DE DEZEMBRO DE 1890..., p. 174.

<sup>102</sup> SINOPSE DO RECENSEAMENTO DE 31 DE DEZEMBRO DE 1890..., p. 178.

<sup>103</sup> SINOPSE DO RECENSEAMENTO DE 31 DE DEZEMBRO DE 1890..., p. 174.

que pretendo obter mais cem deles” (BELA imigração, 1888, p. 7).

Ao se aproximar o fim dos anos 1880, as levas de imigrantes que se dirigiram para a Zona da Mata mineira tornaram-se mais significativas. Uma nota no jornal *Diário de Minas*<sup>104</sup> registra a chegada de oitocentos imigrantes italianos em Juiz de Fora. A Associação Promotora da Imigração em Minas divulgara, no anto anterior, a intenção de aumentar os números da imigração: trinta mil imigrantes em três anos.<sup>105</sup> Esse furor inicial da política imigracionista, que visava a substituir o trabalho escravo, muito ocupava os espaços de debate na imprensa e nas conferências e teve grande repercussão no recorte espacial considerado. Em janeiro de 1888, a fazendeira Maria Thereza Vidal Leite pedia autorização ao governo provincial para instalar oito famílias de imigrantes italianos em sua fazenda, a Bela Aurora.<sup>106</sup> Um ano depois, anuncia-se o projeto de construção de uma hospedaria de imigrantes no bairro de Porto Novo do Cunha. A casa serviria não somente para auxiliar a lavoura local, que vinha enfrentando o inconveniente de ir buscá-los na Corte ou em Juiz de Fora, mas também de toda a agricultura próxima, radicada nas margens do Rio Paraíba tanto na província mineira como fluminense.<sup>107</sup>

Arrisco dizer que a tendência apontada no censo de 1872 se manteve. Em São José de Além Paraíba, os imigrantes ocuparam-se majoritariamente de atividades “industriais e comerciais”, para seguir a divisão adotada pelo censo, sendo muitos deles também empregados ou empreendedores nos ramos especializados em madeira, construção civil e confecção de calçados. Em Angustura, as “profissões agrícolas” seguiram sendo as mais representativas para todas as categorias, por ser a freguesia importante produtora de café.

Conjectura-se também que a relação entre a população livre e a escrava tenha aumentado, já que as alforrias na Mata mineira, apesar de muito mais escassas que nos centros urbanos e no Oeste paulista, talvez tenham ocorrido em números significativos. Em Juiz de Fora, a prática da manumissão condicional como estratégia para salvaguardar o trabalho nas propriedades agrícolas teve um acréscimo de mais de 140% entre as décadas de 1870 e 1880. Ao contrário, a doação de cartas de liberdade incondicionais permaneceu inalterada no mesmo período. No entanto, em Leopoldina, a segunda modalidade parece ter sido muito praticada, a despeito da fama daquele município de ser o mais escravocrata da mata Sul. Publicações de um jornal local, em 1887, davam conta de que alguns proprietários libertaram toda a sua escravaria, cujos braços já vinham sendo gradualmente substituídos pelo trabalho livre. As alforrias em Leopoldina visavam à acomodação dos libertos nas fazendas e apontaria para o aumento das rebeliões, fugas, suicídios e assassinatos que vinham ocorrendo em vários outros municípios, como Mar de Espanha,

<sup>104</sup> IMIGRAÇÃO. *Diário de Minas*. Juiz de Fora, ano 1, n. 215, p. 1., 31 jan. 1889.

<sup>105</sup> ASSOCIAÇÃO Promotora de Imigração em Minas. *Diário de Minas*. Juiz de Fora, ano 1, n. 25, 25 jul. 1888. Indicador da Província, p. 2.

<sup>106</sup> *CIDADE do Rio*. Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, 5 jan. 1888. Distrações, p. 1.

<sup>107</sup> HOSPEDARIA de imigrantes. *O Município*. São José d’ Além Paraíba, ano 3, n. 137, 20 jan. 1889. O Município, p. 1.

sobretudo a partir de 1870. Em 1881, o feitor Eugênio Singaut foi assassinado na freguesia de Angustura, então ainda pertencente ao município de Leopoldina, por um grupo de 30 escravos. Três anos depois, cerca de 300 escravos da Fazenda Paraíso, em São José de Além Paraíba, amotinaram-se, forçando o fazendeiro a pedir ajuda policial.<sup>108</sup>

Tenho a acrescentar sobre as informações do parágrafo anterior que foram utilizadas pela autora Elione Guimarães como indícios da resistência escrava na Mata Sul. O feitor assassinado em Angustura chamava-se Romualdo de Miranda. Ele castigava um escravo que o desobedecera quando foi atacado por golpes de enxada desferidos por cerca de trinta cativos.<sup>109</sup> Sobre a insurreição de 1884, na Fazenda Paraíso, *O Liberal Mineiro*<sup>110</sup> destacou como exemplares as medidas tomadas pelo delegado de São José de Além Paraíba para desbaratá-la. Os escravos rebelados pertenciam a Manoel Joaquim da Rocha, cujas terras localizavam-se às margens do Rio Paraíba do Sul, em frente a Porto Velho do Cunha,<sup>111</sup> importante ponto de circulação de pessoas e mercadorias, por meio de embarcações fluviais, entre as províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, então pertencente a Cantagalo. Os ecos de uma revolta de escravos na Paraíso certamente teriam desastrosa repercussão nas senzalas daquele vizinho município fluminense, reduto eleitoral de um dos mais proeminentes escravocratas do Império, o conselheiro Paulino José Soares de Souza.

Os sinais da resistência na Zona da Mata Sul são abundantes e muitos outros exemplos poderiam ser dados. Selecionei alguns relacionados à microrregião considerada. Em 1879, fugiram da Fazenda Barra do Peixe, de propriedade de Simplício José Ferreira da Fonseca, um dos maiores cafeicultores do município de São José de Além Paraíba, os jovens e pardos Antônio e Benedito, ambos do Norte.<sup>112</sup> Em Santana de Pirapetinga, os escravos de Manoel Antônio da Silva Salema, rebelaram-se, mas não conseguiram o domínio da situação. O jornal registrou que o alvo fora o feitor, mas como a vingança não pôde ser levada a cabo, os rebelados esfaquearam seus próprios corpos. Três já haviam morrido e outros tantos estavam agonizantes.<sup>113</sup>

Na Fazenda São Sebastião, em Mar de Espanha, a parda Joana, por volta dos trinta anos, fugiu com o feitor da fazenda, um português identificado pelas iniciais M.A.P.<sup>114</sup> No mesmo número em que anunciava a inusitada fuga, *O Leopoldinense* publicava também a evasão de três escravos da fazenda

<sup>108</sup>As informações deste parágrafo foram retiradas da seguinte fonte: GUIMARAES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação...**, pp. 91-92.

<sup>109</sup>FEITOR assassinado. **O Leopoldinense**. Leopoldina, ano 2, n. 39, 29 maio 1881. Noticiário, p. 3.

<sup>110</sup>REQUERIMENTOS 3º seção. **Liberal Mineiro**. Ouro Preto, ano 7, n. 180, 18 dez. 1884. Extrato do expediente feito na secretaria de governo, p. 2.

<sup>111</sup>Informações obtidas no anúncio de fuga do escravizado Aleixo. **LIBERAL MINEIRO**. Ouro Preto, ano 5, n. 83, 21 ago. 1882. Anúncios, p. 3.

<sup>112</sup>**JORNAL do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 58, n. 102, 12 abr. 1889. Anúncios, p. 2.

<sup>113</sup>PIRAPETINGA. **O Leopoldinense**. Leopoldina, ano 2, n. 63, 28 ago. 1881. Noticiário, p. 1.

<sup>114</sup>ES CRAVA e feitor fugidos. **O Leopoldinense**. Leopoldina, ano 11, n. 11, 17 fev. 1881. Anúncios, p. 4.



localizada em Angustura e pertencentes a José Maria Manso da Costa Reis, pai do então futuro deputado republicano Antônio Romualdo. Fugiram da Morro Alto o crioulo Trajano, carpinteiro, mais ou menos 40 anos, “falante e esperto”; o africano Dionísio, 55 anos de idade, alto e forte; o “preto” Zeferino, alto, magro, um pouco mais jovem, “olhar espantado e desembaraçado no andar” (ESCRAVOS fugidos, 1881, p. 4). Eles não constam entre os escravos relacionados no inventário de José Maria, falecido em 1883, o que pode significar que não foram capturados ou que foram vendidos, o que me parece menos provável.

Na década anterior, uma das sobrinhas de José Maria, casada com o próprio tio, o viúvo Francisco de Assis Manso da Costa Reis, trinta anos mais velho, herdara do marido mais de uma centena de escravizados. Sem filhos, o coronel nascido no início do século em Sete Lagoas, na freguesia do Curral del Rey, dividira em partes iguais os seus bens entre a esposa, seus irmãos e demais sobrinhos. Ele era proprietário da Fazenda da Conceição, em Madre de Deus de Angustura. Deixava como vontade expressa que fossem libertados, incondicionalmente, dezesseis dos seus escravos. Os demais, 114, serviriam aos seus herdeiros por mais 18 anos, excetuando os nascidos na própria fazenda, aos quais seriam entregues as cartas de remissão quando completassem 36 anos. Belo exemplo das alforrias condicionais, que embora decorrentes nesse caso específico de falecimento, pode ser incluído como indício de uma prática que se tornaria corrente, sobretudo a partir da década de 1870 diante do aumento das sublevações, crimes e evasões.<sup>115</sup>

Na década seguinte, o processo de resistência escrava só fez avançar. Em 1880, três escravos, todos identificados como “do Norte”, evadiram-se da Fazenda Bom Destino, em cuja sede Jardim esteve por dois dias, entre a tumultuada apresentação no arraial de Angustura e a não realizada conferência na cidade de São José de Além Paraíba.<sup>116</sup> Pouco tempo depois, desapareciam três escravizados da vizinha Fazenda Albion, de propriedade do futuro deputado Antônio Romualdo Monteiro Manso, filho do senhor de escravos da Morro Alto e sobrinho do coronel Francisco de Assis, que exatamente uma década antes oferecera, em nome da fé cristã, a alforria, grande parte condicional, para seus cativos. Aleixo e Mariano eram dois jovens “pretos crioulos”. O primeiro, mineiro de Mariana, esperto e tagarela, era de todo serviço. O segundo era pernambucano, forte e de “bons dentes” (ESCRAVOS fugidos, 1881, p. 4), tinha cicatrizes na testa e nas pernas. Em suas vestes estava inscrito, em tinta vermelha, o nome Albion.

No ano de 1881, a Fazenda do Pântano foi palco de dois eventos noticiados largamente na Corte: em maio, o imperador D. Pedro II havia sido recebido “por duas alas da luzida escravatura” (VIAGEM a Minas, 1881, p. 3) herdada pelo barão de São Geraldo: mais de 200 escravizados formados em vestes domingueiras no pátio da fazenda. Alguns meses depois, o feitor conhecido por Manoel do Pântano foi assassinado. Santos Silva teve sua estada na Corte interrompida por um aflito telegrama enviado pela

<sup>115</sup> LEOPOLDINA. **Noticiador de Minas**, ano 4, n. 359, 28 set. 1871. Noticiário, p. 3.

<sup>116</sup> **A ATUALIDADE**. Órgão do Partido Liberal. Outro Preto, ano 3, n. 4, 10 jan. 1880. Anúncios, p. 4

baronesa, sua esposa, informando-lhe que a fazenda se achava em “grande desordem” (GAZETA DA TARDE, 25 out. 1881, p.2). Manoel Francisco de Souza, português de 39 anos de idade, perdeu a vida, atingido por arma de fogo, no momento em que ordenava o recolhimento dos “capatazes” (HOMICÍDIO, 1881, p. 1) da fazenda.

Naquele mesmo ano, Joaquim Luiz de Souza Breves, dono da Fazenda Arapoca, anunciava a recompensa para quem desse notícias sobre o paradeiro de Adelino. Tratava-se de um escravo jovem – cerca de 24 anos, como anunciado – e, portanto, valioso. Trazia uma brecha no lado direito da cabeça, muito provavelmente resultante das várias tentativas de fuga: “É a quarta vez que foge e em todas elas tem procurado o centro da província de Minas para chegar à Bahia e dali no Ceará, donde é filho” (A ATUALIDADE, 14 dez. 1881, p. 4). O renitente Adelino, descrito como alto e magro, de cor retinta, não era o único escravizado enviado para a Mata mineira a desejar voltar para a sua província de origem. Mais ou menos na mesma época, fugiu da Fazenda Macuco, em Angustura, o maranhense Joaquim, descrito como pardo de 34 anos, com um sinal na garganta.<sup>117</sup> Em novembro de 1887, foi anunciada a fuga do cearense Raymundo. Ele tinha perto dos 30 anos de idade, levava na testa as marcas de chifrada de um boi carreiro e certamente abandonara a lavoura do barão de São Geraldo para rever o antigo lar.<sup>118</sup>

Pode-se imaginar que Adelino, Joaquim e Raymundo tivessem uma história semelhante. Certamente representaram um número bem maior de vítimas do tráfico interprovincial, que, sobretudo a partir da década de 1870, aumentou bastante a tensão nas zonas agrícolas das províncias do sudeste.<sup>119</sup> Chalhoub (1989) chama a atenção para o fato de que muitos dos escravizados transferidos pelo comércio interno eram jovens e nascidos no Brasil. Pela primeira vez enfrentavam, então, uma experiência mais traumática dentro da escravidão, até porque “a grande maioria dos cativos vendidos no tráfico interprovincial não era proveniente de áreas de *plantation* do nordeste, e sim de áreas urbanas ou de regiões de atividades agrícolas não voltadas para a exportação” (CHALHOUB, 1989, p. 76). Existiam ainda possibilidades mais cruéis: o tráfico interprovincial reduzia pessoas livres à escravidão.<sup>120</sup>

Se, no Vale do Paraíba e na Zona da Mata mineira, o afluxo de escravizados comprados, legal e também ilegalmente, das províncias açucareiras do Norte foi um fator de perpetuação do cativo, o contrário também pode ser admitido: “os ‘negros maus vindos do Norte’ trouxeram com eles o sentimento de que direitos seus haviam sido ignorados e ajudaram decididamente a cavar a sepultura da instituição” (Chalhoub, 1989, p. 78). Na mesma leva que o cearense Raymundo, também escapavam do trabalho pesado nos cafezais da Fazenda do Pântano os seguintes escravizados: o grisalho Leopoldino, que teria

<sup>117</sup> **Leopoldinense.** Leopoldina, ano 2, n. 49, 3 jul. 1881. Anúncios, p. 4.

<sup>118</sup> ESCRAVOS fugidos. **Jornal do Comércio.** Rio de Janeiro, ano 65, n. 330, 26 nov. 1887. Anúncios, p. 3.

<sup>119</sup> CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas de escravidão na Corte. 1989. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989, pp. 75, 164.

<sup>120</sup> CHALHOUB, S. **A força da escravidão...**, p. 260.

entre 45 e 50 anos, idade muito provavelmente adulterada, como forma comum de desrespeito à Lei do Sexagenário; José Inocêncio, cerca de 30 anos, baixinho, de andar ligeiro e olhos pretos e pequenos; o pardo Frutuoso, forte, andar pesado, de mais ou menos 30 anos; João, conhecido como João Crioulo, cerca de 30 anos, descrito como simpático, físico avantajado e pernas arqueadas.<sup>121</sup> O grupo pode ter seguido o impulso do cearense Raymundo, por sua vez encorajado pelas notícias sobre a liberdade decretada em sua terra natal ou talvez fossem alguns deles também nascidos em províncias do Norte. Raymundo, o único que o anúncio de fuga identificou como cearense, assim como os outros nomeados fugitivos da Fazenda do Pântano, consta do inventário de Antônio Carlos Teixeira Leite, sogro do barão de São Geraldo, falecido em 1883, sem nenhuma especificação de origem.

O que pretendo ressaltar é que a naturalidade de escravizados, muitas vezes ausentes em documentações como inventários, poderia surgir ou não como característica informada nos anúncios de fugas. Soubemos que Raymundo era cearense não pelo documento cartorial, mas pelo oferecimento de recompensa pela sua captura. Juntos, os escravos fugitivos representavam parte significativa do patrimônio dos herdeiros da Fazenda do Pântano. Foram avaliados, quatro anos antes da fuga, em 2 contos e 200 mil réis cada um. Apenas Leopoldino, cujos cabelos já branqueavam, valia 1 conto e 300 mil réis.

Dentre os quatro inventários *post mortem* analisados, apenas o de José Maria Manso da Costa Reis especifica a origem dos escravizados nascidos no Brasil. Entre os 79 cativos, havia 7 baianos, sendo 3 mulheres; 2 alagoanos; e 1 pernambucano. A maioria – 10 homens e 24 mulheres – era da própria província mineira, 3 tinham vindo do Rio Grande do Sul e um do Rio de Janeiro. Esses números, mesmo não contemplando os escravizados dos outros inventários, talvez apontem para o tráfico intraprovincial ou mesmo local, ou seja, a aquisição dentro da própria província e mesmo na própria região, o que estaria de acordo com as análises de Jonis Freire para o município de Juiz de Fora e que representaram a preferência de alguns senhores pela obtenção de força de trabalho escrava dentro dos próprios limites de Minas Gerais.<sup>122</sup>

Os escravos levados para Minas, ainda na primeira metade do século XIX, quando as áreas cafeeiras da Mata mineira expandiam-se, vinham, em sua maioria, da África Central ocidental, o que teria garantido a homogeneidade cultural sendo perpetuada nas senzalas das fazendas mineiras. Um achado fortuito, enquanto pesquisava sobre a Serra do Couto, uma das vertentes do Caminho Novo na Serra dos Órgãos, entre a região portuária do Rio de Janeiro e Minas Gerais, pode ser relacionado ao tráfico africano na primeira metade do Dezenove. Um viajante que, desembarcando no Porto da Estrela, nos fundos da Baía de Guanabara, seguia para Sumidouro, encontrou um grupo de escravizados a algumas horas de caminhada da fazenda de George March, hoje cidade de Teresópolis. Era uma caravana com cerca de 20

---

<sup>121</sup> ESCRAVOS fugidos. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 65, n. 330, 26 nov. 1887. Anúncios, p. 3.

<sup>122</sup> FREIRE, J. **Escravidão e família escrava na zona da mata mineira oitocentista...**, p. 96.

“desgraçados africanos” sendo levados para o “bárbaro cativo”(VIAGENS, 1842, p. 319).

Uns estavam em torno de um caldeirão onde se fervia feijão e charque; outros formavam o “festivo círculo do zangú, com canto e pancadaria, sem curar do terrível destino que os aguardava.” (VIAGENS, 1842, p. 319). O narrador, J. J. Machado de Oliveira, publicou uma extensa crônica de sua viagem que ocorrera em 1839, nos tempos de flagrante desrespeito aos acordos com os ingleses e cujos efeitos acabaram invertendo a esperada limitação do tráfico negreiro. A partir de 1831, depois da proibição inócua do tráfico intercontinental, houve, ao contrário, um súbito surto no tráfico e no contrabando de escravos. Impossível não relacionar a cena descrita pelo cronista viajante à multiplicidade de situações possíveis envolvendo africanos introduzidos ilegalmente. Entre elas, estavam, inclusive, deslocamentos de africanos livres, recolhidos à Casa de Correção, no Rio de Janeiro. Entre casos de fuga, aliciamento por comerciantes, em que os chamados “boçais” passavam-se por “ladinos” libertos, estava a impactante possibilidade de o africano ser vendido diante da falsa declaração de sua morte, como aconteceu em 1832, envolvendo quinze africanos reunidos em um depósito de contrabando. Oito foram dados como mortos, mas foi apurado que, na verdade, foram vendidos para Minas Gerais.<sup>123</sup>

Duas décadas depois, a Lei de 1850 veio finalmente pôr fim à importação de cativos do continente africano, deixando, no entanto, as negociações interprovinciais como alternativa. Entre 1873 e 1881, ocorreu o auge do tráfico interprovincial, sendo o atual Nordeste o principal núcleo fornecedor dos cativos que, em sua maioria, desempenhavam trabalhos urbanos ou atividades agrícolas não voltadas para a exportação. A resistência imposta pelos trabalhadores vindos do Norte, em sua maioria jovem e do sexo masculino, aumentou a tensão sobretudo nas áreas cafeeiras. O arrefecimento do tráfico interprovincial se deu no início dos 1880, quando os impostos sobre as transações tornaram-se proibitivos, o que teria sido aprovado muito em função do medo causado pela concentração de negros no atual Sudeste, sobretudo aqueles vindos das províncias do Norte, cujo comportamento era avaliado como má influência para os cativos da terra.<sup>124</sup>

Hebe Mattos fala sobre a inflexão da experiência do cativo a partir da proibição do tráfico internacional. Em suas pesquisas ela encontrou números que evidenciaram o grande impacto da lei de 1850. Para a autora, mais que um movimento espacial, o tráfico entre províncias significou, acentuadamente, um processo de concentração da propriedade cativa. Julgo importante a citação a seguir para a formulação de hipóteses sobre a população oriunda do regime escravista em São José de Além Paraíba, no imediato pós-Abolição:

Os senhores de engenho do Nordeste, em função da concorrência sulista, teriam se

<sup>123</sup>Ver: CHALHOUB, S. **A força da escravidão**, p. 54.

<sup>124</sup> Ver: CHALHOUB, S. **Visões da liberdade...**, pp. 53-77.

retraído como compradores de cativos, mas não se tornaram vendedores líquidos destes. Uma ampla rede de intermediários, com seus principais revendedores situados na Corte, formou-se em substituição à antiga empresa negreira para prover a demanda dos cativos. Como no caso considerado, nessa rede de intermediações, o escravo frequentemente permanecia nominalmente de posse de seu proprietário original. Por um sistema de procurações e subprocuradores para a venda deles, burlava-se o imposto de transferência de propriedade e criavam-se condições para que regiões antes distantes se articulassem, engendrando pela primeira vez um mercado interno de cativos de dimensões “nacionais”. Todo esse processo não produziu apenas adaptações econômicas e um crescente confinamento dos interesses escravistas nas grandes plantações do Centro-Sul. Produziu alterações na vida cotidiana de senhores, livres pobres e escravos (MATTOS, 2013, p. 117).

Conforme o censo de 1872<sup>125</sup>, a maioria dos escravizados das localidades correspondentes à futura formação do município de São José de Além Paraíba era proveniente do próprio estado de Minas Gerais, 82%, o que certamente inclui os números não especificados da reprodução natural daquela população. A segunda maior parcela, 7%, seria originária do Rio de Janeiro, seguida de São Paulo, em percentual bem menor, Bahia, Pernambuco e Ceará. Certamente os resultados indicam pouca adesão dos fazendeiros locais ao tráfico interprovincial em data correspondente ao seu período de pico.

Arrisco-me, então, a relacionar esse estranhamento à explicação acima sobre a existência de uma ampla rede de intermediários que burlava o pagamento de impostos. Talvez a procedência fluminense correspondesse, na verdade, a escravizados trazidos do Norte via Rio de Janeiro. De qualquer forma, mesmo em número pouco expressivo, 132, de acordo com o censo de 1872, os homens e mulheres, essas em minoria, oriundos do Norte, “[...] traziam uma bagagem muito diversa daquela antes reiterada pelas sucessivas levas de africanos chegadas aos portos do Império.” Nascidos escravos, estavam a descobrir no tortuoso e longo percurso que havia “muitas formas de sê-lo nos ‘Brasis’” (MATTOS, 2013, p. 117).

Uma das questões mais importantes acerca da população não branca que em 1889 havia no município de Além Paraíba ficará sem resposta. Não saberemos quantos deles eram “13 de maio,” ou seja, quantos se encontravam escravizados quando a Lei Áurea passou a vigorar. No levantamento anterior, de 1872, havia no território que posteriormente veio integrar o município de São José de Além Paraíba, 5684 escravizados e 3509 livres contabilizados como pretos, pardos e caboclos, sendo os pardos a maioria.<sup>126</sup> Esse número representava 65% da população total, que era de aproximadamente 14.210 pessoas. Em 1890, excluindo-se a freguesia de São Sebastião da Estrela, ausente no censo anterior, a população era de 19.692 almas, das quais, 58%, ou 11.475, foram categorizadas como não brancas.<sup>127</sup> Importante notar que os mestiços, que em uma análise que levasse rigorosamente a cor da pele em consideração, deveriam ser relacionados à categoria pardos, usada no censo anterior, decresceram em

<sup>125</sup> RECENSEAMENTO do Brasil em 1872..., pp. 773, 749, 757.

<sup>126</sup> Além dos pardos, o censo utilizou as categorias preto, RECENSEAMENTO do Brasil em 1872..., pp. 743, 772, 757.

<sup>127</sup> SINOPSE DO RECENSEAMENTO DE 31 DE DEZEMBRO DE 1890, p. 74.

relação aos pretos. Eles ultrapassaram em 18% os mestiços, representando 54% da população não-branca. Os 10% restantes foram classificados como caboclos.

Destaco, portanto, o retorno da cor preta como majoritária no imediato pós-Abolição. Essa observada inversão foi menor em São Sebastião da Estrela, cujos números não estão sendo considerados em termos comparativos com o censo anterior. Naquelas terras, de ocupação tardia, os mestiços ficavam um ponto percentual abaixo dos pretos. Em Sant'Anna do Pirapetinga, essa relação também se manteve. Faltam pesquisas sobre as atividades desenvolvidas nessas duas últimas localidades. Uma das hipóteses é que por ali os trabalhos agrícolas desvincularam-se mais da cafeicultura, o que pode ter representado maior espaço para pequenos produtores, homens e mulheres emancipados que, ao longo dos anos, foram apartando-se da cor preta em busca da afirmação da liberdade, conforme as análises de Hebe Mattos.<sup>128</sup>

Hora de apresentar mais detidamente as informações obtidas por meio dos inventários. Como veremos, eles nos reservaram surpresas, informações não constantes dos censos utilizados. Em três deles, o sexo masculino prevaleceu, sendo a maior taxa, 88%, observada no inventário com data mais antiga. O documento de 1874 arrolava os bens da falecida Umbelina Cândida Teixeira Leite em parceria com o inventariante, seu marido Antônio Carlos Teixeira Leite.<sup>129</sup> A Fazenda do Pântano assegurava ao casal pelo menos a aparência de riqueza, se levarmos em conta a informação de que a posse de terras e escravos caracterizava a elite da Mata Sul durante o século XIX. As grandes propriedades em Juiz de Fora possuíam uma centena de escravos, cerca de 230 alqueires de terra e mais de 237 pés de café.<sup>130</sup> Não pude verificar o tamanho do cafezal dos Teixeira Leite, mas as suas terras prolongavam-se em 280 alqueires trabalhados por pelo menos 181 escravos, total constante do inventário considerado.

Na relação feita na época da morte de Umbelina, 119, ou seja, 66%, eram do sexo masculino. Entre eles, 45 africanos, se levamos em conta anotações que os identificava como “nação”, ou “da costa”, “mina”, “benguela”, “congo”, “moçambique”. Entre as 62 cativas, 10 eram associadas a termos que revelavam, também, a origem africana. A “moçambique” Maria, de 74 anos, era a mais velha. Havia 35 africanos com idades registradas entre 41 e 55 anos de idade. Os cálculos encontram datas de nascimentos muito próximas ou até posteriores a 1831. Ou seja, estava não só evidenciado, como registrado, o desrespeito à proibição do comércio transatlântico de escravos. Entre o total de escravizados, 9 pares eram unidos pelo casamento, 3 deles formados unicamente por africanos; 4 entre crioulas e africanos, ou negros “de nação”; e 2 entre escravizados crioulos. Se considerarmos as possibilidades de relacionamentos conjugais travados na Fazenda do Pântano, é possível considerar que a integração do escravo africano à

<sup>128</sup> MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...*, pp. 359-360.

<sup>129</sup> ARQUIVO PERMANENTE – COARP – TJMG. Inventário post mortem de Umbelina Teixeira Leite. Juízo dos Órfãos. Termo de Leopoldina, 1874.

<sup>130</sup> FREIRE, J. *Escravidão e família escrava na zona da mata mineira oitocentista...*, pp. 49-50.

nova realidade era estimulada, se não permitida, por meio da constituição de famílias no interior das próprias senzalas.

Havia ainda 40 menores de 12 anos de idade: 22 meninos e 18 meninas, nenhum deles declarados como ingênuos, ou seja, nascidos após a lei do Ventre Livre, lei nº. 2040 de 28 de setembro de 1871. De qualquer forma, o número de crianças pode apontar para uma significativa taxa de crescimento natural da escravaria dos Teixeira Leite. O casal Ricardo e Leocádia teve a maior prole: 4 filhos entre 5 e 18 anos. Havia famílias extensas de mães solteiras ou viúvas. Mathilde, de 60 anos, viúva, teve quatro filhas que lhe deram 4 netos. Serina era mãe de Lucas, Alexandrina e Fidelis, de 14, 9 e 3 anos, respectivamente. Existiam pelo menos outras 9 famílias, formadas pela mãe e um ou dois filhos.

Logo os herdeiros do casal conheceriam os pormenores da herança a que tinham direito. Em 1877, faleceu o comendador Antônio Carlos. Oitenta e três escravos constantes do inventário de Umbelina permaneceram com o marido que, ao morrer, três anos depois, deixava para seus herdeiros o total de 181 cativos e mais 7 ingênuos. Não me inteirei dos detalhes da partilha ou sobre os bens anteriores de Antônio Carlos, que enviudara da primeira esposa, pois meu principal objetivo ao trabalhar com os inventários foi traçar projeções mais gerais para a população local do pós-Abolição. A Fazenda do Pântano passou a ser administrada por um consórcio formado pelo único genro do casal associado a dois de seus três cunhados varões.

Não procurei me inteirar a respeito dos irmãos da baronesa Umbelina Teixeira Santos Silva, mas seu marido, o barão de São Geraldo, ocupou claramente o posto de principal administrador da Fazenda, habitando a bela sede cujo acesso em suave aclive era ladeado por frondosas palmeiras, conforme relato do *Jornal do Comércio* sobre a visita do imperador D. Pedro II ao local. Infelizmente, do antigo casarão só sobrou o alicerce e, das palmeiras, apenas um exemplar centenário que parece resistir como último testemunho de um tempo de opulência.

Subsiste, ainda, em adiantado estado de deterioração, a capelinha cuja beleza singela foi registrada no diário do próprio imperador. Apreciada pela elite branca, objeto da admiração do próprio monarca, a capela também era frequentada pelos escravos, reunidos sob as bênçãos de sua patrona, Nossa Senhora do Rosário, a padroeira dos negros. Em prédicas semanais, eles enchiam o templo construído por seus próprios braços, quando o capelão José Augusto Ihes “esclarecia o entendimento e moralizava os costumes” (VIAGEM a Minas, 1881, p. 3). Vejamos a seguir com que potencial de trabalho forçado contava o advogado José Joaquim dos Santos Silva, futuro barão de São Geraldo, após a morte do sogro.

O inventário de Antônio Carlos Teixeira Leite<sup>131</sup> demonstra que desequilíbrio entre homens e mulheres apresentava tendência decrescente. Havia 110 homens adultos, e 11 até 12 anos, contra 69 mulheres e 18

---

<sup>131</sup> ARQUIVO PERMANENTE – COARP – TJMG. Inventário post mortem de Antônio Carlos Teixeira Leite. Juízo dos Órfãos. Termo Leopoldina, 1877.

crianças ou pré-adolescentes. Ainda assim, havia uma prevalência masculina de 62%. Neste documento, como no anterior, são praticamente inexistentes as alusões à origem dos escravos nacionais, que, quando muito, têm incorporado ao próprio nome uma referência geográfica que pode indicar seu pertencimento às províncias do Norte. Havia, por exemplo, o “Pedro baiano”, jovem de 27 anos de idade. Apenas 21 homens e duas mulheres são declarados como africanos, o que aponta para o natural crescimento da prevalência nacional, resultado do fim do tráfico e dos números resultantes da reprodução natural.

Dentre os casados na época da finada Umbelina, cinco constavam do inventário posterior, com seus filhos, muitos deles adultos, já há muito fora das proibições legais<sup>132</sup> de separação das famílias, como Pedro e Lucinda, de 24 e 18 anos, respectivamente, filhos do casal nação Joaquim e Maria, de 70 e 50 anos. Essa família, ao que tudo indica, compartilhou um longo tempo de convivência. Mas Thobias, de 55 anos, ficara apenas com a filha Marcelina, de 17 anos. Havia perdido sua Theresa, 10 anos mais jovem, para a morte ou talvez para outro senhor, dono de terras e de gente. Eram ambos africanos, assim como Fortunata, que reaparece solitária na listagem de 1877. Perdera o companheiro Reginaldo, que também atravessara o Atlântico e já passava dos 65 anos de idade. João era um mocambo casado com a nação Micaella e também ficou na Fazenda do Pântano, apenas acompanhado pela filha Luíza, de 17 anos. Por volta dos 40 anos de idade, ela foi avaliada no inventário anterior em 1 conto e 500 mil réis, três vezes mais que seu cônjuge, o que concorre para a hipótese de venda.

No entanto, analisando a relativa tendência de manutenção das famílias listadas, acredito que Micaella possa ter morrido entre o primeiro e o segundo inventário, embora não tenha João recebido o qualitativo de viúvo. Apenas um par, Ricardo e Leocádia, ela na faixa dos 40 e ele dos 50, não foi encontrado no inventário posterior. Seus filhos também não, o que pode significar que a família permaneceu unida em outras terras. Joaquim e Maria continuaram ao lado dos filhos nascidos em solo brasileiro: Pedro, mão de obra jovem e valiosa; Lucida, de 18 anos, e Sebastião, que alcançaria a Lei Áurea com 25 anos de idade. A família da viúva Mathilde foi separada, mas seguindo um critério geracional. Assim, dois filhos adultos da parda Matilde ficaram na fazenda do Pântano com sua prole, mas a matriarca e suas duas outras filhas e dois netos já não mais estavam na fazenda na época do segundo inventário. Lá permaneceram, no entanto, integralmente, as famílias de Serina, Fortunata, Jacinta, Maria Pequena, Ignez Maria. As jovens Rita e Michaela, de 15 e 18 anos, ficaram sós, sem a mãe Caetana, talvez por motivos não relacionados à partilha ou negócios de homem branco. Marcelina perdeu Isidoro, que já andaria pela casa dos 25 anos.

---

<sup>132</sup> Em 1861, foi proibida a separação de filhos menores de 15 anos de suas famílias. Em 1871, a Lei do Ventre Livre diminuiu para 12 anos. O índice de fragmentação das famílias escravas estava relacionado ao número de herdeiros e tamanho da propriedade. Naturalmente, quanto maior o quociente divisor da herança, mais propensos estariam os escravos à separação. No entanto, quanto maiores as propriedades, menor o risco de separação das famílias. FREIRE, J. **Escravidão e família escrava na zona da mata mineira oitocentista...**, pp. 205-206.



Pequenos exemplos que certamente não traduzem toda a sorte de sofrimentos enfrentados pelas pessoas que viam seus entes queridos partir, estando elas próprias condenadas à imobilidade. A ânsia pela reconstrução das famílias, no imediato pós-Abolição, teria sido um dos grandes motivos que levaram ao abandono das fazendas pelos libertos.<sup>133</sup> De toda forma, conclui-se, pela comparação desses dois primeiros inventários, que a partilha preservou em grande parte as famílias já constituídas.

Entre os documentos considerados, o inventário de Antônio Carlos Teixeira Leite é o que mais concentra adultos jovens, na faixa etária entre 20 e 40 anos, o que pode indicar tanto a aquisição de novos braços via tráfico interprovincial e dentro da província quanto a reprodução natural daquela população. Como vimos, em 1881 a fazenda reunia 216 escravos, acréscimo importante, que naturalmente pode ser também atribuído à anexação de escravos pertencentes aos outros proprietários da fazenda. Lá se plantava, além do café, milho, feijão, arroz e cana-de-açúcar para o consumo interno. Uma plantação de cacau também havia sido iniciada, existindo, em 1881, 840 pés da apreciada especiaria.<sup>134</sup> Entre os africanos, o mais jovem tinha 48 anos e onze deles tinham pouco avançado na casa dos 50, o que talvez indique, mais uma vez, a longa permanência da recepção ilegal do tráfico africano na Mata mineira após a lei de 1831.

Antônio Carlos manteve dois dos três tropeiros da época de sua falecida esposa, aumentou o número de alfaiates e carpinteiros. Passaram a ser quatro para cada ocupação. Havia o capataz Thomaz, crioulo de 46 anos, e o feitor Ignácio,<sup>135</sup> preto de nação, mantido no posto desde o inventário anterior, já por volta dos 60 anos. Havia 1 ferreiro e 1 charuteiro. Como já comentado, algumas alusões informais geográficas, incluídas nos nomes listados, parecem apontar para a origem nordestina de alguns deles, mas infelizmente não há uma especificação explícita para a grande maioria.

Em contrapartida, o documento traz uma informação muito pertinente para o tema desta pesquisa. Entre as profissões registradas, estava a de músico. Dezesesseis escravos foram assim identificados. Os mais velhos, na casa dos trinta anos, além de músicos, foram identificados como carpinteiros, oleiros e alfaiates. Os mais jovens, a maioria, entre 18 e 29 anos, receberam apenas o qualitativo de agentes da primeira arte. Quase todos, entre esses últimos, vinham dos tempos da “Sinhá Umbelina,” ou seja, constaram no inventário anterior, de 1874, porém sem nenhuma menção à música. Lucas, de 18 anos, era o mais novo. Leonardo, Henrique, Eusébio, Gregório, Domingos, Cândido Baiano, Belizário e Marciano eram seus companheiros de partituras e de anos de vivências compartilhadas nos limites da fazenda do Pântano.

O mais velho, Brencio, de 39 anos, era também oleiro. Fora adquirido já no período de viuvez do

<sup>133</sup> GUIMARAES, E. S. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação...*, p. 161.

<sup>134</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DO IMPÉRIO: Relatório da Repartição dos Negócios do Império (RJ) Rio de Janeiro, n. 1, p. 10-1 mar. 1881.

<sup>135</sup> Como vimos, um imigrante português passou a desempenhar o cargo de feitor da Fazenda do Pântano, sendo assassinado, em 1887. Hebe Mattos faz a distinção entre o feitor escravo e o feitor livre. O primeiro castigava por seu papel de submissão ao senhor, sem vontade própria. Já o feitor livre, ou o “verdadeiro feitor”, era aquele que representava o próprio senhor frente à escravaria. MATTOS, H. *Das cores do silêncio...*, pp. 131-132.

fazendeiro ou constava de outra juntada não correspondente ao inventário de Umbelina. Valia 2 contos e 300 mil réis, valor só atribuído a Eusébio, que, aos 23 anos dominava, além das notas musicais, a arte da carpintaria. Entre os músicos, o valor mais baixo era de 2 contos de réis. Grande parte valia esta quantia e mais 200 mil réis. Fora desse grupo, os escravos mais bem avaliados tinham preços fixados entre 2 contos de réis, como o Manoel Tropeiro, de 46 anos, e 2 contos e 300, valor do carpinteiro Elias, de 34 anos de idade.

Adultos jovens sem nenhuma qualificação profissional também andavam pela casa dos dois contos de réis, como Pedro Garcia, de 24 anos, filho do ferreiro Joaquim, africano de 52 anos, casado com a parda Maria Joana, provavelmente nascido na fazenda. Entre a parcela feminina, os valores cresciam em direção inversa à idade. Carolina, de apenas 11 anos, poderia ser negociada por 1 conto e 100 mil réis, enquanto Maria Rosa, de 71 anos, poderia render, no máximo, 50 mil réis, 16 vezes menos que a pequena Maria Parda, de apenas 6 anos de idade. Nomes, habilidades, idades, preços e muitas silhuetas foram sendo imaginadas em meio ao trabalho cotidiano, nos afazeres “de dentro” e nos campos, ou nos folguedos em dias santos, no pátio da capelinha de N. S. do Rosário, padroeira dos negros, a dançar e a cantar seus ritos, devoções e crenças modificados pela fé cristã. Nesses dias, o ritmo do terreiro talvez se misturasse aos acordes da banda negra que na casa grande apresentava-se.

De todas as informações acima, a que mais chama a atenção é justamente a existência de um numeroso grupo de músicos, que estavam entre os escravos mais caros da propriedade, que já praticava preços acima da média, se consideramos a informação de que um adulto jovem custava mais ou menos 1 conto e 300 mil réis.<sup>136</sup> Na visita do imperador D. Pedro II, em 1881, eles exibiram seus dotes musicais. O costume de alguns fazendeiros locais em formar bandas ganha veracidade com os músicos negros da Fazenda do Pântano. Não longe dali, o barão de Guararema, um dos Souza Breves Miúdos, mantinha *A Rapioca*, cujo maestro, o italiano Vicente Amabile, havia angariado a simpatia da sociedade da Corte, dizem que até do imperador, ao cometer contra o seu contratante um ato tresloucado.

Levando-se em conta o valor discriminado no inventário, pode-se aventar a seguinte possibilidade: os músicos do Pântano talvez fossem também alugados para apresentações na região, cuja vida social deve ter acompanhado o alargamento dos trilhos da linha férrea. Creio que seja fácil conjecturar que entre os músicos negros que na cidade de São José de Além Paraíba foram ameaçados pela turba de revoltados contra Silva Jardim estavam alguns dos ex-escravos da Fazenda do Pântano. Da mesma forma, a presença deles poderia ter sido notada entre aqueles que foram contratados para animar, à véspera, o baile em Angustura. Lembremos o registro de Jardim a respeito: “O chefe da música fizera um discurso muito aplaudido pelos de sua raça, aos quais havíamos convidado a entrar e a comer” (JARDIM, 1891b,

---

<sup>136</sup> FREIRE, J. *Escravidão e família escrava na zona da mata mineira oitocentista...*, p. 107.

p. 299).

Temos aqui um interessante contraponto às narrativas sobre a natureza dos amotinamentos. Os músicos negros, que certamente tinham acesso aos diferentes níveis de letramento, até pela prática musical, talvez tenham capitaneado localmente um movimento similar àquele integrado por Anacleto de Freitas na Corte. Notemos que, no registro de Jardim, temos uma liderança anônima, que já exercia o direito à fala, provavelmente representando um determinado grupo cujos integrantes o aplaudiam. Essa hipótese pode ganhar mais força se relacionada ao episódio do Hotel Roma, na vila de São José, quando os libertos amotinados pediam que lhes fossem entregues os “pretos da banda de música”. Naturalmente, os músicos negros poderiam estar apenas garantindo a sobrevivência ao tocar no evento republicano,<sup>137</sup> o que, no entanto, reduz o valor das afirmações já feitas sobre o grau do prestígio da Monarquia entre os egressos da escravidão. Prefiro insistir na possibilidade de uma divisão entre eles na forma como receberam a propaganda republicana, não desconsiderando, no entanto, as narrativas sobre o grande número de pessoas que se opuseram ao visitante.

O próximo inventário a ser comentado é o de Custódio Teixeira Leite,<sup>138</sup> o advogado que morreu em solo francês, de forma abrupta, tendo deixado explícito o seu desejo de alforriar, incondicionalmente, todos os escravos.<sup>139</sup> Sacramentadas em 1883, manumissões tão numerosas talvez sejam uma excepcionalidade naquele universo rural. Apesar da já comentada tentativa de manutenção da mão de obra na fazenda Mont’Alverne, por um dos proprietários da vizinha fazenda do Pântano, os beneficiados não tinham vínculos legais com a propriedade, podendo sim abandonar o eito no momento seguinte. Eram 51 homens e 38 mulheres, entre os quais 23 africanos e 13 africanas. Um índice bastante alto, de 40%, o que indica o envelhecimento da escravaria, de fato confirmada pela faixa etária mais presente: entre 54 e 60 anos. Se, no entanto, considerarmos os registros dos africanos mais jovens, salta aos olhos outra observação: seis deles tinham entre 44 e 50 anos, ou seja, nascidos após a lei de 1831. Temos, portanto, novamente registrada a ilegalidade.

Havia dez casais formais na fazenda Mont’Alverne, seis unicamente entre africanos. Eles, na faixa etária de 42 a 58 anos e elas de 44 a 68 anos, respectivamente. Os outros quatro casais eram formados por homem de nação com escrava crioula. Na extremidade oposta à prevalência dos mais velhos, onze crianças, não ingênuas, de até 12 anos de idade.

Entre os 22 ingênuos constantes na lista, e que o jornal que noticiou o feito reduziu para 19, apenas

<sup>137</sup> No Recife, em junho do mesmo ano de 1889, da banda dos libertos “chapadistas”, contratada para receber Silva Jardim, teria partido os primeiros estímulos para que fossem iniciados os embates entre republicanos e defensores do trono. ALBUQUERQUE, Wlamyra. Ribeiro de. **O Jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 148-151.

<sup>138</sup> ARQUIVO PERMANENTE – COARP – TJMG. Inventário post mortem de Custódio Teixeira Leite. Termo de São José de Além Paraíba, 1883.

<sup>139</sup> OITENTA e oito escravos libertos. **A Província de Minas**. Ouro Preto, ano 5, n. 228, 9 out. 1884. Gazetilha, p. 2.

7 eram filhos de mães casadas, o que levanta dúvidas sobre o destino das outras 15 crianças. A falta de regulamentação da lei 2040, de 1871, deixava em situação de grande fragilidade os filhos de mães solteiras, muitas vezes entregues aos antigos senhores, que se arvoravam em se declarar tutores naturais dos filhos de ex-cativas. Aparentemente, a tutela dos pequenos ficou por conta do advogado Francisco Carlos Brício, presente na entrega solene das cartas de alforria. O advogado, que cinco anos depois foi convocado como única pessoa capaz de controlar a fúria dos libertos contra Silva Jardim, talvez tenha encaminhado satisfatoriamente as pendências legais. Uma das soluções mais imediatas seria a formalização da união conjugal, o que nem sempre era fácil, principalmente se o pai pertencesse a outro senhor.<sup>140</sup> Faltaram informações sobre especializações e origens dos escravos alforriados por Custódio Teixeira Leite. Fica a impressão de que a vontade do morto foi rigorosamente cumprida, embora seus herdeiros tenham apresentado a liberdade como uma dádiva que eles deveriam retribuir permanecendo em seus postos.

O inventário de José Maria Manso da Costa Reis<sup>141</sup> é da mesma época do documento de Custódio Teixeira Leite. Ele possuía mais terras que o barão de São Geraldo: 332 alqueires e quase 240 mil pés de café, porém era um senhor de escravos mais modesto: possuía 69 “peças.” Um detalhe que o diferenciava dos outros senhores aqui considerados é que mantinha mais mulheres que homens: dentre as 39 escravizadas, 5 eram africanas; entre o sexo masculino, a proporção de africanos era maior: 11 dos 30 escravos. A faixa etária mais presente, entre homens e mulheres, era de 45 a 55 anos de idade, sendo que 10 africanos estavam entre a casa dos 54 e 56 anos de idade.

Um diferencial desse documento é que, além das profissões, está discriminada a origem de grande parte dos escravos relacionados. Havia na fazenda Morro Alto dez “peças” adquiridas no tráfico interprovincial com o Norte. Eram seis homens, quatro baianos, um alagoano e um pernambucano. Nesse grupo, as baianas eram também maioria, existindo entre elas uma alagoana. Mas foi mesmo dentro da província que o pai do deputado Antônio Romualdo Monteiro Manso mantivera a sua escravaria na última década do cativo. Vindos de localidades como São João del-Rei, Mariana e Diamantina, três homens e seis mulheres. Outros 28 foram apenas registrados como mineiros matriculados em Leopoldina, o que talvez indique que muitos eram nascidos na própria fazenda, como Leonina, de 17 anos, filha da africana Constança, ou Theodoro e Joaquim, de 18 e 28 anos, filhos da nação Leonor. No grupo de escravizadas da terra, estavam quase todas as costureiras e a cozinheira Angélica, que dividia com a única fluminense da fazenda, a parda Quitéria, os encargos da culinária. Essa escravizada tinha 41 anos e duas filhas: Ephigênciã, de 22 anos, e Rachel, de 13. Ambas foram identificadas como naturais de Minas Gerais,

<sup>140</sup> Sobre a fragilidade legal da situação dos ingênuos e a ânsia dos libertos pela legalização do casamento ver: GUIMARAES, E. S. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação...**, pp. 156-161.

<sup>141</sup> ARQUIVO PERMANENTE – COARP – TJMG. Inventário post mortem de José Maria Manso da Costa Reis. Juízo dos Órfãos. Termo Leopoldina, 1883.

matriculadas em Leopoldina e, sendo, assim, muito provavelmente tinham nascido na Morro Alto. A mais velha já havia sido iniciada nas prendas da costura. Os alagoanos Simião e Norberta formavam o único casal por matrimônio.

O maior número de tropeiros entre os documentos analisados estava na Morro Alto: cinco. Havia ainda dois carpinteiros, um alfaiate, um pedreiro, três carreiros, trinta e um roceiros – entre eles, dezessete mulheres. O número de tropeiros,<sup>142</sup> somado ao de carreiros, pode indicar a diversificação comercial do proprietário da fazenda, assim como a relativa distância de suas terras da modernidade do caminho de ferro. O café lá colhido certamente seguia por muitos quilômetros em lombo de muares até ser embarcado em vagões de trem.

Entre as mulheres, havia três cozinheiras, seis costureiras, uma tendeira, uma engomadeira, uma fiadeira e duas domésticas. Os preços variavam entre 200 mil e 400 mil réis, valor atribuído às campineiras e roceiras, trabalho da maioria das africanas, e 800 mil a 1 conto de réis, valor das escravas mais jovens e que desempenhavam ofícios mais valorizados, como as baianas Marta e Benedita, engomadeira e fiadeira, respectivamente. A parda Efigênia, mineira da terra de 22 anos, tinha a melhor cotação. Era costureira e valia 1 conto de réis. Todas as outras cinco costureiras eram mineiras matriculadas em Leopoldina. O trabalho delas era naturalmente desenvolvido nas dependências da casa grande, talvez em associação com as senhoras e agregadas. Não seria absurdo supor a existência de um núcleo de produção de roupas que suprisse as necessidades das muitas fazendas da região e mesmo a fabricação de sacas para a embalagem de mercadorias.

Um casamento apenas foi registrado no inventário: o pardo Semeão, alagoano de 46 anos, com a também alagoana Noberta, que tiveram Silvina, então com 22 anos, matriculada em Leopoldina, e o ingênuo Milcar. Ele estava entre o grupo de outras nove crianças “ventre livres”, todos filhos de mineiras da terra. Maria Salomé, parda de 43 anos, havia contribuído como ninguém para o aumento da mão de obra na Morro Alto. De seu ventre nasceram escravizadas as meninas Vicência, Joana, e Estephania e os ingênuos Agostinho, Silvério e Apoliana.

Uma comparação geral entre os números dos quatro inventários permite a seguinte conclusão: na Fazenda do Pântano, ocorreu um rejuvenescimento do plantel entre os dois inventários. Entre os homens, a faixa etária de maior ocorrência foi entre 21 e 30 anos, e entre as mulheres, até os 20 anos. Custódio Teixeira Leite, cuja morte significou a liberdade para seus escravos, mantinha o maior número de homens e mulheres entre os 51 e 60 anos. Na Fazenda Mont’Alverne, era alta a taxa de natalidade. Nela nasceram 22 “ventre livres”, ou seja, crianças que vieram ao mundo após 1871. Também nessa fazenda observei o maior indício de longevidade: três homens estavam perto dos 70 anos e uma mulher contava 83 anos de

---

<sup>142</sup> Apesar do uso generalizado do termo tropeiro, existiam diferenças entre eles e os condutores de tropas, trabalho que comumente era praticado por escravizados.

idade: Victorina, “da Costa”, que talvez tenha chegado ainda criança, no início do século, aos portos brasileiros.

Em números relacionais, Custódio manteve o maior índice de africanos, o que confirma a opção pela manutenção dos escravos. José Maria optou por conservar a força de trabalho feminina que também esteve ligada à procriação. Entre as mulheres, a faixa etária mais comum estava entre 21 e 30 anos. Entre os homens, sobrepunham-se os mais experientes. Havia 13 deles entre 51 e 60 anos e seis entre 41 e 50 anos, embora não fosse muito grande a diferença entre esta última parcela e um grupo mais jovem, formado por oito homens entre 21 e 40 anos.

A prevalência masculina que, por décadas, foi perpetuada em muitos plantéis, conforme demonstram estudos baseados em inventários *post mortem* de grandes senhores da Mata Sul mineira,<sup>143</sup> foi cedendo lugar à renovação fortuita da força de trabalho na Fazenda Morro Alto, que vinha acontecendo naturalmente por meio dos “ventre livres” e também por aquisições femininas, tanto no tráfico interprovincial como intraprovincial. Ou seja, José Maria foi exceção entre os inventariados ao reunir 39% de mulheres escravizadas. Os ingênuos arrolados em seu inventário somavam uma dezena. Afora o filho do matrimônio alagoano, eram quase todos nascidos de mineiras averbadas em Leopoldina, sem indicação de outro município, o que indica que eram nativas daquela microrregião. A exceção era Feliciano, filha da engomadeira baiana Marta. Difícil é imaginar seus destinos.

Em março de 1889, quando a república vinha sendo anunciada por aquelas paragens pelo advogado vindo da Corte, muitos filhos da África ainda por ali andavam, alguns ainda gozando de boa forma física para ir e vir com autonomia. No outro extremo, os ingênuos mais velhos estavam por completar 18 anos como data limite. Grande parte descendia de gente nativa que por ali permaneceu, filhos e netos de africanos, fundadores das senzalas no Sudeste brasileiro, criados em torno do fogo sagrado da ancestralidade<sup>144</sup> e que, apesar do trauma e da dispersão causados pela diáspora africana, puderam ressignificar traços culturais preservados no processo de identidade cultural construídos entre africanos e afrodescendentes.<sup>145</sup> Outros talvez seguiram seus ascendentes para a região central da província que para lá se deslocaram movidos pelo desejo do reencontro familiar. Os do Norte talvez tenham se acomodado por meio dos novos laços familiares construídos naquelas terras de morros íngremes, tão distantes da generosa topografia dos canaviais pernambucanos, das planícies e feiras baianas e dos sabores do mar alagoano.

<sup>143</sup> Ver: FREIRE, J. **Escravidão e família escrava na zona da mata mineira oitocentista...**

<sup>144</sup> Alusão ao livro *Na senzala uma flor*, cujo título refere-se ao estranhamento do relato de um viajante estrangeiro sobre a ausência de flores na morada dos escravos. Em contraponto, o autor evidencia a manutenção do fogo sempre aceso, símbolo de culto à ancestralidade africana entre os escravizados. SLENES, Robert Wayne. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>145</sup> FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na zona da mata mineira oitocentista...**, pp. 146-169.

Faltam ser consideradas, como meio de tentar mensurar as formas de transmissão a respeito da campanha republicana, as possibilidades de letramento entre a parcela afrodescendente, que como vimos, representava mais da metade da população do município. Mesmo que não fossem formalmente alfabetizados, muitos desses personagens, cujas profissões exigiam a decifração específica de códigos gráficos e de competências e habilidades de raciocínio abstrato, como músicos, pedreiros, costureiras e carpinteiros, de alguma forma inseriam-se no universo dos letrados. A maioria valia-se da oralidade para obter e repassar conhecimentos e informações. Isso não significa dizer que entre eles não estivessem os que, mesmo de forma rudimentar, dominavam a leitura e a escrita.

Em 1881, depois de muito se procurar por Lidino, um velho escravo da fazenda Paraíso, em Leopoldina, encontraram-no pendurado em uma árvore, em cujos galhos jazia também um bilhete: “Mato-me porque estou aborrecido de viver” (SUICÍDIOS, 1881, p. 2). A nota sobre o suicídio trazia ainda o comentário de que o infeliz idoso escrevera como despedida alguns garranchos quase indecifráveis. Eram comuns comentários desabonadores como esses sobre a capacidade de escrita e leitura dos escravizados. Como admitir, afinal que eles fizessem parte do superior universo das letras?<sup>146</sup>

Mesmo considerando que havia diferentes graus de letramento entre os afrodescendentes, o que talvez lhes permitisse uma interpretação própria do que estava em pauta na adesão dos antigos escravocratas à propaganda republicana do forasteiro Silva Jardim, é necessário destacar que a forma mais comum de comunicação incluía os rumores, uma variedade importante em grupos marcados de forma majoritária pelo analfabetismo. A força dos boatos, como detalha Matheus Gato (2020), está profundamente associada às formas de comunicação e insurgência entre os iletrados. Ainda segundo as teorias incorporadas pelo autor, a disseminação dos rumores se fortalece nos momentos de tensão social, sendo que grande parte do poder simbólico da palavra dita emerge do teor anônimo do ouviu-se dizer. Sendo assim, nos eventos especificamente analisados neste capítulo, a ameaça da reescravização, da expulsão do padre, da morte à princesa circulavam como elementos muito presentes na “boca do povo”.

Para fazer a conexão entre o impreciso quadro demográfico que agora é possível imaginar, certamente formado por majoritária parcela afrodescendente e de trabalhadores recenseados como brancos e imigrantes, volto a usar parte da narrativa de um observador da terra, publicada no jornal *Cidade do Rio*. À conferência de Angustura concorreram mais de duas mil pessoas, “[...] antirrepublicanos que mais não eram do que fazendeiros, artistas e trabalhadores nacionais e estrangeiros, e libertos de ambos os sexos, que sossegariam se o Sr. Silva Jardim desse vivas à república, retirando-se logo em seguida” (AS CONFERÊNCIAS do mascate, 1889, p. 2).

O palco dos conflitos mais de perto considerados neste capítulo parece ter reunido homens e

---

<sup>146</sup> Ver: BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1800-1900, p. 96.

mulheres de variadas origens étnicas e diferentes classes sociais. Egressos da escravidão, fossem “forros” ou “13 de maio”, misturavam-se à multiplicidade da força de trabalho nacional e estrangeira. Esse amálgama, a julgar pelos números do censo de 1872, vinha desde o início da década passada. Os anos 1880 esvaziaram as senzalas e ampliaram moradias simples para libertos e imigrantes. Fortuitamente, encontrei no *Gazeta da Tarde* uma notícia surpreendente que, somada a novos achados, um pouco nos informa sobre esse processo. “Vários indivíduos de cor preta”, dizendo-se alforriados da Fazenda Babilônia, em Angustura, foram percebidos nas imediações do Catete, na noite de 17 de julho de 1882, “desabrigados e cheios de fadigas” (GAZETA DA TARDE, 18 jul. 1882, p. 1). Declararam que deixaram as terras de Joaquim Leite Brandão, embarcando pela manhã na Estação do Pântano rumo a Porto Novo do Cunha, onde tomaram o trem para a Corte.

As antigas dimensões da Babilônia tornava-a vizinha de fazendas já bastante conhecidas do leitor: Pântano e Mont’Alverne, onde um ano atrás, por vontade do senhor falecido, houve a alforria coletiva de mais de 80 escravos. Desamparados e famintos, os libertos alegaram que decidiram abandonar a fazenda, pois lhe ofereciam muito pouco em pagamento. Foram enviados à 10ª seção da guarda urbana, sendo lá alimentados. Interessante seria reunir outras informações a respeito. Certamente eles foram convidados a comprovar a condição de alforriados, conforme o costume de cerceamento da mobilidade dos indivíduos de cor, prática que costumava resultar na perda da liberdade. As dificuldades de verificação de outras fontes adiaram o propósito. No entanto, novas notícias publicadas sobre a Fazenda Babilônia um ano e meio depois foram ainda mais surpreendentes e também providenciais para o desenvolvimento desta tese. Daquela vez chegavam à Corte, vindos da Mata mineira, não libertos, mas 62 imigrantes espanhóis.

Faziam parte do grupo de mais de uma centena de colonos contratados por Joaquim Eduardo Leite Bandão, que enviara telegrama ao Ministério da Guerra, solicitando providências para debelar a insurreição dos trabalhadores estrangeiros em suas terras. O pedido foi atendido e, em trem especial da Estrada de Ferro Leopoldina, seguiram 50 praças do 10º batalhão de infantaria. Sublevaram-se os colonos, conforme informaram aos jornais, por estarem descontentes com as condições de trabalho. Já o fazendeiro dizia-se prejudicado financeiramente pelo não cumprimento das obrigações devidas pelo grupo de espanhóis que havia “fugido” (COLONOS espanhóis, 1883, p. 2). Eles foram recolhidos pela inspetoria das terras e colonização em um dos seus alojamentos, rumando dias depois para São Paulo, de onde pensavam em seguir para o Rio Grande do Sul, tendo suas passagens sido custeadas pelo Estado.<sup>147</sup>

Essas últimas informações foram reiteradas pelo *Diário do Brasil*, folha que cobrava a elucidação dos fatos ocorridos na Fazenda Babilônia, pois os imigrantes que teriam chegado à Corte em “lastimoso estado” (DIÁRIO DO BRASIL, 20 jun. 1883, p. 2) e deveriam ser livres para contratar os seus serviços

<sup>147</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, ano 9, n. 171, p. 1, 20 jun. 1883.



com quem maiores vantagens lhes oferecesse. A Fazenda da Babilônia, apesar do grande número de colonos, contava ainda com mão de obra escravizada, pois o próprio fazendeiro, em esclarecimento publicado no *Jornal do Comércio*<sup>148</sup>, narrava que alguns cativos auxiliaram na busca pelos colonos evadidos.

Era o ano de 1883 e pode-se conjecturar que não foi a Babilônia a única propriedade a receber imigrantes que passaram a conviver com a parcela escravizada, esta diminuía pelas alforrias concedidas pelos senhores que já se precavam contra a iminente falta de braços para os trabalhos rurais. Infelizmente, o censo de 1890 não especifica a nacionalidade dos imigrantes, mas espaços virtuais dedicados à genealogia<sup>149</sup> atestam também a chegada de muitos italianos, que no censo de 1872 ficavam abaixo apenas dos portugueses.

Antes da parte conclusiva deste capítulo, centrada novamente nos amotinamentos contra Silva Jardim, é necessário um último comentário sobre a questão que anos antes já preocupava os homens probos da terra: como garantir braços para a manutenção das suas lavouras, criações e para as comodidades e luxos a que estavam acostumados?

#### 4.8 O CLUB DA LAVOURA: ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DO TRABALHO

O correspondente do *Jornal do Comércio*, J. Tinoco, que acompanhou por 36 dias a viagem imperial, dedicou comentários demorados às comodidades usufruídas na Fazenda do Pântano por um dos grandes fazendeiros da região:

Dirigir a sua lavoura, ver florescer o café, gozar do sossego do campo, tendo à sua porta a estrada de ferro que lhe traz os jornais do dia, poder seguir todos os progressos da literatura e das ciências, no mais ameno retiro, na mais perfeita liberdade e independência, deve ser o ideal do fazendeiro (VIAGEM a Minas, 1881, p. 3).

Assim descrita pela pena de um correspondente dos mais importantes jornais da Corte, a situação da lavoura daquela microrregião da Mata mineira parecia próspera. A década abria-se muito bem para Joaquim José dos Santos Silva. Afinal, recepcionar suas majestades era ter confirmado o prestígio herdado, sobretudo de seu sogro, o Comendador Teixeira Leite, filho dos Barões de Itambé e irmão dos impulsionadores da ferrovia na região de Vassouras.<sup>150</sup> Fidalguias à parte, a década de 1880 trouxe aos

<sup>148</sup> COLONOS espanhóis. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 62, n. 174, p. 2, 24 jun. 1883.

<sup>149</sup> CANTONI, N. **Trem de História**. Viagem de sobrenomes de migrantes italianos. Disponível em: <<https://cantoni.pro.br/2019/06/17/125-viagem-com-os-sobrenomes-de-imigrantes-italianos/>>. Acesso em 18 out. 2019.

<sup>150</sup> FERNANDES, Mauro Luiz Senra. Comendador Antônio Carlos Teixeira Leite. **Blog Além Paraíba História** - Mauro Senra. Disponível em: <<http://alemparaibahistoria.blogspot.com/2010/09/comendador-antonio-carlos-teixeira.html>>. Acesso em 17 fev. 2019.

senhores de escravos preocupações redobradas. Bacharelado em São Paulo, Santos Silva há muito não exercia a advocacia. Era diretor da Estrada de Ferro Leopoldina, cujo impulsionamento esteve ligado aos investimentos do falecido sogro. Dedicava-se há mais de uma década à cafeicultura e ao comércio.

Apenas seis anos depois de ter hospedado o imperador em sua fazenda, ostentando seu plantel que na época reunia mais de duas centenas de escravos, voltava-se para a alternativa da imigração europeia e para a regulamentação do sistema de trabalho dos libertos. Para tanto acrescentava, em 1887, um artigo ao estatuto do Clube da Lavoura da Freguesia de Angustura,<sup>151</sup> que há três anos criara, reunindo outros 69 proprietários.<sup>152</sup> Além de pormenorizar o mencionado artigo, a ata registra a exposição do conselheiro Paulino José Soares de Souza, em reunião solene com o presidente e deputados provinciais do Rio de Janeiro. A questão levantada por Paulino, a problemática do trabalho rural que os proprietários viam diminuir, atraiu a atenção e mereceu os elogios, da forma como foi colocada, pelos donos de terra e escravos dos signatários da ata da reunião do Clube de Lavoura de Angustura.

Vejamos as propostas do dono da fazenda Val de Palmas<sup>153</sup> então discutidas pelo barão de São Geraldo e seus pares. Apresentavam como alternativa não somente a utilização de trabalho estrangeiro, mas a parceria com produtores rurais de menor porte, em cujas terras limitavam-se ao indispensável para a alimentação de cada dia. Que fossem oferecidas àqueles trabalhadores dos pontos mais remotos do interior, impedidos de exportar pela distância em que viviam dos mercados, as mesmas condições facultadas aos imigrantes. Que as fazendas abandonadas em solução de dívidas ou por falta de braços fossem divididas em lotes oferecidos aos imigrantes em sistema de meação, empreitadas ou contrato por tarefas.<sup>154</sup>

Paulino ainda sugeria ao Ministério da Agricultura a criação de um crédito provincial para o desenvolvimento da pequena propriedade. Em nenhum momento se referiu aos trabalhadores egressos da escravidão, cujo gradual esmorecimento, naqueles anos de 1880, foi contraposto pelo chefe político do Partido Conservador, aos investimentos feitos pelos cafeicultores fluminenses. A prosperidade do café, lembrava o conselheiro, havia induzido os proprietários a aumentarem suas plantações, adquirindo para tanto grandes números de trabalhadores do Norte, ofertados pelos baixos preços do açúcar e do algodão. Paralelamente, a administração provincial realizara uma longa série de melhoramentos, como construções e subvenções da viação férrea. O conjunto de iniciativas particulares e públicas resultou em grande

<sup>151</sup> Era o contramovimento abolicionista gestando muitas organizações do mesmo tipo. “Em 1884, os Clubes da Lavoura se avolumaram, encorpados e raivosos. O Vale do Paraíba, área de Paulino, mais a Zona da Mata mineira, onde o tempo dominante era o pretérito, sediaram 39 dos 49 clubes. ALONSO. A. **Flores, votos e balas...**, p. 252.

<sup>152</sup> REUNIÃO DE LAVRADORES DA FREGUESIA D' ANGUSTURA. Ata. 1887. Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte.

<sup>153</sup> A fazenda Val de Palmas, localizada no atual município de Macuco, pertencia então a Cantagalo. **GAZETA DE NOTÍCIAS**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 272, p. 2, 29 set. 1889.

<sup>154</sup> PRESIDENCIA da província. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 65, n. 344, 10 dez. 1887. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa Provincial p. 1.

crescimento hipotecário da lavoura e da dívida provincial que “começou a preocupar quando os preços do café baixaram descomunal e inesperadamente. E foi diante dessas condições desfavoráveis que a província presenciou a “agitação abolicionista de 1884 e deparou-se com a Lei de 28 de setembro de 1885” ( PRESIDENCIA da Província, 1887, p. 1).

A fala de Paulino de Souza, então Senador do Império, dirigiu-se à maioria conservadora da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, em reunião realizada, no Palácio de Governo, em dezembro de 1887. Somente por isso referia-se, especificamente, àquela província, mas o quadro econômico que esboçara dizia respeito também aos cafeicultores da Mata Sul mineira, cujas terras, bastante próximas, estendiam-se além do Rio Paraíba. Senhores de terra de Cantagalo, São José de Além Paraíba e outros municípios vizinhos faziam parte de uma mesma região, aqui definida como um espaço geográfico e social nem sempre diferenciado por limites da divisão administrativa. A região seria, então, “formada por um conjunto de valores socialmente aceitos e partilhados pelos seus agentes, que conferem a ela uma identidade própria, capaz de gerar comportamentos de defesas de interesses” (VISCARDI, 1995, pp. 39-40).

A exposição de Paulino de Souza foi tida como sensata e bastante adequada por ter a cafeicultura do Rio de Janeiro muitas semelhanças com os terrenos e climas da Mata mineira.<sup>155</sup> Foram apresentadas sugestões para posterior definição de várias propostas de regime de trabalho, considerando-se a mão de obra imigrante e também a nacional, como recomendou Paulino. A imigração foi discutida com base em modelos já praticados em São Paulo e na Colônia Santa Clara, terras de Antônio Van Erven, então localizadas no município de Cantagalo, hoje pertencentes a Cordeiro. A “colônia” tomada como modelo para a implementação do trabalho imigrante, era, na verdade, uma unidade de produção cafeeira que utilizava, ainda em larga escala, os braços escravizados. Tocavam a Santa Clara 182 cativos, entre eles, 42 ingênuos.<sup>156</sup> Mas o que ficou determinado na reunião foi a quantia que deveria ser paga, anualmente, para alforriados, homens e mulheres, em faixas etárias distintas.

Havia, conforme se destacou, a necessidade urgente de uniformização dos salários dos libertos para que fosse evitada a anarquia: “Uniformizados e generalizados, é possível que se possa organizar os serviços dos libertos, rodeando-os de cuidados que merecem e se deve à gente que não se sabe dirigir” REUNIÃO DE LAVRADORES DA FREGUESIA D' ANGUSTURA., 1887). Os maiores pagamentos receberiam os homens, entre 16 e 45 anos: 100\$ anuais, contra 1\$ diário proposto para os trabalhadores imigrantes, o que totalizava quase o triplo. As mulheres enquadradas na mesma faixa etária ganhariam 80\$ anuais, quantia que ia diminuindo drasticamente. Entre os 55 e 63 anos, os homens receberiam 35\$ e

<sup>155</sup> REUNIÃO DE LAVRADORES DA FREGUESIA D' ANGUSTURA. Ata. 1887. Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte.

<sup>156</sup> COLONIZAÇÃO. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 125. Ordem do Dia, 9 out. 1885.

as mulheres 24\$ anuais. Vestimenta, moradia e tratamento de moléstia ficavam a cargo dos empregadores.

Tais regulamentações, caso tenham sido seguidas, o que não se pode afirmar, tampouco refutar, foram provavelmente motivadas por ocorrências como as da Fazenda Babilônia, abandonada por parte dos libertos e, mais tarde, pelos trabalhadores imigrantes. A iniciativa de homens como o barão de São Geraldo, que se associavam em busca de soluções para a escassez de mão de obra, que já se anunciava, fez parte de um esforço mais amplo. Hebe Mattos (2013) destaca que a grande desilusão dos senhores rendidos no final da década à ideia da abolição foi, fundamentalmente, a falta de regulamentação do trabalho em formato que lhes permitisse continuar contando com os braços legalmente liberados do cativo. Para eles, os libertos eram ex-escravos que deveriam retornar às suas funções.

Em novembro de 1888, o jornal *Novidades* publicou um comentário sobre a situação agrícola no arraial de Angustura, onde as plantações de cereais decrescia porque os libertos só cuidavam em casar-se. O pior, assevera um informante do lugar, é que enquanto os maridos iam para a roça, “as Exmas deixavam-se estar por casa, em *toilette*, completamente ociosas, enchendo com suas saias e babados os terreiros da fazenda.”( NOVIDADES., 26 nov. 1888, p. 1). Situação difícil de ser contornada, pois “o pobre do fazendeiro” não tinha o direito de fazer a mínima observação a respeito. Se cometesse tal imprudência, perderia o trabalhador: “o liberto zanga-se, despede-se e retira-se com armas e bagagens” (NOVIDADES, 26 nov. 1888, p. 1).

Não esqueçamos os homens livres pobres, jornaleiros e pequenos produtores que, no projeto de Paulino de Souza, deveriam ser integrados à produção tanto quanto a mão de obra estrangeira. No imediato pós-Abolição, a força de trabalho liberada do cativo mesclava-se à mão de obra imigrante e aos meeiros empobrecidos, um quadro que certamente agregou interesses muitas vezes convergentes. O acesso à terra, a luta por remuneração justa e melhores condições de parceria eram demandas dos trabalhadores que tiravam seu sustento das atividades rurais.

Os graves enfrentamentos ocorridos entre Silva Jardim e os grupos isabelistas, em Angustura e São José de Além Paraíba, certamente extrapolaram as explicações dadas pelos propagandistas republicanos e seus apoiadores. Elas foram incorporadas de forma literal não só pela memória histórica, como denota o trecho citado na publicação de João Baptista Vidal, como também por alguns autores, que atribuíram à ação manipuladora dos líderes monarquistas os recorrentes ataques sofridos pelo conferencista.<sup>157</sup> Importante esclarecer que opto pela utilização do termo isabelistas, amplamente utilizado, na época, por analistas como Rui Barbosa (1889) já como forma de fundamentar a hipótese de que os conflitos foram, em grande parte, motivados por um sentimento espontâneo de apoio à figura da princesa Isabel.

---

<sup>157</sup> ALONSO, A. *Ideias em movimento...* p. 318; MELLO, M. T. C. *A república consentida...*, pp. 19-20; LIMA, Heitor Ferreira. *Perfil político de Silva Jardim*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 198, pp. 31, 67-69.

Os isabelistas não eram tão somente os monarquistas que defendiam a preservação do sistema político vigente, muitas vezes ligados a partidos políticos e ocupantes de cargos públicos, como vimos nas subscrições das notas publicadas nos jornais da Corte por moradores de Além Paraíba que se opuseram à propaganda republicana de Silva Jardim. O termo, segundo as narrativas, incluía a parcela plural da população, composta, principalmente, pela população africana e seus descendentes. O próprio Jardim corrobora essa majoritária presença nos conflitos. Para designá-los, ele utilizou os termos “libertos” e “pretos”. Raramente valeu-se também do termo mulatos, como quando mencionou a simpatia do proletariado à causa republicana ou quando detalhou um diálogo com manifestantes em Carangola.

Em 1889, numerosos grupos egressos do cativo, acrescidos, segundo os relatos, pela participação de trabalhadores nacionais e estrangeiros de ambos os sexos, hostilizaram o visitante em questão. Uma das principais intenções desta tese é redimensionar o significado dos amotinamentos contra a propaganda de Jardim, cuja imagem era então projetada como um dos mais radicais propagadores da República. Acredito que a resistência popular oferecida à propaganda republicana em Angustura e Porto Novo do Cunha tinha o propósito de defender a Monarquia como mantenedora da liberdade, em especial a figura da princesa Isabel e toda a simbologia em torno dela construída, em um esforço que extrapolava o sentimento de gratidão, pejorativamente atribuído à ação manipuladora dos líderes monarquistas. Tal versão surgiu no calor das discussões entre republicanos e seus antagonistas e acabou se consolidando como a memória vencedora no curso dos acontecimentos seguintes: instalação do Governo Provisório republicano do Marechal Deodoro da Fonseca e todo o esforço de legitimação do novo regime com o estímulo a novos símbolos e personagens e o banimento de outros tantos.

A obra de Dornas Filho foi a primeira publicação no século XX dedicada à vida de Silva Jardim. Trata-se de um trabalho bastante completo e, sem dúvida, importante. No entanto, o autor se baseou nas próprias memórias do advogado, assim como fez José Leão, em obra anterior, ao descrever os conflitos aqui considerados. As versões dadas pelos dois citados autores repetiram o que, na época, fora apregoadado pelos republicanos. Dornas Filho afirmou que a violência na Zona da Mata mineira, provocada pela exitosa propaganda republicana, havia culminado em Angustura: “Os monarquistas convenceram os libertos de que os republicanos queriam escravizá-los novamente, depois de matarem a princesa” (SANTOS FILHO, 1936, p. 57).

Na sede do município, a cena teria se repetido com mais fúria, sendo feridos vários republicanos pelos pretos amotinados. Oílian José, que dedicou grande atenção à atuação de Jardim em Minas Gerais, deu a seguinte explicação para os confrontos em Angustura: “[...] eram negros recém- libertos afastados ainda do trabalho livre e vivendo de expedientes ou à custa de seus antigos senhores. Mediante pequenas gratificações, promoviam arruaças ou assassinatos de tocaia” (JOSÉ, 1960, p. 123). Informa o autor que cerca de “300 negros insuflados prometiam liquidar Jardim” (JOSÉ, 1960, p. 123).

Não pretendo negar as estratégias calculadas dos agentes políticos pró-monarquia. Elas certamente influenciaram os conflitos, sobretudo na zona rural, onde a população egressa do cativo estava ainda muito mais apartada das oportunidades de letramento e da nova configuração social que nas capitais provinciais, sobretudo na Corte, eram então debatidas. Contribuíam para tanto o isolamento físico daquelas pessoas, subjugadas ao exercício de uma escravidão tardia, cuja persistência esteve ligada a diversos fatores, como a insegurança e a falta de opção dos trabalhadores negros. Retomemos neste ponto as recordações de Jardim sobre os mimos recebidos da criadagem na casa fazendária que o hospedou em Angustura.

Ainda assim, com respeito ao recorte espacial deste tópico, a movimentação urbana fomentada pelos trilhos da linha férrea certamente impactou as áreas mais remotas do município. A população mais humilde da cidade era submetida a uma série de estímulos e certamente não era irrisório o número de leitores entre os trabalhadores pobres livres ou libertos. Leitores, diretos ou não, liam por ouvir dizer e reliam para outros tantos. A reapropriação que fizeram dos debates políticos e seus personagens passava menos pela opinião formadora dos líderes monarquistas e mais por suas experiências, medos e expectativas. Como demonstra Sidney Chalhoub, “o cerne do conceito de precariedade estrutural da liberdade no Brasil oitocentista está na vigência de longa duração dos feitos e jeitos de interação social que tornavam amiúde incertas e porosas as fronteiras entre escravidão e liberdade.” (CHALHOUB, 2010, p. 55). No pós-Abolição, continuava sendo factível para africanos e afrodescendentes o medo da reescravização que sempre assombrou libertos e livres, sobre os quais recaíam o “ônus da prova de sua liberdade” (CHALHOUB, 2010, p. 52), diante das ilegalidades cometidas pela lógica escravista.

Os alertas dos monarquistas sobre o retorno da escravidão somaram-se então às vivências da precária liberdade. A Abolição não havia ainda completado um ano e o forasteiro que falava em matar a princesa andava a propagandar a república dos ex-senhores. As distorções<sup>158</sup> que teriam sido alardeadas pelos grupos antirrepublicanos entre os libertos pouco significariam, no entanto, se não houvesse forte sentimento de gratidão e respeito pela signatária da Lei Áurea, vista entre os africanos e seus descendentes como legítima soberana, capaz de garantir a manutenção de direitos já adquiridos e a ampliação do significado de suas liberdades. Embora não esteja tomando os grupos amotinados em Além Paraíba como segmentos da Guarda Negra, organizados e instituídos como tal, vou aqui considerar estudos a respeito e que se adéquam perfeitamente ao meu propósito.

Na opinião de Carlos Eugênio Soares, a Guarda Negra foi a primeira instituição que "utilizou o termo negro no sentido positivo e político da palavra, e automeado" – algo que deve ser visto pelos estudiosos atuais como sinal diacrítico de uma "nova linguagem

---

<sup>158</sup> Uma dessas distorções, lembrada pelo próprio Jardim na conferência da Travessa da Barreira, dizia respeito justamente à sua ameaça, inexistente, de executar a própria herdeira do trono.

política, racial, abrangente, que foi subitamente calada" (Soares, 2008, p.50-51). Não se trata, portanto, de acoimar, anacronicamente, esse grupo de "libertos" monarquistas de alienados ou, mas antes procurar entendê-lo em seus próprios termos DOMINGUES, 2014, p. 258).

O longo período de escravidão no Brasil não retirou do indivíduo escravizado a condição de ser humano e, portanto, indivíduo social, inserido em uma rede de relações no tempo e no espaço, passível de ressignificar e fortalecer identidades culturais de uma forma muito particular e, por isso mesmo, muito mal compreendidas pelos observadores coevos e por visões historiográficas posteriores.<sup>159</sup>

Rui Barbosa, assim como vários homens de letras do seu tempo, lamentava a ignorância dos “libertos” no movimento de apoio à Regente contra a efervescência republicana do pós-Abolição. Barbosa iniciou o texto *A coroa e a guerra de raças* com uma anedota. Em casa de um oficial do Exército, “uma preta [...] divisando na lâmina da espada [...] as armas do Império, lançou-se a ela, ávida de beijar a coroa da rainha, que a libertara” (BARBOSA, R., 1889, p. 1). Diante da cena, o militar teria retrucado: “Não sejas parva! [...] quem te libertou foi esta arma, não se prestando a ir filar negros fugidos no Cubatão.” O caso, verídico, segundo o autor, era citado como a exemplificar a propagação da “lenda do redentorismo isabelista por entre as camadas obscuras” (BARBOSA, R., 1889, p. 1).

Ao comentar a ruidosa oposição contra si nos palanques mineiros, Jardim também lamentou a ignorância da “pobre raça” (JARDIM, 1891b, p. 293) que teria uma noção de liberdade muito próxima à anarquia. De acordo com tais apreciações, que representavam a forma geral como os parâmetros da cultura europeia eram reproduzidos pela elite intelectual do período, a população negra era incapaz de compreender e usufruir da sua nova condição jurídica. Robert Daibert destaca que “definida como lugar da selvageria e da barbárie, a África permaneceu desconhecida para a maioria dos brasileiros de elite do século 19 (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 211). Ele recupera as tradições africanas em torno da realeza, traduzidas pelas festas e congadas introduzidas no Brasil pelos escravizados.

Eles, assim, criaram novas simbologias e ritos para a manutenção de sua cultura ancestral. O relato de Saint Hilaire sobre as cantorias de ladinos e crioulos em torno da aclamação de D. João VI, em 1817, é utilizado pelo autor como um dos exemplos para fundamentar tal argumentação. Festejar a aclamação do monarca no início do XIX, assim como atacar um visitante que, no final do século, apregoava o fim da monarquia, acrescento, eram atos interpretados como completa alienação por parte dos negros. O simplismo desta explicação fica, no entanto, evidenciado com um maior entendimento sobre a dinâmica africana na formação dos estados monárquicos.

---

<sup>159</sup> “O monarquismo popular ainda não recebeu a atenção que merece na história do Brasil oitocentista, graças ao que John Gledhill chama a “tendência não de considerar ‘movimentos populares’ que apareciam reacionários pelos padrões tradicionais da Esquerda” (2012, p. 9).” GLEDHILL *Apud* KRAAY, H. . Reis negros, cabanos, e a Guarda Negra..., p. 167.

Foi então sobre essa base não só de aceitação, mas de valorização do sistema monárquico,<sup>160</sup> que a população negra apropriou-se das representações projetadas pelos abolicionistas e pelo próprio governo imperial, cujo protagonismo foi oportunamente exercido pela figura daquela que substituiria D. Pedro II. Criticada pelos republicanos por sua religiosidade exagerada e pela sua falta de preparo para exercer o governo, agravada pela submissão ao marido francês, a princesa foi sendo propositalmente associada aos anseios de liberdade dos escravizados e ao avanço do abolicionismo pacífico e gradual. Isabel tornou-se a fiadora do Terceiro Reinado, sobretudo após a Lei Áurea, mas sua imagem como a redentora vinha sendo construída há tempos.

Ainda segundo Daibert (2004), Na década de 1880, em um contexto em que a expectativa pelo fim da escravidão tornou-se quase um consenso entre a população, a herdeira do trono passou a apresentar-se publicamente como crítica à instituição escravista. Começa aí, de forma inequívoca, a construção de sua imagem como defensora da liberdade. Embora não tenha participado diretamente da aprovação da Lei dos Sexagenários, em 1885, foi a ela associada por diversas representações. Naquele mesmo ano, por ocasião do seu aniversário, em 29 de julho, foi promovida no paço Imperial uma festiva solenidade marcada pela entrega de cartas de alforria. “Era a primeira manifestação pública de Isabel em favor da Abolição. A doação de cartas soava como seu primeiro discurso abolicionista” (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 118). É preciso ressaltar que todo esse investimento na imagem da “princesa redentora” levava em conta os libertos como agentes políticos, cujo papel naquela conjuntura estava sendo prezado e valorizado. Esse movimento alcançou junto à população afrodescendente resultados que extrapolavam o sentimento de gratidão, atribuído de forma depreciativa à ação manipuladora dos líderes monarquistas sob as almas ignorantes dos africanos e seus descendentes.

O Treze de Maio veio determinar a definitiva inflexão para a princesa, cujo prestígio cresceu sobretudo entre as parcelas mais populares. Republicanos abolicionistas voltaram-se para a Monarquia, como José do Patrocínio. Outros lhe atacaram como usurpadora de uma obra que não lhe pertencia. A fala de Jardim bem representou esses últimos, assim como aqueles que defendiam apenas o fim da Monarquia, sem nenhuma ligação com o movimento abolicionista. Pela contundência e pela grande repercussão de seus discursos, a princesa tinha na tribuna republicana um ferrenho opositor.

O tom não foi amainado pelo propagandista nem após o Treze de Maio. Em sua primeira conferência após a Lei Áurea, viabilizada somente depois que os prolongados festejos em Santos finalmente cessaram, ele não poupou a sucessora real. Continuava sendo descrita como fraca, beata e incapaz; tutelada por um príncipe perturbador, expatriado e guerreiro. Sugere novamente a pena capital para o conde d’Eu, embora adotando, como vimos, certa precaução ao dizer que muito provavelmente não

---

<sup>160</sup> DAIBERT JUNIOR, Robert. **Isabel**, a “Redentora” dos escravos. Bauru: EDUSC, 2004. p. 212.



seria preciso.

O próprio título de “A Redentora” foi veementemente rechaçado em sua primeira apresentação na Corte, em 12 de agosto de 1888. Deveria ser substituído por outro que traduzisse a sua verdadeira vocação: o gosto pelas festas e folguedos, aos quais sempre teria se entregado enquanto outros se arriscavam e morriam pela liberdade.<sup>161</sup> Àquela altura, já tinha passado pela experiência em Paraíba do Sul, enfrentando a fúria dos isabelistas. Sendo assim, não somente atacou a figura da sucessora, como também iniciou sua fala em defesa da lavoura e do proletariado rural, identificado como grupos menos privilegiados egressos do antigo sistema escravista.

A intenção era contrabalançar o ataque à princesa com a proposta de um novo governo, preocupado em completar a obra abolicionista que poderia, advertia o tribuno, transformar-se na mais vil escravidão se desviada como garantidora do Terceiro Reinado. A república era então apresentada como o governo que promoveria o “bem-estar [...] principalmente dos pretos.” (JARDIM, 1891b, p. 172). Isso porque seria o governo do proletariado, formado, em sua maioria, pelo proletariado agrícola, “quase todo composto dos descendentes da raça preta” (JARDIM, 1891b, p. 172). Diante disso, indagava: “não é má fé, não é maldade, não é desumanidade, explorar contra os republicanos a gratidão dos pretos, os sentimentos da expansão de uma raça tão boa, tão infelicitada, para sustentar um trono que é o mais formidável representante da oligarquia? (JARDIM, 1891b, p. 173).

No ano seguinte, em sua viagem a Minas Gerais, inicialmente pela Zona da Mata, depois ao centro da província, Jardim constataria que seus argumentos alcançaram pouca ou nenhuma ressonância entre aqueles “homens de cor” que, ao contrário dos grupos como o representado por Anacleto de Freitas, defendiam a princesa, comumente elevada à rainha nos brados e versos populares. Os conflitos se repetiram em sua visita à Bahia e Pernambuco, entre junho e julho de 1889. Analisando os versos distribuídos ao povo no primeiro aniversário da Lei Área, Daibert explica a evocação “Salve, Rainha” como uma antecipação à futura condição de Isabel. Ao mesmo tempo, a expressão aludia ao universo religioso, uma vez que apelava para a oração católica destinada à Virgem Maria. “Era como se, em sua atitude, Isabel firmasse seu trono no coração da pátria, para que fosse aceito o Terceiro Reinado que parecia se aproximar” (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 150).

Os amotinamentos contra a propaganda de Jardim reforçam a constatação de que, “ao contrário do que se tem convencionado pensar ultimamente, Isabel, a Redentora, não foi uma simples construção das elites proprietárias interessadas em manter o controle social sobre os escravos e seus descendentes” (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 19). A sua imagem como salvadora dos cativos, claramente associada a um processo de beatificação, que talvez tenha sido facilitada pela sua conhecida religiosidade, foi esculpida

---

<sup>161</sup> CHALHOUB, Sidney. **A Força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 167.

por muitas mãos, por meio de celebrações públicas, textos e imagens, sendo alvo também de seguidas tentativas de fragmentação. Subsistiu, no entanto, sobretudo no interior da tradição cultural negra, mantendo uma surpreendente tradição apesar do esforço republicano em desvincular a figura da princesa da Abolição.

Robert Daibert apresenta uma série de indícios que confirmam a prevalência de uma memória vitoriosa em torno do mito de “A Redentora.” Entre eles, a permanência do Treze de Maio como uma das principais datas do candomblé, os festejos do terceiro aniversário da Lei Áurea em Mar de Espanha, com direito a estandarte imperial e gritos de “viva a monarquia”, o credo monárquico entoado em Canudos e, ainda, a surpreendente recepção popular ao conde d’Eu, filho e netos, quando em 1921 visitou o Brasil, não muito antes do falecimento da princesa, já na ocasião enferma (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 150).

Creio, ao longo desta tese, ter acrescentado algumas outras fontes que reforçam essa argumentação. Sendo ou não considerados como vítimas da manipulação de grupos políticos monarquistas locais, os recorrentes distúrbios contavam, invariavelmente, com a ativa participação de numerosos grupos formados por pretos e pardos, ou simplesmente mestiços para seguir as denominações, utilizada nos censos de 1872 e 1890, respectivamente. Não foram raras as manifestações de censura e estranhamento, muitas vezes expressadas, na imprensa, pela ótica da comicidade.

Uma nota sucinta chamava a atenção para o nome de uma escrava em uma pequena localidade na província paulista: “Existe em Xiririca uma preta chamada Thereza Christina Izabel Treze de Maio” (QUE mania!, 1888, p. 3). Os versos a seguir referiam-se aos acontecimentos em São Sebastião da Estrela, hoje município de Estrela Dalva, em Minas Gerais, na época pertencente a São José de Além Paraíba: “Em São Sebastião da Estrela / os libertos, monarquistas/ muito mais que o rei realista/ fazem essa bagatela/ Em ruidosa ladainha/ a qualquer que vai passando/ irritados vão bradando: - Diga lá, Viva à Rainha” (VIVA à rainha, 1889, p. 2).

O discurso de Jardim sobre o ruidoso apoio dado à Monarquia pela parcela afrodescendente nada difere da visão de intelectuais, grande parte ligada ao movimento abolicionista, como Rui Barbosa, aqui já várias vezes citado. Ao narrar sua tensa entrada na freguesia de Angustura, em março de 1889, Jardim comentou da seguinte forma a ameaça que enfrentou: “Cousa curiosa! A coragem do antigo escravo é raramente uma coragem de frente e leal. Essa raça acostumou-se à astúcia e à traição. Eles viam-nos entrar, viam-nos resolutos e olhavam-nos indecisos. Faltava-lhes um branco a dirigi-los...” (JARDIM, 1891b, p. 297).

Não foram poucas as falas apresentadas com o objetivo de demonstrar a postura preconceituosa de Silva Jardim. Algumas revelam um preconceito racial indireto, por vezes amenizado por complementações sobre uma personagem em particular, como quando relembra a figura de Quintino de Lacerda. Mas esse último comentário apresentado, feito pelo propagandista com relação aos que lhe

ofereciam oposição em Angustura, chega a ser surpreendente.

É preciso, portanto, retomar a contextualização já feita sobre o tema. No universo intelectual do XIX, eram comuns formulações baseadas na teoria racial que atestava a superioridade da “raça branca”. Portanto, Jardim, assim como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e muitos outros defrontaram-se com a hegemonia dos modelos biologizantes. Ainda que negando muitas vezes seu próprio preconceito racial ao instrumentalizar ideias sobre a moderna hierarquização das raças, ele acabou deixando registrados sentimentos e opiniões muito pouco edificantes a respeito dos negros. Levemos em conta, não como justificativa, mas como método, um detalhe importante: o que diferia Jardim de Joaquim Nabuco ou José do Patrocínio era a sua escolha política, e pessoal, prioritária. Diferente do liberal monarquista de família aristocrática e do afrodescendente que encontrou nas páginas dos jornais da Corte o seu lugar de visibilidade no movimento abolicionista, Jardim nutria, estimulado pelo desejo de celebridade, o firme propósito de realizar, em pouco tempo, um exitoso trabalho de persuasão da opinião pública a favor da causa republicana. Ao esbarrar na resistência dos homens e mulheres de cor, optou por desqualificá-los, ou pelo menos por inabilitar suas ações e qualidades. Assim, a coragem do “antigo escravo” em enfrentá-lo tornou-se “traição.”

Antes de seguirmos com as considerações sobre a importância tomada pela propaganda na vida de Jardim, é necessário esclarecer que a resistência cotidiana da população negra, comprovada por trabalhos empíricos de grande valor, está sendo aqui considerada, mas sem preterir “homens pretos” e “pardos”, como Quintino Lacerda e José do Patrocínio que, por ação direta ou por meio das letras e da política, interagiram com o mundo das elites ilustradas a favor da Abolição da escravidão. Deixar de lado as vozes dos descendentes de africanos que conviveram com políticos, artistas, homens de letras, parte da elite orgulhosa de sua descendência europeia, é transformar a “história de baixo para cima” em um instrumento que “apenas repetiria a postura do historiador tradicional da tão execrada história de cima para baixo” (AZEVEDO, 2007, p. 79).

Hebe Mattos pondera que é preciso evitar explicações românticas e unicasais que transformem os escravos nos únicos agentes de sua liberdade. “Obviamente eles não foram nem uma coisa nem outra” (MATTOS, 2013, p. 218). Para a autora, suas ações representaram o vetor “[...] que produziu mais fortemente as dimensões de surpresa e imprevisibilidade de todo o processo (MATTOS, 2013, p. 219). O temor à autonomização da rebeldia das senzalas teria muito contribuído para a radicalização do movimento abolicionista, mas este “[...] só pode ser entendido dentro do contexto de acelerada perda de legitimidade da instituição escravista que marca o período” (MATTOS, 2013, p. 219). Nesse sentido, também não desconsidero o papel de muitos homens da elite branca, como Joaquim Nabuco, ou da nova geração que buscava se afirmar social e politicamente, por meio da formação superior, no contexto das reformas modernizantes empreendidas pelo gabinete Rio Branco.

Jardim foi sem dúvida um representante dessa geração. Graduou-se enfrentando grandes dificuldades. Experimentou desde cedo, na efervescência cultural do Largo do São Francisco, frustrações, mas também novas possibilidades ligadas ao espírito contestador daqueles tempos. Engajou-se, desde muito cedo, na causa abolicionista até em função do seu grande envolvimento com o pensamento positivista. Mais tarde, vivenciou uma rápida notoriedade como tribuno republicano. Optou por seguir o seu talento oratório na campanha pelo novo sistema de governo. Nada o demoveu deste propósito. No pós-Abolição, quando o movimento cindiu-se entre caminhos para muitos inconciliáveis, como bem retratou o nome da peça teatral de Emílio Rouedè – *Indenização ou República* – ele continuou apostando na oportunidade que lhe fora aberta no banquete da Ilha Porchat.

Desde as primeiras conferências santistas, “aquele homem pequenino, ativo, laborioso, sentia necessidade de ser grande, contemplado e querido. [...] o desejo de aprovação minou-lhe a vida inteira” (LEÃO, 1895, p. 147). A República foi o caminho escolhido. Julgava representar, no seu esforço, toda uma geração apartada dos rumos políticos do País cujas bifurcações se mostravam possíveis nos anos de 1880, conforme pretendia demonstrar o conferencista, já instalado na Corte, falando para um auditório formado majoritariamente por comerciários: “surgem então famílias de populares que, pela inteligência muita, pela moralidade contínua, e pelo trabalho produtor, [...] excedem definitivamente às famílias privilegiadas” (JARDIM, 1978, p. 147).

Seriam essas famílias representantes de outro tipo de privilégio: o da ciência e da virtude. O aperfeiçoamento intelectual aparecia como o trampolim dos novos grupos autorizados a implantar o novo regime. Ao alcançar por meio da propaganda a visibilidade esperada, ele se tornou também o principal alvo dos monarquistas e abolicionistas republicanos dissidentes, cujas estratégias encontraram terreno fértil em elementos da cultura negra bastante visíveis naquela conjuntura, e que vinha sendo correntemente interpretada como “fanatismo religioso e ignorância”, pelo olhar de homens brancos e influentes no meio intelectual, como Rui Barbosa, cuja pena também denunciava o domínio de ardilosas mentes monarquistas sobre imensos grupos de ex-escravos.

## 5 NOVOS DESTINOS, DESAFIOS RECORRENTES: CONFLITOS EM VALENÇA, SÃO JOÃO DEL-REI, BAHIA E PERNAMBUCO.

Na madrugada de 17 de março de 1889, Silva Jardim, com a ajuda do advogado Francisco Brício, conseguiu escapar ileso das emboscadas sofridas em São José de Além Paraíba. Tomou o trem na estação de Porto Novo do Cunha, regressando à Corte. Deteve-se em Valença, onde, há pouco mais de um mês, hospedara-se, ainda em convalescença, na Fazenda Santa Genoveva, cujos trabalhadores, somados a outros “pretos das fazendas próximas”, faziam-lhes cumprimentos “à moda deles, entoando canções costumeiras, dançando no terreiro à sombra da folhagem” (JARDIM, 1891b, p.269). No entanto, a recepção, daquela vez, seria hostil, bastante diferente da organizada pelo cafeicultor Domingos Theodoro.

Jardim, em suas memórias, conjecturou: “Algum astro mau percorria o céu porque naquele mesmo dia vi-me a braços com um novo conflito”. (JARDIM, 1891b, p. 304). Chegara à tarde, em trem especial, e fora recebido com festa, conforme recordou, sem especificar o local de desembarque. Em seu relato, não houve espaço para pormenores. Sem precisar o intervalo de tempo decorrido entre a sua chegada e o início da apresentação, lembrou que, enquanto caminhava para o teatro onde ocorreria a conferência, começou a ser “apupado por um grupo de pretos” (JARDIM, 1891b, p. 304). Ou seja, eles o seguiam com vaías, protestos e xingamentos.

O prédio foi logo atacado, ocorrendo tiros de parte a parte. Jardim frisou que estavam em número reduzido e completamente despreparados, pois não esperavam aquela agressão, mas resistiram com uma barricada. Relatou a postura que teria tomado diante do perigo, reservando, para si, novamente, duas qualidades: calma e coragem. Também repetiu a sua tese de que os monarquistas, com o apoio do governo, eram os responsáveis pelo que chamou de assaltos acumulados. Não se ateve em explicar como saiu da cidade. Foi até bastante lacônico com relação aos amotinamentos de Valença que, ao contrário, foram amplamente noticiados pela imprensa.

Segundo o jornal *Tribuna Liberal*<sup>1</sup>, os tiros, as pedradas e garrafas duraram mais de meia hora. Ocorreram muitos ferimentos, dos dois lados, classificados como gravíssimos. A marcha dos republicanos para o local da conferência foi iniciada por volta das 20 horas, uma vez que o evento, programado para acontecer no início da tarde, teria sido adiado por motivo não elucidado na reportagem. Tem-se aí um indício de que as declarações de surpresa por parte de Silva Jardim talvez não correspondessem ao clima hostil presente na localidade desde o seu desembarque.

Por volta das 21 horas, a polícia, acionada, compareceu ao local do conflito, dispersando o “grupo de libertos”. A conferência não aconteceu. Ao som dos primeiros tiros, a maioria dos que estavam dentro do teatro “fugiu pelos fundos, saltando janelas bastante altas, pulando cercas e muros, invadindo os fundos

---

<sup>1</sup> OS DISTÚRBIOS de Valença. **Tribuna Liberal**. Ouro Preto, ano 2, n. 196, 19 mar. 1889. Notícias, p. 2.

das casas da Rua da Câmara” (OS DISTÚRBIOS de Valença, 1889, p. 2) apesar da forte chuva que caía. O jornal cobrava seriedade no inquérito policial.

As notícias foram também reproduzidas pelo *Gazeta de Notícias*, que claramente divulgou, em grande parte, as informações concedidas pelos correligionários de Jardim. Ele teria sido recebido na estação do Desengano, na atual localidade de barão de Juparanã, distrito de Valença, ao som da Marselhesa e aclamado por uma “grande massa de povo” (GRANDE conflito, 1889, p. 1). Naquela estação, inaugurada em 1865 – uma das mais belas e antigas do País, hoje em ruínas –, ele e sua comitiva, muito provavelmente, passaram ao ramal de Jacutinga, desembarcando na estação da cidade de Valença.

Em Valença, hospedou-se na casa de João Barcellos, que apurei ser o advogado João Francisco Barcellos, nascido na antiga Santa Tereza de Valença, hoje Rio das Flores. Ele chegou a assumir a Secretaria do Interior e Justiça do estado do Rio de Janeiro no governo de José Thomaz da Porciúncula. Sua família ocupava uma chácara no centro da cidade, construção demolida recentemente por representar grande risco aos transeuntes. Talvez tenha sido aquele o endereço onde Jardim hospedou-se.

A não mais que dez minutos de lenta caminhada dali, ficava o antigo Teatro Glória, localizado no exato ponto onde, na década de 1930, seria construído um cineteatro que manteve a denominação original.<sup>2</sup> O local destinado à apresentação de Jardim fora construído em 1868, bastante próximo às instalações originais do centro de poder da vila, embora o legislativo municipal já se encontrasse, naquela época, instalado no prédio da antiga Praça do Comércio, onde até hoje funciona. Em fins do século XIX, as adjacências do Glória ainda eram associadas ao espaço ocupado pela antiga Casa de Câmara e Cadeia e, por isso, aquela região era chamada de Largo da Câmara.

O *Gazeta de Notícias* não falou em adiamento da conferência. Pelo contrário: noticiou como natural que o conferencista tenha aguardado a noite, na casa do correligionário político, para se apresentar. A narrativa do conflito teve grandes variações com relação ao que foi publicado pelo *Tribuna Liberal*: a conferência foi realizada e nela Jardim teria falado longamente, dispensando o auxílio tardio da força pública. Nesse contexto, é importante ressaltar que o jornal *O País*, órgão então dirigido por Quintino Bocaiúva, parece não ter dado ao caso qualquer publicidade. No dia 18 de março, data do conflito em Valença, publicou, em uma nota no espaço reservado à coluna *Partido Republicano*, informação sobre a medida disciplinar tomada como forma de resguardar os interesses da sigla. Assim, somente as publicações feitas naquela página estariam sob a responsabilidade partidária.

Coube novamente ao jornal *Cidade do Rio* o papel de repercutir notícias mais detalhadas e deletérias a respeito. O periódico valeu-se de uma carta enviada por um anônimo testemunho dos conflitos. Sob o título de *A tal propaganda*, a narrativa foi publicada, segundo o jornal, textualmente, acrescida de

---

<sup>2</sup> O Cine Teatro Glória ainda existe na atual Praça Visconde do Rio Preto.

comentários considerados oportunos. Embora os limites entre a transcrição da carta e a intervenção do próprio colunista não estejam bem delimitados com o devido uso de aspas, é possível destacar os pontos da narrativa enviada pelo morador de Valença, identificado apenas como pessoa muito conceituada.

O horário da conferência, que, ao final, teria sido transferida para a noite, surgiu na missiva como uma provocação, um artifício do tribuno para se valer de práticas escusas, incompatíveis com a clareza do dia. Estiveram armados os republicanos em grupo formado não só por gente da terra, mas por forasteiros que se dirigiram ao teatro dando vivas à república, sendo, então, contrariados pelos “vivas à rainha” e “morras à república” proferidos pelos “libertos” (A TAL propaganda, 1889, p.1). Sob esse viés, a narrativa publicada pelo *Cidade* explica a deflagração do conflito como uma ação reativa dos ex-escravizados do lugar que assim respondiam as alegadas provocações. No interior do prédio, os republicanos foram acuados. Houve então a debandada já descrita. O autor da carta, que, inicialmente, diz ter presenciado as cenas, preferiu não avaliar a informação de que o ponto crucial do conflito fora a tentativa de incendiar o prédio por parte dos revoltosos: “Afirma-se que os libertos já tratavam de pôr fogo ao teatro, o certo é que tinham o ânimo exaltadíssimo. [...] Tudo foi confuso e não se fez a conferência (como aliás se disse) pela debandada em que acabou o que tão mal havia começado.” (A TAL propaganda, 1889, p.1).

Segundo o jornal *Arauto de Minas*, as confusões em torno do Teatro Glória provocaram a morte de “três libertos e de um republicano.” (O Propagandista, 1889, p. 3). Os efeitos do episódio foram duradouros e talvez tenham exacerbado o imaginário do medo em torno das manifestações que marcariam o primeiro aniversário da Lei Áurea. Grande parte da imprensa, sobretudo o *Diário de Notícias*, por meio dos artigos de Rui Barbosa<sup>3</sup>, denunciava a barbárie dos ataques monarquistas, comumente atribuídos à Guarda Negra, contra a campanha republicana. Aquela folha, em 7 de maio de 1889 – portanto quase dois meses depois da passagem de Jardim por Valença –, publicou uma carta em que uma moradora daquela localidade fluminense relatava ao irmão o pânico que naqueles dias ensandecia as famílias do local, cujos chefes pensavam até em viajar para passar o Treze de Maio longe dos perigos que se avizinhavam.

A linguagem empregada é dramática: a autora da carta falava em pressentir os últimos dias de sua existência, ainda mais que não poderia se retirar, pois seu marido, identificado apenas como F., recusava-se. O maior temor era gerado pela informação de que os libertos estariam se armando: “[...] o Dr. \* veio de sua fazenda avisar a F. que os libertos estão há dias fazendo balas e dizem que são para os republicanos” (O GABINETE do Terror, 7 maio 1889, p. 1). Outra especulação que causava pânico era de que a força policial necessária não seria enviada pelas autoridades imperiais. O delegado, a pedido dos moradores assustados, garantia a chegada de mais vinte praças, notícia que vinha sendo refutada por

---

<sup>3</sup> Ver: ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. O que pode haver em comum entre navalhistas, capangas e secretas? Rui Barbosa e outros sujeitos no tabuleiro da política do pós-abolição. In: MACHADO, Maria Helena P. T.; CASTILHO, Celso Thomas. (Org.). **Tornando-se Livre**: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015, pp. 385-402.

pessoas da própria localidade cientes do conluio entre a autoridade policial e os interesses dos monarquistas.

Ainda segundo a carta, “os libertos” estavam “altaneiros”, existindo notícias de que não faziam mais “questão de política e sim da raça” (O GABINETE do Terror, 7 maio 1889, p. 1). É sintomática essa última observação da anônima correspondente, cujo marido certamente integrava os quadros republicanos, já que ela se referia às cautelas que ele passara a tomar, baseado em experiência passada quando, equivocadamente, mantivera “a boa fé”. Dessa maneira, a política para os revoltosos estava em segundo plano, faziam principalmente “questão de raça”, o que endossava a interpretação sustentada pelo próprio diretor do jornal, Rui Barbosa.

Para Wlamyra Ribeiro de Albuquerque (2015), Barbosa sabia que a divisão entre monarquistas e republicanos não obedecia, naqueles conflitos, à fronteira racial, pois ambos os lados contavam com integrantes negros. A estratégia dele seria descredenciar o plano do Terceiro Reinado, “[...]radicalizando o posicionamento partidário dos libertos que a ele aderiram, realçando a condição de subalternidade que eles demonstravam em relação à família imperial, como marca do passado escravista e da descendência africana” (ALBUQUERQUE, W., 2015, p. 387). O próprio título da publicação, o *Gabinete do Terror*, mais uma vez denunciando a relação entre as autoridades monárquicas e a violência que estaria sendo empregada contra os republicanos pelos grupos de afrodescendentes, evidencia em parte o esforço do diretor do *Diário de Notícias* em comprovar que “estava na condição sociorracial dos integrantes da Guarda Negra os motivos para a adesão popular ao Terceiro Reinado.” (ALBUQUERQUE, W., 2015, p. 387).

Concordo em parte com essa interpretação, mantendo, porém, a impressão já exposta no capítulo anterior: as críticas do político baiano partiam de sua própria falta de acuidade com relação à legitimidade do monarquismo vociferado por numerosos grupos formados por pessoas egressas da escravidão. Barbosa, portanto, teria partido de uma dada realidade e nela procurou interferir com sua respeitada fala, obviamente guiado por intenções políticas, preocupado em descredenciar as adesões que ruidosamente eram declaradas à Monarquia naqueles tempos de “guerra de raças”, para lembrar um subtítulo de um artigo do autor já aqui utilizado. O que quero dizer é que, por óbvio, os que, como Rui Barbosa, passaram a defender a campanha republicana, exploraram ao máximo o cenário da existência de uma “onda negra” a potencializar, no imediato pós-Abolição, o “medo branco”, para utilizar expressões de Celia Maria Marinho de Azevedo. (1987). No entanto, tal constatação não é suficiente para inferirmos que a posição de observadores como Barbosa não estivesse também pautada, em grande parte, na simples percepção da conjuntura vivida.

Os conflitos de Valença seriam por muitas vezes recordados, explicitamente ou não, naquele ano de 1889. Mais tarde, já no Governo Provisório, um grupo de republicanos locais não identificados enviou



representação a Campos Sales, então Ministro da Justiça, inconformados com a nomeação do bacharel Carlos Ferreira de Souza Fernandes a juiz de direito da comarca de Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo. Isso porque se tratava da mesma pessoa que havia incitado e capitaneado os libertos “para assassinarem Silva Jardim no teatro” (ESTADO do Espírito Santo, 15 dez. 1889, p. 3). Voltemos aos rumos da propaganda, que, durante aproximadamente um mês, foi arrefecida. Durante esse tempo, Jardim retornou para o Rio de Janeiro, voltando a Minas Gerais na segunda quinzena do mês de abril de 1889.

Naquele pequeno intervalo em que se dedicou a acompanhar algumas de suas causas advocatícias, como informou em suas memórias, esteve também a amargar não somente as experiências perturbadoras que enfrentara em sua primeira viagem à província mineira, mas também a sua acachapante derrota como candidato ao Legislativo baiano para o liberal barão do Gauhy, Joaquim Elísio Pereira Marinho. O jornal *Arauto de Minas* comemorou o resultado, tomado como o sepultamento do radicalismo republicano, então representado pelo tribuno fluminense que andava por Minas “qual anticristo a discursar ao povo doutrina barulhenta” (EXPLENDIDA vitória, 1889, p. 2). As palavras duras do jornal seriam já uma antecipação do que Jardim enfrentaria em São João del-Rei.

Antes de enfrentar a sua segunda viagem a Minas Gerais, visitando, daquela vez, a região central, Jardim fora a São Paulo, sendo recebido com festa pelos correligionários, conforme informou o *Gazeta de Notícias*<sup>4</sup>, já noticiando o seu retorno à Corte. Entretanto, ele não mencionou a sua ida à capital paulista em abril de 1889, poucos dias antes de o Congresso do Partido Republicano eleger Quintino Bocaiuva como o novo dirigente da sigla. Uma publicação assinada no mesmo diário por Campos Sales revela, no entanto, as disputas que então se acentuavam no âmbito intrapartidário, preenchendo a lacuna das recordações não registradas em *Memórias e Viagens*.

De forma conciliatória, mas disposto a corrigir interpretações errôneas sobre seu alinhamento com a dissidência de Silva Jardim – já anunciada no seu manifesto de 6 de janeiro, e que, no mês seguinte àquela sua visita a São Paulo, seria complementada e publicitada –, o advogado paulista reconhecia os méritos do visitante, admitindo, contudo, que a gravidade do momento político exigia a união de todos os republicanos sob a autoridade da direção partidária. Sales, dessa forma, reclamava as subtrações que teriam sido feitas de seu discurso proferido no dia 7 de abril durante banquete oferecido ao correligionário na capital paulista. Lamentava que não tivessem sido registrados pelo taquígrafo os brindes levantados às lideranças históricas fluminenses, como Saldanha Marinho e Quintino Bocaiuva, o que teria “[...] bastado para suprir o que houvesse de incompleto” (SALES, 26 abr. 1889, p.3) em suas palavras, dispensando-o da retificação. Trazia, então, novamente ao conhecimento público, o texto publicado em 21 de abril pelo jornal *A Província de São Paulo*, desta vez complementando-a com as considerações acima.

---

<sup>4</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, ano 15, n. 105, p. 1, 14 de abril de 1889.

O esforço de Campos Sales em esclarecer sua posição acerca da evocação revolucionária de Jardim muito provavelmente teria derivado de pressões internas feitas pelas lideranças fluminenses. Atendo-me ao texto original, no entanto, arrisco opinar que o futuro presidente da República brasileira foi certamente bastante dúbio, tendo mesmo uma inclinação bastante clara ao método defendido pelo advogado fluminense, que considerava a ação revolucionária para a mudança do regime: “Acabo de ouvir falar no radicalismo republicano, na ação revolucionária, mas, com franqueza declaro que não conheço divergências entre nós, e que nem pode haver divergências... [...], pois todos temos uma só aspiração: é a República!” (SALES, 26 abr. 1889, p.3).

Além disso, embora ressaltando a importância da manutenção da unidade partidária por meio da observância da disciplina e da autoridade constituída, em clara reprovação ao movimento dissidente capitaneado por Jardim, Campos Sales sustentou: “no terreno em que nos colocamos não há nem deve haver exclusivismos. A monarquia pode e deve ser combatida simultaneamente no duplo terreno da legalidade e da ilegalidade” (SALES, 26 abr. 1889, p.3). Terminou o discurso com um brinde em que empenhava a sua “lealdade de sentimentos” ao “infatigável propagandista e intrépido agitador.” (SALES, 1889, p.3),

Suponho que a ida de Silva Jardim a São Paulo, entre as duas etapas de sua visita a Minas Gerais, fez parte de um esforço para levar suas demandas aos correligionários paulistas que não afastaram claramente as aspirações do jovem tribuno; antes o encorajaram, atentos, no entanto, a outras possibilidades e ao rumo dos acontecimentos. É dispensável comentar que nem os próprios líderes republicanos paulistas, atuantes e influentes dentro dos quadros partidários como o futuro presidente Campos Sales, poderiam prever o desfecho da forma como se dera em 15 de novembro de 1889. Silva Jardim, em abril daquele mesmo ano, prestes a retomar sua estrepitosa campanha – marcada por conflitos, mas também cooptando simpatias e adesões –, era peça importante no jogo político. Movia-se com destreza e, portanto, seu potencial ofensivo era ainda respeitado, embora o xeque-mate ao rei tenha, logo depois, partido de peças aparentemente menos ostensivas e que ocupavam posições de avanço gradual.

A fala de Campos Sales, em seu contexto original, servirá aqui para ilustrar as considerações de que a retórica da moderação não afastara definitivamente a alternativa da revolução. Eram alternativas em aberto, levadas em conta pelos próprios “liberais republicanos”, que ultrapassaram os limites da opinião pública admitida nas instituições imperiais, evocando setores sociais exógenos ao domínio saquarema.<sup>5</sup>

### 5.1 SÃO JOÃO DEL-REI: “TERRA DE MUITOS PADRES E MUITOS SINOS”

De volta à Corte, descansou não mais que três dias, pois, no dia 17 de abril, já se encontrava em

---

<sup>5</sup> ALONSO, Alonso. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. pp. 187-188.

Caxambu, primeira cidade visitada<sup>6</sup>, onde parece ter sido recebido sem grandes sobressaltos, se levarmos em conta a sua própria narrativa contraposta à falta de notícias sobre conflitos ocorridos naquela localidade. Parece ter sido igualmente tranquila a sua passagem por Baependi e Juiz de Fora, cidade onde o conferencista talvez não tenha se detido, pois sequer a mencionou ao narrar aquela sua segunda viagem a Minas Gerais. No jornal *Diário de Minas*, uma pequena nota sobre o numeroso grupo de correligionários que foi lhe cumprimentar na estação ferroviária também sugere o mesmo.<sup>7</sup>

Das três cidades inicialmente visitadas, apenas Caxambu mereceu maior espaço em seu relato. Valeu-se de correspondência entre duas senhoras não identificadas para acentuar o seu cuidado em falar de acordo com a plateia. As correspondentes, esposas de correligionários locais, trocavam impressões sobre o surpreendente comedimento do tribuno, recurso que o narrador talvez tenha utilizado para evidenciar como desproporcional e injusta a agressiva recepção que mais tarde enfrentara em São João del Rei. Para começar, os trilhos da estrada férrea foram cortados em pontos bastante próximos à entrada da cidade, todavia o viajante não arrefeceu, assim como a “reduzida”, “porém “destemida” (JARDIM, 1891b, p. 309) comitiva republicana que o aguardava.

O conserto dos trilhos atrasou, mas não impediu a sua chegada que, a princípio, tinha sido festiva, logo depois perturbada por grande “assuada”. Deliberou o visitante que a conferência ocorresse no local, não especificando para onde fora conduzido, o que pode indicar o clima de total insegurança para o seu deslocamento. Foi-lhe então oferecido um banquete. Mal iniciara o serviço e o caos se instalou: pedras, tumulto e fogo, debelado a custo pelos que estavam no interior da casa. Um dos presentes teria relatado mais tarde a Jardim que vira da janela um padre juntando pedras na batina e sendo acompanhado no ato de agressão por muitos italianos movidos pelo apreço à figura conterrânea da Imperatriz Tereza Cristina. Dornas Filho enfatizou o episódio, afirmando que “[...]o povo, açulado pelos padres, ateou fogo à casa em que se encontrava Silva Jardim com seus amigos, depois de intimá-lo, sem resultado, a deixar a cidade” (SANTOS FILHO, 1936, p. 58).

Realmente, nota-se, tanto no relato de Jardim como nas páginas dos jornais da época, a ausência da costumeira alusão a libertos integrando, majoritariamente, a oposição ao visitante. Outro grupo, o de imigrantes italianos, havia tomado o protagonismo da cena, compartilhada, genericamente, pelo “povo são-joanense.” Sobre a saída do visitante, ela sem dúvida ocorreu de forma prematura, o que torna não muito precisa a afirmação de Dornas Filho sobre o insucesso daqueles que o pressionavam a seguir caminho. Jardim lembrou que passaram a noite em vigília, de armas em punho, aguardando a hora do trem matinal para deixar a cidade.

<sup>6</sup> Guiei-me exclusivamente pela cronologia publicada em *Propaganda Republicana* e pelos relatos do próprio Jardim, não repetindo, como no capítulo anterior, o trabalho de cruzar tais informações com as publicações dos jornais.

<sup>7</sup> **DIÁRIO de Minas**. Juiz de Fora, ano 1, n. 295, p. 2, 23 abr. 1889.

O jornal *A Verdade Política*<sup>8</sup>, órgão do Partido Liberal, supriu as lacunas deixadas pela narrativa de Jardim. De acordo com o veículo, menos de trinta pessoas teriam lhe recepcionado na estação de Prados. Da população, recebera logo de início atitudes de desagrado. Da estação, encaminhou-se ao Grande Hotel, de onde mais tarde deveria sair para a conferência que estava sendo preparada no teatro da cidade, mas o ajuntamento popular em torno do hotel impediu a locomoção do conferencista e obstruiu a sua tentativa de falar da sacada do prédio. O incêndio, que Jardim afirmou ter sido debelado, não teria passado de uma ideia ensaiada, porém não cumprida. Ocorreram alguns ferimentos leves entre os revoltosos. O povo exigia o imediato embarque de Jardim, o que ocorreu na manhã seguinte, com o indesejado visitante sendo escoltado pelo delegado de política. Ou seja, na versão sustentada pelo periódico, as provocações teriam partido dos republicanos, que foram então rechaçados com veemência pela população local.

O jornal *Arauto de Minas* publicou quase as mesmas informações a respeito dos distúrbios em São João del-Rei, contudo acentuando a descrição da mobilização pública contra o visitante e multiplicando os adjetivos para desqualificá-lo, acrescentando os seguintes detalhes: nas ruas, surgiu furioso Zé Pereira a toque de lata de querosene com o intuito de abafar a voz do orador. Jardim saiu escoltado pela polícia às cinco horas da manhã. No mesmo número, o *Arauto* publicou uma série de notas irônicas sobre o ocorrido. Uma delas simulava o teor de um telegrama enviado pelo propagandista: “Falei do quarto porque estive indigesto por causa do banquete. Muitas adesões”. Outra nota, enviada de Queluz, dizia: “Mande umas calças para Silva Jardim porque as que tem sujou-as em São João del-Rei.” (ARAUTO DE MINAS, 28 abr. 1889, p. 2)

No *Diário de Minas*, encontramos, novamente, um relato que tentou valorizar a propaganda, mesmo atestando a gravidade do conflito. À influência do Partido Conservador sobre o ocorrido e à falta de ação das autoridades policiais caberiam a responsabilidade dos distúrbios. Apesar da hostilidade com que foi recebido, o saldo da visita de Silva Jardim à cidade teria sido positivo, pois o Partido Republicano teria ali conquistado grande adesões e simpatias.

Os conflitos em São João del-Rei foram justificados em *Memórias e Viagens* pela reprodução de diálogos entre o autor e os correligionários locais: “[...]terra de muitos padres e muitos sinos. Uma exceção em Minas, gente que se pôs contra a revolta de 1842” (JARDIM, 1891b, p. 312). Interessante notar que tais considerações sobre a extrema religiosidade do povo de São João como base para seu sentimento pronomarquia foram repercutidas na imprensa. O órgão do Partido Liberal de São João, o jornal *A Verdade Política*, reservou espaço em suas páginas para rebater as acusações feitas pelo jornal *O Mineiro*, da cidade vizinha de Barbacena, que apontava o “fanatismo religioso” (HODIE, 1889, pp. 1-2) dos manifestantes.

<sup>8</sup> CONFERÊNCIAS Republicanas. **Verdade Política**. Órgão do Partido Liberal do Sexto Distrito de Minas Gerais. São João del-Rei, n. 1, ano 27, p. 2, 30 abr. 1889.

De São João, Silva Jardim seguiu para Queluz, atual Conselheiro Lafaiete. Foi sintomaticamente lacônico sobre sua passagem por aquela localidade, aonde chegou à tarde, depois de uma viagem fatigante: “la coberto de pó, a face vermelha e intumescida, o olhar abatido, o ar fatigado”. (JARDIM, 1891b, p. 313). Não encontrei notícias sobre Queluz nos jornais pesquisados. Muito provavelmente sua fala ocorreu entre os próprios correligionários somente. Ele apenas registrou que conseguiu orar à noite. O verbo conseguir aqui talvez revele o que não foi dito: novas dificuldades se interpuseram.

Entre Queluz e Ouro Preto, visitou uma fazenda onde, dizia a tradição, Tiradentes se reunira com os conjurados. A 27 de abril de 1889, deixara seu nome gravado ao lado de outros visitantes ilustres, como o correligionário Lopes Trovão. Foi recepcionado no dia seguinte na capital da província por João Pinheiro e Antônio Olinto. Jardim já conhecia o primeiro deles como preparador do gabinete de Física da Escola Normal. Depois de uma conferência à tarde – classificada por ele como muita aplaudida e sem relatos de intercorrência – houve à noite uma passeata, quando João Pinheiro pôde fazer “um bom discurso” (JARDIM, 1891b, p. 313).

Dado a superlativos absolutos para adjetivar personagens e situações, Jardim talvez tenha assim demonstrado certa insatisfação com a fala do presidente do Partido Republicano Mineiro. Ele dirigia então o jornal *O Movimento*, elogiado pelo comedimento por um concorrente de linha conservadora. Tal comedimento revelava que “[...] em Minas o trabalho do republicanismo seria outro, que não esgrimaria aquele cavaleiro as armas que Silva Jardim vinha brandindo” (TERCEIRO distrito, 1889, p. 3). Os artigos do jornal republicano, redigidos pela “bem apurada pena de Pinheiro”, defendiam “o triunfo da República pela frutificação da ideia [...] pela propaganda doutrinária, e jamais pela revolução” (TERCEIRO distrito, 1889, p. 3). Temos aqui, pela ótica de um órgão de imprensa da política conservadora, novos indícios de que Jardim encontrara em João Pinheiro um correligionário mais inclinado à linha evolucionista do Partido Republicano, da qual, no mês seguinte, divorciar-se-ia publicamente. Importante lembrar que, em fevereiro daquele mesmo ano – portanto dois meses antes –, o político mineiro estivera em correspondência com Saldanha Marinho, que, como vimos, reclamou bastante da postura de Jardim.

Não há detalhes em *Memórias e Viagens* sobre a conferência em Ouro Preto, como local, número aproximado de participantes ou presenças importantes. No dia seguinte, Jardim visitou, na companhia de José Olinto, as Escolas de Farmácia e de Mineralogia. A falta de notícias sobre a data nos jornais pesquisados é, a meu ver, sintomática. Talvez em Ouro Preto o viajante também tenha enfrentado oposições, não tão ruidosas, mas latentes. Naqueles dias, o *Diário de Minas*<sup>9</sup> destacou, na primeira página, que naquela província estavam sendo recorrentes os ataques de homens incultos contra a voz de oradores políticos. Referia-se o jornal à Guarda Negra, expressão utilizada no título da matéria, que não citou nomes

<sup>9</sup> A GUARDA Negra. *Diário de Minas*. Juiz de Fora, ano 1, n. 297, p. 1, 25 abr. 1889.

nem lugares, mas falou em dissolução violenta de reuniões convocadas e de “vozerios selvagens” impedindo o início dos eventos programados.

A recepção em Barbacena foi mais detalhada. Quem o recebeu foi Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, irmão de seu falecido sogro, Martim Francisco. A acolhida foi recordada como muito carinhosa e a conferência, como muito aplaudida e exitosa. O advogado da família Andrada havia se transferido na década de 1860 para Barbacena, tendo sido deputado geral do Império pelo Partido Liberal. Mas, na época em que recepcionou o marido de sua sobrinha Anna Margarida, já se apresentava como chefe local do Partido Republicano. Por ali, a oposição à Monarquia fortalecia-se. No duelo discursivo entre a imprensa de São João del-Rei e o jornal republicano *O Mineiro*, Barbacena era alçada a bastião da ideia republicana em Minas.

Segundo o *Diário de Minas*<sup>10</sup>, aquele jornal consagrara a Silva Jardim um número especial escrito em prosa e verso. Em sua última parada em Minas, parece ter o nosso personagem refeito as forças e recobrado o estímulo: “Tomando o trem de ferro atravesso as montanhas mineiras, descendo os planos majestosos da estrada, horizonte largo sempre em frente, depois de ter atravessado as planícies enormes do campo onde o gado abundante pasta, e torno a entrar no Rio de Janeiro” (JARDIM, 1891b, p. 317).

## 5.2 O PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DA LEI ÁUREA

Entre a segunda viagem a Minas e seu embarque para o “Norte”, no enalço do conde d’Eu, Jardim abordou o tema que, naquele mês de maio – primeiro aniversário da Lei Áurea –, tomava obrigatoriamente espaços nas várias esferas da vida política, social e cultural da Corte. No dia 13, publicou no jornal *Gazeta de Notícias* um artigo curto para o seu estilo laudatório, mas no qual afirmava categoricamente que a liberdade não bastaria para que o principal objetivo da obra abolicionista fosse atingido: a incorporação dos “libertos” ao proletariado moderno. Tal meta teria sido ignorada pelo esforço da Monarquia em tomar para si o protagonismo da libertação na tentativa de salvar os privilégios dinásticos. Sendo assim, haveria mais o que lamentar do que comemorar. A Lei Áurea teria significado apenas a liberdade, que era um passo importante por ser o primeiro de todos, mas não absoluta eficácia da obra abolicionista:

O antigo escravo ficou tão miserável, tão infeliz e tão desprotegido como dantes. Ninguém pensou em dar-lhe o que se oferece ao colono estrangeiro; ninguém tratou de constituir lhe a base indispensável da existência material, dando-lhe terras devolutas e instrumentos de trabalho, facultando-lhe os meios de fundar uma habitação, diretamente por si ou com o auxílio dedicado do seu antigo patrão; ninguém promoveu em favor dele o estabelecimento de um sistema de simples e fácil instrução elementar. [...] O abolicionismo dinástico, hipócrita e refalsado, em verdade, comprometeu o futuro da raça preta, que se acha ligado intimamente ao de nossa Pátria, cuja base material ela

<sup>10</sup> **DIÁRIO de Minas**. Juiz de Fora, ano 1, n 302, p. 1, 30 abr. 1889.

estabeleceu e cujos tesouros morais opulentou ainda. Tempo virá em que os descendentes da raça negra, bem inspirados e esclarecidos, lhe tomem disto severas contas. A República, benevolente e serena, aguarda esse dia de fraternidade e justiça (JARDIM,, 1978, p. 354).

Bastante alinhado ao projeto positivista de desenvolvimento e progresso, subentendidos, como vimos anteriormente, como resultado de uma sociedade hierarquizada, pacificada e ordenada pela harmonia entre as classes proprietária e proletária, o artigo de Jardim também revelava, no trecho acima, sua adesão às demandas ainda visadas no pós-Abolição pela Confederação Abolicionista, cujo projeto incluía a democracia rural por meio de expedientes como o imposto territorial e pela desapropriação de terras. Logo após o Treze de Maio, o jornal *Cidade do Rio*, em cujo entorno reuniam-se republicanos abolicionistas apoiadores do gabinete João Alfredo, empenhava-se na continuidade do projeto da Confederação.

Um artigo publicado naquele jornal, em 26 de maio de 1888, denunciava e lamentava a condição de abandono dos ex-escravizados, lembrando que os que lutaram pelo fim do cativo não poderiam agora abandoná-los à miséria: “a divisão da terra é uma necessidade palpante. É mister empregar os devolutos, para que não apodreçam nos campos, como bestas esses homens que ressuscitaram” (A VINGANÇA, 1889, p. 1). Um ano depois, como outras manifestações feitas no primeiro aniversário da Lei Áurea, a fala de Jardim também levantou a necessidade de reforma fundiária, trazendo, na parte final, um alerta quase visionário, em curiosa contraposição ao que escreveu, na mesma ocasião comemorativa, José do Patrocínio.

Ou seja, Jardim inclui na sua fala o latente descontentamento dos antigos escravizados que, em futuro próximo, tomariam disso “severas contas”. Por sua vez, José do Patrocínio esboçou o que chamou de “belo quadro”, resultado de uma abolição pacífica empreendida pelo governo: “Depois dos primeiros dias de festa, como um enxame de revoada depois da primavera, volvem ao trabalho e, há um ano, a sociedade só se apercebe da existência do liberto pela continuidade da produção, pela fatura dos mercados” (PATROCÍNIO, 1889b, p.1). Haveria, por toda parte, segundo o jornalista, “trabalho, paz profunda, esquecimento do passado” (PATROCÍNIO, 1889b, p.1), porém, de forma unilateral, pois os antigos senhores se revoltaram com a liberdade e buscavam a vingança. Contrariamente, os egressos do cativo, conformes com a posse da própria liberdade, nada reivindicavam, nem ao menos pediam “[...]da terra porção maior do que aquela em que cabe a sua enxada” (PATROCÍNIO, 1889b, p.1).

Propondo essa análise comparativa entre os textos escritos por ambos no primeiro aniversário da Lei Áurea, ressalto que Jardim mais de uma vez destacou a situação de abandono dos antigos escravizados de forma bastante contundente, contestando os louros que a Monarquia vinha para si reivindicando de uma vitória que tardiamente forjou sobre ela mesma. Naturalmente, tal discurso fazia parte da mesma moeda

política: negar a “obra redentora”, propagandeada por seu então desafeto José do Patrocínio, e ainda insinuar o seu projeto republicano como capaz de complementar o processo abolicionista. Sua fala, no entanto, não angariou simpatias capazes de poupá-lo dos conflitos causados, em grande parte, por grupos formados pela população afrodescendente. Na Corte, corriam boatos, certamente potencializados pelas narrativas oposicionistas, de que “os libertos pretendiam no dia 13 de maio fazer uma matança dos republicanos mais salientes” (JARDIM, 1891b, p. 369). O advogado registrou que, por conta de tais ameaças, resolvera passar com a família alguns dias fora de casa. José Leão detalhou os dias de apreensão em torno da data. Antes, mais algumas informações sobre o biógrafo, para que fiquemos atualizados sobre sua situação no curso desta narrativa.

Eram tempos de recomeço para Leão, que já vivia a maturidade. Em 1886, os rumos da sua vida novamente se tornaram instáveis a partir de uma denúncia por ele encaminhada à Secretária da Fazenda sobre os descumprimentos do decreto legal de 1872 que obrigava os proprietários a comunicarem o nascimento, a venda ou o falecimento de todos os seus escravos. Em decorrência do ato, tomado como insubordinação abolicionista, foi transferido para o Ceará, decisão contra a qual em vão se insurgiu com publicações feitas no jornal *A Província de São Paulo*.<sup>11</sup> Acabou sendo obrigado a pedir demissão do cargo e retornou para a Corte, onde, mais tarde, abriu uma escola para filhos de pais declaradamente republicanos, no bairro de Santa Teresa.

Em 1888, concluiu um curso de agrimensura, tendo mais tarde atuado no planejamento e na execução de obras públicas, nos primeiros anos da República. Entre 1891 e 1892, esteve atuando como construtor na iniciativa privada, obra que foi substituída ou completada, não se sabe ao certo, pela empresa Companhia Central de Restaurantes, aberta em 1892. Todos esses empreendimentos não foram muito exitosos. Em 1901, ele conseguiria ser reintegrado como funcionário público, tendo falecido três anos depois, em dificuldades financeiras.<sup>12</sup> Foi, portanto, entre vivências de insucessos seguidos e ainda amargurado pela perseguição que avaliava ter sofrido por sua postura abolicionista e que o havia alijado da sua estável posição na Fazenda Pública de São Paulo que escreveu o livro *Apontamentos para a biographia do ilustre propagandista*. Mas voltemos às lembranças dos tempos em que José Leão era vizinho de Jardim, morador da Rua Augusta, em Santa Teresa. Era véspera do primeiro aniversário da Lei Áurea.

Em 12 de maio de 1889, a criada da família Jardim voltara das compras afirmando ter ouvido ameaças sobre o assassinato do patrão. Aterrorizada, a dona da casa enviou a moça para pedir a presença

<sup>11</sup> A TESOURARIA da fazenda. **A Província de São Paulo**. São Paulo, ano 2, n. 54, 27 mar. 1886. Seção Livre, p. 2.

<sup>12</sup> AIRAGHI, Paulo Vítor Sauerbronn. **José Leão Ferreira Souto e a construção da identidade potiguar na transição do século XIX para o século XX**. 2016. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016, pp. 60, 81, 97.



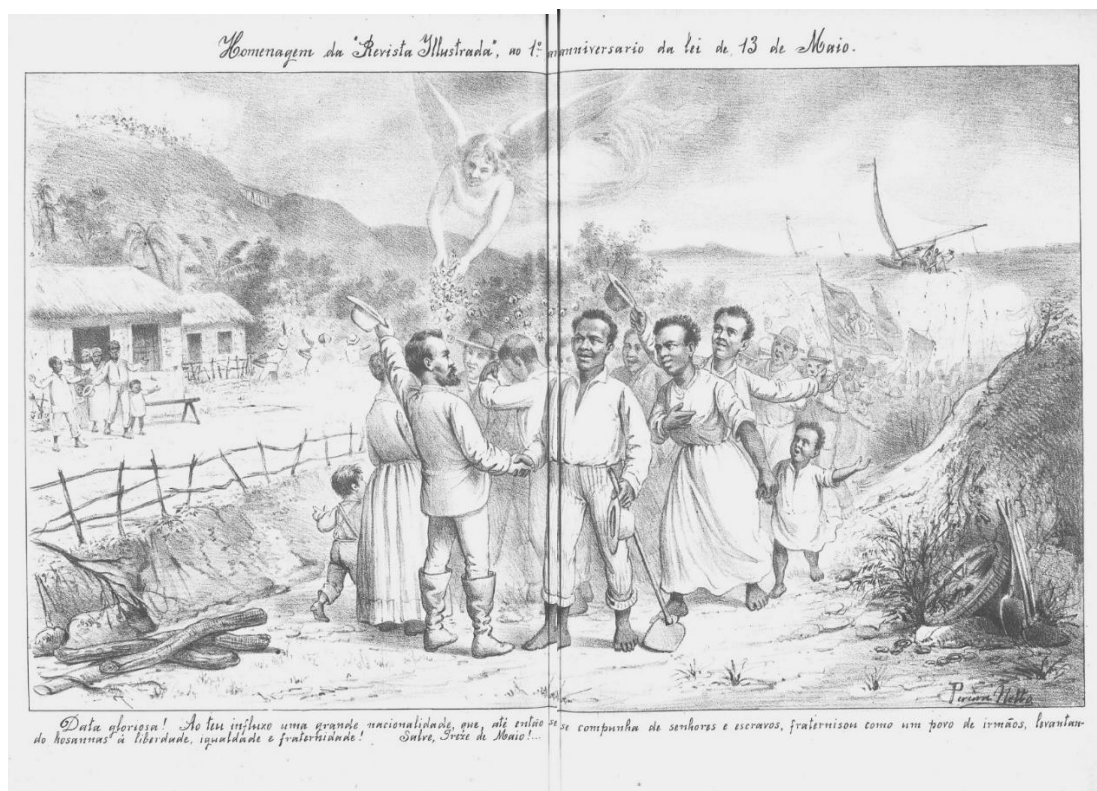
do secretário do marido, Luiz Pires, que ocupava, em dependências vizinhas, parte da escola fundada por José Leão na mesma Rua Augusta onde o advogado instalara-se ao transferir-se de São Paulo para a Corte. No entanto, Pires não pôde atender-lhe, combatido por uma crise de erisipela. Em prantos, a serviçal já retornava a casa quando José Leão quis saber o que havia. Foi o tempo de compor a vestimenta e seguir em auxílio à casa do amigo. Encontrou Margarida aprontando-se para sair com as crianças. Jardim, que, segundo o testemunho da cena, mostrava-se bem mais sossegado do que a esposa, não ignorava o perigo que corria: “Leão, peço-lhe para acompanhar Guida até à cidade, onde ela vai passar uns dias na casa de um correligionário,<sup>13</sup> José Silvério Barbosa” (Leão, 1895, p. 217). O professor potiguar quis saber se Jardim também não iria. Desceria a pé, respondeu, mas sozinho, conforme de costume, porque não queria que pensassem que recuava de medo: “E desceu a encosta por Monte-Alegre abaixo, despedindo-se de nós ao entramos no bonde, a família e eu, que seguíamos pelo plano inclinado” (Leão, 1895, p. 217).

A *Revista Ilustrada* registrou o acerto de sua previsão sobre os alarmes feitos em torno da data: o Treze de Maio havia sido festejado “dignamente em todo o Brasil e no estrangeiro.” (REVISTA ILUSTRADA, 13 MAIO 1889). Os boatos de distúrbio não se realizaram, comemorava o jornal, que, na edição anterior, estampava em folha dupla uma cena rural em que figuras representadas com características variáveis da afrodescendência – de ambos os sexos e de todas as idades, descalças, em vestimentas de trabalho – dirigiam-se ao encontro de uma família branca, em trajes rurais, a qual os aguardava para a confraternização, que deveria marcar a “data gloriosa”. Ao fundo, à esquerda, uma família negra deixava o casebre simples para se juntar ao ponto do encontro, braços abertos, expressões de júbilo. No lado direito, uma grande multidão vinha também se juntar ao plano central, onde um homem negro, jovem e forte, acompanhado da esposa e do filho, portando uma enxada, cumprimentava o chefe da família branca, calçado com longas botas e chapéu, a saudar em gesto largo a comitiva, que aumentava com a chegada de jangadeiros – seguramente em alusão ao movimento cearense, prestes a aportar. Ao longe, entre o primeiro plano da cena e o mar longínquo, bandeiras tremulavam. A mais próxima revelava os símbolos da nação imperial. Acompanhando o desenho, a legenda abaixo.

---

<sup>13</sup> Parece ter sido um comerciante, sucessor do pai, Domingos Silveira Barbosa, antigo negociante do ramo da joalheria. **ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro, n. 42, 1885, p. 680.

Figura 11 – Homenagem da *Revista Ilustrada* ao 1º aniversário da lei de 13 de maio



Fonte: *Revista Ilustrada*. Rio de Janeiro, ano 14, n. 548, pp. 4 -5, 13 maio 1889.

Legenda: “Data gloriosa! Ao teu influxo uma grande nacionalidade que, até então se compunha de senhores e escravos, fraternizou como um povo e irmãos, levantando hosannas à liberdade, igualdade e fraternidade! Salve, Treze de Maio”!

Analisando as publicações da *Revista Ilustrada* logo após a Abolição, nas quais o próprio periódico é situado como elemento importante da luta pela liberdade, Marcelo Balaban (2009) ressalta que entre as muitas ausências que podem ser percebidas no desenho de Ângelo Agostini, a que chama a atenção é a dos principais sujeitos de todo o processo: os escravos. Não resisto à metáfora que ora se insinua: no pós-Abolição, os chamados “libertos” haviam “roubado a cena”, mesmo em se tratando de um idealizado quadro harmônico como o apresentado acima. Seria impossível desconsiderá-los no momento em que os conflitos em torno da possibilidade ou não do Terceiro Reinado eram seguidamente marcados pela presença maciça daqueles grupos populares, cujos múltiplos significados vinham sendo apropriados pelas disputas discursivas entre os que defendiam a queda da Monarquia; fossem eles republicanos históricos ou adesistas do 14 de maio; republicanos que se tornaram fiéis ao gabinete João Alfredo após a Lei Áurea e as parcelas estritamente monarquistas.

A revista do republicano Ângelo Agostini,<sup>14</sup> em cujas páginas se encontravam justificativas sobre o apoio ao Gabinete João Alfredo e críticas ao Partido Republicano, enquadrava-se na segunda categoria. Não era exceção naquela conjuntura. Antes de romperem com a Monarquia, a um mês da comemoração do primeiro aniversário da lei libertadora, republicanos que atuavam no *Cidade do Rio*, até então associados à posição de José do Patrocínio, como Pardal Mallet, Olavo Bilac, Raul Pompeia e Luiz Murat, também assumiram papel semelhante. Os motivos para a mudança de posicionamento teriam sido as dúvidas suscitadas pela demora das medidas governamentais em consonância com o programa gestado e ainda esperado pelos membros da Confederação Abolicionista. Descrentes com tal possibilidade, os homens de letra há pouco citados fundaram o jornal *A Rua*, alinhado claramente à ideia republicana, porém mantendo a crítica não só a Silva Jardim, mas a outros personagens, como Quintino Bocaiuva e Rui Barbosa.<sup>15</sup>

Imprescindível destacar especificamente a visão de *A Rua* sobre a Guarda Negra, atribuindo-lhe, como notou a autora do texto há pouco citado, um papel político e legitimando a opção dos libertos pela Monarquia. Do longo trecho extraído da edição do dia 27 de abril de 1889, destaco os seguintes elementos: as ações da Guarda Negra, “que tanto já apavorava as classes conservadoras” guardariam “o segredo do porvir”. Não deveriam, portanto, iludir-se com ela aqueles que a combatiam ou a defendiam, pois a sua função histórica estava “de antemão traçada”, uma vez que não havia se moldado “nas instituições pretorianas” e representava “a reivindicação legítima dos trabalhadores [...] aos gritos de – viva a rainha!” (SANTOS, C., 2015, pp. 335-367). Ao contrário da *Revista Ilustrada*, que representou em suas páginas a harmonia, ausente nas ruas da Corte e também nos redutos interioranos, *A Rua* marcava a emergência da Guarda Negra, então associada ao proletariado brasileiro, conforme destacado em nota no livro *Tornando-se Livre*:

O autor do artigo procura explicar a sua concepção de socialismo e argumentar contra a suposta ausência do proletariado no Brasil. O jornal defende a posição de que o proletariado brasileiro é constituído majoritariamente pelo trabalhador agrícola assalariado, tendo sido consolidado após o 13 de maio com a integração dos libertos (SANTOS, C., 2015, pp. 359).

Interessante ressaltar que essa visão, em parte, era compartilhada pelo próprio Jardim, que, no entanto, deixou clara sua teoria, baseada nos princípios sobre a necessidade da obediência da hierarquia

<sup>14</sup> Ele não se encontrava mais à frente do periódico, desde outubro de 1888, quando partiu para a Europa em decorrência de um rumoroso caso de amor. BALABAN, Marcelo. **Poeta do Lápis**: sátira e política na trajetória de Ângelo Agostini no Brasil Imperial. (1864-1888). Campinas, SP: Editora Da Unicamp, 2009, pp. 90-92.

<sup>15</sup> SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. Na rua, nos jornais e na tribuna: a confederação abolicionista do Rio de Janeiro, antes e depois da abolição. In: MACHADO, Maria Helena P. T; CASTILHO, Celso Thomas. (Org.). **Tornando-se Livre**: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015, pp. 335-367.

social por meio da harmonização das classes proprietária e trabalhadora. Voltemos a acompanhar esse personagem.

As comemorações do primeiro aniversário da Lei Áurea ainda ecoavam por todo o País com a realização de missas, paradas cívicas e festas<sup>16</sup>, quando foi publicado, no *Gazeta de Notícias*, um manifesto endereçado por Silva Jardim ao Partido Republicano, comunicando o não reconhecimento da eleição de Quintino Bocaiuva como o novo líder nacional daquela sigla partidária. O manifesto de 25 de maio, com suas réplicas, como as do próprio Bocaiuva, e tréplicas de Jardim, foram impressos mais tarde pela tipografia do mencionado jornal.

O manifesto obteve grande repercussão e muitas e veementes foram as críticas que vinha recebendo. Lopes Trovão assinou um longo artigo cujo título já adiantava sua opinião: “*O chefe oficial que é...*”. Sem citar o correligionário dissidente, afirmava que a eleição de Quintino Bocaiuva significava o reequilíbrio do Partido Republicano Brasileiro, cujos membros rechaçavam, em grande maioria, “pretensões descabidas e vaidades decepcionadas” (TROVÃO, 1889b, p.3). Silva Jardim sofreu, naquele mês de maio, muitas deserções. Uma das mais sentidas tenha sido talvez a de Alberto Torres, com quem mantivera longa amizade, fortalecida nos tempos em que o jovem fluminense cumprira o bacharelado na capital paulista.<sup>17</sup> Aos 24 anos incompletos, o promissor bacharel, até aquele momento, havia o acompanhado e auxiliado na propaganda. Jardim lembrou a tristeza com que recebeu a oposição do estimado amigo, que, após o manifesto, passou a lhe atribuir um “fanatismo de seita” (JARDIM, 1891b, p. 353), reprovando-o por acreditar que chegava às últimas soluções da política positivista.<sup>18</sup>

Georg Boehrer (1954) destaca que o manifesto teve mesmo um resultado contrário, à medida que alguns que haviam abandonado de todo Bocaiuva retornaram ao republicanismo ortodoxo. Xavier da Silveira, auxiliar de Jardim na coluna republicana de *A Gazeta de Notícias*, e o há pouco citado Alberto Torres foram um dos exemplos de deserção citados pelo autor. Veremos, no entanto, que a amizade antiga permaneceu. Em uma das suas últimas correspondências preservadas, é a Alberto Torres que Jardim confessa suas dúvidas e expectativas.

Certamente foram dias difíceis para o tribuno. Além das deserções, deve ter amargado o peso das ácidas críticas. Mais uma vez, a *Revista Ilustrada* satirizava a sua exacerbada contundência, que, nas cenas apresentadas em suas páginas, parecia ser recebida com calma e superioridade pelo novo chefe partidário. Quintino Bocaiuva foi representado impassível em sua posição conquistada no Congresso Republicano e,

<sup>16</sup> PRADO, Maria Emília. **Memorial das Desigualdades**. Os impasses da cidadania no Brasil. (1870-1902). Rio de Janeiro: Revan – Fapej, 2005, p. 154.

<sup>17</sup> Alberto Torres frequentou a Faculdade de Direito de São Paulo entre os anos de 1882 a 1884, quando se transferiu para o Recife.

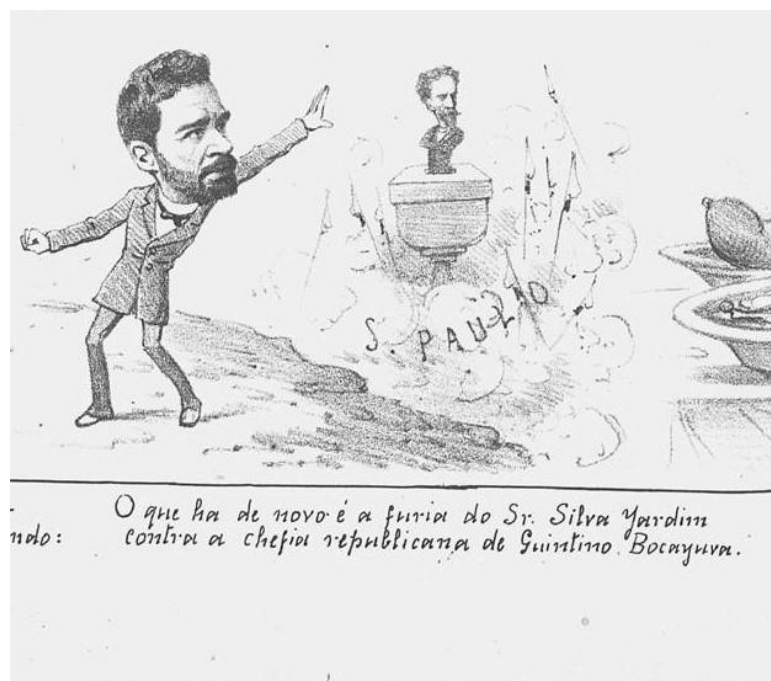
<sup>18</sup> Alberto Torres teria encaminhado sua divergência para uma solução liberal-democrática, “com os seus corolários de ampla representatividade ‘popular’, separação de poderes, descentralização administrativa, meios de ações graduais e dentro dos limites legais-institucionais.” MARSON, Adalberto. **A ideologia nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1979, p. 49.

em segundo momento, valendo-se de uma lupa para enxergar o conteúdo do manifesto de Jardim, que, diminuto e esperneante, pululava das páginas do jornal que tinha em mãos. Aparece nas ilustrações novamente a ridicularização da extensão costumeira dos textos do propagandista, que portava um volumoso rolo de papel, dedo em riste, em que se lia “manifesto”. Estariam presentes no humor do *Revista Ilustrada* os mesmos elementos contidos em um dos possíveis significados da pichação dos muros paulistas ainda no início da década?

Apenas um detalhe das ilustrações pode afastar a hipótese de que o periódico o tomava por insignificante e incômodo “cafussu”, conforme o próprio Jardim, “piolho de galinha”, que deveria ser aturado. Uma das legendas alertava que o seu posicionamento poderia acabar até com a sua popularidade, transformando-o em alvo fácil para os adversários. De certa forma, a importância política do personagem, apesar da crítica, era então referendada. Mas aqueles dias de sobressaltos, decisões e desgostos vividos pelo conferencista foram resumidos em *Memórias* como uma pausa na militância política, que as recordações posteriores classificaram de reflexiva, impondo ao seu espírito planos de ponderação e cautela. Ainda assim, muitas foram as publicações de Jardim, que, ao contrário, parecia continuar firme em seu propósito no sentido de “sair da situação humilhante e estagnadora que a eleição do Sr. Quintino Bocaiuva colocou o Partido Republicano” (JARDIM, 1978, p. 372). O jornal *Gazeta de Notícias* publicou, na íntegra, seus artigos, no tom habitualmente combativo, entre o mês de maio até meados de junho, quando partiu para o Norte. Somados ao *Manifesto ao País e ao Partido Republicano*, foram impressos depois em folheto, na tipografia da própria *Gazeta*.

A ruptura representada por aquele primeiro texto, tornada pública, anunciava, como já destacado, o seu alinhamento com a solução republicana ditatorial defendida pelo Partido de Pernambuco. O grande apoio recebido pela agremiação pernambucana talvez tenha lhe encorajado a partir para o “Norte”. Embarcou em 13 de junho no Pacote Alagoas, onde também viajava o conde d’Eu, este com destino a Amazonas, numa viagem por muitos interpretada como propaganda da dinastia com vistas ao Terceiro Reinado. Todavia, nem o aceno feito de Pernambuco pelo correligionário Aníbal Falcão, reconhecendo publicamente a chefia de Silva Jardim como líder do projeto republicano revolucionário, não garantiu um clima perfeitamente amistoso no Recife, muito menos na capital baiana.

Figura 12 – O rompimento público de Silva Jardim com Quintino Bocaiúva.



Fonte: *Revista Ilustrada*. Rio de Janeiro, ano 14, n. 551, p. 3, 1º jun. 1889.

Figura 13 – O estilo combativo de Silva Jardim satirizado pela *Revista Ilustrada*.



Fonte: *Revista Ilustrada*. Rio de Janeiro, ano 14, n. 551, p 4, 1º jun. 1889.

Legenda: “O que há de novo é a fúria do Sr. Silva Jardim contra a chefia republicana de Quintino Bocaiúva. É capaz até de sacrificar a sua popularidade... Livra!... Ora, o Sr. Quintino que o ature.”

### 5.3 NO ENCALÇO DO CONDE D'EU

A partida de Gastão de Orleans foi anunciada quase ao mesmo tempo em que o nome do novo primeiro-ministro, Afonso Celso de Assis Figueiredo, o visconde do Rio Preto – o mesmo que teria dado a Gastão a ideia da viagem<sup>19</sup> –, pois era preciso consolidar situação favorável à monarquia. Jardim então arquitetou um plano: enquanto Ouro Preto dedicar-se-ia à difícil tarefa de organizar o gabinete, entre a Corte e a residência imperial em Petrópolis, ele organizaria um grande *meeting* popular em que o povo seria chamado a protestar contra a chegada ao poder do homem de governo que, afinal, provocara a revolta de 1º de janeiro.

Referiu-se nesses termos em suas memórias à Revolta do Vintém, ocorrida em 1º de janeiro de 1880, em decorrência do imposto criado pelo então senador Afonso Celso, futuro primeiro ministro, sobre o preço das passagens de bonde. Contando com o fato de que a população carioca não poderia ser simpática à indicação, pretendia provocar uma crise diante das duas prováveis respostas de Ouro Preto, que poderia reagir, tornando-se ainda mais impopular, ou demonstrar fraqueza, tornando-se alvo de muitas críticas.

A primeira parte do plano não se realizou, obstada, imagino, pelo pouco apoio que conseguiu garantir. Manteve em segredo a segunda parte, a ideia de embarcar no mesmo vapor do príncipe consorte, fazendo-lhe oposição com uma contrapropaganda incessante. Nos dias que se seguiram, enquanto aguardava a data da partida, ocorreu-lhe uma mudança de intento. Iria se retirar por algum tempo à vida íntima, “esperando que passada a tempestade do momento, pudesse entrar novamente em combate”. Justificou tal decisão pelo cansaço que ainda persistia de suas andanças por Minas Gerais e também pelo pensamento de que talvez fosse “um bom ato político” (JARDIM, 1891b, p. 356).

Quando anunciou à sua então reduzida base de apoio<sup>20</sup> a decisão rememorada em seu livro, de retirar-se por um tempo da cena política, teria ouvido seguidas tentativas de dissuasão. Registrou em suas memórias que não foi fácil vencer aquele momento classificado de fraqueza diante do acúmulo de dificuldades de todo gênero. Sentia-se fatigado, quase doente, mas ainda mais uma vez teria vencido “o sentimento de dever cego” (JARDIM, 1891b, p. 357). ao seu ideal. Retomando mais uma vez esse elemento muito presente na construção de suas memórias – a missão cívica que desde muito cedo tinha tomado para si –, ele seguiu o seu relato, valendo-se em muitos momentos das anotações do secretário Luiz Pires, que o acompanhou na viagem. Segundo José Leão (1895), Pires era um moço pobre e talentoso, que foi contratado por ele, como professor primário, a pedido do próprio Jardim quando, em

<sup>19</sup> PRIORE. Mary del. **O castelo de papel**. Rio de Janeiro: Rocco, 2013, p. 250.

<sup>20</sup> Excetuando-se Aníbal Falcão e os pernambucanos que o acompanhavam, os seguidores de Jardim foram-no abandonando pouco a pouco. BOEHRER, George. *Da Monarquia à República: história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1954, p. 208.

fins de 1888, instalou uma escola em Santa Teresa.

A 13 de junho de 1889, embarcou no Alagoas disposto a contrapor-se, no Norte, à presença do príncipe estrangeiro que teria o evitado durante toda a viagem.<sup>21</sup> Estiveram a sós no tombadilho em noite clara, mas o príncipe logo se recolheu ao perceber a presença do indesejado companheiro de viagem, que deixou registrados seus pensamentos ao observá-lo, com seus modos achanhados, sob um chapéu pequeno e desabado. Em seu relato, Jardim passa a ideia de que sua presença, mais afável, simpática e eloquente, teria durante toda a viagem acuado o nobre viajante, cujos modos surpreenderam-no e fizeram com que tivesse até uma impressão diferente daquela que sempre sustentara a seu respeito: “[...]poucos se acercavam de sua alteza. No fundo, porém, não me parecia antipático e tinha-me mais ares de bom homem que de outra cousa. O que não estava certamente ali dentro era um estadista” (PRIORE, 2013, p. 251).

A família soube com antecedência da viagem. Seus pais pediram em carta que não embarcasse. Anna Margarida também rogou que não tomasse atitude tão temerária. Os amigos mais íntimos igualmente tentaram impedi-lo. Apelos em vão. Do tombadilho, assistiu à cena da princesa Isabel despedindo-se chorosa do marido.<sup>22</sup> Três dias depois, na manhã de 16 de junho, o Alagoas atracava em Salvador. O relato de Luiz Pires, transcrito em *Memórias e Viagens*, destacou o clima de festa entre os partidários de Jardim e muitos populares, totalizando cerca de duzentas pessoas. Entre elas, muitos trabalhadores, que vinham abraçá-lo em suas vestes de serviço.

A euforia, no entanto, durou muito pouco: “Como em São João del-Rei não pude ver a cidade senão através da tempestade de agressões que nos foram dirigidas” (JARDIM, 1891b, p. 343). Ressentiu-se ainda por não ter provado o vatapá, uma das principais iguarias da culinária baiana; por não ter visto a primeira capital do Brasil com suas partes alta e baixa, suas ricas igrejas e a Praça do Comércio. Sua decepção deve ter sido muito grande se levarmos em conta as recordações dos sentimentos que embalaram os dias de expectativa de sua primeira viagem à atual região nordeste. Evocara o papel dos personagens históricos que lideraram a expulsão dos holandeses, a tradição revolucionária de 1817 e 1824, recordando nomes de sua época e mesmo de sua íntima convivência, como do amigo Clóvis Beviláqua e tantos outros que abririam “porta larga à ideia salvadora da Pátria” (JARDIM, 1891b, p. 343). Chegou a apropriar-se de Voltaire, aludindo ao apoio fundamental que vinha recebendo do Partido Republicano de Pernambuco: “do Norte é que vem a luz!” (JARDIM, 1891b, p. 343), mas enfrentou trevas já em sua chegada, no caminho entre o cais e a recepção que lhe seria oferecida.

As agressões recrudesceram enquanto ele subia, junto à numerosa comitiva, a Ladeira do

<sup>21</sup> Segundo Mary del Priore, Gastão de Orleans, mais que evitado, teria ignorado Silva Jardim. PRIORE, M. **O castelo de papel** ..., p. 251.

<sup>22</sup> Mary del Priore ressalta a relação afetuosa entre os príncipes: “Ao longo desses meses de ausência, Isabel se correspondia com o marido com rasgadas expressões de carinho. Ele com 45 anos e ela com 43 tinham ainda um excelente casamento.” PRIORE, *Mp.* 253.



Taboão.<sup>23</sup> As achas de lenha que lotavam as grandes carroças dispostas pela via foram arremessadas contra o grupo, que logo se dissipou, cada um defendendo-se como podia. Relembrou Jardim que tentava desvencilhar-se dos perigos que vinham de todos os lados, quando ouviu seu nome ser invocado com fúria:

Onde está este Silva Jardim que eu quero matá-lo? Gritava, dirigindo-me a pergunta um capadócio, homem grande e reforçado, cor de mulato, narinas dilatadas, olhos grandes injetados de sangue, fisionomia descomposta, cabelos encarapinhados, trajando calça e camisa, e brandindo uma grande faca, espécie de punhal (JARDIM, 1891b, p. 345).

A descrição do agressor, tornando ainda mais dramático o momento rememorado, talvez tenha tido em seu relato a função de justificar a espetacular fuga para dentro de um prostíbulo, abruptamente conduzido pelo correligionário Gastão da Cunha. Ele, que teria enfrentado perigos passados mantendo “calma e coragem”, conforme por várias vezes registrou, não titubeou em safar-se de tão ensandecido personagem – o capadócio da faca<sup>24</sup> – da forma como foi possível. Antes de alcançar o sobrado e verificar surpreso que se tratava de uma “casa de mulheres de má vida” (JARDIM, 1891b, p. 346), foi acolhido por um “pobre africano” (JARDIM, 1891b, p. 346) que no térreo de um prédio anexo vendia a sua quitanda. De fora, perguntaram-lhe se havia acoitado gente importante da comitiva e ele disse que não, convencido de que ajudava alguém que inocentemente entrara no tumulto.

Jardim soube mais tarde que seu protetor lamentou o fato, afirmando que ele próprio o teria matado se soubesse de quem se tratava. Gastão, seu companheiro de fuga, estava ferido. As mulheres baianas não lhe negaram acolhimento: as que seriam meretrizes e, em seguida, aquelas que encontrou no próximo local da fuga: uma “honesta habitação de algumas lavadeiras” (JARDIM, 1891b, p. 346). De acordo com a descrição de Jardim, eram gordas mulatas que traziam toucados brancos na cabeça, vestidas de linho branco asseado e bordado ricamente à moda da terra. Os braços e os colos nus, apenas cingidos por colares. Calçavam apenas chinelos, que deixavam ver os pés despidos. Àquela altura, os detalhes de simplicidade e sensualidade da casa já podiam ser observados, pois já havia se recomposto com uma xícara de café forte e fresco, servida mesmo diante do impacto que, na casa, causara a informação de que ali estava o tal Sila Jardim. Ele tratou de acalmar as anfitriãs que se benzeram assustadas, sem, no entanto,

<sup>23</sup> Wlamyra Ribeiro de Albuquerque detalha essas e outras cenas, apresentando personagens ligados não só ao republicanismo baiano, mas ao universo negro soteropolitano. A autora analisa as narrativas sobre a Guarda Negra na Bahia, discutindo em especial o discurso de Rui Barbosa, que a associava à barbárie. ALBUQUERQUE, Wlamyra. Ribeiro de. **O Jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 140-183.

<sup>24</sup> Tratava-se de Manoel Benício dos Passos, personagem baiano apontado pelos estudantes republicanos de Salvador como líder da “malta de homens de cor” defensores da Monarquia. Jardim não havia exagerado na descrição do seu tipo físico. Macaco Beleza, como era conhecido, impressionava pelo físico hercúleo. ALBUQUERQUE, W. R. **O jogo da dissimulação...**, pp. 153-155.

expulsá-lo.

Do lado de fora, o tumulto aumentava. “O acontecimento espalhou-se pela cidade inteira com a velocidade de um raio e os inimigos avolumaram-se” (JARDIM, 1891b, p. 347). Mais tarde, serenados os ânimos pelo gradual esvaziamento das ruas, arriscaram-se a sair. Muitas pessoas ficaram gravemente feridas e pelo menos uma morte figurou nas memórias de um espectador das violentas cenas causadas pelo confronto direto entre defensores do Império e republicanos: um popular que procurava alvejar Silva Jardim foi alvejado fatalmente por um médico republicano.<sup>25</sup> O prédio da Faculdade de Medicina foi atacado porque grande parte da comitiva republicana fora composta por seus acadêmicos.

Os distúrbios em torno da visita de Jardim a Salvador foram seguramente estrepitosos, enquanto Gastão de Orleans parece ter sido mais bem recebido, talvez com manifestações planejadas e, portanto, controladas pelas autoridades locais. Com base nos registros do príncipe, Mary del Priore (2013), afirmou que tudo ia bem, embora, na Corte, os jornais escondessem a acolhida afetuosa ao francês que registrou seu atordoamento com as constantes delicadezas. As situações de oposição que enfrentara foram bem mais amenas do que aquelas ocorridas contra seu companheiro de viagem: na ida, desordens, logo controladas, na capital baiana, quando estudantes foram corridos das ruas, sob pauladas, ao protestarem contra a presença do representante da Monarquia, erguendo vivas à república.

A estada de Jardim no Recife, onde aportou em 19 de junho, não foi inicial e flagrantemente tão tumultuada quanto em Salvador, mas esteve longe de ter transcorrido em plena normalidade. Conforme o próprio polemista, a primeira conferência realizada na cidade, no dia 20 de junho, teria sido prestigiada por verdadeira multidão, mas ocorreram apartes e ameaças por parte dos opositores políticos que não esconderam o fato de estarem armados. Aos poucos, tal oposição foi se acentuando até que ficaram sem lugar para apresentações. Em julho, dedicou-se a visitar o interior da província, e, ao retornar ao Recife, em meados do mês, a polícia impediu que mais uma programada conferência fosse realizada, alegando que não poderia garantir a segurança do evento. Na volta do interior, enquanto tomava o chá na casa do correligionário Ribeiro Brito, que o hospedava, mais uma vez fora vítima de um atentado à bala. A notícia do atentado foi também alardeada pela imprensa.<sup>26</sup>

O cruzamento das informações registradas por Jardim a jornais do Recife nos oferece maior detalhamento sobre as dificuldades por ele enfrentadas. Hospedou-se na Rua do Hospício, na residência do comerciante Francisco Joaquim Ribeiro de Britto. O logradouro ficava nas proximidades do largo de mesma denominação, atrás do belíssimo prédio da Faculdade de Direito do Recife. Perto dali, no local hoje conhecido por Praça da República, havia o Teatro Santa Isabel, belo exemplo de construção

<sup>25</sup> GATO, Matheus. *Massacre dos libertos: sobre raça e república no Brasil (1888-1889)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020, pp. 53-54.

<sup>26</sup> SILVA Jardim em Pernambuco. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, ano 15, n. 173, p. 1, 22 jun. 1889.

neoclássica datado da primeira metade do século XIX, e o Palácio do Governo de Pernambuco. Era o novo Recife, apartado da região portuária pelas várias pontes que, desde sempre, caracterizaram a cidade.<sup>27</sup> Jardim provavelmente cruzou a ponte Santa Isabel, estrutura em ferro construída em 1863<sup>28</sup> e que mais diretamente dava acesso ao antigo Largo do Hospício, no bairro de Boa Vista.

Somente retornou à Corte no dia 1º de agosto no vapor alemão Olinda. Sua agenda, levando-se em conta o tempo da viagem – quase um mês e meio – parece ter ficado bastante limitada. Na capital pernambucana, conseguiu realizar, embora com intercorrências, apenas a conferência do dia 20 de junho, no Teatro Santo Antônio. Na Corte, a imprensa chegou a repercutir o clima de tolerância entre republicanos e monarquistas que teria marcado a chegada dos ilustres viajantes ao Recife. A *Revista Ilustrada*<sup>29</sup> abriu o seu segundo número do mês de junho representando, lado a lado, cenas de festiva recepção aos dois ilustres viajantes por seus respectivos correligionários. No número anterior, o periódico carioca desejou boa sorte aos dois viajantes. O propagandista foi representado ao observar os passos de Gastão de Orleans no momento do embarque com destino ao Norte. Na bagagem do conde, a palavra “frágil”<sup>30</sup> fazia alusão ao difícil momento vivido pela Monarquia brasileira.

---

<sup>27</sup> A primeira ponte da cidade foi construída durante a ocupação holandesa, em 1643.

<sup>28</sup> No local apontado pelas fontes como o ponto de desembarque de Jardim há hoje um sítio arqueológico onde consegui as seguintes informações: tratava-se de antigo cais, encoberto pelas reformas realizadas no início do século XX, assim denominado por anteceder ao contínuo alinhamento resultante dos melhoramentos do porto, existindo nele, originalmente, “as formação de ‘linguetas’”, reentrâncias que avançam o mar à terra, facilitando operações marítimas de embarque e desembarque, sejam pessoas ou mercadorias. Cais da Lingueta do Porto do Recife. Registro Arqueológico. IPHAN, 2011.

<sup>29</sup> **REVISTA ILUSTRADA**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 554, p. 1, 22 jun. 1889.

<sup>30</sup> **REVISTA ILUSTRADA**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 553, p. 1, 15 jun. 1889.

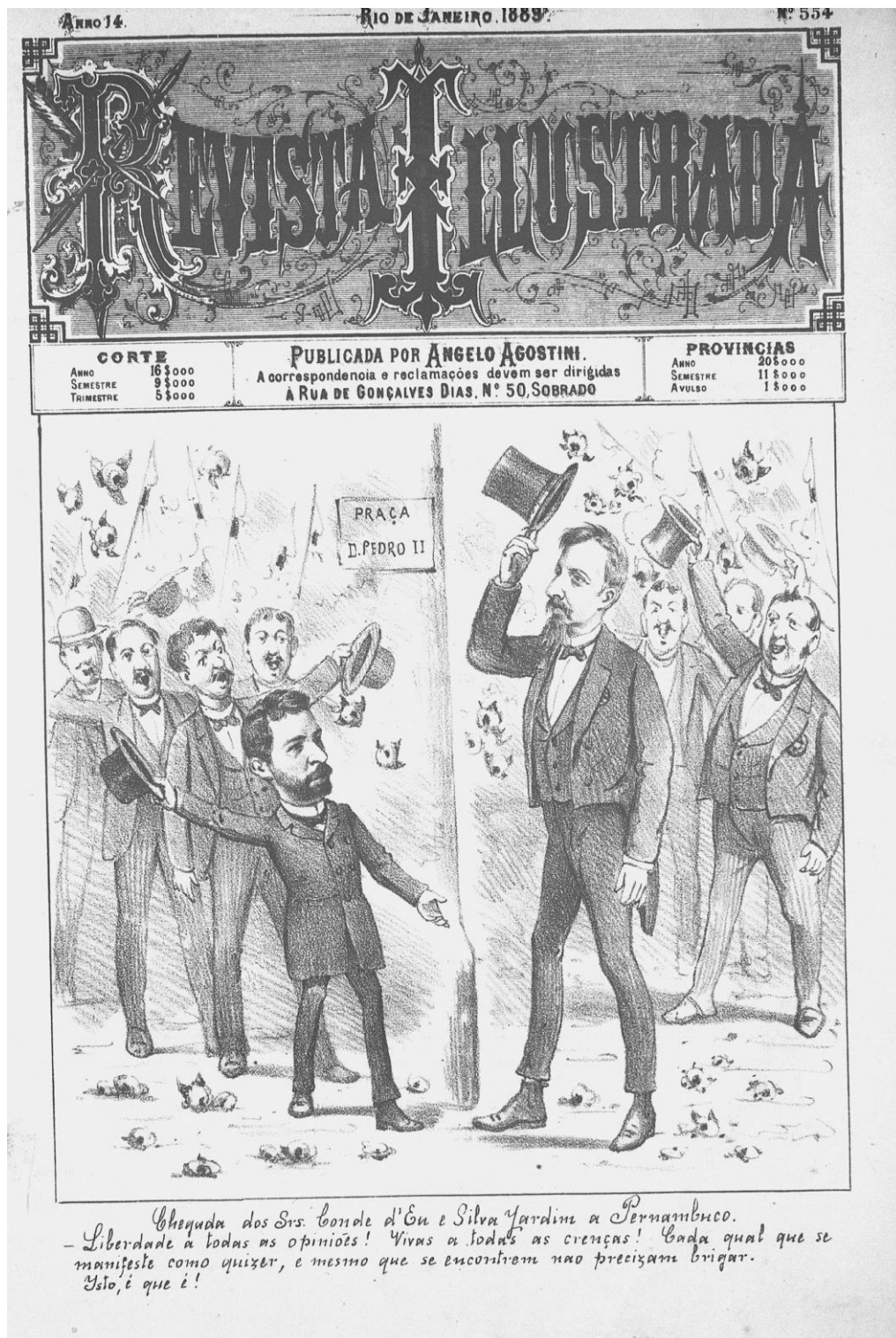
Figura 14 – Boa sorte aos viajantes.



Fonte: *Revista Ilustrada*. Rio de Janeiro, ano 14, n. 553, p. 1, 15 jun. 1889.

Legenda: "A bordo do vapor 'Alagoas'. – Boa viagem! É o que lhes podemos dizer, n'esta hora de despedida."

Figura 15 – Votos de um encontro amigável.



Fonte: *Revista Ilustrada*. Rio de Janeiro, ano 14, n. 554, p. 1, 22 jun. 1889.

Legenda: “Chegada dos Srs. Conde d’Eu e Silva Jardim a Pernambuco. – ‘Liberdade a todas as opiniões!’ Vivas a todas as crenças! Cada qual que se manifeste como quizer, e mesmo que se encontrem não precisam brigar. Isto é que é!”

Os conflitos que dificultaram as apresentações de Jardim na terra de seu maior apoiador, Aníbal Falcão, foram, mais tarde, inevitavelmente, repercutidos pela imprensa carioca que, em grande parte, acatou a forma dada pelos próprios republicanos locais: as lideranças monarquistas trataram de sabotar as apresentações de Jardim, cooptando para tanto hordas de libertos, classificados de ingênuos e ignorantes. Alguns pormenores dão margens, no entanto, a outra interpretação. No dia de sua chegada à cidade, 19 de junho, Jardim restringiu-se a falar na própria residência que o acolhera para um grupo de correligionários, dentre eles, os redatores de *O Norte*, que naquele dia fecharam a redação para prestigiá-lo. Os contratempos da conferência do dia seguinte foram objetos de disputas discursivas, nos jornais da terra, entre lideranças políticas conservadoras, liberais e republicanas.<sup>31</sup>

Certo é que os ânimos andavam acirrados e havia grande precaução contra a ocorrência de conflitos violentos. Jardim lembrou que, sem ter onde se apresentar, pois os proprietários dos teatros seguiam receosos das “provocações dos agentes do chamado gabinete liberal”, fez o seu segundo discurso ao ar livre, “no vasto pátio da casa do cidadão Ribeiro de Brito, pela insuficiência dos seus salões, embora espaçosos, para conter a multidão” (JARDIM, 1891b, p. 395).

Antes de partir em excursão por cidades pernambucanas como Nazaré da Mata, Escada, Palmares e Vitória de Santa Antão, foi homenageado por estudantes de Direito da Bahia. Os jovens republicanos, reunidos na residência onde Jardim hospedara-se, ofereceram ao tribuno um “cartão de ouro” (MANIFESTAÇÃO, 1889, p. 2). Notas rápidas no *Jornal do Povo*<sup>32</sup> noticiaram as excursões de Jardim pelo interior da província, sem, no entanto, confirmar o êxito descrito pelas lembranças do viajante, que registrou em suas memórias a exuberância da Zona da Mata pernambucana, afirmando que fora recebido com banquetes para quinhentos talheres, música – na maioria das vezes a execução de A Marselhesa –, muitas flores, oferecidas por “gentis senhoras” (JARDIM, 1891b, pp. 386-387) e aclamação entusiasmada de grande público. Fez apenas uma rápida alusão à tentativa de perturbação, logo debelada, por “alguns homens de cor” que acabaram aderindo à República diante da “eloquência e da habilidade do orador” (JARDIM, 1891b, p. 387).

No entanto, entre um e outro compromisso, pelo menos um sério conflito ocorreu. O *Jornal do Recife* assegurou em ampla reportagem que, se não fosse a energia da força policial, o embate entre libertos e republicanos teria deixado um desastroso saldo de violência. Referia-se o diário pernambucano ao embate do dia 7 de julho, que marcou a conferência na localidade Escada, quando cerca de mil libertos reunidos nas imediações da Rua do Rio demonstravam clara intenção de hostilizar o visitante, impedindo

<sup>31</sup> **JORNAL do Recife**. Recife, ano 22, n. 139, 22 jun. 1889. Publicações Solicitadas, p. 2.

<sup>32</sup> DR. Silva Jardim. **Jornal do Povo**. Recife, ano 1, n. 133, p. 1, 5 jul. 1889.

sua retirada. Pessoas conhecidas da cidade, como o “Vigário Pedrosa” (ESCADA, 1889, p.2) foram citadas pelo jornal como potenciais testemunhas da veracidade das cenas narradas.

Silva Jardim tornou-se notícia novamente em meados do mês, por ocasião da comemoração do primeiro centenário da Revolução Francesa. Enquanto, no Rio de Janeiro, Anacleto de Freitas discursava em nome do Club republicano dos Homens de Cor, ele comparecia à exposição realizada no *Comptoir Industriel Français*, em comemoração ao 14 de julho. Houve *champagne* e música, mas a imprensa não o destacou como orador.<sup>33</sup> Seguramente, não havia sido essa a expectativa de Jardim quando programou passar o aniversário de cem anos da Queda da Bastilha em solo pernambucano. Na verdade, desconfio de sua ausência da Corte justamente naquela data, que vinha sendo por ele projetada como um marco. A decisão tomada como “grande ousadia” talvez tenha encoberto o seu comprometido acesso às lideranças republicanas que certamente já se precaviam contra possíveis confusões do grupo de Silva Jardim com a Guarda Negra.

Porém, mesmo estando ele ausente, graves conflitos ocorreram em torno de Lopes Trovão e das pessoas que o acompanhavam pelo centro do Rio de Janeiro. Também na Corte, o atentado contra a vida do imperador fora interpretado pela *Revista Ilustrada*<sup>34</sup> como mais um elemento a inferiorizar os festejos do 14 de julho. O lamentável episódio, atestava o periódico, vinha sendo supervalorizado, enquanto as comemorações programadas para o centenário da Revolução Francesa foram diminuídas pela ação do governo, por meios dissimulados, como o fechamento do consulado francês: “Vê-se de pé sempre o velho sistema, de fingir que se dá liberdade, que se reconhecem direitos, e por linhas travessas, mandar suprimir as garantias dos cidadãos!” (REVISTA ILUSTRADA, 20 jul. 1889, p. 2). Este argumento seria repetido por Jardim e seus correligionários por ocasião do pedido feito pelo delegado Barros Rego para a não realização do *meeting* programado para do dia 22 de julho. Embates violentos, segundo o *Jornal do Recife*, eram iminentes, e a força policial de que dispunha não poderia evitar possíveis tragédias.

O evento estava marcado para começar por volta das 4 horas da tarde, a despeito do crescente clima de descontentamento que se tornava evidente com “a grande massa popular que desde cedo afluía ao Largo da Matriz de Santo Antônio disposta a impedir o *meeting*” (O *MEETING* republicano, 1889, p. 2). A tentativa de realização do evento foi classificado pelo jornal de “imprudência” por parte dos republicanos. O polemista, em função de várias manifestações de despreço da população pernambucana, deveria desistir de se apresentar na província: “O Sr. Dr. Silva Jardim deve ter já visto, por essas e outras manifestações populares, que a sua propaganda só desperta irritações nesta província contra a sua pessoa.

<sup>33</sup> COMPTOIR Industriel Français. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 65, n. 157, 16 jul. 1889. Revista Diária, p. 3.

<sup>34</sup> Oportuno apontar a inflexão editorial da *Revista Ilustrada* com a nomeação de Afonso Celso para o ministério, fato que “[...] joga o jornal na oposição direta à monarquia”. SANTOS, C.R.A. *Op. cit.* p. 360. Na mesma página em que claramente colocou-se contra a nova liderança ministerial, reabilitou a figura de Silva Jardim, desejando-lhe sucesso na viagem ao Norte. **REVISTA ILUSTRADA**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 553, pp. 1-2, 15 jun. 1889.

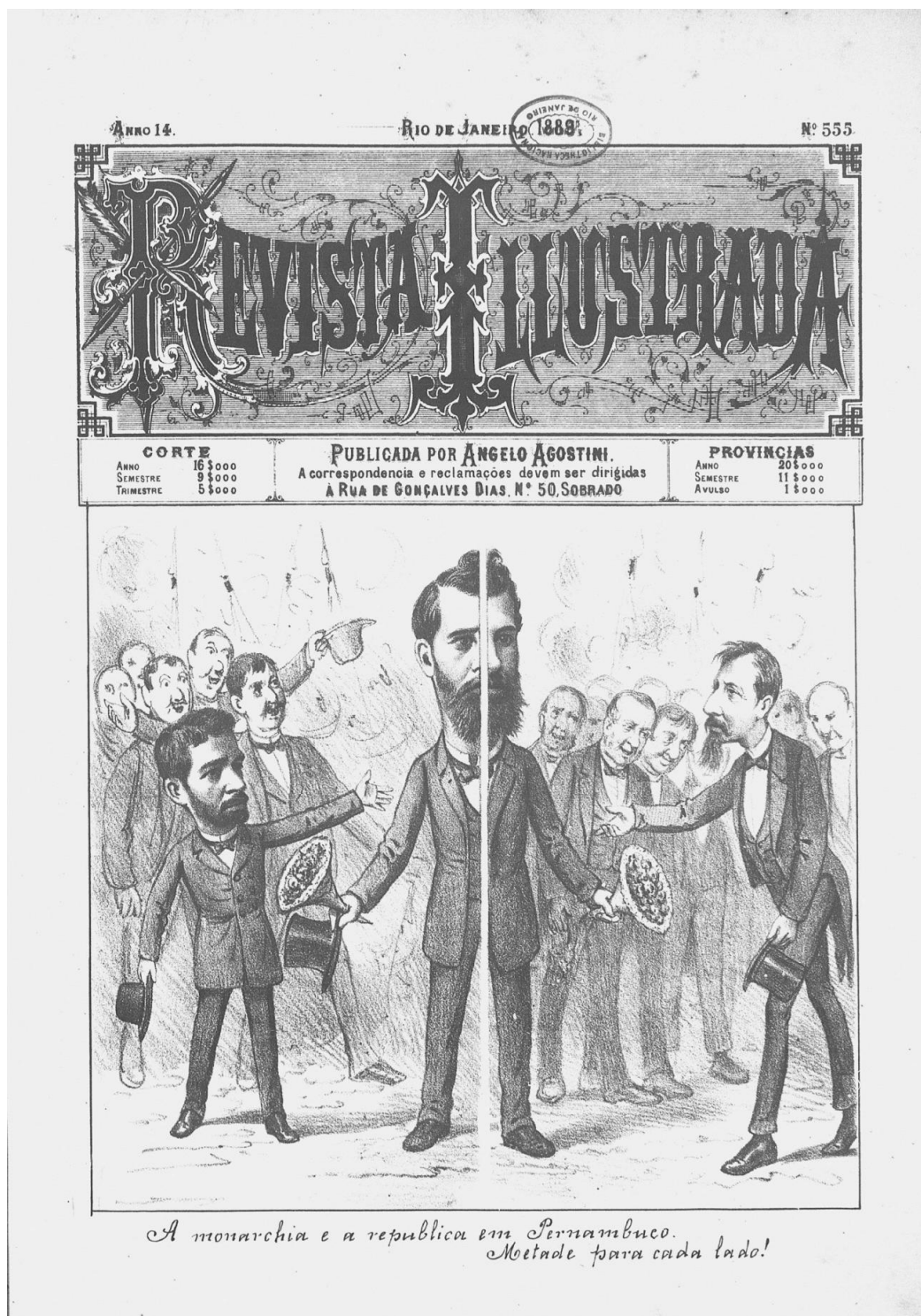
Qualquer insistência é uma insensatez” (O *MEETING* republicano, 1889, p. 2).

É bem verdade que aquele órgão de imprensa oscilava entre alegada neutralidade e declarado apoio ao Partido Liberal. No mesmo espaço onde falava sobre a frustrada conferência, destacou a atuação de José Mariano. Na ocasião, o político liberal teria pedido calma à multidão, exortando-a a respeitar os republicanos, sugerindo, a seguir, uma passeata cívica em substituição ao malogrado *meeting*. A solicitação teria sido atendida por grande entusiasmo popular, entre vivas à família real e às autoridades da província. Tratava-se de José Mariano Carneiro da Cunha, bacharel formado pela Faculdade do Recife, deputado geral por Pernambuco, entre 1878 e 1885, pelo Partido Liberal, cujo órgão de imprensa oficial, o jornal *A Província*, foi por ele criado na década de 1870. Teve importante papel no movimento abolicionista local, sendo um dos fundadores do Clube do Cupim.

Mariano foi personagem dos traços caricatos da imprensa carioca entre os personagens conde d’Eu e Silva Jardim. Oferecia-lhes flores, simultaneamente, dividindo-se entre atenções à Coroa e aos republicanos nas ruas do Recife. O desenho repercutiu na imprensa local, sendo utilizado pelos críticos de José Mariano que o acusavam de externar falsos elogios à campanha republicana de Jardim, enquanto enviava sua “capangagem” (POBRE Autoridade, 1889, p. 3) ao Largo da Matriz para obstar o evento republicano. Livia Laura Antunes (2019) afirma que foi confusa a relação construída pela imprensa pernambucana entre a Guarda Negra e José Mariano, cujas narrativas, publicadas em periódicos diversos, apareceram tanto em oposição como em compactuação à associação de libertos. A autora também dá mais detalhes sobre a estada de Jardim no reduto eleitoral daquela liderança política, que, sob a perspectiva dos relatos alinhados à campanha republicana, esteve prejudicada pelo protagonismo exercido por José Mariano junto às camadas populares.



Figura 16 – A *Revista Ilustrada* satiriza a política ambígua de José Mariano.



Fonte: *Revista Ilustrada*. Rio de Janeiro, 29 jun. 1889, p. 1.

Legenda: “A monarchia e a república em Pernambuco. Metade para cada lado!”

Mais do que destacar os conflitos da política interna pernambucana, intenciona-se demonstrar que os dias do propagandista em Recife foram bem piores do que a versão que se tornou efetiva na memória da gênese republicana. Afinal, a menos de seis meses depois, foi inaugurado o novo regime. A excursão do propagandista foi sendo cada vez mais enaltecida diante da depreciada figura do conde d'Eu. O próprio livro *Memórias e Viagens* contribuiu para esse processo, à medida em que as recepções ao príncipe consorte foram sendo descritas como quase inexistentes. Nos primeiros meses do novo regime, um artigo intitulado *A política em 1889*<sup>35</sup> afirmava que a viagem do francês às províncias do Norte havia agravado a situação do governo imperial. Esquecido da delicadeza da sua posição, o conde teria tomado uma atitude que não lhe competia.

Nos textos escritos durante sua estada em Pernambuco, Jardim dedicou-se a uma espécie de resumo das dificuldades que enfrentara para levar adiante a propaganda republicana. Citou os conflitos em Angustura, São José de Além Paraíba, São João del-Rei<sup>36</sup>, denunciando a omissão das autoridades diante dos ataques em grande parte atribuídos à Guarda Negra. Para ele, repetia-se no Norte o mesmo tratamento arbitrário, prova disso foi que o próprio delegado Barros Rego havia proibido sua palavra com o falso argumento de que a força policial da província não tinha como garantir a segurança dos presentes. Jardim tentou transformar o documento assinado pelo delegado, assumindo a responsabilidade pela não realização do evento, em indício de que sua excursão tinha sido exitosa, apesar dos infortúnios causados pela oposição.

Por outro lado, os relatos sobre a recepção ocorrida em torno do outro passageiro ilustre do Vapor Alagoas, o genro do imperador Pedro II, afirmavam a frieza com que a população do Norte recebera o príncipe. No entanto, mesmo havendo um esforço por parte dos jornais alinhados com a ideia republicana de manter tal narrativa, as dificuldades enfrentadas pelo advogado não puderam ficar encobertas, assim como as deferências a Gastão de Orleans vez por outra acabavam sendo reveladas. Mesmo o juiz-forano *Diário de Minas*, dirigido pelo republicano João Ribeiro, apresentou em suas páginas uma história diversa. O tom bem humorado que marcara a surpreendente notícia sobre o embarque do “campeão republicano [...] encostando a sua pessoa como uma impertinência pilhérica nos planos de itinerante de sua alteza” (DIÁRIO DE MINAS, 23 jun. 1889, p.2) perdera a graça logo no desembarque, quando se deram ataques brutais ao visitante, aos seus amigos e correligionários. Assim, “a viagem do príncipe que se estragara no começo pela galhofa, estragou-se ainda mais, por esta coincidência de uma brutalidade levada a cabo em homenagem a ele” (DIÁRIO DE MINAS, 23 jun. 1889, p.2). Ou seja, a população, movida ou não por artimanhas do Partido Liberal, com a ativa participação do governo provincial, como acusava Jardim, teria se manifestado em desagravo à presença de Gastão de Orleans. Anunciava-se que as hostilidades

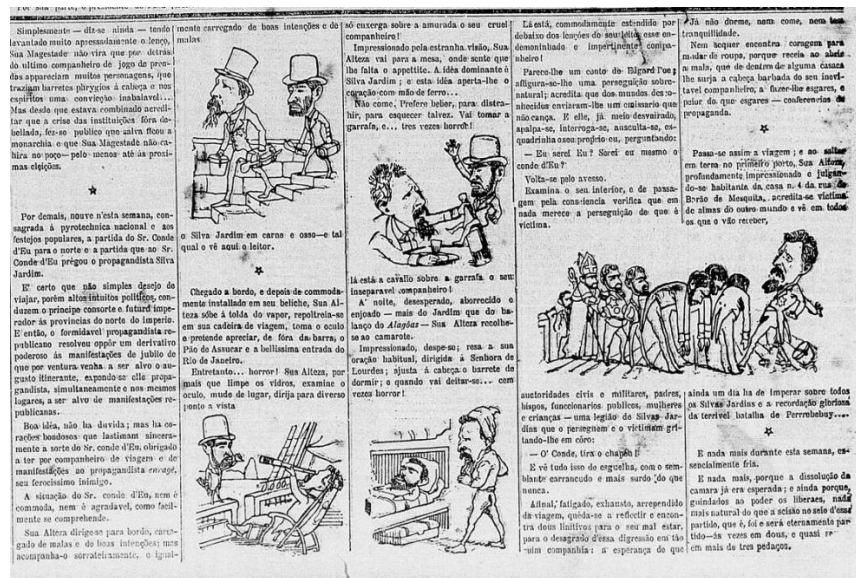
<sup>35</sup> A POLÍTICA em 1889. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, ano 16, n. 3, p. 1, 3 jan. 1890.

<sup>36</sup> JARDIM, A.S. *Propaganda Republicana...*, p. 386.

prosseguiriam, o que acabou prevenindo-lhe o espírito. Tanto é, complementava o jornal, que Jardim resolvera não cumprir seu propósito inicial de seguir o príncipe por toda a viagem. Desembarcou no Cais da Lingueta, no Recife, e não retornou mais ao paquete. Ficara, assim, o genro do imperador livre do “azocrim”.

O jornal *Gazeta de Notícias* empenhou-se em repercutir a viagem de Jardim da forma mais positiva possível. Publicou o diário de seu secretário, Luiz Pires, contrapondo a alegada obscuridade da figura do conde à presença desafiadora do advogado a bordo do Alagoas. Mesmo a inesperada partida do tribuno foi festejada por artigo assinado pelo pernambucano Aníbal Falcão.<sup>37</sup> O público da capital teria respondido com alvoroço e aplausos a ousada decisão que certamente muito contribuiria para a disseminação da ideia republicana nas províncias do Norte. Adiantava Falcão que sua alteza não organizaria livremente conspiração reacionária porque a agitação revolucionária representada por Jardim haveria de obstar-lhe o intuito. No dia 16, uma bem humorada crônica de rodapé, ilustrava a contrariedade do príncipe ao ter em seu encaço – no embarque, no tambadilho, no camarote, à mesa, à noite, causando-lhe insônia – um Silva Jardim, impassível e resoluto, que parecia multiplicar-se em todos os lugares.<sup>38</sup> No entanto, a mesma primeira página ostentava também a notícia: “Silva Jardim na Bahia: agressão, tumulto, ferimentos” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 16 jun. 1889, p. 1).

Figura 17– Silva Jardim no encaço de Gastão de Orleans.



Fonte: *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, ano 15, n. 170, 16 jun. 1889. Assuntos da Semana, p. 1.

<sup>37</sup> FALCÃO, A. A excursão do Dr. Silva Jardim ao Norte do Império. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 14 jun. jun. 1889, Política Republicana, p. 2.

<sup>38</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, ano 15, n. 170, 16 jun. 1889. Assuntos da Semana, p. 1.

Nas edições seguintes, o periódico, tido pelo próprio Jardim como o órgão que mais o auxiliara naquela fase conturbada da sua campanha, viu-se, provavelmente por bem de sua alegada neutralidade, na obrigação de publicar um longo resumo das notícias veiculadas pelos jornais baianos. A vida do propagandista corria sério risco em Salvador e no Recife, tanto é que, naquela primeira cidade, chegou a ser divulgada a informação, propositalmente inverídica, de que o tribuno se hospedaria no Hotel de Paris. O artifício teria sido pensado para ocultar o seu paradeiro<sup>39</sup>, já que a sua vida continuava correndo sério risco. No outro extremo da linha mantida pelo *Gazeta*, destacou-se novamente *O Apóstolo*. Ironizava o jornal que o que ocorria no Norte com o “Sr. Jardimzinho” ( *O APÓSTOLO*, 2 ago. 1889, p. 2) era doloroso demais até para um coração patriótico como o dele. Havia sido desprezado em Pernambuco e desprestigiado na Bahia.

Já o *Tribuna Liberal* valeu-se do tom mais sério para desaprovar a conduta do “patológico rival” do príncipe Gastão. O jovem bacharel teria sido acometido por um tipo de “nevrose de popularidade”, levando-o ao maior desacerto de sua “triste propaganda revolucionária,” arvorando-se chefe do movimento republicano, querendo “evangelizar, com o seu estilo profético, com a sua compenetração de mártir, com a sua arrogância de herói, os dogmas ideais de uma revolução que ninguém pede” (O RIVAL do conde d’Eu, 1889).

Conforme o jornal *A Província de Minas*, o Norte vinha recebendo com “entusiasmo o príncipe itinerante e vaiando o democrata peregrino” (MONARQUISMO no Norte, 1889, p. 3) que não contava com o apoio sequer dos seus próprios correligionários. Sua propaganda só vinha conseguindo acentuar a fragmentação do partido, atraindo “a odiosidade de toda gente que tinha um pouco de bom senso” (MONARQUISMO no Norte, 1889, p. 3). Por sua vez, o jornal *O País*<sup>40</sup>, dirigido por Bocaiuva – então o novo líder do Partido Republicano Brasileiro renegado por Jardim –, deu à ruidosa viagem a mínima e mais discreta cobertura possível, noticiando-a apenas e desejando boa sorte ao propagandista. Em espaço contíguo e de tamanho idêntico, publicou também a partida do conde d’Eu, sem, contudo, sequer mencionar que os dois viajariam na mesma embarcação.<sup>41</sup>

Talvez tenha sido em resposta a críticas como as contidas nos parágrafos anteriores e no eloquente silêncio do jornal *O País* que dois anos depois Jardim atribuía seus enganos e ilusões à sua pouca idade, à sua recente aparição no cenário político, à natural confiança em seu destino: “Tinha-me certamente iludido sobre as forças com que podia contar, mas ficava-me forte o apoio de um grupo ainda numeroso de amigos, a adesão do partido pernambucano, a simpatia do público e a convicção do apoio da mesma consciência no cumprimento de um dever” (JARDIM, 1891b, p. 351).

<sup>39</sup> SILVA Jardim na Bahia. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, ano 15, n. 173, p. 1, 22 jun. 1889.

<sup>40</sup> DR. SILVA Jardim. *O País*. Rio de Janeiro, ano 6, n. 1710, 13 jun. 1889. Noticiário, p. 1.

<sup>41</sup> SUA alteza, o sr. Conde d’Eu. *O País*. Rio de Janeiro, ano 6, n. 1710, 13 jun. 1889. Noticiário, p. 1.

Gastão de Orleans retornou à Corte somente no início de setembro. Havia se tornado “o apoio do monarca adoecido para a governança do vasto império” (SANTOS, M., 2017, p. 6). Eu diria para a manutenção do vasto império. Naquele momento crítico, em que se estendia a propaganda republicana – pela impetuosidade de jovens como Silva Jardim e Nilo Peçanha – e em que se fortalecia o Partido Republicano, a despeito das rupturas internas – contando para tanto com o adesismo da lavoura –, a viagem do consorte francês, envolvendo praticamente todas as províncias litorâneas do antigo Norte do Brasil, tomou logo significado político específico. A viagem certamente visava angariar apoio contra a crise que afetava a Monarquia.

A participação política do conde d’Eu teve tudo para deslanchar no seu retorno da Guerra do Paraguai, mas, como em outras ocasiões, foi frustrada, em grande parte, pelo alijamento que lhe impunha o próprio sogro, a quem comumente se referia, nos registros particulares, como imperador cinzento<sup>42</sup>, sempre buscando a neutralidade, detalhista com causas pequenas. Em abril de 1870, foi recebido por multidão delirante, após uma campanha ao fim vitoriosa e marcada pela iniciativa de decretar a abolição no Paraguai, mostrando, assim, o quanto tinha de liberal. Na ocasião, as praças iluminadas reuniam o povo. Ao lado de Isabel, e durante cinco dias, foi largamente homenageado. O prestígio angariado no *front* servia muito bem a grupos do Partido Liberal que nutriam projetos para o príncipe e cujas expectativas foram acalmadas com uma viagem para a Europa do casal imperial determinada por D. Pedro II, que se embaraçava com a posição do príncipe.

Passados os anos, a fragilizada saúde de D. Pedro II e a própria situação de crise em que imergira a Monarquia certamente deram maior espaço ao nobre francês. O jogo político não parecia ser, no entanto, compatível com seu temperamento. No retorno da viagem, enfrentou, como vimos, manifestações republicanas, provavelmente contidas pela boa receptividade garantida pelos liberais. Sua reação, censurada na Corte pela imprensa conservadora, festejada de forma irônica pelos republicanos e questionada em correspondência por Isabel, foi tomada por Mary del Priore como uma defesa, ao ser confrontado à oposição republicana:

A Monarquia brasileira não tem qualquer interesse próprio ou ambição particular. Se se convencesse de que a nação brasileira deseja dispensar os seus serviços, seria a primeira a não pôr obstáculos à vontade nacional e a concorrer para a transformação que mais consensual fosse aos interesses do País (PRIORE, 2013, 252).

Quando o conde d’Eu retornou à Corte, a primavera já se avizinhava, mas sua recepção foi fria. O príncipe não contou com qualquer deferência: “Ao voltar à capital, Gastão chocou-se com a indiferença da população. Ninguém no Arsenal para ovacioná-lo, num contraste com o carinho que recebera nas

---

<sup>42</sup> As informações deste parágrafo foram retiradas da seguinte fonte. PRIORE, M. *O castelo de papel...*, pp. 123-124.

províncias” (PRIORE, 2013, 256). Também para o audacioso propagandista republicano que o seguira na viagem não seria muito diferente.

#### 5.4 O RETORNO À CORTE: VÉSPERAS DA REPÚBLICA

Jardim retornou ao Rio de Janeiro, acompanhado do correligionário pernambucano Aníbal Falcão, em 5 de agosto. Nenhuma recepção registrada em suas memórias, tampouco na imprensa. O jornal *Gazeta de Notícias*, que continuava franqueando-lhe espaço, registrou somente o desembarque. O jornal *O Apóstolo* registrou, em tom triunfante, a informação de que, em seu regresso, Jardim teria sido impedido pelos próprios republicanos de desembarcar em Salvador: “Fique sabendo o Dr. Jardimzinho que se na Bahia os republicanos não lhe consentem o desembarque, muito menos o elegerão presidente da república. É uma lição cara, sim; porém proveitosa” (O SR. Silva Jardim, 1889, p. 2). O jornal *Cidade do Rio* também replicou a mesma informação, porém brevemente e em tom meramente noticioso: “Os republicanos da cidade da Bahia [sic] resolveram, para evitar cenas desagradáveis, aconselhar ao Dr. Silva Jardim que não baixasse à terra quando em viagem tocar naquele solo” (CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 1 ago. 1889, p. 3).

Fosse meses antes e José do Patrocínio prolongaria o assunto com suas palavras a reverberar os brados<sup>43</sup> dos amotinamentos contra a propaganda, já que a cautela dos republicanos baianos poderia ser facilmente interpretada por ele como resultante da força popular apoiando a Monarquia. No entanto, enquanto Jardim empreendia sua viagem ao Norte, dera-se a inflexão política do jornalista que abandonara de vez a defesa do governo, a exemplo de outros homens de letras próximos ao *Cidade do Rio* que, entretanto, continuava afirmando-se como folha republicana independente, que defendia ideias e não personalidades.<sup>44</sup> Sendo assim, veremos a seguir que, embora tenha baixado o tom com relação aos conflitos em torno da campanha de Jardim, continuou a combatê-lo. Mas o retorno do tribuno, embora sem grandes recepções, também não foi marcado por críticas. Entrava, talvez, em uma fase de menor visibilidade naquele finalzinho de inverno.

Entre seu retorno à Corte e o 15 de novembro, nenhuma outra viagem foi registrada. O resultado das eleições para Assembleia Provincial, em agosto de 1889, torná-lo-ia o representante do 8º distrito mineiro, não fosse a anulação do segundo escrutínio, apontada por ele como fraude eleitoral no conjunto de três artigos, sob o título *A eleição do 8º Distrito da Província de Minas Gerais*. Segundo os artigos do candidato derrotado, a junta eleitoral do distrito, cuja sede era Ubá, denunciou que havia mais votos do

<sup>43</sup> Aproprio-me da expressão utilizada por Humberto Fernandes Machado ao comentar a ressonância do discurso de José do Patrocínio no combate a escravidão. MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e Brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro**. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 275.

<sup>44</sup> **CIDADE do Rio**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 220, p. 1, 28 set. 1889.

que votantes em certas áreas, especialmente onde era mais densa a votação republicana. Não se atendo a contar os votos, pronunciou-se, ilegalmente, contra a validade do pleito. Foi assim que o resultado do primeiro escrutínio foi mantido, dando vitória ao candidato liberal, J. Theotônio Pacheco, que obtivera, naquele turno, uma vantagem de apenas 51 votos sobre Jardim, o segundo colocado.<sup>45</sup> No reduto eleitoral de Cesário Alvim, que, nas véspera da eleição, anunciara não ser candidato – pedindo concentração de esforços na candidatura de Jardim como o único postulante republicano<sup>46</sup> –, o abnegado propagandista havia perdido a chance de ter assumido um mandato político no crepúsculo do período imperial. Como veremos, o raiar do novo regime, logo a seguir, também não lhe proporcionou a oportunidade perdida. Ao contrário, não se elegeu como deputado constituinte e também não conseguiu o seu lugar – para muitos observadores do período, merecido – no Governo Provisório.

Logo após os extensos artigos, publicados nos dias 24, 26 e 27 de setembro no *Gazeta de Notícias*, em que denunciava e lamentava as ilegalidades eleitorais que teriam adulterado o resultado das urnas, desfavorecendo os candidatos republicanos, Jardim publicou um texto cujo título, sucinto, antecipava seu conteúdo: *A Revolução*. Falou em energia e audácia, mas também empenhou outros qualitativos ao tipo ideal de revolucionário: “anti-sanguinário, fraterno, amigo do povo” (JARDIM, 1978, p. 424). Fazia, portanto, uma proposta de revolução com responsabilidade, na qual a “calma” fosse mesclada ao “desassombro”. Referiu-se ao resultado das urnas como a tornar clara a continuidade das arbitrariedades dos grupos políticos conservadores: “[...] sem a revolução não seremos governo”. O Partido Republicano revelara-se reduto da honestidade nacional: “ficou de pé, modesta, mas firme, a República”. A hora era decisiva e chamava à ação. Lembrou que o homem não era só objeto da evolução, mas seu agente e que era possível “[...]escrever na véspera a história do dia seguinte.” Em um artigo surpreendentemente curto e direto, afirmou: “Queiram ou não, disponham-se ou não a ela, a revolução aí vem” (JARDIM, 1978, p. 424).

Localizei no jornal de José do Patrocínio uma crítica rápida ao artigo, logo no dia seguinte à sua publicação. Nas urnas, a República havia ficado “na bagagem” e, apesar disso, Jardim entendia que deveria ser posta na rua a revolução, que parecia preceder “à união” nos planos do propagandista. A nota referia-se à dissidência partidária em curso, que notadamente enfraquecera politicamente o advogado, e afirmou: “O País não quer a revolução, porque é contra a lei; nem a união, porque é a favor de Silva Jardim” (CIDADE DO RIO, 8 out. 1889, p. 2). Muito embora o jornal tenha mantido a crítica à propaganda de Jardim, publicações com relação aos amotinamentos, em grande parte interpretados como sendo da Guarda Negra, adotaram outro tom. Passaram a atribuir ao gabinete de 7 de junho o recrudescimento da violência contra manifestações contrárias ao governo: em Pernambuco e na Bahia, lembrava o jornal, Silva

<sup>45</sup> OITAVO distrito. *Diário de Minas*. Juiz de Fora, ano 2, n. 425, 2 set. 1889. Telegramas, p. 2.

<sup>46</sup> *DIÁRIO de Minas*. Juiz de Fora, ano 2, n. 422, p. 1, 30 ago. 1889.

Jardim teve sua “existência ameaçada” ( OCASO do Império, 1889. p. 1). Ou seja, a folha que meses atrás ironizava as denúncias de que os ataques contra o republicano estavam acontecendo com a conivência das autoridades imperiais, passou a permitir publicações que, em última análise, afirmavam exatamente isso.

Devo, neste ponto da narrativa, reiterar as interpretações que explicam a mudança a partir não só da instalação do novo gabinete presidido pelo visconde de Ouro Preto, mas pelas “intervenções violentas” atribuídas à Guarda Negra durante as comemorações do centenário da Revolução Francesa. Para Patrocínio, as exacerbações dos conflitos significaram um desfiguramento do objetivo originário da associação, que era se opor “à onda revolucionária do escravismo” ( MACHADO, 2014, p. 55). Essa aparente capitulação do campista com relação à Guarda Negra seria, na verdade, uma adequação ao discurso sustentado por ele durante a campanha abolicionista, alinhado com a visão, predominante entre os mais proeminentes defensores da liberdade, de que o fim do cativo promoveria a construção de uma nação livre de atrasos e ódios que eram obstáculos para a sua modernização. Mas, para alcançar tal objetivo, “[...]era fundamental a condução do movimento dentro da ordem, pois as reformas não se coadunavam com quaisquer rupturas traumáticas” ( MACHADO, 2014, p. 275).

Apesar de ter sido considerado um dos antiescravistas mais extremados da Corte, o jornalista, como pondera Humberto Machado (2014), tinha contatos políticos importantes facilitados por ser proprietário dos periódicos mais atuantes da cidade. Não significa dizer, conforme depreendo da análise sustentada pelo autor de *Palavras e Brados*, que o jornalista, embora não correspondesse exatamente à imagem que dele se construiu como “Tigre da Abolição”, cujas garras “[...]não eram tão afiadas como a historiografia tradicional salientou” ( MACHADO, 2014, p. 74), falseasse seu idealismo com relação à “pátria livre”, cuja idealizada sociedade “deveria ser homogênea, composta por pessoas que pudessem viver em harmonia, em termos raciais e sociais” ( MACHADO, 2014, p. 79).

Atendo-me mais especificamente ao pós-Abolição, conjuntura que mais de perto diz respeito a esta tese, ressalto que Patrocínio investiu muito na defesa do apaziguamento, como espero ter demonstrado, sobretudo quando analiso seu texto por ocasião do primeiro aniversário da Lei Áurea. No entanto, tal constatação não excluiu, a meu ver, a atribuição política que Patrocínio reservava à Guarda Negra, informado por sua experiência durante a campanha abolicionista. Há que se considerar, afinal, que “[...]as atividades abolicionistas empreendidas só tiveram sucesso justamente porque mobilizaram amplos setores da sociedade, incluindo homens e mulheres escravizados, além de libertos e livres” (PINTO, 2014, p. 205). Mesmo que nem todos tenham desempenhado as mesmas funções, é indiscutível, ainda conforme a autora há pouco citada, que o fim do escravismo foi construído por muitas mãos, que certamente não pertenciam somente aos homens de letras e parlamentares. De toda forma, reitero a provável sensação de descontrole experimentada pelo jornalista, sobretudo a partir dos sérios embates ocorridos durante as



comemorações do centenário da Revolução Francesa. Na Rua do Ouvidor e imediações, o encontro entre os republicanos, de um lado, e membros da Guarda Negra, de outro, foi explosivo. Muitas pessoas ficaram feridas e uma delas declarou à polícia que, na véspera, cerca de setenta integrantes daquela associação ouviram o apelo de uma liderança para evitarem o conflito não saindo às ruas.<sup>47</sup> Certo é que outras vezes a Guarda Negra surgiu em cena. Exatamente um mês antes da Proclamação, cerca de 1.500 integrantes daquela associação tomaram as ruas do Rio de Janeiro em homenagem às bodas de prata da princesa Isabel.<sup>48</sup> Se considerarmos os comentários de Domingos Petrônio, esse número, bastante avultado, é fruto de estimativa “pouco confiável”, que aponta em 1.600 pessoas o recrutamento máximo atingido, na Corte, pela associação (DOMINGUES, 2014, p. 255).

Os números foram sempre elementos de disputa na verdadeira guerra de narrativas travadas em torno do tema Guarda Negra. Lembremos que, sobre os conflitos ocorridos em São José de Além Paraíba, eles oscilaram entre 300 a mais de 2000 pessoas. Cabe aqui uma observação de Evaristo de Moraes: “Na aparência agremiava libertos e outros homens de cor, agradecidos à Princesa pelo gesto de 13 de maio. Na realidade, porém, tratava-se de valentes de todas as raças e cores” (MORAES, E., 1985, p. 20). Se interrompêssemos aqui a fala do famoso rábula, poderíamos considerar simplesmente que números tão altos de integrantes da associação seriam em parte justificados pela sua maior abrangência, mas ele completou afirmando que os integrantes da Guarda, a qual não seria apenas negra, tinham a missão de coagir os adeptos da república e nisso eram “escandalosamente” protegidos pela polícia. Ou seja, retornamos ao argumento de natureza lógica: se eram assim tão numerosas, as oposições aos republicanos dificilmente seriam apenas resultantes da incitação. Evaristo de Moraes não mencionou números, nem criou metáfora que aludisse à quantidade dos manifestantes, como o fez Medeiros de Albuquerque, mas parece revelar também pouca acuidade sobre aqueles movimentos, fossem eles majoritariamente negros, ou não.

Ainda sobre a composição dos ataques atribuídos à Guarda Negra, é preciso mencionar a constatação feita por Livia de Laura Antunes (2019) sobre os quinze indivíduos detidos em função dos embates ocorridos no dia 14 de junho de 1889: a maioria deles, 80%, era de cor branca, dentre eles, a maior parcela era de nacionalidade portuguesa. A autora, no entanto, esclarece que outros nomes, provavelmente de pessoas também detidas, foram localizados na imprensa, porém não nos livros de matrícula da Casa de Detenção e, portanto, foi impossível encontrar detalhes sobre eles. Porém, uma nota do jornal *Gazeta de Notícias*, sobre vários ferimentos ocorridos nos conflitos, pode nos fornecer informações importantes sobre

<sup>47</sup> DOMINGUES, Petrônio. **Cidadania levada a sério**: os republicanos de cor no Brasil. In: Políticas da Raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. GOMES, F. e DOMINGUES, P. (Org.). São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, pp. 142-143.

<sup>48</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 450.

pelo menos dois alvejados: Pedro Justo de Souza,<sup>49</sup> empregado em uma confeitaria, de 24 anos, declarou ser membro da Guarda Negra; Aristides, de apenas 15 anos, era pardo. Fica a dúvida sobre a cor de outros personagens, como José Joaquim de Lemos, “vendedor de folhas” FERIDOS, 15 jul. 1889, p.1) de 18 anos de idade. O esforço para saber mais sobre os indivíduos envolvidos nos confrontos, além daqueles que comprovadamente foram detidos, não resultou em informações quantitativas relevantes, mas certamente concorre para reiterarmos a escassez de fontes que permitam um levantamento mais amplo sobre a configuração racial e social dos protestos contra a república na cidade do Rio de Janeiro.

Lívia de Lauro Antunes não localizou os registros prisionais dos meses finais de 1888 e, portanto, não pôde repetir a averiguação com respeito aos detidos no episódio, anterior, da Travessa da Barreira. No entanto, penso que não seja absurdo aventar que aquele conflito talvez tenha sido bastante semelhante, quanto à múltipla origem dos manifestantes, ao do centenário da Revolução Francesa. Tal hipótese vem ao encontro dos comentários de Evaristo de Moraes sobre a multiracialidade das manifestações atribuídas à Guarda Negra e ainda daqueles registrados em carta por Amellot de Chaillou. Segundo o adido francês, a polícia afiançara que os “grupos monarquistas” que tentaram invadir o prédio da Sociedade Francesa de Ginástica “não eram compostos totalmente de estrangeiros” (CHAILLOU, 1889). O documento diplomático tem assim um teor destoante dos registros a respeito: não menciona a presença de afrodescendente e ainda aponta a participação expressiva de imigrantes.

## 5.5 AS DESILUSÕES DE “EU-SILVA”

A considerar a ironia do *Cidade do Rio*, Jardim esteve retraído por um tempo durante a sua malograda candidatura em Minas Gerais. Sua ausência havia sido notada pelo autor do texto, que comentava: “temo-lo de novo, de barbinha arrufada, batalhando pela grande causa. Temo-lo de volta a perseguir o outro Eu” (CIDADE DO RIO, 26 out. 1889, p. 1). Ainda durante a campanha eleitoral, dois meses antes, o jornal havia sugerido um codinome para o propagandista, justificado pelo que seria uma de suas principais características, o hábito de autovalorizar-se:

A sua circular é modesta. Só fala de si. De si e da sua propaganda. Da sua propaganda e dos seus serviços. Dos seus serviços e do seu merecimento. E este modelo de altruísmo veio explicar à gente o motivo da inimizade terrível que há entre o Sr. Silva Jardim e o Sr. Gastão de Orleans. Rivalidades de nomes: um é Eu-conde, e outro é Eu-Silva (CIDADE DO RIO, 24 ago. 1889, p. 1).

Assim, ao satirizar o reaparecimento do advogado de Capivari na cena política, o jornal pilheriava:

---

<sup>49</sup> Lívia de Lauro Antunes encontrou outras informações sobre esse personagem que já havia sido também ferido nos conflitos do dia 30 de dezembro de 1888. ANTUNES, Lívia de Lauro. Sob a guarda negra: abolição, raça e cidadania no imediato pós-abolição. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019, pp. 278, 279.

“Qual! O Eu é implacável! O Eu é terrível! Em se pegando a alguma coisa, acabou... não sai dali. Ou o conde d’Eu para de se chamar D’eu, ou Jardim Eu escangalha-o, que é pra depois dizer, com triunfo: Fui eu quem fez a República!” (CIDADE DO RIO, 26 out. 1889, p. 1). No início de novembro, a sátira novamente surge nas páginas do jornal, desta vez comentando a sistemática produção intelectual do propagandista: “Eu Silva continua em evidência. Não há dia em que Eu, sem de, não publique um folheto de capinha vermelha, com o seu nome em letras de palmo e meio para fazer periclitir a monarquia” (CIDADE DO RIO, 9 nov. 1889, p. 2). Os diminutivos utilizados dão o intencional tom depreciativo. O *Cidade do Rio* claramente apartava-se de Jardim, que continuava a contar com o apoio do jornal *Gazeta de Notícias* cedendo-lhe espaços para suas sistemáticas publicações.

Entre seu retorno do Norte, em agosto, e o Quinze de Novembro, não aconteceram, como já dito, novas viagens de propaganda. Seu último texto, ainda no período imperial, parece ter sido a conclusão de *Simples Reflexões*, publicado em 12 de novembro. Naquele artigo, Jardim dedicou-se a uma espécie de retrospectiva do movimento republicano no Brasil, reconhecendo a importância de lideranças históricas, não citadas nominalmente, contra as quais continuava a argumentar:

Os partidos políticos não são escolas filosóficas, se bem que delas decorrem. Se eles fazem questão de escola, resignam-se a ficar sempre e unicamente escola, ou então deve julgar-se nesse terreno como mero ideal, que ninguém possa ser censurado por modificar, mesmo porque às vezes é impossível deixar de fazê-lo (JARDIM, 1978, p. 438)

Derrotas eleitorais e ironias da imprensa não foram os únicos dissabores de Jardim naqueles últimos dias do sistema monárquico. Seu pai, Gabriel Jardim, que desde março do ano anterior dirigia uma escola na Vila de Barra de São João<sup>50</sup>, tinha sido transferido, de forma arbitrária, segundo sustentaram alguns parlamentares, para a localidade de Arrastão das Pedras, em Cabo Frio. O professor estaria “[...] pagando as suas próprias culpas e as culpas de seu filho [...] um dos evangelizadores do partido republicano” (JORNAL DO COMÉRCIO, 25 nov. 1889, p. 1). Como veremos, o novo regime que dali a poucos dias se instalava não garantiu uma solução satisfatória para a vida funcional de Gabriel Jardim, apesar das expectativas do filho, que “[...]em começo da situação republicana escrevera prevenindo-o que era tempo de reivindicar seus direitos, e nesse sentido falara ao governador Portela, que prometera tomar na devida consideração o caso” (LEÃO, 1895, p. 283) Só bem mais tarde, ainda segundo Leão, ele foi empossado como inspetor de distrito, quando da reforma da Instrução Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Três dias depois da publicação final de *Simples Reflexões*, seu último conjunto de artigos ainda no Império, Silva Jardim foi mencionado na primeira página do jornal *Cidade do Rio* não mais como o “Eu-

<sup>50</sup> DIÁRIO de Notícias. Rio de Janeiro, ano 4, n. 1011, 17 mar. 1888. Província do Rio, p. 2.

Silva”, mas como o orador que saudou a República desde as janelas do jornal *Gazeta de Notícias*. Era perto do meio-dia do 15 de novembro, e as redações dos vários jornais instalados na Rua do Ouvidor fervilhavam. Segundo cronologia apresentada em primeira página e sob o título de *Viva o Exército Libertador*<sup>51</sup>, pouco antes, das janelas do jornal *O País*, pronunciara-se Aristides Lobo. Logo depois, José do Patrocínio discursou na redação do seu jornal, enquanto Jardim, em endereço vizinho, tomava a *Gazeta* como sua tribuna. Interessante reproduzir, neste ponto, a análise feita por Humberto de Machado sobre certo alijamento de José do Patrocínio no novo regime e que, em parte, acrescento, assemelhou-se ao que aconteceu com o próprio Jardim. Apesar da mudança do seu comportamento, refletida nas páginas do *Cidade do Rio*, a partir da ascensão do Gabinete Ouro Preto, quando iniciou, paulatinamente, um armistício com os republicanos, Patrocínio “ocupou um espaço político secundário no início do novo regime”( MACHADO, 2014, p. 57). Em tribunas opostas, ambos, Patrocínio e Silva Jardim, haviam se incompatibilizado com os novos detentores do poder, mas, no calor dos acontecimentos em torno da “proclamação”, a nova configuração política estava ainda por ser delineada.

Recorro novamente a José Leão, testemunha ocular dos fatos narrados por Aníbal Falcão após ter sido exortado por Benjamim Constant a agitar o povo, pois “[...] a República não estava proclamada” (LEÃO, 1895, p. 235). Leão não presenciou o rápido diálogo, que teria acontecido entre o militar e o advogado pernambucano na Rua do Ouvidor, no dia 15 de novembro, porém as cenas que se seguiram, relatadas por Aníbal Falcão em obra não referenciada de Teixeira Mendes<sup>52</sup>, teriam sido, de fato, acompanhadas por aquele biógrafo de Silva Jardim que confirmou a veracidade dos acontecimentos. Dirigindo-se à redação do *Cidade do Rio*, Aníbal Falcão expôs a situação. Era necessário “um movimento popular, audaz e rapidamente organizado, afim de que, antes de qualquer deliberação do governo que se ia instituir fosse proclamada a República.”( LEÃO, 1895, p. 236). Assim, teria sido a convite do principal aliado de Silva Jardim – que ainda em maio reconhecera a liderança do correligionário fluminense, lançando um manifesto a favor da ditadura republicana de inspiração positivista – que o então vereador José do Patrocínio anunciara da sacada do *Cidade* a sua intenção de dirigir-se à Câmara Municipal. Seguidos por uma “não pequena massa popular” (LEÃO, 1895, p. 236), hastearam, nas janelas do prédio, uma bandeira republicana.<sup>53</sup>

Depois de alguns discursos e moções, “o Sr. José do Patrocínio, como vereador mais moço, a quem, na forma da Constituição ainda vigente, incumbia aclamar o novo soberano, tendo decaído D. Pedro

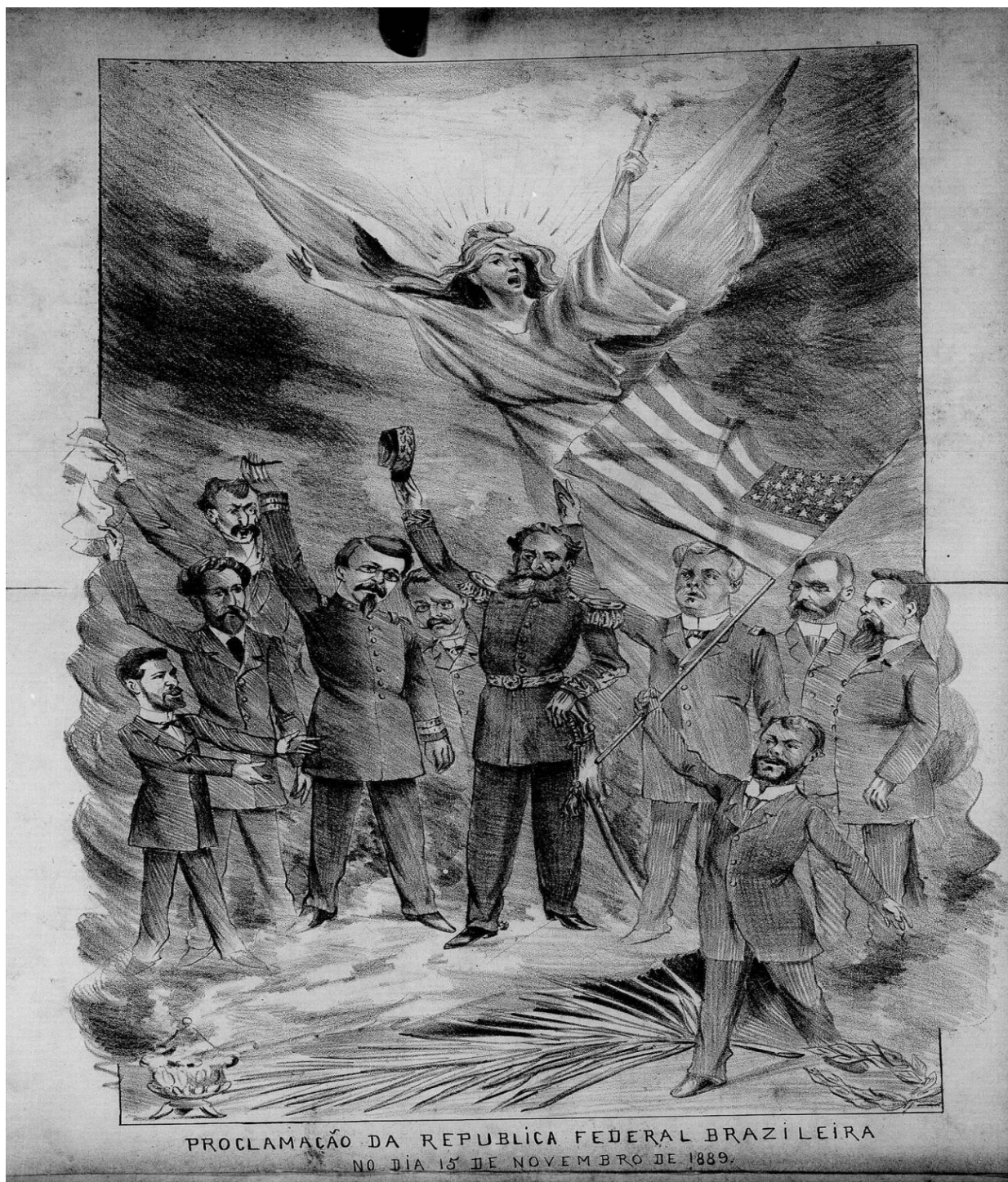
<sup>51</sup> VIVA o exército libertador. **Cidade do Rio**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 260, p.1, 15 nov. 1889.

<sup>52</sup> Tratava-se do segundo volume da biografia de Benjamim Constant, publicado em 1892 e prefaciada por Aníbal Falcão.

<sup>53</sup> Tratava-se da bandeira do Clube Lopes Trovão, que teria sido confeccionada para recepcioná-lo em 1888, quando retornava da Europa. Nas faixas horizontais, conservavam-se as cores verde e amarela do pavilhão imperial. O quadrilátero, de fundo escuro, homenageava os afrodescendentes, CARVALHO, Murilo José de. **A formação das almas: o imaginário da república do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 111.

II, proclamou a República” (LEÃO, 1895, p. 236). Não encontrei nenhuma menção na Constituição do Império que confirmasse o comentário de Aníbal Falcão, talvez constante em regulamentação interna da Câmara Municipal também não localizada. Certo foi que, naquele momento, o advogado pernambucano optou por associar-se ao popular abolicionista e não ao correligionário a quem proclamara chefe da dissidência republicana meses antes. Enquanto o jornalista protagonizava o ato que passou a justificar a sua autodenominação como o “Proclamador Civil da República” (MACHADO, 2014, p. 58), Falcão tratava de registrar a iniciativa: “Enquanto o Sr. Patrocínio falava ao povo, eu redigia duas moções, que foram publicadas nos jornais do dia seguinte, a segunda das quais era a proclamação da República por nós outros, órgãos espontâneos da Nação Brasileira” (LEÃO, 1895, p. 236).

Figura 18 – Proclamação da República Federal brasileira, 15 de novembro de 1889.



Fonte: *O Mequetrefe*, Rio de Janeiro, nº 486, p.1, novembro de 1889.

*O Mequetrefe*<sup>54</sup> foi o único jornal a representar de forma mais próxima, e no calor do momento, os fatos posteriormente narrados por Aníbal Falcão na já citada publicação de 1892. Incorporou à cena a

<sup>54</sup> Seu proprietário era Eduardo Joaquim Correia, sobre o qual não pude obter outras informações.

figura de Silva Jardim, entre outras lideranças históricas do movimento republicano, conforme a próxima ilustração. É o primeiro do lado esquerdo, facilmente reconhecível pela barba cerrada e pela baixa estatura, sempre acentuada nas caricaturas da época. Braços abertos, expressão de júbilo, como a participar ativamente da proclamação civil ali representada, ele parece dirigir-se a José do Patrocínio, seu antigo adversário político, que, por sua vez, tomou a dianteira da cena, à esquerda, portando a bandeira republicana do Clube Lopes Trovão.<sup>55</sup> Em segundo plano, a figura central é Deodoro da Fonseca; ladeado, pelo lado esquerdo, de Benjamim Constant, também em destaque. Atrás, entre os dois militares, Aristides Lobo; um pouco mais afastado, Lopes Trovão. Entre Benjamim Constant e Silva Jardim, Quintino Bocaiúva. Do lado direito do marechal, provavelmente, o gaúcho Joaquim Francisco de Assis Brasil seguido dos paulistas Prudente de Moraes e Campos Sales.

No mesmo número, um texto na parte interna do jornal apresentou como inequívoco e determinante o papel dos militares: “Ninguém queria crer que o trono tivesse levado o valente pontapé de Deodoro”. Porém o inacreditável havia acontecido e estava “[...] bem fundada e solidamente a República, garantida pelas forças militares e pela adesão do povo” (O MEQUETREFE, novembro de 1889, p. 4). Os integrantes do jornal que, lembravam, há 15 anos lutavam pela vitória, diziam-se sem palavras para exprimir o sentimento patriótico assomado naquele momento. Faltaram também palavras sobre as lideranças civis do movimento e da propaganda. Foi no traço do caricaturista que essa ausência foi recompensada também em outra ilustração além da que foi comentada no parágrafo anterior. Ela ocupou a primeira página do número que comemorou a chegada do novo sistema de governo, utilizando novamente a figura de um índio a simbolizar a nação brasileira, portando na cabeça o barrete frígio. Novamente porque o personagem indígena fora criado pelo traço do romancista Aluísio de Azevedo, em 1877, em sua rápida atuação como caricaturista de *O Mequetrefe*,<sup>56</sup> ressurgindo em várias cenas. Em referência à Proclamação da República, o índio mais uma vez representava o povo brasileiro, recebendo a “grinalda da vitória” (O MEQUETREFE. Novembro 1889, p. 1) do personagem<sup>57</sup> por meio do qual o próprio jornal se expressava. A exemplo de outros periódicos que se dedicavam ao combate irreverente por meio das caricaturas, aquela folha quinzenal fazia-se representar por uma figura específica. Assim como a *Revista Ilustrada* tinha os seus “mariolas”, aquele periódico tinham os seus “mequetrefes”<sup>58</sup> (SODRÉ,

<sup>55</sup> Para Carvalho, o modelo adotado foi surpreendente, pois havia clara menção ao modelo americano. Apesar de terem entusiasmo pela república estadunidense, toda a orientação dos revolucionários era francesa. O autor afirma que provavelmente a associação fluminense era formada majoritariamente de “jacobinos e positivistas e não de ‘democráticos’ ao estilo dos paulistas.” Conforme Carvalho, era conveniente que da bandeira fosse aceita também “pelos paulistas, pelos republicanos liberais” e isso talvez tenha sido decisivo. CARVALHO, J.M. **A formação das almas** ..., p. 111.

<sup>56</sup> Ver: QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro. Humor e política nas caricaturas de Aluísio Azevedo. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 18, maio/ago. 2016, pp. 134 - 156.

<sup>57</sup> Ver: LOPES, Aristeu Elisandro Machado. O dia de amanhã: a República nas páginas do periódico ilustrado O Mequetrefe, 1875-1889 **Revista de História**, São Paulo, v.30, n.2, pp. 239-265, ago./dez 2011, p. 244.

<sup>58</sup> Um dos significados para a palavra mequetrefe é enxerido, o que se adequava, jocosamente, à prática jornalística. No seu segundo número, o jornal apresentava como “o mequetrefe” um rapazola que apresenta a seus colegas, das outras folhas

1999, p. 17). Ou seja, na cena onde o nativo com barrete frígio era homenageado, os responsáveis pelo periódico projetavam-se como participantes no processo político que levou à República.<sup>59</sup>

As caricaturas de *O Mequetrefe* procuraram, portanto, reafirmar tanto a sua própria atuação ao longo dos anos pela mudança do regime quanto o papel das lideranças republicanas. O fato de Silva Jardim figurar na homenagem revelou o esforço do jornal em se manter coerente com a forma de tratamento dispensada ao advogado desde sua transferência para a Corte. Lembremos a homenagem feita, no início daquele mesmo ano, a um de seus principais aliados na Zona da Mata mineira, Antônio Romualdo Monteiro Manso, já então ridicularizado por outras folhas, que o associavam ao adesismo da lavoura. Jamais encontrei nas páginas de *O Mequetrefe* censura ou ironia direcionada ao Silva Jardim propagandista. No mês de maio, quando muitos jornais criticaram o seu rompimento com a direção do Partido Republicano, aquele periódico destacava seu discurso em homenagem a Assis Brasil, ao lado de figuras proeminentes do republicanismo, como se nada desabonasse sua conduta.<sup>60</sup> Em junho, solidarizava-se com os perigos que ele enfrentava no Norte.<sup>61</sup>

O desenho parece mesmo sugerir a reabilitação de José do Patrocínio, sendo sua presença na cena apontada por Silva Jardim, que saúda o ato do hasteamento da bandeira. Mesmo tendo incluído figuras como o propagandista preterido por seus próprios correligionários e, em destaque, o antigo incentivador da Guarda Negra, – embora em inexplicável tamanho menor, já que desenhado em primeiro plano, portando a bandeira – o jornal claramente relegava ao fundo da cena republicanos históricos como Lopes Trovão e Aristides Lobo. O grande destaque foi, sem dúvida, os dois militares, em especial o Marechal Deodoro da Fonseca.<sup>62</sup> As dificuldades para se elaborar no novo regime “um mito de origem baseado na predominância civil” foram analisadas por Murilo de Carvalho. Segundo o autor, “o caráter militar da operação era por demais evidente para ser negado” (CARVALHO, 1999b, p. 51). Apesar de resistências presentes inclusive nos frequentes debates parlamentares sobre a natureza do golpe, até mesmo republicanos históricos descomprometidos como uma versão “menos deprimente” (CARVALHO, 1999b, p. 52) admitiam o protagonismo da caserna.

Ainda com relação à cena representada pelo *O Mequetrefe*, e levando em consideração os comentários de Murilo de Carvalho incorporados na nota anterior, creio que seja oportuno dizer que, caso o modelo de bandeira idealizado por Jardim tivesse sido hasteado em 15 de novembro, prevaleceria a visão conciliadora proposta pela obra *Política Positiva* de August Comte entre o barrete frígio e o

---

ilustradas, um retrato do marquês de Pombal. **O MEQUETREFE**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 4, jan. 1875.

<sup>59</sup> LOPES, A.E.M. *Op. cit.* p, 260.

<sup>60</sup> ASSIS Brasil. **O Mequetrefe**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 478, p. 3, maio 1889.

<sup>61</sup> MEETING e tumulto na Bahia. **O Mequetrefe**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 479, p. 3, jun. 1889.

<sup>62</sup> De acordo com a análise de Murilo de Carvalho, a glorificação de Deodoro era compatível com parte dos republicanos histórico, mas não a de Benjamim Constant. Esse representava, além da interferência militar, uma concepção de república inspirada por demais no modelo positivista. . CARVALHO, J.M. **A formação das almas ...**, p. 50.



conservadorismo. Refiro-me obviamente apenas ao ato momentâneo, lembrando que a cena não se eternizou nas representações oficiais. Afinal, o vereador negro, que meses antes se ligava às manifestações isabelistas, era um “herói errado” a exibir um “símbolo errado” (CARVALHO, 1999b, p. 52). A bandeira hasteada na Câmara, do Clube Lopes Trovão, inspirada no modelo americano, foi substituída quatro dias depois pela bandeira positivista tornada oficial.

Voltemos ao modelo idealizado por Silva Jardim. Em suas memórias, ele registrou o momento em que apresentou a um correligionário político o seu projeto de bandeira republicana. Levou o esboço à sua primeira viagem a Minas Gerais, pois se recordou de tê-lo retirado da bagagem em uma tarde ociosa quando se pôs a conversar com Veríssimo Lobo, que o acompanhara à cidade de Rio Branco:

No meu projeto, que obedece a evolução histórica da humanidade e do Brasil, o pau da bandeira, como vê, termina com um condor – é a tradição romana modificada na América; o pano da bandeira contém, em tinta pouco viva, as cores correspondentes às três raças – a preta, a vermelha e a branca, que compõem etnograficamente a nossa nacionalidade. Sob este fundo, o escudo brasileiro, tal qual na bandeira atual, significa o espírito de defesa, e é rodeado da cana e do café, nossas culturas do norte e do sul; tem no centro o globo, e atravessando-o, uma âncora, que representa a força, marítima, e ao mesmo tempo o comércio, como o escudo significa especialmente a força pública da terra. Pode-se ainda colocar de um lado do escudo o cavalo, e do outro o boi, representando a indústria pastoril do sul e norte. Todos esses símbolos são das forças conservadoras e estáticas da Nação. Sobre o escudo, e para significar a força progressiva, de movimento popular, o barrete frígio, característico proletário. (JARDIM, 1891b, pp. 281-282).

Seu interlocutor aprovou o modelo, parabenizando-o não só pelas escolhas acertadas com relação à bandeira, mas por sua previdência. Pensava em tudo o propagandista, que respondeu desta forma à exclamação do correligionário: “Assim é preciso, meu caro, seria triste que a Revolução nos encontrasse desprevenidos. Sabe que não se perdoa ao capitão que diz ‘eu não cuidei’” (JARDIM, 1891b, p. 282).

Nove meses tinham se passado entre o diálogo acima reproduzido e o Quinze de Novembro. Se a bandeira idealizada por Silva Jardim chegou a ser confeccionada, não saberemos, mas é adequado dizer que talvez o tribuno não se desse conta, meses antes de anunciado o fim do Império, de que o seu pleiteado posto de capitão do barco revolucionário – conforme a metáfora por ele próprio criada – não estava garantido. Os acontecimentos que se seguiram, sobretudo as deserções que sofrera o grupo por ele liderado após sua adesão pública ao projeto de ditadura republicana, muito provavelmente deram ao advogado a noção de que seu barco andava avariado. Apesar disso, persistia a içar velas, talvez confiante no mérito que a propaganda lhe conferia. Esforçava-se por tomar a dianteira, conforme comprovam os textos escritos durante os últimos meses do período imperial. No entanto, em meados de novembro de 1889, percebeu, atônito, que estava não só destituído do posto de capitão, como sequer integrava a tripulação.

Esteve, na visão de vários autores, como o próprio José Leão – que com ele conviveu também naquele período –, completamente alijado dos eventos que culminaram na instalação do Governo Provisório. Os relatos que veremos mais adiante sobre a possibilidade de Jardim ter sido avisado da movimentação na véspera do golpe não muda muita coisa. Sintomaticamente, em suas memórias, ele não deu pormenores sobre aqueles dias que precederam o Quinze de Novembro, tampouco se queixou diretamente do seu preterimento.

Preferiu evidenciar que, a seu lado, havia a força de um grupo atuante originado em torno do *Correio do Povo*, jornal criado em junho de 1889 por Sampaio Ferraz. Formavam o “Club dos Caboclos”, também frequentado por Aníbal Falcão, Xavier da Silveira, Júlio Diniz e Teixeira de Souza, entre outros. O nome dado ao núcleo republicano vinha da forma como chamava a si próprio o futuro chefe de polícia do Rio de Janeiro, Sampaio Ferraz,<sup>63</sup> que empregava o termo para designar “homem decidido, capaz de sacrifícios pelo seu ideal” (JARDIM, 1891b, p. 415). Apesar dos encontros sempre animados em torno da boa culinária nacional, os tempos do “Club dos Caboclos” foram recordados como sombrios: “A situação era realmente crítica para nós, e via-se que o sol da propaganda oscilava no apogeu, em direção a um ocaso. Véspera da noite, da treva, da tempestade, para o resurto de uma nova luz? Assim o esperávamos” (JARDIM, 1891b, p. 416).

Entre os bons auxílios que naquele momento recebera, estivera o de Ferreira de Araújo, continuando a franquear-lhe o *Gazeta de Notícias* em cujas páginas publicava seus artigos, escritos “serenamente”, enquanto esperava que “a caldeira monárquica fosse aos ares” (JARDIM, 1891b, p. 416). Quando finalmente aconteceu a esperada explosão, Jardim apenas pôde acompanhar o que veio a seguir, mas contava ainda com o papel que certamente lhe seria atribuído por ter mantido altas as chamas durante a sua campanha, desde o início do ano anterior.

A República, por ele tão anunciada, foi proclamada sem a sua participação. Para evidenciar a sua exclusão política, José Leão reproduziu a justificativa que teria sido dada por Benjamin Constant ao próprio Jardim, em 17 de novembro de 1889, dia em que finalmente foram apresentados. O engenheiro militar que desempenhou papel fundamental na disseminação dos ideais positivistas entre a juventude castrense dissera a Jardim que muito o apreciava pelos serviços prestados e se não o tinha procurado antes era “por lhe haverem dito que ele era um republicano sanguíneo” (LEÃO, 1895, p. 237). incompatível com o projeto de revolução pacífica. O desgosto, como registrou o citado biógrafo, foi profundo e o

---

<sup>63</sup> João Batista de Sampaio Ferraz, de abastada família paulista, três anos mais velho que Silva Jardim. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em novembro de 1878. Depois de formado mudou-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, e aí foi promotor público adjunto de 1881 a 1884, e promotor público de 1884 a início de 1889, quando foi demitido após o conflito da Travessa da Barreira, quando, ao lado de Jardim, teria defendido à bala o direito de realização da conferência republicana. Em 1888 fundou o jornal *O Correio do Povo*, órgão declaradamente republicano. Proclamada a República, foi nomeado o primeiro chefe de polícia da cidade do Rio de Janeiro. Abandonou a chefatura de polícia apenas quando foi eleito deputado federal constituinte pelo Distrito Federal em setembro de 1890.

desenrolar dos fatos mostraram que o seu preterimento não ficou restrito ao ato da Proclamação. Nenhum cargo de importância fora-lhe reservado na composição do governo divulgada em 16 de novembro de 1889 no primeiro número do Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil.

Antes de seguirmos acompanhado o personagem, é oportuna, neste ponto, a inclusão de um questionamento também de grande importância para esta tese: o que foi feito dos opositores da ideia republicana que tanto se debateram nas ruas das capitais e do interior contra o porta-voz da “lei nova”? Petrônio Domingues nos informa sobre ocorrências de várias manifestações contrárias à Proclamação da República. Em 22 de novembro, grupos de capoeiras ainda ecoavam gritos a favor da Monarquia na Rua do Ouvidor. Batalhões integrados majoritariamente por afrodescendentes revoltaram-se em Desterro, atual Florianópolis, e civis se rebelaram no Maranhão, o que resultou na morte de mais de vinte escravizados,<sup>64</sup> verdadeiro massacre como aponta, inclusive no título, obra já referenciada de Matheus Gato.<sup>65</sup> Na capital baiana, inícios de insurreições, por milhares de pessoas, foram debeladas à bala. Em cena, um personagem já conhecido do leitor: Macaco Beleza, lembrado por Silva Jardim como o capadócio que queria esfaqueá-lo.<sup>66</sup> Para Maria Emília Prado, “a monarquia caíra no momento em que a plebe estava disposta a defendê-la.” Tal atitude “[...] vinculava-se, sem dúvida, aos episódios da abolição, percebida como ato praticado por Isabel a favor dos escravos” (PRADO, 2005, p. 177).

Medeiros e Albuquerque narrou também a tentativa de “contrarrevolução” ocorrida no Rio de Janeiro pouco mais de um mês depois da deposição da Monarquia. Na tarde de 18 de dezembro de 1889, jantando no Café de Londres, ele fora informado por Aristides Lobo, a quem estava subordinado como secretário do Ministério do Interior, sobre um levante de forças militares, que teria sido levado à frente principalmente pelos integrantes da Marinha. Benjamim Constant, contara-lhe o ministro, já dera, de casa, as primeiras ordens para debelar a movimentação. Aos poucos, novas notícias foram chegando. A revolta, que pareceria generalizada, restringia-se a poucos batalhões apaziguados, diziam, pela ação do tenente-coronel Sólton Ribeiro. À noite, ainda acompanhado do titular da pasta do Interior, ele assistira no quartel-general a entrada dos prisioneiros:

Fez-se um silêncio absoluto de curiosidade e tristeza. As patas dos cavalos batiam as pedras com um estrépito por demais sonoro em face daquela absoluta mudez. Faziam pena os soldados presos. Eram trinta ou quarenta, quase todos pretos ou mulatos. Tinham as fardas amarrotadas ou rotas. Vinham sem armas, as mãos pendentes, as cabeças baixas (ALBUQUERQUE, M., 1942, p. 95).

Albuquerque contou ainda que ficou incumbido de entregar ao chefe de polícia, Sampaio Ferraz,

<sup>64</sup> DOMINGUES, P. *Cidadania levada a sério...*, pp. 145-146.

<sup>65</sup> GATO, M. *Massacre dos libertos ...*, p. 34.

<sup>66</sup> KRAAY, H. *Reis negros, cabanos, e a Guarda Negra...*, p. 165.

uma lista de pessoas que deveriam ser presas, suspeitas de terem fomentado a rebelião. Dentre eles, o comendador Teles de Menezes, o ex-senador Silveira Martins e o ex-ministro Ferreira Viana, que hesitou em vestir-se para acompanhar as autoridades, dizendo que não havia motivos para os republicanos nutrirem por sua pessoa rancores ou inimizades. Procurou no funcionário do governo uma concordância, não a encontrando. Medeiros e Albuquerque teria respondido:

Eu estive a 30 de dezembro na Travessa da Barreira cercado da malta de assassinos que V.Exa. incitou contra os republicanos e, enquanto nos lutávamos por um princípio, V.Exa. assistia talvez daquela janela à execução de suas ordens... foi isso que quis verificar quando ao entrar aqui cheguei-me a ela. (ALBUQUERQUE, M., 1942, p. 98)

Ferreira Viana morava no Convento de Santo Antônio, que tinha na época vista privilegiada para a Travessa da Barreira e, acredito, para a Lapa e grande parte do antigo Largo do Rocio. O diálogo entre o poeta e memorialista Medeiros e Albuquerque e o ex-ministro da Monarquia foi também reproduzido por Maria Tereza Chaves de Mello, que, no entanto, referiu-se ao motivo das prisões muito rapidamente como “arremedo de contragolpe não muito bem esclarecido (MELLO, M., 2007, p. 83).

A narrativa de Albuquerque tem realmente poucos detalhes. Ele afirmou desconhecer os resultados do processo, referindo-se, naturalmente, à apuração de responsabilidades. Muito provavelmente, tratou-se de episódio bastante próximo, se não o mesmo, do abordado por Hendrik Kraay como exemplo de persistências do “monarquismo popular” (KRAAY, 2019, p. 166) após o Quinze de Novembro. Afirma o autor, que algumas semanas depois<sup>67</sup> de D. Obá II<sup>68</sup> ter mobilizado no Rio de Janeiro – a 2 de dezembro de 1889, aniversário do ex-imperador –, uma verdadeira multidão para homenagear o monarca banido, soldados de artilharia estacionados em São Cristóvão sublevaram-se, hastearam a bandeira imperial e deram vivas à Monarquia. Os amotinados, que teriam buscado apoio em outras unidades militares, foram logo reprimidos. Como salientou Kraay, a maioria dos periódicos silenciou a respeito do monarquismo dos soldados.

Oportuno seria conhecer o processo gerado pelo episódio que parece ter alertado o governo contra outras sublevações, pois “as autoridades republicanas temiam o pior” e imediatamente depois da rebelião “deportaram políticos imperiais proeminentes<sup>69</sup> e proibiram a volta da família imperial ao Brasil”

<sup>67</sup> A data aproximada do episódio abordado por Kraay, embora imprecisa, coincide com o registro feito por Medeiros e Albuquerque: 18 de dezembro de 1889.

<sup>68</sup> D. Obá II (Cândido da Fonseca Galvão), alferes honorário do Exército e um autoproclamado soberano africano. Um dos personagens mais conhecidos do “monarquismo popular” da Corte, “verdadeiro representante da cultura afro-brasileira de rua e das suas fortes ligações à monarquia.” KRAAY, H. Reis negros, cabanos, e a Guarda Negra..., p. 160.

<sup>69</sup> O Visconde Ouro Preto também registrou o motim do dia 18 de dezembro de 1889, porém não salienta, como Medeiros e Albuquerque, a participação de um batalhão formado, majoritariamente, por homens pretos. Ver: FIGUEIREDO, Affonso Celso de Assis. **Advento da ditadura militar no Brasil**. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 243, 2017.

(KRAAY, 2019, p. 166). No entanto, para o efeito desta tese, os trechos utilizados, tanto em *Quando eu era vivo* quanto em *Reis Negros*, são suficientes para somar o episódio às mobilizações que ocorreram em várias partes contra a República. Voltemos, assim, para o que ocorria com o nosso personagem. Como vimos, o jovem poeta Medeiros e Albuquerque, então com 22 anos, tinha mais acesso ao centro do poder do que o tribuno republicano que tanto admirava.

Com a decretação das primeiras medidas de reconstitucionalização do País, Silva Jardim foi nomeado para a comissão encarregada de elaborar o regulamento eleitoral.<sup>70</sup> O trabalho da comissão por ele presidida, cuja remuneração foi fixada na expressiva quantia<sup>71</sup> de seis contos de réis anuais,<sup>72</sup> resultou no Regulamento Lobo (Decreto nº 200-A, de 8 de fevereiro de 1890), assim chamado em alusão ao então Ministro do Interior, Aristides da Silveira Lobo, que o assinou. Entre outras disposições, o decreto estabeleceu a alfabetização como condição para o exercício do voto. O empenho certamente devotado do advogado fluminense na elaboração da nova exigência legal esteve condizente com suas falas anteriores, reiteradas já no Governo Provisório por meio de suas memórias.

Era imprescindível preparar o povo para o exercício da cidadania por meio do letramento. Para Jardim, a própria necessidade da ditadura republicana estava atrelada ao atraso da educação brasileira, que deveria ser antes ampliada e melhorada, preparando, assim, os brasileiros para o exercício da cidadania. Não via nisso nenhuma marginalização dos grupos menos abastados, alijados dos bancos escolares. Era antes uma etapa da evolução da Humanidade, conforme os pressupostos positivistas em que se baseava, muito embora, na sua pública adesão ao Manifesto do Partido Pernambucano, ainda no primeiro semestre de 1889, defendera explicitamente a aclamação popular de um ditador, seguida de um “sufrágio universal” (JARDIM, 1978, p. 357). No entanto, não explicou como e em que prazo seria feita a universalização do voto. Se levarmos em conta o que expõe Ângela Alonso, venceu o projeto defendido pelos “liberais republicanos”: a exclusão dos analfabetos.<sup>73</sup>

Lembremos que o advogado tinha larga experiência como professor, inclusive atuando nas classes de primeiras letras e lançando cartilhas de alfabetização. Seguindo os passos de Jardim no curto intervalo

---

Disponível em: < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/539478/001117596.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

<sup>70</sup> Em seu texto de despedida, publicado em 8 de outubro de 1890 no *Gazeta de Notícias*, Jardim fez questão de esclarecer que nenhuma responsabilidade tivera na segunda parte da legislação eleitoral que fora decretada de forma completamente diferente daquela que havia elaborado. Referia-se principalmente à organização das mesas eleitorais, determinadas no documento que ficou conhecido como Decreto Alvim. JARDIM, A.S. Aos meus concidadãos. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 281, 8 out. 1890, Publicações a pedido, p. 2

<sup>71</sup> Em 1890, com quantias aproximadas, era possível comprar uma casa em bairros centrais do Rio de Janeiro. **JORNAL DO COMÉRCIO**. Rio de Janeiro, ano 68, n. 63, 4 mar. 1890. Anúncios, p. 8; Idem, ano 68, n. 302, 26 out. 1890, Anúncios, p. 7.

<sup>72</sup> **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 7, n. 1669, p. 2, 9 jan. 1890.

<sup>73</sup> Além dessa exclusão, aquele grupo defendia maior peso para o eleitorado urbano. Já os “federalistas” gaúchos e científicos eram os únicos a defender o sufrágio universal. Para os “positivistas abolicionistas” a solução seria um executivo forte e centralizado, amparado num congresso fraco e num regime plebiscitário, de eleição por aclamação. ALONSO, A. **Ideias em movimento...**, pp. 249-250.

entre a implantação da República e a sua prematura morte, em julho de 1891, encontrei uma nota na imprensa carioca registrando a sua presença na abertura de um curso noturno de alfabetização para adultos no então afastado bairro de Copacabana, cujos habitantes – pescadores e suas famílias – aproveitavam a ocasião para reclamar do injusto abandono e mal aproveitamento do local. O curso passaria a funcionar no consistório da Capela de Nossa Senhora de Copacabana, cumprindo, segundo a nota, o compromisso dos republicanos com a instrução pública “como meio de igualar as classes sociais e de formar cidadãos” (GAZETA DE NOTÍCIAS. 12 fev. 1890, p. 1). Mas essa noção de cidadania foi menos valorizada nos discursos restritos ao âmbito particular, ainda que tratando dos rumos públicos da incipiente República.

Em janeiro de 1890, Silva Jardim escreveu a Rui Barbosa sugerindo a função dos agentes eleitorais do governo, cujo trabalho garantiria a vitória dos candidatos republicanos, pois, assevera o advogado, “o povo vota em quem o alista”. Se não tomassem a medida recomendada, “os cabalistas de oposição” iriam exitosamente alistar “o seu povo” (JARDIM, 1890a). A questão do tempo disponível para a decretação da medida era uma preocupação, por isso, sugeria Jardim o aproveitamento da legislação eleitoral de 1881, o que parece ter ocorrido.

O assunto mereceria tratamento mais cuidadoso, porém demandaria novas pesquisas, por isso decidi apenas esboçar a questão. O Regulamento Lobo estipulou que o direito ao voto se daria por meio de um título eleitoral, ainda que fosse o antigo, baseado no Decreto 3029, de janeiro de 1881. Ao aceitar-se a validade da inscrição pela legislação anterior, ocorreria, no processo eleitoral daquele período, uma situação inusitada: poderiam participar do sufrágio os analfabetos qualificados pela Lei Saraiva, de 1881, ao passo que os do período republicano, não.<sup>74</sup> Independentemente dessa situação, a sugestão de Jardim nos reporta ao famoso “voto de cabresto” da Velha República, expressão que certamente incluía práticas diversas, inclusive ligadas ao poder exercido pelos agentes governamentais.

Quatro outras correspondências enviadas por Jardim ao então Ministro da Fazenda foram preservadas pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Por elas, sabemos que ele chegou a frequentar a casa do jurista baiano, a quem já se dirigia como amigo e admirador.<sup>75</sup> Também confirmamos o papel de intermediador feito por Jardim entre a expectativa de antigos correligionários ou indicados destes e as autoridades do Governo Provisório. Entre seus vários pedidos, pelo menos um foi atendido: o capitão José Manoel Nunes Fagundes foi investido no cargo de coletor de Maricá.<sup>76</sup>

A checagem do atendimento ou não dos demais favores confirmaria o que já posso aventar: nos primeiros tempos da República, ainda que decepcionado por não integrar o alto escalão do governo, nosso

<sup>74</sup> FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A evolução do sistema eleitoral brasileiro**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral. 2 ed. revisada e alterada, 2005, pp. 262-263.

<sup>75</sup> JARDIM, A.S. [Correspondência]. Destinatário: Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 28 abr. 1890b. Arquivo Fundação Casa de Rui Barbosa. Série Ministério da Fazenda, pasta 63.

<sup>76</sup> **JORNAL do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 69, n. 114, 23 abr. 1891, Atos do Governo, p. 3.

personagem não esteve assim tão desprestigiado. Ele chegou a manter um verdadeiro escritório para exercitar sua influência política. Recebia milhares de cartas de vários pontos do território nacional e mantinha secretários para responder-lhes. “Quando muito extensas, escrevia à margem resuma, quando não lia-as todas, notando os pontos a responder” (LEAO, 1895, 274). Nos manuscritos preservados pela Fundação Casa de Rui Barbosa, o timbre utilizado pelo bacharel na margem superior esquerda de suas correspondências: “Silva Jardim - Conservar, melhorando.”

Embora dedicado à função que lhe fora inicialmente delegada, Jardim certamente esperava mais. Chegou a acreditar que seria ministro, quando “jangotes da situação acenaram-lhe com aquela miragem quando pretenderam firmar a ditadura do Marechal Floriano” (LEAO, 1895, 274). Leão lamentou a ingenuidade de Jardim, que, na ocasião, teria compartilhado sua ilusão com amigos, assegurando-lhes que substituiria Quintino Bocaiuva, contra quem se tramava abertamente no Itamarati. “Chegou mesmo a persuadir-se de ter de conferenciar com o mesmo Marechal e impor a suas condições a respeito!” (LEAO, 1895, 274). Provavelmente fez com isso referência à crise inicial enfrentada por Quintino Bocaiuva, já em janeiro de 1890, quando da assinatura do tratado de limites entre Brasil e Argentina como ministro e secretário de Estado das Relações Exteriores.

Por aqueles dias, muitas homenagens recebia o advogado, inclusive de seus conterrâneos, que se deslocaram de Capivari ao Rio de Janeiro para lhe entregarem uma medalha de ouro com os dizeres *Ordem e Progresso*. No agradecimento, afirmou que tinha o sentimento de dever cumprido. “Pedira a revolução rápida e certa, sem guerra civil, estava feita; pediu uma ditadura provisória – estava inaugurada; pediu a unidade nacional – estava mantida” (SILVA Jardim, 1890, p. 2). Por isso, esclarecia, confiava no Governo Provisório e esperava que a nação, “chamada pelo órgão imperfeito, mas necessário, da Constituinte, confirmasse a vitória de 15 de novembro (SILVA Jardim, 1890, p. 2).

Eram ainda tempos promissores. Xavier da Silveira Júnior, companheiro do “Club dos Caboclos”, que com ele compartilhava as anedotas em torno da boa mesa nos tempos sombrios do “ocaso da propaganda”, havia sido nomeado governador do Rio Grande do Norte. No grande banquete que marcava a partida do amigo, Jardim fez um longo discurso que ocupou quase meia página do jornal *Gazeta de Notícias*.<sup>77</sup> Talvez tenha se animado excessivamente com exemplos como o da ascensão política do correligionário.

Homenagens e compromissos como os relatados há pouco não faltaram ao jovem advogado, que entre um e outro evento exercitava sempre o seu talento oratório. Mas não esqueçamos que ele tinha uma família a sustentar. A propaganda como vimos lhe tomara quase todo o tempo. A época de estabilidade financeira com o exercício regular do magistério público e da advocacia tinham ficado para trás. A

<sup>77</sup> SAUDAÇÃO AO governador do Rio Grande do Norte. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, ano 16, n. 73, 14 mar. 1890. Publicação a Pedido, p. 2.

remuneração garantida para aquele ano à frente da comissão que preparava o regulamento eleitoral era, como vimos, uma quantia importante, mas talvez suficiente apenas para livrá-lo das despesas com aluguel residencial, como ainda veremos.

Em 1890, atuou em pelo menos duas demandas judiciais. Defendeu o engenheiro e físico Guilherme Schuch de Capanema, barão de Capanema, acusado de um desfalque na instituição que dirigia, a Repartição Geral dos Telégrafos. O barão, que em 1885 fora o responsável pela instalação da primeira linha telegráfica no Brasil, foi absolvido nos tribunais e Jardim preocupou-se em defender a própria sentença judicial junto à opinião pública. Não era justo acumular-se “todas as vinganças do regime decaído sobre a cabeça de um dos melhores servidores da nação, [...] sábio e colaborador da riqueza pública” (QUESTÃO dos telégrafos, 1890, p. 2).

Esteve também a cargo da defesa de dois indivíduos acusados de incendiarem a o prédio onde funcionava a Sociedade Euterpe Tenentes do Diabo, agremiação carnavalesca que havia atuado no movimento abolicionista<sup>78</sup>. Candido e Bonifácio, talvez irmãos, a julgar pelo sobrenome comum, Figueiredo, foram absolvidos unanimemente.<sup>79</sup> Suas atuações como advogado foram, portanto, exitosas, mas talvez as causas não lhe chegassem com a frequência necessária para a garantia de uma vida confortável. De qualquer forma, persistiam ainda esperanças, ou mesmo fortes expectativas, de assumir um posto na política fluminense pelo menos. Republicanos e também “conservadores imparciais” (AO CHEFE do estado, 1889, p. 2) sugeriam seu nome ao governo fluminense para a intendência da capital do estado. Contudo, os pedidos não foram atendidos. Jardim, ao contrário, passou a protagonizar disputas intrapartidárias, entrando em atrito com o próprio governador Francisco Portela,<sup>80</sup> como veremos a seguir.

No início de 1890, a irmã Maria Amélia de Mendonça Jardim foi indicada pelos pais de família de Arrastão do Rio das Pedras, termo de Cabo Frio, para reger a escola pública de meninas, prestes a ser instalada no local.<sup>81</sup> Ela formou-se em São Paulo, sob a responsabilidade do irmão que, em correspondência ao pai, Gabriel Jardim, expunha os motivos pelos quais não concordava com o trabalho feminino fora do lar. Mas, àquela altura, a necessidade talvez tenha mudado o destino da professora, que passou a desfrutar de certa autonomia e liberdade facultadas pelas idas e vindas à escola. A nova realidade foi breve, no entanto, para Maria Amélia, que faleceu a menos de um ano depois do seu irmão Antonico. Tinha então 27 anos e ainda levava Jardim como último sobrenome, o que demonstra sua solteirice. Faleceu em 1º de abril de 1892, por ter contraído febre amarela.<sup>82</sup>

<sup>78</sup> Ver SANTOS, C.R.A. *Na rua, nos jornais e na tribuna...*, p. 343.

<sup>79</sup> INCENDIO no Tenente dos Diabos. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, ano 16, n. 78, p. 2, 19 mar. 1889.

<sup>80</sup> Nome indicado ao governo do estado do Rio de Janeiro por Quintino Bocaiuva, que via no mais velho dentre os republicanos com assento na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro o nome mais indicado pelo cargo devido ao seu bom trânsito também entre os monarquistas.

<sup>81</sup> *GAZETA de Notícias*. Rio de Janeiro, 02 mar. 1890, p. 3.

<sup>82</sup> *O FLUMINENSE*. Rio de Janeiro, ano 14, n. 2017, 3 abr. 1892. Obtúrio, p. 2



Os seguidos infortúnios desfalcando a numerosa prole de Gabriel e Felismina Jardim começaram antes, em março de 1890. O primogênito da família justificou em carta o motivo da sua ausência no banquete oferecido a Assis Brasil, no Hotel Globo, no Rio de Janeiro, pois um de seus irmãos acabava de falecer.<sup>83</sup> Supus que se tratava de Carlos, o segundo filho, cuja fragilizada saúde era motivo de preocupação nas cartas enviadas ao pai, porém José Leão informou a morte do irmão “Pedrinho, o primeiro da segunda série.” Jardim “mandara-o vir da casa paterna e empregara-o em casa comercial do Sr. Sucena e Comp.” (LEÃO, 1895, p. 283). Foi a primeira vítima fatal da febre amarela na família, que logo depois passaria por novos dissabores. Em menos de dois anos, foram-se Pedro e Maria Amélia, acometidos pela febre, e, entre essas duas perdas, o desaparecimento do primogênito, o famoso propagandista.

Após o funeral do irmão Pedrinho, Silva Jardim esteve por um breve período ausente das páginas do *Gazeta de Notícias*. Sua presença voltou a ser destacada por ocasião das homenagens a Tiradentes, em 21 de abril, primeiro feriado decretado pelo novo regime. Houve uma concorrida procissão que, partindo da Cadeia Velha – hoje o prédio da Assembleia Estadual –, no centro do Rio de Janeiro, reconstituiu os passos do mártir mineiro até o cadafalso. Naquele mesmo dia, Jardim foi o orador oficial da sessão solene do Clube Tiradentes, realizada no Cassino Fluminense.<sup>84</sup> No final do longo discurso, sugeriu uma relação entre o homenageado e o então presidente da República. Ambos eram soldados e patriotas: o alferes sonhara a República e o general a proclamara. Em decorrência da alegada ligação, o segundo estaria sempre sendo inspirado pelo exemplo da “imagem sagrada” de Tiradentes, que poderia tornar-se terrível, pronta a condená-lo caso a fraqueza humana o fizesse esquecer do direito do povo, em nome do qual falava. Finaliza com um chamamento direto: “General, sê bom, isto é, sê povo! General, reconstrói a Pátria!” (JARDIM, 1890c, p. 1).

Em vários outros textos, Jardim vinha manifestando o seu apoio à situação, embora nunca abrindo mão de recordar a sua participação na propaganda e de se investir como uma espécie de guardião dos interesses do cidadão comum. Reivindicava assim a autoridade para se manifestar como estratégia de manter a sua visibilidade política naquele momento inicial em que apoiava publicamente o Governo Provisório. Em São Paulo, no mês de junho de 1890, o advogado fluminense reiterou a sua posição política. Havia aconselhado a união dos republicanos, somando esforços e evitando incompatibilizações com o governo, que vinha mantendo a ordem e realizando reformas “[...] da maior importância e alcance social” (SANTOS, 1889, p. 2). Essa linha discursiva de Jardim repercutida pelos jornais não causava estranhamentos, pois, desde a realização do congresso partidário realizado a 15 de abril, em Niterói, ele vinha reiterando a necessidade de os republicanos apoiarem “incondicionalmente” (FERREIRA, 1989, p.

<sup>83</sup> **GAZETA de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 86, p. 1, 27 mar. 1890.

<sup>84</sup> **TIRADENTES. Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 112, p. 1, 22 abr. 1890.

49) o governo de Deodoro.

Na mesma ocasião, no entanto, Jardim teria acentuado a “[...] dramaticidade do momento político, afirmando que esse apoio era um ‘ato de submissão voluntária’ e ‘o maior sacrifício que se possa exigir da consciência democrática’” (FERREIRA, 1989, p. 49). Recorrendo à própria fonte citada no livro *A República na velha província*, resalto que tal fala deve ser diretamente associada às disputas por ele capitaneadas no âmbito estadual. Não creio que ele tenha afirmado o seu próprio sacrifício em aderir ao governo central. O que pretendeu foi acentuar a necessidade de uma direção política forte, condizente com o que por várias vezes explicitou. Para além dos seus propósitos políticos particulares, que certamente existiam, Jardim tendia a visualizar a República bem próxima do que pleiteou em seu manifesto de adesão ao projeto de ditadura republicana. No congresso, respondendo ao aparte de um correligionário a respeito de sua adesão ao marechal, argumentou “[...] que se o Governo Provisório teve a responsabilidade da revolução e dos atos posteriores, por isso mesmo cabe-lhe também o direito de dirigir a República até entregá-la à soberania da Nação” (CONGRESSO Republicano, 1890, p. 3).

Ainda em junho de 1890, entre os círculos de sociabilidade que frequentava, talvez movido pela necessidade de firmar ou estreitar relacionamentos importantes, foi aceito como membro da recém-criada Sociedade de Homens de Letras do Brasil, ao lado de outros sócios eminentes, como os ministros de estado Rui Barbosa e do reconhecido escritor Raul Pompeia<sup>85</sup>. Há que se ressaltar a parcela feminina constante da numerosa lista, majoritariamente formada por literatos do sexo masculino. Eram a Baronesa de Mamanguape, Adelina Lopes Vieira e Corinna Coaracy.

As amenidades do inverno carioca foram certamente trocadas por extenuante trabalho político. A partir do mês de agosto, seu nome novamente passou a figurar com frequência nas páginas da imprensa fluminense, a angariar ácidas críticas que muito provavelmente partiram de republicanos descontentes com as suas tentativas de articulação política na formação de uma chapa para Assembleia Nacional Constituinte. Opunha-se assim aos nomes reunidos sob a tutela do então governador do estado do Rio de Janeiro, Francisco Portela. A chapa, formada pelo diretório do Partido Republicano Fluminense, por ele presidido, foi chamada de “lista de lobisomens” (AS CHAPAS, 1890, p. 3), pois trazia à luz espectros escravocratas como os liderados por Paulino de Souza: “Em vez de aparelhar um partido novo, regular, que exprimisse a codificação dos princípios republicanos,” procurava os antigos mecanismos monárquicos, “[...]preferindo servir-se daquele que parecia melhor montado eleitoralmente” (AS CHAPAS, 1890, p. 3).

A aliança entre Jardim e o Partido Republicano Moderado, criado e liderado pelo fazendeiro de Cantagalo, rendeu muitas críticas, assim como sua ferrenha oposição ao governador Portela, a quem alijara

---

<sup>85</sup> HOMENS de letras. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, ano 16, n. 161, p. 1, 10 jun. 1890.

do Partido Republicano Fluminense no já referido congresso, realizado em abril de 1889. Novamente era ressaltada a sua baixa estatura, desta vez a apequenar sua conduta, a ridicularizar seus atos. Na sessão *A Pedidos* do *Gazeta de Notícias*, o advogado era associado ao “anão Pacolet<sup>86</sup>, que cruzou os ares montado em um cavaleiro igualmente anão” (GAZETA DE NOTÍCIAS., 15 ago. 1890, p. 2).

A questão da chapa oficial do governador *versus* a chapa do diretório do Partido Republicano Fluminense foi matéria presente na imprensa, cedendo o *Gazeta de Notícias* um espaço maior para o assunto. Entre os dias 25 e 31 de agosto de 1890, Kociusko, pseudônimo adotado pelo misterioso defensor de Jardim, assinou cinco artigos com a confessada intenção de esclarecer os fatos. O autor, protegido pelo anonimato, fez inicialmente uma espécie de retrospecto da importância de Jardim no crescimento do Partido Republicano Fluminense, que contaria com figuras muito mais legítimas para o cargo do que Francisco Portela,<sup>87</sup> então classificado como “velho liberal e republicano de última hora” (OS REPUBLICANOS fluminenses e o Dr. Silva Jardim, 1890, p. 3). Contudo, afirmava o articulista, a indicação havia partido de Quintino Bocaiuva, ministro do Governo Provisório e cuja autoridade deveria ser respeitada, até porque traduzia a esperança geral de regeneração que nutria os republicanos. No início, destacou Kociusko, Jardim esteve disposto a colaborar inteiramente com o governador. Em seguida, porém, vieram os sinais de que sua administração era indefensável, com o preterimento político dos republicanos históricos, indicações sem nenhum critério, administração perdulária, divisão arbitrária dos municípios e mais uma série de alegados problemas e incompetências.

Uma nota publicada no espaço *A Pedidos* do mesmo jornal afirmava que a falta de estilo e talento de Kociusko revelava a autoria do texto. Para o autor anônimo da matéria, era o próprio Jardim que defendia a si próprio. Seguiu-se uma série de insultos ao organizador da lista de oposição à chapa governista. O trecho a seguir talvez revele que quem escrevia era conhecedor dos dissabores por ele enfrentados nos tempos de bacharelado da capital paulista: “Os mais terríveis inimigos do homem são o infinitamente pequenos. Quando não são micróbios que nos produzem a morte, são cafussús, impertinentes piolhos, que se nos metem pelas costuras e nos fazem perder a paciência.” (HISTORIA de uma chapa, 1890, p. 2). Uma semana antes do pleito, a palavra que anos antes fora pichada nos muros da capital paulistana aparece de novo associada ao advogado: “Para os que julgam que o Feto Barbado tem alguma importância no Estado do Rio aqui transcrevemos estes telegramas” (O DIRETÓRIO Cafussu, 1890, p. 4). Seguiram-se então mensagens de repúdio à chapa oposicionista liderada por Jardim que teriam sido enviadas de

<sup>86</sup> Personagem da narrativa popular francesa, de Valentine e Orson, publicada pela primeira vez, na Inglaterra, no século XVI.

<sup>87</sup> A indicação de seu nome significou principalmente o preterimento de José Thomás de Porciúncula, a quem Jardim conhecera em 1888 durante sua propaganda pela província fluminense. Tratava-se do “[...] republicano de mais sólidas bases políticas regionais, consolidada durante os vários mandatos que exercera como deputado provincial. FERREIRA, Moraes Moraes de. (Coord.); KORNIS, Mônica Almeida. et al. **A República na velha província: Oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989...., p. 45.

Campos e de Petrópolis, e cujos remetentes, anônimos, identificavam-se, genericamente, como republicanos históricos. Em outras publicações, os detratores do advogado insistiram no epíteto “cafussu.” Na seção *Publicações a Pedido*, várias notas, simulando telegramas, ridicularizavam a figura de Jardim: “Itaperuna, 7. – Cafussu – Rio – Não posso aturar-te. Bem me diziam que tu és um cacete. Não conte comigo. José Anabatista da Costa Azedo.” Quase todas as mensagens utilizaram o termo: “Morro do Pinto, 7. - Cafussu – Rio – Não apoiamos candidatura com mais de meio metro. Galo Ribeiro, Castro Brasil, Quietinho Boca de Uva.” As provocações ganharam também o formato de versos, assinados por um “conferencista aposentado” (DOIS Jardins por dia, 1890, p. 3).

Gente de metro de p’ra baixo, bate, ora bate, coió. Tocai ferrilhos ou tacho, gente de metro de p’ra baixo. Vou ver se o pomar encaixo, mas... um voto, um voto só... Gente de metro de p’ra baixo, bate, ora bate, coió., Fussa, fussa, fussa, fussa, Cafussu. Aguça, meu filho, aguça. Oh! Pomar da barba ruça. Queres voto em Macacu? Fussa, fussa, fussa, fussa (DOIS Jardins por dia, 1890, p. 3).

Tais críticas tornaram-se certamente mais humilhantes após a derrota eleitoral que acabou sofrendo. No entanto, antes de seguirmos com a narrativa, é necessário rápido esclarecimento sobre a situação política no estado fluminense nos primeiros tempos do novo regime. José Leão afirmou que o maior obstáculo do governador Francisco Portela foi Silva Jardim, que lutou contra o alijamento dos republicanos históricos preteridos na chapa formada pelo governador, lançando, a 2 de setembro de 1890, no *Gazeta de Notícias*<sup>88</sup>, um manifesto que explicava o rompimento com o governo do estado e apresenta novos candidatos para a elaboração de uma constituinte provisória. Todavia, as táticas adotadas pelas duas facções políticas foram mais amplamente analisadas no livro *A República na velha província*. A detenção da máquina política, somada à vigência do chamado Regulamento Alvim<sup>89</sup>, dava a Portela enorme vantagem nas eleições marcadas para o dia 15 de setembro: “A intransigência com que tentava impor sua influência no estado criava dificuldades na negociação com a maioria dos chefes políticos de real expressão, fossem antigos monarquistas ou republicanos.” (FERREIRA, 1989, p. 51).

Passou então a indicar elementos ligados às duas correntes, aceitando também a inclusão de nomes apresentados pelo próprio Deodoro da Fonseca. Por sua vez, a chapa organizada por Jardim, a “chapa do diretório”, como ficou conhecida, optou por atender as indicações dos organismos partidários orientadas pela inclusão de influências locais. Tal estratégia teria significado “[...]um elo com a fase propagandística do movimento republicano” (FERREIRA, 1989, p. 52). Ao mesmo tempo, deslocavam-

<sup>88</sup> José Leão reproduziu na íntegra o manifesto. LEÃO, J. *Silva Jardim...*, pp. 260–263.

<sup>89</sup> Alusão ao signatário da nova lei, José Cesário de Faria Alvim, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Interior. Regulamento integrado por decretos assinados em fevereiro e junho de 1890. Entregava o controle dos trabalhos eleitorais aos presidentes das câmaras de intendentess, nomeados pelos governadores. FERREIRA, M. M. *A República na velha província...*, p. 49.

se para a oposição, solidários aos protestos dos republicanos históricos, membros dos dois antigos partidos políticos – liberais e conservadores – congregados em torno do conselheiro Paulino de Souza. A ata da nova agremiação, comandada pelo fazendeiro de Cantagalo, o Partido Republicano Moderado, revelava o descontentamento com o poder intervencionista que o novo governo exercia sobre o processo eleitoral.

A explicação para a presença de antigos monarquistas na “chapa do diretório” extrapolou a simples necessidade, decorrida das cisões intrapartidárias, de alianças com remanescentes do Partido Conservador, chefiado por Paulino de Souza. Ao contrário do que faziam supor os comentários jornalísticos, “[...] havia monarquistas nas duas chapas e, na do diretório, em menor proporção” (FERREIRA, 1989, p. 52). Por outro lado, “a grande proporção de republicanos históricos e ‘do 13 de maio’ na ‘chapa do diretório’ não nos autoriza a supor que Silva Jardim desprezasse uma aliança com os monarquistas” (FERREIRA, 1989, p. 52). A aproximação entre republicanos e monarquistas, que acontecia em vários outros estados, teve “[...] um papel estratégico na implantação da ordem republicana no estado no Rio de Janeiro” (FERREIRA, 1989, p. 52). Os primeiros dias da República foram, portanto, tempos marcados por intensa disputa política. “Tal disputa, ao contrário do que se poderia esperar, não resultou de um confronto entre partidários de projetos conflitantes ou de rivalidades políticas datadas do regime deposto” (FERREIRA, 1989, p. 43).

Iniciava-se um típico período de transição, com a acirrada disputa entre grupos concorrentes visando à hegemonia na condução do processo político. No Rio de Janeiro, mesmo contando com o relativo crescimento de seus quadros partidários, os republicanos não dispunham de uma estrutura partidária para a instauração da nova ordem em território fluminense: “Na busca do controle político do estado iriam suceder-se disputas e alianças entre antigos monarquistas, republicanos históricos, e adesistas do ‘13 de maio’ e do ‘15 de novembro’” (FERREIRA, 1989, p. 46).

Dois dias antes do pleito, o *Gazeta de Notícias* publicou uma entrevista<sup>90</sup> com o candidato Silva Jardim. Na apresentação, a dispensa de apresentações, pois o republicano tornou-se conhecido, conforme lembrado, durante os anos de sua intensa propaganda. No entanto, era necessário que suas ideias políticas fossem mais detalhadamente conhecidas, dizia seu interlocutor. O primeiro ponto abordado foi a defesa da separação entre Estado e Igreja, com “todas as medidas acessórias” (CANDIDATOS, 1890, p. 1), que incluiriam o registro civil e a secularização dos cemitérios. Além disso, o ensino deveria ser reformado e expandido. Mas o entrevistado ocupou-se mais em posicionar-se politicamente no Governo Provisório do que em expor suas possíveis contribuições no âmbito do Parlamento. Não era nem oposicionista, nem governista, afirmou. Considerava-se um “conservador e construtor” (CANDIDATOS, 1890, p. 1).

À pergunta de como então explicava a sua “atitude revolucionária”, respondeu que esteve restrita

---

<sup>90</sup> As entrevistas foram introduzidas na década de 1880, pelos principais jornais cariocas. BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**, p. 121.

ao regime passado, pois era necessária. A partir da instalação da República, o Brasil teria que, “como muito”, “modificar situações” (CANDIDATOS, 1890, p. 1). Ademais, devia recordar-se o entrevistador, que pedira sempre uma revolução sem guerra civil, o que havia se realizado. Sobre estar a ditadura republicana alinhada com o conteúdo de seus manifestos, Jardim esclareceu que pediu “uma ditadura revolucionária para o período da revolução”, o que gerou interpretações enganosas: “Muita gente supôs até que eu a desejava permanentemente. Mas não. O que eu quero é a responsabilidade do chefe de estado” (CANDIDATOS, 1890, p. 1). Sobre se aprovava o governo, respondeu: “Reservo-me o direito de apreciação, mas pelos serviços prestados entendo que bem merece o *bill de indemnidade*<sup>91</sup>. Darei, porém, apoio sistemático se vir que a organização republicana e a ordem dependem disso” (CANDIDATOS, 1890, p. 1).

Perguntado sobre quais os rumos que seu trabalho tomaria no Parlamento, adiantou que o entrevistador o faria pecar pela franqueza. Acreditava que o Congresso deveria limitar-se a votar uma Constituição, eleger o chefe de Estado, no caso o próprio Marechal Deodoro da Fonseca, cujo nome, afiançou, vinha sendo indicado pela opinião nacional; votar um orçamento, uma lei eleitoral e dissolver-se. À surpresa demonstrada por seu interlocutor a respeito da fala sobre a dissolução do Congresso, acrescentou: “Sim, senhor, para organizar-se a federação dos Estados para o centro, mesmo porque me parece que com toda a boa vontade do governo central a eleição, pela intervenção dos governadores, não refletirá a vontade nacional” (CANDIDATOS, 1890, p. 1). Esclareceu ainda que aceitava completamente a federação, embora alguns o tachassem indevidamente de unitarista. Fora mal compreendido, lamentou-se: “O que desejava era o que a ditadura, como tem feito, mantivesse a princípio, de qualquer modo, a unidade nacional, Reconhecida a autonomia de cada Estado, no momento revolucionário, podíamos ter o desmembramento” (CANDIDATOS 1890, p. 1).

Candidato a deputado constituinte na chapa que organizara em verdadeira oposição ao governo, Silva Jardim amargou dupla derrota: não se elegeu, assim como teve de aturar a vitória completa da chapa oficial. Aceitara a candidatura por Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia Pernambuco: “Sua vaidade só ficaria completamente satisfeita se viesse triunfar aquela por todos os grandes estados” (LEÃO, 1895, p. 280). Para Leão, sua ambição era justa, mas desacertado foi desperdiçar forças. Em São Paulo, não o incluíram na chapa oficial, contando que correligionários de Minas o fizessem. Os amigos dali

---

<sup>91</sup> Valho-me de Nabuco de Araújo para explicar o significado da expressão: Senhores, o bill de indemnidade entre nós é o mesmo que no Parlamento inglês. [...]É uma resolução do Parlamento pela qual se reconhece que, posto seja ilegal o ato do ministro, todavia não há lugar a proceder-se contra ele. Qual é o fundamento do *bill de indemnidade*? É que as leis não podem ser previdentes a respeito de todos os casos. É que o governo pode por consequência ser forçado pelo império das circunstâncias a transgredir os limites do seu poder. ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL: no de 1864. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações - Subsecretaria de Anais do Senado Federal, p. 87. Disponível em: <[https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais\\_Imperio/1864/1864%20Livro%201.pdf](https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1864/1864%20Livro%201.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2019.

tampouco se empenharam, contando que fosse eleito pela Capital Federal, cujos correligionários, “tendo por certa sua eleição no estado fluminense, depuraram-no sem remorsos” (LEÃO, 1895, p. 280). Além disso, o fato de ter-se empenhado na candidatura de amigos em outros estados comprometeu o prestígio, que acreditava ter, junto ao governo central. Valendo-se de Valentim Magalhães, José Leão reiterou as críticas feitas por aquele conterrâneo de Jardim, que com ele conviveu desde a infância. “Inteiramente infenso à política”, Valentim Magalhães teria dado, na opinião do biógrafo, o depoimento de amigo sincero que lastimava a posição adotada por Jardim após o Quinze de Novembro:

Ele pareceu-me diminuir e amesquinhar-se no meio daquele *fervet opus* que o vi mergulhado, lutando para não ser esmagado pelos elementos contrários à sua justa vitória. Quantas transigências e transações, quantas promessas, ameaças, solicitações, apelos e estratégias para arredar adversários, arrebatar adeptos, iludir inimigos e preparar, enfim, o almejado triunfo (LEÃO, 1895, p. 244).

Por ocasião das eleições gerais de 15 de setembro de 1890, nos círculos frequentados por José Leão, a convicção geral era de que a havia triunfado a “chapa histórica,” mas as fraudes cometidas “[...] a bico de pena entre as quatro paredes das salas do Palácio de São Domingos” (LEÃO, 1895, p. 280). retiraram a chance dos candidatos da chapa opositora. Leão lembrou ter testemunhado a dor que sentira Silva Jardim ao ver malograda a sua candidatura por todos os círculos onde fora apresentado. Passado o primeiro impacto, tentou criar um jornal. Chamar-se-ia *A Política*, feito “à moderna” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 18 set. 1890, p. 1) em estilo leve e em tamanho pequeno, a tratar exclusivamente das questões sociais, políticas e econômicas, mas o projeto foi suspenso: “O que iria dizer? Combater a República que fora o seu sonho no último biênio? Apoiar esse governo que se mostrava indiferente aos seus serviços? Fazer coro com os desgostosos” (LEÃO, 1895, p. 253). Veio então a ideia da retirada para a Europa que, para José Leão, teria sido estratégica: “Tratou-se de uma retirada falsa, pois passou a vislumbrar a presidência da República.” (LEÃO, 1895, p. 253).

A retirada nada teve de estratégica, não no sentido que quis dar o biógrafo: o de planejamento prévio, com objetivo definido. Embora ele tenha revelado ao pai, logo nos primeiros dias do autoexílio, que planejava voltar em momento oportuno, acredito que sua partida tenha sido uma decisão tomada justamente pela falta de perspectivas políticas. Em janeiro de 1891, escreveu a Gabriel Jardim: “De mim, o que posso dizer no momento, é que vou vivendo bem, realizando o programa que me tracei, de estudar e viajar, esperando o momento oportuno de intervir mais ou menos diretamente nos negócios políticos de meu país” (LEÃO, 1895, p. 284). Por mais que aguardasse conjuntura mais favorável, não tinha como prevê-la. Talvez tenha dito ao pai o que ele desejava ouvir. Mais tarde, como veremos, ele começou a tentar contatos e organizar ideias e planos para um retorno exitoso.

Sua partida foi antecipada por homenagens discretas, como o jantar oferecido por Aníbal Falcão

no Hotel Freitas, no início de outubro.<sup>92</sup> Martim Francisco, ainda estabelecido em Santos como advogado, foi contra a retirada. Diante da renitência do cunhado, pediu que deixasse sob seus cuidados os dois sobrinhos mais moços: Danton Condorcet e Beatriz, que nascera já em solo fluminense, depois do seu definitivo deslocamento para a Corte. Anna Margarida, que, já viúva, daria à luz ao quarto filho, a quem chamou Mário Franklin, acompanhara o marido, levando consigo Antonico, o primogênito.<sup>93</sup>

Na ocasião da viagem, a família já havia se transferido da casa alugada em Santa Teresa para endereço próprio: “Pobre, no meio de tanta riqueza, a custo pode comprar uma pequena casa na Tijuca, que mobiliou com seus trastes antigos, alugando-a, como estava, quando teve que seguir viagem para a Europa” (LEÃO, 1895, p. 283). Cheguei a estranhar que a compra de um imóvel tenha sido possível em uma situação econômica descrita como tão desfavorável. No entanto, a aquisição significava o fim de gastos importantes. A casa de Santa Teresa, ao contrário da acanhada morada da Tijuca, era muito confortável e por isso mesmo devia-se pagar por ela um alto aluguel.<sup>94</sup> Conjecturo que Jardim tenha empregado na aquisição da nova moradia boa parte dos seis contos de réis recebidos do Governo Provisório por seu trabalho à frente da comissão eleitoral. A onerosa viagem à Europa só teria sido possível diante da ajuda de alguns amigos, como “[...]o distinto Dr. Matta Machado, seu vizinho no bairro da Tijuca” (LEÃO, 1895, p. 284). João da Mata Machado era de Diamantina, dez anos mais velho que Jardim. Médico, membro de uma família precursora na lapidação de diamantes e detentora de grande poder político naquela região mineira, iniciou sua carreira parlamentar, pelo Partido Liberal, em 1878. Passou a deputado geral em 1881. Na época em que, segundo Leão, auxiliara o vizinho com as despesas de sua viagem à Europa, Mata Machado presidia a Câmara dos Deputados.

Jardim despediu-se publicamente em um texto datado de 2 de outubro de 1890. Comunicava a decisão de se retirar por tempo indeterminado. Talvez fosse mesmo residir na Europa, mas antes precisava explicar-se. Já via como positivo o fato de a Monarquia ter sido derrubada por outras mãos que não as suas, cabendo-lhe somente, como cidadão e propagandista, acompanhar os fatos até o dia 15 de setembro, referindo-se assim às eleições ocorridas no mês anterior com vistas à constitucionalização do País. Recordou o quanto de violência e fraude foram necessárias para derrotá-lo em seu estado natal. Admitiu que os resultados da campanha eletiva o haviam colocado em posição melindrosa. Vinha sendo – por motivos cuja explicitação já se tornara inútil, conforme ressaltou –, excluído de toda a função de responsabilidade governamental. Essa exclusão, que poderia parecer um caso pessoal baseado em justa motivação, vinha

<sup>92</sup> **GAZETA de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 282, p. 1. Exército, 9 out. 1890.

<sup>93</sup> LEÃO, J. **Silva Jardim**..., pp. 285-286.

<sup>94</sup> “Era um chalé de seis cômodos, n’uma encosta do Morro de Santa Teresa, tendo atrás e a cavaleiro a montanha íngreme, a guisa de jardim e em frente a ladeira que serpenteava em declive até a Rua do Riachuelo. Era coberta de muita luz, que caía de cima e irradiava das pedreiras. Era cercada de muitas árvores altas e frondosas. Ao longe, uma nesga de mar, quase sempre azul, do fundo da Guanabara.” JARDIM, A.S. **Memórias e viagens**..., p. 159.



sendo provocada por processos e órgãos arbitrários. Assim, havia chegado à dupla conclusão: não poderia mais continuar aplaudindo a situação política, cuja modificação não dependeria de simples troca de ministérios, nem das deliberações parlamentares; por outro lado, “[...]não devia embarçar a marcha do governo ditatorial por uma doutrinação ao povo, que a má compreensão dos governantes faria oposição, podendo transformar-se mesmo em agitação arriscada e talvez antipatriótica (JARDIM, 1890d, p. 2). Portanto, “[...]não podendo assentir e não devendo perturbar, afastava-se” (JARDIM, 1890d, p. 2). Fez um rápido retrospecto de seus esforços como propagandista, lembrou seu apoio ao governo instalado a partir de uma ação cujo planejamento não tinha sido levado ao seu conhecimento e lançou mão de escritos do ano anterior, rerepresentando-os como visionários: em junho de 1889, criticara a linha oficial da direção partidária. Era preciso evitar os erros de 7 de abril de 1831, quando o grupo dos “exaltados” deixara-se vencer pelos “moderados”. O alerta continuava valendo. A consolidação da República “ordeira e progressista, de autoridade e liberdade” não seria fácil. Diante da gravidade do momento político, muitos podiam lhe acusar de fraqueza. Responderia somente àqueles que assim pensassem sem prejulgamentos maldosos. Não era pequena a dor que sentia ao deixar o Brasil, tampouco era pequena a força para levar adiante a decisão: “Não teria então o direito de licenciar-se para refazer forças quem pô-las todas ao serviço de sua Pátria quando assim o povo o ordenava?” (JARDIM, 1890d, p. 2).

A despedida deixava implícita a sua volta em momento oportuno, apesar das declarações iniciais de que poderia ser definitivo o seu afastamento. Quem sabe não nutria a esperança de ser convocado a retornar à cena política por grupos descontentes com o governo? A análise das correspondências trocadas com o cunhado Martim Francisco Ribeiro de Andrada e com Alberto Torres apresenta-nos elementos para especulações a respeito. Trechos da primeira, datada de 25 de dezembro de 1890, tornaram-se públicos e já esse fato incide sobre a intencionalidade da publicação certamente autorizada. Jardim dizia-se envolvido com o projeto de anexar a seu livro *Memórias e Viagens* cinco pequenas monografias sobre o primeiro ano da República brasileira, espécie de apreciação social e política que abrangeria estudos “[...]sobre a nossa constituição, os nossos tratados, as nossas finanças e a nossa instrução” (JARDIM, 1891a, p. 2). Era trabalho para mais de seis meses, previa, e para tanto andava se preparando.

Contou ao cunhado que havia se matriculado na Escola Livre de Ciências Políticas de Paris. Ademais, passaria a frequentar os cursos de medicina legal e criminologia. Não abriria mão das viagens. Havia conhecido Bruxelas, estando de partida para Amsterdã. Queria conhecer, pela própria experiência, tudo o que pudesse absorver de novo e positivo. Ao mesmo tempo, dizia-se interessado em tudo o que se referia à política brasileira. Acompanhava sistematicamente os jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo e fazia planos para o futuro: “Quando eu voltar ao Brasil, se achar necessário e bom o meu concurso, trabalharei ativo; se não, entrarei na vida geral, escrevendo alguma vez ou outra qualquer coisa, mas exercerei especialmente a profissão de advogado” (JARDIM, 1891a, p. 2).

Os tópicos da carta tornada pública evidenciavam o esforço do advogado em preparar-se tanto para a política quanto para a prática da advocacia. As notícias, muito próximas à partida de Jardim, que ocorrera no dia 10 de outubro de 1889<sup>95</sup>, serviram certamente para informar que o advogado fluminense mantinha a conhecida resiliência e estava preparando-se para retomar a ação política. Ou seja, Jardim mandava avisar que não estava fora de combate.

Já na carta enviada a Alberto Torres, exclusivamente particular, Jardim expõe suas incertezas, inclusive sobre quais expectativas deveria nutrir. Também torna clara a persistência de seus planos políticos com relação à adesão dos conservadores. A carta, publicada no *Jornal do Comércio* em 1932, anexa a uma conferência de Alberto Torres Filho, realizada na Sociedade de Agricultura, foi incorporada na coletânea *Propaganda Republicana*.<sup>96</sup> Um dos documentos mais reveladores sobre o político Silva Jardim já no período republicano, a carta é também uma pequena fresta onde se pode observar o jovem saudosos de seus amigos, infeliz pelos rigores do inverno europeu e vaidoso pelo acolhimento que dizia receber da imprensa francesa. Escrevia do número 68 da Avenida *Villiers*, em Paris. Final de março e os dias muito frios já se alquebravam. Havia feito uma pausa nas viagens pelo velho continente cujos encantos tinha pela primeira vez a oportunidade de vivenciar, aguardando, na capital francesa, o fim do excepcional inverno que o adoecera.

Contava ao amigo que o livro que vinha preparando adiantava-se em estilo fácil, contendo um tipo de justificação indireta da sua conduta e uma recordação dos seus serviços prestados como propagandista. Acreditava que seria traduzido na França e confessava ao amigo que a obra atenderia a objetivos políticos. Não insistiria em divisões dogmáticas: passaria com rapidez e delicadeza sobre as questões irritantes. Seria “um livro de paz, uma espécie de chamada dos antigos companheiros à fileira, mas sem ostentar tais pretensões” (JARDIM, 1891c, p. 457-461). Também serviria para mostrar no estrangeiro que “havia e há no Brasil um Partido republicano que preparou a República e pôde realiza-la” (JARDIM, 1891c, p. 457-461). Supunha-se na Europa, afirmou Jardim a explicar-se, que o governo brasileiro era exclusivamente militar. Ao amigo Alberto Torres, não falou sobre os planos estranhos à política e que havia partilhado com o cunhado Martim Francisco meses antes. Nada sobre cursos de especialização na área jurídica. Naturalmente, os interlocutores tinham um papel distinto na vida de Jardim. O primeiro, que se afastara após o manifesto de maio de 1889, retornara ao círculo político do advogado, portanto não apenas como amigo, mas como correligionário e potencial aliado. O segundo, como irmão da esposa de Jardim e tio dos seus três filhos – o quarto já a caminho –, queria para o cunhado não só a reabilitação política, mas principalmente a estabilidade de uma exitosa retomada profissional.

<sup>95</sup> SAIDAS no dia 10. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, ano 8, n. 1932, 11 out. 1889. Parte Comercial, p. 3.

<sup>96</sup> JARDIM, A.S. [Carta a Alberto Torres]. Destinatário: Alberto Torres. Paris, 31 mar. 1891. In: JARDIM, A.S. *Propaganda republicana*..., pp. 457 – 461.

Na carta a Alberto Torres, os interesses eram outros. Jardim queria saber dos detalhes da situação política que as entrelinhas dos jornais que recebia não revelavam. Perguntou, nominalmente, por muitos correligionários. Perguntava sobre Aníbal Falcão. Queria saber também sobre Sampaio Ferraz e o grupo do *Correio do Povo*, aqueles que formavam o antigo Clube dos Caboclos. Queria, inclusive, notícias de si próprio. O que diziam os que estavam contra a sua atitude? Isso questionava “para seu próprio governo e não por frívola vaidade” (JARDIM, 1891c, p. 457) para saber o que dele se pensava.

Soubera que seu nome figurava na formação da chapa para o novo pleito eleitoral<sup>97</sup> e indagava: “Quais são os outros? Tu estás nela, não? Que possibilidades há de triunfo? Nenhuma, não é?” (JARDIM, 1891c, p. 459). O desalento revelado nesse trecho era, sem dúvida, motivado pelos recentes fracassos eleitorais, que naturalmente alquebraram o ânimo do ativo bacharel, que se postou na linha de frente dos confrontos políticos com o governo estadual, desgastando-se, por isso mesmo, bem mais que a maioria de seus correligionários. No início daquele mês de março, José Thomaz da Porciúncula havia o substituído na direção do partido. Perguntava como ia no novo encargo o médico fluminense, com quem há dias trocara correspondência.

Uma pergunta me pareceu ter sido feita na esperança de receber dos correligionários um pedido explícito de ajuda, o que naturalmente significaria o seu retorno ao Brasil: “Dificuldades?” (JARDIM, 1891c, p. 460). A resposta da carta, não localizada, certamente diria mais sobre o prestígio do autoexilado entre seus correligionários. Certo é que tentava de longe informar-se para, então, tomar uma decisão. Soubera que Quintino Bocaiuva e Campos Sales foram cumprimentar o marechal Deodoro da Fonseca pela sua eleição. Mera formalidade? E os demais do “Gabinete Revolucionário”? (JARDIM, 1891c, p. 459). Faltaram à ocasião? Se a resposta fosse afirmativa, era porque a situação majoritária era de velada oposição, o que o levava a considerar: “Mas parece-me que fazem com mão de gato, esperando o poder. É hábil e também patriótico” (JARDIM, 1891c, p. 459). A seguir, fez algumas ponderações a respeito do momento político em tom de aconselhamentos que deveriam ser estendidos aos outros partidários. Será que a oposição deveria ser diretamente dirigida ao marechal? Já era tempo de julgá-lo e declará-lo incompatível com a Nação? Era preciso estar atento, pois, se assim fosse, haveria forçosamente uma revolução. Neste caso, haveria elementos para prever uma vitória certa? Jardim parecia não acreditar na deposição exitosa do governo central. Fiava-se mais no fortalecimento das alianças, já iniciadas sob a sua liderança no ano anterior, com os antigos conservadores: “O Paulino, se o Deodoro lhe desse probabilidade de organizar gabinete, acercava-se dele: não creio que queira incompatibilizar-se com o Chefe do Estado.

<sup>97</sup> No dia 19 de outubro de 1890, Francisco Portela promulgou a primeira Constituição do Estado do Rio de Janeiro, que em caráter provisório, tratava do Poder Legislativo e das eleições para senadores e deputados constituintes. Inicialmente marcada para 1º de janeiro do próximo ano, as eleições no Estado do Rio de Janeiro só ocorreram em 20 de março daquele mesmo ano, 1891. FERREIRA, M. M. *A República na velha província...*, pp. 52, 54.

Uma vez disse-me o filho que os *moderados* não negar-se-iam a ir ao governo com o Marechal” (JARDIM, 1891c, p. 460).

Referia-se a Paulino de Souza, que, por aqueles dias, voltava com força à cena após a derrota eleitoral de 1890, resultado que, afetando grupos políticos diversos, inclusive pertencentes aos quadros originários do Partido Republicano, teria impulsionado coalisões políticas alternativas. Escrevendo a 31 de março de 1891, Jardim naturalmente já estava inteirado dos resultados da assembleia realizada em 3 de dezembro do ano anterior. Naquela oportunidade, os delegados republicanos acataram ação eleitoral conjunta com o Partido Moderado, criado no ano anterior pelo antigo líder dos “escravocratas emperrados.” Conforme análise feita no livro *A República na velha província*, “definia-se, assim, um conteúdo para a aproximação com os moderados que extrapolava a mera conveniência eleitoral. A aceitação da forma republicana era suficiente para homogeneizar as facções políticas” (FERREIRA, 1989, p. 55).

José Thomaz da Porciúncula havia sido designado em 12 de março para chefiar a frente histórico-moderada, aprofundando as novas perspectivas de ação política. A chapa oposicionista única reuniu nomes com tradição eleitoral e administrativa na vida da província. Eram representantes da própria família de Paulino de Souza, ao lado de barões e outros potentados ligados à política do antigo Império. Entre os republicanos, líderes pioneiros da propaganda, como Alberto Torres, Porciúncula e o próprio Silva Jardim: “Tratava-se, portanto, da representação de uma ampla parcela dos grupos que haviam exercido o poder até a Proclamação da República em combinação com aqueles que, ainda sob o Império, construíram sua rede de influência em torno da propaganda republicana” (FERREIRA, 1989, p. 56).

O governo voltou a impor flagrante derrota à oposição, que novamente denunciou os recursos ilícitos do poder estadual para fraudar as eleições. No entanto, o segundo pleito provocou efeitos diferentes no ânimo oposicionista, pois, dessa vez, a derrota fora da máquina eleitoral monarquista, “o que deixava claro que a oposição esgotara os recursos legais para chegar ao poder” (FERREIRA, 1989, p. 57).

Em meados do mês seguinte, mais ou menos quinze dias depois do possível envio da carta de Jardim em questão, houve, por iniciativa de José Thomaz da Porciúncula, o congresso dos “republicanos históricos em oposição ao governo do estado”. Foi então dissolvida a organização dos “históricos” e fundado o Partido Autonomista Fluminense: “A intervenção federal, obstando os planos dos chefes locais fluminenses de controle do poder, funcionou como elemento aglutinador das forças em oposição” (FERREIRA, 1989, p. 57).

A comissão diretora do novo partido fora eleita com poderes ilimitados até 3 de dezembro de 1891. Dela, fazia parte o jovem Alberto Torres, interlocutor de Jardim naqueles dias de apreensão. De longe, ele tentava sofregamente se inteirar dos acontecimentos, cujos rumos, acreditava, ditaria o seu próprio destino, sem saber que, a menos de três meses, seu nome novamente estaria em destaque pelos

jornais de todo o País, desta vez para anunciar a sua retirada definitiva.

Mesmo antes da tragédia, seu nome era citado para exemplificar as alegadas arbitrariedades e injustiças apontadas nas lutas que caracterizaram aquele primeiro momento de reorganização das forças políticas. Um debate entre os constituintes Aristides César Spínola Zama e Lopes Trovão pode ilustrar com eficiência o alijamento que os republicanos históricos da velha guarda reservavam a Silva Jardim. O primeiro, que afirmou ter deixado de ser monarquista somente no momento em que presenciou o embarque do imperador, apontava em plenário as ilegalidades eleitorais que teriam marcado os primeiros pleitos da República, quando interveio o segundo. O médico soteropolitano, em resposta ao aparte, referiu-se então aos insucessos eleitorais de Jardim e questionou: “Não é estranho, não é digno de sério reparo, que no seio da representação nacional não se veja o intemerato Silva Jardim, esse propagandista incansável e feroso que afrontou sempre impávido a decaída monarquia?” Trovão foi econômico, mas taxativo nas palavras: “É uma vítima de si mesmo” (SESSÃO em 30 de dezembro de 1890, 1890, pp. 436).

À distância, exilado na capital francesa, o primogênito de Gabriel Jardim não se dava conta de todos esses detalhes. Se havia uma interlocução satisfatória entre ele e seus correspondentes, não foi possível mensurar. Certo é que sua visão sobre a necessidade de coalisção em torno de Paulino de Souza não esteve destoante dos rumos tomados por seus partidários fluminenses. O tempo e a distância tornavam reflexivo o combativo tribuno. Ao amigo Alberto Torres, dirigia conselhos: “Não te gastes, nem subjetivamente, nem em relação ao público. Os do Governo por si só se destruirão, se os seus atos forem cada vez piores; não te fatigues; olha que quem te fala tem experiência destas cousas” (JARDIM, 1891c, p. 460). Mais à frente, volta a preocupar-se com o conterrâneo cinco anos mais moço, dizendo que seu intuito é provocar-lhe meditação esclarecida. Que não confundisse os seus interesse, ligados ao do estado fluminense, seguindo as motivações dos rapazes do *Correio do Povo*. Eles eram da capital e pretendiam estado independente e poderiam “[...]pensar que a atitude vermelha lhes convém, mas a ti não sei se conviria fora do Estado e fora do Portela. Não desejaria que mais tarde te acoimassem de opositorista *quand même* e revolucionário: – as revoluções são como Saturno...” (JARDIM, 1891c, p. 460).

Tratava-se de uma carta em resposta a quem dirigia suas ponderações, portanto, muito provavelmente, a posição dos “rapazes do *Correio do Povo*”, que, segundo o próprio Jardim, apoiaram-no até os últimos momentos da sua propaganda, fora assunto aventado pelo próprio Alberto Torres. No final da missiva, um pedido de aconselhamento: “O Werneck<sup>98</sup> na carta que me escreve insta muito para que eu vote. Que pensas a respeito?” (JARDIM, 1891c, p. 460).

A dúvida expressada por Jardim denotava os dias de impasse na capital parisiense ou um desejo

---

<sup>98</sup> Antônio Luís Santos Werneck que por aqueles dias defendia a aliança com os moderados, afirmando que a República, desde que aceita por todos não poderia mais “[...] ser privilégio de um partido.” FERREIRA, M. M. *A República na velha província...*, p. 55.

de retomar logo a política em solo brasileiro como a provocar a confirmação do convite por parte de mais um importante correligionário? A resposta de Alberto Torres seria bastante esclarecedora. Quem sabe, portando-se mais como amigo e menos como partidário, o advogado tenha aconselhado Jardim a esperar que os rumos políticos estivessem mais claros. Que aproveitasse a viagem, desfrutando dos encantos europeus e escrevendo suas memórias. Certo é que Jardim por lá ficou. Andara por Portugal, conforme contou na carta. Viu algo de Londres. Depois de uma viagem à Espanha e à Itália, concluiria o livro, que já lhe ocupava boa parte do tempo. Agradecia os cumprimentos dirigidos à sua senhora, que retribuía a gentileza.

## 5.6 A MORTE NO VESÚVIO

O jornal *Gazeta de Notícias*<sup>99</sup> foi o primeiro a anunciar a tragédia. Publicou detalhes baseados no relato de correspondentes portugueses em Paris e do engenheiro Joaquim Carneiro de Mendonça<sup>100</sup>, que acompanhava Jardim em sua incursão pela Itália. Chegara há dois meses à Europa, período em que teria desfrutado de harmoniosa convivência com Silva Jardim, que em Paris ocupava, com a mulher e filho, uma casa na Avenue Villiers. No dia 30 de junho, véspera da tragédia, estiveram visitando, em Nápoles, o cônsul brasileiro Américo de Campos, com quem Jardim teria travado conhecimento na fase da propaganda paulista. Ao ouvir do visitante os planos para o dia seguinte, o cônsul advertiu-lhe sobre os perigos daquele destino turístico. O sorriso, dado como resposta, revelava que nada iria demovê-lo de conhecer as ruínas de Pompeia e o Vesúvio. Outras pessoas tinham-no prevenido sobre os riscos da escalada ao vulcão. Um correspondente francês de folha lisboeta dera também seu depoimento. Há cerca de duas semanas, encontrara-se com Jardim no *Cafê de la Paix*. Na despedida, o conselho: “livre-se da estafante subida ao Vesúvio, onde há dois anos me vi em papos de aranha” (SILVA Jardim. *Gazeta*, 2 ago. 1891, p. 2). Os avisos só tiveram um efeito. Segundo o testemunho da tragédia, causaram-lhe ansiedade: “[...] dormira mal à noite. Pesadelos, voltas na cama. Sonhara toda a noite com um abismo aberto e acordara cinco ou seis vezes sobressaltado” (SILVA Jardim, 1891, p. 2). Ainda assim, sua audácia, tão propalada nos textos da época, teriam-no impelido não só a conhecer o vulcão, mas a desafiar imprudentemente os perigos daquela visita.

Era o primeiro dia de julho de 1891, uma quarta-feira. Às 3 horas da tarde, já tinham visitado minuciosamente as ruínas de Pompeia. Carneiro de Mendonça recordou-se que estava cansado e, por isso, propôs ao amigo que retornassem a Nápoles. Ficaria para outro dia a empreitada. Acomodaram-se então

<sup>99</sup> SILVA Jardim. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, ano 17, n. 214, p. 2, 2 ago. 1891.

<sup>100</sup> Filho do coronel Joaquim Carneiro de Mendonça, mineiro radicado em Mar de Espanha, Joaquim Carneiro de Mendonça Junior foi nomeado para o consulado em Londres, em 1892. CONSULES. *O Farol*. Juiz de Fora, ano 26, n. 257, 29 set. 1892, p. 2.

em um restaurante onde almoçaram, enquanto aguardavam a saída do trem das 4 e meia da tarde. Mas, ao final da refeição, Jardim surpreendeu seu companheiro ao avisar que estava positivamente decidido a visitar o Vesúvio. Os protestos que ouvira sobre o adiantado da hora não o fizeram desistir. Aprontaram-se dois cavalos, um guia foi contratado e partiram os três. Já eram 6 horas da tarde quando deixaram os animais, em função da subida muito íngreme, e seguiram a pé. Uma hora de caminhada e encontravam-se a 20 metros da cratera principal. Silva Jardim, que ia adiante uns cinco passos, voltou-se para o guia, perguntando se alguém já havia avançado até o próximo ponto. A resposta foi positiva, mas incluía um alerta: o risco era grande. Os acontecimentos seguintes foram irremediáveis, conforme relato reproduzido pelos jornais brasileiros:

Então vamos nós também, disse Jardim. Opus-me com toda a energia a esta decisão, protestei, roguei, tudo foi em vão. Ele prosseguiu e eu o acompanhei. Ah! Não tínhamos dado mais do que 12 passos quando senti que faltava-me o solo embaixo dos pés. [...] Sem ver nem ouvir mais coisa alguma, nem saber o que fazia, lutei com a morte, agarrando-me com o braço esquerdo a uma pedra. Dois segundos mais que durasse aquele luta indescritível e estaria tudo perdido. Por felicidade, neste instante senti-me agarrado por um pulso de ferro, que rapidamente me suspendeu e atirou-me longe. O guia me salvara. Ferido, banhadas as mãos em sangue, fora de mim mesmo, sem luz de razão, ergui-me e pergunto ao guia: Que é do meu amigo? (SILVA Jardim, 1891, p. 2).

Do local onde se encontrava Silva Jardim, não restava sinal. O guia, “esverdeado de terror e susto”(SILVA Jardim. Gazeta, 1891, p. 2), contou que ele havia caído quase perpendicularmente na cratera que de repente se abria sobre seus pés, levando as mãos a tampar os ouvidos como surpreendido por um grande ruído. Atordoados, desceram correndo a encosta. Já em Nápoles, enquanto aguardava, na porta do hotel, o cônsul brasileiro que na véspera haviam visitado, Carneiro de Mendonça, gravemente ferido na mão esquerda, via aglomerar em torno de si ruidosa multidão. Chegou a receber voz de prisão por dois guardas civis que foram demovidos da intenção por Américo de Campos, que em boa hora chegava à cena, atendendo ao chamado angustiada do seu compatriota.

Poucos dias depois, o inquérito aberto pela polícia napolitana concluía que os brasileiros haviam contratado não um guia licenciado, “mas um simples *facchino*” (O FAROL, 12 jul. 1891, p. 1), um porteiro, sem autorização especial e que, por isso, estava preso. Somente esse penúltimo detalhe, o não credenciamento do guia, não seria anos mais tarde confirmado pelo seu próprio filho, entrevistado décadas depois pela revista *O Malho*. Destituído de seu cargo e processado, Domênico Casciello teria vivido atormentado não só por ter presenciado a morte trágica do turista brasileiro, mas por ter sido injustamente destituído de seu cargo e responsabilizado criminalmente pelo acidente.<sup>101</sup> O principal objeto de *O Malho*

<sup>101</sup> O VESUVIO. Túmulo de Silva Jardim. *O Malho*. Rio de Janeiro, ano 34, n. 3, p. 12 e 13, abr. 1940.

era apurar a possibilidade, ainda corrente, de suicídio. O relato do guia, então há seis meses falecido, estava bastante claro na memória do entrevistado: o brasileiro estivera durante todo o percurso animado e alegre, deslumbrado com a beleza incandescente do Vesúvio à luz crepuscular. Avançou de forma perigosa, tomando a dianteira do grupo.

A morte de Silva Jardim ocupou por vários dias as páginas dos jornais brasileiros, que não deram crédito à aventada possibilidade de suicídio, conforme reiteravam os comentários. José Leão refutou com segurança os boatos a respeito: “Silva jardim não conheceu a descrença, que acomete os fracos, nem enveredou jamais pela loucura, que ocasiona a morte aos sem ventura” (LEÃO, 1895, p. 286). Concordo com o escritor potiguar. Jardim não se matou, mas não por jamais ter conhecido a descrença ou se sentido atingido pela desventura, o que, ao contrário do que insinuou seu biógrafo e amigo, ocorre frequentemente aos considerados lúcidos. Ao contrário, acredito que o nosso personagem tenha vivido dias de desesperança e tristeza, mas o ritmo de estudos, escritos e viagens mantido por ele na Europa e mesmo o conteúdo das poucas cartas que foram preservadas deixaram a impressão de que o advogado tinha, na verdade, muitos planos, sobretudo estimulado pela afetividade de laços familiares, sinal de que não pensava em dar fim à própria vida. Tinha saudade dos filhos mais novos que ficaram no Brasil. Precisava trabalhar para garantir o futuro dos seus. Sentia-se ainda responsável pelo destino de pais e irmãos.

Além de todos esses sinais de que buscava superar os reveses por que vinha passando para poder novamente amparar os seus, as próprias circunstâncias em que teriam se dado o seu desaparecimento vão de encontro à possibilidade de suicídio. Jardim foi extremamente imprudente ao insistir em avançar, em hora imprópria, até um local apontado como extremamente perigoso. Neste caso, certamente, foi “vítima de si mesmo”, conforme fala de Lopes Trovão, em fins de 1890, referindo-se ao seu alijamento político.

Naqueles dias em que ainda largamente se comentava a morte de Jardim, era grande a preocupação com a família do advogado. Anna Margarida estava grávida de oito meses<sup>102</sup> e, na ocasião do desastre, aguardava na França, em *Villers*, à beira mar<sup>103</sup>, na companhia do filho mais velho, o retorno do marido que há alguns dias partira ao lado de Carneiro Mendonça. Ela saberia de sua viuvez somente em solo brasileiro, já amparada por familiares. Iriam dizer-lhe que Jardim partira direto da Itália para o Rio de Janeiro, notícia que a “pobre senhora” talvez não estranhasse, acostumada às “excentricidades” do marido (SILVA Jardim. 7 jul. 1891, p. 1).

Em um discurso emocionado, Sampaio Ferraz lembrou sua íntima amizade com o advogado, quem considerava verdadeiro mestre.<sup>104</sup> Muitas vezes o havia defendido com o próprio corpo das agressões sofridas durante sua campanha. Eram irmãos, mais do que amigos. Lembrou os serviços

<sup>102</sup> SILVA Jardim. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 17, n. 214, p. 2, 2 ago. 1891.

<sup>103</sup> SILVA Jardim. **O Farol**. Juiz de Fora, ano 25, n. 161, p. 1, 7 jul. 1891.

<sup>104</sup> **ANAIS DA CÂMARA DE DEPUTADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro, p. 210, 4 jul. 1889.



prestados pelo falecido à causa republicana, sempre movido pela audácia, que fora o timbre do seu temperamento. A tragédia o colheira em momento delicado. Deixara a esposa reduzida à extrema pobreza e por isso propunha que fosse aprovada uma exceção nas exigências administrativas em favor da viúva, que deveria receber uma pensão permanente. A fala de Sampaio Ferraz, muito aplaudida e seguida de abraços consternados, foi secundada pelo pronunciamento de Aníbal Falcão, que igualmente lamentava a morte do correligionário, justamente no momento em que se esperava a sua volta, conforme assegurou.

Na sessão seguinte, foi a vez de José Beviláqua se pronunciar. O jovem tenente era irmão de Clóvis Beviláqua, a quem, no início da década anterior, Jardim contara sobre sua estranha notoriedade nos muros da capital paulista. Como seu “admirador e amigo”, o militar fez a Silva Jardim longas homenagens. Entre as palavras que elogiavam “o verbo inspirado e másculo” que avultava “grandemente a sua estatura política”, um comentário, que curiosamente não constou de nenhuma das obras consultadas:

Não esquecerei jamais o contato que tivemos na jornada de realização do seu ideal. Coube-me a honrosa tarefa de ir avisá-lo, segundo combináramos previamente, do momento da ação; e na noite de 14 de novembro, pelas 8 horas, fui ao seu escritório de trabalho levar-lhe o brado de alerta, preveni-lo de que estivesse atento, porque a qualquer instante poderia soar a hora sagrada para os republicanos! (ANAIS DA CÂMARA DE DEPUTADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1891, p. 283).

O texto é revelador. Sendo assim, conforme denota o trecho “conforme combinamos previamente”, Jardim não estivera completamente desinformado sobre as movimentações que antecederam o Quinze de Novembro. Mantinha-se próximo ao oficialato, muito embora isso não tenha garantido a inclusão de seu nome nas tratativas com as figuras, civis e militares articuladores do golpe, como Quintino Bocaiúva; Benjamim Constant, Major Solon Ribeiro.<sup>105</sup> Ou seja, estava consciente de seu alijamento. Talvez tenha acompanhado com suspeição a chegada de Francisco Glicério à Corte. Já no dia 10 de novembro, o correligionário paulista participou de uma reunião na casa de Marechal Deodoro da Fonseca, presentes também os civis Rui Barbosa e Aristides Lobo. José Leão fez insinuações a respeito. Para ele, o radicalismo de Jardim não passou de uma simples desculpa utilizada pelos dirigentes do partido para premeditarem o seu afastamento: “Pois não estiveram presentes à conferência em casa do marechal Deodoro testemunhas oculares do *meeting* de Campinas?” (LEÃO, 1895, p. 238).

Outras narrativas, baseadas em depoimento anônimo publicado na imprensa carioca em 1911, indicam que Jardim teria menosprezado os sinais sobre a movimentação de deposição da Monarquia. Na véspera do golpe, jantando com amigos no Hotel Globo, fora advertido por Alfredo Madureira, que dizia pressentir a “revolução.” Jardim, incrédulo e irônico, teria respondido ao seu interlocutor que o partido

<sup>105</sup> SILVA, Eduardo. (Org.). **Ideias políticas de Quintino Bocaiuva**: cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados. Ministério da Cultura. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1986, v. 1, pp. 634- 646.

chefiado por Quintino Bocaiuva esperava chegar à república pela evolução. Divertido, repetia a palavra marcando bem as sílabas: “E-vo-lu-ção!” (SILVA, E., 1986, p. 76). Fui diretamente à fonte. O depoimento é longo e cheio de detalhes. O narrador anônimo seguiu as pistas dadas pela agitação dos correligionários políticos e, naquela mesma tarde, inteirou-se dos preparativos, enquanto Jardim, sem acreditar no que ouvira dizer, teria tomado tranquilamente a subida pra Santa Teresa.<sup>106</sup> Pode-se conjecturar, neste caso, que foi levado a desprezar os indícios de agitação porque tomara para si a exclusividade como homem de ação da propaganda, confiando demasiadamente na retórica da evolução sustentada por seus antigos aliados.

Além dos fragmentos da carta enviada ao cunhado Martim Francisco, localizei outra, também não constante em nenhuma das obras consultadas. Foi publicada em *O País* com o sugestivo título *Última Carta* a atrair atenções dos leitores que ainda avidamente acompanhavam os detalhes sobre a tragédia do Vesúvio. A correspondência, datada de 13 de junho, portanto a pouco mais de 15 dias do desastre, revelava que o tribuno estava por retornar ao Brasil, mas queria ser recebido com discrição. Seus métodos seriam outros, pois havia aprendido com os erros, dizia ao destinatário, mantido no anonimato pelo jornal *O País*, mas logo identificado pelo jornal juiz-forano *O Farol*.<sup>107</sup> Tratava-se do senador Ubaldino do Amaral. Jardim confessava-se triste pelas notícias que recebia a respeito da política brasileira. No entanto, vinham mantendo a confiança no futuro do País e na “excelência da república” (JARDIM, 1891d, p. 1). Era preciso continuar aconselhando a moderação, enquanto, na Europa, procurava ler, escrever, firmar boas relações, além de viajar. Respondendo a uma convocação do interlocutor, disse que, sim, pensava voltar em breve: “Já tenho tomado essa resolução urgido pela saudade que eu e minha senhora temos de dois filhos que lá deixamos e pela necessidade que tenho de trabalhar” (JARDIM, 1891d, p. 1). Soubera que seria chamado por um manifesto e procurou sustar a iniciativa imediatamente, mas temia que já fosse tarde, pois via pelos jornais que a operação ia adiantada. Do que se tratava? Uma campanha de propaganda para derrubar o governo? “O processo seria velho, inoportuno, corda antiga da minha lira e ineficaz” (JARDIM, 1891d, p. 1).

Referia-se provavelmente à movimentação política, reunindo nomes como José Thomaz de Porciúncula e Alberto Torres em torno do novo clube político batizado de Benjamim Constant. Fundado em Niterói, em maio daquele mesmo ano, o clube teria Silva Jardim em sua presidência honorária, ao lado de nomes como o próprio vice-presidente, Floriano Peixoto.<sup>108</sup> Diante das notícias que os correligionários enviavam-lhe sobre a gravidade da situação política, continuava a aconselhar cautela:

<sup>106</sup> REMINISCENCIAS de um povo. **A Imprensa**. Rio de Janeiro, n. 1424, ano 8, p. 2, 15 nov. 1911.

<sup>107</sup> SILVA Jardim. **O Farol**. Juiz de Fora, ano 25, n. 162, p. 1, 8 jul. 1891.

<sup>108</sup> CLUBE político. **A República**. Campos, ano 2, n. 105, p. 1, 9 maio, 1891.

Sem uma atitude enérgica, mas moderada e, sobretudo hábil, nada conseguiremos. É do que estou convencido. [...]Conto com o prestígio do meu amigo para impedir qualquer manifestação à minha chegada. Quero entrar tranquilo, desembaraçado das lutas que tenham travado na minha ausência. Eu não poso pretender apoio nacional e qualquer apoio de grupo só serviria a inutilizar quaisquer esforços que eu poderia empregar perante a opinião. Não julgue-me prevenido pelo que venho dito, mas sei que às vezes exagere-se o mérito de um homem, a mocidade e a massa entusiasma-se e, afinal, impõem-lhe o seu ponto de vista sem que ele tenha tempo para friamente examinar os acontecimentos (JARDIM, 1891d, p. 1).

Novamente tenho a mesma sensação de que outra interpretação é possível. A carta poderia conter precauções sinceras, mas também o desejo, talvez inconsciente, de reivindicar apoio, aplausos, homenagens. Especulações improdutivas, pois a chegada ao solo pátrio, como sabemos, não correu, nem de forma discreta, como pedia o remetente da missiva; nem de forma espetaculosa, mais adequada ao antigo estilo do tribuno. Uma outra missiva, publicada no ano de 1911 no jornal *A Imprensa*, não só corrobora os planos de Jardim para o retorno à vida política nacional como revela que ele, ainda no exílio, já se articulava de forma concreta para interferir nos rumos do governo. A carta era de 3 de junho de 1891, portanto anterior à “última carta” da qual acabamos de tratar. Fora enviada a Sampaio Ferraz que decidiu, anos depois, torná-la de conhecimento público. Não o fez antes, alegava, em respeito à memória do remetente, que, logo depois da datação, escreveu: “muito importante e extremamente confidencial” (JARDIM, 1911, p. 2).

Na carta, Jardim contava ao amigo que, em Paris, acabara de se encontrar com o conde Figueiredo, quem conhecera durante as homenagens que lhe foram prestadas no Rio de Janeiro por ocasião de sua partida para a Europa. Tratava-se certamente do carioca Francisco de Figueiredo, que, na época, exercia mandato como deputado pelo Distrito Federal. Havia recebido o título no apagar das luzes imperiais, em 31 de outubro de 1889. Era filho do comendador português José Antônio de Figueiredo Júnior, de quem herdara competências comerciais e administrativas. Em 1879, tornou-se presidente da Companhia Nacional de Paquetes a Vapor, chegando também a atuar como presidente do Banco do Brasil e fundador de dois outros bancos, ambos no Rio de Janeiro: o Banco Internacional do Brasil, criado em 1886, e o Banco Nacional do Brasil, fundado em 1889. Na capital francesa, contava Jardim a Sampaio Ferraz, o conde confiara-lhe detalhes sobre sua situação e suas expectativas. Havia liquidado sua fortuna e se afastado das especulações diretas de bancos e companhias e desejava ocupar posição de poder na política.

O conde pedira sua opinião a respeito da conjuntura nacional. A resposta parece ter sido eloquente, pois o bacharel autoexilado já propunha nomes para substituições de posições estratégicas, formando um ministério salvador que resguardasse a presidência de Deodoro da Fonseca, para ele, homem bem intencionado que vinha sendo guiado por maus conselheiros. Seu interlocutor, Sampaio Ferraz, como elemento popular e de moderação enérgica já comprovada na chefatura da polícia, ocuparia a pasta da

Justiça; Virgílio Dalmázio, o ministério da Instrução Pública; o conde Francisco de Figueiredo assumiria as finanças. Seria um ministério que combinaria antigos e novos elementos: republicanos históricos e “homens alheios a lutas demasiado ardentes.” Isso porque julgava ser momento de prudência e moderação, para que o Brasil saísse da crise sem revolução, “tão justificável no tempo da Monarquia quanto perigosa com a República” (JARDIM, 1911, p. 2).

Entre outros tantos nomes, o seu aparecia como sugestão – quase exigência – do conde Figueiredo. Mesmo não tendo ambições pessoais, ao aceitar uma pasta, adiantava, preferiria a do exterior, função que deixaria mais tempo para os estudos e seria facilitada pelo seu domínio do idioma francês e pelas relações já feitas no corpo diplomático e na imprensa daquele país. Havia hesitado em escrever naqueles termos ao amigo pernambucano, mas ao final foi convencido pelo desejo de ver a República melhor encaminhada. Ao destinatário de suas palavras, sugeria o papel de “elo ligador” da operação, cujo objetivo era “[...] levar o partido republicano ao poder, com os seus princípios e com os seus homens, com um ministério forte, e liberal, em que a oposição se manifestasse à vontade, tendo nós, porém, a maioria no Congresso, e, sobretudo do País” (JARDIM, 1911 p. 2).

O fato de serem insuspeitos à oposição e de estarem garantindo moderação facilitaria as coisas. O conde, que partiria naqueles dias para o Rio de Janeiro, iria contactar o destinatário. Jardim tinha dúvidas de que Sampaio Ferraz concordaria com seus planos, pois havia, conforme lembrava na carta, votado contra a permanência do Marechal Deodoro como chefe do Executivo. Sobre isso, aconselhava-o: caso fosse impossível a aceitação do Marechal, meios políticos poderiam ser posterior e oportunamente empregados. Chegou a combinar um tipo de código para que se comunicassem, por telegrama, antes que obtivesse por carta uma resposta mais detalhada. Ou seja, tinha pressa para saber se seus planos encontravam eco no ânimo do amigo.

Sampaio Ferraz não publicou nenhum texto que contivesse o desenrolar das tratativas, mas os planos de Jardim talvez tenham recebido o costumeiro apoio de seu antigo correligionário. Afinal, dias depois, ele enviara de Paris aquela que ficou conhecida como “última carta”, tornada pública na ocasião da sua morte, praticamente comunicando o seu pronto retorno. Dirigida a um correligionário claramente alheio aos planos acertados com Sampaio Ferraz e com o conde Figueiredo, a missiva caprichava na retórica do comedimento e especulava sobre ocorrências no campo político-partidário que ele dizia desconhecer. Todos esses sinais vêm ao encontro do que propusera ao chefe de polícia, seu antigo aliado: deveriam manter seus planos completamente insuspeitos da oposição, dando garantias de pensamentos e ações moderadas.<sup>109</sup>

De toda forma, as duas cartas, principalmente aquela que veio a público somente em 1911,

---

<sup>109</sup> UM DOCUMENTO inédito interessante. Carta de Silva Jardim dirigida a Sampaio Ferraz. **A Imprensa**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 1425, p. 2, 16 nov. 1911.

trataram de expectativas interrompidas pelo acidente fatal em Pompeia. *O País*, que nos últimos meses da propaganda fora tão lacônico com respeito à atuação de Silva Jardim, voltara a lhe franquear suas páginas. No mesmo número onde foi divulgada a *Última Carta*, lia-se um apelo a toda a imprensa brasileira, para que fosse iniciada uma subscrição geral em auxílio da mulher e filhos do falecido, bem como um longo texto de Valentim Magalhães, conterrâneo do advogado e, como tal, amigo de longa data. Magalhães recordava o caráter naturalmente ascendente de Jardim sobre os que o rodeavam e sua dificuldade em entrar no jogo político, substituindo, como era preciso, a força pela habilidade; a franqueza pela astúcia. “Procurou impor-se honestamente iludido na crença que tinha direito à chefia quem havia, como ele, conquistado a força da perseverança inquebrantável” (MAGALHÃES, V., 1891, p. 2)

Muitas outras foram as homenagens, notas de pesar, anúncio de celebrações de missas pela alma do bacharel fluminense. Naqueles dias em que Jardim tornava-se novamente manchete, o governador Francisco Portela teve de tornar públicos os esclarecimentos sobre as acusações de que teria exonerado o pai do falecido, Gabriel Jardim, como forma de perseguição política. O professor Gabriel, como tantos outros, teria perdido o cargo de inspetor escolar, no qual se encontrava investido por nomeação do seu próprio governo, simplesmente porque aquele cargo fora extinto.

Ainda que negando a responsabilidade pela situação, o governador Portela julgou necessário aposentar o aludido funcionário, com todos os vencimentos, mesmo tendo ele acumulados apenas 19 anos de serviço.<sup>110</sup> Não se tratou, portanto, reiterava a publicação, de injustiça, o que ficava comprovado com a informação de que a irmã de Jardim, a professora Maria Amélia, havia sido nomeada também pelo governo do estado e continuava a exercer seu cargo em Arraial das Pedras. O assunto, naturalmente, rendeu réplicas dos adversários do governador, ancoradas na comoção pública causada pelo grande infortúnio enfrentado pelo professor exonerado.

Jardim cedo se retirou da disputa política, mas seu desaparecimento, inversamente, teve poder de preservá-lo em cena. Sua ida à Europa, com o objetivo de afastar-se das desilusões políticas e de escrever suas memórias, resgatando assim sua importância na propaganda republicana, foi uma viagem sem volta. Talvez por esse motivo tenha figurado com tanta frequência e por um longo período, nos argumentos de republicanos “adesistas” e “históricos”. Tornou-se um símbolo polivalente por ter buscado, em sua campanha, aproximação com monarquistas convertidos ou ainda resistentes à ideia republicana, enquanto militava ao lado, sobretudo, da mocidade republicana.

Em seus 41 anos, a chamada Primeira República passou por uma série de transformações caracterizadas por conflitos ocorridos principalmente em sua primeira década, classificada de “anos entrópicos” por Renato Lessa, sendo entropia por ele “entendida como associação entre estado de anarquia

---

<sup>110</sup> INJUSTIÇA clamorosa. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, ano 17, n. 188, 7 jul. 1891. Publicações a Pedido, p. 2.

e elevado grau de incerteza que se manifesta a partir da ruptura dos canais de integração entre polis, demos e governo, definidos pela ordem imperial” (LESSA, 1998, p. 49). Naqueles anos de incerteza, os atores políticos buscavam espaço e legitimação.

Sem pretender avançar na análise do período, atendo-me à relação das disputas discursivas entre “adesistas” e “históricos” com a memória da propaganda republicana. Muitos fragmentos textuais podem reforçar essa relação. Em 1892, o jornal *A Ordem* evocava a memória da propaganda republicana desta vez para criticar o governo Floriano Peixoto: “Foi esta a suma da propaganda de Silva Jardim, de João Pinheiro e de outros? [...] É com esses elementos de anarquia que se há de firmar a República?” (SÃO Sebastião do Rio Preto, 1892, p. 1). Por sua vez, *O Farol* rememorava a propaganda republicana, lamentando a falta de tribunos com “a pertinácia e a coragem de Silva Jardim” (COISAS da época., 1901, p. 1) e os rumos tomados pelo novo regime.

Apesar da frequente evocação de Silva Jardim servindo a grupos políticos diversos, o consenso não vigorou em torno da sua memória. Em Recife, as placas com o seu nome, que indicariam a nova denominação da antiga Rua da Conceição, foram arrancadas e vilipendiadas, segundo algumas narrativas, por numeroso grupo popular. O Partido Republicano de Pernambuco pulicou um chamamento aos moradores da rua para enfeitarem as suas casas, “associando-se por esta forma à verdade e à justiça” (ROMARIA Silva Jardim, 1891, p. 2), o que aludia às narrativas sobre a má recepção enfrentada pelo tribuno republicano em solo pernambucano na época da perseguição ao conde d’Eu. Convidara também toda a população da cidade a concorrer ao local indicado. Os relatos desse mesmo jornal descreveram como festiva e tranquila a cerimônia, realizada a 13 de setembro de 1891, ou seja, pouco mais de dois meses da morte do homenageado. No entanto, na calada da madrugada, opositores políticos do intendente municipal teriam se encarregado do vandalismo.

Isso não foi o que afirmou o jornal *A Província*,<sup>111</sup> que apontou a ocorrência de protestos durante a cerimônia de colocação da placa e publicou um texto em que o autor, identificado pelo pseudônimo Marcelo, dizia aprovar a intenção da homenagem, que era justa, mas também entendia e respeitava o protesto popular que teria sido menos uma simples oposição à homenagem e mais uma manifestação da religiosidade do povo recifense. Por que justamente a Rua da Imaculada Conceição? Não haveria um logradouro de nome menos inexpressivo para os moradores da cidade? A escolha, equivocada, soou como “[...]um acinte herético; uma arrogância profanadora” (O CASO de Pernambuco, 1891, pp. 1-2).

O autor dizia-se inclinado a acreditar que a Intendência de Pernambuco não quis ofender a fé dos munícipes, nem pensou talvez nos embaraços que lhe traria a troca. Contudo, se ela teve intuítos reformadores, se retirou a placa antiga por julgá-la pouco condigna com as luzes daquele final de século,

<sup>111</sup> BUGRES! . *A Província*. Órgão do Partido Liberal. Recife, ano 14, n. 215, p. 2, 26 set. 1891.

estaria cometendo grave violência contra a cultura popular. Quatro dias depois, anunciava-se que a Intendência do Recife acataria a representação que lhe fora dirigida. Seria conservado Rua da Conceição e transferido o nome “do ousado propagandista” (A QUESTÃO da Rua Silva Jardim, 1891, p. 2) para a Rua das Ninfas, também na Paróquia de Boa Vista. Chama a atenção que a escolha tenha recaído sobre uma rua cuja denominação aludia à mitologia grega e nem de perto lembrava a fé católica. Esse episódio naturalmente foi uma exceção entre as muitas homenagens que em todo o País foram dirigidas ao propagandista. Cumpre, no entanto, atentar para o fato de que o ocorrido no Recife vai ao encontro das análises já apresentadas sobre a insatisfação de grupos populares com a abordagem feita, pela propaganda republicana, da questão religiosa. Por outro lado, o episódio pode também ser relacionado à apontada persistência de grupos identificados, no Recife, como remanescentes da Guarda Negra, fenômeno não restrito a Pernambuco, mas observado em vários outros estados já na vigência do governo republicano.<sup>112</sup>

Inevitável não contrapor esse episódio do Recife à homenagem feita mais tarde por Anacleto de Freitas, o dirigente do Clube Republicano dos Homens de Cor. O “moço preto” publicou um opúsculo em 1892, recordando a postura, para ele sagrada, do então conferencista, durante os conflitos da Travessa da Barreira, em dezembro de 1888. Jardim foi lembrado como verdadeiro mártir: Ao “morto imaculado” (FREITAS, 1892, p. 4) eram devidas todas as honras, pois havia enfrentado com coragem, como “[...] verdadeira estátua de paz e de bonança” (FREITAS, 1892, p. 6), a “[...] malsinada Guarda Negra” (FREITAS, 1892, p. 7). Afirmou que falava em nome dos “homens de cor” que estiveram a seu lado, “completamente afastados dos ambiciosos que pretenderam especular com sua raça para obter favores principesco” (FREITAS, 1892, p. 4).

Infelizmente, Anacleto de Freitas nada acrescentou sobre a associação que liderava.<sup>113</sup> Também nada revelou sobre si mesmo. Sabemos que, mais ou menos na mesma época em que lançou seu opúsculo, fez tentativas frustradas para reativar o Clube.<sup>114</sup> Aparentemente, havia se esgotado a importância de que usufruía nos tempos da propaganda, patrocinando conferências, assembleias e mobilizações diversas.<sup>115</sup> Durante os primeiros tempos do novo governo, conseguiu manter certa projeção na cena pública. Em 22 de abril de 1890, esteve ao lado de seu ídolo, Silva Jardim, representando o Clube Republicano dos Homens de Cor durante a inauguração da nova sede do jornal *Correio do Povo*, providenciada por um de seus fundadores, o então chefe de polícia Sampaio Ferraz, que também seria mais tarde homenageado no mencionado opúsculo, não somente pela sua atuação no novo cargo, mas também por seu “enérgico”

<sup>112</sup>Ver: ANTUNES, L.L. **Sob a guarda negra...**, pp. 284-299.

<sup>113</sup> Petrônio Domingues afirma que o movimento dos homens de cor extrapolava a ideia de democracia aventada pela lógica liberal: “Liberdade e igualdade se associavam aos direitos de uma cidadania sem preconceitos “contra a raça de cor”. DOMINGUES, P. **Cidadania levada a sério...**, p. 137.

<sup>114</sup>*Ibid.*, p. 148.

<sup>115</sup>*Ibid.*, p. 138.

(FREITAS, 1892, p. 11) depoimento dado em 1º de janeiro de 1889 sobre os conflitos da Travessa da Barreira.

Localizei fontes indicando que Anacleto foi nomeado como guarda municipal em janeiro de 1890<sup>116</sup>, o que pode ter garantido ou mesmo ter sido fruto de sua aproximação com Sampaio Ferraz, cuja “ máscula ousadia” (FREITAS, 1892, p. 11) seria apontada em seu futuro texto. No entanto, uma pesquisa rápida em busca de outros vestígios revela que o “moço preto” andou envolvendo-se em situações difíceis ainda nos tempos em que Sampaio Ferraz chefiava as forças policiais cariocas com rigor, passando por isso a ser chamado de “cavanhaque de aço.” Ele teria aumentado a repressão à capoeiragem, há muito associada a desordens, à capangagem política e à própria emergência da Guarda Negra. Naquele mesmo ano de 1890, Anacleto de Freitas foi detido por ser capoeirista e estar fazendo “estripulias” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21 ago. 1890, p. 2) nas cercanias da Praça Onze de Junho. Ou seja, se considerarmos a nota do *Diário* e precedente a classificação da Guarda Negra como associação de “capoeiras arruaceiros”, Anacleto acabou sendo vítima do rigor com que vinham sendo tratados seus antigos adversários.

Lívia Antunes demonstra que, apesar da fama de repressor de capoeiristas, o número de prisões de indivíduos assim classificados feitas por Sampaio Ferraz correspondeu apenas a 7,5% do total de 3.649 pessoas detidas durante o tempo que ele ocupou o posto de chefe de polícia, número pequeno se comparado a ações anteriores sustentadas tanto por ministérios tanto liberais quanto conservadores.<sup>117</sup> A autora baseia-se nesse e em outros indícios quantificáveis para contestar as associações feitas entre a Guarda Negra e as maltas de capoeira a serviço do gabinete João Alfredo, já que aquele ministério empreendeu forte perseguição aos delitos cometidos por aqueles grupos enquanto esteve em vigor.<sup>118</sup>

Certo é, que como chefe de polícia, o advogado paulista não foi indulgente com os capoeiras-amadores de alta roda. O caso emblemático e que talvez tenha lhe rendido o alegado prestígio popular foi a prisão e o desterro de José Elísio dos Santos Reis.<sup>119</sup> Tratava-se certamente de um dos irmãos mencionado por Jardim como responsáveis pelas confusões do dia 12 de setembro, no Teatro Lucida: “Mas afinal quem eram os perturbadores? Eram os Reis, filhos degenerados do estimado conde de S.S do Matosinhos e irmãos do digno proprietário de *O País*, visconde do mesmo título.” (JARDIM, 1891b, p. 199). São muitos os detalhes sobre o embate entre Sampaio Ferraz e o filho de um personagem extremamente ligado a Quintino Bocaiuva, então integrante do Governo Provisório. Em seu nome, até o próprio marechal Deodoro da Fonseca teria procurado interceder. Mas o “cavanhaque de aço”

<sup>116</sup>INTENDENCIA municipal. *Diário do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 410, p. 1, 19 jan. 1890.

<sup>117</sup>ANTUNES, L.L. *Sob a guarda negra...*, p. 272.

<sup>118</sup>*Ibid.*, p. 267.

<sup>119</sup>Ver: DIÁRIO DO POVO. São Paulo, 17 fev. 1957.

Disponível em: <<http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com/2009/02/personagem-joao-de-sampaio-ferraz.html>>. Acesso em: 17 nov. 2019.



condicionou a sua permanência no cargo ao cumprimento de sua determinação.

Já os pormenores sobre Anacleto de Freitas, como vimos, são escassos. Algumas notícias podem ser localizadas sobre o envolvimento do “moço preto” com brigas de rua e prisões. Ana Flávia Magalhães Pinto (2013) detalha outras intercorrências na vida do antigo colaborador de Silva Jardim, nelas enxergando a marginalização enfrentada pelos integrantes do Clube Republicano dos Homens de Cor. Restam-nos dois últimos comentários sobre a publicação de 1892. Primeiro, na narrativa de Anacleto de Freitas, os republicanos, provocados pela Guarda Negra, teriam reagido, com firmeza, em meio “tiros e pedradas.” Nenhuma menção ao verdadeiro massacre descrito por Medeiros e Albuquerque. Segundo, Lopes Trovão também foi homenageado pelo autor da homenagem a Jardim, como demonstra o título ao se referir como uma das “grandes datas” o 1º de janeiro de 1880, data da Revolta do Vintém, que teria celebrado o nome de Trovão entre “as classes menos favorecidas da fortuna” (FREITAS, 1892, p. 8), que passaram a consagrar-lhe “amor e dedicação sem limites” (FREITAS, 1892, p. 8). Mas o trecho maior, com palavras de agradecimento e expressões grandiloquentes foi mesmo dirigido à memória de Jardim, comparado então à máxima figura do martírio religioso: “Cristo da República” (FREITAS, 1892, p. 8).

Retornemos aos dias que imediatamente sucederam à tragédia no Vesúvio. Fora das idealizações promovidas pelos jornais e tribunas que continuavam a elencar as qualidades do orador, cuja verve classificada de “incandescente”, “incendiária”, “flamejante”, “vulcânica” era seguidamente associada à forma de sua morte, a ausência de Silva Jardim foi naturalmente sentida de forma real e cotidiana por Anna Margarida e seus quatro filhos menores. Depois dos arroubos parlamentares por ocasião da morte de seu marido, a realidade assomou-se. Segundo o *Gazeta de Notícias*, Sampaio Ferraz, não conseguindo superar os empecilhos legais, retirou o requerimento de pensão para a família do amigo, apresentado na Câmara de Deputados durante as comoções imediatas à sua morte.<sup>120</sup>

No ano seguinte, a viúva voltou a insistir no pedido, remetendo-se à comissão da Fazenda Pública.<sup>121</sup> Não pude comprovar se foi atendida.<sup>122</sup> Resta-me conjecturar que, em última instância, talvez tenha contado com a ajuda dos Andrada, seus tios e irmãos. Tentando seguir os passos dos filhos do tribuno, na esperança de ter acesso a informações preservadas pela memória familiar, encontrei dados bastante insatisfatórios e não consegui contato com seus descendentes. Do filho mais velho, Antônio Alfredo da Silva Jardim, não obtive notícias, além daquelas publicadas antes da morte de seu pai. Participava, ainda menino, de um leilão beneficente ao lado do irmão Danton Condorcet no inverno

<sup>120</sup> CÂMARA dos deputados. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, ano 17, n. 191, 11 jul. 1891. Diário das Câmaras, p. 1.

<sup>121</sup> ANAIS da Câmara de Deputados do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 22 jun. 1892, p. 277.

<sup>122</sup> No entanto, em 1905, no governo Rodrigues Alves, foi concedida à mãe de Jardim, Felismina Leopoldina de Mendonça Jardim, uma pensão vitalícia de 1:800\$ anuais. DECRETO Nº 1.365, DE 19 DE AGOSTO DE 1905. Presidência da República Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos.

carioca de 1890.<sup>123</sup> Encontrei esse último, na década de 1930, sendo promovido, por antiguidade, como modesto agente ferroviário da Central do Brasil.<sup>124</sup> Em um site de genealogia, encontrei Beatriz de Andrada Jardim como matriarca de uma família paulista. Sobre Mário Franklin, o filho que Jardim não chegou a conhecer, consegui algumas poucas informações. Por volta dos 30 anos de idade, ele esteve visitando o estado de Santa Catarina. Era comerciante estabelecido em Ponta Grossa, no Paraná, e teve sua filiação ressaltada pelos jornais locais: “[...] filho do grande propagandista da República” (O ESTADO, 1921, p. 2).

Ainda movida pela esperança de reunir outros elementos sobre o personagem, fui à antiga Vila de Capivari, hoje Silva Jardim, na região serrana do estado do Rio de Janeiro. No espaço cultural dedicado à memória do propagandista, imagens e textos já conhecidos. Nenhum pertence pessoal. Nada lhe restou. Como a preencher as lacunas de sua breve história, um punhado de terra trazida do Vesúvio.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1895, o anúncio de uma casa de penhores do centro do Rio de Janeiro revelava que a mudança da denominação da rua onde se localizava o anunciante ainda não tinha sido totalmente assimilada pela população da cidade. Indicava-se como endereço, em posição destacada, Travessa da Barreira. Embaixo da antiga denominação, entre parênteses, vinha o nome atual do logradouro: Rua Silva Jardim.<sup>125</sup> A República ainda não havia completado a sua primeira década e, por mais que elege-se seus novos heróis, as lembranças e tradições dos tempos do Império ainda continuavam vívidas. A Travessa da Barreira era o acesso entre a região da Lapa e a antiga Praça da Constituição, cuja estátua equestre erigida na década de 1860 em homenagem a D. Pedro I continuou a exercer sua centralidade a despeito do novo tratamento dado pela República ao logradouro público. Em 1890, a praça foi rebatizada como Tiradentes, um herói resgatado do século XVIII que então simbolizava as lutas contra a Monarquia deposta.<sup>126</sup> Fico a imaginar o contentamento de Silva Jardim com a substituição. O desagravo feito pelo sistema republicano, batizando com a alcunha do inconfidente mineiro um espaço tão próximo a locais como a Igreja de Nossa Senhora da Lampadosa, onde o mártir teria parado para fazer sua última oração antes de subir ao cadafalso, certamente havia inspirado o discurso feito por ele no primeiro 21 de abril do regime republicano, ocasião em que a praça foi reinaugurada.

Levando-se em conta o mencionado anúncio da loja de penhores, por força do costume, muitos

<sup>123</sup> **JORNAL do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 68, n. 194, 14 jul. 1890. Gazetilha, p. 1.

<sup>124</sup> AS PROPOSTAS para as promoções da E.F. Central do Brasil. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano 44, n. 27. P. 6, 1 fev. 1934.

<sup>125</sup> OURO, prata e brilhantes. **Gazeta da Tarde**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 63, 5 mar. 1894. Seção Comercial, p. 2.

<sup>126</sup> CARVALHO, Murilo José de. **A formação das almas**: o imaginário da república do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 68-71.

dos que passavam pela antiga Travessa da Barreira ainda assim continuavam a designá-la, embora se recordassem muito bem do porquê da homenagem. Fora ali que há alguns anos Silva Jardim levou à frente o seu projeto de fazer uma grande conferência, encerrando o ano de 1888. Acabou tendo que enfrentar a Guarda Negra em um dos mais sérios conflitos envolvendo aquela associação. Houve muitos ferimentos e mortes, algumas ocultadas, se levarmos em conta o depoimento de Medeiros e Albuquerque.

Ele vinha de uma rápida escalada política iniciada no ano anterior quando aderiu ao Partido Republicano Santista. Formado em Direito pela Faculdade de São Paulo, tornou-se, em pouco tempo, um dos mais populares propagandistas da República. Se a entrada para os quadros partidários da sigla republicana era recente, seu republicanismo datava de fins de 1870, quando, ainda muito jovem, cursava o preparatório na Corte. Essa informação, constante em suas memórias, pode ser reforçada pelo ingresso no Centro Positivista de São Paulo, em 1882, já que as várias vertentes da doutrina comtista tinham em comum o republicanismo, além do cientificismo. No recolhimento exigido pela Igreja Positivista, Jardim encontrou a justificativa para se retirar de cena. Vinha enfrentando a oposição agressiva de grande parte da Academia que se insurgiu contra sua impiedosa crítica literária.

Ao se afastar do burburinho da vida acadêmica, dedicou-se ao ofício de professor, inicialmente nomeado por influência do amigo liberal Inglês de Souza, por sua vez correligionário político de seu futuro sogro, o conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Estreou nos palcos paulistas como preletor que apresentava à plateia as vantagens da educação segundo os métodos positivistas. Em São Paulo, o jovem bacharel também estivera fazendo parte das lutas contra a escravidão, o que era perfeitamente compatível com a sua militância no grupo que Ângela Alonso denominou de “positivistas abolicionistas”.

Ao deixar o positivismo institucional, que sob a liderança de Miguel Lemos restringira a sua ação como homem público, Jardim conquistou lugar de destaque inicialmente nas tribunas paulistas, estendendo sua campanha ao estado do Rio de Janeiro, porém ainda radicado em São Paulo. Mas o grande sucesso que vinha obtendo o impeliu a transferir-se para a Corte, em setembro de 1888, com o objetivo de facilitar e ampliar a sua campanha pela mudança de regime. Apesar de ter afirmado em suas memórias maior empatia com a ambiência intelectual da capital paulista – que se daria em torno das livrarias e não dos cafês e das ruas como na antiga capital do Império –, logo se reinseriu nos círculos sociais cariocas, frequentando com assiduidade o Café de Londres, transformado então no principal reduto da propaganda republicana.

Na Corte, o tribuno ganhou maior projeção, contribuindo para a criação de muitos novos clubes republicanos na província fluminense e articulando mobilizações e alianças, sobretudo com os antigos senhores de escravos que, após o Treze de Maio, passaram a engrossar as fileiras do Partido Republicano. Rapidamente, a efusiva recepção que havia recebido por parte das lideranças republicanas cariocas foi se transformando em disputas intrapartidárias. Ao mesmo tempo, a aliança com os fazendeiros, sobretudo a

partir da eleição do deputado Antônio Romualdo Monteiro Manso, provocou a oposição de um antigo correligionário, José do Patrocínio, que, no imediato pós-Abolição, empenhara público apoio ao gabinete João Alfredo, integrando grupo formado por outros republicanos dissidentes, na expectativa de ver encampada pela Monarquia as propostas da Confederação Abolicionista para complementar a Lei Aurea, o que estenderia direitos à massa egressa da escravidão.

Patrocínio fez mais que isso. Contribuiu muito para a construção do mito da princesa Isabel como a redentora dos escravos, utilizando, para tanto, as páginas do seu jornal *Cidade do Rio*. Em junho de 1888, foi criada a Guarda Negra com sua anuência, se não participação direta, como chegaram a afirmar narrativas contemporâneas. Da mesma forma, acirrou-se a polêmica entre Jardim e Joaquim Nabuco, muito em função da chamada “questão do juramento”, protagonizada pelo já citado deputado republicano, médico e cafeicultor da Zona da Mata mineira que, em setembro de 1888, negou-se a prestar juramento ao Império e à Igreja Católica.

Na segunda metade de 1888, Jardim cumpriu extenuante agenda, visitando cidades paulistas e fluminenses. Em Paraíba do Sul, na província do Rio de Janeiro, enfrentou pela primeira vez protestos violentos. Na Corte, no entanto, continuava sendo requisitado para falar para plateias distintas, abordando temas de interesse geral, como o abastecimento d'água e as reivindicações da classe comerciária, como a questão do “fechamento das portas”, o que, na avaliação de observadores contemporâneos, conquistou a simpatia dos trabalhadores do setor. Ao levar adiante a ideia de encerrar o ano com uma grande conferência no centro do Rio de Janeiro, enfrentou o que foi considerado o mais grave conflito entre os republicanos e a Guarda Negra. A tarde do 30 de dezembro, na já mencionada Travessa da Barreira, serviria como referência para narrativas futuras e que tentaram tanto escamotear a iminência de novos conflitos como também, em grande parte, destacaram aqueles já ocorridos, superdimensionando a participação de “libertos” como a demonstrar que o País caminhava para a perigosa deflagração de uma “guerra de raças” estimulada pelas próprias autoridades monárquicas.

No primeiro semestre de 1889, Jardim visitou Minas Gerais em duas etapas consecutivas. Na Zona da Mata Sul, os conflitos ocorreram em data bastante próxima à queima de registros cartoriais verificada em pontos diversos, como em Conceição da Boa Vista, no município de Leopoldina. A motivação desses protestos pode ser relacionada ao clima de insegurança vivido pelos egressos da escravidão naqueles primeiros tempos de liberdade. Muito embora os “homens de cor” não formassem um grupo monolítico, como bem se viu por meio do exemplo de Anacleto de Freitas, que no Rio de Janeiro liderou um movimento a favor da República, creio que seja inegável o impacto exercido entre os afrodescendentes pelos temas indenização e implantação de registro civil, ambos percebidos como possibilidade de retorno do cativo.

O aspecto da religiosidade popular talvez tenha também influenciado os amotinamentos, pois a

proposta de laicização do Estado vinha sendo reapropriada de formas diversas, sobretudo pela extensa parcela iletrada e politicamente informada pelas hostes monarquistas. Ainda assim, mesmo tendo em vista as estratégias dos opositores da propaganda, a vitoriosa construção do mito de Isabel, “a Redentora”, e a valorização da Monarquia, sobretudo entre os estratos menos privilegiados e majoritários da população, teve papel determinante nas mobilizações contrapostas à excursão de Silva Jardim.

As pesquisas mais detalhadas com base em fontes referentes ao município de São José de Além Paraíba desvendaram as lacunas existentes no livro *Memórias e Viagens* a respeito da visita de Jardim àquele município, cuja memória histórica elegeu o barão de São Geraldo como um dos maiores apoiadores do tribuno, deixando desconhecida ou minimizando a importância de outros personagens, como Monteiro Manso, que não somente acompanhou Jardim aos locais das programadas conferências, mas lhe hospedou em sua própria casa.

Da mesma forma, foi possível desvendar a ação de personagens como o liberal Francisco Brício, que, em função de sua antiga ação abolicionista, teria prestígio suficiente entre os ex-escravizados para impedir que os ataques a Silva Jardim fossem levados a cabo. Foi possível também a construção de um hipotético perfil da população do município para o ano de 1889. Nomes, idades e profissões, entre os ex-escravizados, foram surgindo a partir da análise de quatro inventários. Assim como os números, as especializações dos trabalhadores estrangeiros puderam também ser esboçadas, ao lado de informações gerais sobre os trabalhadores nacionais. Algumas narrativas apontavam a participação desses agentes nos conflitos, que teriam sido protagonizados por uma guarda, não negra, mas multicolor, formada por milhares de pessoas.

Em Angustura, Jardim provavelmente deparou-se com homens e mulheres que tinham suas vidas ligadas ao universo rural. Muitas dessas pessoas em seu tempo de escravidão adquiriam competências específicas: músicos, costureiras, ferreiros, tropeiros. Outras, vindas de outros países, mesclavam-se à população da terra em busca de novas oportunidades, depois de enfrentarem adversidades, como as reveladas pelo episódio das fugas dos imigrantes espanhóis da Fazenda da Babilônia. Na cidade de São José de Além Paraíba, a pujança comercial em decorrência de seus importantes entroncamentos férreos reunia trabalhadores e trabalhadoras ligadas a atividades das mais variadas. Entre as nacionais, eram muitas lavadeiras, engomadeiras e costureiras. Os estrangeiros ocupavam os balcões dos comércios e as oficinas de sapato. Em todo o município, expressiva parcela egressa da escravidão disputava espaços e direitos diante da persistência da lógica do cativo, por parte dos antigos senhores, apesar da vigência da liberdade. Tempos de delirante alegria, seguida de insegurança e desafios.

Na Quaresma de 1889, o jovem bacharel chegara da Corte à Zona da Mata mineira falando em mudança de regime, no ápice de sua disputa com um dos patronos da Guarda Negra criada na Corte para defender o reinado de “A Redentora”. Mais tarde, valendo-se da benevolência permitida pela distância

temporal de quem constrói a própria memória, Jardim pôde reconhecer o mérito de José do Patrocínio, seu antigo adversário, com quem trocara palavras nada amistosas. Fora o principal nome do abolicionismo brasileiro, asseverou em suas memórias. Reaproximou-se do antigo correligionário após o Quinze de Novembro, consumada a questão que os separava na tribuna e na imprensa: a chegada da República, em grande parte favorecida pelo apoio da lavoura descontente. Ao lado do “general da liberdade” (JARDIM, 1891b, p. 368), tratava de erguer o seu próprio nome, que, como sempre ressaltava, constava nas paredes do Quilombo do Jabaquara.

Se não se dedicou mais à ação direta, conforme gostaria, foi porque a sua profissão e outras circunstâncias não permitiram. Assim, não reivindicava o lugar entre os principais abolicionistas, mas disputava o posto de “soldado raso dessa causa” (JARDIM, 1891b, p. 368). Nem esse posto, no entanto, fora reconhecido pelas plateias hostis, não só no interior do Rio de Janeiro, mas em Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Desgastado por uma campanha conturbada e cansativa, derrotado nas eleições e isolado politicamente, Silva Jardim seguiu creditando ao seu próprio potencial um papel de destaque na política brasileira, até que foi surpreendido pelo Quinze de Novembro, ou simplesmente lhe assistiu, já alijado das negociações, como sugeriu José Beviláqua. Em jogo, sua fama de radical e sanguinário, que serviu ao mesmo tempo para sua projeção e queda, já que foi inicialmente valorizada e depois habilmente condenada por seus adversários dentro do próprio Partido Republicano.

Veio então o autoexílio na Europa e em torno da abrupta morte, em julho de 1891, surgiram especulações logo refutadas pela publicação daquela que teria sido a “última carta”. Não havia se suicidado. O teor da missava mostrava que o ânimo do tribuno estava em franca recuperação. Não havia saído da cena política, embora não descartasse essa possibilidade, afastando tendências de radicalização, aconselhando prudência e comedimento aos amigos e cuidando da sua vida profissional como a garantir alternativas exitosas para seu futuro. Tampouco partiu ciente de que precisava cumprir um forçoso ostracismo para voltar com forças redobradas à cena política. Foi construindo a possibilidade do retorno à medida que se correspondia com seus correligionários e tratava contatos com potencias aliados.

Os registros deixados pelas suas últimas missivas, propondo ainda alianças com conhecidas personagens conservadoras da política brasileira, ligadas à lavoura, em grande parte, reforçam o que ao longo da tese buscou-se evidenciar: a fácil articulação de Jardim com a elite rural. Ao contrário, sua relação com ativistas republicanos – fossem os chamados históricos, fossem aqueles mais ligados especialmente ao positivismo – embora próxima, foi também sempre tensa. Ao estender sua campanha a Minas Gerais, especialmente à Mata mineira, buscava se unir a homens como Cesário Alvim, representantes da aristocracia rural do Império. Soube como ninguém instrumentalizar as simbologias do jacobinismo francês, mas manteve ativismo político paradoxal, aliando-se às oligarquias imperiais, o que talvez fundamente mais sua possível aproximação ao modelo de República do presidente Campos Salles do que

ao desencanto republicano que a ele se opôs, a partir dos anos 20 do século passado, como aventou Maria Fernandes Lombardi Fernandes.<sup>127</sup>

Voltando à sua trajetória como propagandista, núcleo desta tese, é preciso marcar que Jardim talvez não esperasse encontrar em seus percursos, muitos deles interioranos, desafetos tão resolutos em defender o Terceiro Reinado. A força alcançada pelo imaginário da “princesa redentora” fora da capital do Império surpreendeu. O tribuno e seus correligionários lidaram com os protestos que marcaram sua campanha testando estratégias, práticas e discursivas, no calor do momento. Ao final, prevaleceu na construção da memória republicana não só a racialização dos conflitos, esvaziando a conotação política das inúmeras mobilizações enfrentadas pelo propagandista, mas a tese da manipulação dos libertos pelas hostes monarquistas.

Talvez por conta da oposição inesperada dos isabelistas, em grande parte homens e mulheres de cor, Jardim tenha mantido certa hesitação quanto aqueles que, conforme acreditava, deveriam ser gratos ao seu sempre lembrado e valorizado ativismo abolicionista. Tomando-os como subalternos, incapazes de compreender os ideais republicanos, revelou em vários momentos um pensamento excludente, hierárquico. Outras vezes, como no primeiro aniversário da Lei Áurea, demonstrou que se alinhava às propostas mais avançadas, como a de André Rebouças, defendendo para os libertos garantias como acesso à terra e educação.

Iniciei esta tese falando de um antepassado que teria presenciado os amotinamentos contra Jardim: meu bisavô Manoel Zeferino de Paula Lopes. Termine-a evocando a memória de outra desconhecida figura familiar nascida no século XIX. Ela teria arrebatado o coração de Juca Machado, comerciante de muares e assim chamado como forma de ser diferenciado do pai, proprietário de terras e de gente radicado em terras do município de Cantagalo<sup>128</sup>.

Quase nada se sabe ao certo sobre o passado de Isabel Senhorinha de Jesus. Seu único retrato comprova a afrodescendência. Era filha ou neta de liberta, não se sabe ao certo, origem difusa, mas distanciada da escravidão, como convinha àqueles tempos de precária liberdade. Os mais velhos dos oito filhos lembravam-se de seus dotes para a alfaiataria, resultado de sua estada em um convento, onde teria sido criada após ter ficado órfã. Enfrentou a viuvez precoce inicialmente tocando a lavoura do pequeno sítio que por herança coubera a seus filhos.

Anos depois, casadas as filhas mais velhas, já trabalhando os filhos adultos, teria partido com a

---

<sup>127</sup> FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A esperança e o desencanto**: Silva Jardim e a República. São Paulo: Humanitas, 2008, p. 253.

<sup>128</sup> José de Souza Soares Machado Filho era o único herdeiro varão do meu trisavô materno, que em 1871 assinou uma representação contra o projeto do Ventre Livre, entre outros muitos fazendeiros interessados na conservação “da grande propriedade agrícola”. REPRESENTAÇÃO dos lavradores do município de Cantagalo. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, ano 54, n. 207, 28 jul. 1871. Publicações a Pedido, p. 2.

prole de menor idade para o Rio de Janeiro, onde morreu, por volta dos 50 anos, por ocasião da “Revolução de 1930”, evento que de outras formas teria marcado a família, pois o filho mais velho, Lauro Machado, participara ativamente dos conflitos travados ao lado das forças resistentes, tendo que fugir para o Espírito Santo, não podendo sequer comparecer ao sepultamento da mãe. Ele veio ao mundo em 1899, o que indica que sua mãe pode ter nascido entre o final da década de 1870 e a primeira metade da década de 1880. Teria sido assim batizada, repetiam os filhos, em homenagem à princesa que assinaria a Lei Áurea. Naturalmente, não tomo como fonte as conjecturações sobre minha bisavó, mas opto por encerrar com elas este trabalho, de resto baseado sim em fontes concretas, mas também em vários indícios que embora não comprovados deixam entrever as muitas histórias não contadas das possibilidades.

Figura 19 – Isabel Senhorinha de Jesus, conforme a memória familiar, filha de alforriada.



Fonte: Arquivo Familiar.



## 7 REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. **O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.
- ADDUCI, Cássia Chrispiniano. Para um aprofundamento historiográfico: discutindo o separatismo paulista de 1887. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, n. 38, pp. 101-124. 1999.
- AIRAGHI, Paulo Vitor Sauerbronn. **José Leão Ferreira Souto e a construção da identidade potiguar na transição do século XIX para o século XX**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O Jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. O que pode haver em comum entre navahistas, capangas e secretas? Rui Barbosa e outros sujeitos no tabuleiro da política do pós-abolição. In: MACHADO, Maria Helena P. T.; CASTILHO, Celso Thomas. (Org.). **Tornando-se Livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição**. São Paulo: Edusp, 2015.
- ALONSO, Ângela. De positivismo e de positivistas: interpretações do positivismo brasileiro. **Boletim Informativo de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 42, 2º semestre 1996.
- ALONSO, Ângela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALVIM, Francisco. **Poemas: 1968 - 2000**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- ANDRADE, V.F.S. **Os sertões de São Paulo do Muriahé: terra, riqueza e família na zona da mata mineira: 1846-1888**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Seropédica, 2011.
- ANTUNES, Livia Lauro de. **Sob a guarda negra: Abolição, raça e cidadania no imediato pós-abolição**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Antirracismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça, racismo**. 2. ed. São Paulo: ANNABLUME Editora, 2007.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987.
- AZZI, Riolando. **A concepção da ordem social segundo o positivismo ortodoxo brasileiro**. São Paulo: Edições Loyola, 1980.
- BALABAN, Marcelo. **Poeta do Lápis: sátira e política na trajetória de Ângelo Agostini no Brasil Imperial. (1864-1888)**. Campinas, SP: Editora Da Unicamp, 2009.
- BANDECCHI, Brasil. **A Bucha, a Maçonaria e o espírito liberal**. 3 ed. São Paulo: Parma, 1982.

BARATA, Alexandre Mansur. Os maçons e o movimento republicano, (1870-1910). **Revista Locus**. Juiz de Fora, v.1, n.1, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/>

BARBOSA, Francisco Assis de. (Org.). **João Pinheiro**: documentário sobre a sua vida. Belo Horizonte: APM, 1966.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2017.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2007.

BARBOSA, Silvana Mota **República das letras: discursos republicanos na província de São Paulo (1870-1889)**. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: UNICAMP. 1995.

BARROSO, Gustavo. **História Secreta do Brasil**. Porto Alegre: Revisão, 1990.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BOEHRER, George. **Da Monarquia à República**: história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1954.

BORGES, Vavy Pacheco. O “eu” e o “outro” na relação biográfica: algumas reflexões. In: NAXARA, M., MARSON, I.; BREPOHL, M. (org.). **Figurações do outro**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.

CARULA, Karoline. A educação feminina em A mãe de família. In: CARULA, Karoline; ENGEL, Magali Gouveia; CORRÊA, Maria Leticia. (Org.). **Os intelectuais e a nação**: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

CARULA, Karoline. A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX. **Revista Estudos Femininos**. Florianópolis, v. 24, n. 1, pp. 261-279, jan.-abr. 2016.

CARULA, Karoline. As conferências populares da Glória e a difusão da ciência. **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 6, nov. 2007.

CARULA, Karoline. **Darwinismo, raça e gênero**: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889). 2012. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da república do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1999b.

CARVALHO, José Murilo de.. In: História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, pp. 123-152, jan. 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3. ed. São Paulo: Cia das letras, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados:** escritos de história e política. 1. ed. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999a.

CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo. Brasil, 1870-1891. **Varia História**. Belo Horizonte, v. 27, n. 45, jan./jun. 2011.

CASTRO, Sertônio de. **A República que a revolução destruiu**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1932.

CHALHOUB, Sidney. **A Força da escravidão:** ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney **Cidade febril:** cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 4ª reimpressão, 1996.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**, n. 19, pp. 33-62, 2º s., 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas de escravidão na Corte. 1989. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia:** a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

CHARTIER, Roger. (Org.) **Práticas de leitura**. Tradução de Cristiane Nascimento. São Paulo: Ed. Liberdade, 1996.

COSER, Ivo. O debate entre centralizadores e federalistas no século XIX: a trama dos conceitos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 76, jun. 2011, pp. 191-227.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República:** momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 1998.

COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles**. O Exército, a guerra do Paraguai e a crise do império. São Paulo: HUVITEC, Ed. da UNICAMP, 1996.

COTA, Luiz Gustavo Santos. **Ave, libertas:** abolicionismos e luta pela liberdade em Minas Gerais na última década da escravidão. 2013. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

DAIBERT JUNIOR. Robert. **Isabel, a “Redentora” dos escravos**. Bauru: EDUSC, 2004.

DOMINGUES, Petrônio. Cidadania levada a sério: os republicanos de cor no Brasil. In: **Políticas da Raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. (Org.). São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888- 1930). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 67, jan. 2014.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Esboço biográfico de Júlio de Castilhos. In: AXT, Gunter. *et.al.* **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2012.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República**. São Paulo: Humanitas, 2008.

FERNANDES, Mauro Luiz Senra. **Quem não conhece a História, corre o risco de repeti-la: um blog**. Além Paraíba – Mauro Senra. Juiz de Fora: Gráfica Real, 2012.

FERREIRA, Moraes Moraes de. (Coord.); KORNIS, Mônica Almeida. et al. **A República na velha província: Oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1898.

FITTIPALDI, Marta Lúcia Lopes. O deputado “sem juramento”: a efêmera celebridade de Monteiro Manso e sua participação na propaganda republicana – 1888-1889 Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos. **Anais...** Volume 2, 2018, II Encontro de Pós-Graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos, Juiz de Fora.

Disponível em: [https://www.seo.org.br/download/download?ID\\_DOWNLOAD=93](https://www.seo.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=93). Acesso em: 12 set. 2019.

FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na zona da mata mineira oitocentista**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

GALDAMES, Francisco Javier Muller. **Entre a cruz e a Coroa: a trajetória de Mons. Pizarro (1753-1830)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2007.

GATO, Matheus. **Massacre dos libertos: sobre raça e república no Brasil (1888-1889)**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020.

GOMES, Flávio dos Santos. No meio das águas turvas, racismo e cidadania no alvorecer da república: a Guarda Negra na Corte – 1888-1889. **Estudos Afro-asiáticos**, n. 21, 1991.

GUIMARAES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora-MG, 1828-1928)**. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.

GUZZO, Maria Auxiliadora Dias. **Silva Jardim**. São Paulo: Editora Ícone, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARDMAN, Francisco Foot. Silva Jardim: a República e o vulcão. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 12, n. 34, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O manifesto de 1870. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, t. 2, v. 7, 1972.

JARDIM, Antônio da Silva. Aos meus concidadãos. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 281, 8 out. 1890d, Publicações a pedido.

JARDIM, Antônio da Silva. A última carta. **O País**. Rio de Janeiro, ano 7, n. 3359, 7 jul. 1891d. Noticiário.

JARDIM, Antônio da Silva. **O Brasil**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 347, 31 jan. 1891a. Noticiário.

JARDIM, Antônio da Silva. Um documento inédito interessante. Carta de Silva Jardim dirigida a Sampaio Ferraz. **A Imprensa**. Rio de Janeiro, ano 8, n. 1425, p. 2, 16 nov. 1911.

JARDIM, Antônio da Silva. Tiradentes. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 113, p. 1, 23 abr. 1890c.

JOSÉ, Oíliam. **A propaganda republicana em Minas**. Belo Horizonte [s.n.], 1921.

KRAAY, Hendrik. Reis negros, cabanos, e a Guarda Negra. Reflexões sobre o monarquismo popular no Brasil oitocentista. **Varia Historia**. Belo Horizonte, vol. 35, n. 67, p. 141-175, jan/abr 2019.

LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira**. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.

LIMA, Heitor Ferreira. **Perfil político de Silva Jardim**. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

LIMA, Lúcia Mendonça. Quebra-quilos: uma revolta popular na periferia do Império. In: DANTAS, Mônica Duarte. **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011.

LIMA, Nominato José de Souza. Questão de limites entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. In: RAPM: **Imprensa oficial de Minas Gerais**: Belo Horizonte, v. 8, f. 1,2, , jan./jun. 1903.

LOBO, Hélio. **Um varão da República: Fernando Lobo – a proclamação do regime em Minas, sua consolidação no Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. O dia de amanhã: a República nas páginas do periódico ilustrado O Mequetrefe, 1875-1889. **Revista de História**, São Paulo, v.30, n.2, ago./dez 2011.

LORIGA, Sabrina. **O pequeno X: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011 (Coleção História e Historiografia.).

LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. **O império dos Souza Breves nos oitocentos: política e**

escravidão nas trajetórias dos comendadores José e Joaquim de Souza Breves. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MACHADO, Humberto Fernandes. Abolição e cidadania: a Guarda Negra da Redentora no Rio de Janeiro. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica do Rio de Janeiro**, v. 5, n. 3, setembro-dezembro, 2013.

MACHADO, Humberto Fernandes **Palavras e Brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro**. Niterói: Editora da UFF, 2014.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **O império em chinelos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

MARSON, Adalberto. **A ideologia nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1979.

MARSON, Izabel Andrada. História, Escravidão e Liberdade na argumentação política e historiográfica de Joaquim Nabuco. In: Simpósio... ANPUH, **Anais...** São Paulo. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12503799/historia-e-liberdade-na-argumentacao-de-joaquim-anpuh-sp>. Acesso em 12 set. 2019

MARSON, Izabel Andrada. **Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão**. Uberlândia: EDUFU, 2008.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte do governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista: Brasil século XIX**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2013.

MATTOS, Hebe. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2 ed., 2000.

MELO FRANCO, Afonso Arino de. **Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955. (Coleção Documentos Brasileiros, v. 1).

MELLO, Evaldo Cabral. **A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Editora 34, 2004.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade Republicana. **Revista Tempo**, Niterói, v. 13, n. 26, set. 2008.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida: cultura democrática e científica no final do Império**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A República e o sonho. **Varia História**. Belo Horizonte, v. 27, n. 45, jan./jun. 2011.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. República versus Monarquia: a consciência histórica da década de 1880. **História Unisinos**, v. 4, n. 1, 2010.

MENDONÇA, Lúcio de. **A Caminho: propaganda republicana**. Rio de Janeiro: Editores Laemmert & C., 1903.

MENEZES, Roni Cleber Dias de. **A Constituição de uma sociabilidade republicana paulista nos tempos da propaganda**. (1876-1885). São Paulo: FEUSP, 2018.

MIRANDA, Clícea Maria Augusto de. Memórias e histórias da Guarda negra: verso e reverso de uma combativa organização de libertos. In: MACHADO, Maria Helena P. T; CASTILHO, Celso Thomas. (Org.). **Tornando-se Livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição**. São Paulo: Edusp, 2015.

MORAES, Evaristo de. **Reminiscências de um Rábula Criminalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Briguiet, vol. 1, 1989.

MORAES, Evaristo de. **Da Monarquia para a República**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

MORAES, Renata Figueiredo. A Abolição no Brasil além do Parlamento: as festas de maio de 1888, In: MACHADO, Maria Helena P. T; CASTILHO, Celso Thomas. (Org.). **Tornando-se Livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição**. São Paulo: Edusp, 2015.

MOURA, Antônio de Paiva. A propaganda: o debate e a propaganda republicana na imprensa oficial de Minas Gerais. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 38, 193-248, 1990.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

OLIVEIRA, Fábio Augusto Machado Soares de. **“Imperatriz” versus “Tiradentes”**: “fazer urbano”, abolicionismo e republicanismo na municipalidade de juiz de fora (1881 – 1889). 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

PASQUIM, Franciele Ruiz. Antônio da Silva Jardim (1860-1891) na história do ensino de leitura e escrita no Brasil. In: MORTATTI, Maria Rosário Longo. *et al.*, (Org) **Sujeitos da história do ensino de leitura e escrita no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

PEREIRA, Matheus Serva. **Uma viagem possível: da escravidão à cidadania**. Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração dos ex-escravos no Brasil. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Clube Republicano dos homens de cor: uma face da participação política negra no pós-abolição (1889-1893). In: Simpósio Nacional de História, 2013, Natal, **Anais...** 2013.

Disponível em:

[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364834113\\_ARQUIVO\\_Anpuh2013-Artigo\\_Versaopreliminar\\_.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364834113_ARQUIVO_Anpuh2013-Artigo_Versaopreliminar_.pdf). Acesso em: 12 jul. 2019.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX**. 2014. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2014.

PIRES, Antônio Olinto dos Santos. A ideia republicana em Minas Gerais: sua evolução, organização definitiva do partido republicano. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 21, f. 1, 1927.

PIRES, João Ricardo Ferreira. **Notas de um Diário de Viagem a Minas Gerais**: política e ciência na escrita viajante do Imperador D. Pedro II (1881). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, pp. 3-15, 1989.

PRADO, Maria Emília. **Memorial das Desigualdades**. Os impasses da cidadania no Brasil. (1870-1902). Rio de Janeiro: Revan – Faperj, 2005.

PRIORE, Mary del. **O castelo de papel**: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil e Gastão de Orleans, conde d'Eu. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

QUEIROZ, Eça de. **O primo Basílio**. São Paulo: Klick Editora, 1997.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Paixão e morte de Silva Jardim**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1967.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Uma garganta de alguns níqueis**: história de Silva Jardim, o herói da propaganda republicana. Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1947.

QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro. Humor e política nas caricaturas de Aluísio Azevedo. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 18, maio/ago. 2016.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas Recordações** – 1823-1893. Belo Horizonte, MG. Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1944.

RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. **Uma América em São Paulo**: a maçonaria e o partido republicano paulista (1868-1889). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, São Paulo, 2011.

RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. **Ação e pensamento em Silva Jardim**. Campinas: PUC, 1987.  
SALES, C. Da propaganda à presidência. Brasília: Senado Federal, 1998.

RODRIGUEZ, Ricardo Velez. **A propaganda republicana**. Rio de Janeiro: Editora Central da UGF, 1994.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Ele está no meio de nós: a Santa Sé e sua tentativa de autoridade no Brasil Imperial. XVIII Encontro Regional (ANPUH MG) 24 a 27 jul. 2012, Mariana. **ANAIS DO XVIII ENCONTRO REGIONAL ANPUH-MG**. Disponível em:  
[http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340203778\\_ARQUIVO\\_Elaestanomeiode nos.pdf](http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340203778_ARQUIVO_Elaestanomeiode nos.pdf). Acesso em: 20 fev. 2020

SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. Na rua, nos jornais e na tribuna: a confederação abolicionista do Rio de Janeiro, antes e depois da abolição. In: MACHADO, Maria Helena P. T; CASTILHO, Celso



Thomas. (Org.). **Tornando-se Livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição**. São Paulo: Edusp, 2015.

SANTOS FILHO, João Dornas dos. **Silva Jardim**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Um passeio em dias de tormentas: a viagem do Conde D’eu às províncias do antigo Norte do Brasil. **História**, São Paulo, v. 36, 2017.

SARAIVA, Luiz Fernando. **O Império das Minas Gerais: Café e Poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893**. Tese (Doutorado em História) – Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Uma reflexão sobre o gênero biográfico: a Trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana (1868 – 1945)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SILVA, Eduardo (Org.). **Ideias políticas de Quintino Bocaiuva: cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados**. Ministério da Cultura. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1986, vol. I.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. Amélia Beviláqua que era mulher de verdade: a memória construída da esposa de Clóvis Beviláqua. **Revista Internacional Interdisciplinar**. v. 11, n. 2, 161, jul./dez. 2014.

SILVEIRA, José Mauro Pires. **História e memória no sul da Mata mineira: 1872-1898**. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda., 2005.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. **O império das republicas**. Projetos políticos republicanos no Espírito Santo (1870-1908). 2016. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2016.

SLENES, Robert Wayne. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Mozart Pereira. **O Positivismo no Brasil: 200 anos de August Comte**. Porto Alegre: AGE Ed, UFRGS, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (org.). **História e memórias da educação no Brasil – vol. III - século XX**. Petrópolis: Vozes, 2005.

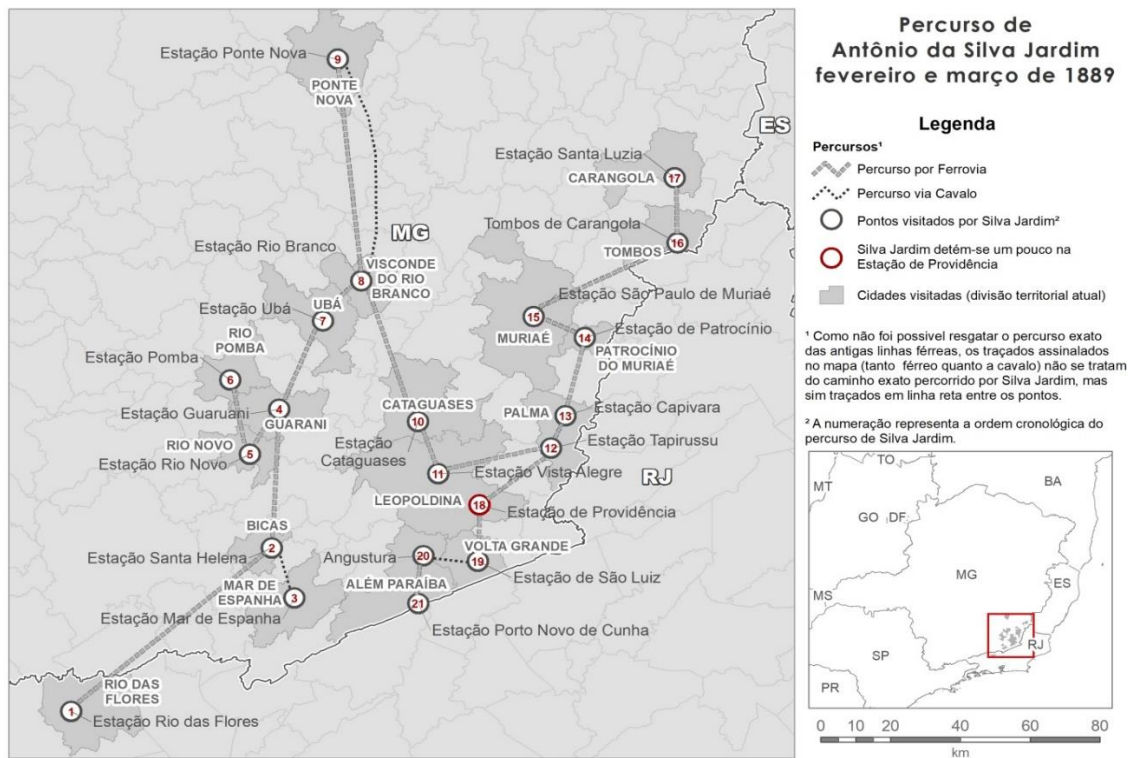
TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993. v.1.

VIDAL, João Baptista Vieira. **Madre de Deus de Angustura – 100 anos**. Juiz de Fora: Esdeva, 1986.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n.15. 1995, pp. 39-56.

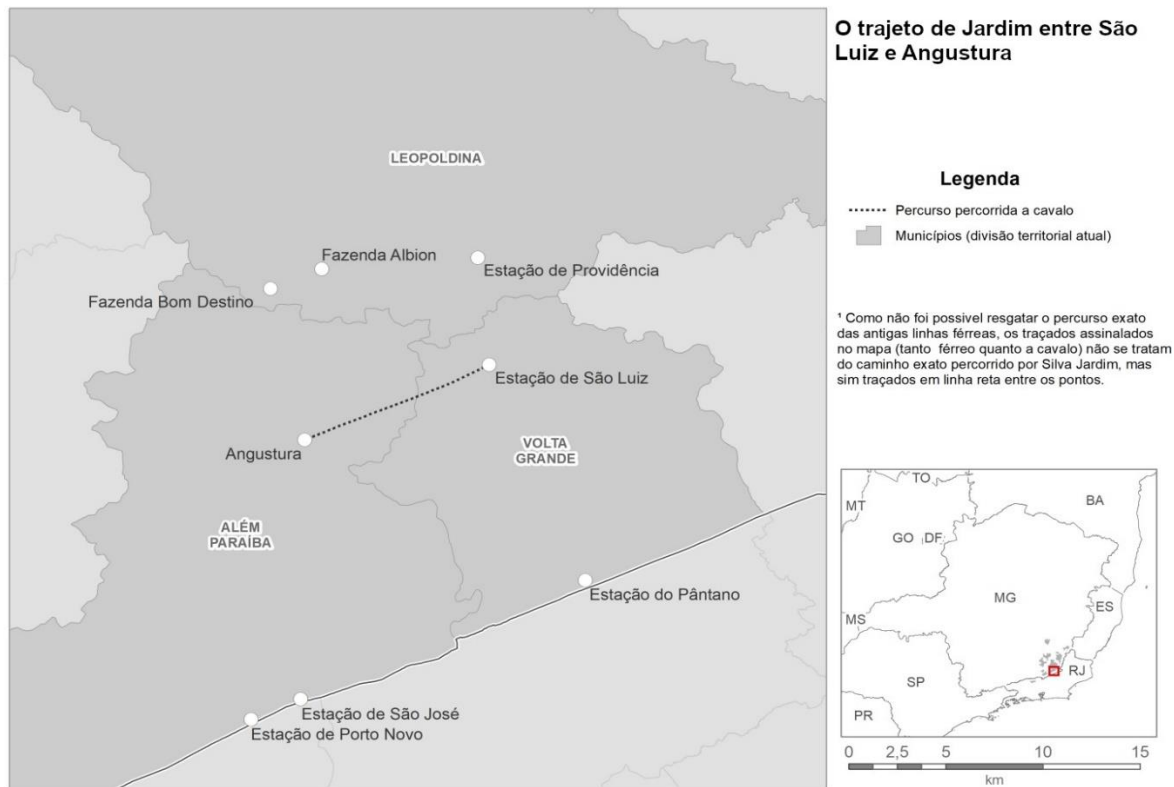
VITAL, Lopes Dievani. A Retórica da Revolução para além do Manifesto do Centro e do programa do Clube Radical: Saldanha Marinho em o Rei e o Partido Liberal. (1869). **ANAIS da XIV Semana de História Política: Res-publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira/ XI Seminário Nacional de História Política, Cultural e Sociedade**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

## ANEXO A – Percurso de Antônio da Silva Jardim: fevereiro e março de 1889



Fonte: OLIVEIRA, Victor Ricardini Fernandes de. **Percurso de Antônio da Silva Jardim: fevereiro e março de 1889**. São Paulo: Ciências em mapas, 2020.

## ANEXO B – Da Estação de São Luiz a Angustura.



Fonte: Victor Ricardini Fernandes de. **Da Estação de São Luiz a Angustura**. São Paulo: Ciências em mapas, 2020.

### ANEXO C - Fontes Manuscritas

ARQUIVO PERMANENTE – COARP – TJMG. Inventário *post mortem* de Antônio Carlos Teixeira Leite. Juízo dos Órfãos. Termo Leopoldina, 1877.

ARQUIVO PERMANENTE – COARP – TJMG. Inventário *post mortem* de Custódio Teixeira Leite. Termo de São José de Além Paraíba, 1883.

ARQUIVO PERMANENTE – COARP – TJMG. Inventário *post mortem* de José Maria Manso da Costa Reis. Juízo dos Órfãos. Termo Leopoldina, 1883.

ARQUIVO PERMANENTE – COARP – TJMG. Inventário *post mortem* de Umbelina Teixeira Leite. Juízo dos Órfãos. Termo de Leopoldina, 1874.

CHAILLOU, Amellot de. [**Correspondence Politiques Brésil**]. Destinataire: René Goblet. Petrópolis: Legation de France au Brésil. 09 jan. 1 lettre. Tome 53. (Tradutor: Dievani Lopes Vital).

CLUBE REPUBLICANO DE ANGUSTURA. **Atas**. Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte. CO L. AP M 004, 1888 - 1889.

JARDIM, Antônio da Silva. [**Bilhete a Lopes Trovão enviando notícias**]. Destinatário: Lopes Trovão, Caxambu, 18 abr. 1889. Biblioteca Nacional. 1 bilhete manuscrito.

JARDIM, Antônio da Silva. [**Correspondência**]. Destinatário: Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 13 jan. 1890a. Arquivo Fundação Casa de Rui Barbosa. Série Ministério da Fazenda, pasta 63. Urgente.

JARDIM, Antônio da Silva. [**Correspondência**]. Destinatário: Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 28 abr. 1890b. Arquivo Fundação Casa de Rui Barbosa. Série Ministério da Fazenda, pasta 63.

REUNIÃO DE LAVRADORES DA FREGUESIA D' ANGUSTURA. **Ata**. 1887. Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte.

#### ANEXO D - Fontes Impressas

ALBUQUERQUE, José Joaquim Costa Medeiros. **Quando eu era vivo**. Memórias, 1867-1934. Porto Alegre: Globo, 1942.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão Alencar de. **Obra crítica de Araripe Junior, 1895- 1900**, V. III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Casa de Rui Barbosa, 1963.

FREITAS, Anacleto de. **À memória de Silva Jardim**; duas datas célebres, 30 de dezembro de 1888, 1º de janeiro de 1889. Rio de Janeiro: José Alves, 1892.

HORÁCIO, João. (Pseudônimo) **Carta do Rio**. Arquivo Fundação Casa de Rui Barbosa. Obras raras. Seleta de Recortes, 1890.

JARDIM, Antônio da Silva. **[Carta a Alberto Torres]**. Destinatário: Alberto Torres. Paris, 31 mar. 1891c. In: Propaganda Republicana – 1888-1889: Discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978.

JARDIM, Antônio da Silva. **[Correspondência]**. Destinatário: Clóvis Beviláqua, São Paulo, [1880?]. In: Cartas de Silva Jardim a Clovis Beviláqua: lembrança de 4 de outubro de 1936. Rio de Janeiro: Gráfica Apolo, 1936. Duas cartas. Arquivo da Biblioteca Nacional.

JARDIM, Antônio da Silva; MAGALHÃES, Valentim. **Ideias de moço**. São Paulo: Tipografia Comercial, 1878.

JARDIM, Antônio da Silva. **Memórias e viagens**: campanha de um propagandista. Lisboa: Tip. da Cia Nacional Editora, 1891b.

JARDIM, Antônio da Silva. **Propaganda Republicana – 1888-1889**: Discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978.

LEÃO, José. **Silva Jardim**: apontamentos para a biografia do ilustre propagandista, hauridos nas informações paternas e dados particulares e oficiais. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

MARINHO, Joaquim Saldanha. **[Correspondência]**. Destinatário: Francisco Glicério. Rio de Janeiro. 31 out. 1888. Carta muito reservada. In: JARDIM, A.S. In: Propaganda Republicana – 1888-1889: Discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978.

MARINHO, Joaquim Saldanha. **[Correspondência]**. Destinatário: João Pinheiro. Rio de Janeiro, 21 fev. 1889. Carta Reservada. In: JARDIM, A.S. In: Propaganda Republicana – 1888-1889: Discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978.

**ANEXO E - Periódicos**

A AÇÃO do governo. **Novidades**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 152, p. 1, 17 jul. 1888.

A ATUALIDADE. Outro Preto, ano 3, n. 4, 10 jan. 1880. Anúncios.

A ATUALIDADE. Ouro Preto, ano 4, n. 11, 1 fev. 1881. Assembleia Legislativa Provincial.

A ATUALIDADE. Ouro Preto, ano 4, n. 152, 14 dez. 1881. Anúncios.

A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, ano 24, n. 176, 27 de jul. 1907, Registro Mortuário.

A FESTA Republicana em Angustura. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 92, 23 mar. 1889, Publicações a Pedido.

A GUARDA Negra. **Diário de Minas**. Juiz de Fora, ano 1, n. 297, p. 1, 25 abr. 1889.

A INTRIGA. **Cidade do Rio**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 13, p. 1, 16 jan. 1889.

A MONARQUIA e a República. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 1306, p. 1, 9 jan. 1889.

A POLÍTICA em 1889. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 3, p. 1, 3 jan. 1890.

A PROVÍNCIA de Minas. Ouro Preto, ano 1, n. 15, 9 out. 1880. Crônica Política.

A PROVÍNCIA de São Paulo. São Paulo, ano 8, n. 2.225, 17 ago. 1882. Seção Livre.

A QUESTÃO da Rua Silva Jardim. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 67, n. 211, 18 set. 1891. Revista Diária.

A QUESTÃO das águas. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 4, n. 1238, 2 nov. 1888. Publicações.

A REPÚBLICA. Curitiba, ano 3, n. 39, 25 out. 1888, Movimento Republicano.

A TAL propaganda. **Cidade do Rio**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 66, 22 mar. 1889. Informações.

A TESOURARIA da fazenda. **A Província de São Paulo**. São Paulo, ano 2, n. 54, 27 mar. 1886. Seção Livre.

A VINGANÇA. **Cidade do Rio**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 120, p. 1, 26 maio 1889.

ACEFALIA governamental. **Novidades**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 268, 14 dez. 1889. Pela República.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, n. 42, 1885.

ALMANAQUE DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 1889. São José de Além Paraíba, suplemento

especial, 1888.

ALMEIDA, Clarindo de. Guarda Negra. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 364, 30 dez. 1888, Publicações a pedido.

ALVIM, Francisco. **Poemas**: 1968–2000. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

AMABILE. **Novidades**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 57, 13 ago. 1887. Anúncios, p. 4.

AMENO, J.M. Angustura. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 131, Rio de Janeiro, 11 maio 1889. Publicações a Pedido.

**ANAIS DA CÂMARA DE DEPUTADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro, p. 210, 4 jul. 1889.

**ANAIS da Câmara de Deputados do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 22 jun. 1892.

AO acadêmico Silva Jardim. **Correio Paulistano**. São Paulo, ano 27, n. 7018, 18 abr. 1880. Seção Livre.

AO CHEFE do estado. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 61, 02 mar. 1889. Publicações a Pedido.

AO GOVERNO Imperial. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 63, n. 83, 23 mar. 1884. Publicações a pedido.

**ARAUTO DE MINAS**. São João del-Rei, ano 13, n. 31, p. 1, 31 jan. 1889.

**ARAUTO DE MINAS**. São João del-Rei, ano 13, n. 5, 28 abr. 1889, Arauto de Minas.

AS CHAPAS. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 220, 08 ago. 1890.

AS CONFERÊNCIAS do mascate. **Cidade do Rio**. Rio de Janeiro, n. 70, ano 3, p. 2, 28 mar. 1889.

AS PROPOSTAS para as promoções da E.F. Central do Brasil. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano 44, n. 27, p. 6, 1 fev. 1934.

ASSIS Brasil. **O Mequetrefe**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 478, p. 3, maio 1889.

ASSOCIAÇÃO Promotora de Imigração em Minas. **Diário de Minas**. Juiz de Fora, ano 1, n. 25, 25 jul. 1888. Indicador da Província.

AUTORIDADES policiais. **A Província de Minas**: Órgão do partido conservador. Ouro Preto, ano 9, n. 582, 8 maio 1889, Gazetilha.

BARBOSA, R. A Coroa e a guerra de raças. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 1.410, 24 abr. 1889.

BELA imigração. **A Imigração**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 51, dez. 1888. Imigração na Província do Rio de Janeiro.



BENDENGÓ. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 57, 26 fev. 1889, Publicações a pedido.

BOLETIM eleitoral. **A Cidade**. Ouro Preto, ano 1, n. 18, 18 fev. 1902, 1902. Partido Republicano Mineiro.

**BRASIL. MINISTÉRIO DO IMPÉRIO**: Relatório da Repartição dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, p. 10, março de 1881.

BUGRES! **A Província**. Órgão do Partido Liberal. Recife, ano 14, n. 215, p. 2, 26 set. 1891.

CÂMARA dos deputados. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 17, n. 191, 11 jul. 1891. Diário das Câmaras.

CANDIDATOS. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 256, p. 1, 13 set. 1890.

CAPITAL Federal. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 251, 8 set. 1890, Publicações a pedido.

CAPITALISTAS. **Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, ano 22, 1865. Capitalistas e Proprietários de Prédios.

CAPIVARA, 7. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 66, 8 mar. 1889. Telegramas.

CASTIGOS Bárbaros. **O Além Paraíba**. São José de Além Paraíba, 24 jan. 1886, Gazetilha.

CATAGUASES. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 63, 4 mar. 1889, Telegramas.

**CIDADE do Rio**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 124, 5 jan. 1888. Distrações.

**CIDADE do Rio**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 149, 6 jul. 1888, Proscênios e salões.

**CIDADE do Rio**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 35, p. 1, p. 2, 12 fev. 1889.

**CIDADE do Rio**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 49, 28 fev. 1889. Cousas do dia.

**CIDADE do Rio**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 51, 2 mar. 1889, Cousas do dia.

**CIDADE do Rio**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 170, 1 ago. 1889.

**CIDADE do Rio**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 190, 24 ago. 1889. Bandarilhas.

**CIDADE do Rio**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 220, p. 1, 28 set. 1889.

**CIDADE do Rio**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 228, 8 out. 1889. Flechas.

**CIDADE do Rio**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 244, 26 out. 1889. Bandarilhas.

**CIDADE do RIO**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 255, 9 nov. 1889. Bandarilhas.

CLUBE político. **A República**. Campos, ano 2, n. 105, p. 1, 9 maio, 1891.

COISAS da época. **O Farol**. Juiz de Fora, ano 26, n. 117, p. 1, 18 ago. 1901.

COLONIZAÇÃO. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 125. Ordem do Dia, 9 out. 1885.

COLONOS espanhóis. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 62, n. 174, 24 jun. 1883. Publicações a Pedido.

COM A Gazeta. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 67, n. 82, 23 de mar. 1889, Publicações a Pedido.

COMPTOIR Industriel Français. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 65, n. 157, 16 jul. 1889. Revista Diária.

CONCLUSÃO da Sessão de 13 de novembro de 1880. **A Atualidade**. Ouro Preto, ano 4, n. 11, fev. 1881, Minas Gerais: Assembleia Legislativa Provincial.

CONFERENCIA em Angustura. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 67, n. 77, 18 de mar. 1889, Publicações a pedido.

CONFERÊNCIA. **Monitor Campista**. Campos, ano 54, n. 174, 01 ago. 1888 Seção Livre.

CONFERÊNCIA republicana. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 234, p. 2, 22 ago. 1888.

CONFERÊNCIA republicana. **Novidades**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 181, 22 ago. 1888. Ecos e notícias, p. 1.

CONFERÊNCIAS Republicanas. **Verdade Política**. Órgão do Partido Liberal do Sexto Distrito de Minas Gerais. São João del-Rei, n. 1, ano 27, p. 2, 30 abr. 1889.

CONFERÊNCIAS Republicanas. **Monitor Campista**. Campos, ano 51, n. 167, 24 jul. 1888. Noticiário.

CONFLITO muito grave. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 66, n. 364, 31 dez. 1888, Gazetilha.

CONGRESSO Federal. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 284, p. 1, 11 out. 1888.

CONGRESSO Republicano. **O Fluminense**. Niterói, ano 13, n. 1.915, p. 3, 16 abr. 1890.

CONTINUANDO. **Cidade do Rio**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 221, p. 1, 21 set. 1888.

CONTRA fatos não há argumentos. **Novidades**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 265, 10 dez. 1888. Pela República.

**CORREIO Paulistano**. São Paulo, ano 30, n. 8118, p. 2, 7 set. 1883.

**CORREIO Paulistano**. São Paulo, ano 34, n. 9493, 22 abr. 1888. Registro de Entradas.

COSTA e SILVA, Victorino. Angustura. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 125, 5 maio. 1889. Publicações a Pedido.

CRÔNICA de ontem. **Cidade do Rio**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 152, p. 2, 10 jul. 1888.

DESGRAÇA. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 774, p. 2, 23 jun. 1887.

**DIÁRIO de Minas**. Juiz de Fora, ano 1, n. 295, p. 2, 23 abr. 1889.

**DIÁRIO de Minas**. Juiz de Fora, ano 2, n. 422, p. 1, 30 ago. 1889.

**DIÁRIO de Minas**. Juiz de Fora, ano 1, n. 302, p. 1, 30 abr. 1889.

**DIÁRIO de Minas**. Juiz de Fora, ano 1, n. 354, 23 jun. 1889. A vida na Corte.

**DIÁRIO de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 4, n. 1011, 17 mar. 1888. Província do Rio.

**DIÁRIO de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 6, n. 623. Rio de Janeiro, p. 1, 24 nov. 1889.

**DIÁRIO de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 7, n. 1669, p. 2, 9 jan. 1890.

**DIÁRIO de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 8, n. 1882, p. 2, 21 ago. 1890.

**DIÁRIO do Brasil**. Rio de Janeiro, ano 3, p. 90, 20 jun. 1883. Noticiário.

DISTÚRBIOS de Valença. **Tribuna Liberal**. Ouro Preto, ano 2, n. 196, 19 mar. 1889. Notícias.

DIVISÃO eleitoral de Minas. **A Província de Minas**. Ouro Preto, ano 1, n. 51, pp. 1-2, 5 jul. 1881.

DOIS Jardins por dia. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 256, 13 set. 1890. Publicações a Pedido.

DR. MONTEIRO Manso. **O Mequetrefe**. Rio de Janeiro, p. 3, ano 15, n. 468, jan. 1889.

DR. SILVA Jardim. **A República**: pátria e democracia - órgão do Clube Republicano. Curitiba, ano 3, n. 28, 30 jul. 1888. Movimento Republicano.

DR. SILVA Jardim. **Diário de Minas**. Juiz de Fora, ano 1, n. 232, p. 1, 17 fev. 1889.

Dr. SILVA Jardim. **Gazeta da Tarde**. Rio de Janeiro, ano 9, n. 203, p. 1, 6 set. 1888.

DR. SILVA Jardim. **Jornal do Povo**. Recife, ano 1, n. 133, p. 1, 5 jul. 1889.

DR. SILVA Jardim. **O País**. Rio de Janeiro, ano 6, n. 1710, 13 jun. 1889. Noticiário.

**ECO DAS DAMAS**. Rio de Janeiro, ano 3, n.55, p. 1, 26 ago. 1888.

EM QUE ficamos? **Cidade do Rio**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 65, p. 1, 21 mar. 1889.

EMENDAS. **A Atualidade**: Órgão do partido Liberal. Ouro Preto, ano 4, n. 11, 1 fev. 1881, Minas Gerais:

Assembleia Legislativa provincial.

ENGENHO Central Aracati. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 62, n. 106, 17 abr. 1883, Gazetilha.

ENTRE-RIOS. **GAZETA DE NOTÍCIAS**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 77, 18 mar. 1889.

ESCADA. **Jornal do Recife**. Recife, ano 23, n. 154, p. 2, 12 jul. 1889.

ESCOLA Normal. **Correio Paulistano**. São Paulo, ano 35, n. 9669, 23 nov. 1888. Comunicado.

ES CRAVA e feitor fugidos. **O Leopoldinense**. Leopoldina, ano 11, n. 11, 17 fev. 1881. Anúncios.

ES CRAVOS fugidos. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 65, n. 330, 26 nov. 1887. Anúncios.

ES CRAVOS fugidos. **O Arauto de Minas**. Ouro Preto, ano 4, n. 48, 5 mar. 1881. Anúncios.

ESTAÇÃO de Bicas. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 272, 29 set. 1888, Telegramas.

ESTADO do Espírito Santo. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 349, 15 dez. 1889. Publicações a Pedido.

ESTEVE em Joinville um filho de Silva Jardim. **O Estado**. Florianópolis, ano 7, n. 2.098, p. 2, 23 jun. 1921.

EVOLUÇÃO da imprensa em Minas. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 10 ago.1957, 3º Caderno.

EXPLENDIDA vitória **Arauto de Minas**. São João del-Rei, 19 mar. 1889, ano 2, n. 1 Gazetilha.

EXTERIOR. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 62, n. 64, p. 4, 5 mar. 1883.

FALCÃO, A. A excursão do Dr. Silva Jardim ao Norte do Império. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 14 jun. jun. 1889, Política Republicana.

FEITOR assassinado. **O Leopoldinense**. Leopoldina, ano 2, n. 39, 29 maio 1881. Noticiário.

FRANÇA. **Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, ano 6, 1849. Corpo Diplomático e Consular Brasileiro.

FREGUEISA de José d'Além Paraíba. **Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, ano 17.

**GAZETA da Tarde**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 248, 25 out. 1881. Notas policiais.

**GAZETA da Tarde**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 162, 18 jul. 1882. Gazeta da Tarde.

**GAZETA da Tarde** Rio de Janeiro, ano 9, n. 184, 13 ago. 1888. Notas à margem.

- GAZETA da Tarde** Rio de Janeiro, ano 9, n. 203, p. 1, 6 set. 1888.
- GAZETA de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 9, n. 171, p. 1, 20 jun. 1883.
- GAZETA de Notícias.** Rio de Janeiro, ano, ano 12, n. 184, p. 2, 3 jul. 1886.
- GAZETA de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 8, n. 327, 23 nov. 1887. Crônica da Polícia.
- GAZETA de Notícias.** Rio de Janeiro, 15 set. 1888.
- GAZETA de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 14, n. 226, p. 1, 14 ago. 1888.
- GAZETA de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 14, n. 349, p. 1, 15 dez. 1888.
- GAZETA de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 14, n. 273, 30 set. 1888, Boletim Parlamentar.
- GAZETA de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 14, n. 203, 22 jun. 1888. Boletim Parlamentar.
- GAZETA de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 15, n. 7, 7 jan. 1889. Publicações a Pedido.
- GAZETA de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 15, n. 73, 14 mar. 1889. Telegramas.
- GAZETA de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 15, n. 105, p. 1, 14 de abril de 1889.
- GAZETA de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 15, n. 106, 16 abr. 1889. Telegramas.
- GAZETA de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 15, n. 160, 8 jun. 1889, publicações a pedido.
- GAZETA de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 15, n. 170, 16 jun. 1889. Assuntos da Semana.
- GAZETA de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 15, n. 173, p. 1, 22 jun. 1889.
- GAZETA de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 15, n. 272, p. 2, 29 set. 1889.
- GAZETA de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 16, n. 227, 15 ago. 1889. Publicações a Pedido.
- GAZETA de Notícias.** Rio de Janeiro, ano, ano 14, n. 303, p.1, out. 1889.
- GAZETA de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 16, n. 261, p. 1, 18 set. 1890.
- GAZETA de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 16, n. 282, p. 1. Exército, 9 out. 1890.
- GAZETA de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 16, n. 43, 12 fev. 1890.
- GAZETA de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 16, n. 86, p. 1, 27 mar. 1890.
- GAZETA de Notícias.** Rio de Janeiro, 02 mar. 1890.
- GRANDE conflito. **Gazeta de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 15, n. 108, 18 abr. 1889. Telegramas.

GRANDE queima sem igual. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 98, p. 4, 8 abr. 1889.

HISTORIA de uma chapa. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 235, 23 ago. 1890. Publicações a Pedido.

HODIE. **Verdade Política**. Órgão do Partido Liberal do Sexto Distrito de Minas Gerais. São João del-Rei, ano 2, n. 2, 9 out 1889.

HOMENAGEM da Revista Ilustrada ao 1º aniversário da lei de 13 de maio. **Revista Ilustrada**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 548, 13 maio 1889.

HOMENS de letras. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 161, p. 1, 10 jun. 1890.

HOMICÍDIO. **O Leopoldinense**. Leopoldina, ano 5, n. 11, 5 nov. 1881. Noticiário.

HOSPEDARIA de imigrantes. **O Município**. São José d' Além Paraíba, ano 3, n. 137, 20 jan. 1889. O Município.

IMIGRAÇÃO. **Diário de Minas**. Juiz de Fora, ano 1, n. 215, p. 1, 31 jan. 1889.

IMPrensa. **Irradiação**. Leopoldina, ano 2, n. 70, p. 2, 26 jun, 1889.

INCENDIO no Tenente dos Diabos. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 78, p. 2, 19 mar. 1889.

INJUSTIÇA clamorosa. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 17, n. 188, 7 jul. 1891. Publicações a Pedido.

INTENDENCIA municipal. **Diário do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 410, p. 1, 19 jan. 1890.

INTERIOR, **Cidade do Rio**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 86, Telegramas, 16 de abril de 1889.

INTERIOR. **A República**. Curitiba, ano 22, n. 172, 25 de julho de 1907, Telegramas.

JOAQUIM Saldanha Marinho. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 73, n. 128, 29 maio 1895. Gazetilha.

**JORNAL da Tarde**. São Paulo, ano 2, n. 163, 18 abr. 1880. Ineditoriais.

**JORNAL do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 62, n. 99, p. 4, 10 abr. 1883.

**JORNAL do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 66, n. 177, p. 2, 14 jul. 1888.

**JORNAL do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 58, n. 102, 12 abr. 1889. Anúncios.

**JORNAL do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 67, n. 328, 25 nov. 1889. Estado do Rio de Janeiro.

**JORNAL do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 68, n. 194, 14 jul. 1890. Gazetilha.

**JORNAL do Comércio.** Rio de Janeiro, ano 68, n. 63, 4 mar. 1890. Anúncios.

**JORNAL do Comércio.** Rio de Janeiro, ano 69, n. 114, 23 abr. 1891, Atos do Governo.

**JORNAL do Recife.** Recife, ano 22, n. 139, 22 jun. 1889. Publicações Solicitadas.

JUSTA homenagem. **O País.** Rio de Janeiro, ano 23, n. 8335, p. 3, 30 jul. 1907.

LAVRADORES e criadores. **Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro,** ano 4, n.4, 1847. Freguesia da Aldeia de São Pedro.

LEOPOLDINA, 4. **Gazeta de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 15, n. 64, 5 mar. 1889. Telegramas.

LEOPOLDINA. **Noticiador de Minas,** ano 4, n. 359, 28 set. 1871. Noticiário.

**LEOPOLDINENSE.** Leopoldina, ano 2, n. 49, 3 jul. 1881. Anúncios.

**LIBERAL Mineiro.** Ouro Preto, ano 5, n. 83, 21 ago. 1882. Anúncios.

**LIBERAL Mineiro.** Ouro Preto, ano 6, n. 60, 04 dez. 1883. Seção Oficial.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. O centenário da República. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, ano 99, n. 218. 1º caderno, 12 de nov. de 1989. Opinião, p. 13.

LOBO, Aristides. Desordens em Minas. **Gazeta da Tarde.** Rio de Janeiro, ano 10, n. 60, 1º mar. 1889. Comunicados.

LOPES Trovão. **Gazeta de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 14, n. 308, p. 3, 4 nov. 1888.

LOPES, Castro. Neologismos indispensáveis. **Gazeta de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 15, n. 77, p. 2, 18 mar. 1889.

MAGALHÃES, Valentim. Escritores e escritos. **Tribuna Liberal.** Rio de Janeiro, ano 2, n. 120, 1889.

MAGALHÃES, Valentim. Silva Jardim. **O País.** Rio de Janeiro, ano 7, n. 3359, p. 2, 7 jul. 1891.

MANIFESTAÇÃO Honrosa. **Diário de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 5, n. 1446, p. 1, 30 de maio, 1889.

MANIFESTAÇÃO. **Jornal do Povo.** Recife, ano 1, n. 131, p. 2, 3 jul. 1889.

MANSO, A.R.M. Minas Gerais: Eleições. **Diário de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 8, n. 1.803, 2 jun. 1890. A Pedidos.

MANSO, Antônio Romualdo Monteiro. Nono Distrito de Minas. **Gazeta de Notícias.** Rio de Janeiro, ano 15, n. 87 mar. 1889. Publicações a Pedido.

MEETING e tumulto na Bahia. **O Mequetrefe.** Rio de Janeiro, ano 15, n. 479, p. 3, jun. 1889.

MENSAGEM. **Diário de Minas**. Juiz de Fora, ano 1, n. 60, p. 2, 15 de set. de 1888.

MICROCOSMO. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 60, n. 176, 26 jun. 1881, Folhetim do Jornal do Comércio.

MINAS. Partido Republicano: ata da reunião republicana realizada em São José d'Além Paraíba. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 65, n. 214, 2 ago. 1888, Publicações a Pedido.

MONARQUISMO no Norte. **Província de Minas**. Ouro Preto, ano 9, n. 589, 26 jun. 1889. Gazetilha.

**MONITOR Campista**. Campos, ano 51, n. 174, 1 ago. 1888. Noticiário.

**MONITOR Campista**. Campos, ano 54, n. 175, 02 ago. 1888. Seção Livre.

MONTEIRO Manso. **A República**: Pátria e Democracia, órgão do Clube Republicano. Curitiba, ano 3, n. 35, p. 2, 24 set. 1888.

MOVIMENTO em Santos. **A Província de São Paulo**. São Paulo, ano 13, n. 3577, 2 mar. 1887, n. 3,577, ano XIII. Política Republicana.

NA PROVÍNCIA. **O Leopoldinense**. Leopoldina, ano 2, n. 55, 28 jul. maio 1881. Colaboração.

NABUCO, Joaquim. Monarquia ou República. **Diário de Minas**. Juiz de Fora, ano 1, n. 79. 17 de set. de 1888b. Publicação a pedidos.

NABUCO, Joaquim. O juramento político. **O País**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 1431, p. 1, 7 set. 1888a.

NEGÓCIOS da Escola Normal. **Jornal da Tarde**. São Paulo, ano 2, n. 300, 5 set. 1880. Ineditoriais.

NONO distrito de Minas. **Brasil**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 135, 20 dez. 1883, A Eleição Provincial.

**NOVIDADES**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 181, 22 ago. 1888. Ecos e notícias.

**NOVIDADES**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 258, 26 nov. 1888. Ecos e notícias.

**NOVIDADES**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 313, p. 1, 11 fev. 1889.

**NOVIDADES**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 269, p. 1, 17 dez. 1889.

O "NOVIDADES". **Novidades**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 264, p. 1, 2 dez. 1888.

O CASO de Pernambuco. **A Província**. Órgão do Partido Liberal. Recife, ano 14, n. 207, pp. 1-2, 17set. 1891.

O Cine Teatro Glória ainda existe na atual Praça Visconde do Rio Preto.

O DIA de ontem. **Cidade do Rio**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 294, p. 1, 31 dez. 1888.



- O DIRETÓRIO Cafussu. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 250, 7 set.1890. Publicações a Pedido.
- O DR. Francisco de Paula Tavares. **O Mequetrefe**. Rio de Janeiro, ano 10, n. 361, p. 2, 25 dez. 1884.
- O FAROL**. Juiz de Fora, ano 17, n. 27, p. 2, 8 mar. 1883.
- O FAROL**. Juiz de Fora, ano 22, n. 175, p. 2, 2 ago. 1888.
- O FAROL**. Juiz de Fora, ano 25, n. 163, p. 1, 9 jul. 1891.
- O FAROL**. Juiz de Fora, ano 25, n. 166, p. 1, 12 jul. 1891.
- O FETO barbado. **Cidade do Rio**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 46, p. 1, 25 fev. 1889.
- O FLUMINENSE**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 2017, 3 abr. 1892. Obtúario.
- O GABINETE do Terror. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 1423, 7 maio 1889, Diário de Notícias.
- O GRANDE Morto. **O País**. Rio de Janeiro, ano 11, n. 3.892, p. 1, 29 maio 1895.
- O GRANDE projeto. **Diário de Minas**. Juiz de Fora, ano 1, n. 20, 20 jul. 1888, Publicações a pedido.
- O ILUSTRE escritor dos artigos republicanos. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 229, 17 ago. 1888. Publicações a pedido.
- O JURAMENTO Regimental. **Novidades**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 195, 7 set.1888, Gazetilha.
- O LUTADOR**. Pirapitinga, no 3, n. 126, p. 5, 6 mar. 1887.
- O MEETING de ontem. **Novidades**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 241, 2 nov. 1888. Ecos e Notícias.
- O MEETING republicano. **Jornal do Recife**. Recife, ano 32, n. 163, 23 jul. 1889. Gazetilha.
- O MEQUETREFE**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 4, jan. 1875.
- O MEQUETREFE**. Rio de Janeiro, ano 15, nº 486, p. 1, novembro 1889.
- O MEQUETREFE**. Rio de Janeiro, ano 15, nº 486, p. 4, novembro de 1889.
- O PAÍS**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 355, 23 dez. 1885. Noticiário.
- O PROPAGANDISTA Silva Jardim em Angustura. **Arauto de Minas**. Ouro Preto, ano 23, n. 2, p. 3, 28 mar. 1889.
- O REPUBLICANISMO no Centro. **O Apóstolo**. Rio de Janeiro, ano 25, n. 32, p. 3, 20 mar. 1889.

O RIVAL do conde d'Eu. **Tribuna Liberal**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 201, 24 jun. 1889. Transcrição.

O SR. Silva Jardim. **O Apóstolo**. Rio de Janeiro, ano 25, n. 86, 2 ag. 1889. Seção Noticiosa.

O VESUVIO. Túmulo de Silva Jardim. **O Malho**. Rio de Janeiro, ano 34, n. 3, p. 12 e 13, abr. 1940.

OCASO do Império. **Cidade do Rio**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 231, p. 1, 11 out. 1889.

OITAVO distrito. **Diário de Minas**. Juiz de Fora, ano 2, n. 425, 2 set. 1889. Telegramas.

OITENTA e oito escravos libertos. **A Província de Minas**. Ouro Preto, ano 5, n. 228, 9 out. 1884. Gazetilha.

OS CONFLITOS em Minas. **Novidades**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 60, 11 fev. 1889. Fatos.

OS DEFENSORES do trono. **Irradiação**. Leopoldina, ano 2, n. 62, 24 abr. 1889. Irradiação.

OS DISTÚRBIOS de Valença. **Tribuna Liberal**. Ouro Preto, ano 2, n. 196, 19 mar. 1889. Notícias.

OS NOSSOS Titulares. **A Atualidade**. Órgão do Partido Liberal. Ouro Preto, ano 4, n. 63, 28 jun. 1881, Noticiário.

OS REPUBLICANOS fluminenses e o Dr. Silva Jardim. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 237, 25 ago. 1889. Publicações a Pedido.

OURO Preto, 11. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 6, n. 1589, 12 fev. 1889. Telegramas.

PALCOS e salões. **Diário do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 51, p. 2, 23 jan. 1889.

PARA que fique registrado. **Família Maçônica**. Rio de Janeiro, ano 7, n. 1142, 30 out. 1881. Noticiário.

PATROCÍNIO, José do. Aos homens de cor. **Cidade do Rio**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 156, p. 1, 15 jul. 1889a.

PATROCÍNIO, José do. A nova República. **Cidade do Rio**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 217, p. 2, 28 set. 1888a.

PATROCÍNIO, José do. A nova república. **Cidade do Rio**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 223, p. 1, 5 out. 1888c.

PATROCÍNIO, José do. A nova República. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 273, p. 4, 30 set. 1888b.

PATROCÍNIO, José do. **Gazeta da Tarde**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 226, 27 set. 1884, Semana Política.

PATROCÍNIO, José do. Treze de maio. **Cidade do Rio**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 106, p. 1, 13 maio 1889b.

PIRAPETINGA. **O Leopoldinense**. Leopoldina, ano 2, n. 63, 28 ago. 1881. Noticiário.

POBRE Autoridade. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 65, n. 185, 18 ago. 1889.

POMBA, 25. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 57, 26 fev. 1889. Telegramas.

POMBA. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 72, 13 mar. 1889. Publicações a pedidos.

POMPEIA, Raul. A vida na Corte. **Diário de Minas**. Juiz de Fora, ano 1, n. 333, p. 2, 2 jun. 1889.

PONTE Nova. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 62, 3 mar. 1889. Telegramas.

PRESIDENCIA da província. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 65, n. 344, 10 dez. 1887. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa Provincial.

PROFESSOR de Música. **Almanaque do Município para o Ano de 1889**. São José de Além Paraíba, suplemento especial, 1888. Freguesia de Angustura.

PROLÓQUIO. **Novidades**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 267, 7 dez. 1888. Pela República.

PROVIDÊNCIA 17. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 76, 17 mar. 1889, Telegramas.

PROVINCIA DE MINAS. **Brasil**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 266, 11 nov. 1884. Solicitadas.

QUARTA conferência do Sr. Silva jardim na província do Espírito Santo.

QUE mania! **A República**. Curitiba, ano 3, n. 34, p. 3, 17 set. 1888.

Questão dos telégrafos. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 72, 13 mar. 1890. Publicações a Pedido.

QUESTÃO Religiosa. **Eco das Damas**. Rio de Janeiro, p. 1, 3 ago. 1880.

RABISCOS. **Correio Paulistano**. São Paulo, ano 27, n. 7113, 15 ago. 1880. Folhetim.

RELATÓRIO. **O Bom Senso**. Ouro Preto, ano 1, n. 24, 1º abr. 1852. Parte Oficial.

REMINISCENCIAS de um povo. **A Imprensa**. Rio de Janeiro, n. 1424, ano 8, p. 2, 15 nov. 1911.

REPRESENTAÇÃO dos lavradores do município de Cantagalo. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, ano 54, n. 207, 28 jul. 1871. Publicações a Pedido.

REQUERIMENTOS 3º seção. **Liberal Mineiro**. Ouro Preto, ano 7, n. 180, 18 dez. 1884. Extrato do expediente feito na secretaria de governo.

REQUERIMENTOS. **A União**. Ouro Preto, ano 1, n. 75, 21 maio 1887. Parte Oficial.

REUNIÃO de lavradores. **O Farol**. Juiz de Fora, ano 22, n. 126, 3 jun. 1888. Publicações a pedido.

REUNIÃO de lavradores. **O Município**. São José d'Além Paraíba, ano 2, n. 93, 18 mar. 1888. Noticiário.

REUNIÃO. **O Farol**. Juiz de Fora, ano 22, 23 jun. 1886.

REUNIÃO. **O Farol**. Juiz de Fora, ano 22, n. 165, p. 2, 21 jul. 1888.

**REVISTA Ilustrada**. Rio de Janeiro, ano 13, n. 506, pp. 3-4, 21 jul. 1888.

**REVISTA Ilustrada**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 533, pp. 3-4, 26 jan. 1889.

**REVISTA Ilustrada**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 530, p. 4, 5 jan. 1889.

**REVISTA Ilustrada**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 546, 27 abr. 1889, Pequenos Ecos.

**REVISTA Ilustrada**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 553, p. 1, 15 jun. 1889.

**REVISTA Ilustrada**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 554, p. 1, 22 jun. 1889.

**REVISTA Ilustrada**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 557, p. 2, 20 jul. 1889.

RIO Branco, 28. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 1 mar. 1891. Telegramas.

RIO Novo, 23. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 55, 24 fev. 1889. Telegramas.

ROMARIA Silva Jardim. **Jornal do Recife**. Recife, ano 34, n. 2017, 13 set. 1891, Gazetilha.

ROUÈDE, Emílio; COELHO NETO, Henrique. Indenização ou República. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 214, p. 4, 23 jul. 1888.

SAIDAS no dia 10. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 8, n. 1932, 11 out. 188. Parte Comercial.

SALES, Campos. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 116, 26 abr. 1889, Política Republicana.

SANTA Helena, 16. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 49, 18 fev. 1889. Telegramas.

SANTOS, 27. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 239, 27 ago. 1888.

SANTOS. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 162, 11 jun. 1889. Telegramas.

SÃO José de Além Paraíba. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 77, 18 mar. 1889, Telegramas.

SÃO Luiz. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 75, 16 mar. 1889, Telegramas.

SÃO Sebastião do Rio Preto. **A Ordem**. Ouro Preto, ano 3, n. 151, 19 mar. 1892. Seção Livre. Saudação ao governador do Rio Grande do Norte. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 73, 14 mar. 1890. Publicação a Pedido.

SESSAO de 16. **A Federação**. Porto Alegre, ano 1, n. 125, 31 maio 1884, Eco das Câmaras.

SESSÃO em 30 de dezembro de 1890. **Anais da Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro**, p. 436, Edição 1, 1890.

SILVA Jardim na Bahia. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 173, p. 1, 22 jun. 1889.

SILVA Jardim. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 32, 1 fev. 1890. Publicações a Pedido.

SILVA Jardim. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 17, n. 214, p. 2, 2 ago. 1891.

SILVA Jardim. **O Farol**. Juiz de Fora, ano 25, n. 161, p. 1, 7 jul. 1891.

SILVA Jardim. **O Farol**. Juiz de Fora, ano 25, n. 162, p. 1, 8 jul. 1891.

SUA alteza, o sr. Conde d'Eu. **O País**. Rio de Janeiro, ano 6, n. 1710, 13 jun. 1889. Noticiário.

SUICÍDIOS. **O Leopoldinense**. Leopoldina, ano 2, n. 55, 28 jul. 1881. Noticiário.

TELHA, J. (pseudônimo). **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 213, 22 jul. 1888, Macaquinhos no sótão.

TELHA, J. (pseudônimo). **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 18, 18 jan. 1889, Macaquinhos no sótão.

TENTATIVA de Assassinato. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 65, n. 204, 23 jul. 1887. Gazetilha.

TERCEIRO distrito. **A Província de Minas**. Ouro Preto, ano 9, n. 569, 7 fev. 1889, Seção Livre.

TIRADENTES. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 112, p. 1, 22 abr. 1890.

TIRANIA contra libertos. **O Além Paraíba**. São José de Além Paraíba, 24 jan. 1886, Gazetilha.

TÓPICOS da Atualidade. **Monitor Campista**. Campos, ano 54, n. 175, 02 ago. 1888 Seção Livre.

TROVÃO, Lopes. O chefe oficial que é. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 1441, 25 maio 1889b, Coluna Republicana.

TROVÃO, Lopes. O Novo Deputado. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 1421, 5 maio. 1889a, Coluna Republicana.

UBÁ, 27. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 59, 28 fev. 1889. Telegramas.

UM VERDADEIRO Logro. **O Apóstolo**. Rio de Janeiro, ANO 24, N. 112, 28 set. 1888, Seção Noticiosa.

VERIM, Júlio. Carnaval e cinzas. **Revista Ilustrada**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 539, p. 2, 9 mar. 1889.

VIAGEM a Minas. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 60, nº 123, p. 3, 4 maio 1881.

VIAGEM Imperial. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 60, n. 121. A Gazetilha, 28 de junho de 1881.

VIAGENS. **Museu Universal: Jornal das Famílias Brasileiras**. Rio de Janeiro, n. 40, p. 319, 2 abr. 1842.

VISTA Alegre, 5. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 64, 5 mar. 1889. Telegramas.

VIVA à rainha. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 45, 14 fev. 1889. Fanfreluches.

VIVA o exército libertador. **Cidade do Rio**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 260, p.1, 15 nov. 1889.

## ANEXO F - Endereços de Internet:

ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL: no de 1864. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações - Subsecretaria de Anais do Senado Federal, p. 87. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais\\_Imperio/1864/1864%20Livro%201.pdf](https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1864/1864%20Livro%201.pdf).

CANTONI, N. **Trem de História**. Viagem de sobrenomes de migrantes italianos. Disponível em: <https://cantoni.pro.br/2019/06/17/125-viagem-com-os-sobrenomes-de-imigrantes-italianos/>.

CARNEIRO, Alan. Beviláqua, Clovis, magistrado, jurista, jornalista e historiador. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BEVIL%C3%81QUA,%20C1%C3%B3vis.pdf>. Acesso em: 05 de julho de 2019.

CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm)

DIÁRIO DO POVO. São Paulo, 17 fev. 1957. Disponível em: <http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com/2009/02/personagem-joao-de-sampaio-ferraz.html>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

FERNANDES, M.L.S. Comendador Antônio Carlos Teixeira Leite. **Blog Além Paraíba História** - Mauro Senra. Disponível em: <http://alemparaibahistoria.blogspot.com/2010/09/comendador-antonio-carlos-teixeira.html>.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A evolução do sistema eleitoral brasileiro**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral. 2 ed. revisada e alterada, 2005. Disponível em: [http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/4\\_evolucao\\_sistema\\_eleitoral.pdf](http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/4_evolucao_sistema_eleitoral.pdf)

FIGUEIREDO, Affonso Celso de Assis. **Advento da ditadura militar no Brasil**. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 243, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/539478/001117596.pdf>.

GIESBRECHT, R.M. **Estações Ferroviárias do Brasil, 2001-2020**. Disponível em: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl\\_mg\\_tresrios\\_caratinga/stahelena.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_mg_tresrios_caratinga/stahelena.htm).

RECENSEAMENTO do Brasil em 1872: Minas Gerais, 1874, *Tip. Leuzinger*, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>>.

REGULAMENTO LOBO - Tribunal Superior Eleitoral. **Decreto nº 200-A – 08 02 1890**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/titulo-eleitoral/2o-titulo-eleitoral-1890>>.

SINOPSE DO RECENSEAMENTO DE 31 DE DEZEMBRO DE 1890 / Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898. IBGE: Recenseamento 1890, Minas Gerais. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>.